

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO

MARIA JANAÍNA BOTELHO CORRÊA

A REPRESENTAÇÃO DA CIDADE-SALUBRE: UMA LEITURA DO COTIDIANO DA  
CIDADE DE NOVA FRIBURGO ATRAVÉS DA IMPRENSA: 1890-1900

NITERÓI  
2008

MARIA JANAÍNA BOTELHO CORRÊA

A REPRESENTAÇÃO DA CIDADE-SALUBRE: UMA LEITURA DO COTIDIANO DA  
CIDADE DE NOVA FRIBURGO ATRAVÉS DA IMPRENSA: 1890 -1900

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em História, da Universidade Salgado de  
Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, como  
parte dos requisitos para a obtenção do título  
de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mary Del Priore

NITERÓI  
2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo  
Campus Niterói

C824r Corrêa, Maria Janaina Botelho

A representação da cidade-salubre: uma leitura do cotidiano da cidade de Nova Friburgo através da imprensa: 1890-1900 /Maria Janaina Botelho Corrêa.- Niterói, 2009.

376p.

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em História - Universidade Salgado de Oliveira, 2009.

Orientador: Dr. Mary Del Priore.

1. Nova Friburgo (RJ) - História. 2. Imprensa - História.
3. Brasil - História. I. Título.

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

MARIA JANAÍNA BOTELHO CORRÊA

A REPRESENTAÇÃO DA CIDADE-SALUBRE: UMA LEITURA DO COTIDIANO DA  
CIDADE DE NOVA FRIBURGO ATRAVÉS DA IMPRENSA: 1890 -1900

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração História Social e Política do Brasil, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, como parte dos requisitos para conclusão do Curso.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

---

Dr<sup>a</sup>. Mary Del Priore (Orientadora) - UNIVERSO

---

Dr<sup>a</sup>. Regina Marins Pereira Vanderley – UERJ

---

Dr<sup>a</sup>. Marcia Amantino - UNIVERSO

Aos meus queridos sobrinhos,  
Marcos, Patrícia, Felipe, Isabela e Letícia.

## **Agradecimentos**

Agradeço ao meu marido, Alexandre Gazé, pelo incentivo e companheirismo em todas as horas; aos meus pais, Ayres e Argentina, pela minha formação; à Professora Mary Del Priore, por me ensinar os caminhos da oficina da História e ao Centro de Documentação Pró-Memória de Nova Friburgo, em especial a Tereza Barroso.

“(…) Entretanto, de 1871 a 1914, uma longa trégua iria percorrer o Ocidente. Mas quem dirá quanto esses anos relativamente pacíficos, quase felizes, iriam progressivamente restringir a ambição da história, como se nosso mister para estar alerta necessitasse sempre do sofrimento e da insegurança flagrante dos homens.”

(Fernand Braudel.)

## RESUMO

O presente trabalho estruturou-se na dimensão da História Cultural e no domínio da história da vida privada. Foi escolhido como recorte temporal a instalação do governo republicano até a virada do século XX, valendo-se para tanto como fonte primária dos periódicos existentes à época. Inicialmente fez-se uma reflexão sobre a representação de CIDADE-SALUBRE que se fazia do município de Nova Friburgo no final do século XIX, analisando as práticas culturais que originaram este modo de ver coletivo. Buscou-se traçar um panorama da política local, sua economia, bem como identificar as classes dominantes e partir de então analisar as tensões sociais da sociedade friburguense dentro daquele contexto.

Em um segundo momento foi abordado um estudo sobre o cotidiano da cidade, descrevendo seu modo de vida, suas atitudes, tradições, festas, comemorações, sistemas normativos e repressivos, espaços e formas de sociabilidades.

**Palavras Chaves:** História; Salubridade; Imprensa

## ABSTRACT

The present work stems from the dimension of cultural history and from the history of private life domain. The time span chosen was the one ranging from the inauguration of the republican government until the turn to the 20<sup>th</sup> century, taking as primary sources the then existing newspapers. In a first moment, a reflection about the representation of Nova Friburgo as a 'healthy-city' at the end of the 19<sup>th</sup> century is carried out, searching out the cultural praxis that have helped to shape its collective outlook. An attempt is then made to trace a perspective of local politics, its economy, as well as the identification of local *elites* and, thence, analyzing the social tensions of Nova Friburgo society within that context.

In a second moment, the daily life of the city is approached, describing its way-of-life, attitudes, traditions, holidays, fairs, celebrations, normative and repressive systems, spaces and forms of sociability.

**Key-words:** History; Health; Press.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - “ <i>Recenseamento</i> ”, de 2-10-1892.....	41
<b>Tabela 2</b> – Numeros de Escolas Primárias e Matrículas no Rio de Janeiro.....	99

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPITULO UM</b>	
<b>Uma <i>Flânerie</i> por Nova Friburgo</b>	
1.1. Friburgo hoje .....	27
1.2. A Colonização: a Natimorta “Suíça Brasileira” .....	29
1.3. Nova Friburgo no Regime Republicano: Nova Fase? .....	37
1.4. A Flânerie de um Visitante em Nova Friburgo .....	43
1.5. De Freguesia a Vila e de Vila a Cidade: os Primeiros Passos da Urbanização .....	75
1.6. Educação em Friburgo: Referência no Ensino Privado no Município de Analfabetos .....	94
1.7. A Emergência do Turismo na Estrutura Econômica .....	106
1.8. A Cidade Salubre: Construindo uma Identidade .....	116
1.9. Um Flâneur em Nova Friburgo .....	120
<b>CAPITULO DOIS</b>	
<b>Tensões Sociais: Construindo a Babel Bíblica</b>	
2.1. A Nova Ordem Política de Nova Friburgo no Final do Século XIX.....	125
2.2. A Prática Higienista e a Representação de Cidade Salubre.....	153
2.3. A Cidade Febril e a Cidade Salubre: a Nova Ordem Econômica de Nova Friburgo no Final do Século XIX .....	182
2.4. Os Problemas Sociais: Morigerados versus Vagabundos.....	208
<b>CAPÍTULO TRÊS</b>	
<b>Espaços e Formas de Sociabilidade</b>	
3.1. Por que Deixar o Rio de Janeiro na Estação Calmosa? .....	229
3.2. Compreendendo Nova Friburgo .....	233
3.3. A Fisiologia da Cidade: Tipos Friburguenses .....	248
3.4. Novas Formas de Sociabilidade: uma Cidade Cortesã .....	256
3.5. Nova Friburgo: uma “Falsa Europa” .....	265
3.6. Teatro D. Eugênia: Fase Áurea do Teatro em Nova Friburgo.....	277
3.7. “Você me Conhece?”: o Carnaval Fin de Siècle .....	292
3.8. Festas Religiosas: Reforço das Clivagens Sociais.....	311
3.9. É Possível Imaginar Friburgo sem as Bandas de Música? .....	321
3.10. O Cotidiano da Cidade .....	328
3.11. Os Papéis Femininos: “uma Mulher que Quer Ser Homem! Estamos Adiantados!” .....	342
<b>Conclusão .....</b>	<b>358</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>370</b>

<b>Anexo - Imagens do Cotidiano de Nova Friburgo no Final do Século XIX.....</b>	<b>370</b>
--	------------

## Introdução

### O Repórter

Eis-me aqui vestidinho de ponto em branco.

Vejam como estou bonitinho.

Ai! Mocinhas galantes, vejam!

Paletó branco de linho, calça idem do dito, collete de setim azul, camisa branca franceza com abotoaduras belisarias (nickeis de 50 reis) chapéu de palhinha da Itália com fita tricolor e guarda-sol de panninho de duas vistas; e no peito preso à cava do paletot o indispensável distintivo dos rapazes de bom-tom – um cravo – acompanhado de raminhos de alecrim miúdo e arruda para esquivar-me das más olhadelas e dos quebrantos.

Ora Vejam isto!

Que rigorismo de moda!

Heim? E dou um perfeito cavalheiro de... Malta!

O meu vestuário não está em relação ao tempo que atravessamos, estamos na força do inverno, faz frio de enregelar as costellas! (...)

Irra. Mas o que tem isto?

Ando ao meu gosto, e quantas vezes na maior força do calor tenho-me encadernado n'um grande e pesado jaquetão que herdei não sei mesmo de que parente.

Eu cá sou assim, são gostos extravagantes e...

Como estou cançado e sem fazer nada!

Sem fazer nada é um modo de fallar abreviadamente, com certa dose de modéstia, pois que a dizer a verdade não conheço quem trabalhe mais do que eu.

Não sou nenhum tocador de realejo nem domestico macacos, mas, tenho cá meus palpites que altamente concorro para a salvação e prosperidade do paiz, com a minha reportagem; cada um tem o seu modo de vida.

Sou, portanto, trabalhador útil, necessário e indispensável.

Hoje em dia a nossa sociedade está constituída por tal modo que o – repórter – torna-se a alma e a vida do que vai pelo mundo, sem o – repórter – está tudo morto, morto decididamente.

Se o Sr. Commendador fulano de tal faz annos, lá vai o repórter pelos quatro ventos saudar a excellencia pelo seu aniversário natalício.

Se o senhor que é titular está indisposto por causa do peso dos anos ou achaques rheumaticos, o repórter tem precisamente de averiguar o estado do nobre titular; se está de cama, quem é seu médico assistente, e que amigos o tem visitado.

Se a menina mais velha ou mais moça de um capitalista apanhou um resfriado e por isto está indefluxada e por causa do defluxo está espirrando, lá anda correndo o repórter atrás do pai da menina para saber como esta passou do seu defluxo e quantas vezes espirrou.

Uma moça namorando um estudante, um vendedor de papagaios, uma gallinha que cacareja, um gallo que canta mais alto, nada passa sem a intervenção do repórter; de tudo tem elle de saber, de indagar; de tomar nota, de communicar ao patrão, e isto com a velocidade tal que mal apenas se tenha ultimado o facto já elle esteja no prelo devidamente preparado para ter immediata publicidade.

O repórter é o descobridor do mel de pão, vê tudo, escuta tudo; tem obrigação de saber tudo e de tudo escutar.

Vê-se, pois, que quem é myope ou é surdo não serve, não tem capacidade para ser repórter.

Para ser-se repórter é preciso reunir muitos e indispensáveis requisitos, como sejam:

Ser bonito, sympathico, insinuante, fallar bem, ouvir melhor, ter boa vista, ser muito agradável, bastante intelligente, ser dotado de muito espírito, dispor de muita actividade; a este respeito precisa andar de maneira que não seja excedido pelo galope de um cavallo ou a carreira de uma locomotiva; finalmente o repórter deve ser encyclopedico e até adivinhador.

Além disto o repórter deve ter gosto no trajar, ser elegante, vestir-se no rigor da moda.

Eu, graças a Deus, modéstia a parte, tenho todos esses predicados: mas para considerar-me completo – repórter – ainda me falta um predicado que aliás não é lá dos mais essenciais, sendo entretanto, necessário – freqüentar Cafês!

Não é porque eu não goste de entrar nessas casas nem fuja de tomar meu cafésinho.

Oh! Quanto é apreciável, como é gostoso tomar-se uma chicaninha de café no Club Internacional ou no Hotel Engert!... depois tomar um calixinho de cognac!... e fumar um charutinho de Havana! Como é delicioso isto! Não o tenho feito já para completar-me, por uma razão muito simples, faltam-me os cobres!

Se houver por ahi algum cavalheiro caritativo, amigo do progresso e queira por estas cousas em ordem, fazendo-me a despesa diária do café, cognac e charutos, levante o dedo para o ar que eu receberei seu lance; enquanto, porém não aparecer quem se encarregue de tão philantropica ação, eu vou me pondo em atitude de dar-vos o seguinte: (...). (*O Friburguense*, “O Repórter”, 20-7-1890, n. 1.)

Ao iniciar este projeto de pesquisa, foi definida sua dimensão a partir da história cultural, tendo como objeto o cotidiano de Nova Friburgo. Nesse aspecto, seguindo a orientação de Agnes Heller, foram analisadas as partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação (Heller, 2004, p. 18). Optou-se por investigar a realidade social do passado no domínio da história da vida privada, analisando seus costumes e modos de convivência, suas atitudes, sociabilidades e tensões, utilizando-se, para tanto, o conceito das noções complementares de práticas e representações de Roger Chartier (2002). A metodologia empregada foi a de análise dos textos dos periódicos, vistos como objeto de comunicação, procurando-se confrontá-los entre si e analisá-los de acordo com o contexto histórico-social em que foram produzidos e que lhes atribuiu sentido. Foram estabelecidos como fonte apenas os periódicos da época, em razão da riqueza do material empírico e porque respondiam diretamente ao problema levantado.

No que tange ao recorte temporal, a pesquisa obedeceu cronologicamente às séries dos periódicos disponíveis. *O Friburguense* está disponível no Centro de Documentação Pró-Memória, em série de 1890 a 1896, assim como *A Sentinella*, de 1898 a 1902. Para que a verdade histórica não ficasse comprometida com a possível parcialidade dos articulistas,

confrontaram-se em alguns casos seus artigos com outras fontes da época, como as atas da Intendência Municipal e os processos judiciais. Na análise dos artigos, teve-se o cuidado de refletir sobre as possíveis dissimulações dos discursos e tentar desvendar os seus silêncios.

Antes da definição do tema e do recorte temporal, debrucei-me sobre a historiografia de Nova Friburgo. Observei que os trabalhos publicados restringiam-se a acontecimentos pontuais, como a colonização ocorrida no início do século XIX ou a industrialização, que teve seu marco inicial a partir do primeiro decênio do século XX. Numa visão tradicional, somente os acontecimentos marcantes de Friburgo, como a colonização e a industrialização, tinham interesse para a pesquisa, como se o mister do historiador se restringisse a descrever apenas os grandes acontecimentos. Novos objetos mereciam igual importância. Segundo Agnes Heller, a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social. As grandes ações não-cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica graças ao seu posterior efeito na cotidianidade (Heller, 2004, p. 20).

O final do século XIX foi um momento muito profícuo para Nova Friburgo e o que ocorreu nesse período pré-capitalista e pré-urbano lançou as bases da industrialização do município. Com o início da República, encontramos Nova Friburgo pungente, beneficiando-se do caos urbano do Rio de Janeiro, onde grassavam epidemias de febre amarela, cólera e outras doenças. Os cariocas abastados buscavam as regiões serranas para fugir do inferno social em que vivia a capital federal durante a estação calmosa. Além do incremento na economia local, já que a agricultura estava decadente, em razão da falta de mão-de-obra e do problema na distribuição dos produtos da lavoura, o cotidiano do município foi profundamente alterado pela vinda de veranistas. Novas formas de sociabilidade foram introduzidas por influência da elite carioca, que permanecia quase seis meses na cidade. A

procura dos veranistas pelas condições climáticas de Friburgo acarretou mudança de hábitos da população nativa, além de novas práticas culturais, tendo atrás dessas práticas a representação de Friburgo como cidade salubre.

Dois jornais constituíram basicamente as fontes primárias da pesquisa: *O Friburguense* e *A Sentinella*. Embora se saiba, para o período pesquisado, da existência de outros periódicos, há no Centro de Documentação Pró-Memória do município somente alguns poucos exemplares dessas publicações. Eram inúmeros os periódicos existentes em Friburgo no final do século XIX. Em 1887, surgiu *O Domingo*, de Celso Militão Pires Simões,<sup>1</sup> tendo sido extinto para ser fundada, pelo mesmo proprietário, em 1889, a *Gazeta de Friburgo*, que no ano seguinte paralisaria suas atividades e só voltaria a circular em 1895, já então sob a propriedade de José Saldanha.

Surge em 13 de dezembro de 1891 a *Cidade de Friburgo*, de propriedade de Carlos Domingues Nogueira, periódico que fazia contraponto a *O Friburguense* e *A Sentinella* e do qual, infelizmente, não existe nenhum registro, nem mesmo no Centro de Documentação Pró-Memória.

Em maio de 1892, surge *O Rebate*, que seguia a linha panfletária. Trazia no topo da primeira página os seguintes dizeres: “Ódio aos tyrannos” e “Defesa do povo”. Esse periódico estranhamente tinha como diretores Augusto Cardoso e Menezes Wanderley, respectivamente, filho e genro de Souza Cardoso. Dissidência em relação ao velho articulista de *O Friburguense*? O intrigante é que já no segundo número ambos publicaram uma declaração participando ao público que a partir de então passavam *O Rebate* a terceiros, que mais facilmente poderiam encaminhá-lo na “defesa dos oprimidos”.<sup>2</sup> *O Rebate* foi o primeiro

---

<sup>1</sup>. Pires Simões faleceu em completa miséria. Após sua morte, abriu-se subscrição para o amparo da viúva e de seus filhos.

<sup>2</sup>. “Declaração: Participamos ao respeitável público Friburguense que, nesta data, passamos *O Rebate* a pessoas que mais facilmente poderão encaminhá-lo, na defesa dos oprimidos, nenhuma responsabilidade recaindo

jornal a publicar o número de sua tiragem, que era de 800 exemplares. Menezes Wanderley possuía também *A Escola*, um periódico de circulação quinzenal pertencente ao Externato América, sendo instrutivo, educativo e recreativo, “*art, taste and love*”, havendo inclusive artigos em francês.<sup>3</sup> Já *O Beija-Flor*, de Augusto Pires, surgiu em 1895, tendo sido fechado no ano seguinte para reaparecer em 12 de janeiro de 1898.<sup>4</sup> Em 1897 aparece *O Pequeno Jornal*, de propriedade e com a direção de Meirelles & Peixoto.

Lumiar, segundo distrito do município, possuía dois periódicos: o primeiro deles foi *O Lumiareense*, fundado por Eugênio Gustavo Brust em 17 de junho de 1894.<sup>5</sup> Apesar da aparente ingenuidade, com a publicação de contos, poesias e charadas, percebe-se que era patrocinado por Carlos Maria Marchon, importante político local e presidente do Partido Republicano Fluminense de Lumiar. O segundo, *A Evolução*, foi fundado em 7 de abril de 1895 por uma sociedade anônima. O surgimento do segundo periódico ocasionou o fechamento do primeiro, mas *A Evolução* teve uma trajetória curta, circulando somente até 13 de junho de 1896. Ambos eram impressos em Lumiar em oficinas próprias.

Em 18 de julho de 1901, despontam *A Opinião*, dirigido por Ernesto Rocha, e o *Correio Popular*, fundado em 10 de julho de 1902 por Menezes Wanderley. Esse último periódico foi adquirido por Galdino do Valle Filho em 1906 e substituído por *A Paz*, que se transformaria em

---

sobre nós, d’ora em diante. Aproveitamos o ensejo para agradecer à manifestação de apreço de que fomos alvo ao encetar a publicação de tão esperançoso e ousado paladim. Friburgo, 17/05/1892. Augusto Cardoso e Menezes Wanderley” (*O Rebate*, de 19-5-1892, n. 2). Na direção do periódico, vem mencionada a propriedade de “diversos”. Trata-se do único exemplar existente no Centro de Documentação Pró-Memória de Nova Friburgo.

<sup>3</sup>. *A Escola*, de 20-3-1898. A tradução dada pelos articulistas para “*art, taste and love*” foi “artes, gosto e caridade”. Menezes Wanderley lançou ainda *Artinha Poética Infantil*, um livrinho que trazia regras sobre a arte poética e a de recitar e declamar.

<sup>4</sup>. *O Beija-Flor*, de 6-10-1895. Com formato de 20cmx10cm, *O Beija-Flor* era tipicamente literário, publicando poesias, contos e comentários sobre eventos culturais na cidade. Há no Centro de Documentação Pró-Memória somente cinco exemplares desse periódico.

<sup>5</sup>. Era um pequeno jornalzinho, com duas folhas e quatro páginas de frente e verso, em formato de 20cmx10cm, muito comum em Friburgo à época. Era publicado, semanalmente, aos domingos.

um dos maiores e mais importantes jornais da cidade.<sup>6</sup> Em 1904 surgiram *O Álbum*, semanário literário de propriedade de A. Balthazar, composto basicamente de contos e poesias e dedicado “ao bello sexo”, e *O Nova Friburgo*,<sup>7</sup> que foi órgão oficial da Câmara Municipal e circulou até fins de 1907. Foram fundados, em 1905, *O Reflexo*, também literário; *Friburgo Commercial*; *O Boato*, uma revista teatral informando os principais acontecimentos da cidade; *O Lyrio*; e *O Holophote*. Em 1906, surge ainda *A Lanterna*.

Com a implantação da República, a proliferação de periódicos foi um acontecimento retumbante no Brasil e particularmente em Friburgo. A necessidade de expressão através da imprensa era tamanha que surgiram aventureiros como Reynaldo dos Santos Barbosa, que fez circular em 1899 um periódico denominado *O Suspiro*. Era elaborado no formato de 30cmx20cm, mimeografado e com apenas uma folha, em frente e verso.<sup>8</sup> Já um grupo de tipógrafos de *O Friburguense* lançou *O Lyrio*, jornal literário e recreativo com seções patuscas e apimentadas. Esses periódicos tinham uma duração muito curta, circunstância muito comum à época. O problema do “mal-de-sete-dias” era em decorrência de fatores como a falta de assinantes, a prevenção dos grupos políticos, a escassez de anunciantes e a dificuldade na distribuição, como relatava o n. 1.117 de *O Friburguense* de julho de 1906.

Na década de 1880, surgiram no Rio de Janeiro os primeiros jornais verdadeiramente populares, como a *Gazeta de Notícias* (1875), a *Gazeta da Tarde* (1880), *O Paiz* (1884), o *Diário de Notícias* (1885), a *Cidade do Rio* (1888), o *Jornal do Commercio* (1891), o *Jornal do Brasil* (1891), o *Rua do Ouvidor* (1898) e o *Correio da Manhã* (1901), vinculados à politização urbana, promovida em parte pelos movimentos abolicionista e republicano. A

---

<sup>6</sup>. Menezes Wanderley permaneceu por alguns anos como gerente desse periódico (*A Lanterna*, “Imprensa Friburguense”, de 1906).

<sup>7</sup>. Fundado por Aristides Silva, natural de Itaboraí. Seu primeiro número foi publicado em 22 de maio de 1904, com tiragem de mil exemplares (*A Lanterna*, “Imprensa Friburguense”, de 1906).

<sup>8</sup>. No único exemplar existente no Centro de Documentação Pró-Memória, e que data de 3 de setembro de 1899, percebe-se que seu conteúdo é extremamente duvidoso, a exemplo da crônica “Exma Sra. D. Pulga”, em que dificilmente se apreende o espírito da matéria. O jornal era rodado na Rua Gal. Argolo, 33B, no Centro da cidade. A única inovação foram os desenhos, que não chegavam a se constituir em charges.

participação dos literatos ocorria principalmente no jornalismo em expansão e nas revistas elegantes, típicas do *fin de siècle*. Os jornais empregavam muitos deles, mas, salvo raríssimas exceções, essa participação não proporcionava condições de sobrevivência. Tendo em vista o analfabetismo da maior parte da população brasileira, eram baixas as tiragens das edições dos livros de escritores brasileiros, sendo os periódicos um grande instrumental para a difusão literária na época. Em geral, a reputação do escritor se fazia nos periódicos e, às vezes, pela republicação do mesmo material em forma de livro. Eram os leitores dos periódicos que garantiam o êxito de um escritor. O período de 1898 a 1914 trouxe tecnologia e sofisticação aos jornais.

Como disse antes, os periódicos em que se baseou a pesquisa foram *A Sentinella* e *O Friburguense*. No entanto, esse último monopolizou basicamente todo o trabalho. Era um jornal que não se limitava a assuntos políticos e tratava principalmente do cotidiano, sendo suas crônicas riquíssimas sobre as atitudes e o comportamento dos cidadãos friburguenses. Abastecimento de água, saneamento, iluminação, bondes, instrução e limpeza eram questões tratadas amiúde por *O Friburguense*. Trazia ainda poesias, contos, crônicas e folhetins, em capítulos escritos por Souza Cardoso e outros colaboradores. Na parte de entretenimento, possuía a coluna “Palcos e Salões”, que fazia a crítica dos espetáculos teatrais. Em seu primeiro número, *O Friburguense* declarou-se um veículo de comunicação apolítico, e percebe-se que o velho articulista Souza Cardoso cumpriu quase absolutamente a sua missão: foi um repórter-cidadão.

*O Friburguense* aparece hoje pela primeira vez ao ilustrado publico desta cidade (...) Folha semanal, recreativa, litteraria e noticiosa (...) *O Friburguense* abstem-se completamente da politica, não pertence e nem sustenta a nenhum partido. (*O Friburguense*, de 20-7-1890, n. 1.)

*O Friburguense* foi o primeiro periódico de que se tem registro em Nova Friburgo, tendo sido fundado em 1881 pelo major Candido Matheus Pardal Junior. Sabe-se que deixou

de circular em um dado momento, mas não se sabe em que ano.<sup>9</sup> Em 1890, foi adquirido por José Antonio de Souza Cardoso, saindo o primeiro número dessa nova fase em 20 de julho desse ano.<sup>10</sup> Souza Cardoso dirigiu o jornal até a sua morte, em 24 de novembro de 1897, passando a propriedade a seu filho Augusto Elysio de Souza Cardoso, que sempre fora o seu braço direito. Herdeiro natural, Augusto Cardoso seguiu a mesma linha editorial do pai, dirigindo o jornal também até o seu falecimento, em 30 de junho de 1936. *O Friburguense* passaria então à direção de um antigo colaborador e genro de Souza Cardoso, Menezes Wanderley. Contudo, curiosamente, Menezes Wanderley não deu prosseguimento ao periódico em que tanto colaborara desde o primeiro número de sua nova fase, vindo o jornal a fechar seis meses depois do falecimento de Augusto Cardoso. A última edição do legendário *O Friburguense*, o decano da cidade, como era conhecido, foi publicada em 27 de dezembro de 1936, de número 2.725.<sup>11</sup>

Localizado no coração da cidade, na Rua Sete de Setembro, nº 7,<sup>12</sup> tinha uma tiragem de 2 mil exemplares.<sup>13</sup> Em 1900, somente dentro dos limites da décima urbana, a população era de 3.764 habitantes, segundo *O Friburguense* de 3 de março de 1901, o que significa que, excluindo as crianças e os analfabetos, grande parte dos cidadãos lia esse jornal. Começou sendo impresso nas oficinas tipográficas do *Correio Portuguez* no Rio de Janeiro, na Rua São

---

<sup>9</sup>. *A Sentinella*, de 6-8-1899. Não há qualquer exemplar da primeira fase desse jornal nos arquivos do Centro de Documentação Pró-Memória.

<sup>10</sup>. “(...) Já se foi o tempo da cataplasma, demos um grande passo para o progresso, agora temos imprensa nesta cidade. Convem não retroceder! Pof-Puf” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 9-8-1891).

<sup>11</sup>. Não obstante *O Friburguense* ter circulado durante quase meio século, somente uma ínfima parte desse precioso arquivo se encontra no Centro de Documentação Pró-Memória da cidade, que corresponde ao período pesquisado. Conforme disse antes, em série, sem faltar um exemplar sequer, *O Friburguense* existe no Pró-Memória somente de 1890 a 1896. Depois, são encontrados apenas números esparsos.

<sup>12</sup>. *O Friburguense* era vendido, além de na redação do jornal, na Casa São Pedro, na Praça 1º de Março, no Restaurante da Estação e na Farmácia Tinoco, na Rua Mem de Sá, nº 1, em Niterói. Além das vendas avulsas, costumava-se enviar os jornais aos potenciais assinantes. Todas as pessoas que recebiam o periódico e não o devolviam à redação eram consideradas assinantes.

<sup>13</sup>. “(...) É poeta e redactor d’O Friburguense, jornal cuja tiragem de dous mil exemplates é uma prova de que muito pôde conseguir a actividade e a intelligencia colligadas para o triumpho da empresa (...)” (*O Friburguense*, “Typos de Friburgo”, de 1896).

José, n. 40.<sup>14</sup> Menos de um ano depois, no dia 15 de fevereiro de 1891, *O Friburguense* passou a ser impresso em oficina própria, constituída de um pequeno prelo manual e uma resumida coleção de tipos de jornal e “obras”. Para celebrar tal feito, as bandas Flor da Liberdade e Recreio dos Artistas tocaram em frente ao prédio do jornal, que ficou todo iluminado à noite, com grande concentração de pessoas, conforme notícia na própria edição do jornal de 22 de fevereiro desse ano.

Desde a sua fundação, o jornal estampava anúncios de vários negociantes da cidade e da região, e as famílias liam com interesse as produções literárias assinadas por um escolhido corpo de colaboradores, como os literatos Coelho Neto e Olavo Bilac. Os leitores costumavam recortar e guardar os artigos literários. Com o tempo, o pequeno formato do jornal tornou-se insuficiente para conter todas as matérias. Foi então montada a máquina Marinoni, vinda expressamente de Paris com grande variedade de tipos, o que permitiu a duplicação do formato do jornal a partir de 7 de setembro de 1894, historiava o já citado n. 1.117 de *O Friburguense* de julho de 1906. O decano da imprensa friburguense era apelidado de “*Jornal do Commercio da terra*”. Por alguns anos, *O Friburguense* foi bissemanal, sendo publicado às quintas-feiras e domingos. Das suas oficinas saíam muitos trabalhos para o comércio e para vários jornais, como *O Lyrio*, *O Rebate*, *O Pequeno Jornal*, *O Reflexo*, *Aurora Collegial*, *Friburgo Commercial*, *Almanack Friburguense* (1891) e o *Indicador Fluminense* (1898). As oficinas tipográficas possuíam uma coleção de cerca de 5 mil quilos de tipos e “obras”, uma máquina Marinoni para impressão do jornal, uma Liberty, duas pequenas máquinas americanas e máquinas de aparar, numerar, brochar, picotar, podendo se afirmar que era uma das mais completas oficinas do Estado do Rio.

A coluna de *O Friburguense* denominada “Pif-Paf” era riquíssima em desvelar o cotidiano da cidade. Ao criá-la, Souza Cardoso, espirituoso, encarnava a personagem do

---

<sup>14</sup>. *O Friburguense*, “*O Friburguense*”, de julho de 1906, n. 1.117, em artigo transcrito de *A Lanterna*, por ocasião do 16º aniversário do jornal.

*flâneur*, tipificada e imortalizada por Baudelaire.<sup>15</sup> Souza Cardoso era um *voyeur* da cidade, onde a rua era para ele local de trabalho e fonte de inspiração de sua coluna, assim como as ruas de Paris foram inspiração para Balzac, Victor Hugo, Baudelaire e Émile Zola. Sua livraria, anexa à oficina do jornal, vendia Balzac, Baudelaire e Guy de Maupassant, cujas leituras provavelmente o levaram a personificar esse tipo social. Depois de alguns anos com a coluna “Pif-Paf”, Souza Cardoso assume finalmente a sua *flânerie* e passa a intitular a coluna de “Flanando”.

Numa simbiose entre o dândi e o *flâneur*, Souza Cardoso apresenta, no primeiro número de *O Friburguense* (20 de julho de 1890), a matéria intitulada “O Repórter”, na qual expõe a sua proposta e sua missão jornalística. Como um *dândi*, descreve inicialmente sua sofisticada indumentária, composta de paletó e calça de linho branco, colete de cetim azul, camisa branca francesa com abotoaduras belisárias, chapéu de palhinha da Itália com fita tricolor e guarda-sol de paninho de duas vistas. No peito, preso à cava do paletó, o indispensável distintivo dos rapazes de bom-tom, um cravo, acompanhado de raminhos de alecrim miúdo e arruda. Nada passaria despercebido a ele, fosse uma moça namorando um estudante, um vendedor de papagaios, uma galinha que cacareja, um galo que canta mais alto, de tudo ele haveria de saber, de indagar, de tomar nota, de comunicar ao patrão, e isso com a velocidade tal que mal apenas se tenha ultimado o fato já estaria no prelo devidamente preparado para ter imediata

---

<sup>15</sup>. Quando surgiu a coluna “Pif-Paf”, o articulista colocou ao final a proposta de suas matérias: “Esta sessão é domingueira, e foi inventada para ocupar-se de assumptos variados, (...) e que ninguém, por mais espirituoso que seja, tem direito de fazer mangação com Zé-Camello ou na phrase já muito chapeada, com Zé-povinho.

Pif-Paf, será para muitos uma mágica apparatusa de grande successo theatral, para nós é considerada como uma grande instituição miscellanica, encyclopedica, divertida, despertadora, telephonica e outras varias cousas. Por exemplo:

Podíamos hoje perguntar a quem de direito em que ponto está o projecto de abastecimento de agua, esgotos e iluminação desta cidade, cujos moradores estão anciosos por verem realizado,

Podíamos mais perguntar pelos bonds, pelos suspirados bonds! (...) se isso é peta ou carrapeta (...).

O melhor da festa é esperar. Pof-Puf” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 17-5-1891).

publicidade. Quanto à autoria da coluna, preferiu manter-se no anonimato, assinando como “Pof-Puf”. Mas algumas pistas nos revelaram ter sido Souza Cardoso o seu criador e autor:<sup>16</sup>

Eu tenho a presumpção de ser jornalista, e jornalista de mão cheia; ninguém me convencerá do contrário (...) escrevo a qualquer momento, sobre qualquer mesa, banco ou parede; não tenho gabinete, nenhum assumpto predilecto; tenho escripto immediatamente sobre alhos e bugalhos, sobre cousas e lousas, sobre saccos e trapos e “muichas couzas” até já escrevi, se me é fiel a memória, sobre o preço dos tomates! (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 18-10-1894.)

Mas quem era Souza Cardoso? Esse articulista exerceu diversas atividades em Friburgo. Natural de Niterói, foi promotor público, inspetor de escola e solicitador, atividade profissional que exerceu até o final de sua vida. Durante o Império, foi vereador em diversos mandatos, sendo um dos criadores do Partido Republicano Autonomista, de que foi presidente juntamente com o major Augusto Marques Braga, segundo *O Friburguense* de 12 de junho de 1892, num artigo intitulado “Atenção”. Na primeira eleição da República, o seu partido perdeu para os moderados. Fora do cenário político, adquiriu *O Friburguense*, fazendo uma oposição conscienciosa. Depois que deixou a Intendência, apesar de ser muito respeitado na cidade, só conseguiu eleger-se vereador, ainda assim como suplente, no ano de seu falecimento. Segundo Souza Cardoso, a imprensa era a luta contínua da luz combatendo as trevas, da liberdade contra a opressão, da verdade esmagando a maledicência. Em sua concepção, seu jornal era de utilidade social e prestava serviços enormes e incomparáveis à causa da pátria, da liberdade e da civilização.<sup>17</sup> Gostava de destacar que, na luta em que se

---

<sup>16</sup>. Tive dúvidas se não era seu filho Augusto Cardoso o autor da coluna, em virtude de sua jovialidade e tipo físico, pois o desenho de Pof-Puf era de um rapaz jovem e com bigodes de pontas torneadas, fisicamente muito parecido com Augusto Cardoso. No entanto, uma pista revelou que o autor da coluna era um “velho senhor”, razão pela qual deduzi ser o próprio Souza Cardoso o seu criador. Consegui finalmente identificar o autor de “Pif-Paf” quando Theodoro Gomes dirigiu uma carta diretamente ao redator de *O Friburguense*, ou seja, a Souza Cardoso, em que se queixa de sua crônica sob a epígrafe “Pif-Paf”: “Ilmo Sr. Redactor d’*O Friburguense*. A sua chronica de 19 do corrente, sob a epigraphe Pif-Paf, faz reparos injustos e aggressivos ao inspector de obra municipais (...)” (*O Friburguense*, “Câmara Municipal”, de 17-8-1893).

<sup>17</sup>. “(...) isto porque *O Friburguense* se constituiu uma modesta e civilisada tribuna, accesivel a todas as mentalidades, a todas as opiniões, a todos os gostos e paladares (...)” (*O Friburguense*, “Solicitadas”, de 11-6-1893). “(...) Do alto desta tribuna (...) hei de prosseguir na minha tarefa; bem sei que é ella assas espinhosa, mas hei-de continuar, ficando com a minha consciênciã calma, pois que os golpes que dou, são

empenhara, jamais lhe faltaram a confiança e o amparo da população de Nova Friburgo, segundo afirmou no editorial de 24 de julho de 1892.

Mesmo o articulista considerando *O Friburguense* o “*Times* do Estado do Rio de Janeiro” por gozar de imparcialidade junto ao público,<sup>18</sup> de qualquer forma deve ser analisado com certa parcimônia no que se refere à questão política, já que Souza Cardoso pertencia à oposição. Segundo ele, na missão espinhosa de censor, não tinha outro alvo senão a verdade, a justiça e a prosperidade de Nova Friburgo. Era uma característica marcante em Souza Cardoso a verve de educador. Para ele, o progresso nacional passava pela educação, e foram inúmeros os seus editoriais discutindo essa questão.<sup>19</sup>

Souza Cardoso, um cronista do cotidiano, era uma mistura de Louis Sébastian Mercier e Restif de La Bretonne, que andava pelas ruas de Paris observando o que a cidade revelava. Era um leitor do social que espreitava o cotidiano e a partir de então tecia suas crônicas. Tinha

---

nos costumes e não nas pessoas (...). A imprensa assemelha-se perfeitamente ao motu-continuo, não póde estar parada, sob pena de falsear a sua missão; deve andar, andar sempre, embora agrade a uns e desagrade a outros (...). E quem não sabe que a imprensa é o porta-voz da opinião publica, porque o que ella diz não é mais que a repercussão do que diz o povo?” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 29-3-1894).

<sup>18</sup>. “Esta folha já vem sendo considerada o “Times do Estado do Rio de Janeiro” tal é a importância que atingo e goza pela sua imparcialidade e variedade de assumptos úteis e recreativos, não tem podido, por falta de espaço, admitir nas suas columnas a minha amável figura, ficando eu privado por algum tempo de palestrar com os leitores sempre indulgentes; (...) Eis-me, pois, de ponto em branco, conversando com os amigos leitores, de quem eu já sentia amargas saudades (...)” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 2-7-1893).

<sup>19</sup>. “E sobre quem deve recahir a immensa responsabilidade de tão grave falta, que inquestionavelmente resulta em atraso e para o abatimento da pátria brasileira? (...) São os Paes os culpados, é isso outra verdade. Sim, são os Paes os únicos e verdadeiros culpados da falta ou do atraso da instrucção do nosso paiz; uns por inqualificável pyrrohonismo, outros por desleixo ou indiferença. E quantos esquecidos da sua missão não compehendendo a necessidade e utilidade que resulta para o engrandecimento do Brazil instruindo seus filhos. – Pof-Puf” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 13-11-1892).

“Eu desejaria que a instrucção chegasse a todos os cantos do Estado, e não é esta a primeira vez que digo, à todas as casas, não só nas cidades e povoados, como nos campos, por entre as montanhas, nos logares mais longuinquos onde hajam crianças em idade de aprenderem, ainda mesmo que haja uma só criança. Neste ponto penso como o immortal Victor Hugo: Plantar debaixo de cada árvore uma escola (...)” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 24-6-1894).

um público leitor feminino muito significativo, pois se dirigia diversas vezes às suas leitoras, fazendo muitas troças das mulheres, além de escrever folhetins destinados a esse público.<sup>20</sup>

Outro jornal que serviu para a pesquisa foi *A Sentinella*. Fundado em 1895 por Guilherme Samuel Bohrer, funcionou inicialmente em São Pedro, mas pouco tempo depois transferiu a redação e sua oficina para o primeiro distrito de Nova Friburgo, ou seja, para o Centro da cidade. *A Sentinella* era um periódico declaradamente do Partido Republicano Autonomista,<sup>21</sup> tendo o correligionário Bohrer como redator e gerente. Não obstante Souza Cardoso também ter sido membro desse partido e seu fundador, havia uma diferença muito grande entre *O Friburguense* e *A Sentinella*. O primeiro era um jornal com uma crítica mais abalizada e equilibrada sobre a política municipal, em que reconhecia méritos e deméritos dos adversários políticos. Na oposição que fazia ao Partido Republicano Moderado, então no governo do município, teve sempre equilíbrio em suas colocações, sendo coerente nas críticas que fazia aos *ex adversus*. Já *A Sentinella* era um jornal absolutamente panfletário, parcial, belicoso, muito mais politizado, até porque se declarava como órgão oficial do partido. Bohrer expressava claramente que seu jornal fora criado para servir de instrumento aos autonomistas. Seus editoriais tratavam tanto da política municipal, quanto da estadual e da federal. Samuel Bohrer era uma espécie de Marat da Revolução Francesa. De qualquer maneira, seu periódico serviu para fechar a pesquisa até o final do século, principalmente no capítulo sobre sociabilidades, já que o Pró-Memória da Nova Friburgo só dispõe, como disse antes, de *O Friburguense*, na seqüência, até o ano de 1896.

---

<sup>20</sup>. A mulher no mundo passa / Por tantas transformações, / Que em multiplas mutuações / Vai de anjinho até carcassa / Aos 10 anos é nhá-zinha, / É tetéia e é nenê; / aos 13 a tornar-se vem / Astro, flor, anjo, rainha. / Aos 20 já é feitiço, / Aos 25 um peixão / E aos 30 um pancadão, / Aos 40... nem por isso. / Aos 50... já não logra! / Tratam-a todos – vovó; / Toma rapé, traz chinó, / E se vinga... sendo sogra. (*O Friburguense*, “Para Todos – Mulher”, de 29-3-1894).

<sup>21</sup>. *O Lumiarense* de 7 de outubro de 1894 destacou, quando do surgimento de *A Sentinella*: “(...) Como se vê no seu bem lançado artigo-programa, o valente campeão defende o interesse social e a política que professa (...) vendo-se que o collega entra nas lutas da imprensa com a bravura e habilidade de consummado bellicoso (...).”

Em Nova Friburgo, os jornais eram um instrumento dos partidos locais e suas páginas a tribuna dos políticos, sendo poucos os que proclamavam isenção.<sup>22</sup> Em sua maioria, eram declaradamente partidários e seus diretores arautos dos respectivos partidos que representavam. Quando desejavam fugir da arena política, declaravam ser “órgão imparcial”, como foi o caso da *Gazeta de Friburgo*, de propriedade de José Saldanha.<sup>23</sup> O Partido Moderado também teve a sua tribuna, o periódico denominado *Cidade de Friburgo*, contemporâneo de *O Friburguense* e *A Sentinella*. Como dito antes, de propriedade de Carlos Domingues Nogueira, em 1892 foi adquirido pelo médico higienista Theodoro Gomes exatamente quando ele assumiu a presidência da Intendência, iniciando sua carreira política na cidade.<sup>24</sup>

Como o afluxo de veranistas cariocas para Friburgo durante a estação calmosa foi amplamente tratado neste trabalho, faltou a realização de uma pesquisa sobre os periódicos do Rio de Janeiro contemporâneos aos de Friburgo, como o *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *A Imprensa*, *O Rio-Nú* e a *Revista da Semana*, do *Jornal do Brasil*. Provavelmente, muitas matérias sobre a ida desses cariocas para as regiões serranas foram publicadas por esses periódicos. Neto Machado, articulista do *Jornal do Brasil*, freqüentava *soirées* em Friburgo e organizava festivais artísticos no Teatro D. Eugênia, apresentando-se como amador. Assim como ele, diversos articulistas freqüentavam a cidade, e suas presenças eram sentidas nas visitas que faziam às redações dos jornais de Friburgo, despedindo-se dos colegas no final do verão. Suas presenças eram registradas no livro de ouro desses periódicos. Muitos, ao retornarem às suas ocupações profissionais, devem ter escrito

---

<sup>22</sup>. Quando, no início do século XX, o médico Galdino do Valle Filho resolveu entrar na política, a primeira atitude que teve foi fundar o periódico *A Paz*.

<sup>23</sup>. No único exemplar existente no arquivo municipal de Nova Friburgo, percebe-se que esse periódico tinha uma linha muito próxima de *O Friburguense*. Havia o registro da “Sezione Italiana”, uma seção toda escrita na língua de Miguelangelo (*Gazeta de Friburgo*, de 20-10-1895).

<sup>24</sup>. “(...) Consta que passou a ser de propriedade dos Srs. Theodoro Gomes e João Manoel Carlos de Gusmão a “Cidade de Friburgo” (*O Rebate*, de 19-5-1892, e ainda *O Friburguense*, de 7-2-1892).

matérias ou crônicas sobre a estação calmosa em Friburgo, até porque muitas pessoas ilustres, como Rui Barbosa, freqüentavam a cidade. Carlos de Laet assim o fez, como mostra sua crônica citada no Capítulo 1.

O presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, além das informações tradicionais e preliminares de uma pesquisa, como os dados demográficos e geográficos de Nova Friburgo, fez-se uma leitura espacial do Centro da cidade. A crônica de Carlos de Laet foi oportuna, já que ele visitara Friburgo à época e dela descreveu suas impressões, e nesse sentido procurou-se interpretar sua leitura sobre a cidade. A descrição minuciosa da paisagem e dos logradouros públicos foi essencial para a compreensão dos capítulos seguintes, situando melhor o leitor para compreender os problemas de infra-estrutura da cidade, bem como seus espaços de sociabilidade.

No segundo capítulo, foram analisadas as tensões sociais. Uma breve pesquisa da história política em Friburgo a partir da República fez-se necessária para identificar a classe dominante e seus atores. Além dos periódicos, recorreu-se à pesquisa em alguns processos criminais – os sumários de crime – para confrontar com algumas matérias, até porque as colunas policiais eram bem diminutas nos periódicos. A construção da representação que se fazia de Friburgo à época como cidade salubre foi analisada de forma a se compreender suas práticas culturais. Procurou-se reunir os pontos de tensão vivenciados na sociedade daquela época, desde a questão da infra-estrutura até os problemas sociais, conforme foram apontados no presente capítulo.

Já no terceiro capítulo foram analisadas as sociabilidades, suas formas e seus lugares. Nessa parte procurou-se revelar atitudes, modos de vida, comemorações, festas, crenças, discursos, tipos de leituras, redes de solidariedade, relações sociais, visões da elite, enfim, todas as práticas culturais. No que tange aos atores, buscou-se identificar tanto a elite como os

excluídos da história, a exemplo dos loucos, das mulheres, das crianças, bem como as expressões populares de cultura.

Finalmente, acredito que tanto *O Friburguense* como *A Sentinella* tenham conseguido dar conta da representação do passado da sociedade friburguense no final do século XIX ou, pelo menos, aproximar-se daquela realidade social.

## CAPITULO UM

### Uma *Flânerie* por Nova Friburgo

#### 1.1. Friburgo hoje

Situada em um vale a 847 metros de altitude do nível do mar, Nova Friburgo é uma cidade serrana do Estado do Rio de Janeiro, com clima frio e seco. Possui como municípios limítrofes Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Macaé, Trajano de Moraes, Bom Jardim, Duas Barras, Sumidouro e Teresópolis. Com uma população atual de 173.418 habitantes, sendo 151.851 domiciliados na zona urbana e 21.567 na área rural, e com uma taxa de alfabetização de 93,1%, segundo o Censo de 2000 do IBGE, Nova Friburgo é considerada hoje um pólo de atração econômica da região Centro-Norte Fluminense.

Sua economia atual gira em torno das indústrias metalúrgica e têxtil de médio e pequeno portes. A metalurgia responde pela maior parte do PIB do município, seguida pelas indústrias têxtil e do vestuário. No entanto, apesar de não superar o setor metalúrgico, o complexo de pequenas confecções de moda íntima, originárias de uma força de trabalho desempregada das outrora grandes indústrias, deu maior visibilidade ao município, que ficou conhecido como “capital da moda íntima”. O comércio varejista também é representativo, enquanto a agropecuária deixou de ser expressiva no decorrer dos anos.<sup>25</sup>

Nova Friburgo iniciou sua industrialização e conseqüente expansão da urbanização a partir do primeiro decênio do século XX, quando empresários alemães adventícios investiram nas indústrias de grande porte do setor têxtil (Fábrica de Rendas Arp e Fábrica Filó), metalurgia (Ferragens Haga) e acessórios de couro (Fábrica Ypú). Consolidando o seu processo de industrialização na década de 1930, Nova Friburgo passou a ser considerada cidade industrial. Por conseguinte, as sucessivas administrações municipais abandonaram, ao

---

<sup>25</sup>. O Censo de 2000 do IBGE encontrou os seguintes valores para a produção econômica em Nova Friburgo, segundo os ramos de atividade (em R\$ 1.000): indústria metalúrgica: 93.871,77; indústria têxtil: 59.467,95; indústria do vestuário: 41.428,35; comércio varejista: 66.251,06; e agropecuária: 32.138,90.

longo dos anos, a preservação das belezas naturais da cidade, bem como seu patrimônio histórico, ficando os rios poluídos pelas indústrias e seus solares substituídos por prédios, em um desenfreado processo de especulação imobiliária.

Atualmente, Nova Friburgo não possui mais as grandes indústrias que na década de 1970 geraram em torno de 25 mil empregos diretos. A crise econômica que afetou essas empresas, na década de 1990, foi reduzindo o seu parque industrial, e de grandes passaram a indústrias de médio e pequeno portes, apesar de ainda prevalecerem sobre os outros setores.

O turismo, negligenciado desde a década de 1930, em virtude da hegemonia do setor industrial no orçamento do município, tem sido visto pela sociedade civil como forma de fomentar a economia de Friburgo. A designação de “Suíça Brasileira”, celebração de um passado colonial, é um instrumento de *marketing* de que se faz uso sempre que se debate a questão de resgatar o turismo na cidade. Já a representação de “cidade salubre”, vigente no final do século XIX e resgatada por esta pesquisa, também se desvaneceu no tempo, em virtude da hegemonia da economia capitalista industrial. Atualmente, o clima e a paisagem de Nova Friburgo distanciam-se da outrora idílica e bonina do Estado do Rio de Janeiro.

Friburgo está prestes a completar o bicentenário de sua colonização e a sociedade civil mobiliza-se na busca de uma identidade para o município: “Suíça Brasileira”, “Capital da Moda Íntima” ou “Cidade Salubre”? Vale a pena uma reflexão sobre a história do município para tirarmos alguns elementos de sua verdadeira identidade, pois, como dizia Lucien Febvre (*apud* Braudel, 1978, p. 58-9), “história, ciência do passado, ciência do presente”. E como bem observou um escritor local, afinal, “quem somos, o que queremos, para onde vamos?” (Gazé, 1992).

## **1.2. A Colonização: a Natimorta “Suíça Brasileira”**

A falência da imigração suíça em Nova Friburgo não foi uma exceção ou um fato isolado. Teve um certo paralelismo de fracasso com outras experiências de colonização em algumas regiões do país, na primeira metade do século XIX. O sistema de núcleos coloniais adotados por D. João VI foi, de modo geral, um insucesso. Fundados em várias regiões do país, esses núcleos foram instalados nas matas, longe dos mercados, o que provocou a dispersão dos colonos. Uns migraram para as zonas urbanas, onde encontrariam melhores condições de trabalho, enquanto outros permaneceram nas zonas rurais, vivendo mediocrementemente, em nível comparável ao do caboclo. A história dessas experiências colonizadoras é idêntica, com exceção de alguns núcleos criados em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, onde a colonização logrou sucesso. Os demais casos fracassaram, a despeito do empenho da administração do Império em estimular o seu desenvolvimento. Os latifundiários, desejosos de obter braços que viessem substituir os negros, não aprovavam a política colonizadora. A oposição entre a orientação do poder central e os interesses dos fazendeiros de café manifestou-se várias vezes. O governo visava intensificar a imigração para o povoamento, possibilitando ao colono acesso a terra, único sistema capaz de atrair imigrantes. Os cafeicultores, por outro lado, queriam braços para as suas lavouras (Costa, 1985, p. 302).

Nova Friburgo teve sua colonização iniciada por imigrantes suíços, circunstância essa de que um pequeno grupo se vale, denominando-a “Suíça Brasileira” sempre que se deseja glamorizar o município. Na verdade, nada ficou da herança cultural dessa colonização e essa denominação deve-se mais à similitude das características geográficas de Friburgo com a Suíça do que propriamente a qualquer outro aspecto. De acordo com Sandra Pesavento (1999, p. 245), todo ato fundador tende à sacralização, nascendo assim os “mitos de origem”, segundo a narrativa dos pósteros, articulando uma representação glamorizada dos acontecimentos que

dão início a um processo. Na representação imaginária, nasce o “mito”, que, com sua força criadora, dá sentido, organiza, hierarquiza, seleciona e atribui valores de positividade para construir uma resposta à questão universal que todos indagam: de onde viemos?<sup>26</sup>

O problema de Friburgo se resume na luta de representações. Chamar Friburgo de “Suíça Brasileira” é simplificar de forma irresponsável a história de uma cidade que na trajetória de sua formação e organização social teve a contribuição de outras nacionalidades, como a portuguesa e a italiana, hegemonicamente, além de outras, como a alemã, a árabe e a africana.

Segundo Roger Chartier (2002, p. 17), as representações construídas são sempre determinadas por interesses dos grupos que as forjam. Foi o que ocorreu em Friburgo, onde um determinado grupo tenta impor a sua concepção de mundo, os valores que são os seus e o seu domínio. Por isso, a investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

A imigração foi um dos traços mais importantes nas mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX. Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930, com os italianos formando o grupo mais numeroso (35,5% do total), vindo a seguir os portugueses (29%) e os espanhóis (14,6%). Em decorrência da forte demanda de força de trabalho para a lavoura do café, o período de 1887 a 1914 concentrou o maior número de imigrantes, com aproximadamente 2,74 milhões de pessoas. Os italianos, mais uma vez, constituíram o principal agrupamento nacional a fornecer mão-de-obra para a economia cafeeira. Já a capital da República continha o maior contingente de portugueses, sendo uma característica desse grupo de imigrantes a concentração nas cidades, conhecidos por seu papel no pequeno e no grande comércio, assim como na indústria.

---

<sup>26</sup>. Quem desenvolveu bem essa questão sobre o mito de “Suíça Brasileira” em Friburgo foi o professor João Raimundo de Araújo em sua tese de doutorado (2003).

A mobilidade social ascendente dos imigrantes nas cidades é inquestionável, como atesta seu êxito em atividades comerciais e industriais (Fausto, 2006, p. 155-8).

Não obstante ter sido somente na metade do século XIX o início da maior migração dos povos na história, no começo do século também houve os denominados “homens a caminho” (Hobsbawm, 2005, p. 271), tendo sido o Brasil a rota para uma parcela desses migrantes. No princípio do século XIX, o governo já havia elaborado uma política de colonização de povoamento estrangeira no Brasil e tinha como um dos defensores José Bonifácio. A instituição de núcleos coloniais de povoamento em diversas regiões do país, no reinado de D. João VI, foi uma estratégia que tinha por escopo um novo modelo econômico que não mais se basearia no latifúndio e no trabalho escravo. Objetivava-se que a colonização de territórios inabitados deveria ser feita por imigrantes estrangeiros, tendo em vista que possuíam capacidade técnica para a manufatura e tradição na agricultura, diferentemente do trabalhador brasileiro, considerado indolente, preguiçoso e pouco afeito ao progresso. A grande pressão britânica para o fim da escravidão no Brasil, associada a um grande fluxo migratório europeu para a América, a exemplo dos Estados Unidos, foi um fator que também contribuiu para o projeto de colonização estrangeira. Poder-se-ia argüir ainda da necessidade da produção de gêneros alimentícios no Brasil, já que a monocultura inviabilizava esse tipo de produção. Logo, os núcleos coloniais teriam uma estrutura agrária com base na pequena propriedade para a produção de gêneros alimentícios como o milho, o feijão, a batata, entre outros produtos, com a utilização do trabalho livre. Nova Friburgo foi incluída ao acaso nesse projeto.

O suíço Sébastian-Nicolas Gachet era um daqueles homens de negócio que tinha por objetivo auferir vantagens financeiras por intermédio da colonização e veio ao Brasil com essa finalidade. Recebido por D. João VI, Gachet fez uma proposta para a instalação de uma colônia suíça em território nacional. Sendo as condições da proposta bem recebidas pelo

monarca, Gachet retornou ao seu país para iniciar o processo de recrutamento dos colonos e o fez em nível institucional, ou seja, o acordo seria firmado entre as duas nações. O cantão de Fribourg, de onde Gachet era originário, ao receber a proposta de uma colônia suíça além-mar, percebeu as vantagens dessa imigração, pois dessa forma poderia livrar-se das bocas famintas dos apátridas que tanto oneravam os recursos do Estado. Foi assim que Gachet obteve uma carta-patente do cantão com autorização para iniciar as negociações com a Corte do Rio de Janeiro, no sentido de instalar uma colônia suíça no Brasil. Retornando ao Rio de Janeiro em 3 de outubro de 1817, Gachet foi novamente recebido por D. João VI, já agora também como representante oficial do governo suíço, para negociar os termos do contrato. Foi então que Nova Friburgo entrou na história da imigração de estrangeiros para o Brasil.

Monsenhor Miranda, inspetor da Colonização Estrangeira, contrariando Gachet, que sugerira a província de Santa Catarina, determinou que a primeira colônia de imigrantes helvéticos se localizasse na região de Cantagalo, que, por ser próxima à Corte, facilitaria a proteção do rei e os recursos às autoridades competentes. Propôs, para esse fim, a aquisição da Fazenda do Morro Queimado, que pertencia a outro eclesiástico. Argumentou que tal estabelecimento já possuía uma estrutura com casas, capela, gado e plantações, além de ter um preço que se adequava às possibilidades de compra pelo Tesouro Real. Em 1817, Cantagalo era um importante produtor de café e o núcleo de colonização seria essencial para servir de elo entre as fazendas de café dessa região e o porto do Rio de Janeiro, por onde escoavam as exportações.

Logo, são firmadas as Condições de 11 de maio de 1818, que estabeleciam o início de uma colonização suíça em território brasileiro. Quanto ao conteúdo, o tratado continha 24 artigos, prevendo a formação da colônia no distrito de Cantagalo, que se denominaria Nova Friburgo, tendo como meta uma economia baseada na pequena propriedade rural e no trabalho livre. O Estado ficaria responsável pela administração colonial, que teria um diretor

e autoridades administrativas e judiciárias, segundo as leis portuguesas. Estabeleceu-se, ainda, o limite de cem famílias, que receberiam uma subvenção durante os dois primeiros anos. Eis um exemplo de um dos seus principais artigos:

Art. IV: Cada família, segundo o número de membros, receberá, como sua propriedade, por concessões e sem qualquer encargo, determinada quantia de terra; além disso, animais: bois, cavalos ou burros de carga, vacas, ovelhas, cabras ou porcos; e, para plantar e semear, serão distribuídos trigo, feijão, favas, arroz, batatas, milho, grãos de mamona para fazer óleo, sementes de linho e de cânhamo.

O cidadão suíço deveria naturalizar-se português de imediato, assumindo a posição de súdito. Tornava-se desde então proprietário de um lote de terra, gozando, durante dez anos, de privilégios militares e fiscais, livre de impostos e taxas. Tratando-se de uma colônia de povoamento, entre as condições do tratado estava a exigência de um aparato técnico dos colonos suíços como artesãos, carpinteiros, marceneiros, ferradores, serralheiros, pedreiros, moleiros, sapateiros, curtidores, alfaiates, tecelões, oleiros, telheiros etc. Preocupados com a auto-suficiência da colônia, exigia-se ainda que trouxessem da Europa um cirurgião, um médico, dois ou quatro eclesiásticos, um farmacêutico e um ferrador com experiência em veterinária, aos quais o erário comprometia-se a efetuar uma gratificação anual.

Quanto ao governo suíço, seu interesse era o de estimular a emigração para livrar-se dos apátridas, chamados de "*Heimatlosen*", assim considerados por não pertencerem originariamente aos cantões da Confederação Helvética e por não possuírem os direitos reservados aos membros dos burgos. Para incentivar a emigração, criminosos tiveram a pena de detenção comutada em degredo, sendo que essa circunstância levaria o monsenhor Miranda, mais adiante, a acusar os cantões de terem formado a colônia com forte proporção de vagabundos, condenados e prostitutas. No entanto, para Martin Nicoulin (1996):

Só ver na emigração suíça para Nova Friburgo o resultado de um expurgo policial é simplificar realidade mais complexa. Tais juízos exprimem apenas um dos aspectos do fenômeno migratório. Mas, como é o mais espetacular, pode-se compreender que tenha impressionado as primeiras testemunhas e iludido os historiadores. A criação de Nova Friburgo não foi apenas o resultado de uma deportação. É preciso considerar também os outros lados do problema e destacar as figuras de

emigrantes livres e empreendedores. Sem dúvida, ao partir, nem todos dispunham de recursos. Contudo, ao recusar as más condições socioeconômicas oferecidas por seu cantão natal, manifestavam pelo menos a riqueza psicológica, ou seja, vontade de tentar fortuna no Brasil.

No conjunto, não foi uma emigração compulsória, uma vez que a maior parte dos emigrantes era formada de pessoas que, voluntariamente, se alistaram nos postos de recrutamentos dos diversos cantões da Suíça. Contudo, dos relatórios dos prefeitos sobre os inscritos no plano de emigração, a maioria das famílias trazia junto às inscrições observações sobre carência financeira.

Emigraram para o Brasil 2.018 indivíduos, sendo a maior parte constituída por homens jovens e adultos. O equilíbrio entre o número de agricultores e artesãos era quase paritário. Não obstante os cantões terem direcionado a emigração dos apátridas, no conjunto há somente 325 destes, contra 84% de suíços. Apesar da presença de suíços-alemães na composição do grupo, levando-se em conta as diversas regiões de cantões bilíngües, 72% dos primeiros habitantes de Nova Friburgo falavam a língua francesa. Os sete navios conduzindo os colonos suíços chegaram ao Rio de Janeiro entre os dias 4 de novembro de 1819 e 8 de fevereiro de 1820 e, considerando-se os óbitos e nascimentos ocorridos durante todo o trajeto, a colonização iniciou-se com 1.631 suíços.

Com a chegada na Vila de Nova Friburgo em janeiro de 1820, a hidrografia determinou a localização central da colônia, instalada às margens do Rio Bengala, na confluência dos Rios Cônego e Santo Antônio. Na região já havia fazendeiros luso-brasileiros, não sendo o povoado de todo inabitado, possuindo a vila um armazém, um açougue, dois moinhos pequenos, uma fábrica de telhas e dois fornos de padaria. Um édito de 3 de janeiro de 1820 transformou a Fazenda Morro Queimado em Freguesia de São João Batista da Vila de Nova Friburgo, ficando desde então desmembrada de Cantagalo.

Começaram, porém, os problemas. As casas que haviam sido construídas para moradia dos suíços assemelhavam-se a senzalas ou típicas moradias das classes pobres do Brasil colonial, sendo úmidas e frias. Os suíços alimentavam-se mal e passaram a absorver hábitos

nativos, como beber muito café e tomar cachaça. As doenças começaram a grassar na colônia e mais de um terço dos imigrantes adoeceu nos seis primeiros meses, desde a chegada, registrando-se 131 falecimentos. Foi feita a distribuição de cem lotes de terra por sorteio entre as famílias agrícolas, passando a ser proprietárias por direito, isentas de qualquer ônus. D. João VI oferecia ainda terrenos a todos aqueles que desejassem estabelecer empreendimentos não-agrícolas, além de crédito aos que tivessem intenção de construir estabelecimentos industriais ou comerciais. Com relação à distribuição dos lotes, alguns ficaram satisfeitos, mas muitos colonos acharam suas áreas incultiváveis. Alguns receberam terrenos em que mais da metade da superfície era plana, enquanto outros ficaram com terrenos montanhosos, com área cultivável reduzida à metade, desmotivando-os a desmatar a sua terra.

Do resultado da primeira colheita dependeria Nova Friburgo para que a Corte fizesse investimentos na colônia. Depois de um ano, os subsídios dados pelo governo seriam reduzidos à metade, pois o produto do trabalho do campo deveria em parte substituir os referidos benefícios. A necessidade de empreender trabalhos de infra-estrutura na vila, como a construção de estradas, fez com que um grupo de colonos não pudesse ocupar suas terras, causando-lhes prejuízos. A maior parte dos colonos, porém, já partira para suas propriedades, onde plantaram milho, feijão, batata, vinhas e trigo. No entanto, as chuvas contínuas tornaram a primeira colheita um verdadeiro fracasso.

Um ano depois da chegada dos suíços, a situação era desoladora e pairava o desânimo sobre a maioria dos colonos. Durante o primeiro trimestre de 1821, Nova Friburgo vegetava e havia uma verdadeira letargia na colônia. Uma comissão foi designada para ir à Corte pedir ao rei melhores terras e aumento do subsídio, mas o clima político do país não era alentador, culminando com a partida de D. João VI para Portugal, seguido por monsenhor Miranda, responsável pela colônia. A situação era desfavorável por se tratar de um projeto quase pessoal do monarca, de modo que Nova Friburgo ficou isolada e abandonada. Mais tarde, uma

administração nomeada pelo príncipe regente retomou o processo de colonização de Nova Friburgo, retornando inclusive com os subsídios. Plantaram-se milho e feijão, fabricaram-se queijo e vinho, sendo até o vinicultor recompensado pelas autoridades brasileiras por ter produzido o primeiro vinho de Morro Queimado.

Mesmo com a chegada, em maio de 1824, de um contingente de 343 alemães, trazendo novo estímulo à vila, aqueles acontecimentos precedentes não evitaram a dispersão dos colonos. A desigualdade na distribuição das terras, algumas de todo incultiváveis, consistindo em encostas e picos muito escarpados, fez com que somente uma minoria de colonos permanecesse nas fazendas. A população de 1.662 suíços em Nova Friburgo, em 1820, ficou reduzida a 632 em 1830. Alguns colonos migraram para as terras de Cantagalo e outros para a região de Macaé de Cima. Em Cantagalo, estima-se que a partir de 1824 a presença helvética nessa região seria equivalente ou ultrapassaria a de Nova Friburgo. Dedicando-se à plantação do café, os que migraram para essa região tornaram-se prósperos fazendeiros (Nicoulin, 1996).

Assim, a diáspora dos colonos para essas regiões pode ser caracterizada como uma falência do projeto de colonização suíça em Nova Friburgo. Portanto, não se coaduna a denominação de “Suíça Brasileira”, já que esse esvaziamento acarretou a absoluta ausência de qualquer tradição cultural dos suíços em Nova Friburgo, já perceptível no final do século XIX.

Souza Cardoso nos legou uma síntese interessante sobre a formação da cidade, com matizes da história oitocentista:

Nos anais da história do município de Nova Friburgo, contam-se no mês que corre, duas datas memoráveis que nunca devem ser olvidadas pelos que amam deveras esta terra encantadora.

Três e oito de janeiro, são dois dias que o povo friburguense deveria entusiasticamente erguer os mais festivos hinos e saudações patrióticas.

Nos primitivos tempos, quando nosso país não passava de uma possessão colonial, embora mais tarde galardoado com o título de Reino Unido, Nova Friburgo estava circunscrita na extensa área sujeita às administrações distritais das minas de Macacu e de Cantagalo, e apelidaram-na de Morro Queimado, por causa da cor tisonada cinzenta das elevadas montanhas.

Seguiu-se a fundação da colônia, levantaram-se casas formando o povoado na praça hoje denominada 15 de Novembro, e as vilagens de “cima” ao lado sul do povoado, e de “baixo”, ao

lado norte; mais tarde aparece a vilagem do “chateux”, todos esses núcleos foram progredindo, se bem que lentamente, e tinham por divisão natural o rio Bengalas.

Nessa povoação foi criada a Freguezia de São João Batista e elevada logo a categoria de vila por alvará de 03 de janeiro de 1820.

Foi nessa data, pois – três de janeiro – que Nova Friburgo entrou para o mapa das poucas vilas que então existiam, dando aos habitantes vantagens e regalias que até então não possuíam, e que, antes, para goza-los, tinham de atravessar uma multidão de serras e maus caminhos, afrontando grandes perigos, fazendo enormes dispêndios e suportando inúmeros incômodos. Eis porque essa data – três de janeiro – deve ser memorável para os friburguenses.

Após a ereção da vila notou-se mais adiantamento no povoado; foram aumentadas as edificações e cresceu consideravelmente o numero dos seus habitantes; lançou-se a pedra fundamental da Igreja-Matriz (...) e com a sua legítima influência, o velho Barão de Nova Friburgo, de veneranda memória, construiu sua cadeia, estabeleceu-se o cemitério católico todo murado com uma capela no centro; ergueu-se a capela protestante e o cemitério da mesma comunidade; além de duas escolas públicas, funcionavam dois colégios particulares, onde preparavam-se alunos para as academias do país, um denominava-se São Vicente de Paula, dirigido por seu proprietário Francisco Marques de Souza e situado no morro do chateaux, no edificio onde está funcionando o Colégio Anchieta; o outro, mais antigo pois que foi fundado em 1841 denominava-se Instituto Colegial de Nova Friburgo, era dirigido pelo seu proprietário João Henrique Freese e situado na rua do colégio atualmente denominada Três de Janeiro, no edificio que foi substituído pelo atual estabelecimento hidroterápico (duchas).

À maneira que corriam os anos foi também acentuando-se o progresso local, mais vida notou-se no comércio e na lavoura; aumentaram as rendas municipaes, as do estado avultaram com a arrecadação do imposto de décima a que estavam sujeitos grande número de prédios recentemente construídos.

Como poderia Nova Friburgo alcançar, não diremos já um favor nem uma graça especial, mas, a confirmação de um direito incontestável, adquirido pelos seus próprios elementos naturais e progressivo desenvolvimento, se não era ela um baluarte eleitoral do qual dependesse a vitória dos candidatos do parlamento; se o rei não tinha aqui a sua residência de verão; se não tinha forças para romper essa centralização de ferro que tanto acabrunhou-a por dilatado tempo?

Foram-se os anos e despontou o dia que Nova Friburgo chegou até onde deveria chegar; fez-se-lhe a merecida justiça a que tinha direito: por decreto de 08 de janeiro de 1890, foi elevada à categoria de cidade.

Eis porque também 08 de janeiro deve ser memorável para os friburguenses.

É justo, pois que o povo não esqueça, e que celebrando com grande júbilo essas duas datas, manifeste o amor e o interesse que sente pela prosperidade desse belo pedaço da terra de Santa Cruz, dando assim demonstração solene do seu patriotismo e a mais edificante lição à mocidade, àqueles que tem de sucederem-nos, e a quem temos o dever de instruí-los nas coisas da nossa terra. (*O Friburguense*, “Datas Memoráveis”, de 8-1-1893.)

### **1.3. Nova Friburgo no Regime Republicano: Nova Fase?**

Antes de iniciar, gostaria de contextualizar o período em que esta pesquisa se desenvolve, citando tão-somente acontecimentos pontuais da época.

No plano mundial, triunfava o imperialismo britânico, reinava relativa paz entre as nações e, de meados dos anos 1890 à Primeira Grande Guerra, a economia mundial

prosperava, saindo da depressão de 1873, o que levou o período a ser consagrado pela historiografia como a Belle Époque (1890-1914). No Brasil, estávamos recém-saídos do regime econômico baseado no modo de produção utilizando a mão-de-obra escrava, que marcara a sociedade brasileira profundamente, interferindo nas relações sociais e culturais, e que permaneceria por longos anos arraigada nas práticas sociais. Além de libertos do cancro de mais de três séculos de escravidão, iniciávamos a construção de uma nação sob o regime republicano, em que, infelizmente, a maior parte da população estava ausente da vida política. Vivíamos em pleno reinado do coronelismo, no qual o estabelecimento do federalismo permitiu que diversas oligarquias locais ascendessem ao poder no seu âmbito regional, assumindo o controle político, administrativo e econômico do país. Com o fim da escravidão, o Brasil passou a receber mão-de-obra estrangeira, a maior parte proveniente da Itália, de Portugal e da Espanha.

Um dos objetivos desta pesquisa será analisar o impacto que esses fatores – mudança do regime de governo e incremento da imigração – ocasionaram na sociedade friburguense, já que Friburgo encontrava-se próxima do centro político da época, o Rio de Janeiro, capital da República. Qual teria sido o sentimento da população friburguense com a nova ordem política, isto é, com a implantação do regime republicano?

“Despontou nova phase para o município de Nova Friburgo! Parabéns!” Foi com essa afirmação que Souza Cardoso iniciou o seu editorial, intitulado “Nova Phase”, em *O Friburguense* de 10 de novembro de 1890, um ano após a proclamação da República. Teria Nova Friburgo entrado em nova fase, rompendo com os resquícios de sua natimorta colonização e com os efeitos decorrentes da centralização do governo imperial? Estaria mesmo Nova Friburgo na iminência de iniciar um processo de ruptura com o seu passado e viver um novo momento? Que benefícios traria o novo regime de governo à cidade?

Com a implantação da República, Nova Friburgo foi elevada, em 8 de janeiro de 1890, à categoria de cidade, ficando então dividida em três distritos, segundo *O Friburguense* de 2 de novembro de 1893: o primeiro, denominado São João Batista, o núcleo urbano; o segundo, Lumiar; e o terceiro, Sebastiana. Nesse ano, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer foi desmembrada, transformando-se no município de Sumidouro. Em 1892, Friburgo também perderia o distrito de São José do Ribeirão para Bom Jardim, como consequência, segundo Souza Cardoso, de manobra política do Partido Republicano Moderado, que pretendia livrar-se de uma região que era reduto do Partido Republicano Autonomista.

Lumiar, distrito com a maior concentração de descendentes suíços, tinha importante papel na economia do município, com a produção de café e gêneros alimentícios, abastecendo a cidade e exportando para a capital federal. Possuía uma certa autonomia em relação ao núcleo urbano de Friburgo. Além de um colégio privado, mantido pela comunidade, tinha um jornal, *O Lumiareense*, e depois *A Sentinella* de São Pedro de Lumiar, bem como uma atividade cultural intensa, atestada pela existência de duas sociedades musicais. Essa suposta autonomia demandou uma campanha por parte de um segmento local para a desanexação de Friburgo, o que nunca chegou a ocorrer. O distrito de Sebastiana, logo nos primeiros anos da República, também pleiteou o desmembramento de Friburgo. Uma parte da população pretendia sua anexação a Teresópolis, recém-elevada à categoria de cidade, enquanto outra parte almejava a incorporação do distrito pela Vila do Sumidouro.<sup>27</sup> Essas propostas de emancipação dos distritos se deviam à falta de investimentos por parte da Intendência nesses locais, que contribuíam com impostos mas não tinham a contrapartida de melhorias em suas regiões. Eram fontes de receita dos municípios sob a primeira Constituição republicana: imposto sobre prédios

---

<sup>27</sup>. “(...) o certo é, porém, que actualmente a elevação de uma cidade ou formação de um município depende sómente de pedir-se por bocca como se pede em qualquer hotel uma fritada (...)” (*O Friburguense*, “Mouros na Costa...”, de 20-7-1890).

urbanos, de indústrias e profissões, sobre veículos terrestres e fluviais, sobre ambulantes, taxas remuneratórias (funerárias, água, esgotos, iluminação, matadouros, mercados etc., muitas das quais, na maioria dos estados, arrecadadas pelos concessionários), multas por infrações de posturas, entre outras. Contudo, a anexação de Sebastiana por Teresópolis acabaria ocorrendo em 1901. O distrito de Lumiar ficaria sob a tutela do “mandão de aldeia”, Carlos Maria Marchon, principal líder político e presidente do Partido Republicano Fluminense do Lumiar, que auxiliou os moderados na primeira eleição do regime republicano, derrubando a hegemonia política dos Neves. Alguns anos depois, mudaria sua posição política, aliando-se aos autonomistas. Nas eleições para vereadores e juizes municipais, Lumiar era o distrito onde a disputa política era mais acirrada e violenta.

A dimensão populacional constitui precisamente o primeiro foco de atenções para avaliar o fenômeno urbano. Considerando a relatividade histórica de toda indicação numérica, podemos aduzir que a cidade de Nova Friburgo, no final do século XIX, não possuía um quantitativo populacional que a colocasse como um núcleo urbano *stricto sensu*. O censo de 1890, o primeiro do regime republicano, registrou a população de Nova Friburgo em 18.287 habitantes, inferior ao decadente pólo cafeeiro de Cantagalo, que contava com 26.067 habitantes. Se a compararmos com Petrópolis, que possuía 13.574 habitantes e com quem rivalizava na disputa pelos turistas, poderíamos colocar Friburgo demograficamente mais próxima do que se constituiria um núcleo urbano. Ainda assim, seria simplificar demais a questão das dimensões da complexidade urbana. O principal distrito era o de São João Batista, que contava, em 1890, com a existência de 1.105 prédios com 1.147 fogos, sendo 432 prédios urbanos com 432 fogos e 673 prédios rurais com 715 fogos. Nesse distrito, havia 6.799 habitantes, dos quais 2.407 residiam na “urbe”, no dizer dos friburguenses, e 4.392 nos arredores, segundo informava *O Friburguense* de 17 de agosto de 1890.

Algo que fica evidente é que o censo de 1890 não traduzia a realidade demográfica de Nova Friburgo. Em 1892, o jornal divulgou um recenseamento que mostrava uma população bem acima da apurada no censo, com 22.805 habitantes, conforme o quadro seguinte:

Tabela 1

<b>Distrito</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
São João Batista	3.433	3.133
São José do Ribeirão	5.854	5.193
Sebastiana	1.237	1.090
Lumiar	1.565	1.300
<b>Total</b>	<b>12.089</b>	<b>10.716</b>

Fonte: O Friburguense, “Recenseamento”, de 2-10-1892.

O jornal *O Friburguense* de 2 de outubro de 1892 questionava a veracidade dos censos e afirmava que a população de Nova Friburgo era superior a 22.805 habitantes:

(...) não hesitamos em afirmar que este município tem maior população. O recenseamento foi feito, pode-se dizer a galope, a última hora (...). Tudo isso, provém, de fazer as coisas com precipitação e não reconhecer-se ainda a grande utilidade de um recenseamento exato (...).

Outro item de provável imprecisão diz respeito ao número de imigrantes em Friburgo. De acordo com o censo, apenas 2% da população eram constituídos de imigrantes. No início da República, era a capital federal quem concentrava a maior parte da imigração, com 124.119 imigrantes, quando o restante do estado possuía somente 16.140. Mas é possível que boa parte desses estrangeiros tenha migrado da capital federal para Friburgo nos primeiros anos da República, em função dos problemas enfrentados pelo Rio Janeiro, como as epidemias, a falta de infra-estrutura urbana, as turbulências políticas e movimentos lusófonos como o jacobinismo.<sup>28</sup> Por outro lado, Friburgo, por seu clima agradável, atraía periodicamente enorme contingente de veranistas e possivelmente deve ter catalisado a vinda

<sup>28</sup>. O jornal *O Friburguense* publicou, em 20 de junho de 1896, uma estatística de imigração no Estado do Rio de Janeiro durante o ano de 1895, sendo os seguintes os municípios que mais receberam imigrantes do total de 1.003: Santa Maria Madalena (224); Petrópolis (184); Cantagalo (108); Campos (98); Friburgo (73); Paraíba do Sul (47); Pirai (41) e outros municípios com números menos significativos.

de imigrantes abastados que investiram em estabelecimentos comerciais e na construção de residências. Logo, é possível que o censo de 1890 não traduzisse a realidade sobre o número de imigrantes, já que as matérias de *O Friburguense* destacavam a presença de “grande número de estrangeiros” na cidade. Como o articulista critica a precariedade com que o censo foi realizado, é possível que Nova Friburgo abrigasse um número de imigrantes bem superior ao que retratava o levantamento oficial:

A população desta cidade é, em geral, pacata, morigerada e laboriosa; além dos nacionaes, conta-se **grande número de estrangeiros** especialmente portuguezes, italianos, hespanhóes e francezes.

A classe operária aqui é numerosa, compõe-se de nacionaes e estrangeiros.

A maior parte desses estrangeiros fixou aqui a sua residência definitiva, constituiu família e muitos já possuem propriedades urbanas (...). (*O Friburguense*, “Friburgo III”, de 28-10-1894; grifos meus.)

Apesar de o censo de 1900 registrar uma queda no número da população friburguense, que passou para 16.117 habitantes, deve-se considerar dois fatores: em primeiro lugar, o censo de 1890 foi um malogro, sendo criticado por conter um questionário excessivamente longo que comprometera seu resultado. Marcando uma ruptura com o período monárquico, o primeiro censo da era republicana propôs-se uma cobertura temática bem mais ampla e diversificada que o censo de 1872. Em virtude disso, as dificuldades de coleta, o grande número de lacunas e imprecisões, os custos e a morosidade no procedimento dos dados prejudicaram substancialmente o alcance da pesquisa. Com atraso de oito anos, os primeiros resultados só começaram a aparecer em 1898 e se limitaram às variáveis de sexo, idade, raça, filiação, culto, analfabetismo, estado civil e nacionalidade. Dados sobre defeitos físicos e profissões foram divulgados somente para o Distrito Federal (Rio de Janeiro) e Alagoas. Mostrou-se ainda infrutífera a tentativa de informações sobre a renda.

Também a implementação do Censo de 1900 não foi diferente. A detecção de erros e omissões quando da divulgação dos primeiros resultados do Rio de Janeiro levou ao seu cancelamento e à realização de um novo censo para a capital da República. Dada a

importância do Rio no contexto nacional, essas ocorrências acabaram por minar a representatividade e a credibilidade do levantamento como um todo. Logo, na virada do século XX, a imagem da população brasileira era vaga e imprecisa (Oliveira, 2003). O segundo fator que contribuiu para a redução numérica da população no Censo de 1900 foi a desanexação do distrito de São José do Ribeirão, em 1892, incorporado ao município de Bom Jardim.

Nova Friburgo possuía 67% (12.290) de sua população constituídos por brancos e 32% (5.997) distribuídos entre negros, mestiços e caboclos. A escravidão não foi tão intensa em virtude de a agricultura, desde a colonização, ter sido implantada com base na pequena propriedade e com a utilização de mão-de-obra livre e familiar. Noventa e cinco por cento eram católicos romanos, o que denota que os imigrantes suíços e alemães protestantes não fizeram proselitismo junto aos friburguenses.

Durante muitas décadas haveria, em Friburgo, a predominância da população branca, e a presença estrangeira seria marcante e definidora da estrutura social e econômica no município. No final do século XIX, os estrangeiros, principalmente portugueses e italianos, eram os proprietários da incipiente indústria e dominavam o comércio em geral, formando a elite econômica e política da cidade. A arena em que os membros da classe dominante travavam suas disputas era na Intendência, em busca de concessões dos serviços públicos, favorecimentos e cargos municipais. E, como dizia o articulista Souza Cardoso, o povo friburguense assistia a tudo isso “bestializado”.

#### **1.4. A Flânerie de um Visitante em Nova Friburgo**

Chegava-se a Friburgo pelo trem da Estrada de Ferro Leopoldina, outrora Estrada de Ferro Cantagalo. Em 21 de outubro de 1857, foi celebrado um contrato entre o primeiro barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, juntamente com Candido José Rodrigues Torres e

Joaquim José Santos Júnior, e o governo da província do Rio de Janeiro para a construção da Estrada de Ferro Cantagalo. O trecho inicial foi o de Porto das Caixas à Raiz da Serra de Nova Friburgo (Cachoeiras de Macacu), inaugurado em 22 de abril de 1860. A ferrovia foi criada objetivando o escoamento da produção de café da região de Cantagalo, da qual o barão de Nova Friburgo era o maior latifundiário, até o porto do Rio de Janeiro. Quando o barão suíço Von Tschudi visitou a região de Cantagalo em meados do século XIX, ao referir-se ao barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, escreveu:

(...) é o mais rico fazendeiro, não só do Distrito de Cantagalo, como de todo o Brasil (...). É português de nascimento (...) veio para o Brasil sem vintém (...) circulam muitas versões quanto à natureza de seus negócios e do modo por que chegou a ser possuidor de tão avultada riqueza (...). O novo-rico é em toda a parte do mundo objeto de inveja e maledicência (...). O que acontece em muitos casos, no Brasil, onde existe mesmo um provérbio bastante malicioso que diz “Quem furtou pouco fica ladrão, quem furtou muito, fica barão”, o que bem ilustra o pensamento do povo (...). (Tschudi, 1980, p. 83.)

Havendo necessidade de expansão da rede ferroviária, em 12 de março de 1870 foi celebrado o contrato entre a presidência da província do Rio de Janeiro e Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, o segundo barão de Nova Friburgo, para o prolongamento da Estrada de Ferro Cantagalo de Cachoeiras de Macacu (Raiz da Serra) até Friburgo. Esse trecho seria inaugurado em 18 de dezembro de 1873, com a presença do imperador D. Pedro II e do segundo barão. Em 26 de janeiro de 1877, a província do Rio de Janeiro encampou a Estrada de Ferro Cantagalo e, em 25 de agosto, ela foi vendida à Companhia Estrada de Ferro Leopoldina. Onze anos depois, em 12 de novembro de 1898, passou a ser de capital inglês, sendo denominada The Leopoldina Railway Company Limited.<sup>29</sup>

Saindo do Rio de Janeiro, embarcava-se na estação marítima da Leopoldina, no Largo da Prainha, cruzando de barco a Baía do Rio de Janeiro – atual Baía de Guanabara –, com

---

<sup>29</sup>. *O Friburguense*, “A Nova Estação”, de 9-6-1935: “(...) presente o Imperador, Senhor D. Pedro II (...) o monarca homenageou o construtor da estrada de Cachoeiras a então vila de Nova Friburgo, Dr. Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, o Barão de Nova Friburgo (...)”. Também *A Lanterna* de 1906 noticiava o fato: “Estrada de Ferro para Nova Friburgo”.

destino a Niterói. Nesse município, pegava-se o trem na Estação Ferroviária de Santana de Maruí, passando por diversas estações até chegar a Porto das Caixas, onde a linha férrea bifurcava à direita para Campos e à esquerda para Cantagalo. No trajeto para Cantagalo, passava-se pela Baixada Fluminense, chegando a Cachoeiras de Macacu, onde, a partir de então, se fazia o traslado dos passageiros para um trem munido de uma cremalheira, para mais facilmente subir a serra. No ponto mais elevado da serra, a 1.086 metros de altitude, havia uma parada em uma pequena estação, onde finalmente o trem descia, seguindo o Rio Santo Antônio até chegar ao núcleo urbano.

O expresso de passageiros, que partia da estação de Maruí, em Niterói, às 7 horas da manhã, chegava a Friburgo às 10h37. O trem misto, que partia dessa estação às 10 horas da manhã, chegava a Friburgo às 16 horas da tarde, sendo mais demorada essa viagem em virtude das paradas que o trem fazia em diversas estações. O que facilitava o fluxo de turistas, nos finais de semana, era o trem especial de passeio, que partia de Niterói às 16 horas, aos sábados, chegando a Friburgo às 19 horas. De forma contrária, partia de Friburgo às 6 horas da manhã de segunda-feira e chegava a Niterói às 9h5. A barca que fazia o trajeto entre Rio de Janeiro e Niterói possuía alguns horários em correspondência com os trens que partiam de Niterói, segundo informava *O Friburguense* de 14 de outubro de 1894.

Nas paradas das estações, conforme a época do ano, consumiam-se frutas como cambucá, laranja, tangerina, lima, limão-doce, jabuticaba, fruta-do-conde, banana, abacaxi, melancia, sapoti, abacate e roletes de cana. Nos botequins das estações, café, pão-de-ló, bijus e, nos tabuleiros dos vendedores ambulantes, doces, bolos de arroz e de milho. Nas estações que partiam de Friburgo havia ainda bolinhos de bacalhau, influência da colônia portuguesa. Bilhetes de loteria eram apregoados com grande alarido, além das cobiçadas orquídeas, denominadas à época “parasitas”, conforme noticiava *A Lanterna* de 1906.

*Cattleya harrissonia* era uma das espécies de orquídeas comercializadas em Friburgo conhecida como parasita. O século XIX foi tomado por uma verdadeira mania de colecionar orquídeas, alcançando algumas espécies preços astronômicos. As pessoas de alto poder aquisitivo e a aristocracia colecionavam e mantinham orquídeas em estufas, competindo na coleta de espécimes raras e organizando expedições nos trópicos para adquiri-las. A Inglaterra foi o país onde o hábito de colecionar orquídeas entre os aristocratas mais se disseminou, sendo o maior importador, seguido da Holanda e da Bélgica. A elite fluminense, que se tornara europeizada, possivelmente copiava o modelo inglês e colecionava orquídeas, já que elas eram comercializadas nas estações de trem.

Em 1895, eram 12 as estações de trem que serviam a Nova Friburgo e adjacências: Rua Gal. Argollo, no Centro de Friburgo, Conselheiro Paulino, D. Marianna, Murinelly, Barão de Aquino, Sumidouro, Bella Joanna, B. de São Francisco, Bacellar, Paquequer, Mello Barreto e São José, já informara *O Friburguense* de 14 de setembro de 1893 e voltava a informar na edição de 2 de junho de 1895. Os trens chegavam e partiam da estação entre os horários de 8h16 da manhã a 5h58 da tarde; e pela rigidez britânica na fixação dos horários tem-se a impressão de que a companhia primava pela pontualidade dos trens, o que na realidade não ocorria. A Companhia Leopoldina foi uma empresa objeto de constantes críticas e achincalhe por parte dos habitantes de Friburgo e usuários em geral. Não cumpria os horários divulgados, mercadorias eram extraviadas, danificadas ou violadas, além dos acidentes que matavam e mutilavam, povoando os noticiários com tragédias que se repetiam de forma contínua. Não bastassem as perdas humanas, a referida companhia atravancava a economia do município, que dependia dela tanto para o escoamento de seus produtos, como para o abastecimento de víveres em seu comércio. Causara tantos problemas à população que chegou a despertar saudosismo no articulista de *O Friburguense*:

Naquele tempo não havia o cavallo de ferro, viajava-se a pé, montados em burros manhosos e magros ou em liteiras, porém, gozava-se mais, as viagens eram mais divertidas, parava-se na

estrada para ver as cascatas e as cachoeiras, ouvia-se o canto agudo da araponga pousada nas gigantescas árvores da serra; ia-se á Ponte da Saudade – saudar os que vinham e abraçar os que partiam (...). (*O Friburguense*, de 7-10-1894.)

Entre tanta cousa bôa nota-se em Friburgo uma cousa má: a irregularidade dos serviços da estrada de ferro, que todos se queixam. Não será extemporâneo lembrar á Companhia Leopoldina uma idéia: consulte uma cartomante a ver se ella descobre a causa dos malles (...).

(*O Friburguense*, de 8-11-1894.)

Chegando ao núcleo urbano de Nova Friburgo, o trem passava pela Rua Gal. Argolo, seguindo a Praça 15 de Novembro e a Avenida Cantagalo. Atravessando o Rio Bengala por um pontilhão, passava pela Chácara de Duas Pedras e seguia para a estação de Conselheiro Paulino, onde a linha férrea bifurcava e se dividia em duas direções: Cantagalo e Sumidouro. A estrada de ferro foi, certamente, um novo momento para Nova Friburgo, tendo em vista que a viagem entre o município e o Rio de Janeiro, de quatro dias, passou a ser feita em seis horas. Além do transporte de carga, o trem viabilizava o fluxo de passageiros com o Rio de Janeiro, com Friburgo passando a receber grande contingente de veranistas e de pessoas debilitadas fisicamente, demandando o desenvolvimento da economia, com o incremento da hotelaria e do comércio em geral. É interessante notar que desde 1875 já se encontrava no relatório Laemert esta observação:

Esta nova estrada de ferro, desde a sua inauguração, funcionando com regularidade, fornece condução commoda todos os dias aos doentes que procurão restabelecer a sua saúde em um clima semelhante aos melhores da Europa. (*Almanaque Laemert*, Centro de Documentação Pró-Memória, Livro 800.01.)

Friburgo agradava aos visitantes mais pela sua natureza e pelo clima do que por qualquer outro aspecto. Sem atavios, não possuía logradouros ou prédios públicos que chamassem a atenção do “leitor” da cidade e, apesar de algumas luxuosas residências particulares, estas não chegavam a impressionar os visitantes. Era descrita como uma cidade encantadoramente bela pela sua simplicidade, repleta de cravos rubros e de camélias brancas. As caracterizações recorrentes sobre a cidade referiam-se ao seu clima vivificador e às águas

de poder curativo, objeto de constante destaque pelos que a descreviam. Acreditava-se que seu clima tinha o dom natural de auxiliar a respiração, dando a Friburgo a denominação de “Paraíso do Rio de Janeiro”, segundo o relato que *A Lanterna* fazia em 1906, ao descrever a cidade e contar sua história. Das cidades de verão, era a preferida pela simplicidade de seus habitantes e pelos dotes com os quais lhe favoreceu a natureza. “Pittoresca”, “deliciosa cidade”, “formosa cidade”, “mimosa bonina”, “estação de verão sã” e “cidade salubre” eram adjetivações que se davam a Nova Friburgo, à época. Ainda segundo o periódico, Nova Friburgo era um lugar que a natureza destinou para arrimo da caducidade física da humanidade. Criou-se, a partir de então, uma representação dela como cidade salubre que se foi consolidando nas décadas seguintes. No texto a seguir, retirado de uma crônica publicada em *O Friburguense*, o cronista compara Friburgo a cidades que se assemelhavam a ela pelas suas características naturais, como Petrópolis e Teresópolis, mas destacava a superioridade de Friburgo:

É incontestável que a cidade de Nova Friburgo, não tem igual, pela excellencia do seu clima vivificador e pelas águas frescas e christalinas que rolam das suas cascatas. Não tem aqui a humidade da triste e decadente Petrópolis, nem a ventania incessante da estreita Theresopolis! Friburgo, a formosa cidade, a mimosa bonina das cidades do Estado do Rio de Janeiro, (...) conserva ainda a sua encantadora belleza primitiva, e jamais a perderá! (...) O poder humano jamais poderá estancar as águas tão puras como a mesma puresa, correndo nos regatos como precioso liquido vindo do Empyrio expressamente para aliviar as maguas e os soffrimentos (...) as mais lindas flôres, cuja fragrância robustece os fracos e anima os desalentados!

A aragem branda, que mostra identificar-se com o sopro divino, emanando esse clima tão privilegiado que encerra a virtude de rediviver os que se acham na derradeira lucta da natureza com a morte, jamais cessará! Jamais! Só Deus o poderá fazer! (*O Friburguense*, de 25-2-1891.)

Chegava-se ao núcleo urbano da cidade desembarcando na estação de trem, que ficava na Rua Gal. Argolo, atual Alberto Braune. A prefeitura municipal localiza-se atualmente no mesmo local da antiga estação. No entanto, o prédio atual não é o mesmo do século XIX, quando a estação foi inaugurada em 1873 por D. Pedro II. O prédio da velha estação foi demolido e a nova, em estilo colonial, foi inaugurada em 2 de junho de 1935, passando a denominar-se Estação de Passageiros da Leopoldina Railway.

A Rua Gal. Argolo, com 26 metros de largura e 570 metros de extensão, era o local de maior concentração comercial, sendo cortada pela linha da ferrovia, que prosseguia em direção a Cantagalo e Sumidouro. As ruas de Nova Friburgo seguiram o traçado inicial dos tempos coloniais, desenvolvendo-se ao redor do Rio Bengalas, que cortava todo o núcleo urbano. As primeiras residências do período colonial estabeleceram-se na Praça 15 de Novembro, formando um pequeno povoado. A cidade foi dividida em três núcleos: a “vilagem de cima”, do lado sul do povoado; a “vilagem de baixo”, do lado norte; e a “vilagem do *chateau*”.<sup>30</sup>

Na realidade, o cenário que foi encontrado em Friburgo, no final do século XIX, foi o da concentração da população no Centro da cidade, em torno do primitivo povoado, imbricando-se ricos e suntuosos solares e chalés com casebres que mal se sustentavam em pé. Para se ter uma idéia da desorganização espacial, as famílias Sertã e Dumans, das mais prósperas do município, tinham suas residências na Gal. Argolo, próximas ao cortiço do espanhol Ennes, que ficava ao final dessa rua, em frente ao Hotel Engert. Em frente à estação, ainda na Rua Gal. Argolo, também se confundiam hotéis requintados com uma estalagem que alugava quartos. Antonio Van Even e Diogo Campbell, o primeiro um dos homens mais ricos do município e o segundo enteado do conde de Nova Friburgo, residiam na Rua 3 de Janeiro, atual Rua Monsenhor Miranda, que ficava nas proximidades do Beco da Cadeia, local em que se espriavam os mais miseráveis casebres. O Beco do Arco, outro local de concentração das classes populares bem como de prostituição, era uma rua perpendicular à Gal. Argolo, que, como disse, era a principal rua do comércio. O Beco do Arco tinha essa denominação porque os transeuntes passavam sob um pequeno túnel abaixo de um sobrado localizado numa estreita rua. Era uma espécie de servidão de passagem. Permanece até hoje essa rua com o mesmo nome. Logo, o Centro de Friburgo era um cruzamento de realidades sociais múltiplas,

---

<sup>30</sup>. *O Friburguense*, “Datas Memoráveis”, de 8-1-1893. Para melhor referência, o lado norte é em direção ao Rio de Janeiro e o lado sul, em direção a Teresópolis.

uma encruzilhada onde se agrupavam ricos e miseráveis, a população sedentária e flutuante, um comércio que variava entre o requintado e o simplório, influenciando, sobremaneira, as relações sociais. Quando um grupo de médicos higienistas assumiu o comando político da cidade, a utilização do espaço público passou a ser normatizado, iniciando-se, a partir de então, as tensões sociais. A rua foi, paulatinamente, deixando de ser via de passagem e trânsito de animais e tornou-se um lugar de sociabilidade. Passando a ser apropriada pela elite, como lugar de passeio e para uma “palestra”, construíram-se cafés, confeitarias, charutarias, teatro e bilhares. Não se toleraria mais o convívio tão próximo entre a classe dominante e os populares.<sup>31</sup>

A cidade é como um texto e o seu leitor privilegiado é o habitante ou visitante que se desloca através dela, seja em suas atividades cotidianas, no caso do cidadão, seja em atividades excepcionais, para o caso dos adventistas. Em seu deslocamento e na assimilação da paisagem urbana através de um olhar específico, esse transeunte decifra a cidade como um leitor decifra um texto. Uma cidade fala dos critérios de segregação presentes em sua sociedade por meio dos múltiplos compartimentos em que se divide, dos seus acessos e interditos e da hierarquia social do espaço. A cidade, sem dúvida, pode ser lida, sendo um grande texto que tece dentro de si uma miríade de outros textos, inclusive o das pequenas conversas produzidas nos encontros cotidianos (Barros, 2007, p. 40-6). Utilizaremos, a partir de então, um relato de viagem para a “leitura” da cidade. Como bem definiu Bernard Lepetit,

conhecer bem é descrever; descrever é desenvolver um discurso verídico em que as curiosidades, além de suscitarem interesse, constituem o conjunto do espaço exótico. Dessa forma, o mérito do relato de viagem reside na força de evidência que ele manifesta. Se obtém adesão, não há mais nada a dizer. Organizado como quadro de fatos reais, desafia o comentário, convida à reprodução, fornece todos os elementos necessários e suficientes para um saber positivo do mundo. (Lepetit, 1996, p. 88-9.)

---

<sup>31</sup>. “(...) Há Sr. Redator, certa ordem de indivíduos que sem princípio de civilização, fervorosos devotos de Baco, promovem freqüentes desordens, trazendo aos moradores da Rua 3 de Janeiro (onde residia a elite da cidade) em verdadeiro sobressalto; e a adiantadas horas da noite (em que estas desordens se dão) impede-nos de chamar as autoridades” (*O Friburguense*, de 17-8-1890).

Nesse contexto, no trajeto pelo Centro da cidade utilizaremos, paralelamente, as leituras e impressões do jornalista e monarquista Carlos de Laet,<sup>32</sup> na tentativa de estabelecer um diálogo entre a sua *flânerie* com as fontes dos periódicos. O objetivo é inventariar os principais pontos da cidade à época, sendo que a forma de apropriação desses espaços será analisada mais adiante, no capítulo sobre sociabilidades. Laet inicia sua coluna desta forma:

Se a Xavier de Maistre foi lícito entreter os leitores, em um volume inteiro, com A Viagem ao Redor do Meu Quarto, muito não será que em oito colunas, aos que costumam ler-me, fale eu de um aprazível lugar onde se respira e vive melhor do que neste aparelho crematório à beira-mar aceso (Rio).

Nada mais agradável do que sentir, a medida que o solo rapidamente se eleva depois de Cachoeiras (de Macacu) a progressiva diminuição do calor que ora nos enerva e desseca. De manhã, lá em cima, quando o excursionista em passeio matutino tem de enfiar o sobretudo para se resguardar da neblina que o borrija, só com a mais profunda comiseração pode lembrar-se dos infelizes que à mesma hora tressua esbaforidos no grande foco da civilização nacional [refere-se ao Rio de Janeiro] (...). Quando não tem razão, choram as mulheres e ganham o que querem. Friburgo é como as senhoras: em se vendo apertadas pelo calor, chove a farta, que tal é o seu modo de lacrimejar, e acaba por ficar mais fresquinha do que um alface (...) mas eis que passa o mau tempo; já despejaram as nuvens a sua carga de chuviros: e então por todos os cotovelos das ruas areiadas e limpas, a galante vila sorrisse para a gente da Corte, parecendo ironicamente recordar-lhe as calçadas lamacentas da orgulhosa capital.

A Gal. Argolo era cortada, pelo lado esquerdo de quem chega, por diversas ruas transversais, como as ruas Leuenroth, Jacome, Duque de Caxias, Umbelina, Riachuelo e Beco do Arco. Essas ruas convergiam para uma extensa avenida, paralela a ela, denominada Rua Avenida, com 51 metros de largura e 960 metros de extensão, dividida em duas alamedas pelo Rio Bengalas, onde o barão de Rimes tinha uma residência “assobradada e elegante”. Essa avenida, que depois passou a chamar-se Avenida Friburgo e atualmente Galdino do Vale Filho, é um importante eixo viário do município. No final do século XIX, porém, ela não era ainda arborizada como até alguns anos atrás. Sua bela alameda de árvores foi sendo destruída e, hoje, restam poucos exemplares de ipês amarelos e lilases margeando o Rio Bengalas. Nenhum outro lugar em Nova Friburgo expressava melhor a condição de local de sociabilidade masculina do

---

<sup>32</sup>. Carlos de Laet era jornalista do *Correio da Manhã* e publicou um artigo sobre a cidade de Friburgo na seção “Crônica Semanal” do “Almanaque” da *Gazeta de Notícias*. Essa crônica acha-se transcrita e arquivada no Centro de Documentação Pró-Memória de Nova Friburgo.

que a Rua Gal. Argolo, que tinha como referência a Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro. Possuía lojas comerciais refinadas, como joalherias, relojoarias, modistas e cafés. Nos estabelecimentos mais sofisticados, como as joalherias e relojoarias, comercializavam-se brincos e bichas de brilhantes, alfinetes de ouro, brilhante para gravata, pulseiras e adereços em brilhantes, argolões africanos em ouro, relógios com *chatelaine* para senhoras, correntes de plaquê, relógios Pateck Phillippe, James Pool, Robert Rosckel, Humbert Ramus, International Watsch, todos em ouro, além de outros artigos de luxo.

Os cigarros ou charutos industrializados, diferentemente do fumo de corda ou fumo de pitar, eram presenças recentes na vida urbana nacional e se distinguiam dos hábitos tradicionais de fumar ou mascar, relacionados com o mundo rural (Sevcenko, 2006a, vol. 3, p. 528). As charutarias em Friburgo, locais prediletos de sociabilidade masculina, vendiam cigarros panchita, relâmpagos, *blancos*, La perla de la Havana, Bahianos, Fenianos, Turcos, Berd Zai, Barbacena; fumos como Borboleta, Picú, Barbacena, Goyano, Araxá desfiado e virgem; além de tabaco e rapé. Papel de seda ou palha para os fumos, cachimbos, piteiras e fósforos ingleses, todo um sortimento de produtos para fumantes era encontrado nas charutarias do município.

No entanto, a típica desorganização do Centro da cidade não passou despercebida de Carlos de Laet, que criticou o comércio local:

Contam-se algumas fábricas e muitas casas de comércio, geralmente bem abastecidas. Unicamente observei que não se respeitava o princípio das divisões das especialidades. Com efeito os selos que achei, comprei-os em um armazém de modas: na padaria, umas lingüiças, lacre nas boticas e os melhores figos na chácara de uma senhora parteira.

Na sua ambigüidade, era possível encontrar um comércio de secos e molhados próximo a requintadas *charcuteries* e *pâtisseries*. No comércio mais simples, vendiam-se sementes, rapé, maisena, araruta, sagu, tapioca, mate, velas, polvilho, farinha láctea, *phosphatine*, bacalhau, carne-seca, manteiga *demagny* e doces em calda. Muito próximo a esses simplórios

estabelecimentos, um comércio sofisticado para atender à elite da cidade e aos ilustres veranistas. Na Praça Paissandu, existia a Charcuterie Française, de propriedade de Felix Besnard. O requintado estabelecimento vendia *boudins, saucisses, crepinettes, patè d'Italie, patè de foie de canard, patè de Pithuiers, langues fourrées, rillettes de tours, patè de Ruffec, tripés à la mode de Caen, saucissons de Lyon e Arles, preparation de jambons façon, westphalie york, glaces, galantine truffée*, lingüiças, salpicões, morcelas e salames. *Pièces montées pour banquets*, dizia o anúncio publicado em *A Sentinella* de 1899. Já na Gurany Store, localizada na Praça 15 de Novembro, vendiam-se bombons finos em vidros hermeticamente fechados vindos diretamente da Suíça. Também em várias edições de *A Sentinella*, em especial as de 28 de janeiro e 25 de fevereiro de 1900, anunciava-se variado sortimento de *chocolat suchard à la vanille, biscuits suchard, cacao soluble, deblotins vanilles, mandarines, cartons de bolons à la creme, petites croquettés santé, petites croquettés vanillé, bouteilles de calendrier perpétuel, coffrét métal, souvenir, pappilon, porte cartes riche, petit oeuf, moyen oeuf, valise, tambur, sassettes cigares, porte feuille, porte monaie, petits cigars, mandolines, serpents*, ameixas francesas, tâmaras, uvas-passas, *abricot cristalino*, amêndoas de Lisboa, nozes, açúcar branco e fiambres. Tudo vinha diretamente da Casa Suchard, em Neuchâtel, na Suíça. No setor de bebidas, forneciam-se cerveja Franziskaner pilsen e cerveja preta inglesa, informava *A Sentinella* de 14 de janeiro de 1900. Na Casa Sá, também se encontravam gêneros importados de qualidade e *hors-d'oeuvre*.<sup>33</sup> Na confeitaria de Frieda Huttig, localizada na Gal. Osório, havia variado sortimento de pudins, pão-de-ló, biscoitos, bolos, balas e pratos frios como saladas, maionese, entre outros acepipes. O friburguense abastado poderia ter à mesa vinhos Bordeaux e águas de Vichy.

A influência de imigrantes europeus fez com que os horários das refeições em Friburgo não se diferenciassem muito dos do velho continente. Baseando-se nos horários das refeições

---

<sup>33</sup>. O mesmo que acepipe, segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda, e que os franceses chamam de *hors-d'oeuvre* (ver Roquette, 1997, p. 209).

dos hotéis, o café da manhã era servido às 7 horas e o almoço às 10 horas. Jantava-se às 16h30 e um chá era servido às 20h30. De Portugal herdamos as denominações “almoço”, “jantar” e “ceia” e acrescentamos a primeira refeição da manhã, que chamamos “café” (Cascardo, 2004, p. 660). Os horários das refeições na França alteraram-se no decorrer do século XIX. O “pequeno almoço” ou “café da manhã” tomava-se ao levantar. O “segundo almoço”, chamado de “almoço de garfo” ou “ajantarado”, era servido entre 10 horas e meio-dia. O jantar era a refeição com o horário mais variado, entre quatro e seis da tarde. No final do século, os convites para jantar previam uma refeição por volta da 19h30 (Martin-Fugier, 2003, p. 202).

Uma das coisas mais apreciadas pelos friburguenses era uma boa petisqueira nas tardes de domingo, fosse em um dos hotéis ou nos cafés da cidade, como no Central, Alexandre, Colombo ou no Flor de Friburgo. Consumiam-se presunto, comidas frias, pastéis de nata, empadinhas de palmitos e camarões, *lunch*,<sup>34</sup> mingau, café, chá, chocolate, vinhos franceses, italianos e portugueses, incluindo o vinho verde, chope e a nativa cerveja Friburgo-Brau.

Os alemães não influenciaram a alimentação no Brasil, ao contrário dos portugueses e italianos, mas reforçaram o consumo de certas iguarias utilizadas pelos portugueses, como a cerveja, as carnes salgadas ou defumadas e as batatinhas. Nas padarias de Friburgo, a presença portuguesa podia ser percebida no consumo de pães, rosquinhas, bolachas de todas as qualidades, massas brancas, leite condensado e biscoitos cavacas. Cavacas era um doce originário de Amarante, Caldas da Rainha e Rezende, regiões de Portugal (Cascardo, 2004, p. 305-6). Os pastéis, muito apreciados em Friburgo, eram da região de Tentugal. A cultura portuguesa era percebida principalmente na vida material dos friburguenses, com o bacalhau

---

<sup>34</sup>. Em 1820, no período da restauração dos Bourbons, os franceses, afastando as auras britânicas sobre a França, extinguiram a clássica *collation* e o *gôûter*, espalhando o *lunch*. Dez anos depois, o *lunch* seria insubstituível e Portugal adotou-o, semi-esquecendo a denominação merenda. Deve ter aparecido no Brasil durante o Primeiro Império, originando o verbo lanchar. O *lunch* francês, sob Luís Filipe e o Segundo Império, era uma refeição completa (Cascardo, 2004, p. 686-7).

sendo consumido *pari passu* com a carne-seca, o vinho verde, o azeite doce e os bolinhos de bacalhau, de que os passageiros enchiam os bolsos, comprados nas estações de trem como farnel de viagem. O azeite doce em Portugal é fundamental e come-se com o pão. Dá sabor, força e ajuda a digestão. “Acomoda o comer”, diziam no Douro (Cascardo, 2004, p. 248). Na crônica abaixo, percebemos a influência portuguesa no cotidiano de Friburgo:

Estiveram bonitas as festas da instalação do novo município de Cordeiro e da posse da respectiva Intendência (...) entramos no trem que desta cidade partio mais de uma hora depois da que está marcada no horário.

Essa demora do trem não deve causar o menor reparo, porque, em todas as cousas deste mundo é sobremaneira difícil, senão impossível, encontrar a pontualidade; notavelmente se na cousa entrar brasileiro (seja dito aqui entre parenteses e para honra nossa!)

Como ia contando: entramos no trem e seguimos.

Durante a viagem observamos alguns episodios muito comuns entre passageiros que procuram distrahir-se da monotonia de uma viagem em estrada de ferro em nosso paiz.

Por exemplo:

Entre as estações de Bom Jardim e Monnerat, um passageiro para o outro:

– Ó Manoel, não queres um pedaço de pam-de-ló!?

– Não quero, não; e respondeu o outro: – estou quase com digestão por ter comido um cesto de abacates.

O sujeito havia chupado uns cambucás que compraram na estação do Rio Grande.

Na estação de Monnerat escapou de fixar um patusco que apeára do trem correndo a taverna próxima donde voltou com os bolsos cheios de bacalhão frito empunhando uma garrafa do “virgem”. [refere-se ao vinho fresco português]. (Crônica publicada em *O Friburguense*.)

É interessante que o periódico, referindo-se à falta de gêneros alimentícios de primeira necessidade,<sup>35</sup> incluía o bacalhau juntamente com outros produtos do dia-a-dia dos cidadãos. A expressão fulano está com cara de “bacalhau-de-porta-de-venda” é a que melhor traduz a popularidade desse produto àquela época, e atualmente restrito à mesa da elite brasileira ou a comemorações de datas especiais. No edital de licitação de víveres para o rancho dos praças do regimento policial estacionado em Friburgo, além de gêneros básicos incluíam-se bacalhau e vinho tinto ou branco de Lisboa, segundo *O Friburguense* de 19 de fevereiro de 1893. Até

<sup>35</sup>. Consideravam-se como gêneros de primeira necessidade: manteiga, carne-seca, banha, café em grão, toucinho, arroz comum, feijão-preto, farinha fina, milho, cebola, alho, leite, ovos, galinha, frango, querosene e lenha (*O Friburguense*, de 2-8-1891).

mesmo no fornecimento de “comedorias” aos presos da cadeia era servido bacalhau às sextas-feiras:

De ordem do Dr. Chefe de Polícia (...) para fornecimento de comedorias aos presos da cadeia (...) pelo preço de 1.300 a 1.400 diários para rações e dietas. Dieta: Leite, caldo de galinha, canja, ovos, chá, bifês; Almoço: um pão de 200 réis com uma caneca de café; Jantar: feijão, carne seca, arroz, toucinho, carne fresca, de domingo a quinta-feira e bacalhau às sextas-feira. (*A Sentinella*, de 4-3-1901.)

(...) que providências deram para que a população não venha a sentir proximamente a falta de gêneros alimentícios, a carne secca, o toucinho, banha, arroz, farinha, feijão, **bacalhau**, assucar, sal e outros? (...). (*O Friburguense*, “A crise”, de 15-10-1893; grifo meu.)

Um sortimento de pastas era proporcionado pelas duas fábricas, em Friburgo, pertencentes a italianos, que produziam *maccheroni* e *paste minute (d’ogui qualità)*. Os italianos trouxeram para a culinária nacional o gosto pelas massas de farinha de trigo, com molhos espessos e condimentados à base de azeite doce e banha de porco. Dos suíços dos tempos coloniais, restaram tão-somente os sobrenomes de famílias. Um instrumento musical, uma canção, um provérbio, nada foi localizado que nos remetesse à colonização suíça em Nova Friburgo. Os descendentes de suíços, residindo em sua maioria em Lumiar, tornaram-se uma comunidade insular, criando barreiras para a transmissão de sua cultura à sociedade friburguense que se formava. De acordo com Jorge Miguel Mayer, foi difícil para os suíços deixarem qualquer legado cultural em Nova Friburgo. Desde a colonização, no aspecto político eram os fazendeiros que detinham o poder, e os suíços tiveram uma ingerência pífia, mesmo tendo sido alguns cooptados pela direção da colônia (Mayer, 2003). Em contrapartida, aculturados, os suíços não nos legaram nem a tradicional manteiga dos tempos coloniais, que não se conseguia mais comprar em Friburgo: “Cá por esta terra (...) que já foi terra das batatas e da manteiga fresca (...)”, queixava-se a coluna “Pif-Paf”, de *O Friburguense* de 7 de fevereiro de 1892. Laet também se queixou:

(...) Como tudo, bom ou mau, tem de acabar, finalizou-se também o termo assinado às viagens de recreio, e saudoso deixei o Edem Friburguense. Querendo trazer uma lembrança, no alto da serra desembarquei pressuroso pedindo manteiga fresca. Este gênero está para Friburgo como as quartinhas de barro para a Bahia e os ramos de conchas para Santa Catarina; todo homem que se

preza e que chega a formosa vila deve sobraçar alguns quilos do precioso laticínio. Porém o montanhês, menos zeloso da fama de seu torrão não tinha com o que satisfazer a minha ânsia! A 1.086 metros sobre o Paschoal e o Cailtau! Eis o que se chama não estar a altura da situação. Não importa: se de Friburgo não trouxe a manteiga, viram-se impressões de cujo sabor ajuizarão os leitores!

Foi através da pesquisa em alguns sumários de crime que se pôde reforçar a presença de novos imigrantes em Nova Friburgo no final do século XIX. Geralmente envolvidos em processos criminais, quer como réus, quer como testemunhas de conterrâneos, pode-se ter uma noção do perfil desses novos habitantes que ajudaram a impulsionar a riqueza e o progresso da cidade. Nos processos analisados, identificou-se, no arrolamento das partes e de testemunhas, que havia a presença hegemônica de portugueses, seguida da de italianos e espanhóis. Dos que declaravam ser naturais de Portugal, muitos vinham da Ilha da Madeira e trabalhavam, geralmente, na Companhia Leopoldina. Os mais abastados, como lavradores ou negociantes. Já os italianos declaravam-se artistas, negociantes, lavradores, oficiais de sapateiros e alfaiates. Uma boa parte deles foi trabalhar como lavrador em Sebastiana, mas há também o registro de muitos italianos no povoado de São Pedro, próximo a Lumiar. Os espanhóis declaravam a profissão de oleiros e artistas. A partir de 1889, chegaram a Friburgo os primeiros imigrantes árabes de origem turca, que concentraram suas residências na Praça Visconde de Itaboraí, localizada atrás da Câmara Municipal, segundo *A Sentinella* de 23 de janeiro de 1898, estabelecendo-se como mascates e negociantes.<sup>36</sup> Apesar de *O Friburguense* relacionar franceses na relação de imigrantes domiciliados no município, sua presença não foi muito sentida na pesquisa. Além da Charcuterie Française, um único outro indício de que haveria franceses em Friburgo foi o anúncio de assinatura do jornal em língua francesa, *L'Écho du Brésil*, órgão da colônia francesa publicado no Rio de Janeiro e que teve vários

---

<sup>36</sup>. A exemplo de Abrahão Estevão, dono do bilhar em frente à estação na Rua Gal. Argolo. Essas ocupações foram extraídas dos sumários de crime pesquisados nos processos no Fórum de Nova Friburgo.

anúncios publicados no referido período no decorrer de 1894. Se havia tais anúncios, devia ser em função de um número significativo de franceses na cidade.

Havia, em Friburgo, uma numerosa colônia portuguesa composta desde por proletários, como caixeiros e ferroviários, até por um segmento de abastados proprietários e negociantes. O mais rico deles era Antonio Lopes Sertã, natural da Vila Sertã, em Portugal. Além dos prédios suntuosos que possuía na cidade, construiu grande número de casas destinadas à moradia de famílias operárias. Os portugueses costumavam comemorar no dia 1 de dezembro a restauração de Portugal.<sup>37</sup> Na cidade, bandeiras eram colocadas nos edifícios públicos e em associações como o Club Minerva e o Centro Operário, constituídos em sua maioria por portugueses. Percorriam as ruas da cidade acompanhados das bandas de música Estrela Friburguense e Campesina, empunhando as bandeiras do Brasil e de Portugal e gritando entusiásticos “vivas”. Ao final das comemorações, levantavam um coreto na Praça 15 de Novembro e tocavam peças em homenagem a essa data, conforme noticiava *O Friburguense* de 4 de dezembro de 1892. A colônia portuguesa era muito respeitada em Nova Friburgo, sendo considerada “honrada e operosa” e comparada em relação às das outras nacionalidades. Era a que melhor se afeiçoava aos hábitos e às tradições locais, pelas suas afinidades de raça, língua e religião:

(...) Quando nos queixamos da falta de braços em flagrante contradição com a grande extensão de nosso território, não é boa prática criar ódios e rivalidades contra o estrangeiro que tem em suas veias o sangue de nossos antepassados e é aquele que aqui melhor se afeiçoa aos nossos hábitos, tradições e necessidades pelas suas afinidades de raça, de língua e de religião (...). (*A Sentinella*, “Questão Portuguesa”, de 12-3-1899.)

No entanto, em termos de organização institucional, ela ficou aquém em relação aos italianos. Não obstante a presença lusitana remontar ao período de colonização de Nova Friburgo, somente em 3 de março de 1895 instalou-se na cidade a Associação Portuguesa de Beneficência, sob a presidência de Manoel João de Araújo, conceituado negociante e

---

<sup>37</sup>. No dia 1 de dezembro de 1640, os portugueses depuseram Felipe IV, de Castela, e aclamaram o Duque de Bragança, D. João IV, o restaurador, como legítimo rei de Portugal, que durante 60 anos havia sido governado por reis intrusos (*O Friburguense*, “Restauração de Portugal”, 4-12-1892).

proprietário na cidade. No dia de sua instalação, inscreveram-se 110 sócios, número pouco significativo considerando-se a quantidade de alfacinhas no município. Em 3 de setembro de 1899, *A Sentinella* noticiava a nomeação do vice-cônsul português em Friburgo. É possível que a demora na instalação da associação portuguesa tenha ocorrido em razão das dissensões entre os compatriotas, que utilizavam freqüentemente os periódicos para se provocar. A animosidade chegou a acarretar um rompimento no seio da comunidade portuguesa, e um grupo dissidente, intitulado “os portugueses independentes”, passou a fazer oposição à Beneficência Portuguesa. Ambas as instituições tiveram vida efêmera e, lamentavelmente, agitada. Seus fundadores, não acostumados à vida associativa, orientaram mal a direção dessas agremiações, resultando em se digladiarem, o que as levou a soçobrar uma após a outra, como testemunha *O Friburguense*, no artigo “Está fundado o Grêmio Portuguez de Nova Friburgo”, de 18 de junho de 1933. Somente em 1933 alcançariam um nível de organização, quando as duas associações se reuniram e criaram o Grêmio Português, que existe até hoje. Quando da fundação do Grêmio, o presidente falou no discurso:

(...) Mas os elementos que agora se reuniram são outros muito diferentes, não só no preparo intellectual, mas também na posição social (...). (*O Friburguense*, “Está fundado o Grêmio Portuguez de Nova Friburgo”, de 18-6-1933.)

Retornando ao percurso pela cidade, encontrávamos na Gal. Argolo, localizados entre suntuosos chalés, o Hotel Friburguense e a Pensão Martinho, que ficavam em frente à estação de trem. Nessa rua também se localizava o charmoso Hotel Engert, cujo café era freqüentado pela elite da cidade, além de hospedar inúmeras autoridades políticas, judiciárias e capitalistas. O hotel situava-se na esquina das atuais ruas Alberto Braune e Augusto Cardoso. Já o Hotel Leuenroth ficava na Vilagem Leuenroth, próximo à Praça Paissandu. Esse hotel, localizado na rua do mesmo nome, era um dos mais antigos da cidade e foi construído entre as décadas de 1830 e 1840 do século XIX. Depois de demolido, construiu-se no local o antigo Cinema Marabá, que por sua vez foi demolido e atualmente acha-se ali edificado um prédio

residencial. Tanto o Hotel Engert e o Hotel Leuenroth assim como o Restaurant da Estação eram de propriedade do alemão Carlos Engert. Ao final da rua, avistavam-se os prédios da Intendência Municipal, do quartel do destacamento policial, que possuía uma média de 20 praças na cidade, e da cadeia pública. A Casa da Câmara, sempre com as portas repletas de editais pregados pelo velho José Luiz, o eterno porteiro da edilidade, era um edifício simples e malconservado. A cadeia era uma construção acanhada, constituída de pedra e cal, sombria e insalubre, situada na Praça Visconde de Itaboraá, que ficou vulgarmente conhecida por “Rua da Cadeia” ou “Beco da Cadeia”, como testemunha a coluna “Pif-Paf”, de *O Friburguense* de 5 de agosto de 1894. Era um local insalubre, cheio de casebres miseráveis e, segundo relatos, sustentados somente por obra do divino. Residia nesse local uma população paupérrima e provavelmente constituída de migrantes pobres que não cessavam de chegar à cidade. Como dizia um aristocrata português do século XIX ao seu filho:

(...) Não me pergunteis por que nesta sociedade, que saiu dum só homem, uns parecem felizes, outros desgraçados; uns mandam e outros obedecem. Há bastantes séculos que se agita esta questão, mas ainda está sem resposta. Eu tomei o mundo como o achei, e aconselho-vos que façais outro tanto. Notai somente que a natureza fez aristocratas, isto é criaturas privilegiadas e mais fortes, mais belas, mais inteligentes, mais valentes que as outras, e não vos admireis que os homens tenham imitado a natureza; a igualdade não existiu nunca sobre a terra; porém, ai daqueles que se esquecem que ela existe diante de Deus! (...) e também deve existir perante a lei (...). (Roquette, 1997, p. 99.)

O bucolismo em Friburgo só era quebrado pelos nichos de miséria, como o Beco da Cadeia, o Beco do Arco e o cortiço do espanhol Ennes, matizando a lúdica paisagem com casebres toscos e grosseiros que se imbricavam com os hotéis e os belos chalés da cidade. Tascos, lupanares e casas de tavolagem dividiam espaços com os cafés freqüentados pela elite da cidade. Com o regime republicano e o início de uma atmosfera de civilização e progresso, como dito antes, as ruas do Centro de Friburgo passariam a ser espaços de sociabilidade, e cortiços e casebres se tornarão alvo do Executivo municipal, que passou a regulamentar esse tipo de construção.

Mais adiante, na Rua Gal. Câmara – atual Augusto Spinelli –, ficava o Teatro D. Eugênia, que foi palco de famosas óperas italianas, bem como de peças do teatro português, e cujos espetáculos faziam parte do calendário cultural da cidade.

A história desse teatro foi marcada, inicialmente, como não poderia deixar de ser, por um drama de vários atos, mas que acabou em final feliz para a cidade. Tudo se iniciou quando os membros da Sociedade Musical Campesina deliberaram que além da música deveria essa sociedade também desenvolver e estimular as artes dramáticas, cuidando de edificar um teatro para tal fim. Sendo os rendimentos da sociedade musical muito poucos, necessitaria do apoio da população friburguense, que contribuiu com donativos pecuniários e prendas, respondendo ao apelo dos seus membros. Além disso, a Campesina abriu subscrição e realizou uma série de espetáculos e leilões na cidade; e os friburguenses, sempre presentes em tais eventos, solidarizaram-se com a campanha promovida para a construção do teatro. O primeiro passo para o tão sonhado projeto foi a aquisição de um terreno que pertencia a Pedro Eduardo Salusse na mencionada Rua Gal. Câmara. No dia 30 de maio de 1886, foi lançada a pedra fundamental, concorrendo para o evento grande parte da elite da cidade, além de boa parte da população, sendo nessa data escolhido um nome para o teatro: Teatro Victor Hugo.

Dando-se início às obras, foi o teatro edificado até “certo ponto de adiantamento”, tendo sido nele empregados os materiais doados e os valores recebidos pelos associados em leilões e espetáculos.<sup>38</sup> Acontecimentos sucessivos, porém, interromperam a execução do projeto. Primeiro, foi o falecimento, na Itália, de seu presidente, Fioravanti André Martinoya,<sup>39</sup> seguido da elevação excessiva dos preços de materiais de construção e do salário dos operários. Os débitos contraídos impediram a continuidade da obra, que acabou sendo suspensa. Não podendo dar continuidade à edificação do teatro, em sessão extraordinária os

---

<sup>38</sup>. É difícil saber em que ponto se encontravam as obras somente por essa expressão, mas ao que parece estavam bem adiantadas, pois há registro de reuniões no Teatro Victor Hugo.

<sup>39</sup>. Nessa ocasião, além de Martinoya, compunham a diretoria Elviro Ernesto Martignoni, Francisco C. Berçot e José Gil da Silveira (*O Friburguense*, “Palcos e Salões – Theatro D. Eugenia”, de 21-2-1895).

associados deliberaram colocar à venda o prédio na situação em que se encontrava. Por exigência da diretoria da Campesina, ficou consignada na escritura uma cláusula de não poder ser a propriedade voltada a outro fim, senão àquele a que fora destinado, ou seja, servir às artes dramáticas. Segundo *O Friburguense* de 21 de fevereiro de 1895, em artigo sobre o Teatro D. Eugênia, essa foi a solução que os associados da Campesina encontraram para, de forma simbólica, realizar seu projeto:

(...) Há quatro annos esta sociedade emprega os maiores esforços lutando sempre com ingentes difficuldades, sem contudo conseguir sequer realizar um de seus fins – a construcção do theatro (...). A única solução plausível nas actuaes e criticas circumstancias é a venda do prédio em construcção destinado ao theatro para com o producto obtido solver as dividas existentes e com o restante construir uma sala de reuniões e ensaios da sociedade (...). (*O Friburguense*, de 2-8-1891.)

O referido teatro foi adquirido pelo fazendeiro Manoel Amancio de Souza Jordão, um dos mais importantes usineiros do município de Sumidouro, sendo sócio, juntamente com o barão de Aquino, João Amancio do Prado Jordão e Thomaz Antonio Madruga, da Usina Barão de Aquino.<sup>40</sup> Essa aquisição denota como Friburgo beneficiava-se da imobilização do capital de fazendeiros da região. Não cremos que Souza Jordão tenha sido um mecenas ou alguém interessado em investir no *show business* da cidade. Ao que parece, foi apenas um investidor que comprou um imóvel de uma instituição em dificuldades financeiras e provavelmente deve ter adquirido o teatro por um valor bem abaixo do de mercado. É provável também que a consolidação de Friburgo como cidade de veraneio, a ampliação e sofisticação de sua rede hoteleira e a melhoria do sistema de transporte com a capital federal tenham despertado nesse decadente fazendeiro o intuito de diversificar suas atividades econômicas, já que *O Friburguense* menciona que ele tencionava estabelecer-se definitivamente em Friburgo. O teatro era locado às companhias dramáticas para *soirées* teatrais e, segundo o periódico, o aluguel não era nada barato.

---

<sup>40</sup> Erroneamente, *O Friburguense* de 10 de julho de 1892 deu uma nota de que o teatro havia sido adquirido apenas por João Amâncio do Prado Jordão.

Sob o comando de Souza Jordão, tomou a obra um grande incremento que levaria dois anos até que o teatro pudesse finalmente ser inaugurado. Contudo, o nome Victor Hugo foi substituído por Dona Eugênia, em homenagem à esposa do proprietário, Eugênia dos Santos Jordão. Em 7 de junho de 1894, por uma fatalidade, Souza Jordão veio a falecer, vitimado por febre amarela, na capital federal.<sup>41</sup> *O Friburguense*, ao prestar-lhe homenagem, traçou um pequeno histórico de Jordão, mas, além daquele discurso tradicional de “bom patriota, excelente amigo, dedicado e extremoso chefe de família”, em nenhum momento cita entre suas qualidades o amor às artes ou à cultura. As obras do teatro foram concluídas no final de 1894, segundo a coluna “Pif-Paf” de *O Friburguense* de 18 de outubro desse ano, sendo inaugurado no início do ano seguinte com a ópera de Verdi *Um Baile de Máscaras*. Mais adiante, no capítulo sobre sociabilidades, o cotidiano desse teatro será visto mais amiúde.

O prédio tinha um estilo eclético, constituído de dois pavimentos, com pilotis e colunas de pedra. No segundo pavimento, havia um balcão sustentado por colunas e quatro vigas arqueadas em ferro fundido. O teatro possuía lotação para 600 pessoas, com 212 cadeiras de primeira classe e 17 camarotes, sendo um de honra. As galerias e as torrinhas ficavam no segundo pavimento, conforme a descrição de *O Friburguense* de 31 de outubro de 1895 (“Palcos e Salões”) e *A Lanterna* de 1906. Localizava-se exatamente onde hoje se encontra o Edifício Gustavo Lira, na atual Rua Augusto Spinelli, antiga Gal. Câmara. A coluna “Pif-Paf” nos dá uma noção do que ele representaria para a sociedade friburguense:

Começarei dando aos amantes do engrandecimento de Friburgo a agradável notícia, que está concluída a edificação do teatro **D. Eugenia**, nesta cidade. Esse edifício mostra o grau de civilização do povo friburguense, que há muitos annos o reclamava, sentindo falta de distracção; e attesta o valoroso serviço prestado pelo seu proprietario, satisfazendo a uma tão palpitante necessidade, serviço este que considero muito auxiliará o desenvolvimento desta cidade. Brevemente, o elegante teatro abrirá as suas portas ao publico, proporcionando-lhe ensejo para apreciar artistas de merito da companhia lyrica que se acha ainda trabalhando na cidade de Campos, sob o direção dos Srs. Rotoli e Verdini, e que promette aqui chegar na segunda quinzena

---

<sup>41</sup>. *O Friburguense*, de 17-6-1894. Por ironia do destino, Souza Jordão teria ido à capital federal dar assistência ao seu filho, que se encontrava doente, mas acabou contraindo a febre amarela, conforme *O Friburguense*, “Theatro D. Eugenia”, de 21-2-1895.

deste mez. Para a noute da inauguração está designada a grande opera “Baile de Mascaras” seguindo-se Trovador, Traviata, Favorita e outras nos espectaculos subseqüentes. A temporada lyrica é de dezesseis espetáculos, e vai notando-se que o publico apreciador está ávido que chegue a noute da estréa, cuja festa deve ser esplendida. (*O Friburguense*, de 3-2-1895; grifos do original.)

Um interessante monólogo recitado no Teatro D. Eugênia nos foi legado por um dos raros exemplares do periódico *A Cigarra*, de 22 de junho de 1905:

Eu arrastava na capital  
Vida horrível, sorumbática,  
Tinha o todo do Castro Malta  
Depois da congestão hepatica.

Cançado de divertir-me,  
Enjoado de... amar,  
De passar o dia inteiro  
Assim... de papo p’ro ar.

Não houve troça no Rio,  
Pandega que se honrasse,  
Que o cabra fosse extranho,  
Parte n’ella não tomasse:  
Bailes, theatros, corridas,  
Chuvas em abundancia,  
Visitas ao cemitério,  
Enterros de circumstancias;  
Tive amantes de um dia,  
Que jurão paixão eterna,  
Amigos que nos engrossam,  
E nos comem p’r’uma perna.

Tudo eu vi, tudo eu gozei,  
Até fartar e aborrecer,  
Fiz rolos no carnaval,  
Assignei termo de bem-viver,  
Vi bonds cortarem braços,  
Perdi na bolsa numerário  
E fui victima certo dia  
Do tal conto do vigario;  
Ouvi ler toda a mensagem  
Dói Prudente de Moraes,  
Amei francezas em penca...  
E muitas coisitas mais...

E já estava fatigado:  
Perdido até o último rabicho,  
Atirei-me como fera  
Ao tal jogo do bicho.  
Um anno inteiro joguei  
No antigo e no reservado

Ganhei bem boas pellehar  
 No coelho e no veado.  
 Mas um dia os book-makers  
 Derão azeite ás canellas.

A existência se tornou immenso vaccuo,  
 E qual Mario das priscas eras,  
 Debrucei-me um dia sobre o passado  
 E chorei sobre escombros das chimeras,  
 E sempre chorando e chorando sempre,  
 O copioso pranto um rio equala,  
 Um rio límpido, caudaloso e largo:  
 Mais ou menos como o rio Bengalla.

No que tange aos logradouros da cidade, aos lugares de sociabilidade, Friburgo possuía quatro praças: 15 de Novembro, Suspiro, Paissandu e Primeiro de Março. A Praça 15 de Novembro, que dava o mesmo nome à rua, era dividida em três partes. Duas delas eram ajardinadas e ladeadas por frondosos eucaliptos de mais de 15 metros de altura, dispostos paralelamente em duas colunatas, ligadas entre si por toda a sua extensão e cortadas por pequenos lagos. No centro da praça, havia um coreto com formato de navio construído pela Sociedade Musical Estrela Friburguense, segundo nos dá conta *A Sentinella* de 14 de setembro de 1898. Durante o Império, a convite da Câmara Municipal, o barão de Nova Friburgo assumiu a direção do projeto da praça, convidando o arquiteto francês Auguste Francisco Marie Glaziou para sua execução. Os honorários de Glaziou ficariam a cargo do barão, arcando o município com as despesas de parte do material.<sup>42</sup> Com a conclusão da praça, em 1881, o barão entregou-a aos cuidados da Câmara, mas solicitou uma espécie de usufruto de toda a área da praça que ficava nas cercanias de sua residência, cercando-a com portões de ferro, informava *O Friburguense* de 19 de março de 1893. Nesse aspecto, os portões deveriam ladear somente o solar do barão de Nova Friburgo, que ficava em frente à praça, e não toda a sua extensão. Belas residências, a começar pelo solar do barão, construído entre 1840 e 1842, e que existe até hoje, circundavam toda a praça, onde residiam os mais

---

<sup>42</sup>. Segundo consta, o barão de Nova Friburgo contribuiu com a quantia de dez contos de réis (Ata da Câmara de 17-5-1880).

abastados e ilustres friburguenses. A Praça 15 de Novembro, que no Império foi Praça Princesa Izabel e hoje se chama Getúlio Vargas, vem tendo seu nome alterado de acordo com as contingências políticas. Atualmente é a principal praça da cidade. Essa praça e a Rua Gal. Argolo poderiam ser consideradas o bulevar de Nova Friburgo, por abrigar, no seu eixo lateral, as melhores casas comerciais, as residências mais luxuosas, os cafês, as confeitarias, as charutarias, os bilhares e a rede hoteleira. A diversão ganha o espaço da rua. Entra em cena a arte de ver e ser visto.

Com a morte do barão e a pouca freqüência dos herdeiros em Friburgo, houve um abandono da praça, que apresentava bancos depredados e jardins malconservados e há muito se transformara em pasto de animais, como denunciava *O Friburguense* de 30 de outubro de 1892.

A família Clemente Pinto possuía ainda na cidade um bellissimo chalé, estilo *art nouveau* – atual sede do Country Club –, rodeado por um extenso parque, além de um pavilhão de caça que hoje pertence à Marinha do Brasil. Laet o descreveu assim:

Certa ocasião em que voltava do bellissimo passeio á quinta do Sr. Visconde de São Clemente, que com gentileza a deixa patente os curiosos, atentando na formosura das colinas e penetrando na frescura do ambiente pensei que ótimo ter ali um pé e outro na capital do império; descer para os negócios, a tratar da vida e remontar à tona do oceano atmosférico, demandando ar oxigenado, assim à semelhança dos cetáceos que ora mergulham, ora surgem para respirar. Então disseram-me que a cia da estrada de ferro da Leopoldina já cogitara nisso mesmo, e que estabelecera passagens de doze vezes por semana, mediante a quantia de quarenta mil réis! (...) E quanto melhor não é subir a serra e beber ar puro?

Do lado oposto ao solar, no outro lado da praça, ficava a Igreja-Matriz, cujo prédio foi inaugurado em 1869. Na Praça 15 de Novembro, localizavam-se o Hotel do Bahiano, outrora Hotel Cantagalo, o Hotel Prata, a Pensão Nascimento e o tradicional Hotel Salusse, um raro símbolo de prosperidade de imigrantes suíços dentro da cidade. Esse hotel compreendia um conjunto arquitetônico quadrangular, formado de várias casas confluentes em torno de um pátio principal. Era alongado horizontalmente sobre o alinhamento da rua, com fachada simples, desprovida de ornamentos especiais e dotada de múltiplas janelas, com balcões de

ferro. O telhado era de telhas de Marselha. A reunião de diferentes casas conferia-lhe um aspecto peculiar decorrente da distribuição assimétrica de portas e janelas e da altura desigual da fachada. Em contraste com a severidade e a monotonia da fachada, destacavam-se a opulência e o requinte do salão de festas, o mais amplo da cidade, decorado com material de procedência francesa: densas cortinas de cor púrpura, belos e longos espelhos guarnecidos com galerias áureas, minuciosamente esculpidas em toda a extensão das paredes, os quais desdobravam ao infinito as imagens realçadas por resplandecentes lustres de cristal e candelabros. Os utensílios de serviço, como louças, talheres, toalhas e lençóis, procediam também de Marselha (Bittencourt-Sampaio, 1997, p. 92-102). Esse hotel era considerado muito mais uma “casa de família” do que um estabelecimento comercial, segundo *A Lanterna* de 1906. Vejamos a impressão de Laet sobre o hotel:

Dos imigrantes que ficaram [refere-se aos suíços] poucos enriqueceram, com exceção da octagenária Madame Salusse. Esta senhora, uma das mais respeitáveis e respeitadas de Friburgo, tem de Brasil o mesmo que de vila e localidade onde elegeu residência, e que há sessenta e oito anos se chamava Morro Queimado. Com seus oitenta e cinco anos de idade, a anciã dirige galhardamente uma grande hospedaria (...). De par com o hotel da excelente senhora, existem o Leuenroth e o Central, adereçados como o das grandes capitais, além de outros que tratam seus hóspedes como podem.

Galdino do Valle Filho, uma espécie de memorialista, nos legou uma descrição do cotidiano desse hotel, que frequentou em sua infância:

O Hotel Salusse era o tipo padrão do hotel daquele tempo (...). Realçava a austeridade da casa, a presença infalível, às horas que precedem o entardecer, na extensa sacada que pela frente comunicava as salas do pavimento superior, de três velhinhas muito brancas e muito iguais, que se enfileiravam. Eram as velhas Salusse, proprietárias da histórica e venerável mansão, de cujas fisionomias de autênticas suíças, em que se confundiam mães e filhas, transparecia toda a bondade ingênita da raça a realçar a nobreza própria da estirpe (...). Todo esse aspecto patriarcal do ambiente não impedia a radical transformação que se operava na época do verão (...). Bem frequentado por uma elite social que abalava o Rio de Janeiro aos primeiros calores do estio acossada pelo pavor da febre amarela, regurgitante de hóspedes que de toda parte acorriam às duchas de que, graças à iniciativa do Dr. Éboli, a cidade mantinha então o privilégio, o Hotel Salusse era realmente o clou social e o centro da season. (Valle Filho, 1928, p. 61-70.)

Machado de Assis esteve em Friburgo em 1879, para descansar e cuidar da saúde abalada. Em crônica datada dessa época, o romancista mencionou da seguinte maneira suas reminiscências do Hotel Salusse:

Oh! Bons e saudosos bailes do Hotel Salusse! Convivas desse tempo, onde ides vós? Uns morreram, outros casaram, outros envelheceram, e, no meio de tanta fuga, é provável que alguns fugissem. Falo de quatorze anos atrás. Resta ao menos a este miserável escriba que, em vez de lá estar outra vez, no alto da serra, aqui fica a comer-lhe o tempo. (Crônica publicada no periódico *A Semana*, de 22-1-1893, e no segundo volume das *Obras Completas* de Machado de Assis.)

O hotel entraria em declínio a partir de 1900, com a morte de madame Salusse, a “Grand-Maman”. Passou então a abrigar o Cassino Friburgo, a Sociedade Musical Euterpe, em seguida a Sociedade Friburgo Club e depois serviu, simultaneamente, a inúmeras atividades, como consultório médico, armarinho e até uma delegacia. Foi vendido em 1939 à família Spinelli, de imigrantes italianos, que o demoliu no ano seguinte e construiu no local o primeiro edifício da cidade, que existe até hoje.

Outro ponto de referência de Friburgo era o Instituto Sanitário Hidroterápico, ou Estabelecimento de Duchas, como era conhecido vulgarmente, construído, em 1870, pelo médico napolitano Carlos Éboli, por Theodoro Gomes e pelo Dr. Fortunato. Com o falecimento de Éboli, em 1885, Theodoro Gomes assumiu a direção do estabelecimento e, com o aval da viúva do médico Carlos Éboli, Maria F. B. Éboli, vendeu ações da sociedade para os médicos Ernesto Brazílio de Araújo e Galdino do Valle, entre outros acionistas. Brazílio e Gomes seriam os responsáveis pela ruptura política no município, assumindo por diversos anos o comando do Executivo da Intendência Municipal.

O Instituto Hidroterápico consistia numa ampla sede de termas curativas onde os pacientes, depois de rigorosa e acelerada caminhada, feita para provocar a reação preconizada pelos hidroterapeutas, tomavam as famosas duchas frias: “(...) ducha e bucha era até aqui, na opinião do maligno excursionista, a fórmula em que rimadamente se associavam as duas

grandes funções friburguenses, isto é, o banho frio e o fartote do almoço”, descrevera Laet.

Piadas sobre a saúde e os estabelecimentos de tratamento faziam parte do cotidiano da cidade:

Uma jovem senhora vai ter ao consultório de um medico:

– Dr. Sinto-me obrigada a partir para Friburgo (...) e venho consultal-o.

– Sobre que doença?

– Mas é justamente o que não sei, do que preciso é de uma doença. (*O Friburguense*, “Para Todos”, de 25-12-1892.)

Os proprietários de uma casa de banhos colocaram sobre a porta de entrada uma tabuleta em que se liam as seguintes palavras: “Banhos frios. Também temos quentes para senhoras a 200 réis com lençóis.” Observaram-lhes que os dizeres da tabuleta estavam mal redigidos, e os proprietários mandaram fazer a correção nos seguintes termos: “Banhos frios. Também temos para senhoras quentes a 200 réis com lençóis.” Dizem-lhes que ainda está pior e o homem perdendo a paciência resolveu acabar por uma vez com a questão. No dia imediato lê-se na tabuleta: “Banhos frios. Com senhoras não queremos negócios, nem quentes, nem frios, nem por 200 réis, nem por nada; nem com lençóis, nem sem lençóis.” (*O Friburguense*, de 30-10-1892.)

O procedimento consistia na aplicação externa (duchas) e interna de água. Externa sob a forma de aspensão, banhos e aplicação de toalhas molhadas. Interna, com a ingestão de abundante quantidade de água, na maioria das vezes, fria ou gelada. Tais recursos eram associados a sudoríferos energéticos, massagens prolongadas, exercícios constantes (caminhadas em ladeiras) e alimentação balanceada. Os aspectos geográficos de Friburgo, região serrana e de clima frio e seco, eram essenciais ao tratamento. Esse procedimento destinava-se à cura de moléstias como tuberculose inicial, anemia, caquexias, diarréias, dispepsia, gastrite, hepatopatias, neuropatias, distúrbios mentais, reumatismo, gota, febres intermitentes e rebeldes, bronquites e patologias uterinas. Em um anúncio, colocava-se o instituto como o primeiro desse gênero no Brasil, ressaltando-se:

Está evidentemente provado pelos fatos e reconhecido pelas sumidades médicas que as duchas curam radicalmente as pessoas que soffrem de enfraquecimentos, dispepsias, moléstias nervosas, tuberculose, beribéri, rheumatismo, bronchites, e outras moléstias. (*O Friburguense*, de 9-10-1892.)

Escrevia o jornal francês *Le Journal des Dames*, em 1846: “As águas são para o verão o que os salões são para o inverno” (Duby e Ariès, 2003, p. 231). Entre os meses de novembro e abril, freqüentava o Estabelecimento de Duchas a elite carioca e fluminense, que fugia do

verão da capital federal e das cidades adjacentes. Já de maio a setembro o estabelecimento era freqüentado por enfermos e convalescentes, época mais adequada à terapia:

(...) prestando incalculáveis benefícios a humanidade sofredora (...) a hidroterapia tem feito curas completas, verdadeiramente prodigiosas, muitas são as enfermidades, entre elas o beribéri e o reumatismo, que por elas tem sido debeladas vitoriosamente. Não há quem não tenha fé (...). (*O Friburguense*, “Friburgo I”, de 21-10-1894.)

Entre os ilustres hóspedes, D. Pedro II experimentou os banhos termais em sua vinda a Friburgo, por ocasião da inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo. Laet fez a seguinte observação:

Como todas as povoações procuradas pela amenidade do clima, conta Friburgo em seu recinto com grande número de enfermos – neuróticos ou doentes das vias respiratórias. Sem que fosse discípulo de Hahnemann, entendeu o Dr. Carlos Éboli que devia cura-los unicamente com água fria, e criou um Instituto Sanitário Hidroterápico. Hoje o estabelecimento é dirigido pelo Sr. Dr. Theodoro Gomes e tende a equiparar-se com os melhores do gênero na culta Europa (...). O banho predileto dos que não carecem socorrer-se de duchas cientificamente dirigidas, é o chamado de moinho, onde se despeja um rio sobre a cabeça dos que satisfazem módica espórtula (...). Não obstante as naturais atrações do moinho reinam as duchas em Friburgo com a tirânica imposição do receituário e da moda.

Sendo considerado o melhor do país por reunir as condições climáticas aliadas à qualidade dos equipamentos e instalações, o Estabelecimento de Duchas foi o primeiro prédio na cidade a utilizar luz elétrica, conforme vem assinalado nas despesas do balanço da empresa de 31 de dezembro de 1894, publicado por *O Friburguense*. A fachada principal dava para a Rua Gal. Câmara e a lateral para a Rua 3 de Janeiro, estando assentado no mesmo lugar em que existiu o antigo Colégio Freese. Anexo ao e em comunicação com o estabelecimento, foi construído o Hotel Central, que começou a funcionar em 19 de dezembro de 1891.<sup>43</sup> Era um belíssimo complexo, estilo neoclássico, com capacidade para hospedar 180 pessoas, ligado à casa das duchas por 250 metros de frondosas varandas: “levantou-se um majestoso palácio

---

<sup>43</sup>. *O Friburguense*, “Hotel Central”, de 20-12-1891. Anexo ao hotel ficava a Casa de Duchas, constituída de dois sobrados, construção de pedra, cal e tijolos, todo assoalhado, sendo circundada no interior por uma varanda coberta de telhas e também assoalhada. No alto do morro, nos fundos do hotel, ficavam as máquinas para as duchas e os transformadores de luz elétrica.

digno de atenção, pela sua aparência, pelos seus espaçosos e luxuosos compartimentos e sólida construção”, alardeava *O Friburguense* de 21 de outubro de 1894.

Estranhamente, porém, em 1895 o estabelecimento entrou em processo de falência e os seus bens foram penhorados pelo Banco Comercial do Rio de Janeiro através de uma ação hipotecária. No respectivo processo, o patrimônio da Instituto Sanitário Hidroterápico de Nova Friburgo foi avaliado em 250:357,600 (duzentos e cinqüenta contos, trezentos e cinqüenta e sete mil e seiscentos réis). Contudo, nas três hastas públicas realizadas, nos dias 21 de novembro e 6 e 17 de dezembro de 1895, não houve proposta de terceiros para pagar o respectivo valor. Conseqüentemente, todo o complexo do hotel e o estabelecimento de duchas foram arrematados pelo Banco Comercial por cem contos de réis, menos da metade do valor em que fora avaliado.<sup>44</sup> O prédio do outrora elegante Hotel Central foi adquirido pelas Irmãs de Santa Dorotéia, em 1897, e é onde atualmente funciona o Colégio Nossa Senhora das Dores. O mais estranho é que *O Friburguense*, ao publicar todos os leilões dos bens do Instituto Hidroterápico, não tenha dado uma nota sequer sobre os motivos do fechamento e da falência de um estabelecimento que fora uma das maiores referências da cidade, um símbolo que atraía turistas durante todo o ano. Era de se esperar, pelo menos, alguma nota expressando o pesar por uma empresa de tal porte estar fechando suas portas, em virtude dos empregos diretos e indiretos que deixaria de gerar e do que representava para a cidade como um referencial de cura de diversas doenças, além do tratamento inusitado. É intrigante esse silêncio:

Estava-se no ano da opulência. A República, proclamada havia pouco, parecia nadar em ondas de ouro. Mas a reacção não se fez esperar muito e o bello palacete do Hotel Central foi arrastado pela hecatombe que desabou em breve, sinistra e terrível sobre todo o paiz. Teve o triste fim de todas as empresas congêneres (...). Assim a habitação esplendida, onde outr'ora echoavam as risadas estonteantes dos veranistas e que era constantemente perturbada pelo frou-frou das sedas e pelo rumor festivo dos bailes (...). (*A Lanterna*, de 1906.)

---

<sup>44</sup>. Ação Sumaríssima autuada em 17-11-1896, Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo, movida pelo Banco Comercial do Rio de Janeiro contra Maria José Éboli e outros. Esse processo encontra-se no arquivo do Fórum de Nova Friburgo.

Contígua à Praça 15 de Novembro ficava a Rua Sete de Setembro, onde funcionava o jornal *O Friburguense*. Atravessando a ponte sobre o Rio Bengalas, chegava-se ao outro extremo da cidade. O Rio Bengalas era formado pelos Rios Cônego e Santo Antônio e cruzava grande parte do município, lançando-se no Rio Grande. Em ambas as margens do seu leito, podia-se avistar rapazes tomando banho de rio ou lavadeiras enxaguando roupas, num quadro idílico de tranqüila paisagem rural. Nesse extremo da cidade, ficava a pitoresca Capela de Santo Antônio, localizada na Praça do Suspiro. Essa praça, na realidade, chamava-se 13 de Maio, mas perdeu essa denominação pelo costume da população de chamá-la pelo nome da fonte – Fonte do Suspiro –, que ficava em um recanto da praça e que consistia numa queda d’água deitando vários jorros de água pura e cristalina pelo bem acabado chafariz de granito. Eram fontes da milagrosa água do ciúme, do amor e da saudade, na expressão de *O Friburguense* de 15 de julho de 1894 e de *A Sentinella* de 13 de julho de 1899. Asseguravam os antigos habitantes de Friburgo, no registro desse periódico, em sua edição de 10 de janeiro de 1892 (“A Caridade”), que a água dessas fontes era misteriosa e atraente e quem a bebesse ficava condenado a sofrer no coração os desastrosos efeitos do *amor*, do *ciúme* e da *saudade*, formando esses três sentimentos um grosso e inquebrantável elo. Era o local predileto de passeio do friburguense no final do século XIX:

todos sabem que o Suspiro é um passeio, póde mesmo dizer-se o único passeio procurado pelo publico; todas as tardes e, principalmente aos domingos, todos ali vão recrear-se (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 1894.)

No local, era costume colocarem-se canecas de metal presas por correntes em cada lado da fonte para o público saciar a sede. O desvio de água dessa fonte, autorizado pela própria Intendência Municipal, para um grupo privilegiado, através de concessões de penas d’água, foi secando seu manancial, razão de protestos da imprensa:

São geraes as queixas levantadas em referencia à seccura da tradicional fonte do Suspiro. Ainda no domingo passado cerca de trezentas pessoas, sem exageração, que naquelle bairro foram passear

e quizeram beber água daquela fonte, outr'ora tão pura e abundante, tiveram de presenciar contristadas o triste estado a que ella ficou redusida – sem água – pingando (...). Fonte de amores, de ciúmes e saudades, que fizeste para redusirem-te ao triste e humilde estado em que ora estaes?

Não foi ahi, ao som amoroso da cahida de tuas virtuosas aguas, descendo como flôcos de crystal da altaneira montanha, que se trocaram mutuas promessas, origem de outros tantos élos de felicidades?

Não foi ahi que a brisa fagueira nascida dessa garganta ornada de verdes folhagens e flores agrétes, soprava íntimos idillios de amor e ciumes levando os mais enternecidos suspiros de saudades àquelles que se ausentavam? (...)

Que fizeste malfadada fonte? (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 29-11-1894.)

Pouco freqüentada pelos cidadãos, mas destinada a local de lazer era a Praça 1º de Março, antiga Praça Cantagalo, localizada na Vila de Cantagalo. Talvez em decorrência de ter existido nesse local o matadouro público, que exalava o mau cheiro das vísceras pútridas dos animais abatidos, paulatinamente, os friburguenses foram se afastando do local, o que, em consequência, provocou o abandono pelo poder público. A limpeza não era feita e o lixo acumulado tornou impossível sua utilização como área de lazer. A outra praça da cidade era a Praça Paissandu, antigo Largo do Pelourinho, que ficava próxima ao chalé do conde de Nova Friburgo.<sup>45</sup> Ela foi reformada e embelezada, quando presidente da Câmara o vereador Theodoro Gomes, destacando-se em seu centro uma soqueira de bambus, que cobria uma superfície de cerca de 40 metros quadrados, e belos canteiros de flores dispostos com arte. Era alvo de inúmeras reclamações em virtude de alguns cidadãos utilizarem esse logradouro público como local de pasto de animais, bem como de caçadas. O comportamento típico do universo rural e a falta de percepção entre o que era público e o que era privado foram motivos de constantes tensões entre os friburguenses oitocentistas. Os áulicos da civilização repudiavam práticas tais como apascentar cabras pelas praças da cidade, enxergando esses comportamentos como próprios de povos atrasados e representativos de um passado colonial.

Uma rua importante à época foi a Rua Gal. Osório, que possuía 980 metros de extensão, sendo ladeada, na parte norte, por imponentes prédios residenciais. No início dessa rua, onde

---

<sup>45</sup>. Hoje, Praça Marcílio Dias. Não obstante a mudança do nome pela Câmara Municipal, a população até hoje se refere a ela como Praça Paissandu.

atualmente fica o Colégio Modelo, situava-se o palacete do conde de São Salvador de Matozinhos, proprietário do jornal *O País* juntamente com Quintino Bocaiúva, e mais adiante, no alto da colina, o palacete do barão de Duas Barras, onde hoje funciona a Faculdade de Odontologia. Era a rua onde ficava a Ladeira do Chateau e a enfermaria para beribéricos. Ao final dela, na parte sul, chegava-se à Chácara de Duas Pedras, por onde passava a linha do trem. Esse local fora indubitavelmente destinado a ser a cloaca de Nova Friburgo. Era lá onde se depositava o lixo da cidade e havia um projeto para se transferir o cemitério para aqueles arrabaldes, o que só não se efetivou por pressão da elite local. Foi também para lá que se transferiu o matadouro quando removido da Praça 1º de Março. A Chácara de Duas Pedras, de fato, foi escolhida para abrigar tudo que fosse indesejado no município. Nesse local, também se edificou o lazareto, para o recolhimento e isolamento de pessoas com doenças infecto-contagiosas. Com o crescimento da cidade, o matadouro, a lixeira e o lazareto voltariam a se tornar um problema, já que Friburgo cresceria para aqueles lados, denotando uma falta absoluta de planejamento por parte dos vereadores.

Teria sido fruto de algum planejamento da Intendência Municipal criar na cidade espaços demarcados, definindo funções para determinados lugares, bem como tipos de ocupação? Indaga-se: teriam sido esses ambientes internos gerados de maneira espontânea ou já surgiram socialmente determinados? Onde termina o espaço da via pública para iniciar aquele que é verdadeiramente um outro mundo dentro do mundo urbano: o universo da vida privada do cidadão? (Barros, 2007, p. 74.). Em Nova Friburgo, conforme dito antes, os novos governantes, sob a égide do regime republicano, encontraram a cidade numa verdadeira desorganização espacial. Chalés e solares de ricos proprietários avizinhavam com casebres e cortiços, ambientes gerados espontaneamente e indeterminados socialmente. O novo Código de Posturas iria iniciar um processo de regulamentação desses espaços, definindo regras para a construção de residências populares, coibindo novos cortiços e ameaçando os já existentes.

Contudo, o que mais matizou os editoriais dos periódicos foram os hábitos da população em geral, que não se desvincilhava do comportamento rural. É a partir de então que surgem os primeiros discursos demarcando a “urbe” da “roça”. Estaria Friburgo vivendo uma “nova fase”?

### **1.5. De Freguesia a Vila e de Vila a Cidade: os Primeiros Passos da Urbanização**

Pedimos providências para o desleixo dos respectivos fiscais que permitem transitarem pelas ruas desta cidade grande quantidade de porcos, dando ao nosso povoado o aspecto de um verdadeiro terreiro de fazenda. (*A Sentinella*, de 16-1-1898.)

Na praça do Suspiro (...) pascem placidamente alguns mansos representantes das raças muar, cavalari e bovina (...). (*A Sentinella*, de 23-1-1898.)

As transformações ocorridas em Friburgo no último quartel do século XIX, com o advento da ferrovia, a imigração de estrangeiros e de nacionais, o desenvolvimento do mercado interno, intensificado pelo turismo, e a incipiente industrialização, promoveram o desenvolvimento urbano e alteraram, de certa forma, os padrões de comportamento da sociedade friburguense. Não obstante uma boa parte da população se concentrar nas áreas rurais, era a urbe que crescia, impulsionada pela economia do turismo. Em contrapartida, a agricultura decaía por falta de mão-de-obra e por problemas na distribuição de sua produção para o mercado externo, ocasionados pela deficiência dos serviços da Estrada de Ferro Leopoldina. É provável que a organização econômica da agricultura, baseada na pequena propriedade, tenha contribuído para a formação de uma mentalidade mais urbana do que rural. O que se quer afirmar com isso é que Friburgo dava os primeiros vagidos no seu processo de urbanização, que se iniciaria de fato a partir do primeiro decênio do século XX. No cenário nacional, o Brasil seria ainda por longo período um país essencialmente rural, de modo que, ainda em 1940, apenas 31,3% da população viviam nas cidades (Costa, 1985, p. 265-8).

A elevação de Friburgo à categoria de cidade, a partir de 1890, provavelmente deu novo sentido ao município, provocando um efeito psicológico sobre a classe dominante, que passou a recriminar os hábitos rurais da população em geral. Pretensiosamente, o que se objetivava com isso era impor limites precisos entre as zonas rural e urbana, proibindo que vacas e cabras fossem vistas pastando nas ruas da cidade e nos logradouros públicos. Surgiram diversas praças públicas, um teatro, cafés e hotéis cujos espaços de sociabilidade não comportavam mais as práticas rurais, consideradas atrasadas pela classe dominante. A elite friburguense se europeizara e os mais prósperos do município eram negociantes e proprietários, bem longe do mundo rural. Esse distanciamento das atividades agrícolas auxiliou a criar uma mentalidade urbana, ainda que alguns tivessem propriedades rurais. No final do século XIX, intensificou-se a construção de hotéis e residências de luxo, aumentando também o número de jornais e revistas em circulação. Nova Friburgo passou a ter um crescimento exorbitante da população em razão de constantes imigrações, das migrações internas e de uma população flutuante de veranistas que passavam vários meses na cidade. Esse crescimento populacional passou a gerar reivindicações referentes a fornecimento de água, melhoria da iluminação, linha de bondes, coleta de lixo, construção de um mercado, além de outros serviços. Recrudesceram as tensões, em razão de a elite desejar libertar-se da placenta rural.

No entanto, enquanto a elite friburguense lutava para transformar a cidade numa urbe, os veranistas deliciavam-se com sua paisagem rústica. A palavra “pitoresca” foi uma das que mais adjetivaram Friburgo nas crônicas dos visitantes, e nota-se que as belezas naturais bem como suas condições climáticas eram o que mais impressionava os veranistas. Quanto à sua infraestrutura urbana, como prédios e logradouros públicos, não chegou a ser destacada pelos cronistas. Quando comparada a Petrópolis, “cidade do luxo, aristocrata, própria dos

diplomatas”, é que Friburgo se distanciava mais ainda pela sua paisagem campestre e pela simplicidade.

A imagem que se fazia de Friburgo, não obstante o paradoxo, era o de uma “cidade de campo”, desprovida de luxo, tranqüila e idílica:

(...) É certo que estamos numa **cidade de campo**, onde habituou-se a população a gozar de algumas comodidades próprias de tais lugares, e que não se encontram em grandes cidades, daí a facilidade das famílias passearem livremente pelas ruas levando crianças (...). (*O Friburguense*, de 7-8-1892; grifos meus.)

Nova Friburgo é a única cidade do Estado do Rio de Janeiro onde se encontra o melhor clima, fresco, secco, agradável, vivificante, incomparável. É uma verdadeira **cidade de campo**, sem o luxo que tanto incommoda e prejudica aos que procuram repouso e a quietude que faltam-lhes nas capitais. As famílias vivem na bella cidade de Friburgo, commodamente, gosando de plena liberdade. Nesta cidade, as senhoras usam de vestuário simples; as que aqui chegam enludadas, com vestidos de seda e carregadas de jóias, tudo isso abandonam e, passados alguns dias, confundem-se no trajar com as que effectivamente residem. Friburgo, é o único lugar que offerece mais segurança à saúde e à vida das pessoas que temem passar o verão na capital federal ou em qualquer das outras cidades do estado do Rio de Janeiro. (*O Friburguense*, de 14-10-1894; grifos meus.)

A indumentária do cidadão era mais um indício da rusticidade do município, com as senhoras trajando vestuário simples, desprovido de jóias e adornos. É interessante destacar que Laet teve a mesma impressão desse cronista, quanto à simplicidade no trajar do friburguense e observou:

Nesta reunião aí que além da biblioteca e da altitude, também na simplicidade dos trajes, Friburgo se avantajava a Petrópolis. Por consenso unânime dos excursionistas acha-se proscrito o luxo. Queira perdoar-me a cidadezinha imperial, porém sempre se afigurou um desses jovens que vão para o campo de luvas e sapatinhos baixos. A vida montanheza compreendeu melhor as coisas, confessando-se roça e poupando aos da cidade a preocupação das luvas frescas e das cores à moda.

É possível que essa simplicidade decorresse também da falta de pavimentação das ruas, onde se estava sujeito à poeira nos dias mais secos ou às imensas poças d’água que se formavam nos buracos, depois da chuva, impelindo os moradores a adotarem um vestuário mais simples e desprovido de qualquer afetação. Outro fator que dava a Friburgo um aspecto rural era a visão dos animais pastando nas principais praças. Estas, já consagradas pela elite

como local de sociabilidade, eram, no entanto, os locais prediletos por alguns para apascentar seus animais:

Chamamos a atenção do Sr. Presidente da Câmara, já que o fiscal não cumpre com o seu dever, para o abuso de alguns senhores de gado transformarem a Praça de Cantagalo em campo de fazenda. (*O Friburguense*, de 23-5-1895.)

É extraordinário o número de animais que pastam na Praça 13 de Maio (Praça do Suspiro). O Sr. Fiscal nos poderá informar se esta praça já foi transformada em pasto? (*O Friburguense*, de 30-5-1895.)

Temos visto, com grande espanto, considerável número de animais pastando à noite, nos jardins da Praça 15 de Novembro, estando os portões fechados (...). (*O Friburguense*, de 10-11-1895.)

Caçadores podiam ser vistos de espingarda à mão caçando em pleno Centro, como na Praça Paissandu. Indivíduos galopavam em disparada na principal via de comércio, como se fosse uma extensão de suas fazendas. Não havia qualquer descontinuidade entre campo e cidade. Está consagrado pela historiografia que o “século da urbanização” seria o século XX e que, somente a partir do primeiro decênio, as principais cidades do país se urbanizariam. No entanto, Friburgo teve as condições necessárias para ter avançado mais nesse aspecto ainda no final do século XIX, em razão da enorme quantidade de turistas que recebia e permanecia durante longa temporada na cidade. Mas não o fez.

Depreende-se que na Intendência Municipal havia certa porfia em melhorar os serviços de abastecimento de água, esgotos, lixo e iluminação pública. Inúmeras eram as reclamações sobre a falta de fiscalização do poder público quanto a infrações e inapetência dos concessionários de serviços. O concessionário da limpeza pública obrigava-se a recolher o lixo diariamente, das 6 às 9 horas da manhã. As carroças deveriam percorrer toda a cidade recolhendo o lixo que as casas particulares depositavam em caixotes, como noticiavam as edições de *O Friburguense* de 6 de outubro de 1890 (“Limpeza da Cidade”) e de 21 de junho de 1891. Na prática, a limpeza não era feita com freqüência. Em 1890, no alvorecer da República, Nova Friburgo não tinha onde colocar o seu lixo. Na ocasião, o intendente José Antonio Serpa cedeu, graciosamente, a título provisório, um lugar próximo à sua chácara para despejo e depósito do material. A

Intendência, posteriormente, adquiriu um terreno na Chácara de Duas Pedras para depósito do lixo. Quando Giovanni Giffoni, um dos mais prósperos comerciantes da cidade, ganhou a licitação para a coleta do lixo, houve uma melhoria no serviço:

Antes tínhamos carroças comuns impróprias para esse serviço, de modo que os moradores e as pessoas que passavam perto dessas carroças tinham aos olhos o aspecto asqueroso que elas apresentavam e sorviam o mau cheiro que exhalavam, taes carroças. Felizmente foram substituídas por outras mais apropriadas a esse serviço, com caixas cobertas e de maior capacidade para conduzir o lixo imitando às da capital.

Continue o empresario, o nosso Gary [Gary deu origem à palavra gari] a melhorar o serviço a seu cargo, que não hesitaremos em reiterar os louvores que hoje lhe damos. (*O Friburguense*, de 15-5-1892.)

Contudo, a falta de cobrança por parte do poder público junto aos concessionários e, paralelamente, aos correligionários fazia com que a qualidade do serviço fosse se tornando precária. Em 1894, a Rua Baronesa estava convertida em depósito de lixo, levado pelas carroças encarregadas da limpeza pública, denunciava *O Friburguense* de 11 de fevereiro de 1894.

Carlos de Laet impressionou-se como o friburguense dormia cedo e criticou a iluminação pública:

(...) Em Friburgo dorme-se cedo. À noite, para suprir o luminar desaparecido, acendem-se uns lampiões que só tem a corda até as dez, ou quando muito até as onze horas. Se a folhinha anuncia lua, confia-se no vindouro clarão, e não se cuida a iluminação artificial. Espessissimas trevas cingem o notâmbulo que a dez horas transita pelas ruas (...).

O sistema de iluminação era precaríssimo. Mais uma vez, era o italiano Giffoni, o “feliz concessionário” dos serviços públicos, o responsável pela iluminação. Os lampiões só eram acesos tarde da noite, a partir das 20 horas, e alguns tinham a “luz tão frouxa” que somente bruxuleavam. Também não havia manutenção e encontravam-se sempre sujos. Além de não serem em número suficiente para atender às necessidades da cidade, muitos ficavam apagados:

Mas, Deus que é quem dispõe da lua e do luar, onipotente sabedoria determinando que a lua não apareça, priva-nos do luar, nalgumas noites lunáticas dos calendários, como muitas vezes tem acontecido, e ali temos a escuridão, as trevas, as cabeçadas e as topadas com trambolhões para nos regular (...). (*O Friburguense*, “Iluminação Pública”, de 31-8-1890.)

No que diz respeito à iluminação pública, a Intendência deu os primeiros passos na tentativa de disputar com a cidade imperial os benefícios da tecnologia disponível no final do século XIX. Em 1895, Charles Schnitz Spahn e Cia. fez uma proposta para a instalação de eletricidade na cidade, mas a Intendência não pôde aceitá-la, pois dependia de licitação para a concorrência pública. Mas, não se desistiu do projeto. Como não possuísse uma base técnica para elaborar o edital de licitação, nesse mesmo ano a Intendência contratou, segundo *O Friburguense* de 25 de julho e 10 de outubro de 1895, o engenheiro Ernesto Eugenio de Graça Bastos e o especialista em matéria de eletricidade Julio Koder para realizar os estudos necessários à confecção do edital de concorrência para o serviço de iluminação pública e particular por meio de eletricidade. A experiência de Petrópolis serviu de modelo:

Produziu excelente efeito a experiência da iluminação à luz elétrica em Petrópolis. As lâmpadas são pequenas, mas a luz é muito clara e fixa; são colocadas a pequena distância umas das outras, de modo que a iluminação é perfeita.

A experiência foi feita nas ruas do Imperador, de D. Affonso, de Bragança e de Bourbon.  
Foram raras as lâmpadas onde falhou a iluminação. (*O Friburguense*, de 12-12-1895.)

Graça Bastos copiou o projeto de Petrópolis, assim como o de Juiz de Fora, e, no início de 1896, a Intendência publicou os editais abrindo concorrência para a prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica. Estranhamente, porém, após várias publicações, não apareceu pretendente que pudesse prover as condições do edital. Uma situação intrigante, já que um dos ramos mais disputados pelo capital estrangeiro americano e inglês foi o de eletricidade, em que a Light passou a dominar, desde o início do século XX, a produção e distribuição em São Paulo e no Rio de Janeiro. Entre 1928 e 1929, foram compradas as pequenas companhias locais de todo o Brasil, num *rush* para a total desnacionalização dessa atividade (Carone,

1972a, vol. 1, p. 129-33). Diogo Campbell, enteado do conde de Nova Friburgo, chegou a assinar um contrato, em 3 de abril de 1902, com a Câmara Municipal para o fornecimento de energia elétrica, obtida através da Cascata Hans. O proponente obrigava-se, já em janeiro do ano seguinte, a começar a fornecer energia. Mais uma vez, o projeto não se concretizou, segundo *A Sentinella* de 6 de abril de 1902. Finalmente, em 1906, o coronel Antonio Fernandes da Costa obteve a concessão para explorar o serviço. Como, porém, não dava início às obras da usina hidrelétrica, não cumprindo os prazos do edital, dessa vez o povo friburguense protestou, quebrando os lampiões da cidade, movimento que ficou conhecido como “O Dia dos Quebra-Lampiões”. A concessão novamente caducou e, somente em 1911, o empresário alemão da indústria têxtil Julius Arp obteria a concessão do serviço e instalaria a Usina Hans, aproveitando o projeto de Diogo Campbell. Finalmente, Friburgo conseguiu obter o serviço de energia elétrica pública e particular, cujo enredo desenrolara-se por tantos anos.

Como outros projetos de melhoria das condições urbanas da cidade, a concessão de linha de bondes também não foi adiante e, como se dizia à época, “tinha gato preto enterrado”.<sup>46</sup> Apesar de o município não possuir esse serviço de transporte, o conde de Nova Friburgo possuía dois bondes de passeio e o conde de São Clemente cinco de carga e dois de passageiros.<sup>47</sup> Pedro Salusse obteve junto à Intendência privilégio por 50 anos para a exploração da linha de bondes, mas também não conseguiu efetivar o contrato, segundo *O Friburguense* de 11 de outubro de 1891. Outro a pleitear a concessão foi Henrique José Laureys, que também não iniciou as obras da linha no prazo estipulado. Mesmo assim, paulatinamente, esse sistema foi se implantando no município. Além dos Clemente Pinto, que

---

<sup>46</sup>. *O Friburguense*, de 30-4-1891. A título de curiosidade, enumeremos outras expressões da época: enquanto o pau vai e vem folgam as costas; antes prevenir que remediar; para inglês ver; tem de marchar para onde lhe ordenam; sem tugar nem mugir; tapar os olhos com uma peneira; desempachado o beco, apareça quem se queira coçar; estar com a mão na massa; ir de vento em popa.

<sup>47</sup>. Conforme o Livro de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Nova Friburgo (de 1893 a 1896).

possuíam seus bondes particulares, havia uma linha de passeio para a Fazenda do Cônego, hoje um movimentado bairro da cidade, com saída do Beco do Arco, funcionando aos domingos e dias santos, dizia o anúncio publicado em 10 de março de 1901, em *O Friburguense*. Porém, é intrigante como todas essas tentativas de melhoria do serviço público foram infrutíferas. Por que esses empresários ganhavam a concorrência e não conseguiam dar início às obras? Por que todos os contratos caducavam? Que lógica haveria para esses pretendentes se habilitarem nas licitações, sem terem condições de cumprir o contrato?

Durante todo o período pesquisado, o jornal debateu em torno da questão do abastecimento de água nas habitações da cidade. No entanto, para que as residências recebessem tal benefício, dependeria a Intendência de avultada soma de dinheiro e da realização de uma “planta cadastral”, sem o que seria impossível levar o projeto a efeito. Para a elaboração da planta por técnicos abalizados, necessitava-se também de considerável quantia. O próprio estado reconhecia que o orçamento das câmaras municipais não comportava recursos para obras de tal monta. Não obstante o paradoxo de Friburgo ser uma cidade procurada em virtude de suas águas puras e cristalinas, tanto para a ingestão quanto para os banhos, o abastecimento de água da maior parte da população era muito precário. Apesar de a água ser de domínio público, alguns particulares privilegiados apropriavam-se dela, desviando o seu curso natural. Isso ocorria em virtude de Friburgo possuir fartos mananciais de água em seus arredores. A Intendência reservava ao órgão municipal, nas cartas de aforamento feitas pela Câmara, o domínio sobre as águas como sendo de utilidade pública.<sup>48</sup> Por conta desses desvios, os chafarizes da cidade viviam com problemas de abastecimento, alguns quase secos, prejudicando a população, já que havia poucos domicílios com penas d’água. Não bastasse isso, era insuficiente o número de chafarizes existentes no

---

<sup>48</sup>. Ata da Câmara de 31-1-1890, Livro 20, p. 89, verso.

perímetro urbano, além do problema de manutenção, como a falta de limpeza, que era feita somente aos domingos.<sup>49</sup>

Havia em Nova Friburgo uma carência habitacional de imóveis tanto para os setores médios como para as classes populares.<sup>50</sup> É possível que isso ocorresse em razão de os veranistas ocuparem boa parte desses imóveis, já que as famílias mais numerosas, em vez de se hospedarem em hotéis, optavam pela locação. Rui Barbosa alugou por muito tempo uma residência de madame Salusse que acabou sendo conhecida em Friburgo como “Casa de Rui Barbosa”. Segundo *O Friburguense* de 12 de outubro de 1890, havia uma carência habitacional em relação aos imóveis denominados “habitações elegantes e cômodas” para abrigar as famílias que vinham durante a estação calmosa. De acordo com *O Friburguense* de 21 de outubro de 1894, nem todos procuravam os hotéis, preferindo alugar casas, especialmente as famílias que se compunham de muitas pessoas:

(...) Não edificam nem deixam edificar, pouco se importam com o progresso da cidade; o que edifica, faz o prédio a seu gosto unicamente para a sua residência ou destinando-o á aluguel por anno mediante contracto e preço extraordinariamente alto (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 29-12-1895.)

(...) Esta cidade poderia ter o dobro da população, mas não tem por falta de casas; casas próprias para pequenas famílias, para operários que não podem pagar aluguel elevado, é o que precisamos (...). (*O Friburguense*, “Melhoramentos”, de 19-2-1893.)

A construção civil ficou aquecida com a demanda por imóveis na estação calmosa, e uma das principais causas do problema habitacional de Friburgo residia na falta de materiais

---

<sup>49</sup>. Em junho de 1891, o decreto de 15 de junho de 1891, do governador Francisco Portella, concedia a um grupo de apadrinhados da capital federal o privilégio de 50 anos para o estabelecimento de iluminação pública e particular em Nova Friburgo, além de suprimento de água potável e serviço de esgotos de materiais fecais e águas servidas e pluviais. Seriam colocados penas d’água e esgotos em todos os prédios da área da décima urbana e desapropriados mananciais, terrenos e prédios necessários à consecução das obras. Findo o prazo do privilégio, todas as obras seriam restituídas ao município, mediante indenização ao estado. Como Francisco Portella foi exonerado do cargo, esses melhoramentos não se efetivaram (*O Friburguense*, “Actos do Governo”, de 28-6-1891).

<sup>50</sup>. O problema de moradia em Friburgo era tão grande que os funcionários da Companhia Leopoldina endereçaram uma representação à empresa queixando-se do alto preço dos aluguéis. Conseguiram junto à diretoria a promessa de serem construídas residências para seus operários em terrenos da Companhia (*O Friburguense*, “Aluguéis de Casas”, de 18-9-1892).

de construção. O conde de Nova Friburgo, vislumbrando esse nicho no mercado, investiu numa olaria instalada em uma de suas fazendas na região do Cônego, próxima ao perímetro urbano. O conde adquiriu uma máquina Schlickeisen de Berlim que possuía a capacidade de produção de 25 mil tijolos por dia, além de produzir telhas, canos de esgotos etc. Esse local, ao longo dos anos, foi se urbanizando e se transformando no bairro mais populoso de Friburgo, mantendo o nome de “Olaria”. Os Clemente Pinto investiram ainda na construção de residências na cidade. Em 1893, requereram à Câmara Municipal licença para edificar 12 prédios, sendo sete na Rua Umbelina, três na Rua Visconde de Sinimbu e dois na Rua 3 de Janeiro:

Esta olaria será um estabelecimento industrial de primeira ordem e será um grande passo para o desenvolvimento desta cidade, facilitando as construções, que até hoje estão paralisadas por falta de materiais de construção no lugar. (*O Friburguense*, de 23-6-1893.)

Com o aumento da migração interna, havia ainda em Friburgo problemas em relação à habitação das classes populares. Na décima urbana, cortiços e casebres espriavam-se, demonstrando claramente a existência de uma população paupérrima. O Código de Posturas de 1893 (art. 74) passou então a regulamentar a construção civil, proibindo a edificação, reedificação e reformas de cortiços. Ficavam igualmente proibidos, no perímetro da décima urbana, a construção, reconstrução e os reparos de “meias-águas”. Considerava-se cortiço o prédio que tivesse pé direito inferior a quatro metros de altura, contados do assoalho ao frechal e cujos cômodos não tivessem, no mínimo, nove metros quadrados. Cada cômodo só poderia ser habitado por no máximo três pessoas. Os discursos higienistas, que iriam marcar a gestão dos republicanos moderados, se fazem presentes nessa normatização. Os prédios com construção “defeituosa” ou má conservação e que ameaçassem ruir e os que pelas más condições de higiene fossem condenados pela Câmara seriam desocupados e fechados até serem reconstruídos de acordo com as posturas ou então demolidos. Como dito anteriormente, essas novas regulamentações do uso do espaço público decorriam do início de um processo de

urbanização da cidade, em razão das novas formas de utilização desse espaço. A rua deixava, paulatinamente, de ser um lugar de trânsito para tornar-se espaço de sociabilidades. Daí se originariam as tensões entre hábitos rurais e urbanos, entre a classe dominante e as classes populares.

A elite da cidade, em sua maior parte, vivia em residências do tipo chalé, com a utilização de mobiliário francês e austríaco. A moda das construções dos chalés não ocorria, como pode parecer à primeira vista, como uma influência da colonização suíça em Friburgo. Mera coincidência. Na realidade, era um fenômeno nacional esse tipo de edificação rural importada da Suíça, espalhando-se por várias cidades do Brasil, como Rio de Janeiro e Recife (Freyre, 2000, p. 432).

De acordo com o inventário do major Augusto Marques Braga, também podemos ter uma noção de como era o mobiliário da elite friburguense daquela época. Conforme a descrição dos bens móveis de algumas de suas residências inventariadas, havia na sala de visitas um sofá e duas cadeiras de braço, seis cadeiras de vime, uma mesa de centro redonda de madeira, dois aparadores e dois consoles com pedra de mármore. Guarneciam ainda o ambiente um espelho grande, quadros, jarras de porcelana, dois lampiões belgas, um relógio de parede, um piano Heinz e um lustre. Na sala de jantar, uma mesa elástica, cadeiras austríacas, um guarda-comida, um armário de vidro, aparador, um lampião belga, relógio de parede e um lustre. O lustre da sala de visitas era bem mais requintado do que o da sala de jantar, pois o primeiro foi avaliado em 100 mil réis e o segundo em 30 mil réis. As louças de porcelana e de cristal eram peças de alto valor, visto que foram avaliadas em 80 mil réis, enquanto o sofá, a mesa e as cadeiras juntos totalizavam 75 mil réis. Nos quartos, geralmente,

o mobiliário consistia em camas de madeira ou em uma marquesa, um lavatório com pedra de mármore ou lavatório com espelho, cômoda, cabide, quadros, escrivaninha e armário.<sup>51</sup>

Retomando as formas de “leitura” sobre a cidade através de pessoas que visitaram Friburgo naquele final de século, é interessante as impressões de um morador de Teresópolis que não a visitava desde 1887. Vejamos as modificações que ele encontrou:

Aqui neste cantinho ignorado e infeliz onde vivo [refere-se a Teresópolis], longe da vista dos vapores e da tão desejada estrada de ferro e dos demais movimentos característicos do assombroso progresso deste século, vivia eu há sete anos sem que durante esse lapso de tempo visitasse a bella cidade de Nova Friburgo que, póde-se afirmar sem receio de contestação, pertence ao número das mais importantes do nosso florescente Estado.....Logo que descansei das fadigas da jornada, lancei-me sôfrego por aquelas ruas e praças, levado pela natural curiosidade de conhecer o que de novo havia.

Nem de longe se quer, podia imaginar o grande desenvolvimento que teve a importante cidade de Nova Friburgo durante os sete anos de minha ausência: tudo completamente transformado, foram abertas novas ruas, edificaram-se inumeros e luxuosos prédios de bella architectura, estabelecimentos de toda a ordem, melhoramentos sobre melhoramentos.....enfim caminhava de surpresa em surpresa.

Friburgo além de seu progresso material, devido em grande parte á boa vontade de seus habitantes, tem por si a natureza, que foi-lhe imensamente pródiga, concedendo-lhe uma topographia verdadeiramente poética, além de um clima salubérrimo, onde impera a saúde e onde a morte faz raríssimas visitas.

Alli nota-se em todos a maior satisfação porque são felizes...tem razão...quem nos dera a nós theresopolitanos...mas, deixemo-nos de divagações, o nosso propósito é admirar e applaudir a felicidade alheia e não chorar lágrimas de dor sobre as desgraças que pesam cá por casa.....

Tranzitando por uma rua, cujo nome ignoro visto não ter placa, notei que se construía um theatro que dentro em breve proporcionará à seus habitantes bellas noites de agradáveis diversões (...). Não obstante a salubridade do clima Friburgo, possui um notável estabelecimento hydrotherapico dirigido por habil e provector facultativo, conta boas e bem montadas pharmacias e, segundo fui informado, clinicam ali muitos e illustados médicos (...). Para terminar: Felicito a bella, a poética Friburgo pelo seu grande progresso material e moral e prometto-lhe não passar outros sete annos sem de novo voltar a admirar seus novos commettimentos. (*O Friburguense*, de 8-11-1894; os pontilhados dos quatro primeiros parágrafos constam do original.)

É provável que Friburgo, com o regime republicano, que conferiu autonomia orçamentária aos municípios, tenha melhorado sua estrutura urbana, ainda que timidamente, segundo as impressões do articulista de *O Friburguense*.<sup>52</sup> Na realidade, o cronista

<sup>51</sup>. Inventário do major Augusto Marques Braga, tendo como inventariante Adelaide Marques Braga, autuado em 18-4-1895. Esse processo encontra-se no arquivo do Fórum de Nova Friburgo.

<sup>52</sup>. “Maldita centralisação! Passaram-se, porém, quatro annos que raiou a nova era, o regimen da liberdade, do progresso; a autonomia dos municípios foi proclamada; é um facto incontestável que ella vigora. O poder

surpreende-se com o aumento do número de prédios, com destaque para os mais requintados, o que corrobora a afirmação de que a cidade vinha se urbanizando e que a construção civil estava aquecida.

Como o poder público tratava os seus doentes pobres? A Intendência Municipal tinha dotação orçamentária para auxílio aos indigentes, com a distribuição gratuita de medicamentos e um médico para atender aos enfermos. O voluntariado, como a Sociedade de Caridade, composta por senhoras da elite, também auxiliava os indigentes, levantando fundos através de quermesses. Utilizava-se, como medida profilática, o isolamento dos doentes acometidos de doenças contagiosas, como a varíola. Para tanto, construiu-se um hospital ou lazareto, inicialmente com a captação de donativos particulares. Com dificuldades financeiras para a execução das obras, por deliberação da Assembléia Municipal o hospital foi transferido para o estado. É importante destacar que Friburgo nunca tivera, em nenhum momento que anteceder à construção do lazareto, qualquer surto epidêmico que justificasse a necessidade dessa obra. Teria sido uma medida preventiva, já que o município recebia, de forma intermitente, pessoas de diversas regiões do estado, principalmente os cariocas, na estação calmosa. Havia ainda uma enfermaria naval de beribéricos, que ficava na Rua Gal. Osório, próximo ao Colégio Anchieta, afirmava *O Friburguense* de 14 de setembro de 1890 (“O Correio”). É provável que esse estabelecimento, vinculado à Marinha, tenha, na década de 1920, influenciado na aquisição do pavilhão de caça do barão de Nova Friburgo, para abrigar doentes em tratamento de tuberculose, passando a intitular-se Sanatório Naval. Atualmente, ainda que preservando esse nome, não recebe mais doentes, servindo apenas como sede administrativa da Marinha e de hotel para os oficiais.

---

local, é como hoje estamos vendo, um poder soberano cercado de todos os privilegios e garantias, é inteiramente independente do poder central, procede como entender conveniente aos interesses e necessidades do município que administra; hoje o poder local auxiliado pelo grande augmento da renda tudo pôde fazer sem depender da approvação, do consentimento do governo central (...)” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 23-9-1893).

O município contava com os cemitérios público municipal, da Irmandade do S.S. Sacramento, Protestante, público do Rio Grande e da Campina, contabilizou *O Friburguense* de 2 de outubro de 1895. Havia um cartório de registro civil e de imóveis, uma agência de correios e telégrafo, o Tribunal Correccional, companhias seguradoras e uma agência da Caixa Econômica, trazida provavelmente pelo conde de São Clemente, que era diretor da Caixa Econômica e do Monte de Socorro do Rio (uma instituição de poupança e hipoteca do governo). Esses estabelecimentos compunham os serviços da rotina burocrática e financeira do município.

Carlos de Laet admirou-se de que Friburgo tivesse uma biblioteca e Petrópolis, não: “Petrópolis, cidade rica, não tem biblioteca: já lhe exprobrou o Sr. Joaquim Nabuco. Tem’na Friburgo.” Era a Biblioteca Popular Ganganelli aquela a que ele se referia, fundada em 6 de julho de 1876 e mantida pela Loja Maçônica Ísis. O *Almanaque Laemmert* de 1885 publicou que a biblioteca possuía mais de dois mil volumes de diversas obras em seu catálogo. A consulta à biblioteca era gratuita, mas para empréstimo de um livro se pagava uma taxa de 500 réis por mês, que dava direito ao usuário retirar um volume por vez. Se alguém quisesse fazer uso da biblioteca e a encontrasse fechada, facilmente localizaria o bibliotecário, que sempre com a maior boa vontade franquearia o estabelecimento a qualquer hora, dizia o edital. Há a publicação de uma estatística que revela ter sido a biblioteca, durante os meses de setembro e outubro, visitada por 99 pessoas, que consultaram 66 volumes, sendo cinco em francês, três em inglês, um em alemão, um em espanhol e 56 em português:

Neste útil estabelecimento existem muitas obras importantes dos melhores autores, dignas de serem consultadas: torna-se, porém, muito sensível a falta de grande número de volumes dessas obras que foram emprestadas há muito tempo e não tem sido devolvidas. A comissão encarregada da conservação deste estabelecimento, desejando augmentar e engrandecel-o com obras novas, vai envidar todos os meios ao seu alcance para esse fim, para poder proporcionar aos amadores a maior quantidade de livros instructivos e recreativos (...). (*O Friburguense*, edital de 28-11-1895.)

No que tange aos prestadores de serviço, *O Friburguense* de 28 de outubro de 1894 afirmava que Friburgo possuía oito médicos; segundo ainda o jornal, estava “a cidade

suficientemente provida”, havendo “diversos facultativos exercendo a profissão” e “outros médicos aqui residentes, mas que não clinicam”. Havia dentistas, advogados, solicitadores, engenheiros e guarda-livros. Aumentavam o quadro desses profissionais liberais os que costumavam vir da capital, hospedando-se por um período em hotéis e oferecendo os seus serviços. Isso acarretou um alarido entre os colegas friburguenses, que protestaram contra a concorrência, exigindo que a Intendência cobrasse imposto dos profissionais que exerciam temporariamente seu ofício na cidade. Isso ocorria, geralmente, com médicos e dentistas.

Segundo Lepetit, a cidade normalmente é lugar de uma multiplicidade de poderes e micropoderes não necessariamente institucionais, mas que refletem as formas mediante as quais se organiza a sociabilidade urbana. A instituição municipal não pode ser colocada à margem dos equilíbrios sociais específicos da cidade, ela é sua matriz, garantia e expressão, assegurando não só a ordem, mas também a permanência do elo social, definindo uma identidade cidadina partilhada (Lepetit, 2001, p. 73). Em Nova Friburgo, além da Intendência Municipal, grupos religiosos, de trabalhadores, de imigrantes e de intelectuais formavam um amálgama de organizações com culturas e padrões de comportamento próprios que refletiam as formas de sociabilidade, variando seus objetivos desde a natureza cultural até a mutuária. Essas instituições participavam, efetivamente, do cotidiano da cidade, formando micropoderes, como mencionou Lepetit, algumas até a cavaleiro da Intendência Municipal.

Nova Friburgo tinha duas lojas maçônicas, a Loja Maçônica Indústria e Caridade, fundada em 1839, e a Loja Maçônica Ísis, fundada em 1876, esta uma dissidência da primeira, mas com a qual em 1926 iria novamente se unificar (Soares, 1960, p. 45). Ao que parece, essas duas lojas auxiliavam o sistema educacional da cidade, sendo que o *Almanaque Laemmert* de 1879 registrou duas escolas noturnas mantidas por essas instituições, além da Biblioteca Popular Ganganelli, da qual a Loja Maçônica Ísis era provedora. Havia o Centro

Operário, fundado em 1892, e a União Beneficente Humanitária dos Operários, fundada em 1893. De cunho mutualista, destinavam-se a prestar socorro aos operários enfermos, auxiliar, através de pensões, às famílias e encarregar-se dos funerais dos sócios falecidos.

Quando da proclamação da República, existiam no município três paróquias canonicamente instituídas: São João Batista, São José do Ribeirão e N. S. da Conceição de Sebastiana. Na paróquia de São João Batista, havia a Igreja-Matriz e as capelas de Santo Antônio do Suspiro, de São Pedro e de Santo Antônio de Campina; na paróquia de São José do Ribeirão, a Igreja-Matriz; e no distrito de Sebastiana, a Igreja-Matriz e a capela de N. S. do Bonsucesso. A Igreja Católica não mantinha no município aldeamento de ingênuos, fundado ou dirigido por missionários católicos, conforme informou, em relatório, a Intendência Municipal. Existiam dois templos não-católicos, sob a denominação de Comunhão Evangélica, sendo um na paróquia de São João Batista e outro na de São José do Ribeirão.<sup>53</sup> No que se refere à relação entre a Igreja Católica e os luteranos, tirando algumas rugas no campo teológico e doutrinário, travadas através de *O Friburguense* entre o padre e o pastor, poderíamos afirmar que, no período pesquisado, a convivência entre católicos e protestantes foi pacífica. Única irmandade existente no município, a Irmandade do Santíssimo Sacramento era a instituição mais antiga em Friburgo, tendo sido fundada em 1858. Embora o escritor Pedro Cúrio (1974) considere a data de fundação como sendo 1833, início da colonização, creio que 1858 corresponde mais à verdade dos fatos por ter sido, em 11 de julho desse ano, lavrada a primeira ata de fundação da irmandade e de constituição do compromisso.<sup>54</sup>

As bandas eram uma das mais exponenciais tradições da cidade, cuja composição passava de pai para filho, ocorrendo de conviverem até três gerações numa mesma banda. Geralmente, os patronos eram pessoas ilustres da cidade, a exemplo do barão de Nova Friburgo, que fundou

---

<sup>53</sup>. Ata da Câmara de 22-4-1890, Livro 20, p. 116.

<sup>54</sup>. Conforme Livro nº 1 de Atas, ano de 1858 a 1864, da Irmandade do Santíssimo Sacramento.

a Sociedade Musical Euterpe. Não havia ocasião em que as bandas não participassem de eventos da cidade. Nos momentos de alegria ou de tristeza, estavam sempre presentes, adaptando seu repertório de acordo com a ocasião. Nas celebrações, na chegada do trem, nos pequenos comícios, nas homenagens após os discursos inflamados e nos funerais, elas sempre fechavam os eventos do município. Ou ainda mesmo quando nada havia de novo, lá estavam elas percorrendo as ruas da cidade, acompanhadas por moleques que gritavam e cachorros que latiam, fundindo retretas, gritos e latidos numa melodia há muito conhecida pelos friburguenses. Não eram poucas as bandas existentes, sendo elas a Sociedade Musical Euterpe, a Sociedade Musical Campesina, a Sociedade Musical Flor da Liberdade, a Sociedade Musical Estrela Friburguense, a Sociedade Musical Recreio dos Artistas, a Sociedade Musical dos Meninos, a Sociedade Musical Euterpe Lumiareense, a Sociedade Musical Quinze de Novembro, em São Pedro, e a Banda de Senhoras, quase exclusivamente formada por mulheres suíças, também de São Pedro. De todas elas permanecem até hoje somente a Euterpe e a Campesina.

Quanto às organizações recreativas, havia a associação carnavalesca Club dos Fantasmas, a Sociedade Carnavalesca Rei do Fogo, o Club Literário Minerva e o Centro Literário Beneficente de Nova Friburgo. Compondo o *high life* friburguense, havia o Cassino Friburgo, o Club Recreativo, o Jockey Club e o Club das Flores, formado por senhoras da sociedade. Há registro da Sociedade Dançante Recreio Operário, uma associação recreativa originária do núcleo de operários da cidade. No que diz respeito à organização dos imigrantes, havia a Associação Portuguesa de Beneficência, criada em 1895, e a sociedade filantrópica Societá Operaia de Mutuo Soccorso 20 de Settembre, surgida em 1893. Ambas tinham cunho corporativista, objetivando o assistencialismo aos seus associados.

As ruas e as praças da cidade, não obstante apresentarem traços de contigüidade com o mundo rural, já possuíam elementos de modernidade, como as bicicletas, um luxo na época. Inúmeras bicicletas já circulavam pela cidade e exigia-se que os ciclistas, à noite, tivessem

marcha moderada e a lanterna acesa. Os meninos também exibiam outra novidade, os velocípedes, segundo *A Sentinella* de 16 de janeiro de 1898. O telefone também já chegara a Friburgo e o Hotel Engert se comunicava através desse aparelho com o Restaurant da Estação, de mesma propriedade. Uma linha telefônica também ligava o Colégio Anchieta à estação da estrada de ferro, registrava o mesmo periódico em 8 de setembro de 1901. Recordando ainda, o Instituto Hidroterápico já possuía iluminação elétrica. Uma novidade que também chegou a Friburgo foi o papel higiênico, sob a denominação de “papel medicinal”. Dizia um anúncio publicado em *O Friburguense* de 22 de setembro de 1898: “Artigo perfeitamente puro para uso do *water closet*”, custando mil réis o pacote. O interessante é que era comercializado na papelaria de *O Friburguense*.

O século XIX foi um período profícuo para a ciência e cada vez mais surgiam invenções que impactavam a sociedade. Surgiram o navio a vapor (1819), o trem (1825), a fotografia (1839), a bicicleta (1839), o elevador (1852), o chiclete (1872), o telefone (1876), o fonógrafo (1877), o automóvel (1885), a coca-cola (1886) e o aparelho cinematográfico (1895). Tudo isso somado aos avanços da medicina. Foi ainda o século da imprensa. Fazia-se referência ao final do século XIX como o “século das luzes”, em virtude da eletricidade, numa alusão quase paródica ao iluminismo do século XVIII. Nova Friburgo conheceu o raio-x, ou melhor, tomou ciência da existência dele. Nada fascinou tanto o público do que essa invenção (1895), a respeito da qual apenas se sabia que, por meio de algum prodigioso poder, permitia ao olhar atravessar quaisquer superfícies e penetrar no interior da matéria. A curiosidade com as novidades técnicas era tão grande que um estabelecimento comercial da cidade expôs o quadro fotográfico da coluna vertebral de um indivíduo, mostrando a existência de uma bala enquadrada na quarta vértebra da medula. O quadro fotográfico era a reprodução do exame radiográfico. A exposição foi anunciada por *A Sentinella* de 7 de agosto de 1898 e contou com grande audiência. Até onde iria o conhecimento humano, indagavam-se os friburguenses?

Friburgo, ainda no final do século, conheceu o fonógrafo. Ficando em exposição por alguns dias na Rua Gal. Argolo, cobrava-se a entrada de 2 mil réis para se ouvir árias, monólogos, bandas, solos de pistão, flauta, piano e discursos como o de Silva Jardim. Segundo anúncios publicados em *O Friburguense* em 5 e 9 de novembro de 1893, “era a mais maravilhosa descoberta deste século” e que “As pessoas que ainda não viram esta prodigiosa machina que falla, que canta e que ri (...)”.

Além do fonógrafo e do ateliê fotográfico, Nova Friburgo conheceu no *fin de siècle* o animatógrafo. Esse aparelho achava-se instalado no Cassino Friburguense, pela primeira vez visto na cidade, constituindo “uma novidade do mais vivo atrativo e uma das maravilhas destes tempos de progresso”. Além do Cassino Friburguense, havia também sessões, todas as noites, no Animatógrafo Joly, das 18 às 21 horas, localizado na Rua Gal. Argolo, conforme *A Sentinella* de 29 de março de 1898. O Teatro D. Eugênia, além das representações dramáticas, passou também a abrir suas portas ao animatógrafo. Segundo uma notícia intitulada “O Animatographo”, publicada em *A Sentinella* de 10 de abril de 1898, o aparelho consistia em uma bem combinada união da fotografia instantânea, dos efeitos de luz e da passagem dos quadros, que se sucediam com a mesma rapidez dos movimentos naturais, de modo a reproduzir cenas animadas com uma velocidade surpreendente. Dentre os filmes vistos pelos friburguenses, destacavam-se *A Tentação de Santo Antônio*, *Os Negros de Dackar ao Redor do Vapor*, *A Briga do Baleeiro com o Passageiro*, *A Entrada do Czar da Rússia em Paris*. Um ano depois, o mesmo periódico voltava a exaltar as maravilhas desse invento:

(...) descrever a impressão que nos causou este invento (...) é tarefa desnecessária, porque toda a população de Friburgo, felizmente, assistiu à última palavra do engenho humano (...) a empreza esmerou-se na exhibição de todos os quadros e os machinismos funcionaram perfeitamente, apresentando ao publico luz clara e firme que transformaram os paineis artificiaes em scenas naturaes da vida real (...). (*A Sentinella*, de 10-9-1899.)

### 1.6. Educação em Friburgo: Referência no Ensino Privado no Município de Analfabetos

Nova Friburgo era uma referência em matéria de instrução, recebendo alunos tanto da região quanto de diversas partes do país. Prova disso é que todas as escolas de ensino privado feminino e masculino tinham regime de internato para abrigar esses alunos. Friburgo mantinha uma tradição na área de educação que remontava ao Império. O primeiro estabelecimento de ensino privado foi fundado em 1841 por João Henrique Freese, sendo denominado Instituto Colegial de Nova Friburgo, que trouxe consigo 14 alunos da Corte. Seus alunos estudavam português, inglês, francês, alemão, grego, latim, matemática, geografia, história, física, astronomia, desenho, cálculo e escrituração mercantil. Quando formados, eram empregados no Rio de Janeiro, nas casas comerciais. Mais tarde, o coronel Galiano Emílio das Neves adquiriria esse colégio com outros sócios, passando a denominá-lo Colégio Freese, em homenagem ao seu fundador, segundo *A Lanterna* de 1906, no artigo denominado “Educadores Friburguenses”.

Quando o naturalista alemão Hermann Burmeister visitou a então Vila de Nova Friburgo, em 1851, impressionou-se que uma localidade com mil habitantes tivesse um estabelecimento educacional como o de João Henrique Freese e relatou:

Visitei somente o diretor do grande Instituto de Educação de Nova Friburgo, o Sr. John Heinch Freese, cujo estabelecimento fica à altura dos melhores existentes no país (...). As salas destinadas às reuniões e exames, o oratório e mais dependências do Instituto não ficam a dever nada, quanto às instalações, às suas congêneres européias. Durante minha estada em Nova Friburgo, o colégio, que já antes tivera 80 alunos, contava então com 60, pois a instalação de outro instituto semelhante em Petrópolis fizera com que sua freqüência diminuísse. As matérias ministradas eram o grego, latim, inglês, francês, alemão e português, religião, matemática, geografia, história, história natural, física, astronomia geral, desenho, contabilidade e cálculo (...). A rica biblioteca que mantinha foi de grande interesse para mim (...). (Burmeister, 1980.)

Na margem esquerda do Rio Bengalas, na ladeira da Gal. Osório, localizava-se o aristocrático Colégio Anchieta, ou Colégio dos Padres, como dizia o povo da cidade. Até aproximadamente a década de 1970, a população ainda se referia a esse colégio pelo nome de “Chateau”, por ter sido nesse local a primeira sede administrativa da colônia suíça. Pertencia à

Ordem dos Jesuítas, para educação de meninos, tendo sido fundado em 12 de abril de 1886, destinando-se a formar e preparar uma elite de futuros bacharéis. No final do século XIX, sua construção era bem mais modesta do que o belíssimo conjunto arquitetônico de estilo neoclássico que hoje existe na cidade. A construção do prédio atual foi iniciada em 2 de janeiro de 1902 e concluída em 1907. Em 1923, não obstante o protesto da sociedade friburguense, o Colégio Anchieta passou a abrigar apenas os jesuítas ou candidatos à ordem e somente em 1942 voltaria a aceitar alunos externos (Soares, 1960, p. 45).

No ano de 1891, estavam matriculados no Colégio Anchieta 154 alunos, segundo nota em *O Friburguense* de 27 de dezembro. Desde a sua fundação, os filhos da elite da Corte e das províncias estudavam nesse colégio. Com a República, esse quadro não mudou e o alunado pertencente à elite política e econômica do país continuou a ter aí sua formação, a exemplo dos netos do visconde de Ouro Preto e do filho de Rui Barbosa.<sup>55</sup> Fora no Anchieta, em discurso célebre denominado “Oração aos Moços”, que Rui Barbosa se reaproximou da Igreja, para apagar a má impressão causada nos meios mais ortodoxamente católicos pela sua introdução ao livro *O Papa e o Concílio* (Freyre, 2000, p. 393). Os estabelecimentos de ensino privados femininos também recebiam alunas de importantes famílias da capital federal e de diversos estados do país.

Vejamos a impressão de Laet sobre o Colégio Anchieta:

Outro estabelecimento de ensino dos seis ou sete que conta a vila, é o Colégio dos Padres, no edifício que dão o nome de Chateau, reminiscência da colonização Suíça de 1820. Ali se deparam a boa ordem e o incontestável talento dos jesuítas. O Reitor, padre Rossi, é bastante conhecido nesta capital para que seja necessário declarar a sua grande ilustração. Os meninos no refeitório, dialogavam alegres e felizes como uma grande ninhada de pintos, quando se lhes deita o milho socado. Sei bem que isto vai contra o pensamento dos que imaginam o discípulo dos padres sempre tristonho e de conta na mão: mas a verdade antes de tudo. Os que isso pensam nunca leram Voltaire, insuspeito em se tratando do clero, fala do seu mestre, o reverendo Porée e dos demais jesuítas com quem viveu até os 17 anos.

---

<sup>55</sup>. *A Sentinella*, “Collegio Anchieta”, de 23-2-1902. “Esteve nesta cidade, em visita aos netos, alunos do colégio Anchieta, o Visconde de Ouro Preto, uma das figuras mais importantes do antigo regimen” (*A Sentinella*, de 6-8-1899). Carlos Drummond de Andrade também foi aluno do Colégio Anchieta.

Existiam os seguintes estabelecimentos de ensino para meninos: o Lyceo Nacional, sob o regime de internato e externato, de educação religiosa protestante;<sup>56</sup> o Colégio de Instrução, dirigido por Guilherme Leocadio Pinto; o Externato América, dirigido por Candido da Silveira Rodrigues; o Collegio Victor Hugo, fundado em 1885, com internato, externato e semi-internato; e o Instituto Sul-Brazil, dirigido por um dos articulistas de *O Friburguense* e emérito latinista Menezes Wanderley. Nova Friburgo tinha orgulho de seus estabelecimentos de educação e os jornais não cansavam de jactar-se de que o município era um dos centros mais adiantados do país, em função da qualidade de suas escolas privadas. É interessante notar que a rede de ensino privada também se beneficiava do turismo. As famílias que aqui residiam temporariamente, fugindo das epidemias de seu torrão natal ou para tratamento de saúde de um de seus membros, matriculavam seus filhos nesses colégios, já que as aulas iniciavam-se no mês de janeiro, segundo *O Friburguense* de 21 de outubro de 1894.

Quanto aos colégios particulares femininos, encontrávamos o Colégio Friburguense, antigo Colégio Williams, fundado em 1891, sob o regime de internato e externato; o Collegio Braune, fundado em 1864, também em regime de internato e externato e de que nos dá notícia o *Correio Popular* de 28 de outubro de 1905; e o Colégio N. Senhora das Dores, fundado em 1893, somente em regime de internato, das freiras da mesma ordem. Um anúncio do Colégio Friburguense nos dá uma noção da grade curricular das instituições de ensino privado na cidade, que incluíam português, francês, inglês, aritmética, geografia e corografia do Brasil, história, com especialidade em pátria, primeiras letras, doutrina cristã, trabalhos de agulha “e noções geraes de tudo que for objecto de educação moral e intellectual”. Disciplinas como alemão, italiano, desenho, música, piano e ginástica eram pagas à parte. Com relação aos valores, uma interna pagava por trimestre 136\$000 e o semi-internato custava 90\$000. As externas do curso

---

<sup>56</sup>. Esse colégio era de propriedade do pastor protestante João Gaspar Meyer, sendo auxiliado pelo seu filho, Alberto Meyer, e pelo pastor John M. Kyle. O programa do colégio era de acordo com o Ginásio Nacional (*O Friburguense*, de 29-9-1895).

primário pagavam 30\$000 e do secundário 45\$000. Cada disciplina cursada à parte custava 10\$000 por mês, com exceção da ginástica, que custava 5\$000, conforme anúncios publicados em *O Friburguense* em 1892. Em 1894, os Colégios Braune, Friburguense e Anchieta, juntos, reuniam aproximadamente 400 alunos internos, segundo *O Friburguense* de 6 de dezembro de 1894.

As aulas tinham início antes da primeira quinzena de janeiro e cumpre destacar a existência de algumas escolas mistas na rede pública de ensino, uma raridade à época. O Ateneu Brasileiro era misto, uma inovação pedagógica num Brasil, até o meado do reinado de Pedro II, quase inteiramente mourisco nesse particular. Outra inovação ocorrida em algumas escolas privadas foi a introdução de aulas de ginástica e exercícios ao ar livre nos intervalos entre as aulas. A voga dos esportes e dos exercícios físicos combinava com os discursos higienistas da época. Essas atividades eram promovidas durante o recreio, por meia hora, dizia anúncio do jornal *A Escola* de 20 de março de 1898. No final do século XIX, a noção de exercício sai da esfera militar e a ginástica converte-se em dever nacional. Os batalhões escolares e a multiplicação dos circuitos pedestres traduziram esse novo imperativo (Corbin, 2003, p. 608-11):

(...) Nada mais justo do que, depois de uma lição de duas horas, seja de sciencia ou de língua, haver meia hora de recreio, pelo menos, para os meninos organisarem brinquedos, exercícios, jogos recreativos, os quaes, desfazendo o tédio, o cansaço, restituam-lhes as forças phisicas que dão, está mais que averiguado, as bellas qualidades indispensáveis numa republica – coragem cívica, probidade e energia.

Pois bem, a experiência tem igualmente demonstrado a vantagem dos passeios para os estudantes, maxime logares campestres onde elles, ao ar livre, possam correr atraz de mimosas borboletas (...). (*A Escola*, “Férias”, de 30-6-1898.)

No tocante às escolas públicas, os editoriais reclamavam da insuficiência delas. Esses estabelecimentos limitavam-se à instrução primária. Com 83% da população de Nova Friburgo constituídos de analfabetos, segundo o Censo de 1890 (IBGE), ao que parece o articulista tinha toda a razão ao pleitear um número maior de escolas, por serem insuficientes. Segundo ele, as

escolas públicas não atendiam à demanda e às necessidades do município e não correspondiam aos pesados impostos que se pagavam. Considerando que a maior parte da população vivia no campo, onde era, conseqüentemente, maior a demanda, havia carência de escolas na “roça”, para usar o jargão utilizado pelo articulista. Criticou a falta de escolas nas áreas rurais, referindo-se a São Pedro de Macaé, Lumiar, Amparo, São José do Ribeirão, Córrego d’Antas, Córrego Sujo e Banquete. Outro problema eram os recursos humanos, dada “a dificuldade de achar professores que sirvam em lugares que não oferecem certas commodidades”, segundo o editorial de *O Friburguense*, “Instrucção Popular”, de 19 de outubro de 1890:

Além do perímetro da cidade é uma lástima! (...) Dissemine-se pelo povo a instrucção, se for preciso em cada esquina, em cada estrada levante-se uma escola que todos saibam ler e escrever (...). (*O Friburguense*, “Instrucção Popular”, de 28-9-1890.)

Quanta morosidade, quanta dificuldade, senão impossibilidade appareciam na criação de uma escola publica ou na concessão de auxílios às escolas particulares (...). (*O Friburguense*, “Instrucção Popular”, de 23-11-1890.)

Havia o registro da existência das seguintes instituições públicas de ensino: uma escola mista subvencionada na Estação de Conselheiro Paulino, em São Pedro, em Santo Antônio da Campina e em Banquete; duas escolas públicas mistas na Estação do Rio Grande; e uma escola pública feminina, duas escolas públicas masculinas e duas escolas públicas mistas na cidade. No perímetro urbano, constava a matrícula de 268 alunos em 1891, conforme *O Friburguense* de 4 de outubro desse ano. No distrito de Sebastiana, havia duas escolas públicas, uma masculina e outra feminina, e uma escola subvencionada em Bom Sucesso e Vargem Grande e a escola subvencionada dos Mottas. O número de alunos por escola variava entre 25 e 50. As escolas subvencionadas partiam da iniciativa de professores e da comunidade, que a criavam e, depois de funcionando, tentavam junto à Intendência uma subvenção para elas. Não era tão fácil, porém, consegui-la e dependia muito do prestígio do professor que a fundava, como foi o caso da Escola Subvencionada de Conselheiro Paulino, fundada pela decana professora Emília Roschemant. No distrito de Lumiar, há o registro da

escola particular Lyceu Lumiarense, que ministrava aulas de francês, caligrafia, leitura, gramática, história sagrada, geografia, análise gramatical, moral e cívica, aritmética e ditado. No exame realizado no final do ano, conforme *O Lumiarense* de 16 de dezembro de 1894, foram distribuídos os seguintes prêmios: ao primeiro lugar, uma rica bíblia sagrada; ao segundo, uma obra de Voltaire; e ao terceiro, *Os Lusíadas*, de Camões.

Em 1891, o jornal publicou uma estatística com o número de escolas e matrículas no estado:

Tabela 2

### Número de Escolas Primárias no Rio de Janeiro

<i>Tipos de Escola</i>	<i>Quantidade /</i> <b>1888</b>	<i>Quantidade /</i> <b>1890</b>
Públicas	439	618
Subvencionadas	281	214
Noturnas	15	25
Particulares	38	42
<b>Total</b>	<b>773</b>	<b>899</b>

*Nota: Em 1890 houve um aumento de 126 escolas.*

### Número de Matrículas no Rio de Janeiro

<i>Tipos de Escola</i>	<i>Quantidade /</i> <b>1888</b>	<i>Quantidade /</i> <b>1890</b>
Públicas	19.134	—
Subvencionadas	8.020	—
Noturnas	499	—
Particulares	978	—
<b>Total</b>	<b>28.631</b>	<b>36.974</b>

*Fonte: O Friburguense, de 16-8-1891.*

*Nota: Em 1890 houve um aumento de 8.343 alunos matriculados.*

Se compararmos com a matrícula das escolas públicas do estado em 1888, Friburgo respondia por 1,6% das matrículas. Comparando o número de estabelecimentos de ensino de Friburgo com o do estado, em 1890 a cidade possuía 1,1% das escolas públicas do estado; 1,9% das subvencionadas; 0,08% das noturnas; e 9,5% das escolas particulares, afirma *O Friburguense* de 10 de novembro de 1890.

Além da insuficiência de escolas no meio rural, outro problema que contribuía para o analfabetismo era o fato de os pais não mandarem seus filhos à escola:

Aproximam-se os dias dos exames nas escolas, em que os corações infantis pulam de grande contentamento e sentem-se repletos de alegria invejável.  
São alegrias estas que só não sentem, que nunca experimentaram, os que tem tido a infelicidade de nunca transporem o pórtico das escolas, os analphabetos.  
É uma verdade amarga, mas é verdade.  
E sobre quem deve recahir a immensa responsabilidade de tão grave falta, que inquestionavelmente reverte em atraso e para o abatimento da patria brasileira?  
Ninguém quererá tomal-a, ninguém!  
E a falta está evidente, e será inútil tentar encobril-a.  
São os Paes os culpados, é isto outra verdade.  
Sim, são os Paes os únicos e verdadeiros culpados da falta ou do atraso da instrucção de nosso paiz; uns por inqualificável pyrrohonismo, outros por desleixo ou indiferença, e quantos esquecidos da sua missão não comprehendendo a necessidade e utilidade que resulta para o engrandecimento do Brazil instruindo seus filhos.  
Oh! Paes de famílias, mães amorosas, tutores, que fazeis!  
Cavaes o abysmo (...). (*O Friburguense*, de 13-9-1892.)

Existia à época a figura do inspetor de escola pública, com um mandato não muito longo, e geralmente pessoas da elite da cidade eram nomeadas para tal cargo. O inspetor fazia incursões nas escolas, observando o mapa de frequência, as condições físicas da sala de aula (arejamento, claridade), o mobiliário, o asseio e, por fim, indagava se a escola possuía os livros necessários. Eram realizados, na inspeção, testes de escrita, leitura e das quatro operações. Uma característica interessante e que denota a existência de imigrantes no campo foi o material didático enviado para uma escola rural em São Pedro: 15 silabários de Ribeiro de Almeida, 10 contos de Schmidt, 10 do segundo livro de Hilário Ribeiro, 10 do terceiro do mesmo autor, 10 de aritmética de jardim, 10 de gramática, 30 tabuadas e 16 do “guia para os imigrantes”.

Havia três escolas noturnas na cidade: a primeira delas sob a direção de Menezes Wanderley, inaugurada em 5 de outubro de 1891 e destinada à instrução primária. Funcionava ao lado do jornal, no horário de 18h30 às 21 horas. Era gratuita e teve uma frequência inicial de 32 alunos, conforme anúncio publicado em 11 de outubro de 1891 em

*O Friburguense*. A segunda escola noturna era mantida pelo Centro Operário – que oferecia, também aos associados, aulas diurnas –, mas em razão de dificuldade em sua manutenção, em janeiro de 1895 foi-lhe concedido, por deliberação da Câmara, um auxílio mensal de Rs.100\$000, passando a ser subvencionada. Funcionava na Rua Gal. Osório outra escola noturna sob a regência do professor Moraes, o mesmo que ministrava as aulas no Centro Operário, no horário das 19 às 21 horas. Era cobrada “pensão mensal” de 12\$000, sendo os livros e “utensils” por conta dos alunos, dizia o anúncio publicado em 19 de abril de 1894 em *O Friburguense*.

O encerramento do calendário escolar em Nova Friburgo ocorria na primeira quinzena de dezembro, sendo também um lugar de sociabilidades. Nas escolas privadas, a audiência era maior, com familiares, convidados e curiosos se comprimindo na platéia, já que a avaliação dos discentes consistia em verdadeiros espetáculos. Havia apresentação de peças teatrais e musicais pelo alunado, além de uma suntuosa mesa de doces no intervalo. Esses exames eram uma intensa maratona, estendendo-se por um dia inteiro. Algumas escolas, como o Liceu Nacional, ofereciam ainda aos examinadores e convidados um farto jantar, seguindo-se um sarau que se estendia até as duas horas da manhã, noticiava a coluna “Lyceo Nacional”, de *A Sentinella* de 4 de dezembro de 1898. Os estabelecimentos de ensino privado convidavam, através do jornal, aqueles que se interessavam pela causa da instrução para assistir aos exames de seu alunado. Pessoas gradas, entre notórios educadores e políticos, eram convidadas a participar da aferição dos alunos fazendo parte da banca examinadora. Os exames eram feitos oralmente, de acordo com as disciplinas constantes do programa de ensino do colégio. Na premiação, medalhas de mérito douradas e prateadas destinavam-se aos que tivessem maior aproveitamento escolar, como também melhor comportamento.

Nessa ocasião, os estudantes ficavam em verdadeira euforia. Era um dia de nervosismo em virtude da avaliação, mas, em contrapartida, também de festa, ocasião em que os meninos

aborreciam os pais para lhes dar roupas novas (“fatos” novos, dizia-se à época) e as meninas atormentavam as mães para que seus vestidinhos brancos fossem enfeitados com lindas rendas finas. Meninos e meninas estudavam e trabalhavam para fazer bonita figura nos exames. Os meninos, mais afoitos, durante os recreios que antecediam os exames, discutiam, faziam apostas, disputando quem sabia mais que o outro ou tinha a melhor escrita, com letra mais fina e bonita. Alguns “iam à pedra” fazer exercícios aritméticos.

- Olha, Antonico, em arithmetica não podes commigo.
- Pois sim, mas se queres apostar na escripta, estou prompto.
- Ora! Na escripta tu me ganhas com certeza, por que sou muito nervoso, custo muito a fazer lettra bonita. (*O Friburguense*, “As Festas Escolares”, de 15-11-1891.)

As meninas dedicavam-se intensamente aos trabalhos manuais que exporiam nesse dia, consistindo em crochês, rendas, trabalhos de lã, flores de cera e de papel, quadros feitos a fios de seda e ouro e desenhos a lápis coloridos. As alunas do Colégio N. S das Dores exibiam trabalhos de bordados, desenhos em *crayon* e pinturas a óleo. No dia da avaliação, a sala da escola, onde mestres e discípulos trabalhavam em harmonia, era enfeitada com cortinas, bandeiras e folhagem. As mesas e carteiras eram ornamentadas com lindos ramos de flores e nas paredes pendiam quadros dourados, manuscritos dos alunos e mapas do sistema decimal, geográficos, entre outros. Hinos abriam e encerravam a cerimônia dos exames.

No encerramento do Colégio Braune,<sup>57</sup> em dezembro de 1892, faziam parte da banca examinadora o cônego Alves de Miranda, Bernardo C. da Costa Reis, senador estadual de Minas Gerais, e Joaquim Antonio Dutra, deputado pelo mesmo estado. A vinda, de tão longe, dessas figuras políticas, como dito antes, devia-se ao fato de o ensino em Friburgo ser considerado um dos melhores do país. Em decorrência disso, filhos de proeminentes e abastadas famílias do território nacional se instruíam em um dos diversos colégios internos do município. As alunas eram examinadas em disciplinas como aritmética, geografia, física, política, francês, inglês, gramática, entre outras matérias. Eram ainda avaliadas em habilidade musical como o piano. Seguiam-se, a cada classe examinada, recitais, em francês, de poesias de diversos autores clássicos.<sup>58</sup>

No Colégio Friburguense, estudavam as filhas da elite política da cidade, a exemplo dos Neves. Getúlio das Neves, ex-governador do estado, não obstante ser domiciliado na capital federal, educava sua filha em Friburgo. Como os demais estabelecimentos de ensino privado da cidade, as alunas trajavam vestidos brancos com laços de fita cor-de-rosa e, depois dos

---

<sup>57</sup>. Programa do Colégio Braune, excluindo somente os nomes dos alunos que executavam as obras, para não tornar muito extenso o texto:

1) Coro, *Ave Maria*. 2) Exames. 3) Piano a oito mãos, *Ouverture, Les Diamants de la Couronne*. 4) Dueto soprano e contralto, *Les deux sourdes pour rire*. 5) Bolero a seis mãos. 6) Piano a quatro mãos, *Le Coucou*. 7) As férias. 8) Piano a quatro mãos, *Fleurs d'oranger*. 9) Piano a quatro mãos, *La violette*. 10) Piano a oito mãos, *Concordantia*. 11) Discurso. 12) *La Carità*. 13) Piano a oito mãos, *Ouverture, Semiramis*. 14) Comédia de um ato, *La fête de Lisette*. 15) Fausto, *Marche*. 16) Canto solo, *La Serenata de Braga*. 17) Comédia, *Une leçon de musique*. 18) Piano a seis mãos, *Galop, A grande guides*. 19) Poesia, “The Little Brother”. 20) Poesia, “A assucena e a Rosa”. 21) Monólogo, *O Primeiro Baile*. 22) Piano a oito mãos, *A toute vapeur*. 23) Dialogue, *La plus belle toilette*. 24) Dueto, *Les deux bavardes*. 25) Comédia, *L'Armoire magique*. 26) Piano a oito mãos, *Trovador*. 27) Solo canto, *Il Libro Santo*. 28) Piano a quatro mãos, *Amanti & Spozze*. 29) Poesia, “Festim de Balthazar”. 30) Piano a seis mãos, *Barbier de Seville*. 31) Poesia, “The Brook”. 32) Piano a quatro mãos, mazurka. 33) Terceto, *La Sera*. 34) Dialogo, *Je sais, je sais tout*. 35) Piano a quatro mãos, *Orphã*. 36) Piano a quatro mãos, *Tramway*. 37) Piano a oito mãos, *Pegase-Galope*. 38) Comedia, *La mendicante*. 39) Poesia, “Schafers Sonntaglied”. 40) Solo canto, *Per sempre e ancor per sempre*. 41) Comédia, *O Orgulho*. 42) Piano a quatro mãos, *Une grande soirée*. 43) Piano a oito mãos, *Lucia de Lammermoor (O Friburguense, “Collegio Friburguense”, de 1895)*.

<sup>58</sup>. Algumas peças: *Robert, Le Diable, Le Catacombes de Rome, Y Capuletti de Y Moutecchi, La laitiiereet le pot au lait, O Natal, Beautés du Barbier de Séville, Le trot du chevalier, Chateubriand, L'enfant, O Espectro de Santa Helena, Camões, Traviata, Les jarretières et les manchettes, Toujours joyeux, Hymne de l'enfant à son réveil, Galop des Crécelles, La voix d'une mère, Kermesse flamande, La Moscovitta, Marche Indienne, Le famine à Paris, entre outras. (O Friburguense, “Collegio Braune”, de 11-12-1892)*.

exames, executavam ao piano diversas peças musicais a quatro e oito mãos, recitavam poesias em português, inglês e francês, além de exporem trabalhos manuais.<sup>59</sup>

Já no Colégio Anchieta, a distribuição de prêmios aos alunos que mais se distinguiam no ano letivo tinha um programa mais sofisticado, que envolvia bandas, cânticos, recital de poesias, dramas e instrumentais. Trajando ricos uniformes de gala, alguns alunos traziam ao peito as medalhas de mérito que haviam conquistado nos anos anteriores. Com a presença também de familiares e convidados ilustres, a cerimônia iniciava-se com a apresentação da banda do colégio tocando mazurca, gênero musical muito apreciado à época. Alguns alunos cantavam à capela diversas obras de Cagliero ou ainda em coro, como *Coro de Loucos*, de Fioravanti. Depois se seguiam recitais de poesia francesa e os dramas, geralmente, da vida de santos. O evento era finalizado com a banda do colégio tocando *pot-pourri*, marcha militar, sendo que diversos alunos ao piano e violino finalizavam com *Il Trovatore* e *Miserere*, de Verdi. Dentro dessa programação, ainda havia os entreatos, que eram preenchidos com diversas peças executadas ao piano pelos colegiais, além do maestro, que também se apresentava ao público, segundo *O Friburguense*, “Collegio Anchieta”, de 18 de dezembro de 1892. Esse estabelecimento de ensino promovia ainda concursos durante o ano, para avaliar o “adiantamento gradual” que vinham tendo seus alunos. Com ensaios de declamação e recitação de poesias de diversos autores, os alunos eram submetidos a uma banca de examinadores. Os discursos que eles proferiam eram avaliados tanto na “forma” como nos “conceitos”. Numa dessas avaliações, o aluno Eugenio Falcão recitou uma ode à independência do Brasil; Francisco Gouveia, um discurso sobre a utilidade dos exercícios acadêmicos; Silvério Mello, uma ode a Nossa Senhora; e Alvaro Júnior, um discurso sobre a

---

<sup>59</sup>. *Bordése Salut, Moyse sauvé des aux, Hoertensia, Graças a Maria, Polka mazurka, Corrida de Pequiras, Amanti e Spoze, La baverde, L'éventail, La violett*, entre outras. (*O Friburguense*, “Collegio Friburguense”, de 18-12-1892).

língua portuguesa. Seguiu-se a esse exame a apresentação da banda musical da orquestra do colégio, noticiava *O Friburguense* de 17 de maio de 1903.

Era um aspecto do sistema sociocultural que do Império se prolongou na República: a supervalorização da oratória ou da eloquência ou da retórica, quer sacra, quer política ou simplesmente mundana. O Instituto Sul-Brazil, informava *A Sentinella* de 8 de janeiro de 1899, nos dá uma noção de como a retórica era valorizada nos estabelecimentos de ensino da cidade. Em Nova Friburgo, o orador era um ícone, um patrimônio da cidade, e em todas as celebrações era-lhe franqueada a palavra, seja em homenagens ou em enterros. Até mesmo nas *soirées* de fim de ano era concedida a palavra ao orador, sendo que nesse caso a peroração não poderia ultrapassar mais de meia hora, sob pena de apupos. Nos exames de final de ano, a avaliação nesse estabelecimento se iniciava com a classe elementar, sendo os alunos inquiridos nas disciplinas de português, francês, aritmética e geografia. Já nos cursos médio e superior eram avaliados em português, francês, história, latim, inglês, geografia, aritmética, álgebra, geometria, literatura e retórica, segundo ainda *A Sentinella* de 4 dezembro de 1898 (“Lyceo Nacional”). Na parte de “recitação”, os alunos eram avaliados em discursos e poesias. Recitar bem, de acordo com o professor Menezes Wanderley, era articular distintivamente as sílabas e as palavras, dar a cada uma delas o som usado pelas pessoas que bem falam, não arrastando, nem atropelando a dicção, bem como fazendo as pausas convenientes. Finalmente, dar às idéias e aos pensamentos a inflexão própria, fazendo falar ao mesmo tempo as mãos, os olhos, os sentimentos, bem como os passos. Segundo Menezes Wanderley, a retórica era uma arte cultivada com vigor e vantagem nos países mais cultos do mundo, sendo as suas referências Verlaine na França, Courthpe e Byron na Inglaterra, Edgard Allan Poe nos Estados Unidos, Sun-Tong-Pó na China e Goethe na Alemanha, além de outros, como registrava *A Sentinella* de 8 de janeiro de 1899.

Diferentemente do quadro que se vê atualmente nos estabelecimentos de ensino, com professores espancados e até ameaçados de morte, o final do século XIX foi um tempo em que os mestres, no fim do ano letivo, acariciavam os seus discípulos, demonstrando-lhes afeto e carinho. Os alunos, por sua vez, correspondiam a essas afetividades, sentindo saudades dos mestres, como foi o caso da aluna Carolina de Almeida, que através do periódico se despediu da diretora e das professoras agradecendo pela dedicação e amizade que lhe foram dispensadas:

(...) é com saudades sinceras que hoje me despeço de todas, até o próximo mês de janeiro, em que de novo espero continuar a merecer a mesma dedicação como até aqui (...). (*O Friburguense*, coluna “Solicitadas”, de 3-12-1893.)

### **1.7. A Emergência do Turismo na Estrutura Econômica**

Diante do fracasso da colonização suíça, o pequeno número remanescente de helvéticos não conseguiu articular-se politicamente, ficando subjugado aos luso-brasileiros. Como normalmente o poder político vem a reboque do poder econômico, desde a formação da vila era a oligarquia rural da região que administrava a colônia em Friburgo. O mais influente deles foi o barão de Nova Friburgo, que consolidou sua presença construindo diversas propriedades na então vila, seguido pelo barão de Duas Barras e outros fazendeiros da região que imobilizaram parte do capital ganho com as lavouras do café em propriedades em Nova Friburgo. Conforme afirmamos anteriormente, a maior contribuição dos Clemente Pinto a Friburgo foi a construção da estrada de ferro, que retirou o município do ostracismo, já que a serra era um difícil obstáculo para comunicar-se com o Rio de Janeiro, centro político e econômico do país.

Com a perda de duas de suas freguesias, Paquequer e São José do Ribeirão, em que predominava a agricultura do café, o município foi se desvencilhando daquela antiga estrutura econômica latifundiária da monocultura. Como a freguesia de São João Batista abrigava 86%

da população de homens livres, de acordo com o censo geral do Império de 1872, supõe-se que ali se desenvolveu uma produção agrícola que utilizava mão-de-obra livre, não tendo sido tão afetada com o fim da escravidão e a crise do café. Vale lembrar que a combinação de trabalho livre com a policultura tinha sido uma cláusula do compromisso de formação da colônia suíça em Nova Friburgo. Mas plantava-se o quê? Não eram mais as batatas, como afirmava *O Friburguense* de 7 de fevereiro de 1892, na coluna “Pif-Paf”: “cá por esta terra (...) que já foi terra das batatas”. Em virtude de sua estrutura econômica basear-se na pequena propriedade, plantavam-se açúcar, cereais, frutas européias, legumes e hortaliças, bem como se criava gado, visando ao mercado interno e à capital federal. No entanto, o município não era auto-suficiente em relação a alguns gêneros de primeira necessidade, como a farinha de trigo. Os distritos de Lumiar e São Pedro de Macaé plantavam café e outros gêneros, mas não tinham uma produção significativa.<sup>60</sup> Sob o título de “Terra da Promissão”, o relato do deputado Oscar Fleury dá-nos uma pista sobre o que produzia a área rural de Friburgo e que corroborava o projeto inicial de D. João VI, quando da colonização, de incentivar, em Friburgo, o plantio de produtos típicos da Europa, em função da similaridade do clima da região com o desse continente. No distrito de Sebastiana, a agricultura praticada surpreendeu o deputado, acostumado a associar a produção agrícola ao plantio do café.

O café é o produto agrícola que melhor simboliza a economia da Primeira República, período em que o Brasil se torna o maior produtor mundial durante mais de uma década. Em 1890 o país produzia 4.405.000 sacas de café de 60 kg contra a produção mundial de 4.015.000. A produção de café foi aumentando gradativamente no Brasil, ampliando a cada ano a diferença em relação aos outros países, de modo que em 1898 a produção atingia 11.210.000 sacas contra 4.840.000 da produção mundial. Em 1900, o país produziu 9.425.000 sacas contra 4.380.000 dos demais países juntos. Foi São Paulo quem deteve a hegemonia do café na Primeira

---

<sup>60</sup>. *O Friburguense*, “O Correio”, de 14-9-1890. Ainda segundo *A Lanterna*, nos primeiros anos do século XX a produção de café em Nova Friburgo era praticamente nula. (*A Lanterna*, “Nova Friburgo”, de 1906).

República, em consequência de as lavouras dos outros estados terem sofrido o efeito da erosão e da exaustão do solo. Só na província do Rio, a produção diminuiu de 2.229.000 sacas em 1880 para 1.309.000 em 1889. Diferentemente de São Paulo, que substituiu a mão-de-obra escrava pelo trabalhador europeu por meio de um programa de imigração oficial, a abolição acarretou dificuldades financeiras para os fazendeiros do Rio de Janeiro (Carone, 1972a, vol. 1, p. 27-30).

No distrito de Sebastiana, Friburgo produzia suculentas pêras, maçãs, nozes, cerejas, marmelo, amoras e uvas, dando-lhe uma paisagem que se assemelhava às planícies européias. Essas culturas dão-nos uma noção tanto da riqueza material do município, quanto da forte presença do imigrante na sua produção. Muitos italianos migraram para essa região no final do século XIX, tendo sido apontados como responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura nesse distrito. O único problema enfrentado era a deficiência do sistema de distribuição desses produtos, feita ainda por tropas de mulas e cujos únicos pontos de escoamento eram Friburgo e Magé. Em 1893, segundo *O Friburguense*, na coluna “Solicitadas”, de 28 de maio desse ano, a Intendência inviabilizou ainda mais essa distribuição, taxando um imposto de 2 mil réis sobre cada animal de tropa a frete. Apesar de o imposto recair sobre os tropeiros, como imposto de indústria e profissão de frete dos animais, esse custo acabaria encarecendo ainda mais os produtos. Os agricultores da região eram verdadeiros reféns desses tropeiros. Um pequeno grupo monopolizava o frete, estabelecia preços e cominava penas a quem fizesse frete menor do que o estabelecido pela convenção, afirmava a mesma coluna desse periódico em 11 de junho de 1893. A solução pleiteada pelos agricultores de Sebastiana era uma linha férrea que ligasse esse distrito aos centros consumidores, o que nunca ocorreu. Logo, foi a deficiência no sistema de transporte um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da lavoura no município.

Com o café produzido em Macaé de Cima ocorria o mesmo. Sua produção era expedida a custo de muitas rogativas dos remetentes, que não raro tinham seus produtos depreciados, devido ao tempo em que ficavam nos armazéns e à má conservação dos depósitos da estação.

Além disso, os fretes das bagagens e cargas eram excessivamente elevados. Vejamos o artigo de Fleury:<sup>61</sup>

Friburgo é incontestavelmente uma das regiões mais aprasiveis do Estado do Rio de Janeiro (...) mas nenhum arredor da circunvisinhança excede em perspectiva, com topographia e em riqueza natural à Sebastianna; (...) Ahi frue-se a ineffavel ventura de aspirar a brisa oxigenada, e saturada do aroma suave das flores que ingrinaldam as cumiadas das serras revestidas de mattas frondosas, muitas dellas virgens ainda da foice devastadora do lenhador (...) Surprehende! O viajante que transita pelos caminhos sinuosos entre montes e valles que constituem o território de Sebastianna, por vezes pára extupecto ante o espetáculo que a natureza lhe offerece nas suas múltiplas paisagens, que recordam ao touriste as quadras campestres da Suissa pittoresca (...). Causa pasmo a uberdade de suas terras. Além das differentes culturas adaptáveis ao clima taes como variedades de leguminosas, feculentas saccharinas, etc., apreciei sorpreso as plantas européas cultivadas com resultados admiráveis. Assim é que vi pêras succulentas, maçans, nozes, cerejas, enfim todas as fructas que importamos ao estrangeiro, inclusive uvas oriundas de vários pontos de Portugal, que se prestam perfeitamente à extracção do vinho cujo sabor é idêntico ao dessa procedência; amoreiras altas e frondosas que convidam o industrialista a applical-as a cultura do bicho da seda; (...) o linho, as forragens como a alfafa e o feno que nos vem da América do Norte por preços elevados, em suma, o estrangeiro que visita estas paragens fica attonito diante de tal fertilidade prodigiosa despresada pelos lavradores brasileiros que só crêm n'uma riqueza real a proporcionada pela lavoura do café. É deplorável este rotineiro costume enraigado nos nossos longevos agricultores que se dedicam exclusivamente a unicultura, a do precioso grão rubeáceo, cuja safra diminue consideravelmente como o provam as ultimas estatísticas (...) doptado de todas as condições mesologicas para uma lavoura ampla, racional que explore a polycultura de accordo com os princípios modernos da agronomia, pode tornar-se o celleiro dos mercados da Capital e d'ahi uma fonte inexaurível de riqueza para o Estado. Convém, entretanto, dizer que para attingir esse desenvolvimento é imprecindível que se estabeleçam vias de comunicação com os centros consumidores o que se conseguirá fácil e sem grande dispêndio pelo prolongamento da Estrada de Ferro Grão Pará n'um percurso (...). Realizado este empreendimento os productos que se destinam ao Rio de Janeiro serão transportados com presteza e dissipar-se-á o desanimo que aniquilla toda a iniciativa da lavoura em grande escala, da parte dos fazendeiros de Sebastiana, que só dispõem de tropas de animaes como meio de conducção, insufficientes para darem vasão aos productos agrícolas, cuja maior parte se deteriora exposta a acção do tempo, como se deu neste ano com trinta mil arrobas de marmellos colhidos nesta zona requíssima, que bem podia concorrer com o contingente precioso para a receita do Estado, se não fora o olvido a que a condemnaram (...). (*O Friburguense*, “A Terra da Promissão”, de 21-3-1895.)

Oscar Fleury criticou, em seu artigo, a decadente lavoura cafeeira fluminense. Desde a década de 1870, mas principalmente em 1880, as lavouras de café do Vale do Paraíba estavam em declínio, com os cafezais tendo baixa produtividade. A penúria dos fazendeiros impedia-os de reverter essa situação. Eles não conseguiam pagar a mão-de-obra estrangeira e, por

<sup>61</sup>. “(...) Informaram-nos que os produtos da lavoura, como o café, que é o principal nos municípios do Carmo, Sumidouro e parte do de Friburgo, são conduzidos por esta estrada com muita demora (...)” (*O Friburguense*, “Ramal de Sumidouro”, de 29-8-1892).

consequente, apegavam-se ao trabalho escravo. Era um ciclo vicioso: não podiam melhorar o sistema de produção porque não dispunham de capital e não dispunham de capital porque era baixa a produtividade dos cafezais. Eram incapazes de se modernizar nos moldes dos fazendeiros do Oeste Paulista (Costa, 1985, p. 69).

Nova Friburgo tinha tradição na produção de vinho, mais uma prova da influência portuguesa em sua cultura. O maior produtor era o capitão Manoel Fernandes Ennes, citado no *Almanaque Laemmert*,<sup>62</sup> em 1877, como proprietário circunscrito à Freguesia de São João Batista. Por ser o único que comercializava e distribuía seu vinho para outras localidades, na ata da Câmara de 1888 somente ele foi reconhecido como produtor, provavelmente pelo fato de os demais vinicultores terem uma produção voltada tão-somente para o mercado interno e até mesmo para consumo próprio.<sup>63</sup> Curiosamente, foi isento, em 1892, do pagamento de imposto sobre sua produção de vinhos.<sup>64</sup> Sua vindima possuía 1.500 videiras, plantadas em várzea, e sua produção era de 18 pipas anuais. Custava 8 mil réis a caixa de 12 garrafas, comercializando o produto no município e no interior. A marca adotada pelo fabricante era de vinho nacional fabricado em Nova Friburgo.<sup>65</sup> Outro produtor era José Ferreira Thomé, que tinha um vinhedo próximo da área urbana, logo depois da Chácara de Duas Pedras, mas era uma produção para consumo próprio, segundo *O Friburguense* de 11 de junho de 1893. Havia ainda Giovanni Giffoni, que além de importador também fabricava seu vinho, na Chácara do Suspiro. Giffoni era o único importador no Brasil do *vino rosso di Castellabate*, da província de Salerno, em Nápoles, na Itália. A garrafa de seu vinho tinha na parte superior a coroa italiana entre as iniciais J. G. (João Giffoni), segundo publicou *O Friburguense*, na coluna “Solicitadas”, de 13 de maio de 1894. Em 1908, por ocasião de uma exposição nacional,

---

<sup>62</sup>. *Almanaque Laemmert*, Centro de Documentação Pró-Memória, Livro 800.01.

<sup>63</sup>. “Ennes & Lusitano. Tem sempre grande quantidade de vinhos superiores de uvas fabricadas e aperfeiçoadas n’esta cidade e por isso pede a todos os seus freguezes para o coadjuvar n’este novo melhoramento industrial” (anúncio publicado em *O Friburguense*, de 26-3-1892).

<sup>64</sup>. Ata da 9ª Sessão Ordinária de 3-3-1892, publicada em *O Friburguense*, de 27-3-1892.

<sup>65</sup>. Ata da Câmara de 30-5-1888, Livro 20, p. 184 verso.

seguiram para o Rio de Janeiro, representando Friburgo, Francisco Vidal Gomes e Luiz Guadagnini, fabricantes de vinhos branco e tinto, e Pedro Lamblet, fabricante de vinho de ananás, informava o mesmo periódico no artigo intitulado “Para Exposição Nacional”, de 2 de agosto de 1908.

A Intendência Municipal incentivava a produção do vinho. Um edital de 23 de abril de 1895, expedido pela Estação Agronômica do Estado do Rio de Janeiro, divulgava a distribuição de mudas e *bacellos* de diversas variedades de vinhas provenientes da Europa. O edital, publicado em *O Friburguense* de 11 de setembro de 1895, destacava que, “havendo neste município terrenos que são próprios para esta cultura”, os interessados deveriam dirigir carta ao diretor da Estação Agronômica, que lhes enviaria as mudas e instruções impressas sobre sua cultura, sem qualquer ônus.

Havia em Nova Friburgo uma burguesia que possuía atividades ligadas ao comércio, à hotelaria e a uma pequena indústria. Ainda numa fase pré-capitalista, Friburgo possuía duas olarias e uma fábrica de gelo, pertencentes ao conde de São Clemente, segundo *O Friburguense* de 14 de maio de 1893, uma fábrica de tamancos, uma fábrica de asfalto, do italiano Luiz Raspatini, duas fábricas de cerveja e a produção de vinho. (O *Almanaque Laemmert* já registrara dois fabricantes de cerveja em 1877.) Na Rua Visconde do Bom Retiro, funcionava a fábrica de torrar e moer café, que produzia café claro e escuro, denominada Ao Torrador Friburguense, inaugurada em 1896. Era de propriedade de Carlos Dumans, um dos homens mais ricos do município, depois dos Clemente Pinto e da família Sertã. O maquinário da fábrica consistia em um grande torrador, resfriadores, dois moinhos, tudo movido por um motor a querosene.

Um dos locais de sociabilidade masculina era a Cervejaria Beauclair, fundada em 1893 por Albano de Beauclair e que era um dos orgulhos da cidade. Situava-se às margens do Rio Santo Antônio, num sítio aprazível, “onde a natureza traja sempre galas”, sendo juntamente

com o Chalé dos Mac-Nivem um dos primeiros prédios avistados quando se chegava à cidade:

(...) A industria do paiz até bem pouco tempo se não esquecida, ao menos desprezada, começa a romper com o passado e principia a conquistar o logar que lhe compete na concorrência dos mercados. Foi sempre vesania antiga, como é sabido, deprimir tudo que fosse de confecção nacional. Argumentava-se com a carência da matéria-prima que não temos, como se os paizes industriaes mais adiantados, tivessem-n'a mais do que nós. Ninguém ignora, que a nossa matéria-prima ia toda para o estrangeiro, fomentar suas industrias que vinham depois abastecer o nosso mercado. Pois bem, hoje a maior parte dessa matéria-prima fica no paiz e é aproveitada em suas industrias e uma outra parte é exportada, compensando assim a importação de outras matérias que não temos e que carecemos para nossa vida industrial. Pouco a pouco, com um sacrificio bem grande, essas industrias vão prosperando e mais notável ainda, as matérias-primas estrangeiras são aqui aproveitadas de modo a se approximarem bastante, dos productos similares fabricados no estrangeiro (...). (*O Friburguense*, "Cervejaria Beauclair", de 9-7-1896.)

A fábrica de cerveja Beauclair importara todos os aparelhos da Alemanha e produzia a média de 22 mil garrafas mensalmente. Possuía ainda uma sofisticada máquina de lavar garrafas e outra que experimentava a resistência delas, à base de gás de ácido carbônico. Para o verão, utilizava um resfriador Patent de Neubecker, um engenhoso aparelho para manter a cerveja sempre geladinha. E tanto no maquinário, quanto no processo de fabricação, adotava o sistema de Munich. Albano de Beauclair tinha o diploma de mestre fabricante de cerveja conferido pela Escola de Cervejaria de Worms, localizada na Alemanha. A fábrica produzia a famosa e saborosa cerveja Friburgo Brau, um produto especial da casa exportado para outras regiões, sendo considerada uma das melhores cervejas nacionais. A outra fábrica era a da cerveja Suspiro, de propriedade de Gonçalves & Bastos, que exportava para vários pontos do estado, segundo *O Friburguense* de 12 de dezembro de 1895.

No que tange à atividade comercial, de acordo com os *Indicadores Fluminenses* a cidade contava com aproximadamente 80 casas comerciais.

Havia oficinas de alfaiatarias, sapatarias, marcenarias, serralherias, ferrarias e funilarias. Não obstante o comércio fixo, ainda havia grande número de vendedores ambulantes pelas ruas da cidade, apregoando mercadorias como hortaliças, legumes, ovos, aves, frutas, doces, lenha e leite, vendido de porta em porta. Foi exigido pela população o retorno da venda do

leite tirado da vaca, pois ele vinha sendo *batizado* (misturado à água) quando não era retirado na presença do consumidor.

Cortez Wissenbach enumerou algumas figuras que desapareceram com a urbanização iniciada no princípio do século XX, sobretudo porque a cidade moderna devia ser entendida como um espaço sem os traços do mundo rural, sem memória, sem as tradições e os laços que a uniam ao passado. Entre essas figuras estavam o vendedor de leite com vaca a domicílio; de caldo de cana com música; de sorvetes em navio terrestre; o baleiro; o engraxate ao ar livre; o quiosque; a água do vintém; “o palhaço que é”; a preta-mina; o macaco de realejo; carregadores de piano; a bandeira do divino; a dança do urso; o trapeiro; as disputas das maltas de capoeira Nagôa e Guayamús (Abreu, 1999, p. 53); e o chinguicho (Wissenbach, 2006, p. 97).

O comércio ambulante ainda era muito intenso, feito por mascates turcos que migraram para Nova Friburgo no final do século XIX. O Código de Posturas de 5 de maio de 1893, em seu artigo 102, regulamentou essa atividade, obrigando os mascates a obterem licença para a venda dos produtos, com exceção dos lavradores que vendessem as mercadorias provenientes de sua lavoura. Tentava-se impor uma certa ordem no comércio, com a proibição da exposição de produtos pendurados nas portas e janelas. Comerciantes e mascates, fábricas e oficinas deveriam encerrar suas atividades às 16 horas aos domingos, excetuando-se farmácias, botequins, hotéis, bilhares, açougues, padarias, confeitarias, charutarias, barbearia e as fábricas de cerveja. Como se observa, os lugares de sociabilidades foram preservados pelo poder público em seu Código de Posturas (artigos 94, 95 e 105) de 5 de maio de 1893.

Nova Friburgo chega ao final do século XIX amparada em uma nova estrutura econômica: o setor de turismo. Geograficamente liberta por conta das desanexações das regiões onde a cultura do café e as reminiscências da escravidão prevaleciam, Friburgo tornava-se uma sociedade onde novos atores surgiriam no cenário político, originários das camadas médias da

população. Ricos comerciantes, profissionais liberais e proprietários de hotéis passaram a disputar o poder político com a antiga elite agrária do município.

Qual teria sido o fator determinante para que Nova Friburgo tivesse a vocação econômica, ao final do século, representada pelo turismo? A inauguração do trecho entre Cachoeiras e Friburgo, em dezembro de 1873, permitiu o afluxo mais amiúde de pessoas e cargas entre o município e a Corte. Buscando a convalescença nas condições climáticas da cidade serrana, uma chusma de indivíduos subia a serra, durante todo o ano, para tratamento de doenças como tuberculose e beribéri, além de fugir das epidemias que assolavam diversas cidades, principalmente o Rio de Janeiro. É interessante que, desde 1851, Sinimbu (1852) já relatava que Nova Friburgo era procurada para tratamento de saúde e para evitar a “canícula da Corte”.

Com o advento da ferrovia, não bastasse a facilidade do transporte, o preço da passagem era barato. Por 16\$000 podia-se viajar de primeira classe, de ida e volta. Dois trens de passageiros, o expresso e o misto, circulavam diariamente entre Friburgo e Niterói, além do trem especial de passeio nos fins de semana:

As pessoas da capital, que nunca vieram á essa cidade, dizemos que, com a diminuta despeza de 16\$000, obterão passagem de 1º classe, de ida e volta, por oito dias. **Com tão módico dispêndio** quem deixará de gosar por alguns dias do ameno e excellente clima de Friburgo, e de admirar os encantos desta bella terra, onde se bebe da puríssima crystallina água que só se encontra correndo nestas montanhas? Há diariamente dous trens para transportar os passageiros: o expresso e o mixto. Nos sábados há um trem especial de passeio, que regressa as segundas feiras: a passagem neste trem, ida e volta, custa **apenas** 16\$000. (*O Friburguense*, 14-10-1894; grifos meus.)

Uma prova de que a economia do município apontava em direção ao turismo-saúde foi o enorme investimento feito pelos médicos Carlos Éboli e Theodoro Gomes na construção do Instituto Hidroterápico. É provável que Gomes e Éboli, amparados na inauguração do trecho Friburgo–Cachoeiras, vislumbrassem que esse setor tomaria novo impulso, já que minimizava a distância com o Rio de Janeiro. Além de os veranistas cariocas fugirem das epidemias que grassavam na capital federal, a elite brasileira passava pela fase de europeização de seus

costumes. Iniciava-se, paulatinamente, entre a burguesia e nas camadas médias urbanas o hábito de tirar férias, em paralelo ao surgimento do conceito de turismo.

Para a aristocracia francesa do século XIX, o ano dividia-se em dois: a estação mundana, que correspondia ao inverno e à primavera, e a vilegiatura, que consistia no verão e em uma parte do outono. O *Larousse* do século XIX definia vilegiatura como a permanência no campo para fins recreativos e Goldini, em *La villegiatura*, como “inocente divertimento no campo, transformado, em nossos dias, em uma paixão, uma mania, uma desordem”. Na França, as férias eram um divertimento praticado somente por uma elite relativamente restrita, no início do século XIX. Aos poucos, a burguesia francesa começa a imitar o modelo aristocrático e as famílias burguesas passam a trocar a cidade por seus arredores campestres durante a primavera. A palavra turista, sinônimo de viajante, data de 1816, sendo que o *Larousse* do século XIX dizia que o turista viajava “por curiosidade e ociosidade”. Na França o termo “veranista” (*estivant*) aparece apenas em 1920, diferentemente de Friburgo, que já o empregava no final do século XIX. Além de para o lazer, a mudança de ares, por volta de 1890, era um remédio muito recomendado para combater a tuberculose, receitando-se temporadas na montanha. Uma conjugação entre turismo e cuidados terapêuticos.

Segundo Michelle Perrot, no decorrer da segunda metade do século, instaurou-se a noção de “férias” como uma mudança necessária nas atividades e no gênero de vida. O descanso e os benefícios da natureza parecem oferecer uma contrapartida ao modo de vida urbano e industrial. Apesar de o gosto pela natureza ter-se desenvolvido no século XVIII, o que era novo “era a inserção dessas preocupações na organização temporal das atividades humanas”. Surge, então, a alternância com o tempo do trabalho, o tempo das férias, isto é, da natureza, das viagens, das diversões. Ainda segundo Perrot,

Numa sociedade rural ou artesanal, o tempo livre tinha seu lugar dentro do quadro das atividades normais. Na sociedade urbana e industrial, ele chega em data marcada para todos, concentrando-se no verão. (Perrot, 2003a, p. 228-35.)

É interessante notar que o *trem de passeio* que havia em Friburgo é exatamente uma cópia do *trem de recreio* que havia em Paris, em 1871, ligando a capital ao litoral normando. Um trem saía de Paris no final da tarde de sábado e trazia os passageiros de volta na segunda-feira antes do meio-dia, ficando conhecido como o “trem dos maridos” (Perrot, 2003a, p. 231), pois permitia que os homens ocupados com seus negócios passassem os finais de semana com a família, que desfrutava as férias na praia. Nova Friburgo tinha o mesmo modelo, uma espécie de “pacote de viagem” que atendia a uma clientela de finais de semana.

A nova ordem econômica impulsionada pelo turismo acarretaria uma dinâmica a Nova Friburgo que a tornaria uma cidade-ímã, para usar de uma metáfora, atraindo muitas famílias da capital federal e dos municípios circunvizinhos. Esse afluxo de pessoas à cidade para tratamento de saúde, desde a segunda metade do século XIX, criou em torno do município a representação de cidade salubre, que permaneceria durante gerações no imaginário da população.

### **1.8. A Cidade Salubre: Construindo uma Identidade**

No final do século XIX, analisando os discursos sobre Nova Friburgo, percebe-se que tanto os cidadãos quanto a população adventícia vinham tendo uma nova percepção sobre o município. O modo de vê-la era como sendo um lugar que possuía qualidades redentoras, cujo clima afastava doenças e convalescia os enfermos: uma cidade salubre. Vislumbrou-se um filão econômico que estava ali desde o início dos tempos, a terra onde jorrava o leite e o mel, a terra prometida, pitoresca, encantadora, salubre, bucólica, a bela bonina do estado. Os que a acorriam só necessitavam beber de sua água vivificadora e respirar seu ar regenerador, que dali por diante restaurariam a sua saúde, revigorariam as suas energias, para então, fortificados, retornarem ao inferno de suas tórridas cidades, infestadas de doenças e epidemias. O artigo a seguir retrata exatamente o tipo de representação que se fazia de Friburgo:

(...) A cidade do Rio de Janeiro está quentíssima, mais quente que o fogo em brasas, faz alli um calor insupportável, quanto mais nos próximos mezes de novembro à março. É isto o que todos sabem, não carece demonstrar. Sendo assim, é provável que grande número de pessoas alli residentes se retire para fóra, procurando passar alguns mezes no goso do ar livre, fugindo das epidemias que a infestam todos os annos principalmente nos referidos mezes. Está reconhecido pelas observações feitas que a cidade de Theresopolis, embora seja um lugar fresco, não pôde ser procurada, por que é diariamente açoitada pelos ventos; é lugar pequeno e insípido – não passa de um estreito becco; as viagens da capital federal para essa cidade são assaz incommodas e dispendiosas e em chovendo tornam-se difficultosas. Para Petrópolis há facilidade e barateza de transporte, mas é lugar de clima muito humido, o que é nocivo à saúde, mormente para as pessoas já affectadas de alguma moléstia ou que precisam convalescer-se; devendo notar-se mais que Petrópolis, é uma cidade de luxo, aristocrata, própria para diplomatas. Com a mudança da capital do Estado do Rio para alli, encheu-se a cidade de Petrópolis de grande massa de elementos perniciosos, perigosos à moralidade e à tranquillidade publicas, privando as famílias de certos gosos que outr’ora tinham.

(...)

Todos quantos pretenderem afastar-se por algum tempo do calor que tanto incommoda e que é origem de tantos males, que precisarem de descanso e quizerem gosar do puríssimo ar das montanhas, não encontrarão outro lugar mais apropriado que Friburgo (...). (*O Friburguense*, de 1-10-1894.)

Com a representação de cidade salubre, a economia caminhava a passos contínuos em torno do turismo-saúde. Tanto os habitantes do município como os veranistas e enfermos tinham a concepção de que Nova Friburgo era um “sanatório a céu aberto” e essa representação pode ser percebida no cotidiano dos cidadãos, cujas práticas viriam confirmar este aforismo: Friburgo é a cidade da saúde. Galdino do Valle Filho, prefeito da cidade no início do século XX, dá-nos a perfeita noção do tipo de representação que se fazia de Friburgo naquele período:

É esse clima que opera milagres; é toda Friburgo com as suas lendas e as suas graças, que, como um grande sanatório aberto, ampare e consola, fortalece e redime a todos quantos esfalfados na luta pela vida, ou exauridos pela doença inplacavel, aneiam para se salvar, de um pouco mais de oxigenio e muito de esperanças!

Foi assim que se gerou a lenda, cuja origem, ignorada e anonyma como a de todas as lendas, encerra, entretanto, essa profundidade dogmática que a sabedoria popular tanta vez crea e expande para roteiro dos sábios (...).

Refere a convicção popular que aquelas cinco pontas, erguendo-se da terra em direcção ao céu, representam as cinco letras da palavra magica: S . A . U . D . E . , n’uma legenda eloquente e muda que traduz, a um tempo, uma commovida saudação ao forasteiro que a procura e, em honra delle, uma perenne invocação à Deus!

Na singeleza mystica dessa innocente criação da phantasia popular está toda a finalidade consoladora das lendas: renova as esperanças da alma dos disilludidos, e enche, de um vigor

extranho e benfazejo, os peitos carcomidos pelas doenças, retemperando as energias abatidas dos que decahiram physica e moralmente (...). (Valle Filho, 1928, p. 17-20.)

Com o declínio da produção cafeeira na então província do Rio de Janeiro, Nova Friburgo não sofreu as conseqüências da crise desse setor, por já estar estruturada em torno de uma emergente atividade econômica, uma função dominante, o turismo. Em decorrência desse novo vetor econômico, ocorreu o incremento da rede hoteleira, beneficiando outros setores, como o comércio. Friburgo passou a competir com Petrópolis na captação desses novos *touristes*, mas estava ainda em grande desvantagem, já que essa última herdara os resplendores da arquitetura neoclássica e eclética dos tempos do Império.

Outro fator que mudaria o cenário de Nova Friburgo, com a implantação da República, foram os imigrantes estrangeiros e os migrantes internos, que a transformaram numa verdadeira “torre de babel”, aumentando suas tensões sociais. Foi um período de grandes deslocamentos da população brasileira. Friburgo, próximo à capital federal, recebia um fluxo contínuo de novos habitantes, já que o crescimento do município abria um espaço para novas possibilidades de vida. Esses migrantes sofriam invectivas por parte da imprensa e passaram a ser hostilizados pelas classes dominantes, sendo representados como “vagabundos” por se recusarem a trabalhar, uma ameaça à organização do trabalho, principalmente numa cidade como Friburgo, que padecia de falta de mão-de-obra.<sup>66</sup>

Segundo Paulo César Marins, tais migrantes se movimentariam em busca de empregos e tetos baratos, num deslocamento contínuo que fundia vivências, experiências, tensões e espaços. Surgia a figura aterradora da massa de “cidadãos” pobre e perigosa, viciosa, atrasada, inferior e pestilenta, que seria perseguida na ocupação que fazia das ruas e fustigada em suas habitações (Marins, 2006, p. 132-3). Nova Friburgo sentiria esse fenômeno, pois atrairia muitos migrantes provenientes do Nordeste, conforme se verificou em alguns registros

---

<sup>66</sup>. “Consta-nos que a polícia está disposta a dar caça ao grande número de vagabundos que existe nesta cidade. Já não é sem tempo (...)” (*O Friburguense*, de 16-10-1892).

policiais do período. A fisiologia de Nova Friburgo só contribuía para as tensões sociais, já que as classes populares conviviam muito próximas às residências da elite, uma herança do passado colonial que concentrou toda a vida da cidade no entorno do Rio Bengalas.

Dentro da nova ordem econômica e social, a estrutura política iria também se alterar. Essa emergente camada média da população, que usufruía do turismo, desejava o seu quinhão na administração municipal. Com o advento da República, já se podia notar uma participação da nova elite econômica nos cargos públicos, dividindo o poder político com a velha oligarquia rural. Essa categoria enxergava o novo momento como uma etapa evolutiva do município, e prova disso foram as iniciativas de trazer a eletricidade, os bondes, o saneamento, bem como o embelezamento dos logradouros públicos.

Contudo, a nova dimensão econômica proporcionada pelo turismo-saúde deveria, conseqüentemente, ter sido propulsora do desenvolvimento urbano, mas não o foi. Nova Friburgo, não obstante a chusma de turistas exigentes e requintados que recebia durante todo o ano, não perdia o aspecto de uma cidade modorrenta, com características extremamente rurais. A temporada de óperas no Teatro D. Eugênia nos ilude, levando-nos a armadilhas de achar que Friburgo poderia estar vivendo a sua *belle époque* e que a qualquer momento surgiria um Haussman legando à cidade belos *boulevares* e monumentos para enaltecer a glória de um tempo. Nada disso ocorreu, apesar de se reconhecer a necessidade de melhorias na cidade, em razão do padrão de vida dos veranistas que a cidade recebia.<sup>67</sup>

Retornando ao problema levantado, indaga-se: por que os novos vereadores, alguns deles, inclusive, hoteleiros, não se empenharam em melhorar a infra-estrutura da cidade? Se tiveram tal intenção, por que esses projetos nunca chegavam a um termo satisfatório? Por que a Câmara, com projetos feitos por técnicos abalizados para a implantação do serviço de água,

---

<sup>67</sup>. “(...) Muito poucos se acham vinculados a tantos empreendimentos úteis, indispensáveis a uma cidade que recebe todos os anos, na quadra ardente do verão, a visita da sociedade opulenta e elegante da capital da República (...)” (*A Lanterna*, “Coronel Galiano Emílio das Neves”, de 1906).

esgoto e luz, não conseguia dar cobro a esses empreendimentos? Quais eram as causas que emperravam o progresso da cidade? Essa problemática foi também alvo de questionamento do articulista de *A Lanterna*: “Qual é a causa que concorre para a demora que tem havido no progresso desta cidade?”

Esse será o ponto de partida da pesquisa, avaliando as tensões e idiossincrasias desses grupos e procurando responder por que Nova Friburgo – que tinha todas as condições de ter se transformado, ainda no final do século XIX, em uma cidade com avantajada estrutura urbana para atender à “sociedade opulenta e elegante” da capital federal – atravessou o século com os mesmos problemas que padecera durante o Império, a quem não interessava o progresso e por que Nova Friburgo não viveu uma “Nova Fase”.<sup>68</sup>

## 1.9. Um *Flâneur* em Nova Friburgo

### FLANANDO

Na grande luta em que sempre nos vemos empenhados, em busca do elemento principal à nossa existência, o **assumpto**, parecemos muitas vezes um afogado que apega-se a tudo, comtanto que venha à tona.

Immerso em uma monotonia profunda, mais profunda talvez que os pélagos inacessíveis, procuro em vão um galinho myrrhado mesmo, com que possa por momentos fluctuar, lanço olhares para todos os lados e nada vejo.

Espersos sobre a meza, apenas jornaes, assumpto nenhum; abro ao acaso o órgão da heroína de 9 de Fevereiro, *O Fluminense*, que os leitores conhecem certamente.

Logo na primeira columna as Dominicaes do Azamor, effectadas do mesmo mal que eu sinto agora [refere-se à falta de assunto] e tanto assim que no segundo período elle arranja um burro que quebra as grades do jardim Pinto Lima com uma lança.

Depois vem o bode expiatório da sua falta de assumpto, a Cantareira que paga pelo pato que nem sempre come (...). Flâneur. (*O Friburguense*, “Flanando”, de 2-7-1896; grifos meus.)

Victor Hugo escreveu em *Os Miseráveis*: “L’erreur est humain; le flâneur est parisien”

(“To Wander is human, to flâneur is Parisian”, citado em Benjamin, 1985).

---

<sup>68</sup>. “(...) E querem o progresso desta cidade! E queixam-se de ser Petrópolis e outros pontos dentro e fóra do estado do Rio, preferidos pelos excursionistas, pelos que procuram o ar livre das montanhas! Como querem que Friburgo mereça as honras de preferência se não offerece commodidades, se é uma cidade que até não tem luz pode dizer-se, por que a que existe é claro como (...) as trevas!” (*O Friburguense*, “A Iluminação”, de 5-10-1893).

Souza Cardoso, leitor de Baudelaire, assumiu o *pathos* do *flâneur*, tipo social que recebeu apologia na obra do poeta.<sup>69</sup> Como Baudelaire, que mergulhou nas ruas de Paris em busca de experiências que pudessem ser agregadas à sua poesia, Souza Cardoso também se aventurou nas ruas de Friburgo para extrair inspiração à sua coluna. As novas formas de sociabilidade fizeram surgir ainda a figura do cronista social, que tirava suas fontes de bailes e recepções promovidos pela elite friburguense.

O desenvolvimento da imprensa contribuiu para que a escrita sobre a cidade se afirmasse: o texto rápido que narra o desenrolar da vida no dia-a-dia é moda que ganha as páginas dos jornais, inaugurando a reportagem. Dickens, Balzac, Hugo, Dostoievski, Gogol, Zola, entre outros, foram exemplos de escritores que, ansiando por desvendar a alma humana, compreenderam que deveriam debruçar-se sobre o bulício das ruas. O *flâneur* foi um tipo citado por diversos autores, desde o início do século XIX, mas foi na obra de Baudelaire que ele mais se evidenciou. Baudelaire foi o *flâneur* do século XIX. Ele louva o artista que mergulha na multidão, recolhe impressões e as joga no papel assim que regressa ao seu *studio*. O surgimento de espaços públicos de prazer e lazer criou uma figura pública com disposição para vagar, observar e folhear as cenas de rua: o *flâneur* – elemento central na literatura crítica da modernidade e da urbanização. Na literatura, ele foi descrito como observador arquetípico da esfera pública nas grandes cidades europeias do século XIX (Menezes, 2004):

#### FLANANDO

Tenho filosofado um pouco, sobre essas cousas de Friburgo e seriamente uma me impressiona e deixa-me as vezes um pouco receioso do futuro d'esta nossa poética e encantadora cidade.

Tudo vae muito bem, dirão os leitores.

Sim é o que parece, respondo-lhes eu.

Dir-me-hão que não tenho razão, mas eu provo e deixo-os todos ahi com côr de água quente, e um sorrizinho amarello nos lábios.

É questão de dia menos dia, nos temos grandes acontecimentos; os factos vão se accumulando e em breve alguma causa de extraordinário surgirá, provocando um basbaque geral.

---

<sup>69</sup>. Para alguns autores, como Rob Shields, o *flâneur* é apenas uma glosa literária: “Um tipo ideal muito lógico encontrado mais no discurso do que na vida cotidiana” (Shields, 1994, p. 67).

Cogito, prescruto, ouço, observo, vejo uma desordem, uma anarchia geral por baixo da capa pezada d'esse silencio que nos envolve, d'essa paz que nos illude (...). Flâneur. (*O Friburguense*, “Flanando”, 16-7-1896.)

Inicialmente, Souza Cardoso criou a coluna “Pif-Paf”, na qual “lia” a cidade, admirava sua paisagem, observava seus costumes, relatava seu cotidiano e descrevia seus tipos sociais. Como o *flâneur*, percorria as ruas do Centro de Friburgo e dele retirava a matéria-prima do seu ofício. A seguir, dirigia-se para a redação do periódico, transformando suas “leituras da rua” em crônicas.<sup>70</sup>

Alguns anos depois, assumiria a sua *flânerie* e mudaria o nome da coluna “Pif-Paf”, denominando-a “Flanando”. Na realidade, o articulista encarnava uma mistura do dândi inglês, quando se tratava da indumentária, com a personificação do *flâneur* francês, ambos personagens emblemáticos do século XIX.

Como o poeta francês, Souza Cardoso usou a máscara, no caso, o anonimato, assinando a coluna como “Pof-Puf”, para viver novas experiências e ter mais liberdade, fugindo à seriedade dos editoriais que escrevia. Na qualidade de *flâneur*, percorria as ruas narrando os acontecimentos como leitor do social, já que era o cotidiano que prendia sua atenção:

#### FLANANDO

Bello céu de Friburgo! Se é dia, o azul do firmamento tem um colorido (...) se é noite, o negro de suas trevas, destaca a luz de myriade de estrellas que scintillam dobrada claridade (...) confesso: gosto mais da noite (...) por isso, gosto mais da noite, negra como a aza da graúna, porque os astros vivem e scintillam dobrada claridade, e eu posso então contemplan-os expandindo a minha phantasia que se perde em mil cogitações sobre os corpos sideraes (...).

Felizmente, não sou o único e assim ao menos, pensa commigo a municipalidade, tanto que a illumination é conservada somente até certa hora porque o material que ella fornece não dá luz senão até pouco depois da meia-noite.

No fim tudo fica em trevas e a gente póde melhor contemplar os astros.

<sup>70</sup>. Na recente literatura sociológica, essa personagem tem tido sua intimidade vasculhada na esperança de se obter algumas pistas sobre a natureza e as implicações da condição moderna. O filósofo Walter Benjamin elegeu Baudelaire e as metrópoles do século XIX para refletir sobre a modernidade. É em *Le Spleen de Paris* que a *flânerie* é empregada como procedimento narrativo. Sua versão completa irá surgir em junho de 1869, formando, juntamente com *Les paradis artificiels*, o tomo IV de suas obras completas. Já em *Le printeur de la vie moderne* (1863), a fisiologia do *flâneur* é mais bem traçada.

Toma-se uma estrela por guia para não errar a casa, á outra a gente reza, para não levar uma facada, nem quebrar uma perna na vala (...). Flâneur. (*O Friburguense*, “Flanando”, de 19-7-1896.)

Muitos definiram esse tipo urbano que tanto influenciou a literatura:

*Flânerie*, the activity of strolling and looking which is carried out by the *flâneur*, is a recurring motif in the literature, sociology and art of urban, and most especially of the metropolitan, existence. Originally, the figura of the *flâneur* was tied to a specific time and place: Paris, the capital of nineteenth century. (Keith, 1994, p. 1.)

For the *flâneur*, in fact, is more than a journalist, though that how he earns his living. He is a poet, who observes daily, urban capitalist life – and writes up his observations in prose. He is a dandy, protesting with his sometimes feigned idleness the bourgeois work ethic and clinging to the remnants of an aristocratic aura, but now forced to go on the market. (Mazlish, 1994, p. 47.)

Evidentemente, faltavam em Friburgo a multidão e a metrópole, *habitat* do *flâneur* e matérias-primas do poeta francês, já que as pequenas cidades não ofereciam o mesmo espaço que as grandes para os passeios e a observação. Mas isso não inibiu o articulista de encarnar o personagem, incorporando esse tipo em suas colunas. O cronista João do Rio também usou esse artefato em suas crônicas sobre o Rio de Janeiro.

Flanar! Aí está o verbo universal sem entrada nos dicionários, que não pertence a nenhuma língua! Que significa flanar? Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flanar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, seguir com os garotos o lutador do Cassino vestido de turco (...). É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado flâneur ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas.

O flâneur é ingênuo quase sempre (...) e conhecendo cada rua, cada beco, cada viela, sabendo-lhe um pedaço da história, como se sabe a história dos amigos (quase sempre mal), acaba com a vaga idéia de que todo o espetáculo da cidade foi feito especialmente para seu gozo próprio. O balão que sobe ao meio-dia no Castelo sobe para seu prazer; as bandas de música tocam nas praças para alegria-lo; (...). E de tanto ver que os outros quase não podem entrever, o flâneur reflete. As observações foram guardadas na pele sensível do cérebro; as frases, os ditos, as cenas vibram-lhe no cortical. Quando o flâneur deduz, ei-lo a concluir uma lei magnífica por ser para seu uso exclusivo, ei-lo a psicologar, ei-lo a pintar os pensamentos, a fisionomia, a alma das ruas (...). Eu fui um pouco este tipo complexo, e talvez, por isso, cada rua é para mim um ser vivo e imóvel (...). (Rio, 2007, p. 28-9.)

No cabeçalho da coluna “Pif-Paf”, havia o desenho de um cavalheiro elegante, pincenê à mão, numa representação simbólica do tipo físico do *flâneur*. Logo, foi através da riqueza

desse olhar sobre a cidade inspirado em Baudelaire que foi possível reconstruir o cotidiano de Friburgo no final do século XIX:

#### FLANANDO

Charuto de tostão ao queixo, gingando um andar com passos de urubú malandro, chapéu á três pancadas, meio inclinado á esquerda, lá vou eu no meu passeio habitual (...).

Em frente á pharmacia do Raspatini, vi o Matta encostado aos umbraes conversando com um eleitor (...).

O homem falava mansinho, com voz meio chorosa, apontava para as botas rotas, alisava as faces com uma das mãos, enquanto a outra saccudia a góla do coronel... Não sou curioso, mas confesso, procurei entender o que conversavam; nada pude apanhar e tão attento estava que distrahi-me e esqueci-me que andava na rua.

De repente um choque enorme despertou-me; saltei de um lado, espantado suppondo ter sido colhido por uma das machinas da Leopoldina...

Fora engano (...) havia esbarrado em um homem que vinha também distrahido (...) quase arrebrandando o Gafanhoto da Restinga (...).

Perdão! (...) Cavalheiro (...) e apertei o passo para não comprar barulho.

E elle, lá ficou a procurar o pince-nez, tendo apenas murmurado:

Oh! (...) não enxerga!

Pouco adiante encontrei-me com o Almeidinha; vinha deitando quatorze milhas por hora, isso é o que se póde chamar um juiz de paz transatlântico, isto é com marcha de transatlântico.

Sim Senhores (...) vamos ter uma autoridade ativa (...) e, já não é sem tempo (...).

Ainda bem não me havia despedido do Almeidinha, ouvi uma voz symphatica, cheia de uma bondade que todos proclamam dizer:

Que é dos meus sellos seu tratante (...).

Voltei-me, era um moço moreno, de pince-nez, paletot sacco e guarda-chuva verde e branco.

Philatellista enrangé é o maior entusiasta do olho de boi.

Entreguei-lhe uns sellos velhos que trazia no bolso, conversamos um pouco e depois fui para o Suspiro.

Tudo vasio! (...) silencio sepulchral! (...).

Somente a fonte cantava saudosa o velho poema do amor, da saudade, do ciúme (...).

Nem um sabiá... nem uma pomba!... tudo deserto... voltei para casa desconsolado (...). Flâneur.

(*O Friburguense*, "Flanando", de 9-7-1896.)

## CAPITULO DOIS

### Tensões Sociais: Construindo a Babel Bíblica

#### 2.1. A Nova Ordem Política de Nova Friburgo no Final do Século XIX

Não obstante a intenção desta pesquisa não ser realizar uma história política de Friburgo, não poderia deixar de analisar a atuação da Câmara Municipal, pela sua importância na organização social do município, posto que o cotidiano dos friburguenses era profundamente afetado pelo que se passava no âmbito do paço municipal. Os novos cidadãos da recente República em Friburgo, ou seja, aqueles indivíduos partícipes da riqueza e do desenvolvimento da cidade, voltavam suas atenções para a Câmara dos Vereadores, pois era lá que eram debatidos os destinos do município e onde se decidia sobre questões relevantes em torno da ordem econômica e social:

(...) É, para alli, na camara municipal, que estão em giro constantemente os mais altos interesses da sociedade friburguense.

É, para alli, para a câmara municipal, que convergem todas as vistas; o povo, a imprensa, os altos poderes do estado, a sociedade em geral, fixam para alli olhares indagadores, no intento de saber e certificar-se, se os cidadãos que se acham investidos do elevado cargo de representantes do município, cuidam seriamente, com fidelidade, de defenderem os sagrados direitos do povo, respeitando a sua propriedade a elles confiada e da qual não poderão dispor a seu bel praser; se mostram-se aptos no desempenho dessa alta e honrosa missão, de promoverem quanto em si couber os meios de sustentarem a felicidade publica. (*O Friburguense*, “Louvores”, de 20-3-1893.)

Com a extinção, em Nova Friburgo, de sua administração colonial em 1831, a Intendência Municipal assumiu as funções legislativa e executiva até 1916, com o presidente da Intendência na função de chefe do Poder Executivo. A Constituição de 1891 não chegou a uniformizar a denominação dos órgãos deliberativos da administração municipal, matéria da competência estadual: Intendência, Conselho, Câmara foram os nomes escolhidos. A denominação do presidente de Câmara, que tinha função executiva, variava entre prefeito, intendente, superintendente e agente executivo (Leal, 1975, p. 113 e 116).

Comandara a Intendência em Nova Friburgo, durante os últimos anos do regime imperial, a família Neves, originária de São João del-Rei e pertencente ao tronco familiar do ex-presidente Tancredo Neves.

Como as ligações matrimoniais da elite de Nova Friburgo faziam-se dentro de um estreito círculo familiar, em que o casamento envolvia, a um só tempo, aliança política e econômica, os Neves uniram-se a uma tradicional família de suíços da cidade: os Salusse. O casamento entre famílias ricas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status*. Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana como esposas modelares e boas mães (D’Incao, 2006, p. 229).

Segundo Peter Gay, entre as revoluções vitorianas silenciosas que modificaram a vida familiar burguesa, talvez a de maior alcance tenha sido a do amor romântico, vulgarizado pela ficção popular, por gravuras sentimentais, poesias e canções, sendo o principal argumento para que a afeição suplantasse as qualidades na escolha do companheiro. Quanto mais elevada a família na escala social, mais comum era a antiga prática aristocrática do matrimônio negociado pelos pais. Segundo ainda o autor, esse fato não era de maneira alguma uniforme. Na França, por exemplo, o casamento permaneceu sendo um contrato de negócios muito depois que jovens de outras partes do mundo passaram a receber a permissão para tomar decisões por si mesmos, desde que tivessem a aprovação dos pais. Até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, ainda que o casamento por amor tenha se tornado uma regra e não uma exceção, a campanha não estava de todo ganha (Gay, 2002, p. 77-80).

Os Salusse foram uma das poucas famílias de imigrantes suíços que fizeram fortuna em Nova Friburgo, constituindo inicialmente seu patrimônio no ramo da hospedaria. O Hotel Salusse foi criado pelo então colono capitão-de-longo-curso da Marinha francesa Guillaume Marius Salusse e sua mulher, Marianne Joseph, que ficou conhecida na cidade como madame

Salusse. Nascida no cantão de Berna, na Suíça, em 31 de março de 1806, e falecendo aos 94 anos, madame Salusse conheceu quatro gerações sucessivas, como seu tataraneto Albertinho. Os últimos anos de sua vida foi um definhar silencioso e lento, formando um verdadeiro contraste com a atividade e a clarividência que distinguiram sempre seu modo de vida. Os Salusse, desde o início da colônia, tiveram como atividade a hotelaria e se mantiveram no ramo por tantos anos em razão de terem “antes uma casa de família do que mesmo um estabelecimento mercantil”, como descrevia *A Sentinella* de 22 de abril de 1900. O casal teve oito filhos, e foram as filhas de madame Salusse que, através dos casamentos, ampliaram o patrimônio e o prestígio político da simplória família de suíços. A estrutura matriarcal passou a vigorar na família com a morte do marido de madame Salusse, em 9 de junho de 1875. Diferentemente das mulheres de seu tempo, madame Salusse, cognominada de “Grand-Maman”, era dotada de acurado tino administrativo e comercial. À frente da administração do patrimônio da família, era descrita como uma mulher de têmpera inflexível, autoritária e extremamente dedicada ao trabalho. Não obstante os anos em que já residia no Brasil, nunca aprendeu o português, sendo que hóspedes, parentes e até mesmo os escravos eram obrigados a falar com ela em francês. Sua autoridade sobre sua prole pode ser mensurada quando o filho Pedro Eduardo, ao regressar da Europa, já um artista plástico de mérito reconhecido e desejando prosseguir na carreira como pintor, foi obrigado a desistir da vida artística e assumir a administração de uma fazenda e outros negócios da família. O mesmo pragmatismo que a caracterizava fez com que o neto Júlio Salusse, que demonstrava aptidão para a literatura, também desistisse da atividade de escritor.

O patrimônio dos Salusse consistia em imóveis rurais e urbanos. Ao falecer, Guillaume Salusse deixou 21 prédios no Centro da cidade, sendo proprietário de quase todos os imóveis em torno da Praça 15 de Novembro, seis fazendas e grande quantia em crédito e dinheiro (Bittencourt-Sampaio, 1997). Contudo, como disse anteriormente, o que realmente fez

aumentar o patrimônio e o prestígio da família foram as alianças matrimoniais com membros das mais ilustres e abastadas famílias fluminense e mineira, como os Marques Braga e os Neves. Mais uma vez, o pragmatismo da “Grand-Maman” não deixou de vislumbrar na sua prole feminina um instrumento para a ampliação do poder e do patrimônio dos Salusse. Casou três de suas filhas com ricos fazendeiros estabelecidos na cidade. Clorinda Francisca Josephina Salusse (1827-1899) casou-se em primeiras núpcias com José Antonio Marques Braga, descendente de nobre e tradicional família portuguesa.<sup>71</sup> A chegada, em 1843, de José Antônio Marques Braga a Nova Friburgo iria iniciar a ascensão social da família Salusse. Filho de um rico negociante português, herdou do pai, que falecera em Paris em 1855, avultada herança. Veio a falecer em 1864, tendo tido com Josephina Salusse dois filhos: José Antonio Marques Braga e Augusto Marques Braga. Viúva de Marques Braga aos 38 anos, Josephina desposou em 1866, dois anos após a morte do marido, Galiano Emílio das Neves, passando a assinar oficialmente Josephina Salusse Marques Braga das Neves. Para se ter uma idéia do prestígio de que gozavam os Neves e os Salusse, por ocasião do falecimento de Josephina em 30 de maio de 1899, compareceram ao seu enterro o conselheiro Rui Barbosa, Maria Augusta Rui Barbosa, Adélia Rui Barbosa, Chiquinha Rui Barbosa, Francisco Portella e Izabel Portella, conde e condessa de Nova Friburgo, entre outras pessoas ilustres, conforme noticiava *A Sentinella* de 11 de junho de 1899.

Ainda com o clã dos Neves madame Salusse casou uma outra filha, Sophia Ana Salusse (1846-1929), com Joviano Firmino das Neves, irmão de Galiano Emílio das Neves. A outra das bem-casadas foi Maria Amélia Salusse (1841-1929), que esposou em 1865 o coronel Manuel José Teixeira da Costa, grande proprietário de terras e primeiro intendente de Friburgo nomeado pelo governo republicano. O coronel Teixeira da Costa foi um dos casos, que ocorriam com

---

<sup>71</sup>. Os dois Marques Braga que vieram para o Brasil descendiam de nobre e antiga família portuguesa residente no castelo de Méridon, na França (Bittencourt-Sampaio, 1997). José Antônio Marques Braga foi vereador no período de 1862 a 1864.

freqüência, de indivíduos que se dirigiam a Friburgo para se convalescer de alguma enfermidade e que acabaram fixando domicílio na cidade. Ele viera para Friburgo tratar-se de tuberculose pulmonar e, provavelmente, hospedando-se no hotel da família, acabou por esposar uma das filhas de madame Salusse. O mesmo ocorreu com Galiano Emílio das Neves. Dos filhos de madame Salusse, o que integrou a tropa de choque na política foi Pedro Eduardo Salusse (1829-1914), que, juntamente com os cunhados, fez parte do Partido Autonomista da cidade.<sup>72</sup> A aliança matrimonial da segunda geração iria inclusive fechar-se em vínculos mais estreitos de parentesco. O neto de madame Salusse, major Augusto Marques Braga, enteado de Galiano Emílio das Neves, iria casar-se com Adelaide Getúlio das Neves, filha de Galdino Emiliano das Neves, tio-avô de Tancredo Neves.<sup>73</sup>

Conforme já dissemos, Nova Friburgo vinha há muitos anos sendo governada pelos Neves, estrutura política essa que se manteve com a implantação do regime republicano. Com a nomeação de Francisco Portella como presidente do Estado do Rio, foi mantida a estrutura política anterior, nomeando-se nos primórdios do regime republicano para os cargos de intendentess os timoneiros do município durante o Império.<sup>74</sup> Primeiro assumiu como presidente da Intendência o coronel Manuel José Teixeira da Costa, que renunciou em favor de seu concunhado, o coronel Galiano Emílio das Neves.

---

<sup>72</sup>. Os demais filhos eram: Júlia Michaela Salusse (1831-1920), que dedicou a maior parte da vida à gerência do hotel, falecendo solteira; Guilherme Salusse (1833-1870), latifundiário e proprietário de açougue, foi vereador em Friburgo no período de 1865 a 1868, falecendo solteiro; Júlio Marius Salusse (1835-1877), que desposou Hortência Maria de Queiroz, de abastada família fluminense, tendo falecido de tifo; e João Edmundo Salusse (1838-1900), que exerceu funções públicas como juiz municipal e também foi membro do Partido Autonomista.

<sup>73</sup>. Ocorriam freqüentes matrimônios entre parentes consangüíneos, com a união dos primos-irmãos. Mário Teixeira da Costa e Maria Elisa Salusse, ambos netos de madame Salusse, casaram-se, sendo o noivo filho de Manuel Teixeira da Costa e de Maria Amélia Teixeira da Costa, essa última filha de madame Salusse, e a noiva filha do major João Edmundo Salusse, filho de madame Salusse e casado com Adalgiza Pinto Leite Salusse.

<sup>74</sup>. O coronel Manuel José Teixeira da Costa presidiu a Intendência no curto período de 17 de janeiro a 9 de outubro de 1890 e o coronel Galiano Emílio das Neves no período de 9 de outubro de 1890 a 8 de janeiro de 1892, ambos nomeados por Francisco Portella.

Em meados do século XIX, vieram de São João del-Rei para Friburgo os três irmãos Neves, filhos de abastado negociante português. Primeiro veio Galdino Emiliano em busca de cura da tuberculose de sua esposa, Adelaide, que, no entanto, acabou falecendo. O segundo, Joviano Firmino das Neves, como vimos, casou-se com Sophia Ana Salusse e o terceiro, Galiano Emílio das Neves, também veio para Friburgo curar-se da tuberculose. O coronel Galiano nasceu em São João del-Rei em 1 de maio de 1826, tendo sido um dos maiores agricultores de Friburgo. Possuía uma fazenda de café a nove quilômetros da cidade, na localidade de Amparo, denominada Cachoeira do Amparo, e outra de criação chamada Fazenda São Bento. Na época em que cursava a faculdade de medicina, adoeceu e, vindo convalescer em Friburgo, acabou fixando domicílio no município. Adquiriu o Colégio Freese em sociedade com Cristovão Vieira de Freitas, que lecionava no colégio, foi delegado de polícia, suplente de juiz municipal e coronel-comandante superior da Guarda Nacional em 1881. Exerceu por muitos anos durante o Império vários mandatos como vereador, representando forte figura política em Friburgo. Aos 80 anos de idade, quando passeava pela cidade era como se passasse um vulto lendário, “descobrimo-se todos” em respeito e simpatia ao velho coronel, registrava *A Lanterna* de 1906.

Quem auxiliava Galiano das Neves e fazia a ligação com o comando político estadual era o seu sobrinho Arthur Getúlio das Neves, segundo filho de Galdino Emiliano das Neves.<sup>75</sup> Casou-se com sua prima-irmã Maria Sophia Salusse Neves, quando esta retornava de Paris, onde vivera durante cinco anos para completar sua educação. Apesar de ser domiciliado na capital federal, afirmava que era friburguense de coração, estabelecendo sua base política em

---

<sup>75</sup>. Galdino Emiliano das Neves era médico e nasceu em São João del-Rei em 6 de março de 1823. Foi casado duas vezes: primeiro com Adelaide Getulio Monteiro de Mendonça e desse enlace teve dois filhos: Adelaide Marques Braga, que se casou com o neto de madame Salusse, major Augusto Marques Braga, e Arthur Getúlio das Neves. Nas segundas núpcias, não teve filhos. Em política sempre foi liberal na grande cisão operada no seio do Partido Liberal, de que resultaram os dois grupos denominados “históricos” e “progressistas”, acompanhando os primeiros. Foi presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei e deputado na Assembléia Geral pela província de Minas Gerais. Quando faleceu, já estava retirado da vida política (*A Sentinella*, de 13-3-1898).

Nova Friburgo. Era engenheiro e lente da Escola Politécnica, onde se formara em 1878 aos 23 anos de idade, tendo publicado como catedrático o livro *Organização Agrícola Fluminense*, entre outros trabalhos acadêmicos. Foi diretor do Banco da República do Brasil e vice-presidente do Clube de Engenharia. Em maio de 1895, tornou-se diretor-secretário da Companhia de Ferro-Carril Jardim Botânico e em 1898 foi eleito seu presidente. Quando a Light comprou a Ferro-Carril Jardim Botânico em 1909, após ter ocupado a presidência durante 13 anos, desligou-se da empresa (Ferreira e Castro Leal, s/d). Getúlio das Neves teve um curto mandato como vice-governador do Estado do Rio, quando era governador Francisco Portella, e em 6 de fevereiro de 1893 deixou seu cunhado, major Augusto Marques Braga, como chefe do Partido Autonomista Republicano na cidade.

Os autonomistas friburguenses, que se autoproclamavam republicanos históricos apoiados pelo “elemento popular”, tomaram para si o patriótico encargo de fiscalizar os atos públicos, promover a prosperidade do país e consolidar o regime republicano, fato de que nos dá notícia *O Friburguense* de 8 de maio de 1892. A comissão executiva do partido no município era composta pelo major Augusto Marques Braga, pelo coronel Galiano Emílio das Neves, José Antonio de Souza Cardoso, major Pedro Eduardo Salusse, Manoel José Teixeira da Costa, Galiano Emílio das Neves Junior, João Edmundo Salusse, Joviano Firmino das Neves e João Zacarias Ferreira da Costa. Cumpre destacar que, à exceção de Souza Cardoso e Ferreira da Costa, todos os demais citados eram membros da simbiose familiar Salusse e Neves.

O Partido Autonomista obtivera maior força política em Friburgo quando Arthur Getúlio das Neves tomou posse, em maio de 1891, como vice-governador do Estado do Rio ao lado de Francisco Portella, que fazia parte da oligarquia do estado.<sup>76</sup> A cidade festejou.

---

<sup>76</sup>. Oligarquia e coronelismo teriam origens comuns, diferenciando-se pela escala política: a ação do primeiro é de âmbito geral, estadual, enquanto a do segundo é particular. Para Carone, o oligarca é um coronel como outro qualquer – ou um representante dele – que se mantém pela liderança, pelo autoritarismo e pelos favores que

Parecia afirmar-se em Nova Friburgo uma nova fase na qual haveria prosperidade, já que o município tinha um representante com assento ao lado da maior autoridade política do estado. Quando foi eleito pelo Congresso Constituinte Fluminense para ocupar o cargo de vice-governador, às vésperas de sua posse, uma grande comemoração ocorreu na residência do major Augusto Marques Braga, chefe do Partido Autonomista Republicano na cidade, registrava *O Friburguense* de 7 de junho de 1891. Ao povo presente foi oferecido um “delicado copo d’água”, uma forma bem típica de sociabilidade em Friburgo, e que consistia em servir-se ao povo bebidas destiladas, doces e salgadinhos.<sup>77</sup> Seguiu-se animada *soirée* que se prolongou até as 5 horas da manhã. No dia seguinte, uma enorme comitiva acompanhou Getúlio das Neves até a capital federal para prestigiar a sua posse, na qual se encontravam vários membros da família Souza Cardoso. Ao retornar à cidade, funcionários públicos, bandas de música e demais autoridades foram recebê-lo na estação, onde as alunas das escolas públicas munidas de estandartes, formando alas e empunhando lanternas de cores, jogavam flores em regozijo ao mais importante político da cidade, como noticiaram as edições de 17 de maio e 7 de junho de 1891 de *O Friburguense*. Parecia consolidado o Partido Autonomista na política friburguense.

No entanto, a relação orgânica com a capital federal explica a vulnerabilidade política do Estado do Rio, com contínuas interferências do governo federal nos assuntos do estado, acarretando a instabilidade dos grupos dirigentes. Em decorrência disso, novos ventos

---

concede aos seus aliados, favores esses procedentes não de seus bens pessoais, mas das rendas do Estado em prol de uma política individual. São características das oligarquias a formação de grupos impermeáveis: lealdade para com os chefes, os companheiros e o partido; o culto da palavra empenhada; o domínio sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; o emprego de familiares e adeptos para melhor controle e segurança; a não-aceitação da neutralidade, obrigando todos a se definirem contra ou a favor. Na geografia oligárquica do Estado do Rio, são exemplos de sucessão oligárquicas: Francisco Portella, Porciúncula, Nilo Peçanha, Feliciano Sodré e outros, representantes desse pacto de classes dominantes que governaram durante a Primeira República (Carone, 1972a, p. 267-79).

<sup>77</sup>. “Uma outra divulgação brasileira na dinastia merendeira é o copo d’água, em que não comparece nenhum copo com água e sim bebidas destiladas, doçaria, salgadinhos. O copo d’água é uma merenda com intenção laudatória, uma homenagem especial, como o pôr-do-sol na África Oriental portuguesa” (Cascardo, 2004, p. 687).

políticos alteraram o *status quo* dos autonomistas, o que conseqüentemente mudaria toda a história política de Nova Friburgo. Em 10 de dezembro de 1891, Francisco Portella renunciou ao cargo de governador, passando a administração ao substituto constitucional, Arthur Getúlio das Neves. Este, porém, solidário, também renunciou ao cargo. Depois de sucessivas transmissões e renúncias, ficando por um período acéfalo o governo do estado, assumiu o contra-almirante Carlos Balthazar da Silveira, segundo *O Friburguense* de 13 de dezembro de 1891. Essa foi, sem dúvida, a maior oportunidade da oposição, já que o novo governador mudou o comando político da cidade, nomeando seus correligionários do Partido Republicano Moderado. A República havia concretizado a autonomia estadual, dando plena expressão aos interesses de cada região, o que culminou com a formação de partidos republicanos restritos aos estados e controlados por uma elite reduzida, a partir dos quais os partidos decidiam os destinos da política nacional. Saldanha Marinho, chefe do Partido Republicano no Rio de Janeiro, não conseguia disciplinar o partido, dadas as divisões entre as várias correntes – evolucionistas, revolucionárias, civilistas e militaristas (Fausto, 2006, p. 148-55).

Assim, depois de anos de hegemonia política dos Neves, em 8 de janeiro de 1892 tomava posse como presidente da Câmara o jovem médico Theodoro Gomes, então com 35 anos.<sup>78</sup> Surgia uma nova era em Friburgo, acarretando uma ruptura política que passava o poder dos coronéis para o comando dos profissionais liberais pertencentes ao Partido Republicano Moderado. A Primeira República é conhecida também como “República dos Coronéis”, em referência aos coronéis da antiga Guarda Nacional, que eram em sua maioria proprietários rurais, com uma base local de poder. O coronelismo resultou de uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo quanto nas cidades. A precariedade ou a inexistência de serviços assistenciais do estado já vinha desde o tempo da

---

<sup>78</sup>. Theodoro Gomes sucedeu João Henrique Freese na direção do Instituto Colegial, fundado em 1841, que vendeu as instalações para Galiano Emílio das Neves e Cristóvão Vieira de Freitas. Os novos donos passaram a denominar o estabelecimento de ensino Colégio Freese. Mais tarde, o imóvel foi vendido a Carlos Éboli, que construiu o estabelecimento hidroterápico, em sociedade com Theodoro Gomes.

Colônia, mas a República criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder. Era o “coronel” quem controlava os votantes em sua área de influência, trocando votos, em candidatos por ele indicados, por favores como um emprego. Apesar de serem importantes para a sustentação da base do sistema oligárquico, os “coronéis” dependiam de outras instâncias para manter o seu poder. Dentre essas instâncias destacava-se o governo estadual, para cujos chefes políticos os “coronéis” forneciam votos, embora dependessem deles para proporcionar muitos dos benefícios esperados pelos eleitores. O coronelismo teve marcas distintas, de acordo com a realidade sociopolítica de cada região do país, e nos estados mais importantes os “coronéis” dependiam de estruturas mais amplas, como a máquina do governo e o Partido Republicano (Fausto, 2006, p. 148-55).

Essa posição dos moderados seria consolidada nas eleições seguintes, quando os vereadores passaram a ser eleitos através do sufrágio universal e não mais por indicação do Executivo estadual. É provável que essa ruptura tenha ocorrido pelo fato de que, no Estado do Rio de Janeiro e demais províncias, a grande maioria do movimento republicano era constituída por representantes das camadas urbanas, diferentemente de São Paulo, onde os fazendeiros formavam o núcleo mais importante do Partido Republicano. Mas quem eram esses indivíduos do Partido Republicano Moderado que permaneceriam no poder até o primeiro decênio do século XX? Nos discursos do articulista Souza Cardoso, depreende-se que eram republicanos com tendências ao positivismo. Em artigo sobre a transferência do cemitério para outro local, o articulista acusa os membros do Partido Republicano Moderado de “desenfreado positivismo”, conforme noticiava *O Friburguense* de 29 de maio de 1892 (“Intendência Municipal”). De acordo com José Murilo de Carvalho (2007, p. 24-9), cada grupo republicano tinha uma posição na construção da nação: a primeira era a dos proprietários rurais, que comungavam o liberalismo americano e que provavelmente foi o modelo adotado por Getúlio das Neves. A segunda foi o jacobinismo, inspirado na Revolução Francesa, e a

terceira, o positivismo, que teve os militares como principais adeptos. Eram seguidores do jacobinismo pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes. Apesar de não serem militares, os moderados republicanos friburguenses tinham um discurso positivista no qual a palavra “progresso” foi um aforismo de que fizeram uso durante toda a sua administração. Enquanto na Europa o positivismo servia para justificar as novas atitudes da burguesia em sua fé no progresso retilíneo da humanidade, nas Américas apresentava-se de maneira diversa, trazendo em seu bojo um acentuado caráter político (Ribeiro Jr., 1984, p. 55). Percebe-se uma certa mistura nas orientações ideológicas dos republicanos em Nova Friburgo. Quando o então presidente do estado, Francisco Portella, visitou Friburgo nos primeiros anos da República, sob a administração do liberal Galiano Emílio das Neves, os alunos de uma escola pública de Lumiar o receberam, cantando a *Marselhesa*, hino do movimento republicano e, mais precisamente, um símbolo jacobino. Até o final do século XIX, era tanto o hino nacional da França como o hino dos revolucionários de todos os países. No dia 15 de novembro de 1889, foi a *Marselhesa* que se ouviu nas ruas do Rio de Janeiro.

Os moderados, em Friburgo, também se intitulavam “republicanos históricos”,<sup>79</sup> sob a denominação de “Partido Republicano Fluminense de Nova Friburgo”, apesar de considerados pela oposição como “republicanos adesistas”. Os principais membros do partido eram Ernesto Brazílio de Araújo, Theodoro Gomes, Antonio Van Erven,<sup>80</sup> Antonio Lopes

---

<sup>79</sup>. “Sois um partido forte, tendes elementos poderosos para fazer a felicidade publica, tendes idéas fixas e grandiosas, estaes unidos, harmônicos, identificados todos no mesmo ideal. Estamos no regimen republicano, e, diremos com sinceridade, qual de vós sois republicano puro, genuíno; qual de vós sois republicano histórico? Nenhum. Pensais ainda que estamos no regimen que decahio? (...). Se, porém, a situação é dos republicanos históricos, então apeiae-vos dessas posições que não vos competem, pois que nunca o fostes. O vosso partido pôde-se com muito acerto equiparar a um armarinho que vende fitas de todas as cores (...) todos porém republicanos adhesistas de recente data; republicano puro, histórico, sincero, leal à Republica, é que não há no vosso partido, nem ao menos um para remédio, começando pelo vosso chefe (...). Esta é a verdade: vossa politica é a dos proventos (...). Estaes grudados à junta do couce, e quereis ser republicano. Se o sois é unicamente por despeito, ganância e forçados pelas circunstancias da sede de mando” (*O Friburguense*, “Solicitadas”, de 29-5-1892, e *A Sentinella*, de 3-7-1898).

<sup>80</sup>. Era filho de Jakob Van Erven, que administrou 11 fazendas do barão de Nova Friburgo, sendo co-proprietário de algumas delas (Tschudi, 1980, p. 83).

Sertã e o capitão João José Zamith, chefe do partido.<sup>81</sup> Na realidade, o grande líder dos moderados era Ernesto Brazílio, um jovem médico muito querido na cidade. Até mesmo a oposição tecia-lhe preito, sendo muito elogiado pelo seu caráter distinto e humanitário. Era visto por Souza Cardoso como uma pessoa dócil, bondosa, ingênua, delicada e de grande modéstia. Na opinião do articulista, parecia um peixe fora d'água dentro do Partido Republicano Moderado. Em 1890, contava com 33 anos de idade, era casado e conseguira eleger-se deputado federal<sup>82</sup> em diversos mandatos. Foi ainda presidente da Intendência pelo mais longo tempo na história friburguense, durante 11 anos consecutivos, no período de 1897 a 1908. Certa feita, quando se ausentara de Friburgo em virtude de problemas de saúde, indo residir em Cantagalo, a recepção que lhe fizera a população de Friburgo quando retornou em definitivo à cidade denota o quanto ele era amado pelos friburguenses. Havia consenso quando se tratava de seu nome. A comissão composta para recebê-lo reunia nomes como o de Eduardo Salusse, adversário político, comerciantes, alunos de escolas públicas, o diretor do Colégio Anchieta, correligionários e o articulista de *O Friburguense*, que sempre poupava Brazílio nas suas invectivas contra os moderados. No dia em que retornou de Cantagalo, desde a entrada pelo lado norte da cidade até a estação, estrugiram foguetes, girândolas e muitas salvas. Os “vivas” partiam de todos os lados e famílias das janelas acenavam com lenços saudando o jovem médico que retornava à cidade. Uma enorme multidão, constituída de pessoas humildes e da elite friburguense, foi recebê-lo na estação, e logo que saiu do trem uma chuva de flores caiu sobre ele, rompendo-se novamente “vivas” saudando o médico dos pobres. Não faltaram as retretas das sociedades musicais Campesina, Euterpe, Flor da

---

<sup>81</sup>. Esse novo grupo, nomeado pelo governador Balthazar da Silveira, tinha como integrantes Theodoro Gomes, presidente, Antonio Van Erven, Antonio Lopes Sertã, Alfredo Augusto de Castro, Carlos Maria Marchon, Raymundo José de Siqueira Queiroz e Luiz Raspatini. Em 28 de maio de 1893, João José Zamith muda-se para Bom Jardim em virtude da saúde de sua esposa.

<sup>82</sup>. Ernesto Brazílio foi eleito em 1892 deputado federal da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (*O Friburguense*, “Ata da Câmara”, de 12-6-1892). Em 1899 ele ainda era deputado da Assembléia Geral Legislativa.

Liberdade e a banda dos alunos do Colégio Anchieta. Durante o percurso que fez até a sua residência, na Praça 15 de Novembro, a multidão o acompanhou, aclamando-o a todo momento. Quando chegou ao seu chalé, encontrou-o ornado com um arco de folhagens. E Souza Cardoso, em artigo em *O Friburguense* de 9 de agosto de 1890, finalizou as homenagens com um discurso saudando-o pelo seu retorno.

Mesmo quando criticava a Câmara Municipal, o articulista fazia questão de destacar sempre a figura de Brazílio, declarando que reconhecia estar na presidência um cidadão de probidade e inteireza de caráter. Sob sua ótica, todos os privilégios e falcatruas que se passavam na Intendência ocorriam ou por falta de energia do presidente em debelar tais atos, o que concorria para o seu desprestígio, ou vinha sendo ele ilaqueado em sua boa-fé com muita habilidade pelos que o rodeavam. Na gestão em que Brazílio fora presidente, Souza Cardoso publicou uma carta no jornal dirigida diretamente a ele, intitulada “Ao Sr. Presidente da Câmara”, alertando-o sobre as grandes irregularidades concernentes às obras municipais. Denunciava que se executavam obras no município sem concorrência pública e que, segundo o jornal, Brazílio só tinha conhecimento delas quando eram apresentadas as contas para serem pagas. Teria sido ele, um político que chegara à vilegiatura de deputado federal, tão ingênuo assim, como fazia crer o articulista?

(...) A modéstia, a delicadesa, a bondade do illustre presidente não tem sido correspondida como deveria ser, por aquelles que o devem auxiliar e tem restricta obrigação de procederem de modo que a sua administração não deixe atraz o traço negro do descrédito e da immoralidade (...). É preciso que quando S.S. deixar essa cadeira presidencial, o faça de frente erguida. É esse o nosso maior desejo pelas sympathias e respeito que lhe votamos (...). (*O Friburguense*, “Ao Sr. Presidente da Camara”, de 9-7-1893.)

Parabéns a S.S. [refere-se a Ernesto Brazílio] que com toda hombridade que o caracteriza, soube repellir a offerta dos trez votos que certo typo lhe fez para como presidente da Câmara a lhe favorecer em certo negocio prejudicando a outro.

Continue assim a proceder Sr. Dr. Ernesto que é a única prova que a política nunca em S.S. fará adormecer o sentimento de honestidade e justiça. Para fora os especuladores políticos. (*O Friburguense*, “Solicitadas”, de 6-8-1893.)

Todos sabem e ninguém contestará que o Sr. Dr. Ernesto Brazílio de Araújo (...) é muito bom cidadão e bem intencionado, e faz o que póde está ao seu alcance para desempenhar satisfatoriamente o encargo que tomou (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 3-12-1893.)

Brazilio tinha como correligionário outro médico, Theodoro Gomes, seu braço direito, com o qual dividia o comando político da cidade, valendo lembrar que eram ambos acionistas do Instituto Hidroterápico.

Retornando à questão do novo cenário político da cidade, em 24 de abril de 1892, exatamente três meses depois da posse de Theodoro Gomes, ocorreu uma nova reviravolta na política. Foi eleito presidente do Estado do Rio José Thomaz da Porciúncula, fundador do Partido Autonomista. Parecia que novamente a roda da fortuna iria girar. Mas não foi o que ocorreu. Como os vereadores passaram a ser eleitos por sufrágio universal, os moderados conseguiram maioria no pleito seguinte, conservando-se no comando político da cidade, assumindo como presidente da Câmara o médico Ernesto Brazilio. Na primeira eleição sob o regime republicano no município, os eleitores votaram nos cargos de vereadores gerais, vereador de distrito e para juízes de paz. Cada eleitor recebia três cédulas, uma contendo cinco nomes com o rótulo “para vereadores gerais”, outra com um só nome com o rótulo “para vereador do distrito” e outra com três nomes com o rótulo “para juízes de paz”.

Nessa primeira eleição, ocorrida em 16 de junho de 1892, a disputa foi acirrada em todo o município, com fortes tensões entre os dois partidos. Da chapa de oposição, constavam José Antonio de Souza Cardoso, Eduardo Salusse, o coronel Manoel José Teixeira da Costa, o pastor protestante João Gaspar Meyer e os artistas Porfírio Américo de Ramos e Manoel Candido Baptista de Meirelles. Um dos motes dos autonomistas foi a argumentação de que no Partido Republicano Moderado não havia “um só filho do lugar”, segundo o registro de *O Friburguense*, “Eleições”, de 12 de junho de 1892. Havia, pois, uma divisão entre dois grupos: de um lado, indivíduos domiciliados há muito tempo em Friburgo e, portanto, mais aptos a comandar os destinos da cidade e, de outro, para usar de uma metáfora atual, meros pára-quedistas:

Para os cargos de intendentes municipaes deve se votar nos Srs. José Antonio de Souza Cardoso e João Gaspar Meyer, que são verdadeiros autonomistas e moradores no lugar há mais de 35 annos,

e não na troca de imigrantes veranistas, que só servem para sacrificar as famílias de Friburgo. (*O Friburguense*, “Eleição Municipal”, de 12-6-1892).

Violentos tumultos ocorreram em Lumiar, tendo em vista que o Partido Republicano Moderado possuía poucos votos nessa área rural, já que o seu reduto era justamente a área urbana do município, pois contava com o apoio dos principais proprietários e negociantes da cidade. A tensão se devia ainda ao fato de essa localidade ter o maior número de eleitores fora do distrito da cidade. Só para se ter uma idéia da importância do apoio dos proprietários aos moderados, Antonio Van Erven e Antonio Lopes Sertã representavam as duas maiores fortunas do município depois dos Clemente Pinto.<sup>83</sup> Houve atentados em que ficaram feridos correligionários e eleitores do Partido Autonomista, mas como o delegado era nomeado pelos vereadores da situação, a polícia não interveio, e sequer fez corpo de delito nas vítimas. Coagidos, diversos eleitores de Lumiar deixaram de comparecer às urnas, prejudicando o Partido Autonomista. Em 9 de junho de 1892, quando vários autonomistas vindos do Sana resolveram parar em Lumiar para participar de uma festa que ocorria ali, foram ameaçados por Pedro Spitz, que os rechaçou, expulsando-os do lugar. Antes mesmo que se retirassem, por ordem do subdelegado Lamas, que aos gritos mandou matar “a canalha”, partiram diversos indivíduos em direção a eles, perseguindo-os. Atirando contra eles, mataram um dos homens e feriram os demais, além de serem encontrados sinais de tortura no que falecera. Esse episódio ilustra o termômetro político daquela época em Nova Friburgo e é narrado na edição de 21 de setembro de 1893 de *O Friburguense*.

Segundo o jornal, a fraude grassou em todas as seções. Na eleição de vereador distrital realizada em 1893, um eleitor do Partido Autonomista do distrito de São Pedro escreveu para a coluna “Solicitações” acusando os moderados também de fraude nessa localidade. Denunciava-os ainda por terem impedido o alistamento de novos eleitores autonomistas, ao passo que mais

---

<sup>83</sup>. O valor de seus patrimônios foi aferido de acordo com o pagamento da décima urbana, conforme o Livro de Receita e Despesa no Centro de Documentação Pró-Memória de Nova Friburgo.

de 70 dos moderados, “não conhecendo a maior parte o A B C”, foram alistados. O jornal trazia diversas denúncias de indeferimentos na qualificação eleitoral, perante a Junta Municipal, de pessoas aptas a serem eleitores, isto é, sabiam ler e escrever e tinham idade para tanto, com a exclusão de centenas de cidadãos sem motivo justificado, segundo *A Sentinella* de 30 de setembro de 1894.<sup>84</sup> Nas urnas, roubo de votos, muitas vezes “concertado à custa de bico de penna na apuração das freguezias ruraes”. Além disso, votaram em Friburgo eleitores que, por conta da recente divisão territorial com o município de Sant’Anna de Macacu, deveriam votar nesse local. Havia rasuras nas cédulas, votava-se sem exhibir o título de qualificação, e eleitores da situação ameaçavam eleitores da oposição. Em algumas seções, os fiscais legalmente nomeados foram impedidos de entrar e, por consequência, os autonomistas não tiveram um voto sequer nessa seção. Os emissários e oficiais de justiça cruzavam o município com recomendações expressas aos eleitores para votarem na situação ou “ficarem em casa”. De acordo com *O Friburguense*, o delegado de polícia cabalava abertamente e com toda desfaçatez entrava nas residências dos eleitores, intimando-os a votar no Partido Republicano Moderado. No dia da eleição, com os bolsos peçados de cédulas, “insistia arreganhadamente” nas seções com eleitores para acompanhá-lo no voto. Com o calor de quem governava por si, os moderados prometeram empregos rendosos e fatura de obras municipais com lucros fabulosos, denunciou o articulista. Souza Cardoso, chamando os pleitos eleitorais de “inaudito atentado” praticado pelo Partido Republicano Moderado, acusou-os de antiéticos, que lançavam mão de todos os recursos fraudulentos, pois era preciso vencer, “custasse o que custasse, já que tinham em mente que o poder é o poder”. Na coluna “Tipos de Friburgo”, de *O Friburguense* de 1896, o coronel Zamith, chefe do Partido Republicano Moderado, foi apresentado da seguinte forma:

---

<sup>84</sup>. Anos mais tarde, esse periódico também acusava os moderados de fraude e suborno nas eleições. Getúlio das Neves, através do advogado Modesto de Mello, moveu um recurso junto ao juízo seccional do estado, anulando a qualificação eleitoral feita no município no ano de 1898. Segundo o periódico, a qualificação eleitoral feita pelos “donatários da terra” tentava esbulhar centenas de eleitores do direito ao voto (*A Sentinella*, “Qualificação Eleitoral”, de 9-10-1898).

É coronel honorário, propagandista da guarda nacional (...). Vigia com cuidado que ninguém lhe tome o posto (...). Em eleição é mestre, somma bem, em sua arithmethica eleitoral 4 e 4 fazem doze o que o não impede, entretanto, de ser cavalheiro gentil e estimável.

A oposição já vinha acusando os governistas, durante o primeiro mandato, de perseguir os opositores políticos. Segundo ela, havia desigualdade nos lançamentos dos impostos, em se tratando de amigos ou adversários, proteção ao jogo dos bichos, suborno, promessas, alicantinas e pressão sobre a população.<sup>85</sup> Evidentemente, é possível ter havido um certo exagero nessas acusações. Não sejamos ingênuos em achar que os Neves, muito mais experientes e políticos tradicionais, não tivessem utilizado os mesmos instrumentos e práticas para vencer as eleições. Nos dois periódicos que serviram de fonte a esta pesquisa, ambos os articulistas eram autonomistas e faziam oposição ao governo da situação. Portanto, quando se trata de política, devemos relativizar o posicionamento partidário de ambos. Decididamente, é difícil valer-se dos arrazoados de *A Sentinella* em matéria de política. Visceral, subserviente ao extremo aos Neves, trata a questão política da cidade de forma absolutamente partidária e panfletária, sendo mais um instrumento dos autonomistas do que um veículo informativo sobre o cotidiano da cidade. Suas matérias são ácidas, chamando a Câmara de “Sede do Mal”, “panelhinha” que monopolizava o governo, tornando a vida municipal um verdadeiro torvelinho de desacertos, um cancro que precisava ser extirpado, como mostrava a edição de 26 de junho de 1898.

Souza Cardoso era mais moderado e sensato, tinha uma certa isenção em relação ao tratamento dos *ex adversus*, sabendo reconhecer méritos e deméritos nos seus adversários políticos. Tendo concorrido nessa primeira eleição, queixava-se de que fora prejudicado

---

<sup>85</sup>. Em março de 1898, a população da cidade foi surpreendida com a chegada de um contingente de força policial de 40 praças, comandados por um alferes, assustando a população, bem como o grande número de veranistas, inteiramente alheios às lutas da política local. O pretexto aparente, segundo o periódico, era a repressão do jogo dos bichos, mas na realidade visava-se influenciar no pleito eleitoral para preenchimento de uma vaga de vereador para substituir Souza Cardoso, que havia falecido (*A Sentinella*, “Movimento de Força”, de 20-3-1898).

pessoalmente em razão de trocarem os seus votos pelos de outro candidato, cujo nome era muito parecido com o seu, sem chegar a ser um homônimo.

O resultado da primeira eleição em Nova Friburgo, em 1892, sob a égide do regime republicano, era, na realidade, a verdadeira prova da mudança da estrutura política no município.<sup>86</sup> Para vereadores gerais, foram eleitos Ernesto Brazílio, Theodoro Gomes, Antonio Van Erven, Alfredo de Castro, Luiz Raspatini, o príncipe de Nápolis, Carlos Engert e o major Pedro Eduardo Salusse. À exceção de Salusse, os demais vereadores eleitos eram do Partido Republicano Moderado. Um aspecto é bastante significativo: os governistas ganharam tanto no núcleo urbano da cidade quanto na área rural, apesar da acusação de fraude nos distritos onde os autonomistas tinham a maioria. Acredita-se que a fraude tenha ocorrido em ambos os lados, posto que, se considerarmos o equilíbrio de forças, o Partido Autonomista possuía membros mais experientes, com forte poder econômico, tradição na política e com bases bem mais sólidas no município do que os moderados. Provavelmente, se havia um desequilíbrio de forças, diria que a balança penderia mais para os autonomistas. Segundo Victor Nunes Leal

---

<sup>86</sup>. Transcrição de alguns discursos de Ernesto Brazílio: “O partido Republicano Fluminense, ora no poder, mostrará a sua força incontestável, sua disciplina tradicional e esse espírito de justiça e tolerância pelo qual vai ganhando diariamente novos proselytos.

E – posso dizer com ufania – a Victoria de nossa chapa nas circunstâncias actuaes não importa a victoria de um partido, mas certamente a consolidação da autonomia, da independência, da ordem e da paz de nosso prospero e rico Estado (...). Ernesto Brazílio de Araújo.”

“(…) Não posso, todavia suffocar a vaidade desculpavel de divulgar indiscretamente, que o resultado eleitoral sahido das urnas dos tres districtos deste municipio, fôra, quase mathematicamente, o calculado e previsto pelos nossos amigos muito antes do dia marcado para esse pleito, realisado como é publico e notorio, com inteira e plena honestidade e lealdade.

Esse invejavel resultado é, a meu vêr, devido á firmesa intemerata e grande disciplina do nosso eleitorado, que tem sabido repellir o suborno e conter suas preferencias e antipathias particulares para se cuidar do stricto cumprimento do dever.

Porque, entre os nossos, o eleitor é como o soldado que segue e defende sem recalitrar a bandeira a que se alistou, afim de conseguir convergência nos esforços, vigor nas investidas, ordem e disciplina na lucta (...). Nova Friburgo, 10 de outubro de 1894. Ernesto Brazílio de Araújo.”

A seguir, reproduzimos o resultado da apuração da votação, publicado em *O Friburguense* de 26 de junho de 1892: “Apuração Geral: Vereadores Gerais: Dr. Ernesto Brazílio: 503 votos; Dr. Theodoro Gomes: 500 votos; Antonio Van Erven: 497 votos; Dr. Alfredo de Castro: 496 votos; Luiz Raspatini: 482 votos; Carlos Engert: 203 votos; Major Pedro Eduardo Salusse: 196 votos. Suplentes: José Antonio de Souza Cardoso: 181 votos; Galiano Emilio das Neves Junior: 180 votos; João Gaspar Meyer: 178 votos; Antonio José de Souza Cardoso: 16 votos; Porfirio Américo de Ramos: 12 votos; Manoel Candido B. Meirelles: 7 votos.

(1975, p. 240), a corrupção eleitoral foi um dos mais notórios e enraizados flagelos no Brasil, onde a mácula da corrupção atravessou toda a história do Império e da Primeira República. Já para Boris Fausto (2006, p. 149), não sendo o voto obrigatório, o povo, em regra, encarava a política como um jogo entre os grandes ou uma troca de favores, e os resultados eleitorais não espelhavam a realidade. O voto não era secreto e a maioria dos eleitores estava sujeita à pressão dos chefes políticos. A fraude eleitoral constituía prática corrente, através da falsificação de atas, do voto dos mortos, dos estrangeiros, sendo que essas distorções não eram uma novidade, representando o prolongamento de um quadro que vinha da Monarquia.

Logo, é possível que os artifícios de fraudes e violências fossem utilizados por ambos os partidos, com a diferença de que um deles, os autonomistas, tinha os jornais para denunciar essas práticas. Havia uma vontade de mudança e *animus* de progresso, e os moderados representavam melhor essa expectativa de conduzir Nova Friburgo a um nível de civilidade, já que fazia parte de sua propedêutica. Os moderados encontraram apoio na categoria dos negociantes e capitalistas da cidade, que tinham projetos bem distantes da mentalidade rural dos grupos oligárquicos do município. Não obstante a maior parte da população de Nova Friburgo residir na área rural, numa listagem de eleitores dos distritos da cidade, de Lumiar e de Sebastiana publicada em edições do jornal *O Friburguense*, havia mais indivíduos qualificados como eleitores na área urbana do que nas áreas rurais. Se essa listagem estava correta, pode-se afirmar que os moderados teriam tido mais vantagens que os autonomistas, pois tinham o apoio do comércio e dos proprietários da cidade.

Mas, afinal, a população de Nova Friburgo, de modo geral, tinha participação nos assuntos políticos do município ou estes ficavam restritos a uma elite? O povo friburguense assistia bestializado aos acontecimentos políticos da cidade?

(...) Esperar, porem, pelo exame e pronunciamento individual desse publico a respeito de uma materia de tanto interesse local a que elle deve ligar a maior importancia, é esperar pelas cebolas do Egypto, com a mesma esperanza que os sebastianistas tinham pela volta do desejado, é esperar pelo... impossível.

**O povo assiste a tudo, não dizemos – bestializado – como alguém já disse**, mas é certo que se mostra indiferente e à tudo assiste estupefaciado; para que desconhece os seus deveres e que abdicou dos seus direitos (...).

Decretaram que o povo deveria pagar imposto por isto e por aquilo, e o **povo calou-se e pagou**.

Depois outro imposto, mais outro, e o **povo ainda calou-se e pagou**.

Proibição de umas tantas cousas, e o povo calou-se e obedeceu.

**Ah! Povo de Carneiros!**

Mais outro imposto, o tal de cinco tostões e escadas e degrãos...

Alto vareta! Gritou o povo já engasgado, isto é de mais! Safa!

O povo também tem direitos mui sagrados que devem ser respeitados.

Elle há de saber fazer-se respeitar, ou com gosto, ou com jeito, ou com força...

(...)

(*O Friburguense*, “A Lei Local”, de 22-10-1893; grifos meus.)

Quando o articulista declara que *O Friburguense* assistia a tudo bestializado, referia-se a uma frase de Aristides Lobo, segundo o qual teria sido essa a reação do povo brasileiro à proclamação da República, sem entender o que se passava. Raul Pompéia reclamou também da apatia cívica do povo do Rio de Janeiro, onde o espírito público estava ausente. Continuou queixando-se da indiferença fluminense pelos negócios da municipalidade, indiferença só quebrada quando se sentiam atingidos diretamente na algibeira. José Murilo de Carvalho, porém, considera que esse tipo de observação dos intelectuais republicanos baseava-se na busca do cidadão pelo estilo europeu, o eleitor bem informado ou o militante organizado das barricadas. Para ele, a afirmação da inexistência de povo político, de apatia total da população era claramente exagerada. Se na proclamação da República a participação popular foi arranjada de última hora e de efeito cosmético, logo após as agitações tornaram-se mais freqüentes e variadas, a exemplo das greves operárias, das passeatas, do jacobinismo florianista, da Revolta da Armada em 1893 e do atentado contra Prudente de Moraes em 1897. Ainda segundo ele, nesse período cessaram as observações de brasileiros e estrangeiros sobre a passividade popular (Carvalho, 2004, p. 68-70). Teria Souza Cardoso cometido o mesmo erro de avaliação de Lobo e Pompéia, comparando o cidadão friburguense com o modelo

europeu?<sup>87</sup> Talvez ele tivesse essa conclusão por não se ter dado conta de que a qualificação eleitoral, excluindo analfabetos e mulheres,<sup>88</sup> deixava fora da participação política mais da metade da população, e a exclusão desse contingente de pseudocidadãos do voto foi um indicador de que boa parte era indiferente ao que se passava no paço municipal. Contudo, pode-se afirmar que havia a participação dos cidadãos nos assuntos políticos da cidade, a exemplo do operariado e dos setores intermediários, como foi o caso do protesto de um grupo de empregados da construção civil, dos aprendizes de alfaiates e outros pronunciamentos populares. O operariado de Friburgo era formado na maior parte por artistas e empregados da Companhia Leopoldina, sendo bem articulado, inclusive com a participação do Partido Operário nas eleições municipais. O setor intermediário era formado por profissionais liberais, negociantes e funcionários públicos. Essas duas últimas categorias profissionais, juntamente com os agricultores, formavam a base da população economicamente ativa em Friburgo, sendo muito poucos os jornaleiros e empregados do serviço doméstico.<sup>89</sup> De qualquer forma, a maior parte da população friburguense colocava-se fora do mundo organizado do trabalho.

---

<sup>87</sup>. Crítica sobre a indiferença da população friburguense em relação à celebração das datas cívicas: “Foram-se os tempos das espansões patrióticas, das manifestações entusiásticas e populares em que o cidadão fazia timbre em trazer no peito o laço de fita auri-verde ou a folha da independência, e ornava a frente da casa que habitava com bandeiras nacionais, iluminando-a à noite. Formavam-se grupos que corriam às ruas cantando hinos patrióticos e por toda parte ouviam-se frenéticas saudações ao memorável Sete de Setembro, incontestavelmente o maior dia nacional.

Foram-se os tempos, os de hoje não são como aqueles em que a brava gente brasileira protestava calorosamente: morrer pelo Brasil!

Longe vá essa fresa, esse descuido, esse relaxamento de um povo que noutras éras cantava alegremente o dia da sua emancipação; reapareçam esses usos e costumes antigos, longe vá termos servil!

Cala-te pátria! Não chores de amargura.

Não cuides que teus filhos esqueceram-te!

(...)

Teus filhos não são ingratos nem egoístas, estão apenas distraídos nas oscilações do cambio ou na remessa de fundos que pejem as arcas estrangeiras! (...) – Pof-Puf” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 13-9-1891).

<sup>88</sup>. De acordo com a Constituição de 1891, eram eleitores os cidadãos alfabetizados e maiores de 21 anos. Estavam excluídos as mulheres, os mendigos, os praças de pré (menos os alunos das escolas militares de ensino superior) e os religiosos sujeitos a votos de obediência. De acordo com o Censo de 1890, em Nova Friburgo, do total de 18.287 habitantes, 48% eram mulheres e 83% eram constituídos de analfabetos.

<sup>89</sup>. Esses dados foram retirados da publicação, em *O Friburguense*, dos eleitores qualificados nos três distritos do município, onde foi declarada a profissão. A maior parte ficou na classificação de setores intermediários e

Retornando à questão sobre a perda do poder político pelos autonomistas, pode-se para isso apontar várias causas. A primeira é a nova ordem econômica do município. Nova Friburgo vinha dando sinais de que as rendas municipais provinham da afluência de veranistas, que movimentavam a rede hoteleira da cidade, os serviços e, principalmente, o comércio, que aumentavam a arrecadação de impostos. A explicação sobre esse aspecto será colocada adiante com mais particularidade, concernente a essa nova base econômica no município, que superou a agricultura, colocando Friburgo como uma cidade economicamente atípica dentro do contexto nacional. Os Neves haviam perdido a hegemonia econômica, dividindo forças com os negociantes e proprietários da cidade, que prosperavam com a movimentação do comércio e com o aluguel de residências aos veranistas.<sup>90</sup> Abastados comerciantes italianos que imigraram para Friburgo no final do século XIX também apoiavam os republicanos moderados.<sup>91</sup> A confirmação do apoio desses italianos pode ser mensurada na sua participação política na Intendência Municipal, a exemplo de Raspatini, que compunha a Câmara dos Vereadores, e nas concessões obtidas pelos italianos para os serviços públicos essenciais, como a coleta de lixo, a iluminação pública, a construção de pontes, entre outras.<sup>92</sup>

---

operariado. Entre as categorias, a maior parte declarou-se como artistas, negociantes e funcionários da Estrada de Ferro Leopoldina. Apesar das invectivas dos autonomistas sobre empreguismo na Câmara, muito poucos declararam ser funcionários públicos. Esses dados traduzem relativamente a realidade sobre o mundo do trabalho, pois os analfabetos ficaram excluídos.

<sup>90</sup>. A propósito, os Salusse também se beneficiavam dessa nova ordem econômica, pois possuíam, além do hotel, residências alugadas aos veranistas.

<sup>91</sup>. Nem todos os italianos convergiram nesse apoio. O Partido Operário, liderado por outro grupo de imigrantes italianos, apoiava os autonomistas. Integravam esse partido Magiorino Massa (presidente), Alacrino Cordeiro, Leopoldo Bassani, Thomaz Salerno, Antonio Fiorencio, Antonio Gonçalves Pigarro, entre outros. Um de seus membros, Elviro Martignoni, foi candidato ao cargo de juiz de paz. Magiorino Massa, mais adiante, parece ter revertido seu apoio aos governistas, já que passou a obter concessões de serviço público (*O Friburguense*, de 12-6-1892).

O Partido Operário publicou uma carta no jornal apoiando os autonomistas, destacando o fato de serem estes profundos conhecedores das necessidades da cidade, numa alusão ao outro partido, constituído de pessoas que não eram “filhos do lugar”. Outro aspecto interessante da carta é o fato de esse partido considerar que a eleição municipal não devia ter nenhum caráter político, “devendo somente visar o bem estar, o futuro e o engrandecimento da municipalidade” (*O Friburguense*, de 12-6-1892).

<sup>92</sup>. Em julho de 1893, Luiz Raspatini, depois de renunciar ao cargo de intendente, foi beneficiado com a sinecura do cargo de inspetor de obras municipais com um alto salário. Além de não possuir habilitação, enquanto

A mudança no quadro da Intendência atingiu também o prestígio político dos Neves. No princípio de 1892, quando assumiram os moderados, foi feita a troca de comando da Guarda Nacional, sendo reformado o coronel Galiano Emílio das Neves, assumindo o capitão João José Zamith. Segundo Nunes Leal, o prestígio e a influência do coronel vão minguando pela presença de outras forças que se vão estruturando em torno de profissões liberais, industriais ou de comércios venturosos (Barbosa Lima Sobrinho no prefácio a Leal, 1975, p. 16). Assim, com a nova ordem econômica sendo ditada pelo afluxo de veranistas na estação calmosa, transformando a economia da cidade, nada mais natural que se desestruturasse a ordem política do município.

Um segundo aspecto era que o coronel Galiano Emílio das Neves<sup>93</sup> tinha seu latifúndio numa área denominada “Amparo”, que não pertencia, àquela época, a Friburgo. Somente em 1911, Amparo passou a pertencer a Nova Friburgo. Logo, os votos de cabresto que poderia arregimentar com a sua liderança distrital ficaram a desejar, pois Amparo pertencia a São José do Ribeirão, que outrora já fizera parte de Friburgo. Os demais membros da família possuíam propriedades, que não se caracterizavam como grandes latifúndios, até porque não era característica da agricultura de Friburgo, assentada na pequena e média propriedade.

O terceiro componente foi o equilíbrio de forças entre Brazílio e Getúlio das Neves junto aos órgãos estaduais e federais. Brazílio exerceu mandatos consecutivos como deputado federal e sua influência pode ser abalizada pelos diversos empréstimos obtidos com o governo do estado para Nova Friburgo. Já no primeiro ano de mandato dos moderados, conseguiram em março de 1892 o empréstimo da quantia de dez contos de réis com o estado, conforme as

---

intendente, votou na criação e respectiva remuneração do cargo (*O Friburguense*, “Fez e Baptisou!”, de 7-1893).

<sup>93</sup>. O vocabulário “coronelismo”, introduzido desde muito em nossa língua com acepção particular, de que resultou ser registrado como “brasileirismo”, deve a sua origem aos coronéis da extinta Guarda Nacional. Além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político (Leal, 1975, p. 19).

atas da Câmara publicadas em *O Friburguense* de 27 de março de 1892. Os serviços públicos nos municípios do Brasil eram precaríssimos por falta de recursos das municipalidades, não muito diferente do que ocorre hoje. Naquela época, porém, sem o auxílio financeiro do estado, raramente os municípios poderiam empreender as obras necessárias, como estradas, pontes, escolas, água, esgotos e energia elétrica. Logo, diante dos empréstimos obtidos por Brazílio para obras de infra-estrutura, estava claro que ele gozava de prestígio junto aos órgãos governamentais. De acordo com Nunes Leal, as correntes políticas municipais digladiavam-se a fim de obter a preferência do governo do estado. Disputavam entre si o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar, buscando seu apoio ardorosamente, já que o maior mal que poderia acontecer a um chefe político municipal era ter o governo do estado como adversário (Leal, 1975, p. 48-9).

Pode-se, finalmente, indicar um fator próprio da época. O momento coincide com a mudança de percepção da medicina, que passa a ter uma estreita relação com a sociedade, incorporando o meio urbano como alvo da reflexão e das práticas médicas. A medicina passou a ser o apoio indispensável ao exercício do poder do Estado. Os médicos passam a formular uma teoria da cidade, com o triunfo da medicina social (Machado, 1978, p. 155). Estava em voga a nomeação de técnicos para o Executivo municipal com base no paradigma da administração técnica, com competência real e presumida do gestor público. Entre esses técnicos, a maioria dos indicados era constituída de médicos, seguidos por engenheiros, preterindo-se a formação tradicional da elite política brasileira, o bacharel em direito (Carvalho, 2004, p. 35).

Assim, pode-se afirmar que houve ruptura política na administração municipal no final do século XIX, contrariamente à posição de João Raimundo de Araújo na sua tese sobre o processo de urbanização de Nova Friburgo. Segundo Araújo, no período de 1890 a 1930, na constituição do poder público friburguense no nível da composição social e da mentalidade política, verificou-se a presença de elementos de continuidade em relação ao período anterior.

A direção do Executivo estava muito mais compromissada com as estruturas sociais e políticas conservadoras e monarquistas do que com elementos constitutivos de um ideal republicano. Ainda segundo ele, da análise dos presidentes da Câmara no período citado, depreende-se que a implantação da República internamente pouco alterou a situação do poder municipal (Araújo, 1992, p. 72-5).

Inicialmente, não procede a afirmação em relação à origem dos presidentes da Intendência, pois Raimundo Araújo fez tábua rasa das atividades dos chefes do Executivo municipal a partir de 1892. Todos estavam relacionados com o ramo de hotelaria da cidade e eram profissionais liberais, dissociando-se da oligarquia rural, que gerira o município durante o Império. Brazílio e Gomes revezaram-se no poder municipal durante um longo período, de 1892 a 1908, com uma gestão intermediada por Carlos Engert, que era também hoteleiro.<sup>94</sup> Era comum, no início da República, a indicação, para os municípios, do que se denominava “gestor técnico”, que concebia uma administração não-política, baseada em critérios unicamente técnicos ou científicos nas políticas públicas. Segundo Sidney Chalhoub, acreditava-se que a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no caminho da civilização. Tornava-se possível imaginar que haveria uma forma científica de gestão, isto é, neutra, acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral, para resolver os problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes.

Acredita-se que Friburgo não se desviou desse processo histórico de gestão científica da sociedade e prova disso foi que nesse período teve no Executivo municipal dois médicos e um agrimensor. Logo, não procede a afirmativa de Raimundo Araújo de que não houve ruptura

---

<sup>94</sup>. Presidentes da Câmara Municipal de Nova Friburgo: José Antonio de Souza Cardoso (7-1-1887 a 17-1-1890); coronel Manuel José Teixeira da Costa (17-1-1890 a 9-10-1890); coronel Galiano Emilio das Neves (9-10-1890 a 8-1-1892); Theodoro Gomes (8-1-1892 a 7-1-1893); Ernesto Brazílio de Araújo (7-1-1893 a 2-6-1894); Theodoro Gomes (2-6-1894 a 26-3-1895); Carlos Engert (26-3-1895 a 10-1-1897); Ernesto Brazílio de Araújo (10-1-1897 a 5-9-1908); Modesto Alves Pereira de Melo (5-9-1908 a 5-1-1909) (*Nova Friburgo, Radiografia Social de uma Comunidade*, Niterói, Imprensa Oficial, Biblioteca de Estudos Fluminenses, 1988).

política, até porque Friburgo tinha dois partidos republicanos, o Autonomista e o Moderado, com um arrivismo muito arraigado, lutando pela bandeira dos republicanos históricos. Os primeiros, que deitaram em berço esplêndido na liderança política do município durante todo o Império, só iriam retornar ao poder muitos anos depois. Vejamos algumas falas do articulista Bohrer, que era membro do Partido Autonomista em Friburgo e forte aliado dos Neves na cidade:

(...) Nesse desperdício extraordinário de nossas rendas parece sintetizar-se o programa do governo dos atuais administradores de Friburgo, que o tem cumprido meticulosamente, **durante esses longos sete anos em que o bom senso desertou do pardieiro que dá pelo pomposo nome de Câmara Municipal** (...). (*A Sentinella*, “A Caixa D’agua”, de 31-7-1898.)

(...) **um gruppinho governando despejadamente um município digno de outra sorte e outras aspirações** (...). Tornaram a vida municipal um verdadeiro turvelinho de desacertos (...). (*A Sentinella*, “Ano Novo”, de 1-1-1899; grifos meus.)

De acordo com Nunes Leal, os chefes políticos nem sempre eram autênticos coronéis. Com a difusão do ensino superior no Brasil, uma quantidade de médicos e advogados reunia qualidades de comando e dedicação que os habilitava à chefia. Brazílio tinha essas qualidades, ao contrário de Getúlio das Neves, um típico absenteísta, conforme o conceito definido por Victor Nunes Leal (1975, p. 22-3). O político absenteísta, segundo ele, era um chefe municipal que, depois de haver consolidado sua liderança, só voltava ao feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou para fins partidários. A fortuna política já o terá levado para um cargo de deputado estadual ou federal, um emprego rendoso na capital do estado ou da República ou o êxito nos negócios ou na profissão. Tudo isso contribuía para afastá-lo, embora conservasse a chefia política do município, onde os lugares-tenentes faziam-se então de verdadeiros chefes locais, tributários do líder maior que se ausentou. Nunes Leal afirma ainda que o absenteísmo era uma situação cheia de riscos, e foi o que ocorreu com Getúlio das Neves. É provável que sua brilhante carreira como lente da Escola Politécnica o tenha afastado dos negócios políticos de Friburgo, embora visitasse

sempre a cidade, como absenteísta que era, sendo sua passagem por Friburgo sempre registrada nos periódicos.

Até o final do século, a oposição continuava a acusar os moderados de esbanjamento do dinheiro público e de deficiência na administração dos serviços essenciais, como abastecimento de água, iluminação, conservação das estradas e limpeza da cidade. Na administração municipal, de um lado, a política do filhotismo, que se traduzia no regime de favores aos amigos, convocando-se muitos agregados para a gamela municipal; de outro, o mandonismo, com perseguições aos adversários políticos. *Para os amigos pão, para os inimigos pau* ou, ainda, *aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica a lei*. Ainda segundo a oposição, não havia investimento na educação e incentivo ao comércio e à indústria da cidade. Na segurança pública, o jogo campeava altivo e “desabusado”, os roubos pululando pelo município, os desordeiros acoitando-se nas repartições públicas e os cidadãos presos e espancados sob a vista das próprias autoridades. Na esfera judiciária, conforme *A Sentinella* de 1 de janeiro de 1899, a Justiça convertera-se no “balandrau” dos “farricocos” políticos, com a vara da Justiça transformada no cacete do partidarismo, praticando favores aos amigos, vingando-se e perseguindo os desafetos:

(...) a formosa cidade que nos servio de berço, cujo clima ameno não tem rival no Estado, não poderá ocupar tão cedo o lugar que lhe está destinado, apesar das suas tendências actuaes para progredir, porque meia duzia de rotineiros assentaram de tolher-lhe o movimento ascencional para o progresso.

Por toda parte a politicagem pequenina, matando no nascedouro tudo quanto tenha por scopo engrandecer a ex-colonia suissa!

(...) É que o mocho, habituado nas trevas, não poderá naturalmente sentir prazer que a luz venha substituir as sombras onde sempre viveu. (*A Sentinella*, “O Velodromo”, de 23-1-1898.)

Depois de muitos anos do Partido Republicano Moderado à frente do Executivo municipal, Nova Friburgo não conseguira avançar nas reformas urbanas estruturais. Os autonomistas, diante dessa conjuntura, estavam otimistas em reverter o quadro político, em razão dos problemas pelos quais vinha atravessando o município. Ainda segundo eles, a

situação financeira de Friburgo estava melindrosa devido a dois empréstimos consecutivos, que, somados, eram de 250:000\$000 (duzentos e cinqüenta contos de réis) e cujos juros e quotas de amortização não-pagas faziam a dívida atingir a cifra de mais de 300:000\$000 (trezentos contos de réis). O município estava ainda na iminência de ter suas rendas municipais seqüestradas pelo estado, o principal credor. Os autonomistas firmaram o compromisso diante da população de realizar a reorganização financeira e administrativa do município, não obstante a gravidade do legado que iriam receber, afirmava o editorial de *A Sentinella* de 11 de novembro de 1899. Em novembro de 1900, já no novo século, quando tudo parecia concorrer para que a oposição retornasse ao *status quo ante*,<sup>95</sup> lançaram a candidatura de Modesto Alves Pereira de Mello, um ilustre advogado da cidade que fez uma carta aberta à população apresentando sua candidatura à Câmara Municipal. No entanto, mais uma vez Friburgo disse não a esse grupo, que governara os destinos da cidade durante o Império. Mas como na política friburguense o adversário de hoje poderá ser o aliado de amanhã, no século seguinte muda a composição política. Modesto de Mello e os Neves, através de Galiano Emílio das Neves Jr., passam a ser aliados de Ernesto Brazílio. Governariam Friburgo até o final de 1912, quando então entra em cena Galdino do Valle Filho, que surge como nova liderança política.

Fazendo um balanço dos primeiros anos do governo dos republicanos moderados, acredita-se que, diante dessa acirrada oposição, deve ter sido difícil para eles governar a cidade. Os autonomistas não davam trégua, utilizando inclusive os meios de comunicação para expor ao público as dificuldades e mazelas da administração municipal. Teria sido provável que a ferrenha oposição de adversários fortes tivesse prejudicado e emperrado o projeto de progresso que se objetivava para a cidade? Brazílio, basicamente, combateria sozinho os Neves, já que

---

<sup>95</sup>. Numa eleição em março de 1898 para uma vaga de vereador geral para substituir Souza Cardoso, que havia falecido, a oposição venceu em todas as seções da cidade, elegendo João da Silva Araújo (435 votos) contra Luiz Henrique Braune (369 votos) (*A Sentinella*, “Eleição Municipal”, de 29-3-1898). Nesse pleito, acharam que nas próximas eleições finalmente conseguiriam reverter o quadro político da cidade: “(...) mais uma victoria como esta e está liquidada a camarilha que tanto desastra a civilização deste logar (...)” (*A Sentinella*, “Lição Proveitosa”, de 3-4-1898).

seus correligionários, à exceção de Zamith, eram médicos e negociantes sem nenhuma experiência na política. Mas é intrigante como Brazílio conseguiu manter-se no poder durante tantos anos sob a açulada pressão de um influente político da época, Arthur Getúlio das Neves. O seu carisma como médico dos pobres teria sido suficiente para estabelecer uma sólida base política no município?

O Partido Republicano Moderado era considerado por seus adversários como uma “aglomeração de elementos heterogêneos”, oportunistas, faltando-lhes, inclusive, orientação política. Não sendo seus membros friburguenses, eram como “agremiados contrabandos de todas as procedências”. Na verdade, e ao contrário, tratava-se de um grupo homogêneo formado por um triunvirato de médicos higienistas. Segundo Jurandir Freire Costa (2004, p. 35-6 e 74), nem todos os médicos do século XIX tiveram preocupações ou atividades práticas ligadas à higiene. O termo “higienista” refere-se aos profissionais da medicina que funcionaram como teóricos ou executores da política de higienização das cidades, da população e das famílias. Entraram na cena política os médicos Ernesto Brasilio, Theodoro Gomes e Alfredo de Castro, que passaram a administrar a cidade através de uma prática higienista corolária da representação que se fazia de Nova Friburgo no final do século XIX: a de cidade salubre.

## 2.2. A Prática Higienista e a Representação de Cidade Salubre

(...) Nos quatro pontos cardeaes desta cidade, echôa pelos clarins da fama que, a municipalidade faz tudo quanto é possível e está ao seu alcance para que a hygiene publica seja uma realidade, e, que, como garantia desse seu empenho lá estão repimpados nas suas poltronas edis, três médicos e um phamaceutico.

E o Zé Povinho, o tal Zé camello, anda crendo que é assim (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf, de 9-4-1893.)

Quando a medicina social surgiu no início do século XIX, ela se insinuou na intimidade das famílias brasileiras através de uma política higienista que pretextava exterminar a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais. O governo cuidou de intervir em virtude de a família

colonial ser considerada incapaz de proteger a vida das crianças e dos adultos, em decorrência dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde das crianças. O Estado passou a medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor das ações médicas, sendo a noção-chave desse acordo a salubridade. Segundo Jurandir Freire Costa, a normalização médica da família brasileira operou-se em estrita correspondência com o desenvolvimento urbano e a criação do Estado nacional, com o período joanino marcando o início desse processo (Costa, 2004, p. 52). Por meio de ações, a medicina apossou-se do espaço urbano e imprimiu marcas do seu poder na gestão da água, dos esgotos, de pântanos, rios, cemitérios, escolas, matadouros e residências, só para citar alguns exemplos atraídos para a órbita médica (Costa, 2004, p. 12-30). O Brasil, porém, chegou ao final do século XIX ainda com graves problemas de epidemias, como o cólera e a febre amarela, já que a medicina social estava ainda muito incipiente.

Nova Friburgo era no final do século XIX o centro de uma espiral para onde convergiam centenas de pessoas que fugiam das epidemias, principalmente da febre amarela e do cólera, que grassavam em suas cidades. A principal delas era a capital federal, centro político e administrativo do país. A partir do triunvirato médico composto por Ernesto Brazílio, Theodoro Gomes e Alfredo de Castro, Nova Friburgo passou a ter em seu cotidiano diversas práticas que advinham de uma nova ordem política: o discurso higienista. Durante todo o período pesquisado, a questão da higiene na cidade se apresentava direta ou indiretamente nas questões levantadas sobre o município. O proselitismo político-higiênico era patente. Dentro dessas questões, duas tinham maior relevo: o problema do abastecimento de água e a limpeza da cidade.

Nas décadas de 1880 e 1890, os higienistas passaram a sustentar concepções cada vez mais divergentes acerca do modo como se originavam e se difundiam as epidemias de febre amarela e, conseqüentemente, acerca das medidas adequadas para sanear as cidades. Em um

ponto, porém, estavam todos de acordo: a doença era consequência da insalubridade urbana (Benchimol, 1999, p. 283). A causa da febre amarela só seria descoberta em 1900. Tomando o exemplo da capital federal, cujo Centro da cidade era sujo e insalubre, provocando doenças, estava claro que a higiene do município passava por esses dois fatores. Urgia resolvê-los:

Esse terrível flagello vai aumentando de um modo assustador o número de victimas que tem feito na Capital Federal (...). É de se presumir que em poucos dias o mal recrudesça, pois que encontra elemento poderoso na falta de limpeza na cidade (...). (*O Friburguense*, “Febre Amarela”, de 1894.)

A cidade crescera e o considerável aumento da população preocupava os intendentess.<sup>96</sup> A primeira consequência disso transpareceu na sujeira da cidade. Em algumas ruas os moradores eram obrigados a trazer suas casas sempre fechadas a fim de não serem invadidas por “exalações perniciosas” das valas devido ao fétido odor dos esgotos. Acreditava-se na época que com a simples inalação desses odores, considerados miasmas, já se poderia contrair algum tipo de doença. As valas que serviam de esgoto eram os mais temidos focos de infecção, segundo o editorial de *O Friburguense* de 22 de fevereiro de 1894.

Em suma, estava patente na mentalidade de todos, tanto de políticos como da população esclarecida, que as cidades invadidas pelas epidemias tinham deficiência no sistema de limpeza e que a distribuição de água à população era um fator primordial para a salubridade do município. Ter água em suas residências tinha uma conotação de progresso e água significava higiene, enquanto higiene, salubridade, o maior patrimônio de Nova Friburgo naqueles tempos de epidemias. O município não poderia confiar em sua privilegiada condição topográfica e mesológica, pois a ciência médica daquela época preconizava que, mesmo

---

<sup>96</sup>. Ernesto Brazílio, quando delegado de higiene do município sob a presidência de Galiano Emílio das Neves, pediu que fossem postas em execução medidas higiênicas a fim de evitar que graves moléstias se manifestassem, em consequência do “notável aumento da população” (ata da sessão de 26 de setembro de 1891, publicada em *O Friburguense*, de 4-10-1891).

diante de tais condições, não haveria embaraço ao desenvolvimento da febre amarela.<sup>97</sup> Nesse aspecto, os governistas, seduzidos pela ideologia da higiene, tinham consciência de que o abastecimento de água a contento para a população era essencial, até porque uma boa parte dos intendentos era formada por médicos, e nisso até mesmo a oposição reconhecia um esforço para resolver o problema:

(...) Compreendamos mesmo que, **mais pela saúde pública** do que por quaesquer outras razões, a Camara Municipal desta cidade esforça-se pelo abastecimento d'agua.

(...)

(...) Felizmente a Camara, que sempre mostrou-se sollicita em favor da saúde publica, que zêla os fóros da salubridade desta cidade (...). (*O Friburguense*, "Saúde Publica", de 12-7-1896; grifos meus.)

Até mesmo nas situações mais banais do cotidiano, como a inspeção das escolas, o inspetor declarava em seu relatório a salubridade ou não do estabelecimento de ensino. Afinal, para os sanitaristas, as condições públicas de higiene eram o elemento definidor do grau de civilização de um povo. De acordo com Sidney Chalhoub (1996, p. 35), tal ordem de idéias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes e emprestar suporte ideológico para a ação "saneadora" dos engenheiros e médicos, que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889.

No que concerne ao asseio da cidade, havia funcionários para fazer a limpeza das valas, um sistema de coleta diária do lixo, e o depósito do material era feito nos arrabaldes de Duas Pedras. Apesar dessas medidas, o jornal queixava-se constantemente da falta de limpeza da cidade. Teriam sido as críticas mero diletantismo provocativo de adversário político em ver sempre defeitos na gestão do opositor? No orçamento municipal, as despesas com remoção de

---

<sup>97</sup>. *O Friburguense*, "Saúde Publica", de 12-7-1896. A vacina contra a febre amarela seria descoberta pelo médico sul-africano Max Theiler, em 1939.

lixo não eram nada desprezíveis, demonstrando que havia atitude por parte do poder público em manter a cidade limpa.<sup>98</sup>

Há mais de um mez que o chafariz da rua General Osório em vez de fornecer água, despeja lama! (...) E fallam em Hygiene! (*O Friburguense*, “Água”, de 19-2-1893.)  
 (...) Não precisamos salientar os prejuízos e danos que pode causar o deposito e conservação do lixo naquella rua [o articulista referia-se à sujeira da Rua Baronesa], pois que no seio da corporação municipal conta-se três médicos que mais do que nós devem conhecer a materia hygienica. (*O Friburguense*, “Rua da Baroneza”, de 11-2-1894.)

É provável que a cidade continuasse a padecer desse problema possivelmente por duas razões: em primeiro lugar, na própria educação de seus cidadãos, que não se coadunava com os preceitos civilizatórios que se desejava imprimir na cidade. Acredita-se que a própria cultura dos munícipes contribuisse para que a cidade não se mantivesse limpa, pois estávamos ainda muito longe de ser um povo educado que distinguisse até onde iria a extensão de suas propriedades, fazendo da rua uma continuidade de seus quintais. Logo, havia um descompasso entre o programa de higienização e saneamento e a compreensão por parte do povo, sendo que a questão da higiene era um problema crônico havia muitos anos na cidade e que remontava ao tempo do Império. Na realidade, não se mudam hábitos tão arraigados na cultura da cidade de um momento para outro somente através do discurso, ainda que pedagógico. A cena descrita a seguir ilustra bem o nível da cultura de higiene da população:

(...) E para cumulo do infortúnio nesse dia de peregrinação, encontrei-me com a carrocinha da misericórdia; tal é o seu feitio e a sua pintura que horrorizou-me.  
 Cuidei que a dita conduzia mortos tirei o chapéu e curvei-me, tal é o respeito que consagro aos mortos!  
 Felizmente, verifiquei que me tinha enganado.  
 A tal carrocinha, deve dizer-se; tem um aspecto fúnebre e ao mesmo tempo asqueroso; mas não conduzia cadáveres, como me pareceu; era pão que ella carregava a distribuir pelos freguezes.  
 Que luxo e que asseio!  
 Deve-se mandar photographar a dita carrocinha que é um modelo d’arte e de limpeza e expor a photographia á curiosidade publica. (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 3-12-1893.)

---

<sup>98</sup>. Conforme o Livro de Receita e Despesa da Câmara Municipal (Centro de Documentação Pró-Memória de Nova Friburgo).

Atiravam-se no Rio Bengalas animais mortos de toda ordem, como cães, gatos e galinhas, e como não eram imediatamente levados pela correnteza permaneciam nas margens, acarretando odores pútridos, considerados focos de miasmas. Podiam-se ver escolares fazendo suas necessidades nas valas, em pleno dia, em ruas movimentadas, assim como adultos pelas capoeiras da cidade.

Em segundo lugar, pode ter sido em função da tolerância com os serviços deficitários prestados por concessionários, normalmente apadrinhados pela maioria dos intendentes. Segundo o periódico, o serviço de limpeza não era feito regularmente, pois não havia carroças suficientes e o lixo não estava sendo despejado no depósito de Duas Pedras. Nas valas, receptáculos de materiais fecais jogados pela população tresandavam odores insuportáveis, já que os fiscais não faziam a limpeza com assiduidade. Ainda de acordo com o periódico, a desídia e a incúria continuavam a imperar na administração municipal, havendo falta de transparência da Intendência em relação ao contrato de limpeza da cidade, às condições estipuladas e ao valor da prestação do serviço.

Paralelamente a essas duas causas, ou seja, inapetência em fiscalizar os serviços públicos e os maus hábitos da população, é possível que os higienistas se acomodassem em relação às condições favoráveis da geografia e ao clima da cidade, que na sua concepção seriam um obstáculo às doenças infecto-contagiosas:

(...) por um benefício infável da Divina Providência, tem no seu delicioso e salubérrimo clima a salvação contra as influências deletérias da imundície e da porcaria (...). (*A Sentinella*, "Hygiene", de 29-5-1898.)

No último quartel do século XIX, estavam em voga os grandes projetos de saneamento, cujos alvos eram os cemitérios, as escolas, as igrejas, os portos, os locais públicos e as residências. A ciência médica prescrevia hábitos alimentares, indumentárias e costumes, buscando a disciplina no uso de lugares públicos e a educação higiênica desde a idade escolar. Em 1892, o primeiro ato dos higienistas em Friburgo foi a elaboração de um plano geral de

saneamento com base nos acurados e profundos estudos de higienistas nacionais e estrangeiros, em que se propunham medidas de intervenção na realidade social da cidade. De acordo com a lei de 20 de outubro de 1892, que deu nova organização às municipalidades, passou a ser da competência dos municípios promover o saneamento das localidades, prevenir e combater as moléstias, entre outras atribuições, segundo o editorial de *O Friburguense*, “Hygiene”, de 6 de agosto de 1893. Compondo-se de 17 artigos, o plano objetivava o aterro dos terrenos alagadiços; a incineração do lixo, por meio de fornos; a remoção do cemitério para fora da cidade; o abastecimento contínuo de água potável, sob pressão uniforme na quota mínima de 200 litros por habitante; e o saneamento das habitações em lugares insalubres. Estabelecia ainda regras para a construção de habitações para a “classe pobre”; a fiscalização contínua dos domicílios de todas as classes sociais; a criação do serviço regular de desinfecção das estações de trem e estradas de rodagem; a notificação compulsória de moléstia transmissível; o isolamento obrigatório do doente, domiciliar ou nosocomial; e a vacinação e revacinação obrigatórias. Na parte de infra-estrutura, a criação de uma rede de esgotos, o aterramento das valas que serviam de depósito para materiais fecais e sua remoção por meio de barris de madeira ou ferro hermeticamente fechados. O transporte dos materiais fecais seria feito em carroças para fora da cidade, sendo lançados os excrementos em tanques que passariam por uma desinfecção por meio de cal, sulfato de alumínio e carvão vegetal. Em Nova Friburgo, acreditava-se que as doenças provinham de miasmas morbíficos, ou seja, a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no meio ambiente. Falava-se sempre que as valas sujas ou o Rio Bengalas, no qual se despojavam animais mortos, eram verdadeiros focos de miasmas. Depreende-se que Ernesto Brazílio e Theodoro Gomes eram favoráveis à corrente dos infeccionistas e advogavam que o ideal era que se tomassem medidas higiênicas que impedissem a produção de emanações miasmáticas. Segundo Sidney Chalhoub (1996, p. 65), foram os infeccionistas que produziram o arcabouço

ideológico básico às reformas urbanas realizadas em várias cidades ocidentais na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Nesse período, interligada à noção de higiene, aparecia a idéia de saneamento. Caberia aos médicos sanitaristas a implementação de planos de atuação nos espaços públicos e privados, enquanto os higienistas seriam os responsáveis pelas pesquisas e pela atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças. No entanto, essa divisão entre sanitaristas, responsáveis pelos grandes projetos públicos, e higienistas, vinculados diretamente às pesquisas e à atuação médica mais individualizada, funcionou de maneira apenas teórica. Na prática, as duas formas de atuação aparecem de modo indiscriminado (Schwarcz, 2007, p. 206).

Para o caso de doença, a comissão de higiene divulgou em Friburgo um interessante manual de assepsia e profilaxia individual contra as doenças infecciosas que incluía a desinfecção dos excretos do indivíduo, das vestes e das roupas de cama, da câmara do doente, das latrinas e privadas e da água e dos alimentos. Foi feito um esclarecimento sobre a profilaxia individual contra as moléstias infecciosas, como o cólera, a febre amarela, a febre tifóide, a varíola, a escarlatina, a difteria, o sarampo e a coqueluche. É interessante observar que se procurava dar à população esclarecimento de que doenças como o cólera e a febre amarela não se transmitiam por contágio pessoal, e sim em função do ambiente infeccioso, acreditando-se na teoria dos miasmas. Apesar dessa crença, na década de 1890 já era aceito que a febre amarela era causada por um germe específico, de acordo com a moderna ciência dos micróbios. Em relação à transmissão dessas doenças, havia duas correntes, em que ambas contavam com defensores de renome: a que admitia o contágio direto de pessoa a pessoa e a que não admitia esse contágio. Eis alguns trechos extraídos do periódico sobre o esclarecimento que se fazia à população friburguense a respeito de determinadas doenças:

*Cholera Morbus:* No cholera asiático o perigo da infecção proveniente do contato do doente, quando se está exercendo as funções de médico ou de enfermeiro é assaz diminuto. Por outro lado,

as lavadeiras, que não se aproximão do doente, mas que meneão as roupas polluidas pelas dejecções d'elle, facilmente contraem a doença. Febre Amarella: Como o cholera, também a febre amarella é moléstia que se contrahe pela exposição às localidades infectadas do que pelo contacto com os enfermos. Na febre amarella, portanto, o que mais importa à prophylaxia individual é conservar-se o individuo longe dos focos de infecção e das localidades onde a moléstia grassa epidemicamente. Variola: As indicações prophylaticas para esta moléstia são muito diversas das que forão dadas para o cholera, e febre amarella. N'esta moléstia deve-se evitar expressamente o contacto. Diminuto é o perigo da infecção para aquelles que passão à distancia de alguns metros do enfermo, ao ar livre, ou nas adjacencias do edificio onde se tratão variolosos. As pessoas, porém, não preservadas que entrão no quarto do enfermo, arriscão-se muito a contrahir a moléstia; e a matéria infecciosa desprendida do corpo do doente adhire às superficies, vestimentas, etc, podendo atear a moléstia, muitos mezes depois, se não fôr destruída pela desinfecção. Faz parte, pois, da prophylaxia individual fugir do aposento do doente e evitar o contacto com objectos que são do uso d'elle. Ninguém ignora que existe contra a variola um meio prophylatico especial, o que tem diminuído as formidáveis devastações d'esta moléstia. Desde muitos annos que se sabe ser o famoso descobrimento da Jenner, o meio prophylatico por excellencia, da variola. A immuidade conferida pela vaccinação é, em regra, completa; existem, porém, excepções a esta regra, succedendo então vir attenuada a moléstia em individuos. Não confiar bastante na immuidade conferida pela vaccinação, deve immediatamente recorrer a este valioso meio preventivo. (*O Friburgense*, "Camara Municipal", de 18-10-1892.)

Em 1893, foi aprovado o novo Código de Posturas, que passou a regulamentar a vida do cidadão, redefinindo preceitos de convivência social sob a perspectiva da política higienista. Objetivava-se criar normas de organização social que auxiliassem o município a adaptar-se aos postulados civilizatórios. Nova Friburgo teve a primeira consolidação de suas leis de posturas em 1822, seguida pela de 1835. O Código de Posturas que antecedeu o último foi o do ano de 1848, compreendendo 282 artigos, mais que o dobro do atual. A diferença entre essas duas disposições legais é perfeitamente compreensível pelo tempo entre um código e outro, ou seja, 45 anos. O que mudou em Nova Friburgo no decorrer dessas quatro décadas? Apenas comparando os temas que interessam a esta pesquisa, o código anterior trazia mais dispositivos de ordem moral e de comportamento, enquanto o código de 1893 teve por preocupação a saúde pública do município, corolário do discurso higienista. Esse código era dividido em quatro títulos: Patrimônio Municipal, Saúde Pública, Obras e Viação e Polícia Administrativa. O tema Saúde Pública era dividido em quatro capítulos, compreendendo as questões dos cemitérios e enterramentos, moléstias contagiosas, matança de reses e disposições

sobre causas que corrompessem a atmosfera e danificassem a salubridade da cidade. Além disso, havia em outros títulos, como os de Obras e Viação, artigos que implicavam diretamente a higiene da cidade, como foi a questão dos cortiços.

Como um dos problemas da higiene da cidade estava relacionado à falta de saneamento, passou-se a coibir a edificação de cortiços. Desde os tempos do Império, cortiços, febre amarela e epidemias eram assuntos indissociáveis. A constante migração interna para Friburgo arrefeceu ainda mais a construção de cortiços pela cidade, um problema que remontava ao regime anterior. Galiano Emilio das Neves já havia criado uma lei de postura proibindo esse tipo de construção, determinando, inclusive, que fossem demolidas as já existentes. Essa norma, porém, virou letra morta e continuava-se a edificar cortiços pela cidade. Dessa vez mais pedagógica, a norma definia o que considerava como cortiço. Segundo o novo código, esse tipo de construção não deveria ser pequeno, os aposentos não poderiam ter menos de nove metros quadrados e não se permitia que cada cômodo fosse habitado por mais de três pessoas. Deveria haver arejamento, luz suficiente, asseio e limpeza por meio de caiação interna e externa, a serem feitas anualmente. Exigia-se ainda que as residências tivessem quintais, água suficiente e esgotos. Caso não se cumprisse tal norma, a residência seria demolida à custa do infrator. Os cortiços já existentes também não foram poupados. Deveriam adaptar-se às normas no prazo de seis meses e, caso contrário, sofreriam as mesmas sanções. Na prática, porém, nunca houve notícia de um cortiço que tivesse sido interdito ou demolido. Residia nessas habitações a população operária da cidade, que consistia em funcionários da Companhia Leopoldina, empregados das oficinas, jornaleiros, entre outros. Segundo descrições, eram habitações imundas e repletas de famílias, apresentando absoluta falta de higiene, conforme *O Friburguense* de 30 de abril de 1891.

As habitações coletivas do tipo cortiço passaram a ser vistas como focos de miasmas responsáveis pela irradiação de epidemias. De acordo com Sidney Chalhoub (1996, p. 19), a

noção de “classes pobres” e “classes perigosas”, usando uma terminologia do século XIX, eram duas expressões que denotavam a mesma realidade. Os cortiços em Nova Friburgo, não muito diferentes dos demais existentes no país, consistiam em uma grande concentração de construções geminadas, muito pequenas e acanhadas, insalubres, sem arejamento, iluminação e esgotos, com desprezo absoluto pelos preceitos mínimos de higiene. Conforme mencionado antes, havia falta de planejamento do espaço físico da cidade, onde imóveis de alto valor imbricavam-se com pardieiros, numa assimetria social que atravessava a ocupação do espaço urbano. O maior deles situava-se em frente ao Hotel Engert, pertencente a Manoel Ennes Sobrinho, uma família tradicional na cidade.<sup>99</sup> O Beco da Cadeia, próximo à Câmara Municipal, era constituído por casebres descritos como absolutamente miseráveis e “sustidos por obra divina”, como disse um cronista; também o Beco do Arco era repleto de cortiços, como atestava *O Friburguense* de 23 de dezembro de 1928, no artigo “De Antigamente e de Agora”. Há ainda a indicação da existência de pequenos casebres no lado norte da cidade, situados entre a estação e a ponte de ferro, na vilagem do Cantagalo. Até o final do século XIX, a Câmara não conseguiria debelar os cortiços do Centro da cidade, conforme relatava *A Sentinella* de 5 de março de 1899, que reclamava da falta de energia do poder público em resolver esse problema de saúde pública, queixando-se inclusive da falta de um Barata Ribeiro na cidade. Segundo Sidney Chalhoub (1996, p. 34), a lei de posturas proibindo as construções de cortiços na cidade do Rio de Janeiro não objetivava somente a questão da salubridade, mas era também um instrumento legal de uma política de expulsão das “classes pobres” ou “classes perigosas” das áreas centrais da cidade. Em Friburgo, a classe pobre seria expulsa no século seguinte para os arrabaldes da cidade.

---

<sup>99</sup> Há referência a um cortiço pertencente a Manoel Ennes Sobrinho, filho de Vicente Fernandes Ennes, conforme sumário de crime autuado em 20 de março de 1899 no juízo de Nova Friburgo, tendo como autor a Justiça e réu João Lopes de Souza. Esse processo encontra-se no arquivo do Fórum de Nova Friburgo.

É significativo que, em 26 de janeiro de 1893, exatamente quando foi elaborado o Código de Posturas do município que proibia esse tipo de construção, o célebre cortiço carioca denominado “cabeça-de-porco” foi destruído sob o comando de Barata Ribeiro, tendo talvez esse fato influenciado os legisladores friburguenses:

(...) É preciso que os poderes públicos desta terra sejam inexoráveis em não consentir a vulgarização desta pratica [refere-se aos cortiços que grassavam pela cidade] que estamos condenados pois se assim não procederem dentro em breve teremos de lutar contra as tyrannias das futuras cabeças de porco, para cuja extinção nem sempre se encontra a coragem indomita de um Barata Ribeiro. (*A Sentinella*, “Cortiços”, de 5-3-1899.)

Em 1892, a Intendência pretendeu mudar o local do cemitério, localizado no Centro da cidade, como é até hoje, para Duas Pedras.<sup>100</sup> Os motivos da remoção eram de ordem sanitária, pois havia o entendimento de uma corrente de higienistas de que a terra dos cemitérios estava impregnada de miasmas morbíficos. Essa mudança não logrou êxito por pressão da própria elite friburguense, mais especificamente por um grupo de notáveis, como o barão de Duas Barras e Galdino do Vale, que sustentavam que num futuro bem próximo o cemitério em Duas Pedras deveria, como o atual, ser removido em virtude do número de habitações existentes e do crescimento da cidade nesse arrabalde, conforme noticiava a *Gazeta de Friburgo* de 20 de outubro de 1895.

No cotidiano da cidade, as práticas higienistas estavam presentes e internalizadas nos hábitos e costumes de uma parte da população, alcançando, inclusive, as atividades comerciais, a exemplo da proibição da venda de frutos verdes e da fiscalização na condução das carnes verdes do matadouro aos açougues, que não poderiam estar descobertas, sujeitas ao sol e à poeira, segundo *O Friburguense* de 14 de junho de 1891. Alguns leiteiros normalmente conduziam o leite em vasilhames de folha de flandres, trazendo canecas com

---

<sup>100</sup>. Na sessão de 26 de fevereiro de 1892, Alfredo de Castro, que era da Comissão de Saúde, propôs a mudança do cemitério da cidade, a bem da sanificação dela, para o arrabalde de Duas Pedras (*O Friburguense*, “Intendência Municipal”, de 20-3-1892).

medidas de quartilho e meio quartilho. Já outros vendiam o leite em garrafas. Para os que retiravam leite na hora, exigia-se que os leiteiros trouxessem vasilhames de folha de flandres com água limpa e toalhas ou panos alvos para a limpeza das tetas das vacas.

A construção do lazareto foi também uma das primeiras medidas dos moderados. O vice-presidente da Intendência, Alfredo de Castro, promoveu inicialmente a arrecadação de donativos de particulares para a edificação do lazareto. Mas, como esse procedimento era moroso demais, por deliberação da Assembléia Municipal, foram transferidas ao estado a responsabilidade e direção das obras, que foram concluídas em 1894. A qualquer notificação de doença infecto-contagiosa, a sociedade friburguense montava uma operação de guerra, mobilizando todas as instituições públicas. Um verdadeiro *staff* deveria zelar pelo cumprimento das medidas higiênicas, como o delegado da Junta de Higiene, os fiscais, os praças do Destacamento Policial e o delegado de polícia. Quando um empregado da Companhia Leopoldina vindo de Porto Novo do Cunha foi acometido de varíola, promoveu-se uma verdadeira mobilização entre os órgãos públicos da cidade, envolvendo a própria Companhia Leopoldina. O varioloso foi removido, juntamente com toda a sua família, para um rancho de trabalhadores da companhia no Morro do Ance, no alto da serra, distante seis quilômetros da cidade. Um trem ficou à disposição para o deslocamento entre a cidade e o rancho, levando alimentos e medicamentos para o doente e seus familiares. Fez-se a seguir a desinfecção da casa em que habitava o varioloso e de todas as residências da vizinhança. Um cordão sanitário foi feito para evitar a comunicação com esse rancho, além de outro cordão de isolamento, com praças acampados. A área que circundava o rancho foi desinfectada e um enfermeiro foi designado para cuidar do doente. Quando se restabeleceu, afastado o perigo do contágio, o convalescente e seus familiares foram autorizados a retornar à sua rotina, segundo *O Friburguense* de 9 de agosto de 1890. Quem impedisse ou rompesse os cordões sanitários

estabelecidos pela Intendência nos prédios ou localidades em que houvesse doentes de moléstias contagiosas seria punido severamente.

O maior temor dos friburguenses eram as epidemias que grassavam na região e que poderiam ser transmitidas por indivíduos doentes em passagem pela cidade. Por ironia, eram essas doenças que assolavam todo ano o Rio de Janeiro, trazendo uma chusma de veranistas para a cidade que movimentava a economia de Friburgo. Cantagalo também tivera, em abril de 1891, um surto de febre amarela, tendo vitimado muitas pessoas e apavorado os friburguenses. Diante disso, eram obrigatórias a vacinação e a revacinação, que se faziam no paço da Intendência Municipal, todos os dias úteis, das 11 às 12 horas.

Quando da construção do lazareto, houve a proposta de ser reservada uma área para tratamento de hidrófobos, em razão de outro problema que assustava a população friburguense: o medo da hidrofobia. No final do século XIX, os cães grassavam pela cidade. “Que Praga!”, queixava-se *O Friburguense* de 4 de outubro de 1891, referindo-se aos cães que infestavam as ruas de Friburgo. À noite, era um latir e uivar que tirava o sono dos habitantes. Como a vacina descoberta por Pasteur só estava acessível na capital federal, fazendo com que poucos tivessem acesso a ela, o medo da hidrofobia deixava a população em alerta constante pela cidade. É impressionante o número de cartas, artigos e notícias envolvendo incidentes em que os cães mordiam os cidadãos, não poupando crianças, senhoras e cavalheiros. Quando havia notícia de “cães danados”, normalmente formavam-se grupos em mutirão que percorriam a cidade procurando eliminá-los, como testemunhava *O Friburguense*, com “Os Cães que Vagam”, em 4 de março de 1894. Em decorrência da hidrofobia, matavam-se os cães aos borbotões dando-lhes “bolas”, havendo inclusive verba destinada no orçamento da Câmara para tal finalidade. Em maio de 1891, chegou a entrar em vigor uma postura obrigando os donos de cães a pagarem o imposto de 5\$000 por animal e 1\$000 “de chapa”, uma espécie de matrícula. Contudo, o novo Código de Posturas suprimiu

essas taxas, determinando somente que os cães não poderiam vagar pela cidade sem estar amordaçados, sob pena de serem exterminados.<sup>101</sup> É interessante observar que os cães não tinham àquela época uma função utilitária, diferentemente dos dias atuais, em que fazem a vigilância das residências. Eram chamados de vagabundos e percebe-se ainda que não havia qualquer afetividade em relação a esses animais.

O animal doméstico foi ocupando o espaço privado a partir do início do século XIX, quando a relação afetiva passou a ser admitida, sendo inclusive designada como prática estabelecida. Rompe-se com a tradição cristã da indiferença diante do animal desprovido de alma e também com o animal-máquina dos cartesianos. A partir de então, exalta-se o vínculo que equipara o cão à mulher, em razão dos doces sorrisos, dos olhares afetuosos, das inocentes carícias e da brincadeira folgazã, que atestam essa tendência para a ternura. Atribuiu-se, dessa maneira, uma nova função ao animal no espaço doméstico: mediar a propedêutica do sentimento. Um vínculo afetivo também passa a se manifestar entre o ancião e o animal doméstico, auxiliar de sua decrepitude. A ternura dos ricos manifesta-se no espaço privado, em contraste com as imagens de violência e crueldade populares contra os animais nos espaços públicos. Em 1845, instala-se em Paris a Sociedade Protetora dos Animais, o *poodle* está na moda, ocorrem as exposições caninas e cresce a obsessão por *pedigree*. A fotografia do animal se junta ainda à das crianças no álbum de família; ele passa a fazer parte da correspondência e das conversas familiares; e desenvolve-se o costume de enterrar o animal no jardim de casa (Perrot, 2003b, p. 178). Durante o último quartel do século XIX, a crescente influência dos livre-pensadores favorece o crescimento de uma nova fraternidade entre o homem e o bicho, enaltecendo o sentimento de utilidade social. Já no início do século XX, segundo Alain Corbin, inaugura-se entre o homem e o animal uma inversão na relação afetiva de dependência, ou seja, o animal já se apresta a tornar-se o soberano e o senhor do

---

<sup>101</sup>. Art. 117 do Código de Posturas de 1893. *O Friburguense*, de 21-2-1892.

espaço doméstico (Corbin, 2003, p. 482-6). Para o friburguense oitocentista, porém, a figura do cão era ainda representativa da hidrofobia e, conseqüentemente, representação da morte.

No final de 1894, uma epidemia de cólera assolou o povo fluminense, flagelando as populações ribeirinhas do Rio Paraíba, em municípios como Cachoeira, Cruzeiro, Resende, Queluz, Volta Redonda, Campo Bello e Barra do Pirai, como noticiou *O Friburguense*, em seu editorial “Saude Publica – O Cholera”, de 29 de setembro de 1894. Diante de tais circunstâncias, o episódio da morte de Inocêncio espavoriu Nova Friburgo, principalmente quando a notícia saiu em um dos mais importantes jornais, *O País*, de Quintino Bocaiúva e do conde de Matosinhos, que tinha residência em Friburgo. Estando havia três meses na cidade, o preto Inocêncio, de aproximadamente 40 anos de idade, sofria há cerca de mais de um mês de uma diarreia crônica. “Homem dado a bebidas alcoólicas”, trabalhou quando chegou à cidade em serviço de aterro, empregando-se depois na Companhia Leopoldina. Certa feita, solicitou ao feitor sua dispensa do serviço mais cedo, porquanto se achava doente, com o ventre aumentado de volume, dolorido e com incessante diarreia. Não obstante seu estado, ao sair do serviço, alimentara-se com jabuticabas, sardinhas salgadas, bananas e leite, regando sua extravagante refeição com uma boa dose de aguardente, recolhendo-se em seguida ao seu leito. Atendido pelo médico e vereador Alfredo de Castro, ao perceber os sintomas de Inocêncio, como cólicas, diarreia, câimbras dolorosas nos membros, vômitos, extremidades frias e olhos encovados, tomou preventivamente as medidas de isolamento e desinfecção aplicáveis. A cidade ficou em polvorosa diante do caso de Inocêncio, agravada ainda mais pela morte do infeliz. Mas, como não ocorreram casos ulteriores com o mesmo sintoma, o clínico, considerando as circunstâncias, opinou que a *causa mortis* fora enterite aguda, não-infecto-contagiosa, provocada pela incúria e extravagância alimentar do doente, registrava *O Friburguense* em 9 de dezembro de 1894. Esse episódio serve para ilustrar o nível de tensão sobre qualquer notícia de doenças no município. Numa época em que as comunicações eram

mais difíceis, dando margem assim aos boatos, Nova Friburgo ficava prejudicada com essas notícias nos jornais da capital federal. Afinal, o boato prejudicava a economia da cidade, que já vinha há muito tempo dependendo economicamente do afluxo de veranistas:

Se deixarmos passar esse boato, não contestando-o, elle ir-se-ia extendendo, fazendo obra, como já estava acontecendo, causando pânico nos municipios vizinhos e afastando de aqui virem pessoas que já estavam em preparos de viagem, e levando o desassocego ao espirito dos paes e mães de famílias residentes fóra deste município, que tem seus filhos como internos nos collegios Braune, Friburguense e Anchieta (...). (*O Friburguense*, “O Cholera em Friburgo”, de 6-12-1894.)

Com as notícias de epidemia do cólera, um projeto de desinfecção das estações de trem foi elaborado pelo médico Alfredo de Castro, nos moldes do que vinha sendo feito na capital federal para aferir a inocuidade de pessoas e objetos.<sup>102</sup> Para coibir o cólera, na chegada de cada trem oriundo de regiões afetadas pela epidemia da doença, os carros eram inteiramente desinfectados com uma solução de sublimado corrosivo por meio de pulverizadores. Os passageiros, ao desembarcarem, dirigiam-se para uma sala da estação onde existia uma grande mesa com várias bacias com água límpida e toalhas alvas. Uma vez feita a ablução, lavando o rosto e as mãos com uma solução mais amena de sublimado, sujeitavam-se à desinfecção de todo o vestuário por meio de um pulverizador contendo o referido produto. Deveriam também limpar a sola dos sapatos, a ponteira dos guarda-chuvas e das bengalas com uma lona embebida de uma solução de sulfato de cobre. Os maquinistas, foguistas, guarda-freios e chefes de trem passavam pelo mesmo procedimento. As bagagens eram abertas e sujeitas à desinfecção pelo sublimado ou sujeitas aos vapores do ácido sulfúrico durante 24 horas, dentro de um quarto hermeticamente fechado. Os passageiros recebiam os passes de

---

<sup>102</sup>. Em junho de 1896, ocorreram alguns casos de varíola entre os funcionários da olaria na Fazenda do Cônego, pertencente ao barão de São Clemente. A moléstia iniciara-se por um funcionário que contraíra a doença em viagem a Niterói, contaminando mais sete empregados desse estabelecimento. Foi estabelecida uma enfermaria em lugar próximo à olaria do barão, sendo para ali removido o doente. Criou-se um cordão sanitário feito por praças do corpo policial e aos enfermos foram dados médico, enfermeiro, medicamentos, alimentação e roupa, importando na suntuosa despesa de 3:442\$400. Essa quantia não foi reembolsada pelo estado por não se tratar de calamidade pública. O barão de São Clemente, por gentileza, remeteu à Câmara a quantia de 1:525\$400 como indenização pelas despesas feitas com o tratamento dos seus empregados da olaria na Fazenda do Cônego (*O Friburguense*, de 12-1-1896).

desinfecção, sendo as bagagens marcadas com talões especiais. Terminado o serviço da desinfecção, todos os pontos do “desinfectório” eram lavados com uma solução mais forte de sublimado. Mesmo depois de todo o procedimento, os passageiros procedentes da zona infeccionada, de passagem pela cidade, ficavam sujeitos à observação de um médico, que os visitava durante o período de incubação da moléstia, calculado à época entre cinco e oito dias. Todo o processo era feito pelo vereador Alfredo de Castro, que seguia em um trem especial para a estação de Conselheiro Paulino, auxiliado por dois “desinfectadores” e seis praças do regimento policial. Esse serviço passou a ser feito diariamente, das 9 às 17 horas. Foi ainda estabelecida próximo à referida estação uma pequena enfermaria, mas que não chegou a funcionar.

No entanto, nem todos possuíam a mesma urbanidade de Alfredo de Castro em Friburgo. Na estação do Gavião, em Cantagalo, os passageiros tomavam um verdadeiro banho por meio de um pulverizador, que, no dizer de um viajante, era na realidade uma bomba para incêndio, tal era a quantidade de água que o aparelho esguichava. O passageiro era virado e revirado em todos os sentidos e sua cabeça era molhada tão profusamente que o líquido escorria-lhe pelo rosto e pelas vestes. Um empregado levantava-lhes os braços, desabotoava-lhe o colete, virava-o de um lado e de outro, e sempre a bomba a funcionar, ficando o miserável todo molhado, assim permanecendo quando retornava ao trem. Não havia, segundo o passageiro que se queixara ao jornal, muito comedimento no serviço por parte do pessoal subalterno, nem gentileza de trato da parte do médico. Theodoro Gomes fez uma crítica às práticas com o pulverizador, que vexavam inutilmente o público. Segundo ele, as desinfecções das pessoas por meio de pulverizador eram um atentado à saúde individual e à liberdade do cidadão, que sofria um enorme constrangimento. Nesse momento, mais do que o médico e presidente da Intendência, sente-se a fala do empresário, em função do

constrangimento provocado por aquele aparelho à clientela que se hospedava no estabelecimento hidroterápico.

Fatos também pitorescos ocorriam diariamente na estação da Prainha, na capital federal, por parte dos empregados da higiene, cujas ações acabavam prejudicando a linha de Cantagalo com destino a Friburgo. O passageiro deveria chegar pelo menos meia hora antes da partida, para proceder à desinfecção da bagagem junto a uma estufa que ficava na estação. Só que ocorria um fato curioso. Ao contrário das demais estações, o passageiro não era submetido à desinfecção, somente sua bagagem e os embrulhos de mão. Os menores embrulhos, contendo roupas, doces, plantas e gaiolas com pássaros, iam à estufa, mas os passageiros não eram desinfectados, nem os objetos que traziam no bolso. Se um guarda-sol se encontrasse envolvido em um papel para não se sujar, era reclamado para ser desinfectado, mas não se estivesse à mão do passageiro. O mesmo acontecia com capas e xales. Se o passageiro os trazia no braço, era obrigado a desinfectá-los, mas, se os vestisse, estaria livre do incômodo. Os que não conheciam as *manhas* do procedimento, necessitando partir, deixavam objetos como capas e *cache-nez* pela estação por não terem chegado a tempo para a desinfecção de seus pertences. Bastaria vesti-los. Um passageiro de Friburgo, não chegando a tempo para desinfetar uma caixinha com um canário e um pequeno embrulho de carretéis de linha, fora barrado na cancela. Conhecendo o procedimento, pôs o pássaro e os carretéis no bolso do paletó e foi autorizado pela fiscalização a seguir viagem. Quando se fechava a estufa da estação, os passageiros atrasados seguiam viagem e despachavam sua bagagem separadamente para que fossem desinfectadas, de modo a seguirem no dia seguinte ao destino. Segundo *O Friburguense* de 2 de setembro de 1900, era um “jogo de arranjo” entre a Companhia Leopoldina e os empregados da higiene, já que o despacho era cobrado do passageiro.

De acordo com Jurandir Freire Costa (2004, p. 77), uma das mais importantes conquistas do movimento higienista foi a imposição da figura do médico à família, sendo que

os friburguenses recebiam pelos jornais orientações clínicas sobre procedimentos de higiene pessoal. De forma pedagógica, numa espécie de cartilha, instruía-se sobre a prevenção do cólera. O manual era dividido em capítulos, tratando da água, dos alimentos, das roupas, da higiene pessoal, entre outros, com medidas de profilaxia e higiene para a prevenção da doença. Percebe-se que o médico teve o cuidado de adaptar as normas da ciência médica às condições geográficas e culturais do município. O clínico, nas considerações preliminares, esclarecia estar longe de querer assustar e criar pânico na população friburguense, sendo o seu papel tão-somente o de aconselhar e indicar medidas de higiene e profilaxia individual e doméstica, instruindo sobre a atitude que se deveria adotar na hipótese de ocorrer uma epidemia do cólera. Ele trazia um dado novo aos friburguenses, esclarecendo algo que confundia as pessoas à época, ou seja, que o cólera não era uma moléstia “directamente contagiosa”, assim como a febre amarela. Diferentemente, o Código de Posturas do município, em seu artigo 30, considerava a febre amarela, o cólera, a peste, a escarlatina, o sarampo, a varíola e a difteria como moléstias transmissíveis:

**Antes de tudo conservar prudência, calma e sangue frio em face do perigo! (...).**

Não vos atemoriseis com boatos infundados...

Olhae para o mais escrupuloso asseio dos vossos corpos, das vossas vestes e das vossas habitações (...).

Conservae um modo de vida regular e regrado, evitae as festas e aglomerações de povo (...).

**Hesitae em aceitar cigarros, charuto, frutas e presentes de pessoas suspeitas porque podem ser presente de gregos (...).**

Quem quizer evitar o cholera penetre em sua casa, não hospede em seu domicilio pessoas vindas de localidades infeccionadas.

**Segui um regimen simples e regrado. A experiência ensina que todas as perturbações da digestão predispõem para contrahir a moléstia.**

Evitae todos os excessos de mesa e de bebidas e principalmente as comidas pesadas. É um preconceito geralmente espalhado pelo povo, que as bebidas alcoólicas como aguardente, cognac, vermuth, licores, etc., previnem a moléstia; é um erro crasso que tem feito muitíssimas vítimas em tempos epidemicos.

Não useis purgantes sem prévia consulta do vosso médico...

**Caso appareça um caso de cholera em Nova Friburgo, todo aquelle que beber agoa do rio, da fonte do Suspiro ou de outras fontes mal captadas e encanadas (e infelizmente isso se dá com a maior parte) commette uma tentativa de suicídio! (...).**

Usai para beber, para cosinhar e mais misteres domesticos a agua fervida (...).

Chá, café, chocolate e mate são bebidas permittidas. Igualmente bôa cerveja e vinho puro de uva (...).

Licôres e vinhos amargos, como bitter e vermouth, contêm muitas vezes aloés, um drástico, e por isso podem tornar-se perigosos causando diarrhéa...

Não confie a compra de carne, peixe, legumes etc. aos vossos creados!...

Em tempo de epidemia não tomae banho de rio (...).

Como em Friburgo quase toda roupa do corpo é lavada no rio, e como a água do rio há de ser a primeira a ser contaminada, caso appareça o cholera entre nós, aconselho que mandeis lavar a vossa roupa em casa (...). (*O Friburguense*, “Saude Publica”, de 1-12-1894; grifos do original.)

Em 1895, ocorreu um “pronunciamento” dos moradores da cidade. Theodoro Gomes havia recebido uma “comissão popular” solicitando a sua intervenção para que fosse suprimido o tráfego entre Nova Friburgo e a estação de Porto Novo, onde grassava uma epidemia de *cholera-morbus*. Gomes argumentou que era corrente entre os higienistas modernos que a suspensão do tráfego de vias férreas não era a medida eficaz contra a doença. A comissão não se satisfez com as explicações e houve uma sublevação (pronunciamento) por parte da população da cidade. Talvez desconfiassem que a negativa de Gomes em suprimir o tráfego com Porto Novo fosse em função de seu interesse particular, já que isso ocasionaria um refluxo de veranistas, causando-lhe prejuízo. Ao meio-dia, 300 homens, espocando fogos de artifícios, dirigiram-se em marcha à estação de Conselheiro Paulino, por *motu proprio*, para impedir que o trem descesse até a cidade.<sup>103</sup> Chegando lá, arrancaram trilhos e colocaram pedras em vários pontos na via férrea, impedindo não só a partida do trem mineiro, como o de Cantagalo. Aproximando-se o trem que vinha de Porto Novo, os populares intimaram o maquinista a parar e retroceder, ficando proibidos de seguir por Nova Friburgo. Os encarregados do trem bem como o engenheiro ofereceram no início alguma resistência, mas, vendo ser inútil qualquer atitude diante da turba enfurecida, voltou o trem para a Vila de Sumidouro. Os populares obstruíram ainda um pontilhão entre a estação de D. Mariana e a de Conselheiro Paulino. Os trens dessa estação só foram liberados depois que os três médicos

---

<sup>103</sup>. Já no artigo publicado em 24 de janeiro de 1895, denominado “Pronunciamento Popular”, o número de populares envolvidos no pronunciamento era calculado entre 400 e 500 pessoas.

intendentes supervisionaram pessoalmente o processo de desinfecção.<sup>104</sup> Afinal, os populares não eram tão “bestializados” assim, como os chamara Souza Cardoso:

A população mostra-se inquieta, e seu descontentamento foi aumentando, quando teve a sciencia do resultado infructifero da comissão.

O que alli parecia um simples regato, tornou-se em caudaloso rio e successivamente avolumando-se as águas, estas formaram um mar que parecia querer tudo tragar. O povo é assim, manso cordeiro deixa sua brandura e torna-se furioso como o leão, quando o ferem.

Não há maior ferida nem mais grave que a que vem do desprezo.

A população exigia a suspensão do trem e ficou suspenso, ante a força do grupo. (*O Friburguense*, “Pronunciamento Popular”, de 1895.)

Ocorria ainda outro problema diretamente relacionado à questão da higiene no município: o abastecimento de água. Não obstante a abundância dos seus mananciais, da excelente qualidade da água, abrigando inclusive o maior estabelecimento hidroterápico da América Latina, a população em geral ficou mal servida desse precioso líquido, tão necessário à higiene pública. Mesmo o aumento do número de chafarizes não correspondeu satisfatoriamente à necessidade pública, segundo o editorial de *O Friburguense* de 12 de março de 1893, visto que a população aumentava consideravelmente a cada ano. Era necessário que o abastecimento de água chegasse aos prédios de toda a população, já que a classe menos favorecida de fortuna, residindo em locais mais distantes dos chafarizes, não tinha como buscá-la, nem quem se encarregasse desse serviço.<sup>105</sup>

<sup>104</sup>. Theodoro Gomes fez carta aberta à população para dar publicidade sobre as ações que a Intendência vinha tomando no sentido de prevenção contra as doenças. Chamou os que obstruíram a estrada de ferro de anarquistas e declarou que a publicidade das medidas que a Câmara vinha tomando era não só em razão do dever do cargo que ocupava, como ainda para “não cohonstar violências inúteis e reprovadas”. Entre outras medidas que tomara, conseguiu junto à diretoria da estrada de ferro uma turma fixa especial de pessoal para o serviço de trens de Niterói à estação de Mariana e vice-versa; carros e bagagens oriundos de lugares com surtos epidêmicos eram diariamente sujeitos à desinfecção; todos os passageiros procedentes da zona infeccionada e que permaneciam na cidade ficavam sob observação médica durante o prazo da incubação da moléstia, calculado entre cinco e oito dias. Outra medida era a severa vigilância a todos os empregados da estrada de ferro, já que estes trafegavam por zonas epidêmicas.

<sup>105</sup>. Se formos considerar os pontos em que estavam localizados, somente nas ruas principais do núcleo urbano havia chafarizes, ficando os arrabaldes desprovidos desse tipo de serviço: “(...) É verdade que antigamente só tínhamos o chafariz do suspiro, que supria água à população; depois fez-se o chafariz da Rua Gal. Osório, em frente ao nosso estabelecimento; seguiu-se o da Praça 1º de Março e os da Rua Gal. Andrade Neves, perto do Hotel Salusse, Rua Três de Janeiro, além do estabelecimento hidroterápico e removido

(...) É preciso que a água corra no palacete do rico, ou capitalista, assim como na casa do pobre ou do operário (...) não se negue água a ninguém (...). (*O Friburguense*, “Água”, de 12-3-1893.)

Sem a distribuição de água, era impraticável o projeto higienista para Nova Friburgo.

Em 1893, parecia que a cidade resolveria a questão do abastecimento de água, do esgoto e da iluminação elétrica de uma só vez. Dois engenheiros, Joseph Lynch e Alexandre Gatto, concorreram para a realização de um estudo sobre essas três matérias e para fornecer as bases do edital de licitação. Vencendo Joseph Lynch, foram apresentados por ele, no início de 1894, os estudos preliminares sobre serviços de abastecimento de esgoto, águas pluviais e iluminação elétrica, conforme a ata da Câmara publicada em *O Friburguense* de 16 de setembro de 1893. Debateu-se na Câmara se se criavam novos impostos ou se se obtinha um empréstimo para a consecução desse projeto, optando-se pela segunda hipótese, uma medida mais política, já que os eleitores não gostariam de pagar mais impostos. Em dezembro de 1894, a Câmara Municipal, em sessão extraordinária, autorizou seu presidente a contrair com o estado o empréstimo da quantia de 800 contos de réis, destinados a esses serviços, ficando ainda o presidente autorizado a incluir, nos orçamentos anuais de despesa, verba especial para o pagamento de juros e para amortização desse empréstimo, registrava *O Friburguense* de 1 de dezembro de 1894. Com esse projeto, Nova Friburgo ficaria livre dos miasmas, consolidando a sua representação de cidade salubre e abastecendo com água potável todas as residências da cidade, “desde a casa do opulento até a choça do pobre”. Como constava das atas da Câmara publicadas em 3 de maio de 1894 em *O Friburguense*, o projeto de Joseph Lynch para o saneamento da cidade era composto de planta geral de 1:4.000 de todas as edificações, ruas, estradas, lampiões públicos, cursos d’água, chafarizes, rede de esgotos e valas existentes. Incluía ainda os perfis longitudinais de todas as ruas, o desenho para a

---

ulteriormente para o princípio da rua; o da praça da cadeia, o da Rua Gal. Argollo (...) outro na mesma rua em frente à fábrica de cerveja, o da villagem Leuenroth, e mais algum que não teve ainda o gosto de ser molhado pelo precioso líquido (...).” (*O Friburguense*, “Água”, de 12-3-1893).

instalação de luz elétrica, a memória descritiva e o orçamento para cada um dos serviços de abastecimento de água, esgotos de materiais fecais, águas pluviais e luz elétrica:

(...) É bom que os proprietários desta cidade se lembrem que todo valor do que possuem reside exclusivamente no bom clima que aqui se gosa; o dia que desaparecer este factor importantíssimo, as propriedades ficarão seguramente sem valor; basta citar os tristes exemplos de Cantagallo, Vassouras, Barra Mansa e outras cidades não há muito afamadas pela sua salubridade. Temos, pois, que fazer toda sorte de esforços e sacrifícios para conservar esse excelente clima em toda a sua pureza por meio de melhoramentos indispensáveis entre os quaes sobressaem as águas e os esgotos. (*O Friburguense*, “O Empréstimo Municipal”, de 29-3-1894.)

No tocante à iluminação da cidade, a população festejava esse progresso, que equipararia Nova Friburgo a sua rival Petrópolis, possuindo como ela, ainda no final do século XIX, iluminação elétrica:

Se fala a bom par de mezes  
Em luz por electricidade,  
Que deslumbre todas as ruas  
Desta mimosa cidade.

O povo espera. Esperemos  
Por essas lanternas puras,  
Mas enquanto não nos chegam,  
Nade a cidade ás escuras.  
(*O Friburguense*, “Versos a Correr”, de 26-4-1894.)

Em meio a alguma burocracia, somente alguns anos depois foi feita a licitação para as obras do reservatório, ganhando a concorrência a firma Proença & Duarte Pimentel. Contudo, apesar de o projeto de Joseph Lynch ser considerado um trabalho que fazia honra à engenharia brasileira, o engenheiro da municipalidade não o seguiu, tornando a obra extremamente dispendiosa. Segundo *A Sentinella* de 31 de julho de 1898, a obra era um verdadeiro “aleijão” assentado em terreno impróprio, até porque a área desapropriada pertencia ao então presidente da Intendência, Carlos Engert, que se beneficiou superfaturando o valor do imóvel.

No final do ano de 1899, a municipalidade não havia ainda concluído a obra encetada, apesar de boa parte do orçamento já se ter esvaído como água nessa fase preliminar. Ainda segundo o editorial de *A Sentinella* de 20 de agosto de 1899, quase todo o valor emprestado

pelo estado foi absorvido no trabalho de captação e de canalização até a caixa de distribuição, achando-se ainda por fazer todo o serviço de derivação. O dinheiro do empréstimo, já praticamente esgotado, não havia sido suficiente para distribuir água para toda a população, apenas se beneficiando desse serviço parte dela. Como sempre, os mais prejudicados foram as classes menos favorecidas, que continuaram a se prover tirando água dos rios e de cacimbas, como atestava *A Sentinella* de 29 de outubro de 1899 (“A Peste”).<sup>106</sup>

Mas, apesar do aparente fracasso, o discurso higienista estava internalizado entre os friburguenses, fazendo parte do cotidiano da cidade:

(...) Já os beijos foram condenados pelos higienistas como bons conductores de micróbios pathogenicos e, portanto vehiculos de epidemias.

Agora é o aperto de mão, o amplexo do amigo condenado pela boa hygiene.

(...)

Quanto seria perigoso encontrar-me, já não digo com um marmanjo destes que lavam as mãos somente de quinze em quinze dias, mas, com uma dessas moças que tem as mãos como se fossem palmas dos anjos, assetinadas, róseas, banhadas pelo orvalho crystallino da aurora; e não poder estender-lhe a minha mão dizendo:

Toque, moça!

E isto receioso de crusando as nossas mãos receber eu o micróbio do amor, da tentação que são epidemicos e contagiosos (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 1896.)

Na revista dos acontecimentos de Nova Friburgo intitulada *Alhos e Bugalhos*, a febre amarela era também ironizada. Um certo “Dr. Manso”, que se encontrava com a moléstia, dizia em tom sepulcral:

Ser jovial e ter toiletas caras,  
são cousas raras nas epidemias;  
Mas eu que vivo fin-de-sièclemente  
Acho decente ter taes phantasias.

Embora filha da África tão cálida,  
Embora pallida eu sou um peixão;  
E ando na ponta quando um clima tepido  
Torne mais lepido o meu coração.

Sou limpa embora as immundicies ame

<sup>106</sup>. A população abastada da cidade nunca chegou a ter problemas de abastecimento de água, já que a maioria obtinha da Câmara Municipal autorização de penas d’água. A Fonte do Suspiro, por estar localizada na região central da cidade, foi a que mais teve o curso de suas águas desviado para residências particulares. Essa fonte, maior local de lazer da cidade, ficava por vezes completamente seca.

Talvez infame nestes pensamentos,  
 Affronto a hygiene e adoro as vallas sujas  
 Que as dita cujas são meus elementos.

Gosto de ver marcado nos barômetros  
 E nos thermometros muito calor,  
 Sinto que as vallas que aqui vejo inúteis  
 Hão de ser úteis para o meu amor.  
 (*O Friburguense*, de 15-9-1895.)

Um fator que provavelmente causava apreensão na cidade era a população flutuante, por ser bastante significativa. Talvez pela primeira vez os friburguenses não achassem vantajoso ser Nova Friburgo considerada a cidade salubre, recebendo doentes de todas as regiões. Já que fugiam de locais infectados, poderiam esses veranistas estar contaminados? Trariam as doenças de suas localidades? A cidade pagava durante as epidemias de doenças infecto-contagiosas um alto preço pelo seu clima salubre, suas águas puras e cristalinas, enfim, por sua atmosfera, que auxiliava na convalescença de doenças e evitava a propagação de outras. O que concorria, todavia, para atenuar esse nível de tensão eram as condições geográficas e climáticas do município. Uma das barreiras de proteção contra as epidemias no imaginário dos friburguenses eram suas montanhas, bem como as condições climáticas do município, frio e seco. Mas, apesar disso, o poder público procurava empregar todos os meios higiênicos preventivos. “Antes prevenir que remediar”, já se dizia na época:

(...) Se essa terrível moléstia tem quebrado a sua impetuosidade e a sua feresa de encontro as montanhas que circundam a formosa cidade de Nova Friburgo, recuando espavorida, compellida pelas virtudes inexcedíveis e celestiaes do clima privilegiado deste lugar, não é razão para cruzarmos os braços e ficarmos mudos, estáticos e indifferentes (...).

(...) Não devemos pois haver facilidades, repetimos, sobretudo, neste momento que parte da população de Cantagallense tem immigrado para aqui (...). (*O Friburguense*, “Alerta Ainda!”, de 19-4-1891.)

A chegada da linha férrea recrudescu o afluxo de pessoas para Nova Friburgo que fugiam das terríveis epidemias que grassavam em suas cidades durante a estação calmosa. Mas não eram somente os que fugiam de doenças de seu torrão natal que migravam para Friburgo.

Durante todo o ano, o município recebia também indivíduos que procuravam o clima da cidade para se convalescer de doenças como o beribéri e a tuberculose, essa última uma das que mais ceifavam vidas naquela época. Esses indivíduos vinham para Friburgo geralmente quando passava o período da estação calmosa, quando tinha lugar a denominada “estação do baú”, que se caracterizava pela modéstia arcaica da bagagem (Schapochnik, 2006, p. 445). É interessante a crônica “Friburgo”, publicada em 1858, de autoria de J. A. C. Nabuco de Araújo, que demonstra como a representação de Friburgo como cidade salubre remontava a meados do século XIX:

Foi pois, com soffreguidão, que resolvemos residir por algum tempo em Friburgo, onde centenas de pessoas tem recuperado a saude. O milagre que seu bello clima opera todos os dias, são geralmente reconhecidos, até no estrangeiro e apreciada a bôa fama, de que gosa esse preciosissimo torrão, verdadeira maravilha da província do Rio de Janeiro, mil vezes preferível a humida Petropolis.

Nesse clima tem a Medicina recurso prompto para certas moléstias graves, que em curto espaço de tempo realisa aquillo, que ella não pôde conseguir, apezar de afanosos esforços e de esgotado um immenso arsenal de meios therapeuticos. Lá tem ressuscitado, para bem dizer, doentes desenganados pelos mais abalisados médicos, que ficam sorprendidos, quando os vêem voltar fortes, nédios, inteiramente restabelecidos. (*O Friburguense*, “Friburgo”, de 26-4-1891.)

Essa convergência de pessoas para Friburgo durante décadas, em razão de seu clima vivificador, para fugir de epidemias ou restaurar sua saúde, acabou gerando nos munícipes a percepção de que seu torrão natal era um sanatório a céu aberto, criando a representação de cidade salubre, que perdurou durante longos anos até ser rompida nos primeiros decênios do século XX, quando Friburgo passou a ter outro tipo de representação: a de cidade industrial.<sup>107</sup> Atualmente, se indagarmos um friburguense sobre que tipo de representação ele tem de sua cidade, provavelmente irá responder: a capital da moda íntima. Contrariamente, o friburguense oitocentista iria responder de outra forma: a cidade da saúde.

---

<sup>107</sup>. “(...) Friburgo é hoje um centro grandemente industrial (...)” (*O Friburguense*, “Friburgo Hoje”, de 22-10-1933).

Clima vivificador, mimosa bonina, beleza primitiva, águas frescas e cristalinas vindas do Empíreo expressamente para aliviar as mágoas e os sofrimentos, ou, ainda, clima privilegiado que encerra a virtude de tornar redivivos os que se acham na derradeira luta da natureza contra a morte. Eis o panteão de imagens simbólicas de Friburgo naquela época. Defendia-se essa representação de cidade salubre a todo custo. Quando certa feita surgiu nos jornais da capital que em Friburgo teriam aparecido diversos casos de cólera, o articulista protestou:

(...) conspiram traiçoeiramente com o malévolo intento de prejudicarem a boa reputação de que goza esta cidade pelo seu afamado e incomparavel clima, esta folha da qual sou ínfimo rabiscador, não descuidando-se do seu dever e reconhecendo o quanto aquelles “cujos “ se empenham nos seus egoisticos interesses, e das vantagens que elles contam auferir com o decahimento desta cidade (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 1894.)

O modo de ver Friburgo como a cidade-saúde perpassou todos os discursos e comportamentos no município no final do século XIX, tendo sido relacionados alguns trechos que comprovam esse tipo de representação, além do que já dizia *O Friburguense* de 22 de fevereiro de 1891, num artigo sobre a cidade:

O clima é excellente, superior ao de todos os outros povoados do Estado do Rio de Janeiro, inclusive o da cidade de Petrópolis que já foi imperial e actualmente gósa dos foros de capital.

A água é pura, fresca, crystallina, abundante não só em quantidade, como no número de milagres que tem operado; a agua que desce das montanhas e das cascatas de Friburgo, não tem igual, é incomparável.

O clima e a água desta abençoada terra, dão alento aos vivos e ressussitam os mortos; pode-se afoitamente dizer (...).

Friburgo podia ser hoje a primeira cidade do estado do Rio de Janeiro em tudo, como é e sempre foi a primeira no clima saudável e na água de milagres prodigiosos (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 29-12-1895.)

(...) quem não teve ainda a ventura de conhecer a cidade de Nova Friburgo, pittoresca cidade de verão, que não tem igual, pela excellencia de seu clima incomparável e vivificador. Gosando das frescas e crystallinas águas de Friburgo estão muitas famílias e cavalheiros (...) uns ocupando prédios alugados e outros hospedados nos hotéis, que aqui tem, de primeira ordem (...). (*O Friburguense*, “Echos de Friburgo”, de 1896.)

(...) O tempo vae correndo favorável aos passeiantes. Dias esplendidos! O sol doira as altas montanhas que nos cercam.

As manhãs agradam com sua frescura. As noites encantam com o seo céu bordado de fulgurantes estrellas.

Que natureza invejável. Que encantadora terra, a formosa Friburgo, a Suíça brasileira, mimosa bonina das cidades do estado do Rio de Janeiro.

Cala-te humida Petrópolis, humilha-te estreita e ventosa Theresópolis! A verdade é uma só.

Friburgo, não tem rival! (*O Friburguense*, “Vida Friburguense”, de 3-4-1892.)

Dizendo que o clima da formosa cidade de Friburgo é excelente (...); Afirmando que Friburgo, a modesta Suíça brasileira, é incomparável pelas suas águas puras e cristalinas; Proclamando os encantos dessa formosa terra que nos oferece a sublimidade e o esmero das suas riquezas naturais (...). É repetir o que está ao alcance da humanidade! É repetir o que todos sabem há muito tempo, desde que existe Friburgo! É repetir que Deus quis que fosse Friburgo! A encantadora e divinal porção de terra brasileira que é a predileta do céu! (...) a beleza dessa terra e a excelência do seu clima vivificador (...) o benéfico clima das montanhas. (*O Friburguense*, de 26-4-1891.)

(...) Não obstante suas proporções e riquezas naturais, a sua abundância e pureza de águas e excelência do seu clima como não há igual no estado do Rio de Janeiro (...). Nova Friburgo é a mais bela cidade do estado, é a flor da região fluminense, tem encantos e atrativos surpreendentes, como afirmam os que prestam preito a verdade. (*O Friburguense*, “A Capital do Estado III”, de 29-1-1893.)

Quem diria que esta cidade tão celebrada e cantada como a mais saudável do estado do Rio de Janeiro (...). Aqui não teve licença para entrar a febre amarela. O Cholera-morbuys debalde tem parafusado. A varíola ri-se, mas foge, espavorida e açoitada pelos desinfectantes. A hydrophobia, está a cargo do fiscal combatel-a (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 26-3-1893.)

(...) O que ninguém poderá negar é que, Friburgo é uma cidade cheia, riquíssima de elementos naturais, encantadora, amena, aprazível, que tem merecido olhares benéficos do céu, que tem causado inveja a humida Petrópolis, que tem como rival apaixonada Theresópolis, é como tenho dito muitas vezes, como sempre hei-de dizer, como jamais cançarei de repetir: a bonina do estado do Rio de Janeiro (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 4-6-1893.)

(...) Friburgo, que é um dos lugares mais salubres do nosso Estado, não pode sofrer em seus créditos, adquirindo fama oposta, simplesmente pela incúria censurável de sua edilidade (...). (*A Sentinella*, “Os Porcos e o Lixo”, de 24-4-1898.)

(...) a vasta cordilheira de montanhas gigantesca que cercam esta terra formosa que todos amamos, que ninguém pôde deixar de amar-a, porque ella só faz bem, com o seu incomparavel clima e suas águas virtuosas. (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 4-1-1894.)

(...) o que se pôde afirmar é que, Friburgo, é uma cidade desamparada, salvo a Providência Divina, que dotou-a de encantos naturais, boas águas e clima incomparável (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 8-4-1894.)

(...) No grande estabelecimento Hydrotherapico, as maravilhosas curas dos tuberculosos e dos beribericos, patenteiam de modo indestructivel as vantagens e o poder da hydrotherapia, ajudada pelo benéfico clima deste abençoado canto da terra fluminense. (*O Friburguense*, “Vida Friburguense”, de 3-4-1892.)

(...) Não é só a luz do sol que doira os píncaros cobertos de vegetação destas poéticas montanhas por entre as maravilhosas cascatas de cristalinas águas que correm agitadas pelas brisas fagueiras e perfumadas deste jardim eterno que se chama Nova Friburgo. (*A Sentinella*, “O Seio de Abrahão”, de 14-8-1898.)

Exatamente como Petrópolis, Nova Friburgo patenteara por todo o Estado do Rio a sua marca de cidade de veraneio. Esse tipo de representação do município era partilhado, de forma geral, entre todos os que conheciam a cidade. O governo federal chegou a iniciar

negociações com Carlos Engert para instalar novamente no município uma enfermaria de beribéricos no Hotel Leuenroth, de sua propriedade, já que Friburgo tivera anteriormente um local para tratamento desse tipo de moléstia. Outrora, a enfermaria de beribéricos funcionava na Rua Gal. Osório, tendo sido extinta em 1890. Os doentes foram, na ocasião, transferidos para a enfermaria de Copacabana, no Rio de Janeiro, segundo *O Friburguense* de 28 de setembro de 1890. A notícia produziu um grande alarido entre a população, e os vereadores logo se manifestaram contra a vinda de tal enfermaria, pois iria comprometer a salubridade de Friburgo, já que o hotel se localizava dentro da cidade, próximo ao Rio Bengalas, que servia à população, afirmava *A Sentinella* de 26 de março de 1899 (“Hospital dos Beribéricos”). Na realidade, foi Rui Barbosa, que freqüentava Friburgo na estação de verão, o responsável pela obstrução desse projeto:

(...) a genial penna de Ruy Barboza na defesa eloquentissima e sabia que fez contra a tentativa do estabelecimento de um hospital de beribéricos neste bellissimo logar (...). (*A Sentinella*, “O Beriberi em Friburgo”, de 20-4-1899.)

As práticas higienistas, corolárias da representação de cidade salubre, tinham sido incorporadas ao cotidiano da cidade, principalmente quando o município passou a depender da riqueza gerada pelo afluxo sistemático de veranistas, em que boa parte da população, direta ou indiretamente, passou a beneficiar-se da nova ordem econômica.

### **2.3. A Cidade Febril e a Cidade Salubre: a Nova Ordem Econômica de Nova Friburgo no Final do Século XIX**

Quem dera eu pudesse agora poder respirar o ar puro e embalsamado d’essa pittoresca Friburgo, vendo correrem mansamente as águas do Bengala, ou admirando, sentado sobre a relva, a poética fonte do suspiro.

A par do bom clima e do bom sossego, estaria livre a febre amarella que presentemente reina de um modo aterrador. O obituário cresce dia a dia, os hospitais regorgitam de victimas e a medicina emprega todos os meios ao seu alcance para abrandar o mal.

Tudo inutilmente!

Ainda na semana passada, na quinta-feira, vi uma criancinha loura, muito loura, brincando à porta de uma casa, na rua dos Inválidos.

No domingo, quando de novo passei notei que estava um carro fúnebre parado a porta. Alongando a vista percebi, estendido sobre uma pequena mesa de mármore, o corpo da criança morta, que três dias antes vi brincando na porta.

Triste mundo! Triste realidade. (*O Friburguense*, “Cartas Fluminenses”, de 1895).

Pode-se iniciar fazendo a seguinte indagação: que influência exerceu o afluxo de veranistas durante a estação calmosa sobre a atividade econômica, a organização social e as vivências coletivas em Nova Friburgo no final do século XIX? Provavelmente diversas e pode-se afirmar que Nova Friburgo teria tido outro destino não fossem as epidemias que grassavam no Rio de Janeiro antes que Rodrigues Alves implementasse a partir de 1902 as reformas urbanas no caudaloso centro da Cidade Velha. O Rio de Janeiro do final do século XIX tinha ainda um aspecto colonial. Suas ruas eram estreitas, sujas e malcheirosas. No centro da Cidade Velha se concentravam o alto comércio, as finanças, os negócios e a vida política do país. Mas também nesse mesmo local circulavam veículos de tração animal, animais e vendedores ambulantes, em meio a quiosques, estalagens, cortiços e biroscas.

“Ano de mangas, ano de febre amarela”, dizia-se à época, expressando em linguagem coloquial a relação que os clínicos estabeleciam entre o calor, a umidade e as epidemias. Imaginemos o seguinte cenário: entre 1890 e 1900, faleceram na zona urbana do Rio de Janeiro, somente de febre amarela, 21.223 pessoas, sendo que os quatro primeiros anos da República foram os mais calamitosos. Nos anos em que a epidemia foi mais virulenta, como em 1894, chegaram a falecer 4.852 pessoas de febre amarela, o que provocava um verdadeiro esvaziamento do centro urbano do Rio de Janeiro (Benchimol, 1999, p. 34 e 431). Se acrescentarmos outra doença que ceifava não menos vida, a tuberculose, que no mesmo período matou 26.530 pessoas, poderíamos supor o quanto as cidades serranas se beneficiavam do infortúnio vivido pela capital federal, cujos habitantes buscavam refugiar-se das epidemias ou convalescer-se em climas frios e serranos, conforme prescrições médicas da época. Como esses veranistas compulsórios eram pessoas abastadas, provavelmente essa

migração impulsionou a estrutura econômica de Nova Friburgo e transformou suas sociabilidades, já que os próprios veranistas procuravam promover uma programação para os enfadonhos meses na então provinciana Nova Friburgo.

Como a área rural já vinha sofrendo problemas com a escassez de mão-de-obra e o sistema de transporte, é possível afirmar que a agricultura em Nova Friburgo não era mais a base econômica do município no final do século XIX, tendo sido suplantada pela receita que o turismo vinha gerando aos cofres municipais, seja pelo recrudescimento do comércio, seja pela arrecadação cada vez maior de impostos sobre prédios da décima urbana, que aumentava a cada ano. Em *O Friburguense* de 18 de setembro de 1892, no editorial “Pela Lavoura”, o articulista do jornal, ao traçar o perfil dos agricultores de Friburgo, descreve-os como sendo indivíduos pobres, sem empregados, sendo raros os que podiam pagar os salários de “camaradas”. A ausência de técnica, dependendo tão-somente de seus escassos braços, foi ainda outra característica destacada pelo articulista. Inicialmente, serão aduzidas as razões pelas quais a agricultura não era mais representativa em termos econômicos.<sup>108</sup>

*O Friburguense* publicou alguns dados extraídos do recenseamento de 1900 em relação ao primeiro distrito de Friburgo, que contava com 9.763 habitantes. Levando-se em conta que, segundo o censo,<sup>109</sup> a população total de Friburgo era de 16.117 habitantes, denota-se que os distritos considerados regiões rurais, como Lumiar e Sebastiana, encontravam-se decadentes, já que a maior parte da população estava no primeiro distrito, visto como a urbe de Friburgo.

---

<sup>108</sup>. Percebe-se que Friburgo não era auto-suficiente em diversos produtos agrícolas, importando os de primeira necessidade: “(...) Não há razão plausível para esse extraordinário aumento de preços. É justo que haja um pequeno accrescimento, em vista do frete exagerado que se paga á estrada de ferro Leopoldina pelo transporte de gêneros (...)” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 8-2-1894).

“(...) Tudo vai correndo optimamente bem, menos o serviço de transporte de cargas pela estrada de ferro Leopoldina, que é muito moroso e caríssimo, de modo que há falta de gêneros de primeira necessidade, e os que há vendem-se por preços muito elevados, soffrendo a população immensos prejuizos com tal estado das cousas (...)” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 18-10-1894).

<sup>109</sup>. Só para relembrar, conforme exposto no primeiro capítulo, esse censo não traduzia a realidade demográfica de Nova Friburgo. A população, na verdade, aproximava-se de 23 mil habitantes, segundo o periódico.

De acordo com Eric Hobsbawm (2006, p. 77), a definição habitual de um “cidadino” no século XIX era alguém que vivia num lugar com mais de 2 mil habitantes. Logo, essa supremacia do urbano sobre o rural comprova que houve esvaziamento do campo em razão de algumas dificuldades; resta saber quais teriam sido elas.<sup>110</sup>

Conforme dito anteriormente, a economia agrícola de Nova Friburgo baseava-se na pequena propriedade desde sua colonização, diferenciando-se da realidade nacional, em que a opção pelo latifúndio ligou-se ao pressuposto da conveniência da produção em larga escala. O temor era que pequenos proprietários autônomos tendessem a produzir para sua subsistência, vendendo no mercado apenas um reduzido excedente, o que contrariaria os objetivos do empreendimento mercantil (Fausto, 2006, p. 21). Como a produção agrícola brasileira sempre esteve voltada para o mercado externo, que exigia imensas extensões cultivadas e grande aporte de capital, a pequena propriedade tornou-se periférica, já que o pequeno produtor não poderia enfrentar a oscilação de preços no mercado mundial, nem adquirir escravos ou tampouco cuidar do sustento da mão-de-obra livre e realizar despesas com instalações técnicas e habitacionais. O latifúndio escravista impediria o desenvolvimento da pequena propriedade e as experiências de colonização falharam dentro dessa estrutura, pois faltava ao colono mercado que consumisse seus produtos e as melhores terras estavam nas mãos da aristocracia agrária (Costa, 1985, p. 278). Logo, em razão dessa conjuntura, era pouco provável que as pequenas propriedades em Nova Friburgo se tornassem prósperas.

No final do século XIX, Nova Friburgo possuía duas importantes áreas agrícolas: a região de Macaé de Cima e Sebastiana. Na região de Macaé de Cima, existiam os povoados de São Pedro e Lumiar, onde a lavoura predominante era o café, cujo plantio foi iniciado

---

<sup>110</sup>. Ver o artigo “Recenseamento”, de *O Friburguense* de 3 de março de 1901. De acordo com este censo, dos 9.763 habitantes do primeiro distrito, 4.198 sabiam ler e 5.565 eram analfabetos, sendo que no número de analfabetos estavam compreendidas as crianças. Um dado curioso era que havia 23 idosos acima de 80 anos, dos quais 12 tinham mais de 90 anos. Maria de Queiroz declarou ter 120 anos.

pelos descendentes de colonos suíços e que remontava à colonização do município.<sup>111</sup> Já na região de Sebastiana, como dito anteriormente, prevaleciam a produção de cereais, como o trigo e a cevada, e o plantio de frutas próprias dos climas frios, como pêsego, pêra, maçã, marmelo, uvas, encontrando-se inclusive nozes, cerejas e amoras. Sebastiana possuía ainda criação de gado bovino, eqüino, suíno, ovino e uma pequena apicultura, segundo a coluna “Pif-Paf”, de *O Friburguense* de 23 de novembro de 1893. Houve um fomento ainda maior da produção agrícola depois que laboriosos imigrantes italianos dirigiram-se para essa região, contribuindo ainda mais para a prosperidade do distrito. Sebastiana comercializava seus produtos, através de Magé, para a capital federal e ainda para o mercado interno de Friburgo.

Pode-se afirmar que a deficiência no sistema de distribuição da produção agrícola também impediu o desenvolvimento da lavoura no município. Os lavradores de Sebastiana tinham sérios problemas de escoamento de seus produtos agrícolas em razão da falta de linhas férreas em seus núcleos produtores. Reivindicavam com a Companhia Leopoldina um ramal férreo que, partindo da estação de Marianna, passasse pelos povoados de Campina, Bom-Sucesso e Sebastiana em direção a Teresópolis, mais próxima da capital, onde se encontrava o mercado para os seus produtos. Comprometiam-se a colaborar com a companhia, servindo de guias práticos nos trabalhos de exploração, oferecendo hospedagem às turmas de estudo, abrindo mão de indenização dos terrenos desapropriados para a passagem da estrada de ferro e cedendo igualmente de suas propriedades a lenha e a pedra necessárias para o assentamento da linha, testemunhava o editorial de *A Sentinella*, “A Representação”, de 3 de abril de 1898. Porém, essa reivindicação dos agricultores nunca foi atendida, o que os induzia a continuar a transportar seus produtos aos mercados pelo antigo sistema de condução por animais, através de tropeiros. Mas as dificuldades continuavam. O sistema de transporte por condução animal era deficitário,

---

<sup>111</sup>. Quando o governador Francisco Portella esteve no povoado de São Pedro em 1 de novembro de 1891, fez questão de visitar os descendentes de colonos suíços e alemães, examinando a “rica zona cafeeira e que tanto concorre para o aumento das rendas públicas” (*O Friburguense*, “Districto de S. Pedro”, de 1-11-1891).

havendo poucos indivíduos em Sebastiana que dispunham de tropas a frete. Contribuíam para agravar essa situação as péssimas condições das estradas, os altos preços dos animais, da alimentação e do trato destes, além da deficiência de recursos humanos no ofício de tropeiro, conforme a coluna “Solicitadas”, de *O Friburguense* de 28 de maio de 1893. Diante dessas circunstâncias, os agricultores da região ficavam nas mãos de um pequeno grupo que monopolizava o frete e estabelecia preços, numa espécie de cartel.

Já o café da região de Macaé de Cima tinha problemas em função da prestação de serviço da Companhia Leopoldina, que era extremamente precária. Se, por um lado, a estrada de ferro incrementou o afluxo de pessoas a Friburgo, dinamizando o turismo, em relação à agricultura poderia ter contribuído muito mais para o desenvolvimento desse setor. Friburgo dependia da malha ferroviária não somente para o abastecimento interno, como também para a exportação de seus produtos para a capital federal.<sup>112</sup> O transporte do café e de mercadorias era lastimável, causando enormes prejuízos aos agricultores. Povoavam o jornal notícias de prejuízos de lavradores e comerciantes. O autor de uma reclamação publicada em *O Friburguense* de 1894 afirmava que a companhia causava grande prejuízo, paralisando as transações comerciais, “entorpecendo a lavoura já tão decaída” e extinguindo a pequena indústria.

É significativa uma carta de um grande produtor de café de Duas Barras que escreveu ao jornal:

Aprecio muito as ferroadas na directoria da estrada Leopoldina, pois este serviço é peor que se pode encontrar. Cargas levam um mez e mais despachadas sem que cheguem ao seu destino e quem nos paga este prejuizo, assim como acontece agora com a baixa do café, e ainda querem que lhes paguem armazenagem (...). (*O Friburguense*, “Estrada de F. Leopoldina”, de 25-9-1892.)

---

<sup>112</sup>. A população sofria com o abastecimento de gêneros de primeira necessidade. Um dos motivos dos aumentos de preços dos alimentos era devido à Companhia Leopoldina, que extraviava, danificava ou não entregava as mercadorias, contribuindo para a sua escassez na cidade e aumentando-lhes o preço (*O Friburguense*, “E. de F. Leopoldina”, de 25-2-1894.)

As estações ficavam abarrotadas de sacas de café sem seguirem o seu destino, provocando graves danos aos produtores em razão da oscilação do câmbio, que influía diretamente no preço do café. As principais reclamações eram as dificuldades no despacho de cargas, a demora na entrega, o excessivo encarecimento dos fretes, a violação dos volumes com roubo de mercadorias, o extravio das cargas ou ainda a falta de zelo no transporte das mercadorias, ficando muitos gêneros apodrecidos, mofados ou quebrados. Uma remessa de café da estação de Murinelly, feita em janeiro, não havia chegado à capital em 15 de março, denunciavam os editoriais de *O Friburguense* de 8 e 15 de março de 1891. Um comerciante italiano de vinhos reclamava que havia levado 19 dias para que uma carga importada da Itália pelo porto do Rio de Janeiro chegasse a Friburgo. A situação era tão crítica que pelos cálculos efetuados, considerando a demora que levavam os produtos entre a capital federal e Friburgo ou alhures, as mercadorias fluíam mais rapidamente e por menor custo através do sistema de tropas. Em algumas cidades do estado, produtores voltaram a utilizar o transporte por meio de condução animal, usando os serviços de tropeiros, um verdadeiro retrocesso no sistema de transportes. De nada adiantavam as reclamações, pois os responsáveis pela companhia faziam ouvidos moucos aos apelos dos usuários do serviço. O governador do estado, a quem também se dirigiam as reclamações, era indiferente aos problemas vividos pelos agricultores. Os prejudicados não conseguiam obter qualquer ressarcimento dos prejuízos, transparecendo, segundo *O Friburguense* de 25 de fevereiro de 1894, que a Companhia Leopoldina se considerava um “Estado no Estado”:

Cada dia que se ecoa n'este século das luzes é mais uma prova evidencial que temos de que não comprehende-se as cousas n'esta terra brazileira, onde canta o sabiá (...) a lavoura tem sido o bóde espiatório, o commercio experimenta iguaes amarguras, a industria lucha com idênticos embaraços (...). Estamos batendo os umbraes da mizeria! (...) São taes os males que tem soffrido a população que depende do serviço da estrada Leopoldina que só de ouvir-se este nome sente-se conturbar-se o espirito (...). (*O Friburguense*, “Duas Palavras”, de 30-10-1892.)

No transporte de passageiros, já era notório o atraso dos trens, não chegando, porém, a prejudicar a afluência dos veranistas, cientes dos limites e da deficiência dessa companhia. Os trens vindos da capital federal chegavam diariamente com atraso, que variava de uma a três horas, e o povo “sofria da macaca” por conta disso. A companhia justificava-se dizendo que a demora era em decorrência dos “encontros de trens”, descarrilamentos e baldeações, segundo ainda aqueles mesmos editoriais de *O Friburguense* de 8 e 15 de março de 1891 e o noticiário de 8 de outubro de 1893. As estações eram descritas como um tropel confuso de passageiros, mercadorias e curiosos, cuja sujeira era tanta que cavalheiros e senhoras precisavam acautelarem-se para não deixar a roupa borrada ou rota. Ficavam tão abarrotadas de mercadorias, não despachadas no devido tempo, que, acumulando-se, acabou suprimindo a sala de espera, de modo que as senhoras não gozavam mais do favor de terem um aposento reservado para descanso, testemunhava *O Friburguense* de 2 de agosto de 1891. Há o registro de uma anciã doente que esperava o trem e teve de se sentar em cima de um amarrado de vassouras, pois não havia mais bancos na estação. Os trens da noite normalmente não eram limpos e, para tirar o aroma desagradável deixado pelos passageiros anteriores, era preciso empregar algumas garrafas de água de Labarraque. Segundo relatos, o “*water-closet*” era tão repugnante que os passageiros temiam morrer sufocados, não havendo água nos depósitos para higiene nem tampouco para beber. Não bastasse tudo isso, ainda havia os acidentes. Em 21 de junho de 1891, o trem de cargas que partira às 19 horas descendo a serra arrebentou um pino do trem no Km-92 e com o solavanco diversos vagões descarrilaram, caindo no abismo da serra, onde faleceram muitas pessoas, noticiava *O Friburguense* de 28 de junho de 1891.

O segundo ponto que contribuiu para o declínio da lavoura foi a falta de mão-de-obra, sendo um dos depoimentos mais significativos o do major Manoel Antônio Carrilho. Regressando a Friburgo em 1892, depois de uma excursão às mais importantes fazendas dos municípios vizinhos, quando realizava um estudo a respeito da fertilidade dessas áreas,

constatou que o que mais contribuía para o definhamento da cultura do café era a falta de braços:

(...) um dos males que observou, o mais importante, que poderosamente concorre para o definhamento da cultura do café, é a falta de braços, mas que mesmo assim é ella a fonte principal da riqueza do estado do Rio de Janeiro. (*O Friburguense*, de 29-5-1892.)

Essa carência era tão crônica que provocava pavor e alvoroço entre os agricultores de Friburgo o recrutamento de jovens para o Exército e a Armada no município. Justifica-se essa apreensão em virtude de os pais perderem braços na lavoura, já que a economia era de base familiar, sendo poucos os que tinham “camaradas” que os auxiliassem no campo. Segundo a coluna “Pif-Paf”, de *O Friburguense* de 16 de abril de 1893, quando corria o boato de recrutamento, os filhos dos agricultores escondiam-se nas matas, com o auxílio da família, como verdadeiros fugitivos:

Solicitamos, pois, do respectivo delegado de policia daquelle município, as mais urgentes e enérgicas providencias para que esses dois moços aliás dois trabalhadores da lavoura, não sejam mais ameaçados [refere-se à ameaça de recrutamento] e possam continuar tranquillamente no goso de seus direitos (...). (*O Friburguense*, “S. José do Ribeirão”, de 1893.)

(...) Aviso importante: Vai ser aberto o recrutamento. Previnam-se, no sabbado antes do toque de Alleluia, não saiam à rua os homens marca gigante (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 30-3-1893.)

Há uma passagem interessante que comprova essa questão da falta de mão-de-obra. Um grupo de homens negros trabalhadores da lavoura certa feita festejava em uma residência na chácara de Duas Pedras. De súbito, a polícia invadiu o local e prendeu todos os seus ocupantes, sob a alegação de distúrbio da ordem. Nesse episódio, o articulista de *O Friburguense* argumentou que a violência praticada contras esses negros só prejudicava o município, que tanto necessitava de seus braços na lavoura:

(...) Nós carecemos de trabalhadores, **a pequena lavoura** que temos está soffrendo a falta de braços, os que trabalham devem ser bem acolhidos e tratados. Brevemente teremos uma chusma de chins, por que, dizem os sábios, faltam braços para sustentar o trabalho agrícola; não precisamos disso, pois que há trabalhadores nacionaes cujo trabalho melhor producto daria; mas, como havemos de tel-os, se as autoridades os afugentam, se os perseguem por serem elles homens de côr

preta, embora sejam os nossos patrícios? (*O Friburguense*, “A Policia”, de 30-4-1893; grifos meus.)

Os “chins” a que ele se referia era um grupo de chineses que no final de 1893 passou por Friburgo com destino à usina do Novo Engenho Central do Rio Negro, em Laranjais.<sup>113</sup> Curiosa, a população da cidade acorreu até a estação para ver os exóticos trabalhadores chineses, a maioria robusta e simpática, segundo *O Friburguense* de 24 de dezembro de 1893, que via nesse reforço de mão-de-obra a solução para os problemas de carestia dos produtos agrícolas na cidade.

De acordo com a tese de mestrado de Heloísa Serzedello Corrêa (1985), no final do século XIX a maioria dos agricultores proprietários de Friburgo era muito pobre, economicamente modesta, sendo raro encontrar-se um grande fazendeiro.

Uma das questões mais intrigantes, porém, é que a falta de mão-de-obra também atingia os serviços domésticos. Se havia tantos indivíduos migrando para Friburgo, seja de Cantagalo ou de outras regiões, além de outros países, onde essas pessoas procuravam ocupação no município? No caso dos negros egressos da escravidão, haveria uma resistência desses indivíduos a trabalhos que se assemelhassem às antigas tarefas de quando eram cativos? Com relação a Cantagalo, há inúmeros artigos em jornais que falam em sua decadência econômica e, concomitantemente, em uma enorme migração de indivíduos originários dessa cidade para Friburgo:

Alguns jornais que ultimamente lemos noticiam que a febre amarela apareceu **na antiga vizinha opulenta cidade de Cantagalo** (...). (*O Friburguense*, de 12-4-1891; grifos meus.)  
 (...) **o municipio de Cantagallo, outr’ora opulento** e considerado como uma das poucas circumscrições importantes do Estado do Rio de Janeiro (...). Não deve haver facilidades [refere-se à epidemia de febre amarela em Cantagalo], repetimos, sobretudo, neste momento em que **parte da população Cantagallense tem immigrado para aqui**. Ainda uma vez: Alerta. (*O Friburguense*, “Alerta Ainda!”, de 19-4-1891; grifos meus.)

---

<sup>113</sup>. “(...) e se continuar a emigração chinesa, não comeremos mais arroz, pois que será a ella destinado todo o que apparecer no mercado (...)” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 18-1-1894).

Há somente poucos anos livres da escravidão, é provável que os ex-cativos não procurassem atividades assemelhadas àquelas que os escravos urbanos realizavam em um tempo não tão distante, daí provocando uma carência de mão-de-obra nos serviços domésticos em Nova Friburgo. Segundo Emilia Viotti da Costa (1985, p. 341), a liberdade significava para os negros a possibilidade de escolher com quem, quando e como trabalhar e, principalmente, o direito de não fazer nada. O sistema de vida a que estavam habituados dificultou-lhes a adaptação ao trabalho livre, passando o negro a ser um marginal na sociedade. Conforme Sidney Chalhoub (2005, p. 65-70), como pensar no trabalho como algo positivo em uma sociedade que foi escravista durante mais de três séculos? Como “convencer” o liberto a ser trabalhador, logo ele, recém-advindo da escravidão? O conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante e degradante típico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo, tornando-se elemento fundamental para a implantação de uma ordem burguesa no Brasil. Quanto aos brancos, provavelmente não procuravam os trabalhos domésticos, tendo em vista que o trabalho manual foi socialmente desprezado como “coisa de negro” (Fausto, 2006, p. 33). O projeto de repressão à ociosidade e à vagabundagem, elaborado em 1888 pelo ministro Ferreira Vianna, surgiu exatamente para garantir essa mão-de-obra para a classe dominante, além de considerar-se a vadiagem como uma ante-sala para o crime.

Nova Friburgo tinha carência de criado de servir, cozinheiro, pajem, ama-de-leite, ama-seca, jardineiro e hortelão. A falta desses profissionais deveria ser de tal grandeza que um articulista de *O Friburguense* a coloca como um problema de natureza pública e que deveria ser resolvido pela Intendência Municipal. Sua sugestão era que a municipalidade organizasse e regulamentasse esse serviço, estabelecendo a matrícula dos servidores domésticos sob qualquer denominação, fornecendo a eles as competentes cadernetas e fazendo-se nelas as devidas anotações. Sugeriu ainda que se estabelecessem direitos e deveres para os criados e

para os amos, condições de admissão e saída dos servidores contratados, proibição para que os criados deixassem o serviço sem prévio aviso e para que as amas-de-leite não abandonassem os amamentados sem terminar a criação. Na realidade, suas propostas são interessantes no sentido do avanço nas relações de contrato de trabalho, no qual o Brasil ainda estava longe de atingir esse nível de organização. Vê-se pelo texto que o articulista tenta apagar a mancha da escravidão, sendo significativo que ele contrapusesse a situação de então das relações de trabalho às práticas do trabalho escravo, como a ausência de remuneração e os maus-tratos. Ressaltava que o serviço deveria ser pago, sujeito a um bom ordenado, e que o empregado fosse bem tratado.<sup>114</sup>

Pode-se considerar como mais uma prova de que a agricultura não representava mais a base econômica do município o editorial de *O Friburguense* de 3 de maio de 1891 sobre a participação dos distritos na receita do orçamento municipal. Em maio de 1891, São José do Ribeirão, que ainda pertencia a Friburgo, contribuía para o orçamento municipal com a quantia de 2:000\$000; Sebastiana com 1:000\$000; e Macaé e Rio Grande com 500\$. Apesar de o editorial não nos fornecer numericamente a contribuição do primeiro distrito, ou seja, o Centro da cidade, o articulista, porém, afirmava que quase toda a renda municipal era produzida na sede do município, sendo que as maiores arrecadações provinham dos impostos das casas de negócios, das oficinas, dos foros dos terrenos e do laudêmio. Checando vários orçamentos do exercício financeiro do município, depreende-se que a arrecadação do primeiro distrito era infinitamente superior aos de Sebastiana e Lumiar. Só a título de exemplo, a

---

<sup>114</sup>. “(...) Hoje trataremos de uma medida que deve merecer preferência e que não póde ser adiada, sendo conveniente que os cidadãos edis volvam para ella toda a sua atenção. Solicitamos medidas enérgicas e urgentes que regularisem o serviço domestico (...). Não são somente difficuldades de serem encontrados taes servidores; as pessoas ou familias que carecem dos seus serviços, além de estarem sujeitos a pagar bons ordenados e dar-lhes o melhor tratamento, estão sujeitas também a ficarem privadas desses serviços de um para outro momento. Haverá coisa mais horrível e capaz de precipitar um pai de família que tem sua esposa por enferma impossibilitada de criar seu filho, vendo esta abandonada inopinadamente por uma ama que retira-se, negando-se a amamentar a criança, sem dar tempo de procurar-se outra ama que a substitua!?” (*O Friburguense*, “Serviço Doméstico”, de 13-11-1892).

receita prevista pela Câmara Municipal para o exercício de 1894 foi de 14:931,997 para o primeiro distrito, 1:302,200 para o segundo e 1:187,400 para o terceiro distrito. A maior receita era oriunda da décima urbana.<sup>115</sup>

Se, por um lado, tínhamos uma lavoura que declinava em função do problema da mão-de-obra e do escoamento de sua produção, por outro, havia um setor que crescia a cada ano: aquilo que, hoje, denominamos “turismo”. O turismo em Friburgo acabou por se transformar na base de sua economia com a vinda dos veranistas que fugiam principalmente das epidemias de febre amarela que ocorriam no Rio de Janeiro durante o verão, no final do século XIX.<sup>116</sup> Aqueles que visitaram Friburgo nessa época eram verdadeiros panegiristas do belo clima da cidade. Uma das provas de que a economia girava em torno do turismo foi a rivalidade criada entre as três cidades serranas: Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Não se pode afirmar que Petrópolis e Teresópolis viam Friburgo como uma ameaça, mas é certo que os comerciantes e proprietários de Friburgo consideravam esses municípios, principalmente Petrópolis, como um *ex adversus*, buscando superá-la para atrair uma parte dos aristocratas que para lá migravam na estação calmosa. Vejamos alguns trechos de artigos publicados em *O Friburguense* em que essa animosidade é bem acentuada:

Está reconhecido pelas observações feitas que a cidade de Theresópolis, embora seja um lugar fresco, não pôde ser procurada, por que é diariamente açoitada pelos ventos, é lugar pequeno e insípido – não passa de um estreito becco; as viagens da capital federal para essa cidade são assaz incommodas e dispendiosas e em chovendo tornam-se difficultosas.

Para Petrópolis há facilidade e baratesa de transporte, mas é lugar de clima muito humido, o que é nocivo à saúde, mormente para as pessoas já affectadas de alguma moléstia ou que precisam convalescer-se; devendo notar-se mais que Petrópolis, é uma cidade de luxo, aristocrata, propria para diplomatas.

Com a mudança da capital do Estado do Rio para alli, encheu-se a cidade de Petrópolis de grande massa de elementos perniciosos, perigosos à moralidade e à tranquillidade publicas, privando as famílias de certos gosos que outr’ora tinham.

Nova Friburgo, é a **única** cidade do estado do Rio de Janeiro onde se encontra o **melhor clima**, fresco, secco, agradável, vivificante, incomparável.

<sup>115</sup>. Livro de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Nova Friburgo (Centro de Documentação Pró-Memória).

<sup>116</sup>. “(...) A transferência do carnaval resultará algum beneficio público, melhorará as péssimas condições higienicas da cidade do Rio de Janeiro afugentando a febre amarella, a varíola e os acessos perniciosos que tanto têm disimado a população fluminense (...). – Pof-Puf” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 7-2-1892).

É uma cidade de campo, sem o luxo que tanto incommoda e prejudica aos que procuram o repouso e a quietude que faltam-lhes nas capitães (...).

Friburgo, **é o único** lugar que offerece do puríssimo ar das montanhas, não encontrarão outro lugar **mais** apropriado que Friburgo (...).

Com tão módico dispêndio quem deixará de gosar por alguns dias do ameno e excellentes clima de Friburgo, e de admirar os encontros desta bella terra, onde se bebe da puríssima crystalina água **que só se encontra** correndo nestas montanhas (...) **mais segurança à saúde e a vida** das pessoas que temem passar o verão na capital federal ou em qualquer outras cidades do Estado do Rio de Janeiro (...). (*O Friburguense*, “Friburgo”, de 14-10-1894; grifos meus.)

(...) Refflectam os Srs. Vereadores que há muitos outros logares em concurrencia com Friburgo, sadios, com transporte mais commodo e vida mais barata; e se continuarem as cousas como vão, recahirão graves prejuízos sobre esta cidade (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 8-2-1894.)

Está na consciência de todos quantos presam a verdade, a excellencia do clima de Nova Friburgo e a sua superioridade em referencia aos de Petrópolis e Theresópolis.

Está evidentemente reconhecido que o clima de Petrópolis é humido e que o de Theresópolis é inferior ao de Friburgo, sendo o deste lugar secco e agradabilíssimo, notando-se que Theresópolis é um beco constantemente açoutado pelos ventos com tanta impetuosidade que priva as pessoas que alli vão de por muitos dias sahirem a rua.

No entanto, Petrópolis mereceu sempre a primazia, foi a cidade do Rei e dos cortesãos, mereceu incessantes cuidados dos governos da monarchia, foi tratada, desvellada e carinhosamente como uma estremecida e única filha; com ella despendeu-se sommas enormes, tiradas da arca da antiga provincia, actual Estado do Rio de Janeiro, onde os outros municípios depositavam suas rendas (...). Porque Petrópolis era a cidade imperial, a cidade onde o imperador tinha um palácio para com sua augustíssima família passar a estação calmosa; a cidade onde se deu a memorável batalha das flores!

Flores que brevemente converteram-se em dores e lagrimas!

Pouco distante de Petrópolis estava Theresópolis que olhava para sua vizinha com inveja das suas ephemerhas grandezas, cubiçosa, capaz até de tragal-a, somente esperando a opportunidade de fazel-o.

E a formosa cidade imperial nada viu, de nada suspeitava, deslumbrada com suas galas e festins!

Desmoronou-se o Império, foi-se a realesa, acabaram-se as festas, não há mais batalhas de flores! É certo que Petrópolis já não é quem d’antes era, até já quizeram mudar-lhe o nome! (...). (*O Friburguense*, “Friburgo”, de 26-3-1891.)

Sob outro ponto de vista, a questão da rivalidade entre as cidades serranas pode ser vista nesta carta de um teresopolitano:

O inverno bate-nos à porta...

Este verão, os hotéis conservaram-se sempre cheio de... teias de aranha.

Para onde foram os touristes e as famílias que costumavam aqui passar o verão e gosarem da amenidade deste bello clima? Não o sabemos, ao certo, mas, é provável que tenham ido para Petrópolis e Friburgo, onde não lhes falecem recursos e onde há meio fácil de locomoção.

Pobre e infeliz Theresópolis!

Até quando durará a tua longa agonia?!... (*O Friburguense*, “Theresópolis”; reticências do original.)

Nova Friburgo era um refúgio de verão e ponto de recreio que lutava de forma desvantajosa com Petrópolis, situada a menor distância do Rio de Janeiro e servida por vários trens diários. Que restava a Friburgo? Unicamente a simplicidade da sua vida de campo e a fama proverbial da excelência do seu clima sem rival, no dizer de *A Sentinella* de 8 de maio de 1898 (“Um Cúmulo”). Quando surgiu, em 1893, a intenção do governo federal de realizar a mudança da capital do estado, que era em Niterói, Nova Friburgo lançou-se candidata. A auto-estima dos friburguenses era tamanha, que competiram com cidades exponenciais como Petrópolis e Campos. Friburgo estava “na ponta”, dizia-se à época.<sup>117</sup> Além dos municípios da região serrana, diversos outros disputavam a primazia de ser sede do governo do estado:<sup>118</sup>

(...) Após a consulta resolveu-se convocar uma sessão extraordinária da Assembléa Estadual, para tratar-se do assumpto.

Tudo isso tem causado grande movimento em todo o Estado, os municípios estão alvoroçados e é grande o borborinho (...). (*O Friburguense*, “Friburgo... Capital – A Capital do Estado I”, de 15-1-1893.)

(...) O governo estadual quer ter a sua sede distante da do governo federal, para não estar sujeito a tutela deste. (...). (*O Friburguense*, “A Capital do Estado II”, de 22-1-1893.)

Friburgo parecia ter tido alguma chance. De acordo com o jornal, houve uma consulta prévia em que 21 deputados votaram para que Friburgo fosse elevada à categoria de capital do Estado; 12 votaram em favor de Petrópolis; seis, de Campos; dois, de Cantagalo; e um voto

<sup>117</sup>. “(...) A Constituição do estado do Rio de Janeiro, no art. 18, das disposições transitórias, estatue que: A Capital do estado será transferida para local conveniente, a juízo da Assembléa Ordinária, logo que permitam as suas condições financeiras, salvo o caso de surgirem graves acontecimentos, que o Presidente poderá fazer mudança provisória” (*O Friburguense*, “Friburgo... Capital – A Capital do Estado I”, de 15-1-1893).

<sup>118</sup>. Niterói, outrora Vila da Praia-Grande, foi a capital em virtude da Lei nº 2, de 26 de março de 1835. “(...) É preciso antes de tudo que fique provada a conveniência da mudança, que o lugar onde se acha a Capital já não offerece os mesmos commodos e garantias, e que tudo isso será encontrado no lugar para onde pretenderem mudar-a.

Não se muda uma capital do Estado somente por querer mudar-se ou por um capricho infantil, permita-se-nos dizer.

O que foi que ocorreu em Nictheroy para ser rebaixada, se é que o estabelecimento da Capital eleve outro qualquer lugar para onde foi mudada!? Os acontecimentos do dia 14 de dezembro, isto é, a sublevação do regime policial? Isto não é razão suficiente para deixar-se uma cidade antiga (...) para assentar-se a capital n’outro local onde pode dar-se sublevação igual desde que ahi tenha um regimento” (*O Friburguense*, “Friburgo... Capital – A Capital do Estado I”, de 15-1-1893).

em favor de outro município.<sup>119</sup> Mas a disputa não seria fácil. O município de Campos mobilizou a associação comercial e representantes de todas as classes sociais e abriu subscrição popular para a aquisição de fundos para auxiliar as despesas do estado. A imprensa local ficou encarregada de promover uma representação popular junto à Assembléia, defendendo os foros e direitos dessa cidade. Os municípios vizinhos que tinham interesses ligados a essa cidade, como São João da Barra, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Itaperuna e Macaé, empenharam-se também junto ao governo estadual para a transferência da capital para Campos:

(...) para nos convencer da má vontade que a cidade de Campos vota em Friburgo, além da carta que nos escreveram temos em frente *O Fluminense*, de 4 do corrente, que nos diz: “A imprensa de Campos tem feito formal opposição a idea de se mudar a capital para a cidade de Nova Friburgo” (...). (*O Friburguense*, “A Capital do Estado III”, de 29-1-1893.)

(...) Ora, inquestionavelmente não pode desconhecer-se que entre as referidas cidades, algumas têm decahido como Cantagallo, Magé e S. João da Barra; que Petrópolis teve grande desenvolvimento porque viveu sempre das rendas dos outros municípios que no regimen passado lhes eram cedidas com espantosa prodigalidade (...). (*O Friburguense*, “A Capital do Estado II”, de 22-1-1893.)

(...) Nova Friburgo, nunca pedio, não pede, nem pedirá para ser capital do estado (...). Nova Friburgo não faz estreosas reuniões nem mensagens ao parlamento fluminense pedindo para ser capital, não obstante ser um lugar sadio, nunca assolado por epidemias, felizmente (...). Nova Friburgo não pedio como Campos pedio para ser capital; ella está conscia do seu direito, está calma, serena, como o justo que conta com o dia da justiça e da gloria (...). (*O Friburguense*, “A Capital do Estado III”, de 29-1-1893.)

Após intensa disputa entre os municípios, quem venceu foi Petrópolis. No dia 20 de fevereiro de 1894, foi instalada nessa cidade a capital provisória do Estado do Rio de Janeiro,

---

<sup>119</sup>. Na Assembléia fluminense, foi apresentado o seguinte substitutivo: “A Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta: Art. 1º: É transferida a capital do Estado para a sede do actual município de Nova Friburgo. Art. 2º: O presidente do Estado fará as operações de credito necessárias e cederá a quem mais vantagens e garantias offerecer, os favores e privilegios necessários a aquisição e construcção de prédios para as repartições publicas, estabelecimentos de esgotos, illuminação, abastecimento de água e viação da nova capital, entrando em accordo com a respectiva municipalidade a respeito da concessão destes fatores. Paragrapho: A empresa que gozar destes favores se comprometterá a construir os prédios para residência dos funcionários públicos, sendo o aluguel dos mesmos determinado em tabella approvada pelo presidente do Estado. Art. 3º: Para levar a effeito a mudança da capital fica aberto ao Presidente do Estado um credito extraordinário de 1:000:000\$ afim de occorrer as despesas com a transferência e estabelecimento da administração e ajudas de custo aos funcionários do Estado. Art. 4º: São revogadas as disposições em contrario. – Sebastião Barroso.”

como noticiava *O Friburguense* de 23 de fevereiro de 1894. No entanto, o que parecia ter sido uma desvantagem para Friburgo em ter sua *ex adversus* como capital acabou se transformando numa vantagem. Como capital do estado, Petrópolis se tornou, com essa mudança, uma cidade caríssima, afastando boa parte dos veranistas:

(...) a vida em Petrópolis é mais que cara, é caríssima, e foi uma verdadeira deshumanidade atirar de chofre aquelles pobres empregados publicos a disputarem com os veranistas abastados o arrendamento das poucas edificações disponiveis e de aluguel que ali existem (...). (*A Sentinella*, “Petropolis-Capital”, de 8-1-1899.)

Com o aumento considerável da força policial, empregados públicos, burocratas e pessoas que circulavam periodicamente para tratar de seus interesses junto às repartições públicas tornaram a aprazível cidade de Petrópolis um local muito caro e turbulento, afugentando muitos veranistas financeiramente medianos, ficando somente restrita a um seleto grupo, como nos tempos do Império.<sup>120</sup> Com o grande aumento de pessoas que passaram a freqüentar Petrópolis, ocasionado pela máquina burocrática que a capital passou a abrigar, muitos veranistas deixaram de encontrar acomodações, já que o número de imóveis não atendia à demanda. Os preços dos hotéis ficaram quase impraticáveis para os setores médios que antes freqüentavam a cidade. Assim, Nova Friburgo, que tanto rivalizou e disputou com a cidade imperial e outros municípios o *status* de tornar-se capital do estado, acabou por se beneficiar, aumentando a afluência de veranistas que habitualmente passavam o verão em Petrópolis:

(...) a carestia da diária de seus luxuosos hotéis e a tyramnia das tarifas de uma estrada de cremalheira, optimo vehiculo para touristas abastados, porem dispendiosa conducção para a magra bolsa de infelizes litigantes, de míseros empregados e de desventurados impetrantes de repartições publicas (...). (*A Sentinella*, “Petropolis-Capital”, de 8-1-1899.)

(...) tornando Friburgo um ponto de desafogo para os habitantes da capital federal, para os quaes Petrópolis já era insufficiente n’aquelle tempo e máxime hoje com o grande aumento de sua

---

<sup>120</sup>. “(...) A amenidade de seu clima, as suas bellezas naturaes (...) seus soberbos palácios, suas encantadores chácaras, suas sumptuosas carruagens, tudo isto a converte no rendez vous obrigatório do nosso grand monde, tornando-a a residência de verão da nossa aristocracia de dinheiro, de sangue e de posições políticas (...)” (*A Sentinella*, “Petropolis-Capital”, de 8-1-1899).

população permanente depois que para ali se transferiu a capital do Estado (...). (*A Sentinella*, “O Trem de Passeio”, de 6-7-1899.)

A fleumática elite carioca acabou gerando a necessidade de se criar uma estrutura que a atendesse, já que passava boa parte do ano em Friburgo. Além dos hotéis, muitos veranistas alugavam residências na cidade. As famílias que permaneciam mais tempo em Friburgo optavam por essa forma, alugando residências por temporadas, tendo em vista que ficaria dispendiosa a estadia prolongada em hotéis.<sup>121</sup> Todavia, nem mesmo essas residências eram suficientes para atender ao grande número de veranistas, havendo carência nesse setor:

Temos tido uma estação excelente, muita concorrência, os hotéis estão cheios, as casas todas estão ocupadas e são insuficientes para satisfazer a procura. Como não há de ser assim, se Friburgo é o único lugar que tem sido insento de epidemias! (*O Friburguense*, “Vida Friburguense”, de 3-4-1892.)

Em outubro de 1891, grande número de famílias da capital federal deixou de passar o verão na cidade, por não haver casas desocupadas, noticiava *O Friburguense* de 25 de outubro de 1891. Na coluna “Solicitadas”, de *O Friburguense* de 6 de dezembro de 1891, um leitor queixava-se da dificuldade em obter-se um imóvel na cidade, mesmo que modesto. Recordava ele que a Intendência deveria pôr em prática um dos artigos do Código de Posturas que obrigava os proprietários de terrenos a edificar neles. O que o leitor ignorava era que essa norma, elaborada durante o Império, não foi mantida no Código de Posturas de 1893, provavelmente porque a construção civil estava plenamente aquecida.

A grande demanda pela locação de imóveis na estação calmosa expandiu o ramo da construção civil na edificação de residências de alto padrão. De acordo com o *Indicador Fluminense* de 1889, eram 13 as empreiteiras construtoras na cidade, além de duas olarias, a

---

<sup>121</sup>. “(...) Nem todos procuram os hotéis, preferem alugar casas, especialmente as famílias que se compõem de muitas pessoas (...)” (*O Friburguense*, “Friburgo I”, de 21-10-1894).

maior delas dos Clemente Pinto, instalada na Fazenda do Cônego.<sup>122</sup> Entre as 32 oficinas existentes, havia cinco marcenarias, duas serralherias e três funelarias diretamente envolvidas com o ramo da construção. Outra prova do crescimento da construção civil foi uma manifestação ocorrida na cidade envolvendo enorme contingente de empregados desse setor. No início do mês de março de 1891, pela manhã, um grupo numeroso de operários circulou pelas ruas da cidade “erguendo vivas à classe operária e ao trabalho livre”. A maioria dos operários pertencia ao ramo da construção e protestava contra os mestres de obras, que pagavam os salários a cada trimestre e, às vezes, somente ao fim do quarto mês. O objetivo do pronunciamento era que os salários fossem pagos mensalmente, como praticavam outros mestres. Temendo que fosse perturbada a ordem pública, o delegado telegrafou ao chefe de polícia do estado, requisitando reforço da força policial. À tarde desse mesmo dia, chegou pelo trem misto um contingente de 200 praças comandado por um oficial do regimento policial. Como o movimento foi ordeiro, após o protesto os operários se dispersaram, não havendo incidentes, atestou *O Friburguense* de 8 de março de 1891.

O que demonstra o lucrativo negócio do aluguel de imóveis era a permanência dos veranistas na cidade durante seis meses, ou seja, metade do ano, podendo-se até afirmar que eram quase cidadãos friburguenses, já que equacionavam o ano igualmente entre seu torrão natal e Nova Friburgo. Como os imóveis ficavam em absoluta vacância durante seis meses, os proprietários estabeleciam o preço do aluguel das residências pelo dobro do seu valor, para compensar os seis meses seguintes, quando ficariam desocupados, segundo *A Sentinella* em 24 de setembro de 1899 (“Injustiça e Desacerto”). São inúmeras as evidências de que os veranistas permaneciam meio ano na cidade, mais especificamente de novembro até o final de abril. Em 1893, uma nota do Hotel Central, provavelmente por motivo de alguma obra, anunciava que não receberia hóspedes do dia 1 de maio a 31 de outubro. Rui Barbosa e

---

<sup>122</sup>. Conforme ainda o *Indicador Fluminense* de 1989 (Centro de Documentação Pró-Memória de Nova Friburgo), havia em Friburgo três casas comissárias, sete fábricas, 32 oficinas e 81 lojas comerciais.

o barão de Mesquita, retirando-se de Friburgo após o término da estação calmosa, foram despedir-se do redator de *A Sentinella* no final do mês de maio, conforme o artigo “Despedidas”. Mas são nos próprios discursos que encontramos a prova da permanência tão prolongada desses veranistas em Nova Friburgo:

(...) todos sabem que uma boa parte dos prédios de aluguel aqui existentes são destinados aos veranistas, que, **como regra geral, não estendem a sua residência além de 6 meses no máximo** (...). (*A Sentinella*, “Injustiça e Desacerto”, de 24-9-1899; grifos meus.)

(...) A cidade do Rio de Janeiro está quentíssima, mais quente que o fogo em brasas, faz alli um calor insupportavel, quanto mais nos próximos **mezes de Novembro à Março**.

É isto o que todos sabem, não carece demonstrar.

Sendo assim, é provável que grande número de pessoas alli residentes se retire para fora, procurando passar alguns mezes no goso de ar livre, fugindo das epidemias que a infestam todos os annos **principalmente nos referidos mezes** (...). (*O Friburguense*, “Friburgo”, de 14-10-1894; grifos meus.)

Os proprietários desse segmento de imóveis, considerados em Friburgo capitalistas, eram tidos em alta conta pelos cidadãos, que viam essas suas edificações como verdadeiros investimentos para a cidade, acarretando o seu progresso:

(...) Não é justo que os proprietários que gastam o seu dinheiro em construir prédios custosos, augmentando as rendas publicas, contribuindo para o embellezamento da cidade e facilitando a vinda de hospedes, na estação calmosa, não encontrem da parte da nossa municipalidade o apoio que deviam ter pelas medidas de melhoramentos indispensaveis nas ruas em que empregam seus capitaes. (*A Sentinella*, “A Enchente”, de 26-11-1899.)

O mercado estava tão aquecido que William R. Mac-Nivem de veranista tornou-se também um investidor do ramo imobiliário, sendo considerado um importante proprietário, investindo na construção de inúmeras habitações na cidade destinadas à locação.<sup>123</sup> Outros que foram grandes proprietários e que provavelmente investiram no setor imobiliário foram o intendente Antonio Van Erven, Antonio Lopes Sertã, Manoel Fernandes Ennes, Vicente

<sup>123</sup>. “William Mac-Nivem, o sympathico amigo de Nova Friburgo, que tem contribuído para o seu desenvolvimento e prosperidade, aqui dispondo avultados capitaes” (*A Sentinella*, “Hospedes Ilustres”, de 11-2-1900).

Fernandes Ennes e André Dumans.<sup>124</sup> Os Salusse, que eram proprietários de quase todos os imóveis na Praça 15 de Novembro, também alugavam esse tipo de residência, tendo como um de seus locatários, conforme vimos, o jurista Rui Barbosa. Certa feita, *O Friburguense* de 25 de fevereiro de 1891 anunciou que Elias Antonio de Moraes, o barão de Duas Barras,<sup>125</sup> faria a aquisição do estabelecimento hidroterápico e de todos os hotéis da cidade. Apesar de essa notícia não se ter concretizado, de qualquer forma denota que antigos proprietários de latifúndios estavam interessados nesse emergente setor, que era exponencial na economia do município. A Intendência tirava boa parte de sua receita com esse crescimento imobiliário do imposto da décima urbana, que era representativo na arrecadação municipal, como assinalava o editorial de *A Sentinella* de 20 de agosto de 1899. No orçamento para o exercício financeiro de 1893, a arrecadação do imposto de indústrias e profissões estava orçado em 29:700,000 e o da décima urbana em 32:000,000. Já em 1898, enquanto o orçamento do imposto de indústrias e profissões aumentara somente para 30:000,00, o imposto da décima urbana passara para 46:000,00, somando-se a isso o fato de que o “imposto sobre construções” dobrara nesse período, conforme consta do Livro de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Nova Friburgo. Essa nova ordem econômica gerada pelo turismo corrobora o fato de que os proprietários que se beneficiavam financeiramente com o desenvolvimento desse setor foram decisivos na ruptura política em Nova Friburgo, afastando do comando político da cidade os Neves, que encarnavam o grupo ruralista no município.

---

<sup>124</sup>. Esses últimos, apesar de não serem citados diretamente como locadores de imóveis para veranistas, eram os maiores contribuintes do imposto da décima urbana, conforme o Livro de Receita e Despesa da Câmara Municipal (Centro de Documentação Pró-Memória de Nova Friburgo).

<sup>125</sup>. O barão de Duas Barras tinha investido na aquisição de diversos imóveis em Nova Friburgo. Em 1894, pagou 272,700 de imposto da décima urbana, enquanto o conde de São Clemente pagou 635,400, conforme o Livro de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Nova Friburgo. Edgard Carone (1972a, p. 147-51) assinala que a velha aristocracia cafeeira do Vale do Paraíba, ao sofrer os efeitos da crise de produtividade, migra para as cidades, onde reforça as camadas da pequena burguesia e acentua o caráter conservador da classe.

Outro setor que se beneficiou imensamente com a permanência dos veranistas durante meio ano na cidade foi a atividade comercial:

A concorrência de veranistas oriundos principalmente da capital federal, **que tanto influem para animação e a atividade comercial da cidade em uma boa parte do ano (...)**. (*A Sentinella*, “O Novo Empréstimo Municipal”, de 20-8-1899; grifos meus.)

Das 81 lojas comerciais existentes, percebem-se estabelecimentos destinados mais aos veranistas do que aos pacatos e matutos friburguenses. Havia joalherias, relojarias, cafês, confeitarias e sofisticadas *charcuteries* na cidade. O comércio superava a incipiente indústria, já que as sete fábricas existentes em Friburgo eram basicamente do setor de alimentos e bebidas, como cervejarias, torrefação de café, refinaria de açúcar e destilação de bebidas. Numa fase ainda pré-capitalista, não representava muito em termos econômicos para a cidade. A prova de que o comércio dependia do afluxo dos veranistas fica bem clara neste artigo:

Nossa cidade precisa imprescindivelmente despertar do pesado sono a que está entregue de há muito (...). Seis há oito meses vemo-la esquecida, seus bellos edificios permanecem fechados, seu comercio sem movimento, os operários passam meses e meses sem a garantia de um vintém para as despesas mais comessinhas. Só no verão faz abrir os olhos e arranca de seus lábios um riso prasenteiro mas de pouca duração. (*Correio Popular*, de 16-10-1902.)

Outra decorrência da longa permanência dos veranistas na cidade era a necessidade de matricular os filhos em colégios locais, para não lhes prejudicar os estudos, já que o período letivo se iniciava normalmente antes da primeira quinzena de janeiro.<sup>126</sup> Anúncios ofereciam, nesse período, as escolas da cidade, beneficiando-se também esses estabelecimentos de ensino dessa atividade econômica:

As famílias que vierem para Friburgo e aqui pretenderem demorar-se alguns mezes, a passeio ou em tratamento de saúde encontrarão grandes recursos para a instrução de seus filhos e filhas. Neste ponto deve dizer-se que poucas serão as cidades do Estado do Rio que offerecem iguaes recursos (...). (*O Friburguense*, “Friburgo”, de 14-10-1894.)

---

<sup>126</sup>. As aulas do Colégio Braune se iniciavam em 12 de janeiro, as do Colégio Friburguense em 21 de janeiro, as do Lyceo Nacional em 10 de janeiro, e somente o Colégio Anchieta iniciava suas aulas em 3 de março.

A seguir, esse artigo de *O Friburguense* passa a enumerar os colégios particulares existentes no município e destaca que a cidade possuía ainda professores que lecionavam aulas particulares de música, piano, canto, português, francês, alemão e outras matérias do curso secundário. Logo, havia uma simbiose entre saúde e educação, podendo o excursionista prolongar-se por meio ano sem prejuízo da educação dos filhos. Um anúncio do Hotel Bahiano publicado em *O Friburguense* de 26 de outubro de 1890, dirigindo-se aos que procuravam gozar o belo e saudável clima de Friburgo, ao descrever a sua posição geográfica na cidade, destacava que ele ficava próximo dos Colégios Anchieta, Braune e Williams.

Outro aspecto interessante sobre a permanência de veranista por um período tão prolongado era o fato de profissionais liberais, como médicos e dentistas, aproveitarem sua estada em veraneio na cidade para exercer o seu ofício. O turismo trazia ainda outro tipo de progresso para a cidade. Profissionais e prestadores de serviços que necessitavam ficar uma boa temporada na cidade aguardando a convalescença ou em veraneio também praticavam os seus ofícios, certamente para cobrir as suas despesas. Foi o caso de alguns fotógrafos, como um certo Oliver, que montou provisoriamente um ateliê fotográfico na Rua Duque de Caxias, no Centro da cidade, que foi fechado tão logo esse profissional se restabelecera de sua enfermidade:

(...) Sentimos profundamente que esta excelente e bela cidade não tenha recursos para a manutenção de um fotógrafo que se acha aqui provisoriamente para usufruir dos milagres deste clima no aproveitamento da sua saúde. (*A Sentinella*, de 1-5-1898.)

Logo, percebe-se, claramente, que a cidade vivia em função do turismo e de tal modo que *A Sentinella* de 19 de novembro de 1899 (“Começo de Verão”) chega a falar em “superabundância da população” na estação calma. A rede hoteleira tinha sua estrutura própria. À chegada dos trens, os excursionistas eram recepcionados na estação por agentes

hoteleiros para guiá-los e conduzi-los aos hotéis. Galdino do Valle Filho, uma espécie de memorialista da época, nos dá uma descrição interessante sobre essa estrutura dos hotéis:

(...) O hotel Salusse era porem o typo padrão do hotel daquelle tempo. Tudo nelle era austero e venerável, desde o prédio-casarão de sobrado, rectangular como um quartel e triste como um convento, de escadaria de madeira grossa com degrãos desgastados pelo uso secular de varias gerações, até a sobrecasaca e o chapéo alto do velho André, todo preto, que às horas do trem buscava hóspedes à estação, solemne, na carruagem envidraçada e precursora dos omnibus actuaes, mas cujo modelo se perdeu... (Valle Filho, 1928, p. 61-2.)

Nos quatro principais hotéis, Salusse, Leuenroth, Engert e Central, falavam-se português, espanhol, francês e alemão, entre outras línguas. Relembrando, o Restaurant da Estação comunicava-se por telefone com o outro hotel da rede, uma sofisticação para aquela época, e o estabelecimento hidroterápico possuía energia elétrica, também um avanço naquele final de século.

Outra comodidade era o sistema de transporte. Como se disse anteriormente, Nova Friburgo possuía o trem de passeio, que subia aos sábados e descia às segundas-feiras, e com a diminuta despesa de 16\$000 se obtinha passagem de primeira classe, de ida e volta.<sup>127</sup> A emulação em relação a Petrópolis fazia com que as autoridades políticas do município pressionassem a Companhia Leopoldina para que Friburgo tivesse trens diários para a capital federal. Para a estação calmosa de 1896, o vereador Carlos Engert conseguiu junto à Leopoldina um aumento nas linhas de trens entre Friburgo e o Rio de Janeiro. Além dos trens de passeio, Nova Friburgo passou a ter mais duas linhas semanais e chegou a ter trens diários com a capital federal, facilitando a comunicação e o vínculo entre as duas cidades. Certamente, isso ocorreu em virtude da demanda de turistas e das relações comerciais, que se estreitavam cada vez mais. No entanto, a questão da disponibilidade dos trens era bem flexível, variando conforme mudava a direção da Companhia Leopoldina. Quando assumiu a

---

<sup>127</sup>. A expressão “diminuta despesa de 16\$000” foi literalmente empregada em artigo de *A Sentinella*; logo, a afirmação de que a passagem tinha preço acessível e barato é do próprio articulista.

diretoria da Leopoldina, Mello Barreto ampliou as viagens do trem de passeio para três vezes na semana, descendo e subindo no mesmo dia. Com a saída desse diretor, voltou-se à condição anterior, havendo somente o trem de passeio por uma única vez nos finais de semana. Outra mudança, porém, viria prejudicar ainda mais Friburgo: o trem passou a subir a Serra do Mar mais cedo na sexta-feira e a descer mais tarde na segunda, prejudicando negociantes, capitalistas, industriais e homens de letras, que perderiam boa parte da tarde de sexta-feira e da manhã de segunda-feira com a mudança de horário, segundo *A Sentinella* de 6 de julho de 1899 (“O Trem de Passeio”):

(...) por outro lado, notabilíssima será a vasante de veranistas em demanda deste lugar, com grande prejuízo para o commercio e principalmente para os proprietários que verão despresadas suas casas de aluguel e que arrefecerão naturalmente seu entusiasmo para novas construções, prejudicando assim enormemente as rendas do município e com ellas a prosperidade geral da localidade. (*A Sentinella*, “O Trem de Passeio”, de 6-7-1899.)

Em dezembro de 1899, no apagar das luzes do século XIX, a Companhia Leopoldina atendeu à pressão dos negociantes e proprietários da cidade. O trem de passeio passou a sair da capital federal aos sábados às 15h30, chegando a Friburgo às 19h43, e a partir às segundas-feiras às 5h30 da manhã, chegando à capital federal às 9h15, conforme *A Sentinella* de 24 de dezembro de 1899.

Por fim, havia um aspecto que reforçava a representação de cidade salubre. Friburgo recebia um público periodicamente a cada ano: os indivíduos que procuravam a convalescença de doenças como a tuberculose e ficavam temporariamente a “recreio” para tratamento de saúde. A tuberculose, conhecida como a peste branca, estava em primeiro lugar no índice de mortalidade, sendo responsável por 15% das mortes no Rio de Janeiro. Nova Friburgo recebia muitos indivíduos da capital federal acometidos por essa doença, que transformava o Rio de Janeiro na cidade com maior incidência de tuberculose em nível mundial. Seguiam-se, em ordem de grandeza, a febre amarela, a varíola, a malária, o cólera, o beribéri, a febre tifóide, o sarampo, a coqueluche, a peste, a lepra e a escarlatina. Apesar de não se poder comparar com a

estação calmosa em termos numéricos e de geração de riqueza, geralmente esses indivíduos, por recomendação médica, residiam na cidade durante o inverno, tempo necessário para o restabelecimento de sua saúde. De qualquer forma, não deixava de representar um reforço no orçamento, principalmente porque se hospedavam na baixa temporada.

As reformas urbanas implementadas por Pereira Passos no governo de Rodrigues Alves, fazendo com que o Rio de Janeiro vivesse a sua *belle époque*, diminuíram o afluxo de veranistas no município. Um deles que retornou a Friburgo em 1907 nos dá um importante testemunho de como a “regeneração” ocorrida no Rio Janeiro teria afetado o turismo em Nova Friburgo. As famílias com os quais o cronista convivera no final do século queixaram-se da decadência da cidade, argumentando ser em função da política, talvez por ignorarem a estruturação pelo qual passara o Centro do Rio de Janeiro. Apesar de ele ao final da crônica não contemporizar com seus interlocutores, fica patente que houve um declínio no número de veranistas, ainda que não alterasse de todo o cotidiano da cidade:

É a segunda vez que venho passar o verão n’esta cidade. A primeira foi em 1889, anno em que derrubou o throno e o Brazil ficou livre do tyranno (...). Ao chegar á Friburgo, fui logo visitar algumas famílias, que me são affeioadas desde 1889.

Em todas as casas onde fui, ouvi maldizerem logo essa terra que eu idolátro.

Fiquei absorto, mas não me pude conter e indaguei logo o motivo de tal detestação.

Sem mais preâmbulos responderam-me:

“Friburgo, decahe a olhos vistos, e não levará muito tempo que rolará ao fundo do abysmo; o verão que outr’ora como o Sr. sabe era tão concorrido, resume-se hoje em meia dúzia de viajantes tuberculosos; não existe mais aquela intimidade entre as diversas famílias; não há mais nenhum baile, tudo isto devido a casquilha e sanguinolenta lucta política, que actualmente existe em Friburgo.”

Confesso, fiquei logo mal impressionado com o que eu acabava de ouvir. Porém, mais tarde essa impressão má esvaiu-se como a alvacenta bruma desfeita pelo vento. Disse cá com os meus botões: quero observar e depois formarei o meu juízo sobre Friburgo (...). Nas ultimas semanas de minha estadia aqui fui convidado para bailes e reuniões (...) ao *pic-nic* do Dr. Farinha (...) um baile no teatro D. Eugenia offererecido pela Euterpe, outro organizado pela Campeзина (...). Fui ao theatro, ao circo, tenho ido às touradas, enfim me divirto a la gorda.

Felizmente tenho observado que não é verdade o que fallam estas famílias todas cheias de exquisitices, enfim o que fallam estas corujas, que não sahem de casa.

Não há verão? Isso é que é falso.

Há verão e bem concorrido, não como os de outror’a, e isto não porque Friburgo esteja decahindo, mas pelos melhoramentos por que tem passado a capital da União.

Hoje não se lê nos jornaes nem sequer um caso de febre amarella, pouco os de bexiga e assim por deante e alem disso o calor não é tão intenso como outror’a.

Que pessoal perverso que pretende desprestigiar Friburgo!

Ó pessoal cale esta bocca asquerosa.

Não diga que não há verão, porque eu tomarei e direi sempre:

Há verão, há e há, embora esse pessoal que só vive dentro de casa pretenda que não haja. Há verão e bem concorrido.

D. Sancho Junior. (*O Friburguense*, “Impressões de um Veranista”, de 24-2-1907.)

O município atraía, em função da riqueza gerada pelo turismo, pessoas de diversas regiões do país. Um furto de jóias ocorrido em um dos aposentos no Hotel Engert, em 1894, nos dá uma noção sobre como a economia em torno do turismo vinha atraindo uma enorme quantidade de indivíduos de diversas localidades. De todos os funcionários ouvidos na oitiva entre 18 testemunhas, nenhum deles era natural de Friburgo, sendo originários, por exemplo, de Portugal, Cantagalo, Rio Bonito, Bahia, Sergipe.<sup>128</sup> Esse episódio do Hotel Engert denota como o turismo começou a atrair uma população adventícia, uma parte em busca de trabalho e outra, do ganho fácil. Em decorrência dessa migração, aumentaram as tensões sociais, passando a cidade a possuir uma horda de “vagabundos” atraídos pela riqueza proporcionada pelos veranistas. Com isso, a cidade passou a ter graves problemas sociais que começaram a afetar o seu cotidiano.

## 2.4. Os Problemas Sociais: Morigerados

### *versus Vagabundos*

Há uma ordem de vagabundos que, sobre ella compete à polícia vigiar. Refiro-me aos vagabundos de um e outro sexo que levam os dias em certas casas de negocio encostados aos balcões ou sentados nos barris discutindo e embriagando-se, sem terem ocupação honesta que tirem meios de subsistência, proferindo obscenidades, sem respeitarem as famílias que passam.

Há uma celebre rua do Arco e outros pontos nas suas immediações onde, especialmente á noite, reúnem-se vagabundos e vagabundas que fazem timbre de capoeiragem e de obscenidades (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, n° 349.)

---

<sup>128</sup>. Conforme inquérito policial autuado em 26 de janeiro de 1891 no juízo de Nova Friburgo, no Cartório do 1º Ofício, tendo como autor a Justiça. Esse processo encontra-se no arquivo do Fórum de Nova Friburgo.

O final do século XIX foi um período turbulento na história nacional. A abolição da escravidão e a mudança do regime de governo para República alimentavam a expectativa de inclusão social de negros e pobres como “cidadãos”, expectativa essa que, por outro lado, provocava tensões com a elite, que se envergonhava da “ralé” que herdara do regime anterior. Nova Friburgo, nesse período, padecia de sérios problemas sociais. O fornecimento de medicamentos para indigentes, que passara a ser feito pela Intendência para minimizar a miséria social, dobrara no período de 1893 a 1898, podendo ser esse fenômeno um termômetro do problema.<sup>129</sup> Avultava ainda no município grande número de indivíduos sem ocupação, intitulados à época de “vagabundos”, vistos com frequência em tabernas no Centro e nos arrabaldes da cidade. Turbulentos e desordeiros, andavam sempre armados, sendo uma constante ameaça aos lavradores, que muitas vezes, para evitar desordem, eram obrigados a dar-lhes agasalho e sustento, segundo *O Friburguense* de 5 de julho de 1896:

(...) Não só nesta cidade, como em vários pontos deste municipio avulta o numero de individuos sem occupação, verdadeiros vagabundos e que pódem ser aproveitados no serviço da lavoura ou outros, d’onde possam tirar meios de subsistência, sem incommodar ao próximo (...). (*O Friburguense*, “A Policia”, de 30-4-1893.)

A policia compete proceder com energia contra certos vagabundos que como os cães infestam as ruas desta cidade.

Bolas nos cães, Sr. Fiscal.

Matto-Grosso<sup>130</sup> nos vagabundos, Sr. Delegado de Policia. (*O Friburguense*, “Alerta Ainda!”, de 19-4-1891.)

O delegado de policia em exercicio está providenciando que alguns vagabundos que infestam as ruas desta cidade, ou mudem de ninho ou entreguem-se ao trabalho no menor prazo possível. (*O Friburguense*, de 26-12-1895.)

Os “amigos do alheio” infestavam a cidade. Os vadios andão a granel pelas ruas da cidade, animados com a indiferença das auctoridades policiaes que não lhe pedem contas do modo de vida (...). (*A Sentinella*, de 23-1-1898.)

Quando fallam em vadios comprehende-se que nos referimos aos individuos sem occupação útil, que nem exercem profissão ou officio pelo qual tenham os meios de subsistencia, que vivem na ociosidade, vagando pelas ruas e praças com gestos e maneiras acapoeiradas e muitos vivendo da gatunagem e até meios immoraes. (*O Friburguense*, 25-10-1891.)

<sup>129</sup>. Conforme o Livro de Receita e Despesa da Câmara Municipal (Centro de Documentação Pró-Memória de Nova Friburgo).

<sup>130</sup>. O Matogrosso e a Amazônia eram os locais para onde eram enviados os delinquentes e os presos políticos (*O Friburguense*, de 30-4-1891).

O jornal era povoado de matérias sobre furtos em casas de negócios, não se poupando o cartório, a Igreja-Matriz e nem o galinheiro do delegado de polícia:

Cale-se, não diga nada,  
 Tal desgraça não lamente,  
 Quem gallinhas gordas tem,  
 Que no balanço se agüente.  
 (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 22-9-1895.)

Mas quem eram esses vagabundos que migraram para Friburgo naquele final de século? A questão da vagabundagem como problema crônico no município perpassou todo o final do século XIX, sendo provável que esses indivíduos tivessem sido atraídos pelas novas condições econômicas. Tudo indica que Friburgo atraía uma parte da multidão de trabalhadores sem ocupação definida que vivia de biscates e fora do mundo organizado do trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Entre 1872 e 1890, a população da capital federal teve crescimento de 90% e o Rio de Janeiro concentrava, no final do século, mais da metade da população urbana do país. Nas pesquisas realizadas em alguns processos judiciais, percebe-se nos depoimentos das partes e testemunhas que Friburgo recebia uma população adventícia proveniente de Cantagalo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de alguns estados do Nordeste.<sup>131</sup> A decadência cafeeira no Estado do Rio provocara a vinda de um grande contingente de indivíduos oriundos de Cantagalo. Muitos anos antes, em 1850, Cantagalo fora uma das regiões cafeeiras mais importantes do Rio de Janeiro, possuindo 9.850 escravos. Menos de sete anos depois, as estatísticas registravam um total de 19.537 escravos e em 1873, 35 mil (Costa, 1985, p. 301).

Em um processo em que alguns elementos suspeitos foram detidos na Rua Gal. Argolo com objetos próprios para o furto, como chaves falsas, serrote e limas, nenhum deles declarou

---

<sup>131</sup>. Uma fábrica de canastra, de propriedade de cearenses, comprova a presença desses imigrantes na cidade, como mostra o anúncio publicado em *A Sentinella* de 28 de janeiro de 1900.

ser friburguense, sendo um natural do Pará, um austríaco e um terceiro de Cantagalo.<sup>132</sup> Uma parte desses intitulados “vagabundos” era também estrangeira, que acabava se juntando à malta da cidade para provocar distúrbios e confusões:

(...) A lavoura precisa de braços e por falta delle definha; procura-se trabalhadores e não há quem queira trabalhar, **manda-se vir estrangeiros para trabalharem e poucos dias depois, são encontrados fazendo parte da vagabundagem**, enchendo as tabernas e tornando-se desordeiros (...). (*O Friburguense*, “Os Vagabundos”, de 5-7-1896; grifos meus.)

Diariamente quando chegam os trens da capital, alguns vadios, de que está cheia Friburgo, penduram-se nos carros em movimento, com o risco de serem colhidos pelas rodas respectivas.

O Sr. Delegado de polícia é quem pode dar cobro a esse brinquedo de mau gosto. (*A Sentinella*, de 16-1-1898.)

O artigo 3º do projeto sobre a repressão da ociosidade previa que o estrangeiro reincidente no delito de vadiagem poderia ser expulso do país. De acordo com Sidney Chalhoub (2005, p. 77), era fácil entender o porquê do rigor da pena ao estrangeiro que era detido por vadiagem: destinado a servir de protótipo do trabalhador ideal na ordem capitalista que se anunciava, sua não-adequação a esses parâmetros era vista como uma ameaça à ordem social.

Esses “vagabundos” que não eram friburguenses constituíam uma espécie de vira-mundos, que percorriam o país atraídos para as regiões de maior riqueza. De acordo com Maria Cristina Wissenbach, tal mobilidade era provocada por um sistema que relegava aos homens livres um viver à margem de tal modo que deles só se aproveitava residualmente. A estrutura da sociedade escravocrata engendrou homens andarilhos, sem vínculos e despojados. A nenhum lugar pertenciam e em toda parte se acomodavam. Mudar de lugar sempre foi hábito dos homens livres e pobres. Ainda segundo Maria Cristina Wissenbach:

Interpretar a historicidade das condições de vida desses grupos implica, também, superar os limites dos preconceitos burgueses e discernir valores e visões de mundo a eles peculiares em experiências sociais diversificadas e fluidas; implica avaliar a reorganização de suas vidas contornando os resquícios do domínio escravista, os flagelos das fomes e das secas, fugindo dos alistamentos e das

<sup>132</sup>. Sumário de crime autuado em 15 de setembro de 1898 no juízo de Nova Friburgo, no Cartório do 2º Ofício, sendo autor a Justiça e réus Luiz R. Valle, Antonio Rossi e Agnel Gabriel Marques. Esse processo encontra-se no arquivo do Fórum de Nova Friburgo.

conturbações políticas, buscando novos espaços sociais que permitissem minimizar não só as mazelas do desenraizamento, como também a condição de exclusão pretendida pelos projetos modernizantes das elites brasileiras. (Wissenbach, 2006, p. 57-60.)

Nova Friburgo era conhecida por receber muitos veranistas opulentos e, conseqüentemente, deveria atrair toda sorte de pessoas. Circulavam por Friburgo indivíduos desconhecidos da população sem que se soubesse de sua origem, não tendo domicílio certo e sem possuir qualquer ocupação. Viviam na cidade como “fidalgotes”, comiam e bebiam fartamente e vestiam-se razoavelmente, bem “encasacados”. Moços e robustos, segundo a descrição de *O Friburguense*, bem que poderiam servir à lavoura, queixava-se o articulista:

(...) Antigamente vivíamos perfeitamente bem, completamente tranquilos e certos de que em nada seríamos prejudicados.

Há certo tempo, porém, isto é, há uns quatro ou cinco annos para cá as cousas mudaram inteiramente.

Facilmente se encontram certos sujeitos que ninguém os conhece, não se sabe quem são nem d’onde vieram, e passam a vida como uns fidalgotes.

O certo é que elles vagam por ahi noute e dia, em nada se occupam, não têm residência, comem e bebem fartamente, andam bem encasacados e... os poleiros alheios vão ficando vasios, as dispensas e as adéguas do próximo vão sendo saqueadas e até jóias de valor são habilmente surrupiadas, das casas de famílias e todas essas cousas são compradas por qualquer quantia insignificante, por indivíduos que valem tanto ou são tão bons como aquelles.

(...)

Não poupem esses vagabundos e ratoneiros, casados ou solteiros, brancos ou de cores, nacionaes ou estrangeiros, devem pagar a ousadia de gatunarem a fortuna alheia (...). – Pof-Puf. (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 24-5-1891.)

Teriam sido esses mencionados “vagabundos” negros egressos da escravidão? Aparentemente, não, pois o articulista declara não estar se referindo aos “13 de Maio”, como poderiam pensar as autoridades. Nas regiões de forte imigração, como foi o caso de Friburgo, o negro foi considerado um ser inferior, útil quando subserviente ou perigoso por natureza, ao ser visto como vadio e propenso ao crime (Fausto, 2006, p. 124-6). A questão desse grupo “13 de Maio” não pode ficar esclarecida nesta pesquisa. Uma única outra referência a esse grupo foi feita por ocasião de uma missa de aniversário às vítimas do “13 de Maio”. Eis, na íntegra, a fala do articulista:

Não pensem as autoridades que fazemos referencia aos 13 de Maio, não; entre elles tambem há gente bôa como ha ruim nos que libertaram-se antes dessa gloriosa data e entre os que nasceram livres. Devemos banir do nosso espirito, e de uma vez para sempre, certos preconceitos que só servem para alimentar rivalidades e paixões que nenhum beneficio nos trazem. Não ha distincções, perante a lei somos todos iguaes. Porque um individuo tem a pelle preta ou escura, não tem menos garantia que outro que a tem mais alva; o que vale, o que recommenda-o, é o seu procedimento, as suas aptidões, a sua intelligencia, a sua applicação ao trabalho e o respeito que elle guarda as leis e aos seus representantes, esforçando-se por honrar a sociedade em que vive e ao paiz que nasceu. (*O Friburguense*, “A Vadiagem”, de 25-10-1891, e a edição de 24-5-1891.)

O perfil desses “ratoneiros” fica um pouco definido quando o articulista declara que ninguém deve ser poupado, seja ele branco ou “de cores”, nacional ou estrangeiro, numa alusão de que não se tratava apenas de negros. Ao que parece, eram pessoas vindas de outras regiões em busca do ganho fácil, pois, conforme vimos anteriormente, havia emprego em Friburgo na lavoura e nos serviços domésticos, nos quais poderiam se ocupar. E por que não trabalhavam nessas atividades? Há uma corrente de historiadores que defende a tese de que o trabalho, devido aos mais de três séculos de escravidão, ficou estigmatizado no Brasil como algo negativo, como “coisa de negro”, o que pode explicar o porquê de os intitulados “vagabundos” não se ocuparem no serviço de lavoura e nos serviços domésticos em Friburgo. O Código Penal de 1890, já prevendo esse problema da representação negativa do trabalho no meio social, cercou-se de dispositivos tipificando as práticas de vagabundagem e vadiagem, que passaram a ser crime. O que agravava ainda mais o problema era a impunidade desses vadios e delinquentes, pelo que o articulista acusava as autoridades de serem frouxas e tolerantes quanto à pratica da vagabundagem.

Mas, além desses desocupados, Nova Friburgo já apresentava outros problemas sociais, provavelmente originários da má distribuição da riqueza gerada no município. Havia um enorme contingente de menores vagando pelas ruas da cidade, vivendo na ociosidade e na vadiice desenfreada. Esses meninos nos remetem ao personagem de Victor Hugo em *Os Miseráveis*, pequenos “Gavroches” que tinham na rua seu *habitat* natural e seu espaço de sobrevivência e convivência. Provavelmente, Nova Friburgo deve ter tido, desde os tempos do

Império, crianças que viviam nas ruas. A diferença é que, desde o momento em que o espaço público da rua deixou de ser mera passagem, lugar de trânsito, e se transformou em lugar de sociabilidades, essas crianças passaram a incomodar.

Eram vistas aos bandos nas estações de trem, aguardando a chegada das locomotivas, a pretexto de carregar as malas dos passageiros. Vagueavam pelas ruas e praças da cidade, “como fazem os animais sem dono”, em estado de miséria, apesar de a maioria possuir família. Não freqüentavam as escolas e nem igrejas, sendo vistas ainda pelas estradas, nas “tavernas da roça”, proferindo obscenidades, já dando mostras dos maus costumes e inclinações perversas, segundo *O Friburguense* de 5 de julho de 1891. Profissionais do “jogo do pau” sabiam engatilhar uma arma de fogo, trazendo ainda à cintura a indispensável faquinha, alguns já possuindo espingarda, revólver ou garrucha. Havia no bando, inclusive, meninas na faixa de 15 anos, algumas delas vítimas de abusos sexuais. *O Friburguense* de 1 de setembro de 1894 sugeria que se encaminhassem esses menores às oficinas, às fábricas, à lavoura ou a qualquer outra profissão honrosa da qual tirassem os meios de subsistência.<sup>133</sup> “De pequenino é que se torce o pepino”, já dissera antes o mesmo jornal, em seu editorial de 24 de janeiro de 1892, referindo-se à necessidade de esses menores serem encaminhados à escola para ser educados. Apesar de o juiz de órfãos solicitar freqüentemente ao delegado de polícia que trouxesse à sua presença esses menores, percebe-se que eram medidas que não surtiam qualquer efeito, denunciava *A Sentinella* de 19 de novembro de 1899 (“Menores Vagabundos”).

---

<sup>133</sup>. “Não será difficil cahirem na carreira do crime, pensando-se que essas infelizes creaturas, não terem o precioso conhecimento para conhecerem e differençar o bem do mal, educadas nas ruas, podem ser vítimas de maus conselhos e perversas seducções; quanto mais que constantemente são vistos sujeitos desconhecidos andarem por ahi, sem saber de onde vieram, para onde vão e quem são, e que assim como podem ser bons cidadãos serão talvez bons gatunos, artérias de quadrilhas que tenham sua séde n’outro lugar (...). Providencie Sr. Delegado com toda energia, antes que alguns dos menores vagabundos desta cidade enveredem pelo caminho do crime e sejam seduzidos (...).”

Na foto do Hotel Engert no caderno de ilustração no final deste livro, talvez tenhamos a imagem desses meninos a que tanto se referiam os jornais. Com idade variando na faixa entre seis e dez anos, andavam descalços, maltrapilhos, sujos e geralmente em bandos. Na fotografia, percebe-se que eram brancos e negros e, por uma liberalidade do fotógrafo, conseguiram ser incluídos na fotografia junto a outras crianças que estavam ao lado dos seus mestres.

Apesar de a maior parte desses menores ter família constituída, havia entre eles alguns órfãos. De acordo com o periódico e alguns processos pesquisados, era grande a quantidade de órfãos na cidade que possivelmente compunham essa horda de meninos de rua. O problema não era somente a existência de muitos órfãos, mas também dos tutores que abandonavam seus tutelados, não lhes dando educação, nem zelando por sua formação moral, e isso quando não havia casos de maus-tratos. Muitos deles alcançavam a maioria totalmente analfabetos e sem nunca terem assistido a uma missa, atestavam as edições de *O Friburguense* de 26 de outubro e 9 de novembro de 1890. Os tutores eram obrigados, a cada dois anos, a prestar conta de sua tutoria ao juiz. Quando convocados, diante da indagação do juiz de por que os pupilos não freqüentavam a escola, as respostas eram sempre as mesmas: por falta de meios ou porque residiam distante delas. Sobre o fato de não trabalharem, a maioria dos tutores respondia que, quando encaminhados para a lavoura, abandonavam o serviço. Provavelmente, isso ocorria em razão de serem explorados, com uma carga excessiva de trabalho e sem qualquer remuneração.

Era uma cena freqüente no cotidiano da cidade a briga de gangues entre esses menores. Quase sempre nas tardes de domingo, um numeroso grupo de meninos do lado sul da cidade concentrava-se na Praça 15 de Novembro, dirigindo-se em seguida à Praça do Suspiro, onde já era aguardado por outro grupo, que residia no lado norte. Começavam então as escaramuças entre eles, desafiando-se e rolando sopapos e bofetadas “a junco”. Quando o

desafeto não chegava às vias de fato, a vozearia era atroadora, apupando-se mutuamente e proferindo palavrões que amedrontavam os transeuntes. Muitos desses meninos das gangues andavam armados com bengalas, varas de marmeleiro, canivetes e até um revólver. Segundo o jornal, os meninos que se recusassem a pertencer a algum desses grupos e que casualmente eram por eles encontrados na rua apanhavam com bofetões, varadas e empurrões. Agressivos, houve um incidente em que um desses grupos apedrejou o encarregado da iluminação quando ele acendia os lampiões, tendo o funcionário de fugir para escapar da sanha dos moleques.

Há também o registro de um enorme grupo de menores armados de canivete, provocando enorme sarilho na Rua Gal. Argolo. O delegado, que conseguiu “pilhar na rede” 15 desses menores, constatou que somente dois deles não tinham família, tendo sido encaminhados ao juiz de órfãos para que lhes fossem nomeado tutores. O restante foi entregue aos familiares, que foram advertidos pelo mau comportamento de seus filhos, segundo *O Friburguense* de 5 de outubro de 1890. Todavia, não há registro de furtos praticados por esses menores, referindo-se o periódico somente à algazarra, às brigas entre si e às provocações que encetavam aos transeuntes. Há, finalmente, o registro de uma malta de meninos, alguns já bem taludos e moradores de um mesmo local, que se reuniam todas as noites na Rua Gal. Osório, batucando em latas de querosene e fazendo um barulho infernal, “de mil diabos”. A matinada vinha acompanhada de gritos e assobios e, quando alguém reclamava do barulho, os meninos em algazarra soltavam pachouchadas que estremeciam as senhoras, conforme a reclamação de *O Friburguense* (“Ao Sr. Delegado de Polícia”) de 25 de janeiro de 1894. Ganhando as ruas e protegidos pela escuridão da noite, tiravam o sono dos cidadãos friburguenses com seus batuques em latas de querosene indivíduos alijados daquela sociedade que falava francês, inglês, alemão e italiano. Esses “entezinhos” eram mais estrangeiros do que os imigrantes naquele Brasil que se redescobria e se formava. Analfabetos, nunca seriam os cidadãos que a

República pretendia criar, formando uma massa anônima que o periódico ironicamente denominava “Zé Povinho” ou “Zé Camelo”:

(...) Quando estendo a minha gâmbia, levo a mão á cintura e dou uma torcidélas no meu bigode, é porque as cousas não andam tão boas como se afigura ao **Zé Camello**. Não tenho necessidade de explicar que o **Zé Camello**, é o Sr. Povinho, que tudo vê, tudo supporta silencioso e pacientemente, e carrega quanta carga pesada lhe querem pôr ao costado (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 9-4-1893; grifos do original.)

(...) Não há quem olhe para os soffrimentos do povo; da parte menos favorecida da fortuna então é que ninguém se lembra: é gente que não deveria existir (...). E a Câmara Municipal tem tido a costumada energia e perseverança, de tudo ver, de tudo saber, de tudo poder, e nada fazer em auxilio do povo, do pobre povo. (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 29-3-1894.)

Marginalizados, procuravam obter o seu quinhão na partilha da riqueza gerada pelo turismo, circulando em grande número pela estação, aguardando a chegada dos trens. Empurrando uns aos outros na disputa desenfreada pelo serviço, viviam aos sopapos nas estações, disputando o privilégio de levar as bagagens dos veranistas, constrangendo os passageiros recém-chegados e os friburguenses pela falta de civilidade, conforme revelava o editorial de *O Friburguense* de 28 de outubro de 1894. Alguns, mais audaciosos, subiam nos carros ainda em movimento, um pouco antes da estação, para garantir o compromisso do passageiro, correndo o risco de serem esmagados ou mutilados. Muitas vezes, a violência entre eles era tão acirrada que os passageiros ficavam atordoados e amedrontados, permanecendo nos carros até que o sarilho passasse. Outros, mais taludos, também rivalizavam com as crianças para carregar a bagagem, o que tornava um verdadeiro transtorno a chegada de cada trem à cidade, reclamava a coluna “Pif-Paf”, de *O Friburguense* de 7 de junho de 1894. Tendo em vista esses incidentes, a direção da Companhia Leopoldina chegou a proibir a presença desses menores nas estações, em virtude do constrangimento que causava aos veranistas. O guarda da estação os dispersava fazendo uso da vara de marmelo, mas lá estavam eles, no dia seguinte, disputando o seu espaço naquela sociedade que os alijava:

O Sr delegado tomou providências no sentido de reprimir o abuso que praticam certos menores formados em grupos de fazerem alarido pelas ruas, incomodando os moradores e vaiando os transeuntes. (*O Friburguense*, de 11-2-1893.)

(...) Para qualquer lado que se volva o olhar encontram-se tróças desses entezinhos que chamma a attenção dos transeuntes pela algazarra que fazem aos ouvidos ou pelas travessuras que praticam, no que muitos excedem-se (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 3-6-1894.)

Quando ainda hoje a situação do “menor de rua” vem sendo debatida pela sociedade brasileira, esse fato se torna mais grave ao historicizarmos a questão, encontrando um problema estrutural que existe desde o século XIX. A propósito, o problema da exploração e dos maus-tratos às crianças remonta aos tempos coloniais no Brasil. No final do século XIX, as crianças que tinham na rua o seu *habitat* eram denominadas “vagabundas” e, ironicamente, “*dandy* de misérias”. O mais impressionante é como Friburgo tinha o mesmo problema de menores na rua de cidades como São Paulo, o que corrobora mais uma vez a tese de uma grande onda migratória para Friburgo no final do século XIX, em decorrência da convergência de turistas para a cidade. A história nos ensina que crescimento econômico e exclusão social concorrem paralelamente na base de nossa sociedade e que a dureza da vida levava os pais a abandonarem cada vez mais a criação dos filhos.

Mas, por que essas crianças pobres que circulavam pelas ruas de Friburgo eram denominadas “vagabundas”? Inicialmente porque a ideologia republicana estabelecia uma forte dicotomia entre os mundos do trabalho e da vadiagem. E segundo porque, na concepção da elite da época, lugar de criança pobre era na indústria ou na lavoura – diferentemente de hoje, em que o discurso é encaminhá-la para a escola –, sob a alegação de que ela era “o melhor imigrante” (Priore, 2007, p. 379), uma força de trabalho que não poderia ser desprezada. Para tanto, surgiram os arautos da pedagogia do trabalho, uma solução que resolveria não só o problema da delinqüência e da vagabundagem, como ainda da falta de braços na lavoura. Algumas indústrias, principalmente de tecelagem, empregavam mais crianças e mulheres do que homens adultos em razão de essa mão-de-obra ser infinitamente mais barata, atendendo à lógica capitalista. Passaram a surgir à época institutos disciplinares, colônias correcionais e outras instituições de caráter industrial destinados ao ensino

profissional, para formar mão-de-obra para a agricultura e a incipiente indústria do país. No entanto, sabemos, ao longo da história, que nessas instituições as práticas de violência, através de castigos físicos e maus-tratos, mais uma vez legado de mais de três séculos de escravidão, só contribuíam para tornar os internos mais agressivos, de modo que eram devolvidos à sociedade semi-analfabetos e sem qualificação profissional.

Em Friburgo, não se pode afirmar que esses menores que vagavam em bando pelas ruas fossem delinquentes. A imprensa os colocava mais como arruaceiros, barulhentos, provocando sarilho com bandos rivais, dizendo palavrões e, o que era pior, andando armados. Provavelmente, eram usados por adultos para praticar pequenos furtos, mas bastava a sua presença perambulando pelas ruas, com modos de mando, para provocar na elite friburguense certo desconforto.

Logo, esse bando de meninos passou a fazer parte do cotidiano da cidade, promovendo alarido pelas ruas, apupando os transeuntes e incomodando cavalheiros e gentis senhoras.

O problema da precariedade da iluminação agravava ainda mais a segurança da cidade. Às 9 horas da noite, Friburgo já estava “em completa escuridão”, denunciava *O Friburguense* de 21 de agosto de 1892. Segundo esse mesmo jornal, em sua edição de 16 de setembro de 1893, o delegado de polícia chegara a fazer um apelo à Câmara pedindo providências sobre a iluminação da cidade, para facilitar o policiamento:

(...) O que fazem certos rapazes, e quase sempre os mesmos, vagando pela cidade, depois da hora de recolhimento (...). Reunindo-se esses factos de destruição com os de gatunagem que tem succedido ultimamente, póde-se sem hesitação affirmar que atravessamos um período triste. Pof-Puf. (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 21-12-1893.)

A questão da iluminação pública era uma das notícias que mais ocupavam os editoriais.<sup>134</sup> Em 1890, fazia-se a iluminação somente por 15 noites de cada mês, assim

---

<sup>134</sup>. “(...) grande numero de lampeões não são accesos há muitas noutes, outros são accesos das 7 as 8 horas e em muitos a luz apenas bruxoleia não dando a devida claridade (...) para que se não repita o que já temos

mesmo até as 22 horas e excepcionalmente até as 23 horas. Em alguns lampiões, o fogo era tão forte que provocava fumaça, encobrindo a luz; já noutros a luz era tão reduzida que somente bruxuleava, parecendo estar apagada. Reclamava *O Friburguense*, em sua edição de 30 de novembro de 1893, que, sujos e com a luz amortecida, os lampiões eram acesos muito tarde e apagados muito cedo:

(...) as outras quinze noites de cada mez são de luar como rezam os calendarios: nestas noites tem que apparecer, ha de apparecer, deve e é preciso apparecer o luar! (...). (*O Friburguense*, “Iluminação Pública”, de 1-8-1890.)

Mas, por que a Intendência não tomava providências nesse sentido? Primeiramente, esbarrava nos concessionários desse tipo de serviço. Como ocorre até hoje, os concessionários do serviço público nunca davam uma contraprestação condizente e satisfatória, como acontecia com o italiano Giffoni, que era merecedor das simpatias dos vereadores da Câmara. Segundo *O Friburguense*, ele procedia como bem entendia e não havia quem o chamasse ao cumprimento de seu dever:

(...) O publico tem o incontestavel direito de pedir-lhe, até mesmo exigir: Luz! Luz! (...) Está feito o pedido e fil-o em nome do publico; porém, á esse prende-se outro pedido que faço somente aos que vierem aqui residir temporariamente e é: Quando vos retirardes desta cidade, contaí ás vossas famílias, aos vossos parentes e amigos, mesmo os curiosos, tudo quanto aqui vistes, que não póde ser senão as riquezas naturaes prodigalisadas pela mão benéfica da Providencia; podeis contar-lhes de que tamanho são as serras que cercam a bonina do Estado do Rio de Janeiro; mas, pelo o amor a esta terra que vos robusteceu com as suas águas e o seu clima vivificadores, pelos anjos, pelas virgens e por todos os santos, pelo amor de Deus, nada conteis da illuminação publica que tem dado assumpto para uma verdadeira comedia. Pof-Puf. (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 8-4-1894.)

Outro problema crônico de Friburgo era o vício da embriaguez. Nos sumários de alguns crimes pesquisados nos arquivos do Fórum da cidade, os réus, na maioria das vezes, encontravam-se embriagados. Corroborava esse comportamento o fato de o Código Criminal

---

ouvido dizer, que a illuminação é só para inglez ver (...). – Pof-Puf” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 3-4-1892).

da época considerar como atenuante, diferentemente de hoje, o fato de ter o delinqüente cometido o crime em estado de embriaguez, isso quando não levava até à absolvição do réu.

Eram muitas as notícias de indivíduos sendo presos tendo “ingresso”, “passe” ou “gyro” na cadeia. Muitos deles, tanto homens como mulheres, eram geralmente negros, sendo recolhidos em “estado chuvoso” até se curarem da bebedeira, segundo *O Friburguense* de 7 de junho e 9 de agosto de 1891. No final do século XIX, a ascensão da pequena burguesia passou a exigir o respeito às leis e às boas maneiras, sendo que o devasso, o alcoólatra, o probretão, o endividado e o jogador se tornaram indesejáveis e severamente criticados (Perrot, 2003c, p. 271). Inofensivos, já faziam parte do cotidiano da cidade e o jornal, em tom hilário, fazia graça desses infelizes:

Padrenosso de um Bêbado

Santo abafadinho, que estaes na quartolla, purificado sejas, sem água, venha a nos o vosso liquido, para ser bebido á minha vontade, assim na taverna como em casa.

Três quartilhos por cada hora nos dá hoje; perdoa-me as vezes que te perdôo o mal que ás vezes me fazes; não me deixes cair atordoado, mas livra-me da policia. (*O Friburguense*, “Padrenosso de um Bêbado”, de 5-7-1891.)

Esse tipo de paródia do bêbado era uma herança dos tempos medievais. Conforme Mikhail Bakhtin, durante a Idade Média surgiu a paródia sacra, na qual se arremedavam os elementos do culto e do dogma religioso. Existiam numerosas paródias litúrgicas, como a dos beberões, dos jogadores, das leituras evangélicas, das orações, inclusive as mais sagradas, como o pai-nosso e a ave-maria, das litanias, dos hinos religiosos, dos salmos, entre outras. Escreviam-se em tom de paródia testamentos, como o testamento do porco e do burro, epitáfios e decisões dos concílios. Eram compostas no período do “riso pascal”, do “riso de Natal” e por ocasião da “festa dos tolos”. Eram os ecos do riso dos carnavais que repercutiam dentro dos muros dos mosteiros, das universidades e dos colégios. Esse gênero literário estava consagrado pela tradição e tolerado em certa medida pela Igreja (Bakhtin, 1999, p. 12-3).

A relação entre a sociedade friburguense e os policiais era também foco de constantes tensões.<sup>135</sup> Se, por um lado, a polícia era omissa em relação à repressão aos delinquentes, por outro, paradoxalmente, era intransigente com a população. O que se percebe é que o regimento policial era algo distante da população friburguense e isso se devia ao fato de a maioria dos praças ser de outras regiões, como ainda hoje ocorre nos municípios do Estado do Rio. As ações criminais pesquisadas comprovam essa alegação, em que os praças declaravam ser originários de diversas regiões do país. O arbítrio parecia ser o principal instrumento utilizado por esses policiais, acarretando desrespeito aos direitos individuais dos novos cidadãos da recente República. O excesso de poder era visível no exercício da autoridade policial e depreende-se que não havia harmonia entre os poderes constituídos, como era o caso das picuinhas entre o delegado de polícia em relação ao regimento policial da cidade.

O federalismo de 1891 delegou as funções policiais aos estados e cada um deles organizou seu aparelhamento policial, alguns autorizando a criação de guardas municipais ou de polícia local. Friburgo chegou a articular a criação de sua guarda municipal, mas esse projeto não foi adiante. Era adotado, em regra, o princípio da livre nomeação dos chefes de polícia, delegados e subdelegados pelos dirigentes dos municípios, e o resultado disso foi a existência de uma polícia partidária, que já vinha sendo desde o Império utilizada como instrumento habitual de ação política (Leal, 1975, p. 198).

Durante toda a pesquisa, encontramos inúmeros artigos nos jornais sobre a truculência policial, a exemplo do caso de um grupo de rapazes portugueses que passava exatamente na

---

<sup>135</sup>. “(...) Por mais esforços que façamos para não ter essa folha ocasião de censurar os actos das autoridades policiaes locais; proceder este que temos observado até ao sacrificio, somos hoje levados a romper com taes reservas, associando-nos para causa do povo e unindo à sua a nossa fraca voz, erguemos alto, bem alto e solemnemente um protesto contra o irregular procedimento de algumas autoridades que têm demonstrado a exuberância falta de capacidade indispensável para bem desempenharem os cargos que occupam (...) mostre pelos seus actos inquebrantável imparcialidade, e que a lei é igual para todos, ricos ou pobres, fidalgos ou plebeus, nacionaes ou estrangeiros (...)” (*O Friburguense*, “O Carnaval e a Policia. Retirem-se”, de 6-3-1892).

hora em que um indivíduo gritava “morras” para a polícia.<sup>136</sup> Mesmo sem ter nada com a manifestação, foram esbordoados pelos policiais, provocando correria de senhoras, que gritavam amedrontadas. Conduzidos para a cadeia, nela um dos rapazes foi novamente vítima de um praça, recebendo sopapos e ponta-pés. Um curioso, ao aproximar-se da cadeia atraído pela confusão, caiu na esparrela e foi agredido por um praça, que lhe aplicou imensa dose de tombos e cachações, fazendo jorrar sangue pelo nariz do infeliz. Esse quadro do cotidiano da cidade revela o nível de violência e a falta de preparo do aparelho policial. Não muito diferente do que ocorre hoje. As vítimas eram geralmente os negros, os estrangeiros e os rapazes jovens, não sendo poupados nem os das famílias mais abastadas da cidade. Os policiais acutilavam os estudantes em praça pública e, segundo *A Sentinella* de 19 de junho de 1898 (“Estado de Sítio em Friburgo”), essa violência mareava os foros de civilização de que gozava Friburgo, fazendo seus habitantes corarem de vergonha diante dos hóspedes que excursionavam durante o verão. Os motivos das prisões eram os mais banais – denunciava *A Sentinella* de 4 de setembro de 1898 –, como não cumprimentar os praças, não lhes dar passagem nas calçadas ou por não ter pagado um copo de aguardente para a patrulha que fazia a ronda na cidade:

O que é certo é que ainda se amarram homens livres!

O Sr. Dr. chefe de polícia nos poderá informar se haverá direito escripto que autorise semelhante barbaridade, no Brazil, no anno de 1894? (*O Friburguense*, de 1895.)

Não se contenta a polícia de já haver aqui espancado jovens estudantes, filhos de distinctíssimas famílias, agredindo também um dos mais illustres progenitores, pessoa altamente collocada e considerada na nossa bôa sociedade? (...).

Além desses factos vergonhosos ainda vem a policia acrescentar novas selvagerias, esbordoando creanças e ameaçando invadir casas de família para agredir também ás senhoras?

E qual a punição para tão reprovantes attentados?

Até aqui, a única tem sido os autores de taes delictos voltarem ao Regimento galardoados com a competente promoção (...).

---

<sup>136</sup>. “(...) Livres, desembaraçados e lampeiros, transitão pela cidade os autores de tal pratica, como se nada houvesse se passado e que tanto depuzesse contra nossa civilisação! (...) E isto tudo se faz em uma das mais civilisadas cidades do adeantado Estado do Rio de Janeiro, distante apenas da capital da República de um pequeno número de kilômetros que se vencem a custa de uma viagem de estrada de ferro em que consome pouco mais de trez horas! (...)” (*A Sentinella*, “De Tropolia em Tropolia”, de 5-2-1899).

É impossível que estejamos condenados a ver transformar-se Friburgo em logarejo sem garantias, aonde a força publica, invertendo o seu papel, seja promotora de desordens, que as autoridades do logar não sabem reprimir.

É demais!

Pelo amor de Deus, não levem este pacífico povo ao desespero! (*A Sentinella*, “Mais Façanhas da Polícia”, de 15-1-1899.)

Para agravar ainda mais as tensões, os praças do destacamento policial não se davam ao respeito, já que viviam constantemente embriagados. O incentivo começava pelas próprias instituições públicas, pois o vinho fazia parte do farnel do regimento policial da cidade, conforme descrito no edital de proposta para fornecimento de víveres. Em certa ocasião, todo o destacamento policial estacionado na cidade foi substituído em consequência de o comandante e demais praças se encontrarem freqüentemente embriagados, provocando cenas pouco edificantes e não consentâneas com sua condição de mantenedores da ordem pública. É interessante a resposta dada pelo alferes Chrizogno Bezerra de Menezes, comandante do destacamento, defendendo-se da carta de um cidadão ao jornal, que declarara estaria a cidade às moscas, pois testemunhara todos os praças embriagados. Em vez de ater-se à defesa da instituição, limitou-se a retificar o número de praças alcoolizados, como se fizesse diferença, a bem da moral pública, se eram três ou toda a corporação que se encontrava embriagada (*O Friburguense*, “Destacamento Policial”, de 1895). Além disso, eram acusados de tolerância e de conivência com o jogo ilícito, sendo vistos com freqüência em prostíbulos da cidade, conforme denúncia de *A Sentinella* (“Quem Semeia Ventos, Colhe Tempestades”) de 29 de março de 1898.

Durante um carnaval, a população friburguense sofreu a macaca. Segundo ainda esse periódico, a polícia, que era paga para garantir a ordem e a tranqüilidade pública, transformou-se, durante os três dias de carnaval, em verdadeiro “pomo” de discórdia e em ameaça perene ao pacato cidadão que procurava divertir-se durante os folguedos carnavalescos. No primeiro dia de carnaval, enquanto populares se divertiam no Beco do

Arco, soldados que se achavam em ronda causaram grande distúrbio, pondo em completa debandada os “mansos transeuntes e os inocentes assistentes”. “Transformando sabre em sardinha”, ainda segundo o periódico, a “bambolear” o corpo, com gestos de capoeiragem e atitude agressiva, ameaçavam tudo e todos, retirando-se “os valentes homens” somente quando o beco ficou deserto pela fuga precipitada do povo indefeso. Mas o pior ainda estava por vir. Além de diversos conflitos com a população durante o carnaval, no terceiro e último dia provocaram novo sarilho na sede da Sociedade Musical Estrela, na Rua Gal. Osório, onde ocorria um baile de carnaval. De acordo com o periódico, os “heróicos” homens trocaram o Campo de Marte pelo de Momo. Invadiram a sede da Sociedade Musical Estrela, apesar do protesto dos sócios, avançaram com ganância sobre a mesa de um botequim, comendo todos os pastéis e bebendo quanto quiseram, e se retiraram para a sala do baile, recusando-se a efetuar o pagamento do que haviam consumido. Na sala do baile, “tomaram a pulso” parte nas danças e ao som de um tango “choroso e mole” dançaram os soldados um “maxixe quebrado e dengoso”, a folgar carnavalescamente. O subdelegado, esquecendo-se também da posição de seu cargo, atirou-se num “choro gostoso”, gritando: “Não sou autoridade, não sou nada! Sou um homem como os demais!” Depois de quebrarem uma talha d’água, transformando a sala em um vasto lago, o subdelegado e os soldados, em promíscua confusão, ao som de uma *habanera*, deixaram a sede em roxo “*fandanguassu*”. Chegando à rua com a voz esganiçada, falavam aos assustados transeuntes: “Vocês nos conhecem? Nós somos os encarregados de velar pela segurança e tranqüilidade pública!” Concluía o periódico: “Durma-se com um barulho deste!” Sob o título “Polícia Carnavalesca – Soldados Rolistas e Maxixeiros”, *O Friburguense* de 24 de fevereiro de 1901 denunciava que, apesar de o delegado haver prometido descontar dos vencimentos dos soldados as despesas com bebidas, pastéis e doces com que se haviam refestelado, além da talha que quebraram quando estiveram “bamboleando

com o corpo”, o encarregado do baile ficou a ver navios, pois do cobre nem sombra. Antes disso, o mesmo jornal já denunciara:

(...) admira-nos muito a razão porque conservam no Regimento Policial, soldados que se dão ao vício da embriaguez, e commettem destas tropolias. (*O Friburguense*, de 17-8-1893.)

Caso típico que ilustra e exemplifica bem o nível de comportamento dos praças da cidade foi um processo levado ao Tribunal Correccional, tendo como réu Vicente José Geroncio, 22 anos, natural de Pernambuco e lotado no regimento policial da cidade. Geroncio havia agredido o português Batista e o crioulo Manoel Antonio da Silva numa casa de negócio de José Corrêa Leitão, resultando em lesões corporais nas vítimas. No processo, Geroncio declarou que estava um pouco embriagado quando praticou as agressões, porque das 2 horas da tarde em diante bebeu uma garrafa de vinho do Porto, além de aguardente na referida casa de negócio.<sup>137</sup>

A população friburguense, porém, cansada de tanta violência policial, passou a reagir. Dois episódios são ilustrativos dessas tensões. No carnaval de 1892, um cidadão, proferindo algumas “palavras desagradáveis” quando lhe jogaram um copo d’água, foi preso pelo alferes Oscar Veloso. Quando o indivíduo era conduzido para a cadeia, o português Manoel Amaro Soares, achando injusta a prisão, manifestou-se, o que lhe rendeu umas bofetadas por parte do alferes, bem como a sua prisão. Criou-se um tumulto na cidade, aglomerando-se “grande massa de povo” em frente à cadeia, exigindo a liberdade do português, que foi solto pelo delegado de polícia. Um grupo reuniu-se, depois desse incidente, no então Teatro Victor Hugo, formulando um protesto por escrito assinado por grande número de cidadãos brasileiros e estrangeiros, dirigido ao governador do estado. O pedido de afastamento do

---

<sup>137</sup>. Geroncio foi absolvido em função de o júri ter julgado por unanimidade de votos que o fato de o réu estar em estado de embriaguez consistiria numa circunstância atenuante (sumário de crime autuado em 1 de maio de 1893, no juízo de Nova Friburgo, tendo como autor a Justiça e réu Vicente José Geroncio. Esse processo encontra-se no arquivo do Fórum de Nova Friburgo).

alferes foi atendido, havendo a troca no comando da cidade, como atesta *O Friburguense* de 6 de março de 1892 (“Efeitos do Entrudo”).

De outra feita, o periódico registrou a reação da população contra o espancamento do operário João Gomes de Oliveira, conhecido músico da Euterpe, por parte de alguns praças. A multidão, acionada por uma dessas correntes involuntárias tão comuns em tais situações, dirigiu-se à residência do alferes a fim de exortá-lo ao cumprimento de seu dever, promovendo a punição dos que cometeram a arbitrariedade de espancar um morigerado operário da cidade. Um grupo de meninos se dirigiu ao alojamento dos policiais e, em atos típicos da garrulice infantil, assoviou e jogou pedras nas vidraças do edifício, provocando a fuga dos praças. O fato só não assumiu maior gravidade devido à intervenção de alguns cavalheiros diante de tal demonstração popular, segundo *A Sentinella* de 19 de junho de 1898.

No que se refere às tensões sociais entre os cidadãos friburguenses, constata-se nos processos criminais que a maior parte era decorrente de rixa motivada por dívidas e questões de terras, sempre envolvendo imigrantes. É possível que dois fatores tenham auxiliado no recrudescimento dessa violência: o abuso no uso de álcool e a facilidade de obtenção de armas de fogo. Quanto às armas brancas, apesar de serem também utilizadas em alguns crimes, eram na realidade instrumento de trabalho, algo que não se poderia coibir. Já as armas de fogo, ao que parece, não era difícil ter acesso a elas, sendo portada inclusive por menores. A maioria dos homens possuía armas em seu domicílio, pois, além de um atributo da masculinidade, era um instrumento de defesa contra animais e bandidos, principalmente por parte da população rural.

Assim, Nova Friburgo será uma cidade marcada por inúmeras tensões sociais. Além de vivenciar uma ruptura política que provocaria acirrados embates entre os republicanos autonomistas e os moderados, havia os problemas sociais claramente perceptíveis na

formação do núcleo urbano: o município vivia na fronteira entre o campo e a cidade, no embate entre vagabundos e morigerados e na vivência de cidadãos e “bestializados”.

Mas, enquanto o Rio de Janeiro, a cidade febril, vivia seu momento de Babilônia, Friburgo beneficiou-se dessa chusma de veranistas que fugia das epidemias e permanecia durante metade do ano na cidade, durante a estação calma. Para preencher o tempo dos veranistas na pacata e modorrenta cidade, surgiram um teatro, cafés, confeitarias, *charcuteries*, além de uma sofisticada rede hoteleira. Essa população adventícia seria responsável por uma intensa vida social no município, freqüentando o teatro, promovendo recitais, *soirées*, piqueniques, enfim, criando novas formas de comportamento e sociabilidades em Nova Friburgo.

## CAPÍTULO TRÊS

### Espaços e Formas de Sociabilidade

#### 3.1. Por que Deixar o Rio de Janeiro na Estação Calmosa?

Parafraseando Balzac, os cariocas, provavelmente, diziam com a chegada do verão: “A Friburgo!”<sup>138</sup> Era o que ocorria a cada ano, quando se iniciava a estação calmosa. A história de Nova Friburgo com certeza teria sido outra não fossem as epidemias que grassavam no Rio de Janeiro no final do século XIX. O afluxo de veranistas, em particular de cariocas, certamente influenciou na introdução de novas formas de sociabilidade que transformaram o cotidiano da cidade.

Os problemas de saneamento e de higiene vividos pelo Rio de Janeiro no final desse século ocasionavam epidemias de febre amarela, cólera e varíola, agravadas durante o verão, além de focos permanentes de difteria, malária, tuberculose, lepra e tifo, tornando a cidade um lugar pernicioso e execrado para se viver. Conforme foi dito no capítulo anterior, os números fatídicos de mortes ocorridas, todos os anos, durante as epidemias de verão, não poupavam nem os cariocas mais abastados, que viviam em melhores condições. As maiores vítimas eram os estrangeiros, que não possuíam os anticorpos desenvolvidos pela população local, resultando disso a reputação do Rio de Janeiro como o “túmulo do estrangeiro” (Sevcenko, 2006b, p. 22). Da cidade malsã à cidade sã, da Babilônia a Jerusalém, da cidade febril às cidades salubres, o êxodo do Rio de Janeiro era uma trajetória que já fazia parte do cotidiano dos habitantes da capital federal, que migravam para cidades como Petrópolis e Friburgo:

(...) Friburgo é uma cidade de verão e de recreio, procurada pelos que desejam aspirar ar livre, fora do borborinho da capital ou do calor insuportável de outros lugares (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 1896.)

---

<sup>138</sup>. Frase original de Balzac: “À Paris!”.

O Rio de Janeiro somente deixaria de padecer da virulência dessas epidemias no governo de Rodrigues Alves, que promoveu, simultaneamente, a modernização do porto, o saneamento da cidade velha e a reforma urbana. Para tanto, contava com dois grandes timoneiros, o engenheiro Pereira Passos e o médico Oswaldo Cruz. O Centro da cidade foi o foco principal das reformas de Pereira Passos, que iniciou um verdadeiro “bota-abaixo”, objetivando extinguir a promiscuidade social em que vivia a população carioca. O Rio ganhou no Centro um espaço elegante: a Avenida Central, hoje Rio Branco, similar a um *boulevard* francês, com prédios no estilo *art nouveau*. Pereira Passos, responsável pela reurbanização do Rio, havia acompanhado a reforma urbana de Paris, empreendida pelo barão Haussmann, que extinguiu as ruas estreitas dessa cidade, transformando-as em largos e extensos bulevares, e edificou prédios elegantes, modificando a cidade de Paris de tal forma que ela passou a ser uma referência como modelo de cidade e um mito universal. Pereira Passos, que estudou na Escola Politécnica de Paris, reproduziu no Rio de Janeiro o mesmo conceito de cidade, fazendo com que a capital federal vivesse, nos primeiros anos do século XX, a sua *belle époque*.

No âmbito da saúde, a indicação de Oswaldo Cruz foi decisiva para extinguir as epidemias no Rio de Janeiro, iniciando uma cruzada contra as doenças que dizimavam a população a cada ano. Começou o combate à febre amarela, atacando a doença por dois flancos: pela extinção do mosquito e pelo isolamento dos doentes em hospitais. Voltou-se a seguir para a peste bubônica, cujo combate exigiu a exterminação de ratos e pulgas, bem como a limpeza e a desinfecção de ruas e casas, instituindo as denominadas “brigadas sanitárias”. Essas brigadas percorriam ruas e visitavam casas, desinfectando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios e removendo doentes, e seus alvos maiores eram as casas de cômodos e os cortiços. A vacinação contra a varíola, terceira epidemia no alvo de Oswaldo Cruz, originou a conhecida Revolta da Vacina, uma manifestação popular ocorrida

em 1904 envolvendo as classes populares, que protestaram contra a obrigatoriedade de sua aplicação. Violentas manifestações ocorridas nas ruas resultaram na depredação do patrimônio público e na prisão de muitas pessoas (Carvalho, 2004, p. 91-139). Oswaldo Cruz foi vitorioso na extinção das epidemias no Rio de Janeiro. Esse fato afetaria o turismo em Nova Friburgo, diminuindo o afluxo de veranistas no primeiro decênio do século XX, em decorrência da estruturação urbana e sanitária da capital federal. Afinal, não se tratava de um turismo espontâneo, mas compulsório, e motivado pelas péssimas condições de higiene do Rio de Janeiro naquele final de século.

Fica a presente pesquisa, devido ao seu recorte temporal, incapaz de responder em que proporção a *belle époque* carioca afetou a economia friburguense. Há indícios, como foi dito no capítulo anterior, de que houve um declínio acentuado do turismo na cidade. Até aí, nenhuma novidade, já que o recrudescimento do turismo em Friburgo ocorreu em função das epidemias no Rio do Janeiro e, com o fim delas, era natural que houvesse uma diminuição do afluxo de turistas. Mas a questão seria em que proporção e quais foram as formas encontradas para minimizar esse problema?

Friburgo começava a se agitar no começo do verão: as ruas e praças eram limpas, as valas desentupidas e o comércio de luxo abastecido. Mascates turcos corriam afoitos, expondo suas mercadorias na estação, carroceiros circulavam apressadamente para dar conta do transporte de passageiros, e iniciava-se a contratação de empregados temporários. Na estação de trem da Gal. Argolo, curiosos se comprimiam para ver quem chegava e meninos e marmanjos se atracavam disputando as malas dos passageiros. Toda essa movimentação alterou profundamente o cotidiano da cidade:

(...) Começam já os pedidos de comodos nos hotéis e casas particulares (...) aos veranistas habitués desta pitoresca cidade.

Este fato deve servir de aviso aos poderes públicos municipais para que não descuidem de encetar o quanto antes as medidas de asseio e higiene necessárias, não somente para receber condignamente os nossos hóspedes como também para prevenir os males inerentes à superabundância de população na estação calmosa.

(...)

Preparemo-nos para os divertimentos do verão (...) que promettem como sempre ser atrahentes e belos. (*A Sentinella*, “Começo de Verão”, de 19-11-1899.)

Entre a sociedade friburguense, havia um burburinho sobre quem viria durante a estação.<sup>139</sup> Os maiores hotéis, como o Engert, Central e Salusse, disputavam a primazia dos hóspedes ilustres e sobre quem faria a melhor programação para entreter os veranistas, que depois de algum tempo sentiam-se entediados com a modorrenta Nova Friburgo. Como uma parte dos excursionistas permanecia quase meio ano na cidade, entre os meses de novembro a abril, os hoteleiros tinham de se esfalgar para trazê-los sempre ocupados, afastando o tédio. A programação era intensa e disputava-se quem ofereceria o melhor salão, quem promoveria o melhor baile, quem ofereceria o melhor bufê e quem receberia os hóspedes mais ilustres:

Projetam-se várias festas para a temporada de veranista nesta cidade. As corridas de bicicleta serão o great attention. (*A Sentinella*, de 16-1-1898.)

Os hotéis estão cheios de pessoas e famílias que fugiram do calor e das epidemias do Rio de Janeiro.

Muitas dessas famílias de commum accordo com outras aqui residentes, resolveram dar um baile á fantasia, e para isto constituíram uma commissão para encarregar-se de leval-o a effeito (...). (*O Friburguense*, de 16-2-1896.)

Entre as ilustres famílias que tinham propriedades na cidade e que lá passavam boa parte do verão, encontravam-se as do barão de Duas Barras, de João Veiga, dos Mac-Nivem, de Getúlio das Neves, de Batptista Laper, de Manoel de Moraes, de D. Maria Clara Lopes Marins, de José Serpa, entre outros. Entre os hóspedes *habitués*, encontravam-se as famílias Netto Machado, o visconde de Lemgruber, o conselheiro Manoel Dantas Filho, o barão de Mesquita, Barbosa Lima, bem como os acadêmicos Antonio Austregésilo, José Damasceno,

---

<sup>139</sup>. O município recebia veranistas ilustres, como Rui Barbosa, que de certa forma foi *habitué* da cidade. Já Machado de Assis procurou Friburgo para convalescer-se e em correspondência com José Verissimo, quando este também se encontrava em Nova Friburgo em 1897, escreveu: “A mim esse lugar para onde fui cadavérico há dezessete anos, e donde saí gordo, ‘ce qu’on apelle’, gordo, há de sempre lembrar com saudades. (...) Nova Friburgo é terra abençoada. Foi aí que, depois de longa moléstia, me refis das carnes perdidas e do ânimo abatido.” Extraído de um texto escrito por Eugênio Gomes e publicado no *Correio da Manhã* em 13-3-1949, transcrito no livro de Soares, 1960, p. 153-5.

Manfredo Costa, Helvécio Costa e Thelio Moraes, segundo o registro de *A Sentinella* de 1 de janeiro de 1899 (“O Começo de Verão”). Mas, a mais ilustre de todas, como dito antes, era a família de Rui Barbosa,<sup>140</sup> que vinha tão freqüentemente a Friburgo que substituiu o hotel pelo aluguel de uma residência de madame Salusse, na Praça 15 de Novembro, que ficou conhecida como a “Casa de Rui Barbosa”.

Deixando os cariocas o inferno de cidade em que se transformara o Rio de Janeiro daquela época, resta uma indagação: que espécie de cidade encontrou esses veranistas no final do século XIX, em Friburgo?

### 3.2. Compreendendo Nova Friburgo

Nova Friburgo era um município que no final do século XIX estava constantemente se renovando. Além das seguidas imigrações de estrangeiros, principalmente de portugueses e italianos, havia ainda a de nacionais, já que foi um período de deslocamentos de grande parte da população brasileira, devido ao fim da escravidão e da proclamação da República, convergindo para o eixo sul do país uma grande massa humana.

Na sua estrutura social, pertenciam ao mundo organizado do trabalho proprietários, negociantes, profissionais liberais (como médicos e engenheiros), agricultores, artesãos, artistas, funcionários públicos, operários, principalmente da estrada de ferro, carroceiros, mascates, jornaleiros, empregados da construção civil e empregados do comércio. No que concerne à elite friburguense, além dos já tradicionais Salusse e Neves, havia uma categoria de ricos negociantes na cidade. De acordo com o pagamento da décima urbana do primeiro distrito, eram os mais abastados, integrando o topo da pirâmide, o conde de Nova Friburgo, o conde de São Clemente, Antonio Lopes Sertã, André Dumans, Galiano Emílio das Neves,

---

<sup>140</sup>. “Em companhia de sua Exma. Família, acha-se nesta cidade, onde passará a estação calmosa, o eminente estadista, cujo nome serve de epígrafe a estas linhas. Cumprimentado o grande brasileiro, sentimo-nos deveras orgulhosos pelo fato de residir entre nós, embora temporariamente, a maior celebração nacional” (*A Sentinella*, “Rui Barbosa”, de 16-1-1898).

madame Salusse, Manoel José Teixeira da Costa, Carlos Engert, Antonio Van Erven, Elias Antonio de Moraes (barão de Duas Barras), Manoel João de Araújo, Manoel e Vicente Fernandes Ennes, Joaquim Ferreira Balga, João Antonio Galdo, Giovanni Giffoni, Luiz Raspatini, entre outros.<sup>141</sup>

Os filhos do barão de Nova Friburgo pouco permaneciam no município. Antônio Clemente Pinto (1795-1869), barão de Nova Friburgo, fora um dos mais prósperos comerciantes do Brasil e um dos mais próceres do Império. Teve dois filhos, Antonio Clemente Pinto (1830-1898), conde de São Clemente, e Bernardo Clemente Pinto Sobrinho (1835-1914), conde de Nova Friburgo. Os Clemente Pinto raramente participavam da vida social de Nova Friburgo e eram raríssimas suas aparições na cidade. Também não se imiscuíam na política local, pelo menos diretamente, e em nenhum momento são citados pelos grupos políticos. Não obstante, o conde de São Clemente e seu filho, o barão de São Clemente, costumavam freqüentar alguns salões da sociedade friburguense durante o carnaval. De acordo com as declarações no registro eleitoral publicado em *O Friburguense*, o conde de São Clemente,<sup>142</sup> com 59 anos, em 1892, declarou-se capitalista, casado (em 1894 declarou-se viúvo) e morador na Praça Paissandu. Seu filho, o barão de São Clemente, com 32 anos, declarou-se casado, proprietário e morador na Praça 15 de Novembro. Não obstante declararem-se eleitores no município, ficavam pouco na cidade. Já o conde de Nova Friburgo, em 1890, comunicou, formalmente, à Intendência Municipal que transferiria seu domicílio para a capital federal, conforme consta de *O Friburguense* de 17 de maio de 1891. Apesar dessa ausência, os friburguenses não perdiam o vínculo com os Clemente Pinto. Em 1891, o

---

<sup>141</sup>. Conforme o Livro de Receita e Despesa de 1893-1896 da Câmara Municipal de Nova Friburgo existente no Centro de Documentação Pró-Memória da cidade.

<sup>142</sup>. Os netos do barão de Nova Friburgo, Alice Clemente Pinto e o barão de São Clemente, filhos do conde de São Clemente, nasceram em Friburgo. Alice casou-se com o conselheiro Rodolpho Dantas, passando a assinar Alice Clemente Dantas. Faleceu prematuramente em 8 de fevereiro de 1896, com 31 anos de idade, de febre tifóide na sua fazenda em Canaã, em S. Simão, no estado de São Paulo (*O Friburguense*, “D. Alice Clemente Pinto”, de 15-3-1896).

conde de Nova Friburgo foi eleito juiz nos festejos de São João Batista. De acordo com as notas sociais, ele passava a maior parte do ano na Europa.

Apesar de raramente aparecerem na cidade, eram sempre lembrados como beneméritos, por terem trazido o trem a Nova Friburgo, por construírem a Praça 15 de Novembro ou por atos de clemência, como o fato de os condes de Nova Friburgo e de São Clemente terem libertado no dia 23 de abril (o periódico não faz referência ao ano), sem condições, 1.909 escravos, registrava *O Friburguense* de 26 de março de 1894. O jornal trazia sempre notas sobre a família:

No dia 02 é aniversário do Conde de Nova Friburgo, em viagem pela Europa.

(*O Friburguense*, de 8-11-1891.)

Anteontem, dia 4, foi aniversário do falecimento do Barão de Nova Friburgo, pai dos Condes de São Clemente e de Nova Friburgo e avô do Barão de São Clemente. (*O Friburguense*, de 6-10-1895.)

A vinda de imigrantes portugueses e italianos, no final do século XIX, ocasionou um forte impulso na economia do município. Muitos desses portugueses e italianos tinham investido um significativo aporte de capital tanto no comércio como na construção civil. Em 1900, somente dentro dos limites da décima urbana, a população era de 3.764 habitantes, com 225 portugueses, 219 italianos e 129 que declararam outras nacionalidades, segundo *O Friburguense* de 3 de março de 1901. Esse número pode ter sido maior se considerarmos que muitos dos que declararam ser brasileiros eram, na realidade, naturalizados, já que os imigrantes se viram obrigados a se naturalizar logo nos primeiros anos da República. O terceiro distrito de Sebastiana recebeu um grande contingente de italianos, sendo inclusive apontados como responsáveis pelo crescimento da agricultura nesse distrito. No segundo distrito de Lumiar, também se registra a presença de italianos, como o fez *O Friburguense* de 22 de setembro de 1898, que se refere à “numerosa colônia italiana” da cidade, por ocasião das comemorações do “20 de Setembro”.

Percebe-se que os imigrantes italianos eram bem mais organizados e articulados do que os portugueses. Ocupavam posição política como vereadores na Intendência Municipal e eram empregados em cargos públicos, além de obterem concessões de obras e serviços públicos, como os de limpeza, iluminação e construção de pontes. Incrementavam ainda as atividades culturais na cidade, sendo as Sociedades Musicais Recreio dos Artistas e Campesina praticamente mantidas por italianos. Alguns italianos que contribuíram na formação econômica e cultural de Nova Friburgo foram João (Giovanni) Giffoni, Luigi Spinelli, Maggiorino Massa, Luiz Raspatini, João Bizzoto, Fortunato Tessarolo, Elviro Martignoni, Andre Bianchine, Santo Vanzeti, Zucchi Risorto, Levio Bonaventuro, Peretti Cesare, Piacentini Pietro, Campera Mazimiliano, Cartano Muneretti, Umberto Bonam, Pulcheto Ângelo, Geacomo Da Bar, Guiseppe Cerato, Boschini Fioravante, Lago Massimo, Ângelo Luanazzi, Bazzoli Carlo, Miguel e Vicente Cantelmo, entre muitos outros.

Giovanni Giffoni ou João Giffoni, como ficou conhecido na cidade, era um exemplo. Alfaiate por ofício, era proprietário de um grande estabelecimento comercial denominado “Vesuvio”, armazém de secos e molhados; do Café Colombo; de um bilhar na Praça 15 de Novembro; além de ser importador e representante de vinhos italianos. Também tinha outras propriedades, como uma fazenda de café, e residia em uma das residências mais elegantes de Friburgo. Em 1892, conseguiu a concessão dos serviços de iluminação pública, remoção do lixo e limpeza da cidade. Em outubro de 1893, chegou a requerer a concessão do serviço de iluminação pública e particular por meio de luz elétrica, como consta das atas da Câmara publicadas em *O Friburguense* de 12 de outubro de 1893. A relevância dos imigrantes italianos na formação econômica do município pode ser aferida alguns anos mais tarde, no primeiro decênio do século XX. Os Spinelli se tornariam a família mais rica do município, sendo proprietários de variados negócios, como carpintaria, granja, comércio, entre outras atividades, além de ser o primeiro a possuir um automóvel na cidade. De acordo com

Serzedello Corrêa (1985), no início do século XX os italianos monopolizavam as alfaiatarias, as relojarias, as sapatarias e a venda ambulante de jornais. Há o registro de uma fábrica de massas alimentícias de João Bizzoto e Filhos, com variado sortimento de massas branca e amarela, segundo *A Sentinella* de 17 de setembro de 1899. Funcionava na Rua Jacome, em um sobrado. Maggiorino Massa, vice-cônsul da Itália, era também concessionário de serviços públicos, tendo construído a Ponte do Suspiro. Um ponto de reunião predileto dos friburguenses *chics* para uma palestra era o estabelecimento comercial de Maggiorino Massa, iluminado pela luz de acetileno, do qual era representante. Já o farmacêutico Luiz Raspatini foi intendente e competia com Alberto Braune na venda de medicamentos a indigentes para a Intendência Municipal. Possuía também o privilégio da invenção de um tipo de asfalto. Quando renunciou ao cargo de vereador em 1893, continuou como fiscal de obras do município. Elviro Martignoni era outro italiano notório na cidade, artista e regente da Campesina.

A colônia italiana organizou em Friburgo a Società Operaia de Mutuo Soccorso 20 de Settembre, que festejava, todos os anos, no dia 20 de setembro, o aniversário da entrada do Exército italiano na cidade de Roma.<sup>143</sup> Era um grande dia de festa na cidade e muito mais pomposa e solene do que a própria comemoração do aniversário da recente República brasileira. Nesse dia, depois de cantados os hinos nacionais brasileiro e italiano, os imigrantes percorriam quase todas as ruas da cidade, formando uma procissão cívica, sendo erguidos os “vivas” de estilo. À frente do préstito, dois italianos erguiam as bandeiras do Brasil e da Itália. Atrás, um cortejo de “súditos”, perfilados em duas alas, seguia marchando, trazendo no braço esquerdo o distintivo de sua nacionalidade. A Sociedade Musical Campesina abria o desfile e

---

<sup>143</sup>. Em 20 de setembro de 1870, as tropas reais entraram em Roma e proclamaram a unificação da Itália. Em Friburgo, a colônia italiana mobilizava-se para comemorar essa data. Há o registro de José da Costa, mestre sapateiro, abrindo subscrição para os festejos dessa data, convidando a colônia italiana para concorrer com a sua coadjuvação (*O Friburguense*, “Solicitadas”, de 6-8-1893). Assim como havia a sociedade italiana 20 de Setembro em Friburgo, havia a Roma Intangibile em Cantagalo. No início do século XX, surgiria em Friburgo outra sociedade italiana, a Príncipe de Nápolis.

a Estrela Friburguense fechava a procissão cívica, sendo seguidas por grande multidão de curiosos, que apreciavam essas comemorações na cidade. Para celebrar ainda a data de unificação de sua pátria, a colônia italiana promovia um espetáculo teatral especialmente para essa ocasião. O teatro ficava ornamentado com bandeiras, galhardetes e balões venezianos. Dois pavilhões representavam respectivamente as duas nacionalidades, a brasileira e a italiana, e ao fundo era erigido um retrato de Humberto I. Numa dessas ocasiões, um dos membros da colônia saudou em italiano os convidados e a seguir o orador oficial, Laurindo Pitta, em um dos entreatos, fez uso de sua verve, numa eloqüente saudação à pátria de Miguel Ângelo, Petrarca, Donizetti e Verdi. Depois do seu brilhante discurso, cujas frases irrompiam fáceis, sonoras, bem cinzeladas e com relevo literário, assomou à frisa de seu camarote o cônsul italiano, para quem ergueram-se “vivas”, sendo correspondido por toda a platéia. Mais uma vez, destaca-se que a proclamação da República não tinha em Friburgo a pompa e a circunstância das comemorações da unificação da Itália. A presença italiana era tão significativa em Nova Friburgo que o jornal *O Friburguense* passou a transcrever, de outros periódicos, notícias no idioma italiano sobre a guerra entre a Itália e um país da África, numa coluna intitulada “A Itália e a África”. Muitas vezes, alguns editais ou matérias destinadas aos “súditos italianos” vinham na língua pátria.

Conforme foi dito no capítulo anterior, apesar de os portugueses terem sido, juntamente com os suíços, os primeiros colonos de Friburgo, somente em 1895 instalou-se na cidade a Associação Portuguesa de Beneficência. Em razão das dissensões entre os compatriotas, houve dissidência de um grupo, que se intitulou “os portugueses independentes”, fazendo oposição à Associação. Somente alcançariam um nível de organização em 1933, quando criariam o Grêmio Português.

Mas havia também algumas tensões entre os nativos friburguenses e os imigrantes na cidade. Uma matéria de *O Friburguense* chegou a referir-se aos imigrantes como “lixo”, criticando mais especificamente a política de imigração:

(...) O Brazil vai a vapor na via do progresso agrícola, começando pelo estado do Rio de Janeiro que nunca acaba de fazer experiências no ramo imigração e que para o café produzir nas terras cançadas bem como a cana de assucar e os cereaes, vai mandar proceder a mais rigorosa limpeza nas ruas dos paizes estrangeiros e transportar o lixo para este estado onde chegará enfardado com a pomposa denominação de adubos chimicos já preparados (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 5-12-1895.)

Em alguns sumários de crime analisados, eram freqüentes as rixas envolvendo italianos e nacionais, principalmente em questões de terras. Esses fatores podem ter propiciado entre os cidadãos uma imagem negativa dos recém-imigrados, como elementos perniciosos e desagregadores.<sup>144</sup> Outros que imigraram para Friburgo, como foi o caso de alguns espanhóis, se envolveram com o jogo ilegal, fomentando a jogatina. No final do século XIX, chegaram a Friburgo imigrantes turcos, que também tiveram problemas de adaptação no município, o que se depreende da forma como *O Friburguense* se refere a esses imigrantes, somente negativamente, aludindo a tensões entre eles mesmos e com os friburguenses. Os mascates, profissão exercida pela maior parte deles, recusavam-se a pagar o imposto de profissão à edilidade, havendo grande concentração deles na estação do Rio Grande. Além do comércio ambulante, um deles possuía um salão de bilhar e existia, no registro policial, questão envolvendo empréstimo de dinheiro pelos turcos a cidadãos friburguenses, como atesta a nota “Abuso”, publicada em *O Friburguense* de 21 de junho de 1903.

Contudo, apesar de essa “torre de Babel” provocar tensões na cidade, não se pode falar em xenofobia ou em jacobinismo, principalmente em um município que tinha problemas de

---

<sup>144</sup>. Um crime noticiado em *O Friburguense* foi o cometido por Emygdio Salomão e Nicoláus Gravino, que assassinaram a pauladas em Sebastiana um agricultor friburguense (*O Friburguense*, “Facto Grave – Assassinato à Pauladas!”, de 27-11-1892).

falta de mão-de-obra na lavoura. O imigrante, de modo geral, era bem-vindo, até porque a cidade fora colonizada por imigrantes europeus.

(...) O jacobinismo ou ante-estrangeirismo, não póde entrar na nossa política.

O Brazil é um paiz immigratorio e como tal precisa despir-se desse espirito nativista e receber o estrangeiro, cercando-o de todas as regalias, até mesmo a de collaborar na nossa política.

O nativismo é um preconceito social tão injusto, como o de só considerar-se filhos, os fructos do matrimonio.

A pátria não é somente onde vimos a luz do dia, mas igualmente onde passamos a nossa infância, onde constituímos família e onde temos vinculados os nossos interesses (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”.)

Só para lembrar, a situação encontrada pelos veranistas em Friburgo era de desordem na ocupação do espaço público. A população pobre avizinhava-se da classe dominante, com cortiços e pequenos barracos imbricando-se com hotéis e ricas residências, num imbróglio que denotava absoluta falta de organização espacial. Um cortiço situava-se em frente ao Hotel Engert, o Beco da Cadeia era próximo ao Teatro D. Eugênia e o Beco do Arco era uma das ruas perpendiculares à Gal. Argolo, principal rua comercial da cidade. A mesma ambigüidade no que concerne à organização espacial era visível no comércio, onde sofisticadas *charcuteries* geminavam com o bacalhau e a carne-seca na porta da venda, com mercadorias mal expostas. Cafês, botequins e quiosques também se avizinhavam, mas as formas de sociabilidades se distanciavam em razão das diferenças sociais. No entanto, o que os veranistas buscavam no município era a sua natureza idílica, a cidade dos cravos rubros e das camélias brancas, descrita como “tentadoramente fascinante”, além das moças bonitas dos lábios vermelhos e faces cor de romã. O que impressionava os veranistas, em Friburgo, era sua extrema beleza natural, encantadora pela sua simplicidade, no dizer da crônica “De Antigamente e de Agora”, publicada em *O Friburguense* de 23 de dezembro de 1928.

Com uma população predominantemente branca, observa-se, nas entrelinhas de algumas crônicas sobre o cotidiano da cidade, um racismo em relação à minoria negra. Quando os negros abandonavam suas expressões culturais e se adequavam ao modelo criado pela classe

dominante, tinham maior aceitação pela elite da cidade. Eram considerados “homens de coração branco”, uma metáfora que os identificava com o modelo social vigente. Quando faleceu o preto Thomaz Quintino da Silva, chefe de família e muito estimado na cidade, seu féretro foi acompanhado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e pela Devoção do Coração de Jesus, composta de senhoras. Teve direito a banda de música da Sociedade Musical Estrela Friburguense, que tocou a marcha fúnebre ao ser dado o corpo à sepultura. Evidentemente, para o enterro de um negro ganhar as páginas de jornal, como *O Friburguense* de 28 de fevereiro de 1892, deveria o “preto Thomaz” ser uma figura bem estimada na cidade. Mas, por que teria sido Thomaz tão pranteado pela sociedade friburguense? O articulista acabou deixando uma pista do porquê de tanta admiração daquela sociedade branca por um pacato negro: “é que esse homem tinha branco o coração”. Naquela época, geralmente os negros ou mulatos que ascendiam na escala social tinham de pagar um preço por sua mobilidade. Deveriam fingir que eram brancos. Eram negros “especiais”, “negros de alma branca”, expressão comum empregada pelos brasileiros da classe superior branca, sempre que se referiam aos seus amigos negros (Costa, 1985, p. 365-82).

Mas nem todos que abandonavam suas expressões culturais e se adequavam ao modelo social vigente, copiando suas modas e modos, conseguiam aceitação social. Ao contrário, eram geralmente ridicularizados. Não faltavam referências jocosas sempre que os negros transpunham as barreiras sociais e étnicas e invadiam o espaço de sociabilidade dos brancos. As crônicas, que encontraram no século XIX seu veículo de difusão nos jornais, são uma fonte importante para entender esse espírito da época. Além de informar, eram redigidas para chamar a atenção do leitor para a cotidianidade ou sobre os grandes eventos, registrando o detalhe e captando os valores de uma época.

Na crônica “A Hora de Missa”, publicada em *O Friburguense* de 18 de janeiro de 1894, o articulista nos revela o tipo de percepção que a elite branca tinha em relação àqueles

indivíduos que transpunham as barreiras sociais. Num domingo, estavam os fiéis aguardando a missa em frente à Capela de Santo Antônio, localizada na Praça do Suspiro, quando os sinos repicaram uma, duas vezes chamando os fiéis para a missa. O padre, acompanhado de um auxiliar mulato, de ar insinuante e fazendo-se todo em medidas, sorvia uma pitada endireitando os óculos, enquanto aguardava para começar a missa. Seu auxiliar coça a cabeça e olha para a ponte, observando se vinham mais alguns fiéis. O padre tira o relógio da batina e, vendo que já era hora de iniciar o ofício religioso, entra na capelinha. Seu auxiliar, imediatamente, toca a terceira badalada com o sino e, enquanto soa o último repique, entra, apressadamente, no adro uma rechonchuda crioula, de vestido de cassa azul, xale escarlate, trazendo ao pescoço uma fita verde na qual pendia uma medalha de metal amarelo. O suor escorria-lhe em bagas pelo rosto, e com um lenço branco rendado enxugou as faces gordas, ofegantes pela corrida. Alguns rapazes, ainda estudantes, fizeram mofa da corrida da rechonchuda crioula, soltando estridentes gargalhadas, provocando os brios da devota. Lançando um olhar de desconfiança sobre o grupo de rapazes, mas em dúvida se a zombaria recaía sobre ela, disse: “Sô moços, não meche cu eu não.” Nesse instante, o mulato com roupa branca aparece na porta da capelinha, tangendo uma campainha e avisando que a missa iria começar.

Outro episódio ocorrido no Teatro D. Eugênia demonstra ainda como se fazia mofa dos negros, quando eles penetravam em espaços restritos aos brancos. O crítico, irônico, fez questão de enfatizar a palavra “damas”, atributo da classe branca e rica, quando se referia às duas mulheres negras que freqüentavam o teatro. A referência às suas origens, Moçambique, foi outro fator que denotava preconceito por parte do crítico:

No Theatro D. Eugenia:

Emquanto Fregollini cantava o **duo impossibile**, duas **damas** cuja árvore genealógica tem suas raízes em Moçambique, commentavam:

– Como é bonito! É moça mesmo?

É freira. Coitada! E como póde ella com aquelle marmanjo ás costas?! (*O Friburguense*, de 15-2-1896; grifos do original.)

Conforme ressaltamos anteriormente, um fator que caracterizou Friburgo no final do século XIX foram as constantes tensões em razão dos hábitos rurais da maior parte da população. Mesmo as leis de postura coibindo tais práticas não inibiram a população. A maioria não respeitava as normas, e a cidade não se desvincilhava da placenta rural. Sair do Teatro D. Eugênia depois de assistir a uma ópera italiana, como faziam as sociedades mais civilizadas, e dar com uma vara de porcos na praça da cidade era de enlouquecer os apologistas da civilização. “Já é tempo de ir acabando com o roceirismo.”<sup>145</sup> Uma pequena mas significativa parcela da sociedade achava-se vivendo numa “cidade” e fazia referência a Friburgo como uma “urbe”.<sup>146</sup> Atitudes de “urbanidade” era o que se exigia do cidadão friburguense. Dando um pequeno salto até 1905, percebe-se claramente uma tensão entre a cidade e o campo, com o cronista do periódico *A Cigarra*, Rodolpho Albino, saudosista, lamentando que as festas religiosas na “urbe” dos janotas friburguenses não tivessem a mesma pompa e esplendor das que eram realizadas pelos “caipiras”:

Naturalizado friburguense, sou um diabo urbano, civilizado, complicado.  
 Nunca me perdi pelos andurriaes da roça, pelos sertões simples e rudes, onde a natureza é virgem, onde a vida é natural, onde as almas são ingênuas. Fallam-me todos de comovedora solemnidade com que se celebram na roça estas doces festas de Santo Antonio, São João e São Pedro (...).  
 Não sei (...). É de crêr que por mim lá sempre tenham sido e sejam mais bellas do que eram aqui, na “urbs” friburguense: estes três santos manos e humildes devem achar-se mais a vontade entre os caipiras castos e as caipiras vergonhosas, que entre os janotas da rua Gal. Argollo e as mocinhas faceiras da praça do Suspiro. Ainda assim, como eram bellas estas festas barulhentas, aqui, n’esta bôa cidade!  
 Aonde fostes, ó bailarinos fulgurantes – de polkas entremeiadas, de tiros de pistolões e quadrilhas pontuadas por explosões de cartas de bichas? (...). Asmodeu. (*A Cigarra*, “Carrilhão da Cigarra”, de 22-6-1905.)

Apesar de Friburgo não poder ser caracterizada, naquele período, como uma “cidade”, isso não afetava em nada a representação que o friburguense fazia em relação ao primeiro

<sup>145</sup>. *O Friburguense*, “Pif-Paf”. A afirmação refere-se a uma crítica dirigida à Câmara Municipal pela falta de numeração dos prédios e de nome às ruas.

<sup>146</sup>. “(...) O amavel patrão cá da futrica teve a delicadeza de escrever-me perguntando por que há tanto tempo tenho me conservado inteiramente mudo e indifferente ao que vae correndo neste século das luzes. Respondi-lhe com toda urbanidade que, por falta de assumpto (...). Pof-Puf” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 6-11-1892).

distrito. A elite reconhecia a sua realidade social como oposta ao modelo rural, já que possuía hábitos e costumes, como ir ao teatro, ao cinematógrafo e freqüentar os cafés, tipicamente citadinos. Outro indício de que se sentiam vivendo numa urbe eram os passeios campestres, os piqueniques, numa reconstituição idílica do mundo rural, na glamorização dos costumes simples, que acreditavam estar distantes de seu cotidiano. Pressionada pela elite, a Intendência regulava e fixava normas de conduta para a ocupação do espaço público, promovendo um distanciamento do mundo rural, a exemplo da proibição de criação de porcos nos quintais das residências. Essa dicotomia entre ser moderno e urbano, em contraposição ao matuto e ao roceiro, originou tensões na sociedade friburguense. A circulação social entre o *habitat* rural e o urbano talvez dificultasse a caracterização dos grupos, a exemplo de Giovanni Giffoni, o grande negociante na cidade, que adquiriu uma fazenda, tornando-se também agricultor.

Uma crônica ilustra bem essa tensão e denota que já se estabelecia uma divisão entre o perfil do homem urbano e o do homem rural em Nova Friburgo. Saíram da Igreja-Matriz, após a celebração de um casamento, dois noivos oriundos da zona agrícola da cidade. Simplórios, como eram em geral os que moravam nessas regiões, viam-se nas mãos de ambos os sulcos que deixavam os instrumentos do trabalho rude da lavoura. Seguiu o ditoso casal pela Praça 15 de Novembro de mãos dadas, com lencinhos bordados pendentes na outra mão, sendo acompanhados por parentes e vizinhos que, como eles, eram lavradores. Segundo o articulista, era um “casamento da róça”. Na esquina da rua, encontrava-se prosando um rapazola de boné branco e avental azul de riscado. Ao avistar os noivos, soltou uma gargalhada de chacota e, fazendo um gesto acapoeirado, exclamou com ar zombeteiro que o carnaval já havia passado. Os transeuntes também começaram a rir, achando graça na mofa que fazia o rapazola. Os noivos seguiram, acompanhados por seus parentes, sem suspeitar de que fossem eles o motivo de tanta hilaridade:

(...) Rir daquelles que são simples, modestos, que têm outros uzos e costumes mais singellos, que vivem com mais ingenuidade, sem luxo e affectação, é rir de si mesmo, é dar indícios de máo character, é dar prova de baixesa de sentimentos (...). (*O Friburguense*, “Os Noivos”, de 5-4-1894.)

De que forma Friburgo resolvia seus problemas sociais? O sistema de caridade voluntária, para auxílio dos pobres, enfermos e moribundos, a cargo das senhoras da elite, parecia não atender mais às necessidades do município. O número de indigentes já era significativo. Em 18 de fevereiro de 1891, sob a presidência do coronel Galiano Emílio das Neves, a Intendência publicou pela primeira vez um edital de recebimento de propostas para o fornecimento de medicamentos a indigentes, como registrava *O Friburguense* (“Editaes”) de 25 de fevereiro de 1891. Era um sintoma de que o município já padecia de problemas sociais. Os clínicos também entravam nessa rede de solidariedade. O médico da Intendência, além de proceder à fiscalização de matança de reses e realizar exames de corpo de delito, fazia curativos nos indigentes. Todos os médicos do município punham em seus anúncios o atendimento “Grátis aos Pobres”, estipulando, inclusive, horário determinado para tal fim. Os médicos atendiam em suas residências. Um exemplo desses anúncios foi o do homeopata Américo Tavares, que dava consultas normais das 12 às 14 horas e consulta aos pobres das 14 às 15 horas. Vários anúncios como esses, dando consultas grátis aos pobres, foram encontrados nos periódicos. Os cirurgiões-dentistas também atendiam gratuitamente aos pobres. Essa prática de caridade originou uma representação tão positiva no imaginário do povo, que muitos médicos se elegeriam para o Executivo municipal nas décadas seguintes. Ernesto Brazílio foi um médico muito querido e respeitado pelo povo friburguense, tendo como sucessor Galdino do Valle Filho, outro médico que iria se projetar como político no primeiro decênio do século XX. Tal como seu antecessor, atendia aos pobres, gratuitamente, em sua residência. Mais interessante é quando percorremos a história política de Friburgo e encontramos diversos médicos que se tornaram prefeitos da cidade, sempre associados e lembrados pela população por sua filantropia aos pobres. Mesmo quando o exercício da

medicina já não comportasse a gratuidade das consultas médicas, essa prática permaneceria. Feliciano Costa e Amâncio Mário de Azevedo, que foram prefeitos da cidade, eram representados como médicos dos pobres pelas práticas de caridade e de paternalismo nas suas relações com os pacientes desafortunados.

O espírito associativo das sociedades de auxílio mútuo foi bastante expressivo em Friburgo. Eram instituições de aspecto assistencial e de cooperativismo, sendo religiosas, nacionalistas, corporativistas e recreativas. As formas de organização da classe operária no final do século XIX foram os Socorros Mútuos, as Corporações, as Caixas Beneficentes, entre outras. Os anarquistas consideravam essas sociedades nocivas ao movimento operário, por serem objeto de conformação dos trabalhadores à sociedade de classes, criando a falta de expectativa de poder melhorar a sua condição de vida. No Primeiro Congresso Operário de 1906, quando os anarquistas predominam sobre os socialistas, aqueles aconselham resistência ao patronato e oposição à beneficência, ao mutualismo ou ao cooperativismo, por desviarem o sindicato de suas finalidades e, principalmente, da atitude de resistência. Já os socialistas encaravam o mutualismo e o cooperativismo como atividades que possibilitavam a melhoria do padrão de vida e a conscientização dos grupos que tinham interesses comuns, mas viam-no como constituindo um campo distinto dos sindicatos propriamente ditos (Carone, 1972a, p. 196-9).

Geralmente, cobrava-se em Friburgo de cada associado uma jóia estabelecida, em média, em 5 mil réis e uma mensalidade que variava entre mil e 2 mil réis. No campo da organização do trabalho, havia o Centro Operário de Nova Friburgo e a Sociedade União Beneficente Humanitária dos Operários, destinada ao socorro da classe operária, consistindo, basicamente, em funcionários da Companhia Leopoldina. Segundo *O Friburguense* de 29 de março de 1894, já era numerosa a classe operária na cidade. Essas associações operárias de auxílio mútuo existentes em Friburgo estavam ainda muito distantes de se transformar em

órgãos de luta, sendo precipuamente assistencialistas. A Sociedade União Beneficente Humanitária dos Operários, que existe até hoje, objetivava prestar socorro aos operários enfermos, auxiliar com pensões às suas famílias e encarregar-se dos funerais dos sócios. Cobrava-se uma jóia de 5 mil réis dos associados. Outra forma de solidariedade muito comum em Friburgo eram as subscrições abertas em favor de órfãos, famílias que perdiam o provedor, artistas e doentes.

Dos imigrantes, somente os portugueses e italianos possuíam associações, as já mencionadas Associação Portuguesa de Beneficência e a Sociedade Operária de Mútuos Socorros 20 de Setembro. Essas associações de imigrantes tinham por escopo socorrer os associados nas enfermidades. A pequena colônia alemã tinha, na Igreja Luterana, seu instrumento de assistência própria. Quanto aos demais imigrantes, não há registro de qualquer tipo de organização.

Observa-se que a cidade já caminhava para se livrar dos resquícios da escravidão. Os oficiais de alfaiates da cidade louvam os seus patrões porque lhes deram o trabalho livre, tirando os serões obrigatórios, nos dias úteis e nos domingos. É interessante notar algumas palavras trazidas ao discurso, como “progresso”, “classe”, “trabalho livre”, “igualdade” e “século das luzes”, que traduzem que a classe trabalhadora da cidade estava em sintonia com os ideais e conceitos da época, segundo o registro de *O Friburguense* de 25 de fevereiro de 1891. Também no comércio os negociantes já reconheciam a necessidade do repouso semanal, solicitando à Câmara o fechamento das casas comerciais aos domingos e feriados, já que eram obrigados a ficar abertos até as 16 horas nesses dias.

Conforme Sidney Chalhoub (2005, p. 115), a imagem paternalista da relação patrão-empregado funcionava eficazmente como elemento mitigador das tensões entre patrões e subordinados, pelo menos até o final da primeira década do século XX. Já para Alencastro (2006, p. 93), as relações entre proprietários e empregados e as novas formas de vida privada

ficariam, por muito tempo ainda, tributárias da ordem privada escravista, que tinha vigorado por três séculos e meio em nosso território. Logo, as redes de solidariedade, a filantropia e o paternalismo nas relações sociais minimizaram as tensões da “torre de Babel” que era Nova Friburgo no final do século XIX.

### 3.3. A Fisiologia da Cidade: Tipos Friburguenses

A “fisiologia” foi um gênero literário que surgiu na França na primeira metade do século XIX, sendo denominada “literatura panorâmica”. Nesse tipo de texto, singelos cadernos em tamanho de bolso – que eram chamados de *physiologies* – assumiram um lugar de destaque. Buscavam tipos como aqueles que são encontrados por alguém que dá uma volta pelo mercado. Desde o camelô até os elegantões do *foyer* da ópera, não havia nenhuma figura da vida parisiense que o *physiologue* não tivesse desenhado. Após ter-se dedicado aos tipos humanos, a série chegou à fisiologia da cidade. Aparecem *Paris la nuit*, *Paris à table*, *Paris dans l'eau*, *Paris à cheval*, *Paris pittoresque*, *Paris marié*. O objetivo das fisiologias era dar uma imagem alegre e cordial das pessoas entre si (Benjamin, 1985, p. 65).

Certamente, os jornalistas em Friburgo conheciam esse tipo de literatura. Foi editado por algum *physiologue* friburguense *Typos de Friburgo*, um elegante livrinho no qual eram descritas as pessoas mais conhecidas da sociedade, no registro de *O Friburguense* de 22 de setembro de 1898. Numa sociedade que era uma verdadeira “torre de Babel”, compreendendo portugueses, italianos, espanhóis, franceses, turcos, descendentes de suíços e os nativos, desfilavam por Friburgo variados tipos sociais, personagens ilustres e alegóricos do cotidiano da cidade. A coluna denominada “Typos de Friburgo”, assinada por um certo “Língua de Palma”, inventariou interessantes descrições de figuras ilustres, entre políticos, médicos, negociantes e capitalistas. Essa coluna nos legou, através do encômio de alguns desses tipos, uma noção do que eram as qualidades do homem oitocentista. Ao se analisar esses “tipos”,

observa-se que havia elementos que se repetiam na definição de cada um dos descritos. Uma característica que era vista como uma qualidade e que se manifestava em quase todos eles era a eloquência, a palestra atraente, o aticismo, a verve, a aptidão para a oratória, a qualidade de um *causeur*, atributos muito apreciados em um homem naquela época. A modéstia, sem dela fazer gala, vinha também a reboque como uma qualidade do homem oitocentista. Se fosse bom palestrante e ainda por cima modesto, diversos louvores eram tecidos sobre o indivíduo, comungando essas duas qualidades numa simbiose perfeita. Além da oratória, a escrita também era valorizada, principalmente dos que se aventuravam na literatura, como era comum em Friburgo, em particular os advogados. A erudição e as sentenças clássicas eram ainda muito apreciadas. Logo, a estirpe intelectual era destacada, fosse ela decorrente do conhecimento literário ou filosófico, das artes dramáticas, da ópera, do lírico ou da música.

A elegância e o porte eram características também muito destacadas, sendo o tipo dândi o mais reverenciado, cuja indumentária era descrita com detalhes, de forma quase pedagógica, para dar mostras aos pupilos do que era ser um homem elegante e seguir-lhe o modelo. O fumo de charutos era um hábito apreciado por quase todos. O fato de ser um indivíduo trabalhador também era destacado, principalmente quando eram homens de sucesso, numa analogia entre labor e fortuna. Quanto ao aspecto sedutor, alguns eram reverenciados não somente por sua beleza, considerados *enfant gaté*, como ainda por sua qualidade natural de conquistador que gozava das simpatias das damas da cidade. Eram esportistas, amantes de caminhadas, cavalgadas ou equitação, caça e pesca. A voga dos esportes e dos exercícios físicos combinava com os modelos higienistas da época. Souza Cardoso foi um dos tipos descritos pelos fisiologistas:

(...) É poeta e redactor d'O *Friburguense* (...) seo jornal é bem feito, noticioso, litterario, symphatico e no gênero representa um verdadeiro tour de force, de perseverança e abnegação (...) sua política é a da prosperidade desta terra a que muito presa. O typo phisico é atrahente, sente-lhe nas longas barbas brancas a bondade e a paz de patriarcha feliz. O Friburguense é seu filho mais novo, o seu querido Benjamim a quem elle prodigalisa thesouros de ternuras e prosa que não parece velho pelo geito e pela graça (...).

Alguns desses tipos foi possível identificar, mas a seleção a seguir, extraída de diversos números de *O Friburguense* de 1896, serve para exemplificar o que era objeto de gabo da sociedade friburguense:

- 1) É popularíssimo em Friburgo. Passo lento e bambo de filosofo nostálgico (...). É um repositório inesgotável de erudição, de sentenças clássicas, de ironia acerada e brilhante. Tem a nobreza de uma illustre estirpe intellectual. É advogado (...).
- 2) É barão. Estatura fina e delgada de canário belga. Madrugador, jovial, percorre Friburgo n'um abrir e fechar d'olhos, passo rápido, nervoso, vestes largas e simples.  
Tem um repertório vasto de pilherias conhecidas e inéditas, applica-as com um jeito fidalgo e ferino, roda sobre os calcanhares acuvo, afreimado (...).  
É amator da musica, assobia Arias, canta duettos, faz variações por flauta, discute a Paixão, enthusiasma-se como um rapaz, deita dircurso (...).
- 3) Traja irreprehensivelmente. Maneiras fidalgas de uma distincção notável, linguagem fácil, luxuosa, incisiva. Discute tudo, psychologia, briga de gallos, com o mesmo primor de forma, com a mesma belleza e elevação (...). É um prazer delicioso ouvil-o em momentos de humorismo hilariante ou de pessimismo paradoxal (...).
- 4) É engenheiro e já foi vice-presidente deste Estado. Sympathico, despreoccupado, sua palestra é uma bella orchestração de ditos corroscentes, de conceitos originaes e justos, envolvidos na púrpura de uma imaginação, opulenta, meridional (...). (Getúlio das Neves.)
- 5) Advogado e filosofo. Contemplativo, absorto, passa horas e horas a scismar em doenças, a construir castelos de pílulas (...).
- 6) É tabelião (...). Veio para Friburgo como um palito, com o pulmão fraco, versos lipicos e prosa romântica; hoje é um bom burguez, meticoloso e exacto no cumprimento dos seus deveres.
- 7) Entre os typos sumpathicos de Friburgo cabe-lhe lugar no primeiro plano. É medico e deputado. Medico distincto, caritativo, dispensa com maior desinteresse á todos os cuidados da profissão que converteu em verdadeiro sacerdocio, a confiança e sympathia que inspira aos doentes faz com que cure muitas vezes sem receitaário; deputado, a sua política é tolerante e meliflua, seus conselhos são vincados de alto prestigio moral, pela respeitabilidade do seu character, pelo bello cultivo de seu espirito.  
Os adversários, os mais intransigentes prestam-lhe os devidos respeitos e amisades pelo trato gentil e cavalheiroso, pela nobreza e franqueza do seu modo de agir determinado e seguro, mas sempre digno e correcto.  
Nessa cidade que elle estremece todos lhe são affeiçoados e muitos conhecem os thesouros da sua alma amantíssima e caridosa (...). (Ernesto Brazilio.)
- 8) É major reformado da velha-guarda, tem condecorações que muito o distinguem (...). É monarchista convencido e acredita estar com a verdade (...).
- 9) Em sua pátria, a bella pátria de Garibaldi, foi militar valoroso e digno (...). A sua vocação porém, é a pharmacopéa (...). Seus extractos fluidos são incomparáveis, seus preparados chemicos fasem milagres, reconstituem organismos gastos, ressuscitam defuntos (...). (Raspatini.)
- 10) É coronel honorário, propagandista da guarda nacional (...). Vigia com cuidado que ninguém lhe tome o posto (...). Em eleição é mestre, somma bem, em sua arithmethica eleitoral 4 e 4

fazem dose o que o não impede, entretanto, de ser cavalheiro gentil e estimável. (Coronel Zamith.)

- 11) É poeta e bacharel em sciencias jurídicas. Que tenha algum dia um escriptorio com laca á porta e que seja capaz de ler e arrasoar (...). Entre a teoria de Lombroso ou de Tarde, elle se inclinará de preferênciã para um soneto de Baudellaire, para uma estrophe de Verlaine, se a rabulice forense perder com esta preterição exultará a sublime arte que elle amorosamente trata e cultiva. Phisico elancé, toilette a Broummel, palestra adorável, fazem delle um typo de selecção a quem a diplomacia offerece as suas graças e o scenario brilhante de seus triumphos. Tem sido infeliz em certas partidas, as mulheres não entendem a extesia caprichosa do seu temperamento mas sentem a volubidade dos seus (...) cantares.
- 12) (...) na redacção do jornal faz tudo; o artigo de fundo, a chronica humorística, a noticia, com a mesma correcção e com o mesmo critério (...). A critica theatral do *Friburguense* é um primor. Sente-se que são escriptas por quem conhece as “chevilles” do palco, os segredos da “mise-en-scène”, por quem em outros tempos foi amator dramático (...). Hoje é guarda-livros (...). Tem um gesto favorito: cofia a barba, uma barba digna à Duque de Guise (...). (Francisco Pinto de Almeida.)
- 13) (...) é o agente consular da colonia italiana desta cidade (...). Quando não exerce dos dificeis misteres de sua missão patriótica no terreno da diplomacia e da política, vende vinhos italianos (...). Quando não vende vinhos fecha a porta, põe a espingarda ao hombro, enche o cachimbo de tabaco, um cachimbo do tamanho do Diabo, uma botelha de chiante, abala para o mato à caça e quase sempre mata o bicho-chiante. Quando não vai à caça toma os caniços, a tarrafa, põe mais tabaco no cachimbo e vae pescar lambarys nos afluentes do rio Bengala onde pesca infalivelmente uma garrafa de Falerno. Quando não vai à pesca fica em casa engarrafando vinho, enchendo a cada momento o cachimbo e discorrendo sobre as caçadas, grandes caçadas em que há sempre salsichas, paios, mortadellas e frascos de chiante. (Maggiorino Massa.)
- 14) É advogado e lavrador. Convenceu-se de que nesta terra a melhor cousa que um homem intelligente pôde fazer é plantar café, cana, batatas, etc. (...). Foi deputado do Estado (...). Entretanto outr’ora, “ça va sans dire”, foi amator de operetas, horisontaes e de ceias “a lá diable”. Hoje mudou completamente, fez-se bom burguez (...) é um excellente rapaz, jovial (...), de maneiras insinuantes, de palestra agradabilíssima pela cultura litteraria, pela espontaneidade da verve, uma verve faiscante e rubra. De quando em vez, transparece n’elle o antigo bohemio, mas bohemio a Murger, de espírito faceto e coração generoso.
- 15) É uma das figuras obrigadas do Friburguense. Faz a revisão, a noticia, a paginação do jornal, o seu querido jornal (...). É um bonito moço, elegante, correcto e sympathico, d’ahi o prestigio que gosa entre o eterno feminino que elle presa e se orgulha de possuir as sympathias (...). (Augusto Cardoso.)
- 16) É italiano (...) filho da cidade de Salerno (...). Começou a mascatear, mas só em roupas, artigo que entende bem (...). Hoje é importante negociante de seccos e molhados, trabalhando sempre, mas sabe viver bem, mora em uma das melhores casas dessa cidade (...). (Giovanni Giffoni.)
- 17) É de Nictheroy onde foi liberal extremado e é proprietário de um bom estabelecimento de seccos e molhados (...). Proporciona todos os dias agradáveis reuniões nas portas de seu

estabelecimento onde concorre o “high life” masculino, impondo-lhes a obrigação de tomarem assento em duras cadeiras. Assiste a essas reuniões onde é proibido tratar da vida alheia, cedendo sempre a presidência a algum dos concurrentes (...).

18) (...) é distinto engenheiro; na câmara dá sentenças.

Traja bem, calça bem talhada, colete elegante e palitô de gola de veludo.

Mora em casa pequena, mas mobiliada com arte e gosto; os moveis representam antiguidade de fidalgo.

É bem jovial e tem espirito, conta anedoctas que faz lembrar o primo Bazílio. Propagandista da luz electrica (...). Vae sempre a capital assistir as primeiras representações e quando volta faz descrições que muito deleitam os ouvintes (...). (Joseph Lynch.)

O periódico *O Beija-Flor* também retratava os tipos da cidade numa coluna intitulada “Typos e Typões”, mas com um formato diferenciado que objetivava elaborar uma espécie de charada sobre o perfil de quem se descrevia:

#### TYPOS E TYPÕES

I

Profissão: Desde o fumo, passando pela policia até a Câmara.

Particularidade: Cultiva verde para colher maduro.

Endereço Postal: No quartinho secreto, dos fundos.

Divisa: Ser chefe dos tribudos “guaranys”.

II

Profissão: Não disputa o boticão, orador popular e membro de commissões de bailes e manifestações.

Particularidade: Tudo pela classe.

Endereço Postal: Centro.

Divisa: O operário é o baluarte das grandes nações.

(*O Beija-Flor*, de 6-10-1895.)

#### TYPOS E TYPÕES

Profissão: Accusar por dever.

Particularidade: Fallar pouco, quando deve ser ao contrario.

Endereço Postal: órgão (...).

Divisa: Para olhos que ferem há attenuantes.

(*O Beija-Flor*, de 13-10-1895.)

#### TYPOS E TYPÕES

Profissão: Administrador effectivo e coronel honorário.

Particularidade: Repórter por natureza.

Endereço Postal: Mona (...).

Divisa: Quem não quiser ser lobo não lhe vista a pelle.

(*O Beija-Flor*, de 27-10-1895.)

Quanto ao perfil feminino, foi retratado usando-se a personagem de um artista que com a sua palheta pintava os perfis das elegantes senhoras e damas da cidade. “Silhouettes” era uma pequena coluna publicada em francês, em *O Friburguense*, no período de 26 de abril a 31 de maio de 1896. Segundo o periódico, quando se retratavam tão nobres e elegantes friburguenses, somente o idioma de Racine poderia retratar a *donaire*, a elegância da elite cidadina. O porte, as boas maneiras, o garbo, o bom gosto, todas essas qualidades foram pintadas pela palheta e assinadas por C. Fróes e J. Cardoso, esse último provavelmente o articulista Sousa Cardoso:

Blonde.

Elle a um joli visage de déesse de l'ancienne Mythologie.

Elle possède une élégance exquise, un physique alancé et vaporeux, une grace de parisienne commen faut. Ses toilettes sont toujours chics, toujours à soi même.

Elle a des yeux bleus profonds, des yeux où les petits symboles de l'amour dansent comme dans une pagode indienne.

Elle a une beauté pleine de séduction, de genre de beauté qui tourmente les hommes et fait naitre en eux l'amour.

Elle est brune.

Elle a les cheveux noirs, les yeux noirs, un noir illuminé et doux.

Matériellemment, elle n'est pas belle.

Elle a dans le visage une expression de douceur délicieuse.

Lá reside le secret de son charme,

Elle este pâle.

Quand elle reprend les couleurs de la santé, il me semble que ce n'est plus elle.

Quando elle rit, de son rire éternel, je ne puis me defendre d'une vague mouvement d'hostilité et presque de colére contre son rire.

Elle est l'image monotone du rire. (*O Friburguense*, vários números, de 1896.).

As mulheres também não foram esquecidas pelo periódico *O Beija-Flor*:

PERFIS

Eu cá no número próximo

Começarei publicando

O perfil airoso e brando

Das bellas moças de cá;

Darei o perfil das pallidas,

E das morenas tão cheias

De belleza, só as feias

Não terão perfil, olá!

Myosotis. (*O Beija-Flor*, de 6-10-1895.)

Apesar de não descritos pelo fisiologista, também compunham o elenco de figuras conhecidas alguns personagens das classes populares. Entre elas os “tipos de rua”, que faziam parte do cotidiano da cidade, sendo geralmente indivíduos negros, loucos, alcoólatras e provavelmente egressos da escravidão:

(...) É a consagração indispensável que prepara o triunfo immortal dos **tipos de rua**, que os faz tão intimamente ligados a uma phase da vida coletiva, a existência de uma sociedade num determinado período histórico. (*O Friburguense*, “A Perua”, de 12-7-1896; grifos meus.)

O poder constituído, em Nova Friburgo, costumava despachar os negros e crioulos alcoólatras para o hospital de alienados em Niterói e os velhos indigentes para o asilo de mendicidade na capital federal. O delegado de polícia detinha, inicialmente, esses indivíduos na cadeia e aguardava a autorização do chefe de polícia do estado para realizar o traslado. Apesar de muitos terem sido despachados da cidade, alguns resistiram e passaram a fazer parte da paisagem e do cotidiano de Friburgo. Pequenos furtos ou ainda agressões cometidos por essas personagens eram tolerados pelas autoridades locais. Segundo Magali Gouveia Engel (2003, p. 63), no começo do século XX, personagens cujas trajetórias de vida se desenrolavam nas fronteiras entre a loucura, a embriaguez, a mendicância e a vadiagem conseguiram preservar as vivências e convivências proporcionadas pela liberdade das ruas.

Freqüentemente, os negros eram objetos das brincadeiras e escárnio por parte da população. Havia em Friburgo o “tenente maluco”, que, do meio-dia em diante, ameaçava quebrar a “cuia” de quem passasse por ele. Já o negro “Roão”, quando estava “na chuva”, ou seja, bêbado, despejava um turbilhão de palavrões.<sup>147</sup> O articulista queixava-se: “Ou elle ensaboie a lingua ou raspe-se do logar.” “Tiny” era a alcunha de uma célebre crioula de nome Joaquina de Jesus, que costumava roubar roupas e frutos dos quintais, levando sempre uma

<sup>147</sup>. É significativo que os negros sempre tivessem alcunha, como o preto Vicente da Silva Barros, vulgo “Roão”, e que, por mais que lutassem para adquirir uma identidade, com nome e sobrenome, acabavam sempre sendo reconhecidos por seus apelidos (*O Friburguense*, de 31-5-1891.)

advertência do delegado de polícia. Já a preta Leopoldina, que atacava geralmente crianças na estrada, ferindo-as, era mais temida e levava bons sopapos e cachações do delegado, quando detida. Uma outra mulher preta que dizia chamar-se Margarida, e que o vulgo mudou-lhe o nome para “Coruja”, servia de joguete da molecagem. Por ela não concordar com essa mudança de nome, uma torrente de palavras que, segundo *O Friburguense*, “a moral repugna reproduzir” era proferida, aumentando ainda mais a gaiatice da rapaziada. “Não haverá quem ponha cobro a isso?”, cobravam os mais moralistas no editorial de *O Friburguense* de 25 outubro de 1891. Como disse, os tipos populares eram quase sempre mulheres e homens negros, provavelmente loucos em razão das sevícias da escravidão, cuja extinção era ainda recente.

A preta Margarida, ou “Perua”, como era conhecida, nome dado pela molecada, era o tipo mais popular da cidade. “Perua” já não se irritava mais com a alcunha que lhe haviam dado e passava requebrando o corpo, envolto em um xale, e arrastando os chinelos. De luneta acavalada sobre o nariz adunco, lápis e papel nas mãos rascunhando caracteres ininteligíveis e bramindo alto, pintava a saracura, numa fúria de histeria inofensiva, com terríveis predições apocalípticas. Na estação ou na porta da igreja, a molecada gritava: “Perua! Perua!” Era o grito constante e, por onde ela aparecesse, formava-se logo uma roda. Havia os que a admiravam, os que a provocavam para rir de seus arremessos à garotada e aqueles curiosos em ouvir suas previsões e imprecações de desgraças para o futuro. “Perua” era vista arrastando-se, beijando e chorando o lajedo dos adros da Igreja-Matriz. Nesse momento, comovia os transeuntes mais piedosos, na sublime e dolorosa austeridade da sua religião de histórica. Após a penitência, seguia sob um coro de gestos e apupos, já fazendo parte do cotidiano da cidade a *flânerie* da jovem preta Margarida. No rosto, sempre a expressão alucinante, ouvindo revelações da outra vida, tão inofensiva na sua demência, tão desgraçada na sua vesânia. Heranças da escravidão.

### 3.4. Novas Formas de Sociabilidade: uma Cidade Cortesã

Como vimos, os veranistas permaneciam em Friburgo durante seis prolongados meses, chegando à cidade em novembro e retornando à capital em maio. A vinda habitual desses veranistas, no final do século XIX, ofereceu novas formas de convivência social à elite friburguense, que se foi desvinculando cada vez mais do modelo vigente, que se limitava ao círculo familiar. Influenciados pelos cariocas, europeizaram suas práticas sociais e adotaram novas formas de sociabilidade. Os círculos sociais se ampliaram e as mulheres da elite, exibidas e *coquettes*, passaram a organizar *soirées*, freqüentar o teatro e promover diversos eventos sociais.

Na estação calmosa, a elite friburguense tornava-se cortesã dos fleumáticos veranistas, procurando a todos prover e agradar para que passassem momentos agradáveis e divertidos na pachorrenta Nova Friburgo. Mobilizava-se para organizar entretenimentos, de forma que não houvesse lugar para o tédio. Os hotéis costumavam oferecer eventos para os seus hóspedes, promovendo em seus salões divertimentos como duetos, cançonetas, representação de comédias e recitais de poesias. *O Friburguense* de 6 de abril de 1902 noticiava que, numa festa artística ocorrida no Hotel Engert, foram recitadas poesias de Bocage, Castro Alves e Antonio Felix. O *clou* da estação eram as *soirées*, os espetáculos no Teatro D. Eugênia, além das representações teatrais promovidas pelos próprios veranistas. Nos passeios campestres, passavam de um para o outro lado da cidade, com o passo preguiçoso, carros lotados de veranistas tirados a pares robustas. Os rapazes de bom-tom envergavam as fatiotas domingueiras, flor predileta à lapela, cigarretes *à la* maromba e bengalinha entre os dedos. Já as moças exibiam a toailete branca. As competições no velódromo e a tão esperada batalha das flores eram ainda alguns dos eventos programados para afugentar a bonomia da cidade.

Na França, as *soirées* eram um momento privilegiado para a música e o teatro de amadores, principalmente no interior do país, onde as diversões culturais eram mais restritas e

as pessoas viam-se obrigadas a buscar em si mesmas as fontes de entretenimento. O teatro amador fazia parte do modo de vida privado, e um entretenimento muito comum era encenar comédias de sociedade. Elas eram das mais variadas durações, desde a breve bufonaria, que se representava em família ou com alguns amigos, até a longa comédia, para ser representada em um grande teatro e que os mundanos ociosos aprendiam para encenar, num salão, perante 400 pessoas (Martin-Fugier, 2003, p. 212-5).<sup>148</sup> Há o registro de veranistas cariocas que, imitando esse modelo francês, na qualidade de atores amadores, organizavam representações teatrais em Friburgo, como os casais visconde e viscondessa de Lemgruber e Honório Netto Machado e sua esposa, Emília Netto Machado. Honório Netto Machado, à época com 25 anos, era articulista do *Jornal do Brasil*, secretário da revista de arte *Vera Cruz* e autor de *Véos*. Sendo uma espécie de dândi, era descrito como uma pessoa que tinha gosto no vestir, correto nos trajes, e na sua fisionomia ressumbravam traços de nobreza. Os janotas friburguenses, provavelmente, copiavam o seu estilo.

Sob a denominação de “festivais artísticos”, os veranistas organizavam representações teatrais que tinham lugar no Teatro D. Eugênia, onde os amadores distribuíam os papéis de acordo com a habilidade artística e o perfil de cada um. Casais, filhos, sobrinhos, primos, enfim, toda uma rede familiar e de amizades participava das representações de dramas e comédias, além de da parte musical. Cobravam-se ingressos para cobrir os custos e, algumas vezes, para beneficiar a Igreja-Matriz. Nessas representações, entre as comédias escolhidas, figuravam a chistosa *Le Klephte* e *Uma Senhora Ilustrada*, original de Valabrègue traduzido por Artur Azevedo, ambas já representadas no Cassino Fluminense, no Rio de Janeiro. Nos papéis distribuídos entre os amadores, alguns atuavam como atores, outros como músicos. O médico Ernesto Caresche recitou em francês o monólogo *Le chalet rose*, de sua própria autoria. Percebe-se que grande parte do elenco nas peças teatrais era constituída por

---

<sup>148</sup>. Nos serões na França, eram comuns também as charadas, em que metade do grupo fazia a mímica da charada, enquanto a outra metade assistia e tentava adivinhar a palavra.

veranistas, sendo raros os friburguenses que se expunham no palco. Nas representações, as peças estrangeiras eram executadas todas em francês, idioma com o qual o “seleto público” encontrava-se familiarizado.

Como eram promovidos esses festivais artísticos? No mês de março, no verão de 1898, reunindo a “bella sociedade de veranistas” e friburguenses, o festival contou com um programa tão extenso e complexo que denota que os participantes do espetáculo deveriam ter iniciado os ensaios com muita antecedência. O festival iniciou-se, às 21 horas, com um concerto de música clássica, interpretado por um trio composto de piano, flauta e violino. Houve também um solo de violino intitulado *Scène de ballet*, de Beriot, e a *Valse*, de Chopin, sempre executados pelos que tinham habilidade e talento para a música. A seguir, cavalheiros, exímios *diseur*, recitavam trechos de obras, a exemplo do *Romance de Mignon*, de Ambroise Thomaz, *Fantaisie mélancolique*, de Reichert, ou o espirituoso monólogo *Solo de flute*. Um grupo arriscava na dança gavota, como a *Entr’Acte*, para flauta. Gavota, do francês *gavotte*, era uma antiga dança francesa originária do país de Gap (Delfinado), cujos habitantes eram designados por *gavots*. Era em compasso binário (2/4), andamento moderado e ritmo anacrústico masculino, como nos ensina o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda, em sua edição de 1986. Na parte final do concerto, *Seynette*, de Vercousini, e *Le secret de Theodore*.

Apesar de estarem todos entre amigos, o nervosismo em desempenhar a contento os seus papéis afetava todos, que procuravam dar o melhor de si em suas representações:

(...) A encantadora, a simpática e gentil mlle. Jeanne Regal, com notas artísticas, em gestos nervosos e sentimentais executou a difícilíssima tarantela de Liza Napoli e Venezia, produzindo um desses raros entusiasmos no seletto e feliz auditório (...). (*A Sentinella*, “Festival Artístico”, de 3-4-1898.)

Depois se seguiu um belo discurso pronunciado pelo brilhante orador e advogado Vilella dos Santos, agradecendo, em nome da comissão, aos participantes do festival. Quem imaginava que após a peroração de Vilella dos Santos o programa houvesse terminado,

enganou-se. A seguir a um intervalo para os refrescantes sorvetes, doces e champanhe, veio a última parte, constando da representação em francês da comédia *Le Klephte*, de Dreyfus. Nessa representação, o articulista Netto Machado fez o papel de Prabernau e Ernesto Caresche, no papel de Antonie, representou um criado infantil *comme il fault*. Encerrou a *soirée* a representação da comédia *Uma Senhora Ilustrada*, onde mlle. Perthilde Lemgruber, no papel da protagonista, D. Felismina, arrancou aplausos do seletto auditório: “O pedantismo, a pose, o espírito, etc. exigidos pelo papel, de sobeja, estiveram surpreendentes (...)”, registrava o artigo “Festival Artístico”, em *A Sentinella* de 3 de abril de 1898. Além das representações teatrais durante o verão, o Teatro D. Eugênia mantinha ainda intensa programação, com concertos vocal e instrumental, em que artistas profissionais dividiam o palco com veranistas amadores, que compreendiam senhoras e cavalheiros. Mais uma evidência de que esse grupo permanecia na cidade por longos meses, a partir de novembro, pode ser extraída deste fragmento do jornal, que fazia a crítica das representações do festival:

(...) A festa foi com muita felicidade encerrada, e louvamos a distinta comissão organizadora **que desde o ano passado** procura aumentar as magníficas diversões destas fidalgas montanhas. (*A Sentinella*, “Festival Artístico”, de 3-4-1898; grifos meus.)

Um aspecto interessante que ocorria entre a elite daquela época era o fato de as crianças serem, desde cedo, introduzidas nessas formas de sociabilidade, havendo sempre matinês nas quais os infantes eram iniciados nas danças e músicas, assim como nas artes dramáticas. Na França, o teatro amador também ocorria entre as crianças, cuja sociabilidade reproduzia a dos adultos, mas se concentrava no horário da merenda. Convidavam amigos, tomavam merenda e encenavam pequenas peças teatrais. Em Friburgo, há um registro de *O Friburguense* de 5 de abril de 1894 de crianças pertencentes à elite da cidade, como Braz e Laura Clemente Pinto, que representaram as peças *A Costureira* e *Os Dous ou O Inglez Machinista*, no Hotel Leuenroth. Essa iniciação das crianças na sociabilidade mundana aparecia em Friburgo em diversos eventos culturais. Quando foi fundado o Cassino Friburgo, a baronesa de Duas

Barras dirigiu as danças das crianças numa matinê realizada no domingo, como conta *A Sentinella* de 9 de março de 1902. Em 1907, no salão do Hotel Salusse, animada *soirée* foi organizada por meninos da elite friburguense, como José Galiano Fontes das Neves, registrava *O Friburguense* de 24 de fevereiro de 1907, assim como anos antes noticiara outro evento semelhante *A Sentinella*, na coluna “Theatros e...”, de 11 de março de 1900:

Fará beneficio no dia 18 (...) sendo auxiliado pelo grupo de distintos meninos amadores desta cidade, cujos pais (...) deram o necessário consentimento. Serão representadas as comedias Santinha de Carne e Osso em um ato e Veneno dos Bórgias em três atos.

O amadorismo também se fazia presente nos saraus dançantes, com os convidados se revezando ao piano enquanto outros dançavam. Essa era uma forma de sociabilidade típica da elite friburguense. Não eram tão desinibidos e articulados como os veranistas cariocas, para promoverem representações teatrais. Restringiam seus talentos à execução de peças musicais clássicas nas *soirées* dançantes. Conjugavam o amadorismo com apresentações de músicos profissionais especialmente contratados. Nessas ocasiões, dançavam-se, preferencialmente, polcas e contradanças, sendo que essa última foi rebatizada, posteriormente, na França com o nome de “quadrilha”. A polca veio para o Brasil em 1844.

Nas notas sociais do jornal percebe-se certa competição sobre quem proporcionava a melhor programação na vida elegante de Nova Friburgo durante o verão. Um grupo prestigiava o outro nos eventos organizados, já que se tratava de um círculo restrito, mas certamente competiam entre si sobre quem promovia os melhores salões. Os Salusse, nativos e mais tradicionais, optavam por bailes que denominavam “familiares”, tal como está em *A Sentinella* de 24 de abril e 1 de maio de 1898. Uma comissão formada de gentis senhoritas presidida por mlls. Chiquita Rui Barbosa, Marietta Azevedo, Dalila Menezes, Adélia Rui Barbosa e os cavalheiros Alfredo Rui Barbosa e Julio Salusse realizaram um baile familiar nos salões do Hotel Salusse. As senhoras promotoras desses eventos eram geralmente secundadas, habilmente, pelos cavalheiros, que ficavam com o encargo da venda e

distribuição dos convites. O Hotel Salusse promovia um baile no final do mês de abril que já se transformara em tradição na cidade, como desfecho da estação calmosa. Contratavam uma orquestra constituída principalmente de instrumentos de corda e formada em sua maioria pelas principais figuras da Companhia Lírica, que, freqüentemente, dava espetáculos na cidade. Não obstante a existência da Charcuterie Française, os Salusse tinham medo de errar e contratavam o serviço de bufê da afamada “Caza Paschoal”, da capital federal. As colunas sociais destacavam a forma sofisticada e elegante sobre como recebiam os friburguenses os seus não menos requintados e fleumáticos veranistas, conforme as notas a seguir:

(...) nada deixou a desejar e foi um digno remate da estação calmosa que está a despedir-se (...). A riqueza e o chic das toilettes apresentadas firmaram mais uma vez a reputação de que goza Nova Friburgo de ser uma das mais civilizadas cidades do Brazil.

Não fôra o receio de incorrer em qualquer involuntária omissão e seria o caso de se fazer menção especial do vestuário de cada uma das distintas damas.

As danças, sempre animadas, prolongaram-se até a madrugada, o que não é de admirar, tratando-se de uma sociedade que tanto prima pela figura do espirito e pelo esmero da educação (...).

O baile da noite do dia 23 marca uma epocha da história da adeantada sociedade friburguense.

Oxalá que se repitão sempre aqui festas de tanto brilhantismo. (*A Sentinella*, “Baile Explendido”, de 1-5-1898.)

Na programação de verão, durante o dia, ocorriam as corridas de bicicletas, uma novidade do final do século XIX. A Praça 15 de Novembro fora, por um período, transformada no Velódromo Friburguense, uma iniciativa do médico Carlos Luiz Meyer. Eduardo Salusse criou, em 9 de abril de 1899, o Bicycle Club Friburguense, destinado a exercícios de bicicleta. Além de ser considerado um divertimento, era ainda um exercício físico de primeira ordem para robustecer o corpo, constatava *A Sentinella* de 20 de abril de 1899. A cidade já deveria possuir muitos ciclistas, já que havia anúncio de conserto de bicicletas, além de uma reclamação no jornal sobre a necessidade de o Código de Posturas regular o trânsito delas, pois já vinham causando atropelamentos de transeuntes.

A confluência entre a ginástica e as atividades lúdicas, mais desenvoltas, de origem aristocrática, imitando os *games* ingleses, delineou o que à época passou a ser chamado de

esporte. A equitação e, mais tarde, os jogos de bola esboçaram um modelo de atividades que, como tantos outros, ecoavam a partir da cúpula da pirâmide social. Passa-se então a exaltar a figura do campeão. A medicina natural preconizava o passeio pelo campo, a excursão à montanha, os banhos de mar e a bicicleta. Com o correr do tempo, todas essas práticas se emancipam e, paulatinamente, vão deixando a esfera médica e a visão passa a ser não tanto a de curar, mas de usufruir de um bem-estar, da expansão de um corpo em liberdade (Corbin, 2003, p. 611).

As corridas de bicicletas eram realizadas aos domingos, sempre ao meio-dia. A presença de “juízes de partida”, de “chegada” e “juízes de raia” dava uma conotação de que a disputa era acirrada entre os participantes, muitos dos quais vinham da capital federal. Essas corridas tinham normalmente seis páreos, com uma média de seis participantes em cada um, os quais distribuíam prêmios como medalhas de ouro, prata, bronze e caixas de champanhe. Tendo na comissão organizadora Eduardo Salusse, Augusto Braga e outros ilustres friburguenses, esses eventos restringiam-se à elite da cidade, a exemplo do barão de Mesquita, que servira como juiz de partida. Próximo ao velódromo, encontrava-se o Botequim do Velódromo Friburguense, que servia cervejas nacionais e estrangeiras, *chopps* gelados, vinhos finos do Porto, *cognacs*, *vermouts*, champanhe *Veuve Clicquot*, sorvetes, frutas, sanduíches e pastéis.<sup>149</sup>

O Bicyclette Club Friburguense era um dos vários clubes existentes na cidade. Eles eram uma forma de sociabilidade da classe dominante e de setores médios da sociedade. Era

---

<sup>149</sup>. O requerimento de solicitação para a implantação do velódromo “dormiu longo tempo na pasta do presidente, sem despacho”. Carlos Luiz Meyer, diante disso, colocou para funcionar o velódromo mesmo sem a autorização. Segundo *A Sentinella* de 23 de janeiro de 1898, com o fito de guerrear com Carlos Luiz Meyer, adversário político, a Câmara tachou o velódromo com o imposto de 1:500\$, um valor nada desprezível. Assim, o velódromo foi fechado, no dizer do periódico, “para gáudio dos amantes das trevas”. O velódromo foi extinto por rugas do organizador com a Intendência Municipal. No entanto, Eduardo Salusse, exímio velocipedista, passou a competir em outros municípios. “Chachá”, como era conhecido, tornara-se um campeão. Sempre que retornava à cidade repleto de medalhas das competições de que participava, era recebido na gare da estação como um herói por amigos e admiradores, com espocar de foguetes e dobrados executados pela banda de música Euterpe Friburguense.

comum participar de alguma associação ou clubes, e algumas dessas instituições recreativas prestavam ainda auxílio mútuo aos seus associados. No Club dos Fantasmas, cada membro contribuía mensalmente com 500 réis para criar um caixa para socorrer seus associados, conforme *O Friburguense* de 5 de abril de 1891. Essas instituições, porém, tinham, normalmente, uma existência muito curta, padecendo do “mal-de-sete-dias”:

(...) Há em Friburgo uma quantidade enorme de Sociedades que a gente sabe que existe, quando o cobrador bate na porta ou então quando há briga e um pororó dos diabos sahe entre os socios, produzindo uma gritaria infernal (...). Flâneur. (*O Friburguense*, “Flanando”, de 16-7-1896.)

No âmbito das atividades de cultura e lazer, existiam o Jockey Club de Nova Friburgo, o Club Recreativo e Carnavalesco, o Strauss Club, o Club Literário Minerva, o Club Recreativo Friburguense, o Cassino Friburgo e o Friburgo Club. É interessante que o nível de organização desses clubes era tal que o Friburgo Club possuía uma bandeira simbolizando a entidade.<sup>150</sup> O Strauss Club foi criado em 1893, tendo como um dos timoneiros Diogo Campbell, enteado do conde de Nova Friburgo.

O Club Minerva, fundado em 4 de outubro de 1891, exercia suas atividades na sala da Sociedade Recreio dos Artistas, tendo como presidente Antonio Francisco Menezes Wanderley, latinista e articulista de *O Friburguense*, um dos mais exponenciais intelectuais da cidade, como relata o próprio periódico em sua edição de 11 de outubro de 1891.<sup>151</sup> O

<sup>150</sup>. A propósito, além de Eduardo Salusse, eram co-fundadores do Friburgo Club J. de Vicenzi e José A. Marques Braga Sobrinho.

<sup>151</sup>. Antonio Francisco de Menezes Wanderley foi a figura mais expoente e o maior intelectual de Nova Friburgo. Natural do estado da Paraíba do Norte, era tipógrafo por profissão. Residiu na capital federal, onde trabalhou nas oficinas de diversos jornais. De lá veio para Friburgo, contratado para dirigir a oficina de *O Friburguense*. Foi então convidado para ser professor do Lyceo Nacional, onde trabalhou durante seis anos. Fundou uma escola noturna gratuita, além de duas escolas particulares, o Instituto Sul-Brazil e o Externato América. Fundou os periódicos *Correio Popular*, *O Rebate* e *A Escola*, todos em Nova Friburgo, dirigiu *O Democrata*, além de colaborar em diversos periódicos da cidade, como o jornal *A Paz*. Muito jovem ainda, com 25 anos, tinha um vasto currículo acadêmico, sendo um dos maiores latinistas, autor de peças teatrais, poeta, literato, tendo lançado os livros *Hosannas* e *Flores Agrestes*, um prodígio na época, já que a produção de um livro era muito cara. Casou-se com Alice Euzinea de Souza Cardoso, uma das filhas de Souza Cardoso. Foi um dos maiores oradores da cidade e Nova Friburgo prestou-lhe um preito, homenageando-o com o nome de rua no Centro da cidade. Mudou-se para a capital federal em agosto de

Minerva tinha por finalidade proporcionar sessões literárias aos amantes das belas letras, recreios úteis e instrutivos, mantendo aulas noturnas e diurnas de português, francês, inglês, aritmética, geometria, história, retórica, música, desenho, esgrima e ginástica. Em seu estatuto constava a intenção de formar um grupo dramático, praticar sessões literárias, criar e manter uma biblioteca, fazendo aquisição de periódicos diários e hebdomadários. No campo da solidariedade, tinha por objetivo desenvolver o espírito de fraternidade e auxílio mútuo, além de praticar atos de filantropia para o concurso de seus associados.<sup>152</sup> Há ainda o registro da Sociedade Particular Rei Bacho, criada em julho de 1899, segundo *A Sentinella* de 22 de julho desse ano.

Fundado por jovens da elite friburguense em 20 de setembro de 1891, o Club Recreativo Friburguense objetivava proporcionar aos seus associados partidas dançantes mensais, entre outros divertimentos. Promovia *soirées*, às quais comparecia o *high-life* de Friburgo, “o que havia de mais elegante”, segundo *O Friburguense* de 27 de setembro de 1891. Sua inauguração “foi uma festa em que a gala, o resplendor e o perfume misturavam-se entre a juventude friburguense”. A cordialidade e a animação deram o tom da festa, animada pelas valsas, diante de um requintado bufê de licores, vinhos, cervejas, doces e maçãs finas:

Os ternos olhares das jovens, que fascinavam, as vozes suaves e frescas, ora de uma ondulação flexuosa e doce, ora offegante com o redemoinhar voluptuoso e arrebatador da walsa, flores mimosas a derramar odores inebriantes, tudo isso desprendia effluvios hypnotisadores, formando uma athmosfera capitosa e divinal, que fazia-nos sonhar mundos ignotos, impossíveis! (*O Friburguense*, “Club Recreativo”, de 18-10-1891.)

---

1905 e retornaria muitos anos depois para assumir a direção de *O Friburguense*, quando do falecimento de Augusto Cardoso, mas ficou poucos meses e o jornal encerrou definitivamente suas atividades em 1936. Eram considerados “homens das letras” na cidade, além de Menezes Wanderley, Francisco de Almeida, Eduardo de Castro e Valério da Silva.

<sup>152</sup>. Conforme a Coluna “Solicitadas – Prospecto do Club Litterario Minerva”, de *O Friburguense* de 4 de setembro de 1892, esse clube era o mais exponencial da cidade, mobilizando as demais instituições do município. Realizava atividades cívicas na cidade e, por ocasião da comemoração da proclamação da República, promoveu uma salva de 12 tiros e uma girândola de foguetes logo pela manhã. Às 17h30, precedida da banda Campesina, saiu em passeata da Rua Gal. Osório, percorrendo as principais ruas da cidade, estando presentes todos os membros do Minerva, do Centro Operário, do Recreio Operário, da Estrela Friburguense, do Recreio dos Artistas e alguns colégios. Ao final, depois dos discursos, foi oferecido um copo de água aos presentes (*O Friburguense*, “Annuncios”, de 6-11-1892).

Em relação às classes populares, há o registro na coluna “Solicitadas”, de *O Friburguense* de 31 de julho de 1892, da Sociedade Dançante Recreio Operário, fundada em 30 de junho desse ano, e do Centro Literário Beneficente de Nova Friburgo. Conclui-se, assim, que tanto as classes dominantes quanto as populares tinham nessas associações a intenção recreativa. Já as integradas pelas camadas médias, como era o caso do Club Minerva, tinham fins educacionais e literários. A elite letrada de Friburgo, produtora de crônicas e versos, normalmente não correspondia à elite econômica.

Depois de uma vida cortesã em relação aos cariocas, a passagem da estação calmosa para o outono e o inverno representava uma nova fase na vida do friburguense. A vida social da elite da cidade passava a ter um ritmo mais lento, restrita agora aos círculos familiares. Os veranistas, livres das apreensões e incômodos que lhes causavam as altas temperaturas do Rio de Janeiro e que coincidiam com estações epidêmicas, volviam aos seus domicílios, retomando Nova Friburgo o seu modorrento cotidiano. A partir de então, os friburguenses entravam “na posse plena de toda a simplicidade e do encanto nativo da verdadeira vida campestre”, em que muitos deixavam a cidade para retornar aos labores do campo, conforme *A Sentinella* (“O Gelo em Friburgo”) de 5 de junho 1898.

No mês de julho, o *flâneur* queixou-se da bonomia dos acontecimentos na cidade:

Na grande luta em que sempre nos vemos empenhados, em busca do elemento principal á nossa existencia – o assumpto, parecemos muitas vezes um afogado que apega a tudo, comtanto que venha á tona.

Immerso em uma monotonia profunda, mais profunda talvez que os pélagos inacessíveis, procuro em vão um galhinho myrrhado mesmo, com que possa por momentos fluctuar, lançando olhares para todos os lados e nada vejo (...). (*O Friburguense*, “Flanando”, de 2-7-1896.)

### 3.5. Nova Friburgo: uma “Falsa Europa”

(...) É pena que nossa índole nos leve a só gostar de tudo estrangeiro e não acharmos nada de bom desde que não venha da Europa: se o calçado não for Clark e a camisa não for Bertholet ou da Camizaria Confiança da rua Santa Catharina (mesmo falsificado, a questão é a etiqueta) se assim

não for não presta, pôde ser melhor mas não presta, está acabado (...). (*O Friburguense*, de 1896, nº 403.)

Falar da europeização da sociedade brasileira no século XIX é algo conhecido na historiografia sobre o período.<sup>153</sup> Os estigmas do brasileiro colonial e senhorial passaram a funcionar como algo negativo e, aos poucos, a burguesia passou a imitar o modelo aristocrático. A semelhança de costumes com os europeus era indispensável ao reconhecimento social. A influência da cultura europeia, mais especificamente a francesa, na estrutura social da elite brasileira foi um fenômeno univernal na época, daí Fernand Braudel ter empregado o termo de “falsas europas” em relação a esse aspecto. O cultivo da literatura, o modo de vida e o estilo pessoal eram modelados no comportamento dos aristocratas e burgueses franceses e ingleses. Paradigmas culturais derivados da aristocracia e da burguesia francesas foram apropriados pela elite friburguense, que além de viajar para a Europa era influenciada pela também francófila elite carioca, que interferiu sobremaneira na sociabilidade mundana da cidade. Mas, como teria se processado a europeização da elite em Nova Friburgo?

Essa europeização se deve, em princípio, a algumas características e peculiaridades da cidade. Em primeiro lugar, o clima europeu de Friburgo, que fazia, por conseguinte, com que os friburguenses sentissem como se estivessem vivendo em um pedacinho da Europa.<sup>154</sup> Nova Friburgo era ainda uma cidade onde a imigração de europeus fora significativa. Foi inicialmente colonizada por portugueses, suíços e alemães e, no final do século, recebeu nova leva de imigrantes europeus, como portugueses, italianos, espanhóis e alguns franceses:

(...) a colônia de Nova Friburgo, fundada pelo elemento suíço, foi argamassada à custa do sangue de origem francesa e de origem alemã.

<sup>153</sup>. Em relação ao comportamento da elite brasileira nesse período, é interessante ler as obras de Machado de Assis e de Lima Barreto.

<sup>154</sup>. “(...) Friburgo, ideal apesar de tudo, nesta Friburgo que de europeu tem às vezes o clima (...)” (*O Friburguense*, “Duas Vezes por Semana”, de 1895).

De um desses elementos herdou ella a vivacidade, a promptidão de assimilação e a alegria communicativa do genio gaulez, do allemão veio a concentração religiosa, o hábito perseverante do trabalho e a tendência proliferadora para a fundação das grandes famílias ruraes. E de ambos tirou esse caldeamento útil, honesto, sadio, forte e adiantado que fundou o trabalho livre nestas montanhas e com elle todas as condições de moralidade, de bem estar e de prosperidade que constituem este povo na sua grande maioria feliz (...). (*A Sentinella*, “Bismark”, de 7-8-1898.)

Capital do século XIX, como disse Walter Benjamin, o mito de Paris influenciou a elite friburguense e era, no campo das sociabilidades, onde essas práticas mais se destacavam. Por exemplo, no vernáculo local, havia fortes influências franco-inglesas, em que as senhoras e senhoritas da elite eram *madames* e *demoiselles*, os cavalheiros, *gentleman*, o passeio era *footing*, o aperto de mãos, *shake hands*, e outros estrangeirismos, como *causer*, *diseuse*, *snob*, *casse-tête*, *tête-à-tête*, *clown*, *high-life*, *châtelaine*, *soirées*, *mise-en-scène*, *clubs*, *pic-nic*, *entourage*, *fêtes masquées*, *clou*, *hors-d'oeuvre* e *season*. Alguns foram aportuguesados e incorporados ao vernáculo, como *gare*, *pastel*, *detalhe*, *purê*, *omelete*, *maionese*, *gafe*, *placar*, *matinê*, *guidão*, *creche*, *crochê*, *turnê*, *complô*, *trupe*, *equipe*, *carnê*, *croqui*, *garçom*, *abajur*, *marrom*, *turista*, *grogue*, *gigolô*, *bibelô*, *cocote*, *champanha*, *bijuteria*, *repórter* etc. Segundo Sandra Pesavento, o Brasil seria o reino da representação social, o terreno fértil para a construção de metáforas e para a realização da metonímia, em que o peso do simbólico se sobrepõe à realidade e onde o “parecer” tem o efeito de “ser”. Ainda segundo a autora, se a realidade social nega as sociabilidades desejadas, se a concretude da existência impõe limites à realização da cidade ideal, no plano das representações o trânsito é livre (Pesavento, 1999, p. 25).

A elite friburguense tinha o hábito de viajar para a Europa. Os periódicos sempre davam notas sociais sobre a partida de determinada família para o velho continente. Logo, conheceram a Paris pós-Haussmann e todo o seu resplendor, que foi consagrado na historiografia como sendo a Belle Époque. O intendente Theodoro Gomes havia viajado para a Europa e, provavelmente, foi influenciado pelas exigências científicas, como o saneamento

de Paris. O intendente Ernesto Brazílio contratara o engenheiro Farinha Filho para promover o embelezamento da cidade, com o plantio de árvores pela Rua da Avenida e a ornamentação das praças. Imitação dos bosques de Paris?

Compartilhando a sociabilidade mundana da elite carioca, os friburguenses conheceram melhor as etiquetas sociais e passaram a se vestir de acordo com os preceitos da moda, já que concorriam com as elegantes senhoras do Rio de Janeiro. Mas não se deixaram levar por muita afetação. Não havia lugar para excessos. Segundo o relato de *O Friburguense* de 14 de outubro de 1894, as senhoras usavam vestuário simples, induzindo as que chegavam enlucadas, com vestidos de seda e carregadas de jóias, a abandonarem essa indumentária e fazerem uso de um vestuário mais espartano. De qualquer forma, eram descritas como elegantes em sua simplicidade.

Atendendo à necessidade da classe dominante, de estarem sintonizados com a moda, os periódicos davam notícias sobre as últimas novidades na França e na Inglaterra. Havia, na cidade, diversos representantes de assinaturas de revistas de moda, já que havia demanda pelas últimas novidades. A moda européia era copiada para se obter um reconhecimento social ou para afirmação do *status*:

(...) Iniciaram-n'a as inglezas que, com a sua costumada independencia em questão de trajes, idearam o "picture-hat", o chapéu copiado de algum retrato histórico ou de pintor celebre (...). Contudo, as inglezas limitaram a sua iniciativa ao chapéu, enquanto que as damas francezas, que dão hoje o tom, vão muito mais longe.

Com a segurança de que a sua posição social, a sua belleza e elegância lhes dão o império da moda, e que as outras mulheres que aspiram o vestir com distincção, hão de imital-as, resolveram emancipar-se das creações, as mais das vezes absurdas, das modistas, e vestir-se cada uma segundo o seu gosto e typo de belleza, procurando os modelos nos quadros históricos, como fazem as inglezas para os chapéus.

E esta moda, copiada dos quadros dos grandes mestres, começou já em alguns salões parizienses, e não tardará a invadir os passeios e as ruas. Ver-se hão então reproduções vivas de Maria Antonieta, de Catharina de Médicis, de Margarida de Navarra, de Ana da Austria, da altiva Montespan, da graciosa Pompadour e todas as mulheres que brilharam pela sua belleza e elegância. Os seus trajes, porém, ao passarem para as modas actuaes, deixarão no caminho os exageros e os ridículos com que n'aquelle tempo e em todos os mais trataram os modistas de desfigurar as formas humanas. (*O Friburguense*, "Uma Moda Artística", de 1895.)

No presente inverno, a moda entre a fina flor da elegancia londrina consiste em dar à pelle o brilho do marfim. Nada de pós ou coisa parecida (...). O brilho do rosto obtem-se por varios processos,

dous dos quaes estão tendo grande voga – clara de ovo batida em agua e uma camurça (...). (*O Friburguense*, “A Arte de Ser Formosa”, de 9-7-1893.)

Para os rapazes oitocentistas, *O Friburguense* também trazia informações sobre a moda masculina, copiada à risca pelos janotas friburguenses. Enquanto os franceses eram referência da moda feminina, era nos costumes ingleses que os homens civilizados deveriam seguir-lhes, “tiranamente”, o exemplo:

Sobre as modas dos homens comunicam de Paris:

As aproximações do inverno já fizeram entrar em Paris as famílias da alta sociedade que ainda permaneciam pelos seus chateaux, entregues ao prazer da caça. Com a entrada em Paris dessas famílias, desenvolveu-se o agradável passatempo dos bailes e *soirée* (...) Nas soirées o colete da casaca, de fôrma direita e de rebuço aberto, é quase sempre preto, mas nos bailes pôde ser de setim, seda, ou fustão branco (...). (*O Friburguense*, “As Modas”, de 3-9-1893.)

(...) É preciso saber em primeiro logar que os inglezes dão actualmente a moda a todos os homens do mundo civilisado, de fôrma que é nos costumes inglezes que devemos ir estudar, para seguir-lhes tyranamente o exemplo. Em regra, a casaca só se veste de noite. Há apenas duas excepções: para o individuo que vai casar e para aquelle que está encarregado de dirigir um enterro.

Fora desses casos, é um crime de lesamoda usar casaca de dia. À noite, para jantar, para ir passar a noite fora, para ir ao lyrico, ou mesmo para ir a um theatro elegante, a casaca fica sempre bem.

O smoking não suppre, nem pôde suprir a casaca; esta palavra em inglez quer simplesmente dizer o mesmo que a franceza veston, ou que o nosso jaquetão (...). A casaca pode vestir-se com gravata preta ou branca, conforme a maior ou menor cerimônia. A gravata branca é mais *habillée* (...). (*O Friburguense*, “As Modas”, de 7-9-1893.)

Ainda com relação ao perfil da elite da cidade, pode-se afirmar que era de pessoas com boa formação educacional. Já foi dito anteriormente que Friburgo possuía um dos melhores estabelecimentos educacionais do Brasil, vindo estudantes de diversas regiões do país, filhos de abastados fazendeiros, prósperos negociantes, políticos e ricos proprietários estudar em suas diversas instituições de ensino. Logo, o ambiente era propício para uma boa formação educacional. É provável que o ensino em Friburgo seguisse ainda os padrões europocêntricos, e mesmo em Lumiar, distrito da zona rural, as crianças aprendiam o francês no colégio. De acordo com suas leituras, percebe-se que a elite de Friburgo estava bem inteirada dos progressos científicos, culturais e artísticos que ocorriam naquele século. Em razão de sua vocação para a educação, o município possuía uma elite culta que lia, além dos clássicos,

autores contemporâneos. Mas que tipo de literatura lia o friburguense? Poderiam essas práticas de leitura representar a sociedade daquela época?

(...) Procurarei distrahir-me, não lendo romances livres, de origem francesa na maior parte, a cuja leitura entrega-se afoita e descuidadamente a mocidade inexperiente, que não sabe medir a extensão do mal que resulta de taes leituras (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 25-9-1892.)

Uma boa parte dos títulos vendidos na livraria de *O Friburguense* era de livros usados, o que denota que havia uma circularidade de leitura desses títulos. Entre os nacionais, eram vendidos Machado de Assis, Casimiro de Abreu, visconde de Ouro Preto, Affonso Celso, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Cruz e Souza, Luiz Rosa, Eduardo Garrido, Luiz Gama, Carlos Moraes, Coelho Neto, Carlos Sampaio, entre outros. Os friburguenses também liam pornografia, como *Nevroticos*, versos humoristicamente escandalosos de Motta Val Florido, segundo o anúncio publicado em *O Friburguense* de 5 de outubro de 1890. Já as senhoras eram assinantes de *A Estação*, jornal de modas parisienses que continha finas gravuras de moda e delicados trabalhos para senhoras, explicados por textos claros e minuciosos, além da parte literária, noticiosa e recreativa. Havia ainda *O Brazil Elegante*, também um jornal de modas que circulava em Nova Friburgo por meio de assinatura e que continha páginas de figurinos, gravuras coloridas, moldes cortados ou riscados.<sup>155</sup> Para as crianças havia *A Puerícia*, jornal infantil ilustrado de publicação mensal, e para as jovens, *O Oráculo das Moças*, uma moderna coleção de predições e vaticínios, só para citar alguns exemplos, conforme anúncios publicados em *O Friburguense* de 31 de maio de 1896.

As famílias friburguenses liam com interesse as “Páginas Litterarias”, folhetins publicados em *O Friburguense*, sob a coordenação do poeta Orlando Teixeira, e tinham o hábito de recortar e guardar as produções literárias assinadas pelo corpo de colaboradores, como atesta o nº 1.117 de *O Friburguense* de julho de 1906. As charadas eram um

<sup>155</sup>. A assinatura de *A Estação* por 12 meses custava 28\$000, enquanto a de seis meses ficava em 15\$000. Já a assinatura de *O Brazil Elegante* era trimestral (8\$000), semestral (15\$000) ou anual (28\$000), segundo *A Sentinella* de 24 de julho de 1898.

divertimento muito apreciado, sendo adquiridas em coleção ou lidas quando publicadas nos periódicos.

De acordo com os livros usados vendidos na papelaria de *O Friburguense* e com os anúncios publicados em vários números de 1895 desse periódico, podemos ter através dessas obras uma noção do tipo de literatura que circulava na época em Friburgo: Guy de Maupassant: *Vagando e Pedro e João*; Comte: *Philosophia Positiva*; Spencer: *Ensaio Políticos, Introdução à Ciência e Introdução à Sociologia Social*; Tiberghien: *Psycologia*; Labruyère: *Caracteres*; Macleode: *Economia Política*; Gambetta: *Discursos*; Schlegel: *Litteratura Antiga e Moderna*; Marquês de Maricá: *Máximas*; Southy: *História do Brasil*; Muller: *História Antiga; Bíblia Sagrada; Dicionário de Allemão*; Ravignan: *Dos Jesuítas*; Horácio: *Obras Completas e Odes*; Michelet: *O Povo e o Padre*; Jouffroy: *Philosophia*; Tito Livio: *História Romana*; Pinheiro: *História Sagrada*; Théophile de Gautier: *Bellas Artes*; Borodo: *Dicionário Italiano-Português*; André: *Litteratura Francesa*; Noel: *Litteratura Francesa*; Lacombe: *Manual do Contador*; Vasile: *Sociedade de Paris*; Chautrel: *Historia Universal*; Soares: *Moral*; Guisot: *Civilização na Europa*; Cortambet: *Curso de Geografia*; Lebas: *História Romana*; Pompeu: *Geographia*; Cortambert: *Curso de Geographia*; Pariey: *História Universal*; Cousint: *Philosophia*; Delaunays: *Astronomia*; Veron: *Esthetica*; Max-Nondau: *Mentiras Convencionaes*; Pinheiro: *História Sagrada*; Laveley: *O Luxo*; Bastos: *Meditações*; Escudo: *Litteratura Musical*; Oliveira: *Escrepturação Mercantil*; Montesquieu: *O Espirito das Leis*; Rafis: *História Universal; Portugal e Brazil – Biographias; Jornal das Viagens*; Dicionário Latino e Portuguez; Padre Fonseca: *Tratado do Algodoeiro*; Renant: *O Anti-Christo*; Zola: *Doutor Pascal*; Cruz e Souza: *Missal*; Joaquim Manoel de Macedo: *O Rio do Quarto*; Aloísio Azevedo: *A Mortalha de Alzira*; Castro Alves: *Espumas Flutuantes, Vozes da África, Navio Negreiro, A Cachoeira de Paulo Afonso e Gonzaga ou a Revolução de Minas*; Fortuné du Boisgobey: *Os Mistérios de Paris Novo*; Pereira da Silva: *Fundação do*

*Império Brasileiro*; Camillo Castello Branco: *A Douda do Candal*, *A Queda de Um Anjo* e o *Retrato de Ricardina*; Hugo Leal: *Lucrezia*; Sylvio Dinarte: *Lágrimas do Coração*; Portilho Ferreira: *A Vingança do Fidalgo*; Manoel Ferreira: *O Vestido Carmezim*; Bouvier: *O Exército do Crime*; Figueiredo Pimentel: *O Aborto*; Affonso Celso: *Vultos e Factos* e *Minha Filha*; e *A Trovadora Popular* (poesias, modinhas, recitativos, lundus, canções, diálogos, operetas, contos, fantasias, fadinhos e tangos).

Retornando às sociabilidades da elite friburguense, uma das práticas mais constantes para reunir a sociedade eram os bailes, ou melhor, as *soirées*, como gostavam de dizer, verdadeira coqueluche entre os abastados citadinos. De acordo com o *Código do Bom-Tom ou as Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*, de José Inácio Roquette, *soirée* era a divisão do tempo em que a maior parte dos indivíduos, tendo realizado suas ocupações e deveres diários, buscava algum desafogo e desenfado na conversação e no trato com pessoas estimáveis por sua instrução, qualidades ou prendas. A reunião de pessoas para tal fim dava-se, habitualmente, em alguma residência. Na sociedade francófila friburguense, não se distinguem os *raouts*<sup>156</sup> das *soirées*: naqueles havia dança, música e jogo; nestas, a conversação de pessoas bem criadas que se conhecem e se estimam. Nesses encontros, as pessoas se destacavam por seus conhecimentos, por seu gênio e maneiras agradáveis, por ditos sensatos e argutos, graça natural e engenho fino e delicado.<sup>157</sup>

As senhoras amadoras, como dissemos, executavam peças musicais ao piano e ao violino, mas era de bom-tom também contratar músicos profissionais. Nas *soirées*, ouviam-se

<sup>156</sup>. A queda de Napoleão I marcou o fim dos pequenos comitês mundanos e o início dos *raouts* ingleses – reuniões misturadas em que se comprime uma multidão de gente não escolhida (Martin-Fugier, 2003, p. 121).

<sup>157</sup>. O *Código do Bom-Tom ou as Regras de Civilidade e de Bem Viver* foi escrito por um cônego, J. I. Roquette, e publicado em Portugal em 1845. Sua autoria é, contudo, atribuída a um bom pai, um aristocrata que saíra de Portugal em 1834 e que, depois de ter perdido a esposa, resolveu educar os dois filhos em Paris. A partir de finais do século XVIII, mas sobretudo durante o século XIX, toma força um novo gênero literário consagrado às boas maneiras. Escritos de modo claro e didático, os guias de boa conduta dedicavam-se à “ciência da civilização” e introduziam seus leitores nas atividades que marcavam a vida em sociedade: bailes, reuniões, saraus e jantares (Roquete, 1997, p. 161-2).

música clássica, discursos eloqüentes com frases ornadas de “floreios retóricos e históricos” e os ditos chistosos, segundo *O Friburguense* de 27 de maio de 1894. Nessas ocasiões, o “delicado *menu*” de doces tinha preferência aos salgados, sempre servidos em mesas ornadas com belas flores naturais, afirmava o mesmo periódico em 25 de junho de 1896. Um aspecto interessante na vida social era o horário do término dos eventos, que se estendiam madrugada adentro. Numa homenagem ao fazendeiro João do Prado Jordão, cunhado da proprietária do Teatro D. Eugênia, além do banquete serviu-se variado *menu d’un repas*. O baile teve início às 22 horas, terminando somente no dia seguinte, tendo os convidados dançado “amiudadamente” até as 7 horas, “quando foi novamente aberto o champanhe” – uma bebida presente em todas as celebrações sociais na cidade.

De acordo com Jeffrey Needel (1987, p. 110 e 138), esses salões possuíam uma função simbólica e instrumental, seja para adquirir e mostrar o prestígio associado à cultura europeia, seja para servir de cenário propício a contatos discretos e conversas importantes. Tanto na Monarquia quanto na República Velha, a elite identificava-se, nos salões, com o mesmo paradigma europeu que vigorava nas escolas, nos clubes e no teatro, ou seja, um paradigma aristocrático de inspiração franco-inglesa.

Numa *soirée* organizada pelo Strauss Club, tendo à frente Diogo Campbell, no salão do Hotel Engert, aparece a citação da figura do dândi como influência na elite friburguense. Nessas *soirées*, em que se exibiam poder e distinção social, elegantes moças e rapazes doudejavam ao som de valsas e quadrilhas americanas e francesas, executadas pela banda Campesina. As moças tinham “como pares os mais sympathicos dandys da nossa élite, o que de mais selecto offerece a nossa sociedade”, segundo o artigo publicado em *O Friburguense*, “Offerenda de Ouro”, de 27 de julho de 1893.

Nessa ocasião, um sofisticado bufê era preparado, acompanhado de um “serviço volante” servido aos convidados. Esses eventos eram normalmente contabilizados, cobrando-se um

ingresso que variava de 10 a 20 mil réis. Como, provavelmente, a venda dos ingressos deveria ser restrita, a comissão organizadora entrava com um montante muito superior ao arrecadado com a venda dos convites, como se fosse uma espécie de subsídio. Num dos saraus, o arrecadado entre os contribuintes totalizou 210 mil réis. A comissão de seis cavalheiros participou com 360 mil réis. A soma desses valores compreendia a despesa com bufê, orquestra e confecção dos convites. Só para se ter uma idéia de valores, a assinatura de *O Friburguense* custava 10 mil réis.<sup>158</sup> Essas *soirées*, organizadas pelos clubes de rapazes, ao contrário dos organizados pelas senhoras, não eram beneficentes nem visavam ao lucro, objetivavam, tão-somente, o pagamento dos custos, que consistia nos gastos com o bufê, músicos e convites. O periódico publicava o balancete desses eventos, numa espécie de prestação de contas, em que receita e despesa fechavam contabilmente. Gastavam-se, geralmente, 500 mil réis em um bufê, 100 mil réis com a orquestra de músicos e 30 mil réis em convites, sendo o salão do hotel cedido ao grupo de notáveis cavalheiros. Ao final desses encontros, elegia-se a comissão que se encarregaria da organização do próximo baile, muitas vezes marcado para o mês seguinte, segundo *O Friburguense* de 2 de julho de 1893.<sup>159</sup>

O periódico fala na presença de “simpáticos dândis” na cidade, e mais uma vez se ratifica a eurofilia nas relações sociais em Friburgo. O dandismo, de origem britânica e essência aristocrática, foi codificado por Baudelaire, Brummelle e outros autores. Segundo Michelle Perrot, o dândi, homem público, ator do teatro urbano, protege sua individualidade por trás de máscara com uma aparência que ele tenta tornar indecifrável. Alimenta o gosto da ilusão e do disfarce, tendo um agudo senso dos detalhes e dos acessórios, como luvas, gravatas, bengalas, echarpes, chapéus, entre outros. A toailete é uma das suas principais

---

<sup>158</sup>. Isso a considerar a edição desse periódico de 19 de novembro de 1893. Em um sarau ocorrido no Hotel Engert, para 200 convidados, foram gastos 500\$000 com salão e bufê e 100\$000 com a Sociedade Musical Campesina (*O Friburguense*, “Solicitadas”, de 2-7-1893).

<sup>159</sup>. Para um outro sarau, contabilizaram-se gastos com salão e bufê (521\$000), música (100\$000) e cartões de convites (62\$000), totalizando 683\$000 (*O Friburguense*, “Solicitadas”, de 27-7-1893).

ocupações e confere uma extrema importância ao asseio, tanto da pele quanto da roupa. Tudo isso supunha uma vida de lazer e rendas suficientes que dispensavam o trabalho, não sendo, porém, muito abastado. O desprezo do dinheiro como objetivo, o gosto pelo jogo e pela ostentação do luxo, mas também a aceitação do risco e de uma eventual escassez faziam parte da moral do dândi, anticapitalista e antiburguesa. Para eles, o casamento era o pior dos cativos, e as mulheres eram as redes da escravidão, havendo ainda a recusa dos filhos e da procriação, insuportável para o dândi. O dandismo era uma ética, uma concepção de vida que elevava o celibato e a vagabundagem ao nível de uma resistência consciente (Perrot, 2003d, p. 296-8).

Era comum o concerto nas matinês, realizadas aos domingos, geralmente às 13 horas, nos salões dos Hotéis Salusse e Central, com a audição de seletos programas executados com proficiência por concertistas que tocavam *romanzas* de *Aida*, *Gioconda* e canções de *Rigoletto*. Algumas *soirées* musicais eram organizadas por artistas em seu próprio benefício, com as damas da sociedade sendo convidadas para fazer parte nos concertos como amadoras, que graciosamente se prestavam a abrilhantar os programas tocando Beethoven, Brahms, Mendelson, entre outros clássicos, conforme o artigo “Palcos e Salões”, de *O Friburguense* de 14 de fevereiro de 1895. Há o registro de um concerto no Hotel Salusse, com o Quartetto Lyrico Italiano apresentando duetos das óperas *Gioconda*, *Guarany*, *Favorita*, *Trovatore*, *Fausto* e o quarteto da ópera *Rigoletto*. Nessas comemorações privadas, as valsas,<sup>160</sup> as polcas<sup>161</sup> os *schottisch*<sup>162</sup> e as mazurcas<sup>163</sup> eram os gêneros musicais mais apreciados. Nova Friburgo, segundo *O Friburguense* de 15 de março de 1894, conheceu Ernesto Nazareth, com a polca

<sup>160</sup>. *Il Bacio, Despedida, Arinda, Dócil Dialogo de Amor, Espana Moreninha* (de Carlos Gomes), *Opulenta, Queimou Santa Cruz, Carinhos da Carmen, Julita* (de Ernesto Nazareth) e *Granada*.

<sup>161</sup>. *Kropatscheck, Alice, Até Logo, Herminia, Cherchez la Femme, Trovadora, Alzira, Sympathica, Cheiro da Chamusco, Brincalhona, Como São as Cousas? Malandra, Holophote, Os Tiros da Vovó 550, Já te Conheço, Elisa e Queimou a Vovó*.

<sup>162</sup>. *Como te Amo!, Elvira, Souvenir, Suspiros e Beijos, Bonança, Juvenil, Onhabdo, Maliciosa, Elvira e Cantagallo*.

<sup>163</sup>. *Carolina e Lágrimas do Brasil*.

*Marietta*, e Francisca Gonzaga, com a valsa espanhola *Vila la Gracia*. O popular lundu intitulado *Monguzá* também fazia sucesso entre o público friburguense, mas não era dançado nos salões da sociedade.

Nas festas de aniversário, a francofilia se fazia presente. Numa comemoração ocorrida no Hotel Engert, o entretenimento foi dividido em duas partes: concerto e dançante. Foi apresentado pelas irmãs Hermelinda e Henriqueta a espirituosa comédia francesa *Um rat dans un panier*. Variado *cotillon* foi preparado pelos hóspedes do hotel para festejar o aniversário, segundo *A Sentinella* de 21 de abril de 1902. No aniversário do articulista Souza Cardoso, o cardápio foi em francês, com doces preparados humoristicamente, servindo-se:

Potages au Friburguense, poulettes au champignon et petit pois à Mme. Rosa Cardoso, fricassé picant au cresson de fontaine, piège d'oiseleur á la milanaise, paca rotie au Paiz, mayonnayse á homrad á 19 de junho, viande rotie á Imprensa Friburguense, dindon rotie á la brésilienne, sallades divers. Vins differents. Liqueurs assortis et caffè. Para dessert: pouding d'orange, crème vanille, entre outras. (*O Friburguense*, "A Nosso Chefe", de 25-6-1896.)

O triunfo da europeização dessa sociedade pode ser medido pela descrição de um bufê por ocasião da festa de reinauguração do estabelecimento hidroterápico, ocorrido no Hotel Central. O jantar dos acionistas demonstra o nível de sofisticação dos cidadãos e a influência francesa. A festa teve início às 18 horas, sendo servido um delicado *menu* no salão ricamente mobiliado com móveis austríacos, com serviço de mesa com os mais finos cristais e porcelanas:

**MENU**

Hors d'Oeuvre D'offie Assortie

Potage

JULIENE – COLBERG

Hors d'Oeuvre de cuisine

Petits bouchées a la purée de Perdiz

RELEVÉE

Poisson fin a la Genoise – pómez a l'anglaise

ENTRÉE

Emencé D'Agnoux

PIECE FROIDE

Aspique de foie gras – jambon de York

GRAND PUNCH A LA DR. THEODORO

**Rotis**

DINDE FARCI A LA BRÉSILIEENNE

Roast-beef a l'anglaise

SALADE VERT VARIÉ

ENTREMET

Gâteau a la reine – Salade de fruits

CAFÉ MOKA – THE LIQUERS, ASSORTIS

**Vins**

MADEIRAS-MEDOC

Chateaux, Paluguay,

CHATEAUX LA ROSE,

Clarete, Champagne, Porto. (*O Friburguense*, de 27-12-1891.)**3.6. Teatro D. Eugênia: Fase Áurea do Teatro em Nova Friburgo**

Nova Friburgo inaugurou com orgulho o seu teatro no final do século passado. Mas não bastaria apenas ter um teatro. Urgia que fossem trazidos espetáculos que transformassem a vida cultural da cidade, principalmente quando se recebia uma chusma de veranistas que permaneciam em Friburgo por um período prolongado. Certamente, o Teatro D. Eugênia teve um poder simbólico que situava Friburgo como um local civilizado, já que lá se representavam espetáculos semelhantes aos dos teatros europeus.<sup>164</sup>

Só para lembrar, o Teatro D. Eugênia foi originário de um projeto da Sociedade Musical Campesina. Além da música, essa sociedade objetivava oferecer aulas de artes dramáticas aos seus associados, o que resultou na construção do que viria a ser o Teatro Victor Hugo. As dificuldades financeiras para a consecução do projeto, porém, obrigaram-na a vender o prédio ainda em construção, que foi adquirido por Souza Jordão, um rico fazendeiro de Sumidouro. A atitude da Campesina, ao realizar a venda, em impor uma cláusula de que o imóvel somente poderia ser destinado às artes dramáticas garantiu a exeqüibilidade do projeto inicial, ou seja, o de dar à cidade um teatro. Pode-se afirmar que esse espaço reforça a tese de que Friburgo tinha por base econômica o turismo, já que o investidor, provavelmente, contava com o afluxo de

---

<sup>164</sup>. “(...) Vamos ter um verão estrondoso e para isso muito concorrerá não só a affluencia do povo que virá aqui passal-o, como o theatro preste a concluir-se (...)” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 18-10-1894).

veranistas que residiam boa parte do ano na cidade. Antes mesmo de o D. Eugênia ser inaugurado, há registro de que Nova Friburgo já recebia algumas companhias líricas. O Quarteto Lírico Italiano se apresentou em março de 1893, dando alguns concertos nos salões dos Hotéis Central e Salusse e ainda na Câmara Municipal.

O Teatro D. Eugênia foi inaugurado com a Companhia Verdini & Rotoli, embora a vinda do grupo à cidade tenha sido um tanto tumultuada. Depreende-se que era praxe as grandes companhias dramáticas, antes mesmo de chegarem à cidade, venderem, antecipadamente, assinaturas das récitas, através de um agente. Quando não se conseguia vender uma boa parte das assinaturas, que provavelmente deveria compreender a maioria dos camarotes e cadeiras, essas companhias cancelavam suas apresentações, já que não poderiam arriscar-se somente com a venda dos bilhetes durante os espetáculos. Foi o que ocorreu com a Companhia de Verdini & Rotoli, que cancelou a temporada em Friburgo. O responsável pela companhia, Donato Rotoli, chegou a enviar uma carta a *O Friburguense* agradecendo aos poucos cavalheiros que patentearam a sua boa vontade com o auxílio para a vinda da companhia, mas ela se retirava da cidade porque não poderia ficar à mercê da sorte da venda dos bilhetes. Como se observa, não era tão simples trazer uma grande companhia lírica. O espetáculo envolvia o traslado de atores, músicos, coro, pessoal técnico, além do maquinário e dos inúmeros cenários, envolvendo grande produção. O elenco da Companhia Verdini & Rotoli era formado por dois maestros, cinco *primas donnas* ou sopranos, dois tenores, dois barítonos, três baixos, três comprimários, dois cantores nos papéis secundários, 24 figuras de corpo coral, quatro bailarinas, 20 “professores de orquestra”, dois maquinistas e um aderecista. Havia ainda a banda de música.

Muitos friburguenses lamentaram a “contristadora” notícia, pois afinal seria importante inaugurar o teatro com uma companhia, como a Verdini & Rotoli, que gozasse de grande crédito na imprensa do Rio de Janeiro. Além disso, a imagem de Friburgo, tão civilizada e

afeita ao progresso, poderia ficar comprometida por não ter público suficiente que adquirisse assinaturas para um divertimento tão em voga na Europa. Foi assim que o médico e intendente Alfredo de Castro e o coronel João do Prado Jordão criaram uma comissão para angariar assinaturas entre os cavalheiros. A vinda da companhia caracterizaria, conforme *O Friburguense*, uma imagem de progresso para a cidade e “foros de civilidade”, principalmente porque a inauguração do teatro estava programada para fevereiro, em plena estação calmosa. Afinal, o que diriam os nossos veranistas sobre a elite friburguense se ela não conseguia número suficiente de assinaturas para trazer uma companhia lírica à cidade? O periódico entrou na campanha, mostrando as vantagens que seria a vinda de tal empreendimento para a cidade:

(...) Entretanto a companhia mereceu sempre a atenção da imprensa na capital e seria para Friburgo altamente lucrativa a vinda da companhia dos Sr. Rotoli e Verdini, visto como a animação no commercio avultaria, com a presença nesta cidade de um pessoal de cerca de 60 artistas, que necessariamente deixarão aqui o fructo do seu trabalho.

Não fallaremos na affluencia de diletantis que das circumvisinhanças, sem duvida virão, senão sempre, ao menos algumas vezes, ouvir a magnífica troupe lyrica, e dos excursionista da Capital, attrahidos por mais esta distracção, concorrendo também para movimentar o commercio.

Friburgo tem tudo para lucrar com as 30 recitas da companhia lyrica, intelectual e commercialmente fallando. Na Europa muitas cidades, fazem sacrificios, para manterem espectaculos desse gênero, em beneficio de seu desenvolvimento (...).

Nós, como órgão desta cidade, que pugnamos pelo seu progresso, e trabalhamos por vel-a elevar-se sempre na escala da civilização, concitamos os friburguenses a quebrar esta indiferença pela arte, e convidamol-os a cobrir a assignatura da companhia lyrica (...). (*O Friburguense*, “Companhia Lyrica”, de 9-1-1896.)

A partir de então, todos se mobilizaram. A proprietária do teatro, D. Eugenia Jordão, a fim de facilitar o *desideratum*, fez um abatimento de Rs1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis) no aluguel do edifício, viabilizando a vinda da *troupe lyrica*. Ficaram com as assinaturas dos camarotes o barão de São Clemente, o barão de Duas Barras, o visconde de São Manoel, o rico português Antonio Lopes Sertã, Edmundo Salusse, William R. Mac-Nivem, o médico Galdino do Vale, entre outros, segundo *O Friburguense* (“Palcos e Salões”) de 31 de janeiro de 1895. Os preços das assinaturas foram estabelecidos da seguinte forma:

camarotes: 30\$000; cadeiras de 1ª: 5\$000; cadeiras de 2ª: 3\$000; e a galeria: 2\$000. Temos de levar em consideração que, quando se adquiria, por exemplo, uma cadeira, havia que se multiplicar o valor por 16, já que seria esse o número de récitas que a companhia daria na cidade e não 30, como anunciou o periódico. Para viabilizar o empreendimento, os assinantes poderiam pagar as suas inscrições em três prestações: a primeira no ato da inscrição, a segunda no dia imediato ao da primeira récita e a terceira após a décima récita.

Assim, o teatro abriu as portas em 21 de fevereiro de 1895, numa terça-feira, com a Companhia Lyrica Italiana Verdini & Rotoli. Uma característica interessante é que as estréias dos espetáculos ocorriam no início da semana. Uma companhia dramática de atores friburguenses fez sua estréia numa segunda-feira. Os camarotes e cadeiras estavam todos ocupados e as galerias repletas, “assinalando”, segundo o periódico, “na história de Friburgo uma página sublime”. Antes de se abrirem as cortinas, a orquestra executou o hino nacional para dar maior solenidade ao ato de inauguração do teatro, que representava um passo no progresso da cidade. Em seguida, foi executada a ópera de Carlos Gomes *O Guarany*, em homenagem ao Brasil. É interessante o comentário da crítica, que associa a descoberta do indígena à formação da nacionalidade:

(...) O Guarany ouve-se por isso com entusiasmo que desperta as emoções do patriotismo; o brasileiro vê alli o início da lucta da civilização contra o obscurantismo, lucta que através dos tempos, em outro campo e sob outra acção, trouxe como effeito a formação da nossa nacionalidade (...). (*O Friburguense*, “Palcos e Salões”, de 21 e 28-3-1895.)

A primeira representação, como dissemos, foi a ópera de Verdi *Um Baile de Máscaras*, segundo o testemunho de *O Friburguense* de 21 de fevereiro de 1895. Na ópera *Lucia de Lammermoor*, de Donizetti, ocorrida em fevereiro desse ano, terminada a representação promoveu-se um grande baile no próprio teatro, sendo oferecido um bufê a expensas de Giovanni Giffoni, proprietário de um café ao lado do teatro. Somente os espectadores dos camarotes e da primeira classe tiveram acesso ao baile, que transcorreu até as 3 horas da

madrugada. O preço do camarote, nesse dia, passou para 40 mil réis e a cadeira de primeira classe passou para 6 mil réis.

Alguns espetáculos eram muito concorridos. Segundo o periódico, “o bilheteiro foi que deixou o seu posto, pois não tinha mais alli o que fazer: estava tudo vendido, não havia mais bilhetes.” *Aida*, de Verdi, foi um desses casos com sucesso garantido, como nos revela o crítico:

(...) Para o nosso público a *Aida* é considerada uma ópera popular, tão popular como *O Trovador*, e é por isso sempre ouvida com agrado, por todas as companhias lyricas, boas ou mediocres, que assentam as suas tendas em terras de Santa Cruz. (*O Friburguense*, “Palcos e Salões”, de 1895.)

As companhias permaneciam em média dois meses na cidade. Entre um espetáculo e outro, enquanto os artistas ensaiavam a próxima récita, era permitido assistir aos ensaios. A Companhia Lyrica Italiana Verdini & Rotoli promoveu 16 récitas de assinaturas até o mês de março de 1895, representando as seguintes óperas na cidade: *Lucrecia Borgia* e *A Favorita*, de Donizetti, *O Trovador*, de Verdi, *Carmen*, de Bizet, *Baile de Máscaras*, *Aida* e *La Traviata*, de Verdi, e *Fausto*, de Goethe. Terminada a temporada na cidade, a Companhia Dramática Verdini & Rotoli seguiu para Cantagalo, onde conseguira vender a assinatura de seis récitas.

Logo depois de Verdini & Rotoli, chegou à cidade a companhia dramática do português Caetano Alves. Essa companhia tinha mais de 30 peças em seu repertório, mas nesse caso não houve assinaturas prévias dos bilhetes. Mais popular, o teatro português atraía o grande público, lotando as galerias, onde o diretor “lavava-se em águas de rosas de contentamento, vendo as pelegas caírem na bilheteria”. Era uma “proteção” espontânea dispensada pelo povo, que apreciava, principalmente, as comédias de um ato, que sempre finalizavam os dramas dos espetáculos.

A companhia era composta por aproximadamente 18 atores, que se revezavam apresentando inúmeras personagens, entre cantores de ruas, policiais, vendilhões, burgueses, mendigos, bebedores, cavalheiros, mascarados, arautos, guardas, pajens e outros. Nessas

produções, encontravam-se cenários suntuosos que eram sempre destacados no anúncio do periódico, como o jardim de uma taverna constituído de dois moinhos, requintado salão de um castelo, bosques, montanhas, vapores e cenários que remetiam a Paris, Munique, Nápolis e outras cidades do mundo. Em espetáculos como *Um Drama no Alto Mar*, os “machinismos” foram feitos pela renomada empresa da época Vicente Duran.

Para a *première* dessa série de espetáculos, foi escolhido o drama *Morgadinha de Val-Flor*, de Pinheiro Chagas. Uma “noite estupefaciente!”, “Noite de *soirée!*”, “Noite sem rival”, diziam os reclames para chamar a atenção das últimas representações de uma determinada peça. Destacava-se ainda o fato de os espetáculos já terem sido representados em teatros da Europa e do Rio de Janeiro, como no Teatro Recreio Dramático, na Phenix Dramatica, no Teatro de Variedades, no Teatro Dona Maria Segunda e no Gymnasio, em Lisboa. *Maria Joanna ou A Mulher do Povo* fora representada pela primeira vez em Paris no Theatro Port de Saint-Martin, ou ainda “exibido com delirantes sucessos nas platéas mais adiantadas da Europa e da América”. Essas observações provavelmente serviam para provocar na elite friburguense o sentimento de estarem usufruindo daquilo de que os povos mais civilizados desfrutavam. Um sentimento de serem partícipes do que se apresentava nos palcos dos teatros internacionais. Uma idéia de civilização.

O teatro português se fez presente através de diversos espetáculos e desde abril de 1895, quando chegou à cidade, a Companhia Dramática Caetano Alves promoveu uma extensa programação. Com preços menores do que as óperas italianas, com o camarote custando 15 mil réis e as cadeiras de primeira e segunda classes, 3 mil e 2 mil réis, respectivamente. A galeria custava mil réis. Havia espetáculos às terças, quintas, sábados e domingos. É importante destacar que essa companhia se estabeleceu durante muitos meses na cidade, permanecendo mesmo quando a estação calmosa já havia terminado, o que denota que havia um público interno que garantia uma bilheteria permanente para os espetáculos. As peças

eram de escritores portugueses como Pinheiro Chagas e Eduardo Garrido, de franceses e de brasileiros, como o comediógrafo França Junior, com as peças *Tipos da Atualidade ou O Barão da Cutia*, *Como se Fazia um Deputado* e *Direito por Linhas Tortas*. Essa última compreendia a Festa do Divino Espírito Santo, um sarilho em noite de carnaval e ironia sobre as sogras. Sobre *Como se Fazia um Deputado*, dizia o anúncio: “Scenas pittorescas do antigo systema de eleição a cacête”. Já do comediógrafo Artur Azevedo foi representada a comédia de um ato *Amor por Annexins*.

Entre dramas, melodramas e comédias, foram representadas as seguintes peças: *A Morgadinha de Val-Flor*, *O Fiacre 226 ou o Guia da Montanha*, *Gaspar Cacete*, *Uma Criada Impagável*, *Remorso Vivo*, *O Fidalgo Ladrão ou Os Pupilos do Escravo*, *A Estátua de Carne*, *Fidalgos e Operários ou A Tomada da Bastilha*, *A Honra de um Taverneiro*, *Mosquitos por Cordas*, *Theresa ou A Orpha de Genebra*, *Aimée ou O Assassino por Amor*, *O Pescador de Baleias*, *Um Drama no Alto Mar*, *O Poder do Ouro, 29 ou Honra e Glória*, *João*, *O Corta Mar*, *O Paralytico ou A Envenenadora*, *Os Dois Sargentos*, *A Grande Avenida*, *O Anjo da Meia-Noite*, *A Senhora Está Deitada*, *Os Estranguladores de Paris*, *Os Milagres de Santo Antônio*, *O Castelo do Diabo*, *As Duas Órfãs*, *O Poder do Ouro*, *Dalila*, *Chapéu de Palha de Itália*, *A Martyr*, *O Galé por Amor*, *Moços e Velhos*, *Os 50 Contos ou O Tio Padre*, *Maria Joanna ou A Mulher do Povo*, *Os Dois Proscritos ou A Restauração de Portugal em 1640*, *Os Direitos da Mulher*, *A Emancipadora*, *Santinha de Carne e Osso*, *Veneno dos Bórgias*, *Estudante Alsaciano*, *O Caiporismo* e *O Homem da Máscara Negra*. Incluía-se *mise-en-scène* dos principais atores da companhia, como Caetano Alves e Bernardo Lisboa. Por vezes, as representações se iniciavam com um prólogo ou eram ainda intercalados por monólogos, como idílios, intermédios ou recital de poesias de Castro Alves, assim como cançonetas cômicas, como *Descarrilhar* e *Uma Lição de Anatomia*.

Introduzido o teatro no Brasil de acordo com o modelo português, era costume intercalar nos intervalos das representações de tragédias, dramas, farsas e comédias pequenos quadros cômicos com música e dança, aos quais se dava o nome de “entremez”. O entremez encerrava sempre um pretexto para que duas ou três personagens estabelecessem diálogos sobre temas engraçados, criando situações que terminavam, invariavelmente, em danças e cantorias. Segundo José Ramos Tinhorão (s/d, p. 54-5), os autores de entremezes apresentavam números de lundus nos palcos, embora causando escândalo a uma minoria do público branco. Era a própria coreografia do lundu, à base de umbigadas, que impunha essa dança como um número teatral.

Em Friburgo o entremez era denominado “comédia de um ato” e considerado “verdadeira fábrica de gargalhadas”. Representaram-se os entremezes *Toribio Canudo*, *39 da Oitava*, *Uma Criada Impagável*, *Uma Experiência*, *Mariquinhas dos Apitos*, *A Morte do Gallo*, *Não Tem Título*, *Os Dois Surdos*, *Um Marido nas Palminhas*, *Os Namorados da Atriz*, *Nho'Quim*, *A Volta ao Mundo (a Pé)*, entre outros. Peças mais picantes, como *A Estátua de Carne*, que exibia as *horizontaes*, e *Can-Can*, eram dançadas por mascarados. Na comédia *A Senhora Está Deitada*, alguns espectadores sentiram-se descontentes com a interpretação “um pouco livre” que foi dada a alguns papéis e, segundo o crítico de *A Sentinella* (“Theatros e...”) de 17 de dezembro de 1899, “nem todos os frequentadores do nosso teatro apreciam a liberdade, ultimamente, introduzida nos teatros do Rio de Janeiro”. As sociedades musicais, sempre presentes no cotidiano da cidade, tocavam nos intervalos, como foi o caso da *Campesina* e do *Recreio dos Artistas*, que se apresentaram nas peças *Chapéu de Palha de Itália* e *A Martyr*.

Alguns espetáculos celebravam datas comemorativas. Por ocasião de 13 de maio, foi exibida *A Cabana do Pai Tomás*, sendo interessante este anúncio:

A Empresa não faz reclame d'este magnífico drama, em que se mostram os horrores da escravidão, já por ser bastante conhecido do publico. (*O Friburguense*, anúncio, de 1895.)

Outro espetáculo de gala foi em comemoração à República e, antes da representação de *Os 50 Contos*, uma banda executou o hino nacional. Em regozijo à pacificação do Rio Grande do Sul, “que abriu novos horizontes à República”, foi representada a peça *A Martyr*. Em setembro, em comemoração ao “20 de setembro”, como já mencionamos, jubileu da entrada das tropas da Itália em Roma, o teatro foi elegantemente ornamentado e todo iluminado a *giorno*.

Havia a sessão da matinê, provavelmente dirigida aos mais jovens, que se iniciavam no gosto pelas artes dramáticas, ou também para os mais idosos, já que os espetáculos iniciavam-se às 20h30 da noite, mas muitas vezes, devido ao atraso, estendiam-se madrugada adentro, chegando a terminar à 1 hora da manhã. Os espetáculos estendiam-se também em virtude dos longos intervalos e havia reclamação do público quanto a esse aspecto. Os promotores dos eventos, possivelmente devido às reclamações, chegavam a enfatizar que os espetáculos se iniciariam num determinado horário, “em ponto”. A crítica reclamava também da longa extensão dos espetáculos. Muitos deles, as denominadas “récitas extraordinárias”, eram, geralmente, em benefício de um cidadão enfermo ou desamparado de fortuna ou ainda em auxílio de alguma instituição, como a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Sociedade de Caridade ou a Sociedade Musical Recreio dos Artistas, para a reforma de seu instrumental, só para citar alguns exemplos. Havia também as “récitas de benefício”, que eram em proveito dos próprios atores da companhia dramática, na maioria das vezes destinadas aos atores mais antigos ou aos atores principais ou, ainda, em caso de doença de algum membro da *troupe*, como o contra-regra Perereca, que adoecera durante a temporada, tendo de retornar à capital. Eram os atores que escolhiam a peça no espetáculo em que seriam beneficiados e quanto mais popular e admirado o artista entre a população, maior a platéia, que muitas vezes assistia ao espetáculo somente para colaborar ou “dar protecção”, para usar o termo da época, ao beneficiado.

Adiar um espetáculo era “caso de polícia”, como ocorreu com a peça *Os Milagres de Santo Antônio*, que por um problema técnico com o maquinário e o cenário teve a sua estréia adiada. Houve “berreiro” na cidade e um distinto cavalheiro que viera a Friburgo com toda sua família somente para assistir à peça protestou, dizendo que era o caso de se dar a intervenção policial e prender-se todo o elenco, como no “manda quem pode”.

Mas como era o comportamento do público nessa forma de sociabilidade? Através do crítico de arte e colaborador de *O Friburguense* Francisco Pinto de Almeida, conceituado guarda-livros na cidade, conseguimos, por meio da coluna “Palcos e Salões”, compreender o que se passava do outro lado da cortina. Os conflitos, provavelmente, tiveram lugar em razão de o Teatro D. Eugênia ser um local onde três estratos sociais compartilhavam, simultaneamente, um mesmo espaço físico, apesar de geograficamente separados por camarotes, platéia e galerias. As tensões começavam pela forma de manifestação de alguns espectadores diante dos dramas e das comédias, em que a emotividade do povo incomodava alguns cavalheiros. O público muitas vezes manifestava-se, sendo ouvidas imprecações contra as personagens tiranas, que, segundo a crítica, era o melhor elogio que podia desejar um ator. O comentário do crítico de *O Friburguense* reflete bem o espírito da elite da época em relação ao comportamento da arraia miúda nesses espetáculos:

(...) O theatro estava literalmente cheio. As galerias apinhadas de povo portaram-se de modo irregularíssimo.

Nas melhores scenas do drama, nos lances mais patheticos, a gargalhada alvar era o applauso que de lá irrompia.

Symptoma evidente de ignorância supina do que se passava em scena mereceu justa reprovação da platêa. Cumpre-nos como chronista registrar o facto e extranhal-o, esperando que não se reproduza por isso que n'aquelle palco apresentam-se cavalheiros e distinctas senhoras – todos artistas de valor – que são dignas de toda consideração. (*O Friburguense*, “Palcos e Salões”, de 1895.)

Esse episódio confirma que o teatro era um lugar de sociabilidade a que todas as classes sociais tinham acesso. A preocupação quando o povo comparecia em massa ao teatro era tão grande que se colocava um destacamento policial na porta do teatro para evitar qualquer

distúrbio. Há o registro interessante de um episódio ocorrido em um domingo de espetáculo. Encontrava-se um grande número de populares na porta do teatro durante um dos intervalos, quando alguns deles, com a adesão de enorme massa popular, e possivelmente sendo provocados pelos praças do regimento policial, que ali estavam em guarda, exigiram a retirada da polícia. Diante de tais protestos, o delegado Baptista Eyer retirou-se juntamente com os praças.

Os chapéus das senhoras, alguns talvez mais exagerados, dificultavam a visão dos que ficavam atrás, sendo outro motivo de dissensão entre os espectadores. Como as senhoras insistiam em permanecer com o seu precioso ornamento, originou-se uma polêmica. Afinal, elas deviam ou não tirar o chapéu no teatro? Foi uma discussão que perdurou até que *O Friburguense*, de forma gaiata, ofereceu a solução. Ao que parece, a questão do uso desse ornamento nos teatros era um problema universal. Foi publicado no *Petit Journal* que no Teatro da Ópera, em Viena, colocou-se um cartaz avisando que somente às senhoras idosas era permitido conservar o seu chapéu. Como todos sabem que não há nem jamais haverá senhoras idosas, todas as espectadoras passaram a apresentar-se sem chapéu. Certa vez, por causa do chapéu, houve um conflito entre o filho do visconde de Lemgruber e os praças que ali se encontravam em serviço. O filho do visconde, que se achava na galeria com um grupo de rapazes de “respeitáveis famílias” da cidade, recusou-se, assim como seus companheiros, a retirar o chapéu ao dar início o espetáculo. Instados pelo sargento para que retirassem tal ornamento, responderam com “chufas” e palavras injuriosas. Esse incidente rendeu de tal modo que, no dia seguinte, os praças, em represália, perseguiram os rapazes pela Rua Gal. Argolo, terminando num grande sarilho.

Outra reclamação era que bengalas, cacetes e guimbas de cigarro caíam das galerias sobre os espectadores das cadeiras, casual ou propositadamente, conforme o periódico *Gazeta de Friburgo* de 20 de outubro de 1895. No teatro era proibido fumar, estando afixado nas

paredes laterais expressamente um aviso. Essa proibição era não só por incomodar aos não-fumantes, mas visava principalmente à prevenção de incêndio. No entanto, a proibição não era respeitada nem na platéia nem nas galerias e, principalmente, pelos freqüentadores das torrinhas, que jogavam pontas de cigarro ainda acesas sobre a platéia, denunciava a coluna “Pif-Paf”, de *O Friburguense* de 18 de maio de 1895. De fato, constatava *A Sentinella* de 25 de fevereiro de 1900 que a elite da cidade ocupava os camarotes e a platéia, enquanto nas torrinhas ficavam os menos abastados. Outro aspecto que incomodava os freqüentadores era a questão do ponto. Fazia-se tão alto o ponto que se confundia a voz do artista, incomodando os espectadores.<sup>165</sup>

Além do mau tempo, que contribuía para a ruína de um espetáculo, outro fator que concorria para o teatro não ter “bôa casa” eram as festas religiosas, conforme o relato abaixo:

(...) O máo tempo que há muito perdura e os folguedos populares, têm desviado do theatro a concurrencia d’outr’ora que fazia com que os empresarios pudessem equilibrar os seus orçamentos. Agora devido às causas apontadas o recinto do theatro offerece um aspecto desolador: poucos camarotes occupados; na platéa raros apreciadores; nas galerias, cujo preço baixou ao ínfimo, igual debandada (...). (*O Friburguense*, “Palcos e Salões”, de 1895.)

Quanto à crítica, sempre que um espetáculo estreava, costumava fazer uma síntese narrando detalhadamente todos os atos do enredo, assim como discorria sobre a proficiência dos atores e a freqüência do espetáculo. Na maior parte das vezes, tecia elogios e louvores à *troupe*, mas também não deixava de criticar um ator, cenário ou um espetáculo mal representado, conforme as críticas a seguir, transcritas da coluna “Palcos e Salões”, de vários números de *O Friburguense* de 1895:

(...) a comedia é digna de ser ouvida pelos ouvidos os mais castos, não havendo nella asperesas de linguagem, em que pese aos nossos moralistas que entendem que este gênero de producções deve guardar a compostura de uma marcha fúnebre (...).

(...) O publico, porém, tem pelo timbre da voz do Sr. Palmieri, uma espécie de idiosyncrasia, que nós respeitamos, mas que, em nossa opinião, deveria ser modificada (...). Dadone, a parte um ou outro cochilo, portou-se bem.

<sup>165</sup>. Outro problema referia-se à falta de higiene: “(...) Está tornando-se sensível a falta de colocação de depósitos de água dentro do teatro”, reclamava *O Friburguense* de 24 de fevereiro de 1895.

(...) É um rapaz que tem talento e tem espírito apesar de muito feio, benza-o Deus, o que nos tem feito muitas vezes esclamar: l'esprit! Ou va-t'il se nicher, mas, por isso mesmo, em se o ouvindo discretear a fealdade desaparece para ficar o prosador inesgotável e apreciado (...).

(...) *Como se Fazia um Deputado*, é uma comédia que pôde ser vista sómente por quem tiver a cautela de couraçar a barriga para não arrebrantar de risadas (...).

Os estrangeirismos eram muito explorados pela crítica, como nos fragmentos seguintes, extraídos da mesma coluna de *O Friburguense*:

(...) O publico não foi illudido na sua anciosa e justa expectativa, por isso que o drama tem scenas de muito effeito e a sua "mise-en-scène" é esmerada (...).

(...) Entretanto o Sr. Assis ainda assim levou grande vantagem ao actor Pedro Augusto que nos deixou más reminiscências pelo modo desageitado porque fez o mesmo personagem. Entre os dois não se verifica o caso do "mon coeur balance": optamos pelo Sr. Assis.

(...) Pode-se affirmar que o desempenho desse drama foi "hors ligne", sendo a platéa avara nos seus applausos (...).

(...) O "clou" do espectáculo foi a festa do Espírito Santo (...).

A ária do espelho foi feita pela distincta artista, bem cantada, não há duvida, mas para que constituísse num successo faltou-lhe, francamente, um pouco de "coquetterie" (...).

Havia ainda o teatro de rua, representado pelas pequenas companhias, que também eram muito apreciadas pelos friburguenses (*O Friburguense*, "Theatro Esteves", de 12-7-1896). Há referência ao "Theatro Vesúvio", que fez na cidade uma única representação da comédia de um ato *Os Manhosos Mordidos*. Geralmente eram peças de escritores portugueses, sendo essas *troupes* formadas por poucos atores, que se revezavam em mais de 20 personagens. Esses espetáculos eram montados na Praça 15 de Novembro e tinham início às 11 horas da manhã. Além das peças, os autores executavam sortes e canções, acompanhados de banda de música, que tocavam cavatinas com grande número de "vistas", ou seja, de decoração teatral. A cavatina era de origem italiana, consistindo numa pequena ária simples, sem repetição nem segunda parte, ordinariamente intercalada por um recitativo.<sup>166</sup>

A proximidade com a capital federal dava vantagens a Nova Friburgo. Muitas companhias que se apresentavam no Rio de Janeiro em teatros como o Recreio Dramático, a

<sup>166</sup>. Pequena peça instrumental cujo caráter lírico e leve evoca a cavatina, segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda.

Phenix Dramática e o de Variedades estendiam a sua turnê subindo a serra, até porque no verão os abastados cariocas não se encontravam na capital e com isso Friburgo movimentava sua vida cultural. A cidade recebeu ainda companhias de zarzuelas, obra dramática e musical de origem espanhola, uma espécie de ópera-cômica na qual alternadamente se declama e se canta. Apesar de o gênero e de a empresa serem espanholas, os artistas eram italianos, como Luchi, Navarro, Ferrera e Fregolini. A Companhia Dramática Empresa Mayor & Cia levou para Nova Friburgo zarzuelas como *A Gallinha Cega*, *O Anel de Ferro*, *Lucero del Alba*, *Música Clássica*, *Torear por lo Fino* e *Chateau Margaux*. Apresentou ainda um dueto da ópera *A Mascote*, *Elisa Luchi*, e a opereta *Niniche*, com matinê às 13 horas e, à noite, às 20h30. A Empresa Mayor, em parceria com a Companhia dos Irmãos Verdi, também promoveu espetáculos de prestidigitação, como *Século XVIII no Século XIX*, *A Maior Ilusão do Mundo* e *Capitão Verdi*, com a apresentação do prestidigitador, hipnotizador e ilusionista Capitão Verdi. Há ainda o registro do teatro de revista em Nova Friburgo. Segundo José Ramos Tinhorão (s/d, p. 37), as valsas cantadas e as canções francesas e espanholas chegaram ao Brasil no final do século XIX, com as companhias de revista, de operetas e de zarzuelas européias, representando o despreocupado espírito burguês do *vaudeville*. O teatro de revista começou a ser adaptado para divertir as platéias dos cinemas nos intervalos de projeção de filmes, quando no decorrer da década de 1920 surgiram os denominados cineteatros.

Espectáculos de prestidigitadores eram muito concorridos pelo *high-life* friburguense. Costumava-se lotar os camarotes e as cadeiras da platéia para assistir a esses profissionais do ilusionismo, como Eduardo Kindley, o rei das cartas, prestidigitador, ilusionista e *cumberlandista*, que fez duas apresentações na cidade. Esses espetáculos apresentavam sortes, jogos de espelhos, truques de mágica, tiros de precisão, entre outras atrações, segundo *O Friburguense* de 1896 (“Yank-Hoe”). No salão do Hotel Engert, ocorreu concorrida *soirée* com a apresentação da Escola Moderna de Hipnotismo e Espiritismo Simulado. Foi uma noite de

magia propiciada pelo sul-americano Kij, procedente do Teatro Robert Houdin de Paris. Estava prevista ainda a apresentação da cítara americana, uma novidade da época e, segundo o periódico, adotada nos salões da aristocracia norte-americana.<sup>167</sup> Esse profissional já se apresentara nos principais teatros da Europa e da América do Norte, tendo ainda realizado *performance* perante o marechal Deodoro da Fonseca. Na primeira parte do programa, com abertura pela Sociedade Musical Campesina, realizou transformações e números como *Um Gatuno Fin de Siècle*, *Magia Branca*, *Ocus Focus*, *Imperatus*, entre outros. O célebre prestidigitador espanhol D. Juan F. Esteves também veio a Friburgo e realizou trabalhos de magia, escamoteio, ilusão e cantares espanhóis. O mais *habitué* na cidade era Faure Nicolay, célebre ilusionista que também já se apresentara nos principais teatros do mundo. Na abertura, uma apresentação da banda de música, seguido de espetáculo com uma hora de magia e prestidigitação.<sup>168</sup>

Esses profissionais também realizavam espetáculos na Praça 15 de Novembro, com números de prestidigitação, magia e ilusão, realizados em frente à Igreja-Matriz. O programa era dividido em três partes, entre mágicas, ilusionismo e canções espanholas, italianas e brasileiras. O teatro da Companhia de Fantoques também era muito popular na cidade e apresentou, numa ocasião, dramas em três atos, como *Infanticídio ou O Assassino do Próprio Sangue* e *A Vivandeira do Regimento*, em um barracão armado na praça, como testemunharam em períodos diferentes *A Sentinella*, na coluna “Theatros e...”, de 29 de abril de 1900 e *O Friburguense* de 28 de junho de 1903, na coluna “Salões e Ribalta”. Há ainda o registro de uma interessante turnê artística da Companhia Dramática de Pigmeus, com os menores anões do mundo, segundo *A Sentinella* de 16 de janeiro de 1898.

---

<sup>167</sup>. Uma cadeira nesse espetáculo custava 2\$000 (dois mil réis).

<sup>168</sup>. Esse afamado profissional cobrava 3 mil réis para cadeiras reservadas e 2 mil réis para bancos. Já os espetáculos de prestidigitação na praça eram um pouco mais em conta do que no hotel, onde a cadeira custava 2 mil réis e a entrada para geral, mil réis.

Depreende-se que Nova Friburgo tinha àquela época enorme interesse pelo teatro. A Sociedade Musical Campesina oferecia aos seus associados, além de música, aulas de artes dramáticas. Em 1896, havia o registro de uma companhia dramática recentemente organizada por atores friburguenses. Era uma companhia bem estruturada, já que se apresentava no Teatro D. Eugênia, cujo aluguel não era nada barato. Estreou com um drama em três atos, *Os Direitos da Mulher*, de Rangel de Lima. Havia ainda grupos de amadores que levaram à cena a comédia *Santinha de Carne e Osso*, *O Veneno dos Bórgias* e diversos monólogos, registrou *A Sentinella* de 25 de fevereiro e de 25 de março de 1900.

O cotidiano da cidade também ganhou uma peça de teatro intitulada *Friburgo em Scena*, escrita por Julio Salusse e o engenheiro da municipalidade Farinha Filho, ornada de composições musicais de Fausto Zosne e anagrama de Souza Fontes.<sup>169</sup> A peça tratava com ironia de situações do cotidiano, como trens de passeio, o verão, o carnaval, a Cervejaria Beauclair, a Fonte do Suspiro e a Praça Paissandu. Por sugestão do articulista, a questão da água deveria também ser incluída e o repórter gaiato fez esta apelação:

O chafariz situado em frente à nossa redacção, que parecia inesgotavel, não deita uma só gotta do precioso liquido. Se ainda fosse possível, solicitaríamos ao Dr. Farinha Filho, engenheiro da Câmara Municipal, que o collocasse na revista *Friburgo em Scena*, completamente secco, tendo em volta uma infinidade de pessoas sequiosas, gritando furiosamente: Água! Agua doutor! Água pelo amor de Deus, para essa pobre e ressequida população (...). (*O Friburgense*, “Água, Água”, de 28-6-1903.)

### 3.7. “Você me Conhece?”: o Carnaval Fin de Siècle

Diziam os friburguenses oitocentistas: “Estávamos em pleno reinado do *Momo*.” O carnaval de Nova Friburgo demarcava posições sociais e estabelecia territórios, fazendo emergir ao mesmo tempo e no mesmo espaço realidades distintas e comportamentos bem diversos. Enquanto a elite buscava o estilo europeizado, inspirada na *commedia dell'arte*, o

<sup>169</sup>. Há controvérsia sobre o fato de Farinha Filho ter realmente escrito essa peça: “O Farinha Filho é incontestavelmente um homem art-nouveau. Ninguém ignora que o escriptor theatral passou por auctor da magnífica revista, *Friburgo em Scena* sem ter escripto uma só linha! (...)” (*A Paz*, de 24-1-1907).

carnaval de Friburgo ainda trazia resquícios da festa colonial, com seu retumbante zé-pereira, que consistia no batuque de bumbos atoadores, e os temerosos entrudos, que tanto chocavam os arautos da civilidade. O costume de comemorar o entrudo no Brasil, no período anterior à Quaresma, remonta ao século XVI, muito semelhante aos charivaris medievais. No final do século XVIII, o entrudo consistia no costume de as pessoas lançarem, umas nas outras, pós e líquidos, geralmente perfumados, que em Friburgo chamavam de “limões”. De acordo com Martha Abreu (1999, p. 129), do senso comum à produção acadêmica, passando pela literatura e relatos de viajantes estrangeiros, há uma tendência de se considerar a festa no Brasil, mais especificamente a festa carnavalesca, como o local do encontro, mistura e comunhão entre todas as etnias e classes sociais, base importante do que seria a marca singular e positiva da nacionalidade brasileira.

Conforme Mikhail Bakhtin (1999, p. 8-9), a abolição das relações hierárquicas na Idade Média e no Renascimento possuía uma significação muito especial. A festa oficial tendia a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, valores, normas, tabus religiosos, políticos e morais. A festa era o triunfo da verdade pré-fabricada, vitoriosa, dominante, que assumia a aparência de uma verdade eterna, imutável e peremptória. Ao contrário da festa oficial, o carnaval era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, a abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Nas festas oficiais, as distinções hierárquicas destacavam-se intencionalmente, cada personagem se apresentava com as insígnias dos seus títulos, graus e funções e ocupava o lugar reservado para o seu nível. Tinham por finalidade a consagração da desigualdade, ao contrário do carnaval, em que todos eram iguais e onde reinava uma forma especial de contato livre e familiar entre os indivíduos normalmente separados na vida cotidiana pelas barreiras da sua condição, da sua fortuna e situação familiar. Bakhtin afirma de forma recorrente que essas festas carnavalescas, que aboliam as relações

hierárquicas como uma “segunda via”, permitiam ao indivíduo estabelecer relações novas com os seus semelhantes.

Mas no carnaval oitocentista friburguense não ocorria de forma peremptória essa eliminação provisória das relações hierárquicas entre os indivíduos, como preconiza Bakhtin. Em vez de realizar os jogos de inversão, desafiando valores e hierarquias, na realidade reforçavam-se as regras sociais. A elite realizava seus bailes com absoluta restrição de convidados e até mesmo na rua os ritos festivos eram completamente gregários, em que as máscaras de seda se distanciavam das de arame ou papelão, reiterando, nesses dias consagrados ao Momo, os mesmos processos de hierarquia das classes sociais. O que mediava, porém, essa diferença era o entusiasmo que perpassava por todas as classes e etnias e cada um se divertia a seu modo. Reinava, em Friburgo, a patuscada carnavalesca, a alegria, a gargalhada, as momices, o rebuliço, o entusiasmo e o chiste. A cada ano crescia o número de carnavalescos e o povo avultava pelas ruas da cidade, sequioso de ver e ouvir a “idéia e a pilhéria”.

Os mascarados faziam coisas estrepitosas e os mais espirituosos faziam rir com seus ditos chistosos. Alguns faziam uso da pilhéria fina, inocente e sem malícia; outros, mais endiabrados, utilizavam a pilhéria ferina. Nas ruas, podiam-se ouvir cantos alegres como estes:

Morra a tristeza  
Viva a alegria,  
Guerra ao pezar  
E viva a fulia!  
Sejamos devotos  
Do eterno prazer;  
A vida é fugace  
E offerta o soffrer.  
Toca a brincar!  
Viva a fulia!  
Guerra ao pezar!  
Viva a alegria!

Comemorava-se o carnaval durante três dias, a partir do domingo, estendendo-se a folia até a terça-feira. Eram três dias de prazer, risos, galhofas, gritos, gargalhadas, alegria, rebuliços, cambalhotas, músicas, danças, pilhérias e o espírito a correr. Os mais jovens esperavam ansiosos pelo carnaval, contavam os dias e as horas para “folgar” nos três dias em que todos queriam fazer o seu *pé de alferes*, conforme *O Friburguense* de 28 de fevereiro de 1895 (“Pif-Paf”). Por toda a cidade comentava-se sobre os bailes. Os rapazes preparavam-se ensaiando ditos espirituosos, enquanto as moças, só sorrisos, menejavam dos leques com que iriam corresponder aos heróis da folia, confusas ao tentar identificar por detrás das máscaras os seus favoritos. Confetes, serpentinas, pétalas de rosas, versos e a pilhéria fina e delicada estavam “na ponta” nos três dias consagrados ao Rei Momo, segundo esse mesmo periódico, em sua edição de 14 de fevereiro de 1895. Também *A Sentinella* de 4 de março de 1901 noticiava que renhidas batalhas de confetes confrontavam senhoras e cavalheiros, que se atiravam encarnecidamente à luta, terminando muitas vezes em batalha de água:

(...) julgávamos assistir a pequenos combates entre ingleses e Bohers, em que sempre ficava duvidosa a sorte das armas, pois ora fugia um grupo, ora outro para de novo voltarem á luta, depois de feita a necessária reforma das munições.

E com que graça saham das delicadas mãos das interessantes combatentes os punhados de confettis que eram arremessados aos louros bigodes e às pretas cabeleiras dos inimigos, todos collocados em linha de combate em frente ao quartel dos atacados!

Valentes uns e corajosos outros, feria-se a luta com tal delírio que os saccos de confettis já não eram esvasiados aos punhados, mas atirados de uma só vez aos carros em que vinha garboso e triumphante o exército feminino que se mostrava cada vez mais disposto à peleja.

Para mais entusiasmar os dois exércitos, a esplendida banda da Sociedade Euterpe executava consecutivamente, em frente á Casa do Balga, brilhantes peças do seu vasto repertório e as notas chegavam-nos nos ouvidos, ora sibillantes como pequeninas balas arremessadas pelas armas de infantaria, ora atroadores como descargas de formidáveis canhões, manejados por hábeis artilheiros (...). (*A Sentinella*, “Carnaval”, de 4-3-1900.)

Dominós formados por rapazes e gentis senhoritas percorriam a cidade, propalando suas pilhérias espirituosas e provocando gargalhadas no povo, que esperava ansioso por eles. Pelas ruas, mascarados fantasiados de Bahiana, Camponeza Andaluza, Toureiro e Morcego Branco.

*O Friburguense* nos legou um avulso desses ditos espirituosos que foi distribuído por um máscara na cidade, onde as práticas de higiene não foram esquecidas pelo folião:

SALVE, CARNAVAL!  
 Esperar pelo folguedo  
 Um anno, não é brinquedo,  
 São tresentos e tantos dias!  
 É preciso paciência,  
 Suffocar a influencia,  
 E risonhas alegrias.  
 Emfim, chegou o tal  
 Suspirado carnaval.  
 Cloriforme virgulado,  
 Virá elle, com michrobios?  
 Digam os sábios ambrosios  
 Se o sobredito traz mal?  
 Se o cujo está constirpado  
 E preso sobre o costado  
 Conduz a constirpação.  
 Dê-se uma polvilhada,  
 Água de seringada,  
 Completa desinfecção.  
 (*O Friburguense*, “Carnaval”, de 3-2-1895.)

Eram personagens do carnaval de rua friburguense o zé-pereira, o pai-joão, o clássico diabinho e entre as máscaras havia a “Lulu” e o “J. C.”, um casal de idosos que percorria as ruas e os hotéis tirando a sorte das pessoas. Havia os grupos carnavalescos Dominós Espirituosos e Caninhas Verdes, formados por negociantes e artistas da cidade, que apresentavam espirituosa crítica acompanhada de danças e cantigas populares. *Caninha Verde* era o nome de uma canção popular que aparece juntamente com *Fadinho Brasileiro*, dançados em um dos espetáculos do Teatro D. Eugênia. Enquanto percorriam as ruas, esses grupos eram aplaudidos e acompanhados por populares.

Usava-se o reinado do Momo para fazer críticas espirituosas à Intendência Municipal. No carnaval de 1894, um grupo de rapazes fantasiados saiu à rua, expondo ao público as pilhérias e fazendo graças e crítica. Durante o trajeto, distribuíram impressos avulsos com versos alusivos ao projeto de luz elétrica, água, esgoto e ao imposto da décima urbana. Ironizavam ainda a projetada companhia de bondes movida por “eletricidade humana” e ao

projeto de caixa-d'água e, por fim, criticavam o progresso geral da cidade. No carnaval de 1901, os mascarados ainda faziam crítica à Câmara Municipal, em relação ao abastecimento de água na cidade, segundo *A Sentinella* de 4 de março de 1901. Os rapazes costumavam entrar também nas residências, nos cafés, no *meeting* da tradicional Charutaria Guarany, vestidos de dançarina, dominós, *mademoiselle fin de siècle*, em que exibiam a pilhéria engraçada e bem preparadas críticas que provocavam deliciosas gargalhadas.

Os populares tentavam a todo custo descobrir quem estava por detrás das máscaras, mas manter o anonimato era crucial na brincadeira, como relatava *O Friburguense* de 8 de fevereiro de 1894. Manter-se durante todo o carnaval sem que se descobrisse sua identidade era o grande desafio dos máscaras e o entusiasmo da festa. Usando o artifício da voz em falsete e procurando esconder as características que pudessem identificá-lo, o folião friburguense se rejubilava se permanecesse no anonimato durante os festejos. Os mascarados repetiam constantemente o velho e conhecido estribilho em Friburgo: “Você me conhece?”

Alguns retumbantes zés-pereiras, num zabumbar contínuo, atroavam os ares com os ruídos de suas caixas, destruindo os ouvidos da pobre humanidade. Havia inclusive um zé-pereira feminino, em que rapazes se travestiam de *mademoiselle* e no sábado, às 10 horas da noite, num burburinho infernal, percorriam as principais ruas da cidade. As moças que os acompanhavam trocavam os saiões pela calça branca e usavam longos sombreiros. Um gaiato vestido de negra “Mina” tirava a sorte dos transeuntes, provocando gargalhadas da população, segundo *O Friburguense* de 1 de fevereiro de 1894 e *A Sentinella* de 19 de fevereiro de 1899. Rapazes e moças da sociedade saíam em grupo, dançando em diversas casas, troteando e “pintando-o-padre”:

Á Momo! O grande Momo! O Deus de seis mil diabos, vomitando chammas que queimam e entontecem a mocidade, foram pomposamente manifestadas as maiores provas de amor e veneração, por outros tantos, seiscentos mil diabos, diabinhos, e diabretes endiabrados, buliçosos, foliões, espirituosos, cheios de fogo! (*O Friburguense*, “Carnaval”, de 15-2-1891.)

O desfile dos carros alegóricos, influência do carnaval italiano, era um momento muito esperado na festa carnavalesca. No “domingo gordo”, como chamavam o primeiro dia de carnaval, alguns carros devidamente enfeitados de flores desfilavam pela Praça 15 de Novembro. Rapazes folgazões atacavam os carros com gentis senhoritas, atirando-lhes confetes de variadas cores, sendo habilmente rechaçados por elas. Numa ocasião, um deles conduzindo um grande gato dava estrondosos miados e *puffs*, querendo a todos arranhar. Ao vê-lo, gritavam os populares: “Gato escondido com a cauda de fora!” Os clubes carnavalescos Fantasmas e Rei do Fogo saíam a passeio pelas principais ruas em carros ornamentados, distribuindo versos e flores, sendo muito aplaudidos pela população.<sup>170</sup> O Club dos Fantasmas distribuía *O Fantasma*, seu órgão oficial, redigido pelo “Dr. Gargalhada”; já o Rei do Fogo distribuía o *Caricato Progressista*, sob a redação de “Frei Satanás”. O Grupo dos Mosquitos, formado por um grupo de rapazes, entre os quais figuravam os campeões do velódromo, desfilava em um caricato carro tirado a bois. Demonstravam a significação do emblema “ordem e progresso” da bandeira nacional com inflamados discursos cheios de verve. Além disso, executavam soberbas serenatas que deixavam as moças eufóricas, a correrem para as janelas, conforme *A Sentinella* de 27 de fevereiro de 1898.

Soberbo préstito de carros ricamente enfeitados com folhagens, bandeirolas, galhardetes e arcos de penachos conduziam cavalheiros, damas e crianças da elite friburguense. Saíam pela manhã, percorrendo algumas ruas da cidade ao som de um estrepitoso clarim, iluminados com lanternas venezianas e fogos elétricos. Alguns zés-pereiras também saíam em carros iluminados a *giorno*. Interessantes crianças das “ilustres famílias” desfilavam em carros, vestindo fantasias de Bahiana Mignon, Cozinheiro, um Cupido a desferir flechas aos corações endurecidos, uma Camponesa oferecendo broas e leite, uma Douda e Dominós.

---

<sup>170</sup>. Faziam parte do Club dos Fantasmas Menezes Wanderley, Alfredo Ernesto de Souza Cardoso, Oscar Américo de Souza Cardoso, entre outros. Do Rei do Fogo, Elviro Martignoni, Antonio José Araújo Braga, Francisco Berçot, entre outros.

Além dos salões, as bandas também participavam do carnaval de rua. A Euterpe Friburguense, no último dia de carnaval, mesmo diante de uma chuva torrencial, que era muito comum ocorrer em Friburgo durante o carnaval, às 5 horas da tarde formou o garboso e luzidio préstito, anunciando com o toque de clarim que se achavam na rua os valentes carnavalescos. Foi uma verdadeira correria em todas as casas e em poucos minutos achavam-se as janelas, portas dos prédios e ruas completamente apinhadas de pessoas, que, ansiosas, aguardavam a passagem da velha e estimada sociedade.

Três vibrantes clarins em garbosos cavalos rompiam o préstito, seguindo-lhes galhardamente enfeitado um carro com o estandarte da sociedade, com a guarda de honra feita por sócios montados a cavalo. Em seguida, a banda de música, vestida com as cores nacionais à marinheiro, vinha embarcada em um vaso de guerra representando o “24 de junho”. Logo depois, dois carros faziam mofa da Campesina, com espirituosas críticas, sendo distribuídos impressos ao público pelos sócios. Depois desses carros, seguiam outros com senhoritas fantasiadas.

Os foliões friburguenses, em meio a requebros e fanfarrices, cantavam tonitroantes:

Viva Zé Pereira,  
 Homem que não faz mal,  
 E viva a pagodeira  
 Do bello carnaval!  
 Ó raio! Ó sol!  
 Suspende a lua...  
 Bravo, Chiquinho  
 Que está na rua!  
 (*O Friburguense*, “Carnaval”, de 1-2-1894.)

Costumava ser promovida, pela elite friburguense e por veranistas, a batalha das flores. Há o registro, na coluna “Pif-Paf”, de *O Friburguense* de 17 de fevereiro de 1893, de hóspedes do Hotel Central organizando uma batalha das flores. Uma delas teve lugar no mês de março, tendo sido formada por uma comissão de notáveis cavalheiros, estando à frente o

incansável autor de eventos na cidade, Eduardo Salusse, o “Chachá”. A batalha das flores era comumente realizada na Praça do Suspiro, com a concentração dos carros em frente à Igreja-Matriz. Dela participava somente a elite da cidade, com o concurso de distintíssimas famílias e, segundo *A Sentinella*, o que havia de “selecto e distincto em nossa sociedade”.<sup>171</sup> Era um acontecimento que gerava grande expectativa, sendo inclusive anunciado com entusiasmo pelos jornais:

Brilhante, mas muito brilhante promette ser a batalha das flores, que realizar-se-ha no dia 21 corrente.

Friburgo, a aprazível cidade de verão, vai se achar em grande festa.

O entusiasmo vai dia a dia crescendo em todos os corações (...). Só a batalha das flores, só ella, constitue assumpto de todas as palestras.

(...)

Suspiro, a poetica praça, há de necessariamente apresentar um aspecto esplendoroso, pois, á sua beleza natural vai juntar-se á gentileza de formosas senhoritas, a distincção de apreciáveis cavalheiros, de família distinctíssimas, todos digladiando-se em animada e ardente pugna ao som de apreciável música. (*A Sentinella*, “Batalha das Flores”, de 18-3-1900.)

Às 15h30, um pouco antes do embate, os carros começaram a chegar. A ornamentação artística dos veículos formava um luxuoso e florido préstito que desfilava garboso e imponente pelas largas alamedas que circundavam a Praça 15 de Novembro. Antecedidos por uma banda de música, seguiam pela Rua Riachuelo, em direção à Praça do Suspiro rumo ao campo de batalha. A entrada nessa praça era triunfal, passando o préstito sob as duas alas de coqueiros que margeavam a bela alameda:

(...) D’aqui de pequeninas mãos delicadas rosas provocando do alvo a que eram dirigidas, um verdadeiro arco-íris de confettis: alli uma alva camélia era disputada com afan; mais além era a renhida e inoffensiva luta entre os carros que quase desapareciam na nuvem fríada das mais caprichosas e odoríferas flores (...). (*A Sentinella*, “Batalha das Flores”, de 25-3-1900.)

---

<sup>171</sup>. “Promette ser deslumbrante a grande batalha das flores que um grupo de moços da nossa elite pretende realizar, com o concurso de distinctíssimas famílias de nossa sociedade, no dia 18 do corrente, na poética Praça do Suspiro. A comissão era composta por Eduardo Salusse, José Antonio Marques Braga, Joaquim Luiz Osório, Galdino do Valle e Manfredo da Costa” (*A Sentinella*, “Batalha das Flores”, de 11-3-1900.)

Como descreve o texto acima, a batalha das flores consistia numa renhida luta entre os carros, nos quais os foliões atiravam as flores que ornavam os respectivos carros, uns contra os outros.

Entre os veranistas, figuravam grandes nomes da política nacional. Na batalha que se realizou em 21 de março de 1900, desfilou a família Rui Barbosa conduzindo mme. Pertence, mlle. Adélia Rui Barbosa e outras gentis senhoritas em um carro “*char à bancs, bouton d’or en feuillage, très distingue*”. O carro da família Dantas e São Clemente era uma delicada “*corbeille blanche*” de camélias artificiais e naturais, “um mimo de delicadeza e gosto”. Neles, mlles. Bebê e Clotilde Pinto e as senhoritas Neném e Carolina Dantas, acompanhadas de Carlos Dantas, estando todos vestidos de branco. Esse carro era seguido por Raul Dantas montando um belíssimo cavalo negro, enquanto o menino Octávio cavalgava um ponezinho todo enfeitado. O carro de Augusto Marques Braga era estilo japonês, com enorme e vistoso chapéu de sol artisticamente desenhado, trazendo pendentas das varetas guirlandas de papoulas, “uma verdadeira tetéia”. Já o das filhas do marechal Bittencourt estava enfeitado com delicadas flores vermelhas e amarelas, trazendo ao fundo, na parte superior, a data da batalha (21-8-900), com flores da mesma cor. Abaixo uma cornucópia de flores delicadíssimas, negligentemente pendidas. Já a família Osório recorreu aos serviços da acreditada Casa Rosenwald, apresentando delicadas “parasitas” (orquídeas), que ornamentavam um luxuoso Landau, tendo ao fundo uma riquíssima borboleta de seda e veludo com reflexos prateados, cuja inconstância dos movimentos constituía artístico escudo para preservar os jovens ocupantes do ataque dos adversários. O carro de Manfredo Costa e Eduardo Salusse, onde se encontravam mlle. Neném Neves e as graciosas meninas Maria Adelaide e Marianna, filhas de Getúlio das Neves, apresentava vistosa concha de rosas com fundo cor-de-rosa, encimada por uma artística âncora de rosas brancas, “muito *chic* e original”. Outro carro era ornamentado com flores naturais amarelas, trazendo ao fundo uma

borboleta de seda da mesma cor; outro com um caramanchão de folhagens; um com flores amarelas e cor-de-rosa; outro com mimosa corbelha em pequeninos arcos de rosas variadas, sobressaindo uma meia-lua de rosas amarela e cor-de-rosa, na descrição de *A Sentinella* de 25 de março de 1900 (ver o caderno com fotos da época ao final do livro).

Talvez o esnobismo e o exacerbado sentimento de superioridade despertassem certa tensão entre as classes na cidade. Há registro de que, durante uma batalha das flores, moços da “melhor roda” da cidade teriam sido insultados por um grupo que foi imediatamente rechaçado pela polícia, noticiava a mesma edição de *A Sentinella*. A classe pobre da cidade buscava também no carnaval uma forma de divertimento e foi justamente por não caírem no gosto de um veranista, um certo Dr. Aristol, que hoje podemos saber a forma como se divertiam no carnaval. Esse veranista foi virulento e mordaz na sua crônica em relação às classes populares, que possuíam suas próprias formas de sociabilidade. Segundo ele, carnaval sem clubes e sociedades carnavalescas não era carnaval. *Habituée* do carnaval da cidade, elogiou a ordem pública, a boa índole do povo friburguense, mas, excetuando as *soirées* reservadas, não apreciou o carnaval que viu nas ruas e praças públicas:

(...) Um sujeito qualquer atavia-se com uns farrapos ou roupas velhas, cobre o rosto com uma mascara de papellão e (...) mais nada. Isto não é carnaval! O sujeito neste caso não passa de um bobo ou idiota.

Este é o meu abalisado parecer que, não obstante sujeito a melhor juízo.

Dr. Aristol. (*O Friburguense*, “O Carnaval”, de 20-2-1896.)

Mas a população pobre divertia-se à sua maneira. Mascarados avulsos percorriam as ruas da cidade em fantasias modestas, sendo boa parte de meninos maltrapilhos, poucos se apresentando limpos e fantasiados com gosto. Apesar de a ironia e de a crítica espirituosa partirem de pessoas instruídas, o zé-povinho desfilava com suas fantasias improvisadas, arriscando algumas mofas, como uma em que esse Dr. Aristol não achou a menor graça. Segundo ele, um pobre-diabo percorria mudo a cidade fantasiado de pescador, conduzindo um peixe pendente no anzol e trazendo preso às costas um cartaz com os dizeres: “Carta do

Roceiro”. Isso não agradou ao Dr. Aristol, que achou o humor do folião histriônico e declarou faltar-lhe o “espírito carnavalesco”, registrou na citada crônica de *O Friburguense*.

O entrudo ainda era praticado, e a população, munida de bisnagas, confetes e “limões”, divertia-se “pintando o sete” no dia consagrado ao rei Momo. Essa festa popular ocorria logo na entrada da Quaresma. Trata-se de um antigo folguedo carnavalesco em que os brincalhões molhavam-se reciprocamente lançando água de baldes, limões-de-cheiro, ou bisnagas, ou atiravam-se farinha. Essa prática foi popular em Portugal, mas, sobretudo no Brasil, até 1845, quando a brincadeira ficou sujeita a sanções e proibições mais rigorosas (Roquette, 1997, p. 206). Não obstante o entrudo ter sido proibido em Friburgo a partir do carnaval de 1895, crianças atiravam “limões” nos transeuntes, sendo as maiores vítimas as mulheres, registrava *O Friburguense* de 24 de fevereiro de 1895. Quando acompanhadas pelos irmãos ou maridos, muitas vezes essas brincadeiras acabavam em confusão, como foi o caso de um menino que, ao atirar um “limão” em duas senhoritas, foi agredido pelos irmãos de ambas, que espancaram o gaiato até que transeuntes intercedessem, noticiava a crônica “Efeitos do Entrudo”, de *O Friburguense* de 6 de março de 1892. O entrudo com água em “limões”, bisnagas e seringas era visto com animosidade pela elite friburguense. Era considerado um divertimento banido das cidades civilizadas e que não alegrava, indicando, outrossim, grosseria, atraso e brutalidade. As autoridades político-policiais difundiram a idéia de que o entrudo carnavalesco era uma festa bárbara e vulgar, sendo reprimido em nome da civilização e da ordem pública, por propiciar atos violentos da parte de capoeiras, ciganos, negros e vagabundos:

Passaram-se, felizmente, os três dias de loucura desenfreada horripilante, consagrado ao grande Momo (...) tivemos um carnaval policial deslumbrante! Corruscante! Na pontíssima da ponta!!  
 Foi o que nos valeu para regabofe e desterrar o tédio.  
 O carnaval policial é mais engraçado, e mais desfructavel; é mais pilhérico, faz a gente rir-se mesmo deveras, rir-se de arrebutarem-se os botões dos coletes. E nós que não sabíamos que isso era tão gostoso.  
 Fora o carnaval carnavalesco!  
 Venha o carnaval policial!  
 Ao menos uma vez para o regalo do povo! Pof-Puf.  
 (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 6-3-1892.)

Fóra os limões!  
 Fora as bisnagas!  
 Fora as seringas!  
 Môço que jogar entrudo,  
 Sim Senhor, pôde ser tudo,  
 Camelo, cão, malcriado,  
 patife, asno, casmurro,  
 pôde até mesmo ser burro,  
 menos moço educado.

O único entrudo que pode ser tolerado, agradável e que não faz mal, é as moças beijarem-se reciprocamente, e os cavalheiros lançar-lhes ondas de rosas (...).

(*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 14-2-1895.)

Nos salões de carnaval da Nova Friburgo *fin de siècle*, os bailes à fantasia causavam verdadeiro *frisson* entre os veranistas e os cortesãos friburguenses, incansáveis por representarem, nas montanhas, o clima e a atmosfera dos bailes venezianos, tão em moda naquela época. A elite friburguense, além de participar do carnaval de rua, organizava grandes bailes de máscaras nos salões dos hotéis para um círculo absolutamente restrito de convidados, com a presença dos hóspedes ilustres que neles se encontravam, segundo *O Friburguense* (“Baile à Fantasia”) de 15 de fevereiro de 1896. A vigilância era tão sistemática nessas *soirées* que os organizadores, temendo que a canalha da cidade se infiltrasse entre os “bem-nascidos”, nomeavam uma comissão especial de cavalheiros para incumbir-se de reconhecer os convidados que se apresentavam mascarados na porta de entrada:

No salão do hotel Leuenroth houve baile, no do hotel Central também realizou-se outro baile, estiveram animados, reinou em ambos grande entusiasmo, sendo muito concorridos pelos hospedes na maior parte; mas o publico não aproveitou-se desses divertimentos pois que tiveram caracter particular. Eu mesmo fiquei a ver navios, que horror! (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 19-2-1893.)

O Friburgo Club inaugurara no sábado de carnaval as comemorações com um baile à fantasia nos vastos salões do Hotel Salusse, belissimamente ornamentado. José Braga, cavalheiro distinto e amável que pertencia à comissão do clube, recepcionava as pessoas gradas da sociedade friburguense, desfazendo-se em delicadezas para com seus convidados. Entre as freqüentadoras *habituées* encontravam-se a condessa de Nova Friburgo, a baronesa

de São Clemente, a baronesa de Duas Barras e suas filhas, Adalgiza Salusse, Maria Sophia Salusse das Neves, madame Duque Estrada e sua filha, mademoiselle Albuquerque e Garcia, madame Euzébio de Queiroz, entre outras. No salão do hotel, a iluminação era feita com acuidade, para destacar as ricas ornamentações produzidas com folhagens, flores, bandeirolas, lanternas, escudos com máscaras, tudo feito para dar ao local uma atmosfera do carnaval veneziano. O baile carnavalesco era dividido em duas partes: antes e depois da meia-noite. Na primeira parte, brincadeiras de dominós, que circulavam anônimos e silenciosos, enquanto alguns cavalheiros fantasiados e sob máscaras de cetim, com voz de falsete, teciam ditos espirituosos, proferindo intrigas carnavalescamente inofensivas e provocando a alegria franca e a gargalhada contagiosa. Na segunda parte, depois das 12 badaladas da meia-noite, corriam as valsas e quadrilhas ao som da banda Campesina, com o espocar das garrafas de *champagne*, o momento mais esperado pelas “estrellas de primeira grandeza na constellação da sociedade friburguense”.

A fantasia, a máscara, o culto ao Deus Momo, o escárnio e a pergunta que não cessavam de fazer: “Você me conhece?” O grande *frisson* era descobrir quem se encontrava por detrás das fantasias. Os cavalheiros não-fantasiados trajavam comumente casaca preta ou vermelha. Já os que se fantasiavam vestiam-se de Chevalier Fin de Siècle, Brigand, Egípcio, Prince Charmant, Astrônomo, Pescador Napolitano, Jockey, Folie, Turco e Clown, conforme a coluna “Carnaval”, de *O Friburguense* de 8 de fevereiro de 1894 e de *A Sentinella* de 27 de fevereiro de 1898. As senhoras mais idosas, embora dispensassem as fantasias, trajavam nessas ocasiões uma *toilette* requintada. As que portavam fantasias vestiam-se de Coquellicot, Paysanne Coquette, Cordon Bleu, Arlequine, Charlotte Corday, Mercière, Vendeuse de Fleurs, Bébé, Napolitana, Moyen Âge, Bonquetière, Papoila Rubra, Trovadora, Amazona do Tempo de Luiz XV, Santuzza da Ópera de Mascagni, Miosótis, Jardim, Camponesa Suíça, Arlequim e Cigana. Nos bailes do Hotel Salusse, era norma que até a meia-noite os convidados conservassem a

fantasia e a máscara, mantendo o anonimato, segundo *O Friburguense* de 6 de fevereiro de 1892.

Sob o comando artístico do maestro Pedro Alcântara, artista muito aplaudido na cidade, organizavam-se dois grandes bailes no Teatro D. Eugênia, um no domingo e outro na terça-feira, já que o tradicional baile dos Salusse ocorria no sábado. Os camarotes eram reservados à família Prado Jordão, proprietária do teatro, ao visconde de Lemgruber, ao barão de Mesquita, a H. Netto Machado, à família Frank Houston, entre outros, afirmava a coluna “Carnaval”, de *A Sentinella* de 27 de fevereiro de 1898. Ao som de quadrilhas, valsas, tangos, mazurcas, polcas e *schottischs*, divertiam-se até os primeiros sinais da aurora nesses dias consagrados a Momo.

Os fervorosos adoradores de terpscore que se preparem para desenferujar as pernas, ao som de quadrilhas, valsas, tangos, mazurcas, polcas e *schottischs*. (*A Sentinella*, de 23-1-1898.)

Em 1844, o Brasil foi invadido por uma dança saltitante, de compasso binário, de par enlaçado, capaz de permitir a aproximação dos corpos sem a espontânea canalhice da umbigada do lundu: era a polca. Introduzida por artistas das companhias de teatro francesas, a polca trazia para os salões, com a chancela de criação européia e civilizada, um livre convencimento que o lundu jamais conseguiria obter inteiramente (Tinhorão, s/d, p. 55-6). É interessante notar que, em meio aos bailes de carnaval, segundo *A Sentinella* de 20 de fevereiro de 1898, o Teatro D. Eugênia oferecia ainda matinês em que se ouviam Bethoveen, Mascagni, Chopin, Verdi, Carlos Gomes, da Ópera Salvator Rosa, entre outros.

O Hotel Central também promovia um baile à fantasia para seus hóspedes, com a ornamentação do salão “*un tout petit bout d’oreille*”, que mostrava o gosto apurado, comentava *O Friburguense* de 16 de fevereiro de 1896. As serpentinas, folhagens, flores naturais e artificiais, dispostas em profusão pelas paredes, tetos e consoles, traíam, propositadamente, a regularidade simétrica, sedição e banal, proporcionando, na desordem artística, a harmonia no caos. O teto do grande salão era formado por um imenso docel de

serpentina matizado de flores artificiais. Conforme o cronista, parecia que se vivia em um mundo à parte, aonde não chegavam os ecos e clamores do mundo contingente: “longe da carestia dos gêneros, longe dos 30% da alfândega, longe dos maus criados, longe do piano da vizinha”. Nesse baile, as senhoras também disputavam a melhor *toilette* ou fantasia de carnaval, incorporando personagens como Églantine, Neige, Oeillet Rouge, La Rose, Bergère Italienne, Dominó, Sauvage, Corbeille, Papillon, Chasseuse, Nuit e Cuisine. Entre os cavalheiros predominavam as fantasias de Dominó, enquanto um pequeno grupo, a exemplo do barão de Mesquita, fantasiava-se de Un Anglais. Os demais se apresentavam como Cuisiner, D. Juan, Chasseur, Clow, Bébé, Voyon e Príncipe Escocês.

Nos salões do Hotel Engert, trajavam-se fantasias como Linda Camponeza Bretã, Botão de Rosa, Fada Azul, Primavera, Bébé, Dama a Luiz XV, Papoila Branca, Diana, Coquelicot, Normanda, Bohemia, Esgrimista, Crysanthemo, Margarida, Pierrot, Alsaciana, Marquesa, Camponesa Suissa, Borboleta e Carvoeira. Já os cavalheiros apresentavam-se como Luiz XV, Farinha de Mandioca (o engenheiro Farinha Filho), Pescador, Clown, Chevalier, Pierrot, Japonês, Rei do Fogo e Magistrado. Estavam presentes nesse baile o barão de São Clemente e filhos, o barão de Duas Barras e família, o barão de Mesquita, Galdino do Valle, Ernesto Brazílio, Antonio Van-Erven, entre outros.<sup>172</sup> O Hotel Leuenroth também oferecia bailes carnavalescos aos seus hóspedes, reinando grande entusiasmo que corria “folgado e endiabrado”.

Na alegria contagiosa dos mascarados com seus chistosos ditos, os bailes terminavam, normalmente, às 5 horas da manhã, sendo servido um lauto bufê e “serviço ambulante”. Era

---

<sup>172</sup>. É o que registrava *A Sentinella*, “Os Bailes – Salão Engert”, de 4 de março de 1900. Um pouco antes, em 25 de fevereiro, o mesmo periódico afirmava: “(...) nos salões do Hotel Engert realizar-se-á também um sumptuoso baile (...) o baile promete ser esplendido, pois a comissão que o organizou conta com o concurso das mais distintas famílias e cavalheiros que actualmente se acham em Friburgo, ou aqui residem (...)”.

comum, no dia seguinte, os foliões oitocentistas fazerem uso de xaropes “reconstituintes e reorganizadores”. A nostalgia desta crônica nos fornece um pouco do espírito da época:

(...) Invade-nos agora a nostalgia de um mundo ideal, a que, parece, fôramos transportados por um dragão alado e que vimos realmente o que realmente não existe: deslumbramentos dos palacios phantasticos de fadas e de principes encantados das lendas orientaes; Babel em que, sem se confundirem as línguas, confundiam-se, entretanto, as raças, as hierarchias, o passado e o presente, a lenda, a historia, a tradição, a mythologia (...) um pagem ou um menestrel da idade media enlaçando, na vertigem da walsa, a debil cintura de loira castellã, altivo suzerano descendo do castelo medieval para dar o braço a gentil camponeza; uma dama da corte de Maria Antonieta a conversar alegremente com um typo da Convenção; um personagem da historia antiga a olhar tranquillamente para a profusão das cores das serpentinas que se enlaçam nos tectos e a dançar a americana (...) o incroyable, o jochey, o pierrot, o arlequim, o dominó; o calção de variadas cores e a calça preta, moderna, cahindo sobre a botina de polimento; a capa e a espada e a casaca preta, mais ou menos fin de siècle, tudo isso n’uma mistura bizarra e pitoresca, entrelaçando-se em dous vastos salões aos compassos da mesma contradança, n’um péleméle entontecedor, phantastico, feérico, ideal (...). (*O Friburguense*, “O Baile de Hontem”, de 16-2-1896.)

Em Nova Friburgo, era muito comum entre as famílias da elite serem promovidas, durante o carnaval, *soirées* privadas em suas residências, ocorrendo geralmente na segunda-feira, depois de os foliões terem se esbaldado no dia anterior nos salões dos hotéis da cidade. Os nobres foliões, apesar dos ardores da noite anterior, não deixavam de atender a esses convites de bailes particulares. Havia entre eles o seguinte jargão: “emquanto descança-se... folga-se”. E lá estavam todos eles no dia seguinte, cavalheiros e distintas senhoras, devidamente fantasiados na residência de algum anfitrião, como foi o caso do cortesão Américo Lago, que transformara a ligeira diversão num baile à fantasia, verdadeiro *pendant* ao baile do Hotel Central. Entre as fantasias, predominava a de Dominó, havendo ainda a Espanhola, Italiana, Outono, Judia, América do Norte, Cigana, Folia, Pastora, Napolitana, Camponesa Normanda, Bebê, Estudante Espanhol, Jardineira, Corte de Luiz XV, Portuguesa, Preta Mina, Inglês, Chin e Borboleta. Os pares dançaram à *americana*, com entusiasmo, até a madrugada, como assinala *O Friburguense* de 20 de fevereiro de 1896. Em sua belíssima residência, o barão de Mesquita realizou, no primeiro dia de carnaval, imponente baile oferecido às pessoas gradas da sociedade friburguense. Antes de começarem as danças, houve

entre os convidados renhida batalha de confete. Uma esplêndida ceia foi servida à meia-noite, havendo ainda uma mesa ricamente ornamentada, com profusão e variedade de doces. O “amador” Firmino Duque-Estrada executou ao piano animadíssimas danças. Nessa noite, Sebastião Rocha, outro cortesão, concorreu naquela noite com o baile do barão de Mesquita. Sua mulher também executou ao piano danças que animaram a festa e também foi servido, às 11 horas da noite, um festim de doces dispostos numa mesa entre delicadas flores, noticiava também *O Friburguense* de 24 de fevereiro de 1901.

Mas havia ainda os bailes populares na cidade. A Campesina promovia dois bailes em seu salão para os empregados do comércio e para operários, entre outros, nos quais o maestro Elviro Martignoni, presidente da sociedade, dirigia as danças, “que pareciam não mais acabar-se”, segundo *A Sentinella* de 27 de fevereiro de 1898. Na terça-feira, à meia-noite, último dia do baile, a banda executava, em passeio pelo salão, o secular zé-pereira, obrigando àqueles que tinham até àquela hora se conservado incógnitos sob as máscaras a revelarem sua identidade, afirmava a edição de 25 de março de 1900 de *A Sentinella* (“Os Bailes, Salão Campezinista”). Nos bailes da Campesina, apesar de populares, os convites eram distribuídos também a um seletivo grupo, havendo uma comissão de cavalheiros encarregada dessa distribuição. Quem não apresentasse o convite não era autorizado a entrar. Por isso, rogavam aos convidados que não deixassem de trazer seus convites. A Euterpe também promovia um animado baile de carnaval em seu salão, que ocorria na terça-feira.

Nesses salões populares, também se dançavam a quadrilha e a valsa e se podiam ouvir trovas como esta, considerada a mais espirituosa ninfa dos bailes da cidade:

Mocinhas formosas  
Gentis, engraçadas,  
De faces coradas  
Só há no Brazil.  
De lindos cabellos,  
Pretinhos, lustrosos,  
De uns olhos formosos,  
De um todo gentil.

Não há pelo mundo  
 Conjuncto mais bello  
 Nem ser mais singello,  
 Com tanta pureza...  
 Na França, na China,  
 No Porto, em Madrid,  
 Meu Deus! Como aqui  
 Não há tal belleza!

Andei na Caucásia  
 E la no Indostão,  
 Também no Japão  
 Meu Deus nunca vi  
 Mocinhas tão bellas,  
 Mocinhas formosas,  
 Tão ternas, mimosas,  
 Como as d'aqui.

(*O Friburguense*, “Aos Domingos”, de 4-2-1894.)

No sábado de aleluia, ocorriam também grandiosos bailes à fantasia e *masquée* nos hotéis da cidade:

Os salões dos hotéis encheram-se do que há de mais distincto no nosso mundo social, onde se destacavam ao lado de algumas phantasias de aprimorado gosto, toilettes graciosas que mais uma vez confirmam o apurado chic com que se apresentam sempre as elegantes senhoritas de Friburgo. (*O Friburguense*, “Cassino Friburgo”, de 6-4-1902.)

No Cassino Friburgo, outro clube da elite da cidade, ocorriam animadíssimas contradanças em que mascarados empunhando flautas e violões executavam a “estudentina”. Estudantina era um grupo de estudantes ou ainda de indivíduos trajados como estudantes que cantavam e tocavam juntos, segundo o já citado dicionário de Aurélio Buarque. Como de costume, serviço de bufê e direção das danças sempre a cargo do promotor da festa. Ainda no baile de Aleluia, as gentis senhoritas esmeravam-se nas fantasias, como as de Mexicana, Diabliesse, Tréfle, Hespanholas, Arlequim e Chrysantheme. Num baile de Aleluia ocorrido no Hotel Engert, a Sociedade Euterpe animou a festa, sendo a última valsa, “Santiago”, bisada pela distinta sociedade, terminando às 3h30 da manhã.

Ambígua, Nova Friburgo possuía em seu carnaval de final de século duas clivagens: de um lado, bailes privados com figuras carnavalescas da *commedia dell'arte* italiana, como o

Pierrô, o Arlequim e a Colombina, além dos desfiles de carros alegóricos, outro elemento da cultura italiana. De outro, o carnaval do entrudo, dos limões-de-cheiro e do zé-pereira, herança portuguesa que, como disse o cronista, formavam uma “Babel em que, sem se confundirem as línguas, confundiam-se, entretanto, as raças, as hierarquias, o passado e o presente”. Assim era o carnaval em Nova Friburgo no final do século XIX.

### **3.8. Festas Religiosas: Reforço das Clivagens Sociais**

De acordo com Roger Chartier (2003, p. 22-3), a festa deixou o território do pitoresco e do anedótico para tornar-se um revelador maior de clivagens, tensões e representações que atravessam uma sociedade. Ela é sempre aquele momento particular mais reiterado em que se podem apreender – mesmo se mascaradas ou invertidas – as regras de um funcionamento social.

As festas religiosas revelavam nitidamente a estrutura hierárquica vigente no município, além de ser objeto de afirmação e exibição de títulos, funções e posições sociais. Nas varas do pálio, durante as festas de São João, só as seguravam as autoridades e os “distintos cavalheiros”, e o andor do santo só era conduzido pelos irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento, todos eles também figuras ilustres. No préstito tinham preeminência as Irmandades do Santíssimo, de N. S. das Dores e do Coração de Jesus, todas compostas pela elite da cidade.<sup>173</sup>

As festas religiosas eram promovidas por devotos da classe dominante que se revezavam nas funções de festeiro, juiz, juíza, mordomos da bandeira, do mastro, da salva, da fogueira e das varas. No caso dos mordomos, eram vários os nomeados, geralmente em número de 12 mordomos e 12 mordomas. Súplices e humildes nessas ocasiões, as senhoras da elite esmolavam, junto à população, à cata de prendas para o leilão e convocavam os fiéis para se prestarem como anjos e virgens durante a procissão. O barão de São Clemente, neto do

---

<sup>173</sup>. “(...) Nas varas do pallio pegaram as principaes autoridades e distintos cavalheiros (...)” (*O Friburguense*, “Festa de S. João!”, de 28-3-103).

barão de Nova Friburgo, era normalmente eleito o juiz da festa de São João Batista. Até aqui a hierarquia se impunha, pois como São João era o padroeiro da cidade e, conseqüentemente, a festa mais importante para os munícipes, o festeiro de tão honorário santo só poderia ser alguém não menos ilustre na cidade. A elite política projetava nas festas as divergências partidárias, disputando as posições mais importantes.

Segundo Mary Del Priore (2002, p. 10 e 37), a festa, expressão teatral de uma organização social, é também um fato político, religioso e simbólico. Permite aos atores introjetar valores e normas de vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários. A festa, além de reafirmar laços de solidariedade, permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças. Ela possibilitava ainda ao grupo social o confronto de prestígios e rivalidades, a exaltação de posições e valores, de privilégios e poderes. O indivíduo afirmava com a sua participação nas festas públicas o seu lugar na cidade e na sociedade política.

Nova Friburgo era uma cidade canônica, onde as práticas religiosas eram marcadas por procissões cheias de alegorias e rituais pomposos. Múltiplos elementos se imbricavam: missas, ladainhas e procissão, associadas ao mundanismo das barracas de jogos, de comidas, leilões, música e fogos de artifício. Era um tipo de sociabilidade que fazia parte do cotidiano da cidade, já que as festas religiosas ocorriam durante quase todos os meses do ano, de acordo com o santo de devoção. As procissões tinham um papel importante nas festas religiosas. Ainda segundo Mary Del Priore, a difusão das procissões em dias de festa religiosa colocava em evidência a mentalidade das populações, que viam no rito processional uma função tranquilizadora e protetora. As procissões são, simultaneamente, fenômenos comunitários e hierárquicos. Como disse antes, as posições dos festeiros eram claramente uma reprodução da posição social de cada devoto.

As festas religiosas se iniciavam no mês de maio, o mês de Maria, e, segundo *O Friburguense*, à solenidade concorriam para a Igreja-Matriz mais de 10 mil pessoas. No dia 1 de maio, ao meio-dia, os sinos da Matriz anunciavam festivamente o mês da Santíssima e às 19 horas os fiéis lotavam a igreja para celebrar o primeiro exercício do mês. Cantava-se a ladainha acompanhada de órgão, havia sermão e bênção do S.S. Sacramento, com cânticos religiosos executados pelas senhoras da sociedade. Nas noites seguintes, dava-se continuidade aos exercícios marianos com o mesmo cerimonial até o dia 30. No dia seguinte, os sinos despertavam cedo a população, que acorria pressurosa à igreja para a missa cantada e para render graças à Santíssima. Saía, às 16h30, a procissão com cerca de 2 mil pessoas, sendo composta da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Devoção de N. S. das Dores e do Sagrado Coração de Jesus. No cortejo, um enorme número de meninas vestidas de branco com faixas de fita azul. Ao centro da procissão, seguia grande número de anjos e virgens, que espargiam flores pelas ruas, sendo o andor ricamente adornado de Maria Santíssima, conduzido por virgens que, em idêntico grupo, seguiam atrás dele cantando cânticos religiosos e formando luzidia guarda de honra. Fechando o préstito, a banda Recreio dos Artistas e uma enorme multidão de populares, muitos vindos das regiões circunvizinhas. Depois de circularem pela Praça 15 de Novembro, cujas casas estavam ornamentadas de flores e folhagens, retornavam à igreja, cantando-se a ladainha. Em todas as festas religiosas, nas ruas por onde passava a procissão, as testadas das casas eram varridas e ornadas com flores e folhas. O vigário, subindo ao púlpito novamente, perorava, seguindo-se a coroação da imagem da Santíssima Virgem. Um anjo colocava-lhe a coroa e todas as virgens atiravam sobre a imagem uma nuvem de pétalas de rosas, ao som de hinos de glória cantados pelas senhoras amadoras no coro, enquanto os sinos repicavam durante o ato solene.

Além da população de Nova Friburgo, assistiam aos atos religiosos famílias da capital federal, de Cantagalo e de muitas outras regiões. Na Semana Santa, a população, quase toda,

participava dessa procissão. Grande número de crianças vestidas de anjos e virgens e senhoras representando as santas mulheres acompanhavam o Senhor morto, São João Evangelista, Madalena e Verônica. Por toda parte por onde passava o préstito, achavam-se as frentes das casas juncadas de flores e iluminadas para reverenciar a morte do Divino Redentor, registrava *A Sentinella* de 10 de abril de 1892 (“Cerimônias Religiosas”).

Já a festa do Divino era comemorada em 21 de maio, mas ficou durante muitos anos no ostracismo em razão de o capitão José Luiz Pereira, por mais de dez anos nomeado festeiro, não promover o evento na cidade, noticiava a coluna “Solicitadas”, de *O Friburguense* de 26 de março de 1893. Somente nesse ano, quando assumiu o articulista José Antonio de Souza Cardoso como festeiro do Divino Espírito Santo, ela passou a ter uma relativa importância. Depois de sua morte, o festeiro passou a um membro da elite política da cidade, Galiano Emílio das Neves Junior, que distribuía pela manhã carne fresca aos pobres, segundo *A Sentinella* de 2 de junho de 1901. A comida integrava também a festa em forma de óbolo, destacando as diferenças entre quem dá e quem recebe a esmola (Priore, 2002, p. 68). Na festa do Divino, durante o dia havia missa solene e à noite ladainha, leilão das prendas, bandas de música, fogos e balões. Antes do evento, saía o festeiro, ou quem por ele nomeado, com a bandeira do Divino, agenciando esmolas para a festa. Numa dessas arrecadações, registrou-se a doação de cabritinhos, frangos, galinhas, leitões, novilhos, um poldro, objetos de ouro, além de dinheiro, conforme *O Friburguense* de 31 de dezembro de 1893, na coluna “Solicitadas”.

Em junho, depois da partida dos veranistas, a cidade preparava-se para os folguedos das festas de Santo Antônio, São João, São Pedro e da mãe da Virgem Maria, Sant’Anna. Era a estação das festas populares, dos mastros, das fogueiras, das canas, do cará com melado e da batata-doce, em que divertimentos profanos, como barracas de comidas, música, dança e leilões, davam um colorido às práticas católicas de missas, ladainhas e procissões em homenagens aos santos.

A festa de Santo Antônio, organizada pelo festeiro tradicional Samuel Antonio dos Santos, que nesse cargo permaneceu enquanto viveu, celebrava-se nos dias 12, 13 e 14, em frente à capela dedicada ao santo, na Praça do Suspiro, com grande concorrência de fiéis, prendas e romeiras donzelas, que iam pagar suas promessas. Na véspera, havia uma ladainha. Na alvorada do dia 13, dia do santo, a Sociedade Musical Euterpe Friburguense percorria a cidade, despertando os devotos de Santo Antônio com harmoniosas peças de seu repertório. Às 11 horas era celebrada a missa, cantada pelos Levitas do Senhor, subindo à tribuna um pregador que eloqüentemente fazia o panegírico do glorioso taumaturgo. Às 5 horas da tarde, as famílias participavam da procissão, com crianças vestidas de anjos e virgens. Também durante essa procissão juncava-se de folhagens e flores a frente das casas por onde passava o préstito, em tributo ao santo. Ao cair da tarde, realizava-se leilão de prendas, que continuava à noite depois de cantada a ladainha.

O inverno nessa época era muito rigoroso em Friburgo, e a população tirava capas, casacos, *mantéos*, os clássicos *cachenets*, luvas e, ainda assim, “forravam por dentro” com Maria Brizard e outra bebida qualquer que esquentasse, segundo a coluna “Pif-Paf”, de *O Friburguense* de 23 de agosto de 1891. Apesar de a cidade padecer com o problema de iluminação, nesse dia a Intendência esmerava-se em tornar a praça iluminada por luz de acetileno com um holofote soberbo que dardejava raios possantes. Flores e folhagens ornavam um arraial de barraquinhas, todas iluminadas a *giornos*, com paredes de lonas brancas, tetos cinzentos de zinco, realçados pelo verde esmeraldino da vegetação, descrevia *A Sentinella* de 16 de junho de 1899. Por toda a extensão delas, havia bandeiras e galhardetes de várias cores e nacionalidades. No festim de Santo Antônio, os romeiros tiravam a sorte e esbaldavam-se com doces, café, refrescos, patos, perus, leitoas, carneiros, vitelas, carás e melado. A festa ensejava a comilança e também o consumo de bebidas. Oito dias antes da festa, ao troar de bombas, foguetes e ao som de repiques, era levantado, em frente à capelinha, o tradicional

mastro azul e branco, tendo no topo um quadro com a efigie do santo, de um lado, e, do outro, a dedicatória “gloria a Santo Antonio”. Armava-se um coreto e ao som de uma banda de música apregoava-se um leilão de prendas oferecidas pelos fiéis. Tanto a colônia portuguesa como a italiana auxiliavam na organização da festa desse santo, glória de Portugal, que lhe foi o berço, e honra da Itália, que lhe guardava o túmulo.

Durante a festividade, a população afluía à capelinha, levando promessas e donativos ao santo. Ardiam fogueiras, assando-se canas e batatas-doces. Alternativamente, atroavam nos ares girândolas de foguetes e ascendiam balões de todas as cores e tamanhos com dísticos e figuras alegóricas. Tocavam todas as sociedades musicais, a Euterpe, a Campesina, a Estrela e o Recreio dos Artistas, durante a festividade, e alguns particulares faziam apresentações com instrumentos de sua predileção.

As moças solteiras acendiam velas de cera ao santo casamenteiro, pedindo por um bom casamento. Algumas levavam pencas de laranja ou frangos, que trocavam por medalhinhas e registros com laços de fitas. As meninas, vestidas galantemente, saíam como bando de andorinhas travessas, à cata de flores para enfeitar o oratório. Já os meninos corriam pela multidão atacando bichas e busca-pés, que atiravam para o ar em direção às moças, que corriam esbaforidas com medo de queimar os vestidos novos. No último dia da festa, às 10 horas da noite, findo o leilão encerrava-se a festa, sendo queimados lindíssimos fogos de artifício com os repiques dos sinos da igrejinha de Santo Antônio e a vozeria alegre da gárrula meninada. O mastro, enfeitado de flores e galhardetes, permanecia fincado no local até 30 dias depois das festividades, segundo a coluna “Festas de Junho”, de *O Friburguense* de 14 de setembro de 1890.

O articulista desse periódico galhofava das solteironas, principalmente das quarentonas, por ocasião dos festejos de Santo Antônio:

(...) e como não há de ser assim se o festejado é o Santo mais popular por seus milagrosos feitos e por isso mesmo o mais querido das moças bonitas e das... feias?

Das feias é que não quer saber e a prova mais evidente que o milagroso thaumaturgo faz suas distincções, é que ha por ahi muitas, e não pequeno numero de quarentonas... Pof-Puf. (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 11-6-1891.)

Com relação às práticas culturais, naquela época, para cada idade havia um santo protetor, segundo a coluna “Pif-Paf”, de *O Friburguense* de 14 de junho de 1891. Santo Antônio era solicitado somente pelas moças mais jovens e solteiras. Já as quarentonas faziam pedidos a São Gonçalo de Amarante, o das causas impossíveis. As mais idosas recorriam a São Pedro, pois o que desejavam mesmo era garantir a entrada no céu, já que esse santo era quem possuía a chave:

(...) Vimos passar uma procissão com tres andores:

O primeiro levava Santo Antonio carregado por donzellas, envoltas em capinhas de cor verde, que é a cor da esperança, e que cantavam:

Santo Antonio Milagroso  
Das moças casamenteiro.  
Daí-nos bons maridinhos,  
Bonitinhos com dinheiro.

Seguiu-se o andor com São Gonçalo de Amarante, carregado por moças quarentonas, que com muito chiquismo cantavam:

São Gonçalo de Amarante  
Sêde nosso intercessor,  
Se não somos casadas,  
Não é por falta de amor  
Que amor tem fogo,  
Olá se tem!

Essas senhoras traziam no peito laços de fita amarella como que significando certo desespero por causa da taboa que levaram de Santo Antonio.

No terceiro e último andor vinha São Pedro com o seo gallo, conduzido e acompanhado por grande multidão de senhoras com distinctivos roxos, cor da tristeza; ouvimos cantar:

Já o gallo de S. Pedro  
Cantou cocorocó  
Vivemos como raposas...  
Foi-se amor, deixou-nos só.  
Pof-Puf. (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 21-6-1891.)

Ainda no mês de junho, no dia 21, celebrava-se a festa de São Luiz Gonzaga, santo padroeiro do Colégio Anchieta. Às 4 horas da tarde, os alunos do colégio levavam em procissão a imagem de São Luiz, que saía da Igreja-Matriz percorrendo as ruas da cidade. A

Irmandade do Santíssimo Sacramento acompanhava o cortejo. Na entrada da procissão, havia um sermão e era cantado o *Te Deum*. Franqueava-se ao público o pátio do colégio, onde as fogueiras ardiam e a iluminação caprichosamente preparada deslumbrava a vista do espectador, transformando o prestante, acachapado e solarengado velho “Chateau” em um castelo de luz. O Colégio Anchieta, que preparava a elite dos futuros governantes do país, fazia da festividade consagrada a São Luiz Gonzaga um grande acontecimento na cidade.<sup>174</sup> Um jantar comemorativo era oferecido a um restrito círculo de convidados, ocasião em que os discursos dos alunos eram proferidos em francês, latim e espanhol. Uma orquestra composta de alunos e professores do colégio animava a festa, sendo que essa mesma orquestra também participava de festividades religiosas da cidade. Sempre que o colégio celebrava o seu santo padroeiro, a população era convidada a participar dos festejos e, segundo *O Friburguense* de 3 de julho de 1892, era grande a concorrência do povo da cidade. Priore assinala que os jesuítas foram pioneiros em detectar de que forma o espetáculo audiovisual podia tornar-se pastoral ou catequético, comprovado pelas procissões que organizavam nas suas escolas. A relação geral das festas jesuíticas realizadas no século XVI registra o aparato multifacetado das procissões.

Em 24 de junho, a Igreja-Matriz era toda embandeirada e seu altar profusamente espargido por flores, para festejar, pomposamente, o padroeiro da cidade, São João Batista. Santo escolhido por D. João VI, seu protetor, por ocasião da colonização, São João gozava em Nova Friburgo de especial veneração, sendo o seu dia o escolhido para o batismo das crianças e a inauguração de engenhos. Ainda dentro das práticas culturais da cidade, os namorados iam ver as suas sortes nas figuras que apresentavam os ovos que deitaram na véspera, ao relento, em copos de cristal, registrava o artigo “Festas de Junho”, de *O Friburguense* de 21 de

---

<sup>174</sup>. No Colégio Anchieta, havia, em 1892, 154 alunos matriculados: “(...) e que nós pensamos que dentre elles muitos talvez tenham de representar papel saliente no futuro deste paiz e que todos concorrerão para a grandeza do Brazil (...)” (*O Friburguense*, “Collegio Anchieta”, de 3-7-1892).

setembro de 1890. No dia 24, às 6 horas da manhã, uma estrondosa salva de girândolas de foguetes e sonoros toques do sino do campanário da Igreja-Matriz despertavam os friburguenses, anunciando a chegada do memorável dia da festa do santo protetor da cidade, assim como anunciavam a missa que se realizaria às 10 horas da manhã.

Em Nova Friburgo, no tempo do Império, um contingente militar acompanhava a procissão, fazendo a guarda de honra e com a bandeira nacional tremulando ao toque de marchas apropriadas. Esse costume fora abolido e, em vez de soldados, a procissão passou a ser acompanhada por bandas de música. Às 4h30 da tarde, a imagem do santo era conduzida em procissão sobre o andor, transportada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, todos vestidos em opas de seda e carregando círios acesos. Fiéis vestidos de anjos espalhavam flores pelas ruas principais da cidade, já cobertas por folhagens de murta. As frentes das casas por onde passava a procissão eram varridas e ornamentadas com grandes colchas adamascadas escarlates, azuis e amarelas, além de ramos de flores. As proprietárias dessas casas aguardavam na janela a procissão passar, saudando o santo padroeiro. Em determinados pontos, a procissão era recebida e saudada com salvas e girândolas. A cada percurso aumentava ainda mais o número de pessoas que acompanhavam a procissão, finalizando com a missa celebrada na Igreja-Matriz, onde se cantava um *Te Deum* e um orador expunha no púlpito a vida gloriosa do santo.

Ao lado da Igreja-Matriz, levantava-se um pavilhão no qual se fixavam as prendas recolhidas entre os fiéis. Normalmente, serviam de leiloeiro dois cavalheiros da elite da cidade. Os devotos não deixavam de levar a sua prenda, arrematada por alguma espórtula em benefício da igreja e do culto religioso. Duas bandas de música, Recreio dos Artistas e Estrela, abrilhantavam o leilão tocando nos intervalos. Eram soltos balões, dançava-se e cantava-se ao som da viola toda enfeitada de fitas, ao redor da fogueira. Erguiam-se mastros pintados de branco com cintas escarlates enfeitadas com ramos de flores, e as bandeiras

tinham por emblema a figura de São João e de um cordeiro. Como na festa de Santo Antônio, no dia de São João perus, patos, vitelas, carneiros e leitões pejavam os fornos, não se dispensando o cará nem o melado. Às 10 horas da noite, havia a anunciada queima de fogos, oferecida por devoção e à custa da Irmandade como última homenagem prestada ao santo padroeiro no seu aniversário. Antes, porém, de finalizar a festa com os tradicionais fogos, o vigário subia ao púlpito e lia a nominata do festeiro, dos juizes, dos mordomos da bandeira, do mastro, da salva, da fogueira e das varas que promoveriam a festa do ano seguinte. Para essas funções, como já dissemos, escolhia-se a elite da sociedade friburguense. Em 1891, o vigário nomeara juiz da festa do ano seguinte o barão de Duas Barras. Segundo *O Friburguense* (“Festa de S. João”) de 28 de junho de 1891, os mordomos eram constituídos por homens e mulheres, geralmente ricos negociantes da cidade, como Vicente Giffoni, e entre as senhoras as ilustres beneméritas da alta sociedade, a exemplo das Salusse, Zamith e Braune:

(...) Os fogos iam começar. Subiram os primeiros foguetes, estrugiram nos ares as bombas, um balão de cores variadas baloiçou-se, erguendo-se e subiu, chiou a primeira rodinha, o fogo principiou.

O clássico oh!... prolongado, surgiu da multidão e a garotada vaiou; a peça era pequena, queimou rapidamente e fez muita fumaça. Depois uma outra, foi rápida também e assim todas até a última.

A salva rompeu, a festa estava acabada e todos se retiraram exclamando: Que fogo!... Que fogueteiro!!! (*O Friburguense*, “As Festas de S. João”, nº 457, de 1896.)

Os moradores da Rua Gal. Osório, onde residiam ricos proprietários e negociantes, eram os únicos da cidade que tinham um santo padroeiro, no caso N. S. de Sant’Ana, promovendo uma festa em seu louvor. Também para a festa de Sant’Ana estouravam-se foguetes às 6 horas da manhã, às 10 horas havia missa solene na Igreja-Matriz e às 7 horas da noite era cantado o *Te Deum*. As celebrações ocorriam nos dias 24, 25 e 26 de julho, com tudo o que tinham direito os outros santos protetores, como banda de música, leilão de prendas e fogos de artifício. Um oratório era armado na Gal. Osório e ao seu lado era erguido um coreto onde tocava uma banda de música animando a festa. Também se elegiam o festeiro, a festeira, o

juiz do mastro e as juízas da devoção do ano seguinte, segundo *O Friburguense* de 16 de agosto de 1891.<sup>175</sup>

A religiosidade no município era sentida ainda nos momentos de infortúnio, como nos períodos de prolongada seca. Os lavradores friburguenses faziam preces, percorriam em procissão as estradas, carregando em andores imagens dos santos da sua particular devoção. Cantavam ladainhas e empunhavam velas acesas, pedindo ao Deus das misericórdias para socorrê-los. Além de procissão, havia subscrição para a realização de missas a Nossa Senhora Selecta a fim de fazer cessar a seca que normalmente devastava a lavoura no final do ano, conforme a coluna “Pif-Paf” de 12 de fevereiro de 1893 do mesmo periódico.

### 3.9. É Possível Imaginar Friburgo sem as Bandas de Música?

Prática cultural presente no cotidiano da cidade, é difícil imaginar um evento em Friburgo no final do século XIX que não tivesse a presença das bandas de música tocando retretas, polcas, mazurcas e *schottisches*. Muito diferentes das bandas de hoje, que se limitam à execução em espaços fixos, as bandas de outrora tinham mobilidade, circulavam pelas ruas da cidade e participavam dos acontecimentos mais importantes, como datas cívicas, até os mais simplórios. A *parade* percorriam as bandas tocando dobrados e retretas pelas ruas da

---

<sup>175</sup>. Outras festas religiosas, embora de menor importância, também ocorriam em Friburgo. Celebra-se a festa de São Sebastião no dia 20 de janeiro. Na Igreja-Matriz, um tríduo de ladainhas, que se iniciava no dia 17. No dia 20, havia missa cantada às 8h30 da manhã e à tarde a imagem do santo saía em procissão pela cidade, pedindo-se para ornarem as frentes das casas por onde passasse a procissão, como de costume. Acompanhavam as bandas Estrela e Recreio dos Artistas.

Em 29 de junho era comemorada a festa de São Pedro, em São Pedro de Macaé de Cima. Como em todas as festas religiosas, folguedos acordavam a população no dia do santo, com a banda de música Club 15 de Novembro percorrendo o povoado, seguido de missa solene e, à noite, ladainha, leilão, fogos e balões. Na Igreja-Matriz celebrava-se também a festividade do Coração de Jesus, começando o tríduo no dia 2 julho e continuando nos dias 3 e 4. No dia 5, havia missa às 10 horas da manhã, com sermão do Evangelho, e às 4h30 da tarde saía a procissão de devotas senhoras. Era ministrada a bênção do S.S. Sacramento, havendo também instrução religiosa. A festa de São Pedro era também comemorada em Duas Pedras, arrabalde da cidade. Também São Benedito, o padroeiro dos humildes, tinha direito a leilão de prendas, missa solene, sermão e procissão e banda de música na sua festa, no dia 19 de março. Havia ainda a festa de Santa Cecília, que se celebrava nos dias 26 e 27 de novembro, na Capela de Santo Antônio, promovida pela Euterpe Friburguense.

cidade, principalmente aos domingos. Estavam presentes nos momentos de alegria, como celebrações de casamentos, aniversários, homenagens, leilões, circos, passeios campestres, procissões religiosas, carnaval, teatro e *soirées*, como também nos de tristeza, como no caso dos funerais. Nos acontecimentos mais banais da cidade, lá estava a banda de música, seguindo o cortejo, sempre pontuando os acontecimentos, sempre presente nas sociabilidades. Das *soirées* mais elegantes como no mais popular dos bailes, não havia um momento em que não houvesse a presença das “furiotas” abrilhantando o evento.

Eram prestigiadas por todas as classes sociais, ao contrário do que ocorre atualmente em Nova Friburgo, onde são consideradas como algo miquelino, um divertimento próprio para as classes populares. Seus estandartes eram benzidos pelo cônego da cidade, segundo *O Friburguense* de 16 de novembro de 1890. Quando a bisneta de madame Salusse, Maria José Marques Braga, se casou com Alberto de Oleira Maia, seguiu-se animada *soirée* até as 4 horas da manhã, abrilhantada pela participação de uma banda de música, registrava esse periódico em 30 de abril de 1891. Também quando Getúlio das Neves foi eleito vice-governador do estado, levou em sua comitiva até a capital federal, para a sua posse, a banda musical Recreio dos Artistas, anotava a edição de 17 de maio desse mesmo ano.

A banda de música é uma prática cultural herdada da colonização portuguesa. A charamela foi um instrumento europeu trazido por portugueses muito utilizado pelos escravos – os escravos chameleiros –, que formavam geralmente ternos e quaternos de charamelas, agrupamentos muito comuns em Portugal no século XVII e que se multiplicaram pelas fazendas e vilas do interior do Brasil. Tudo indica que aqui os conjuntos de chameleiros negros foram os antecessores das bandas de música tal como a conhecemos hoje. Manter um conjunto musical era, para os fidalgos, sinal de abundância e bom-tom, à maneira das cortes européias. Há ainda a referência às antigas bandas de barbeiros, formadas por africanos libertos. No Brasil-Colônia, fazendeiros mantinham bandas formadas por escravos para

entreter seus convidados, sendo considerado um indício de civilidade do anfitrião. Não foi ao acaso que o barão de Nova Friburgo foi o primeiro patrono e mecenas da Sociedade Musical Euterpe.

O imigrante português parece ter sido o principal responsável pelo estabelecimento da tradição das bandas no Brasil. Mas os italianos participaram igualmente de maneira decisiva na formação musical do país, havendo entre esses imigrantes, vindos para trabalhar na lavoura do café, em São Paulo, expressivo número de músicos instrumentistas e regentes que se ligaram às bandas de música. O grande afluxo de músicos italianos para as bandas teria provocado uma mudança no repertório habitual até então executado nas retretas das praças públicas. Trechos de óperas italianas, com suas árias, duetos, cavatinas, fantasias, entre outros, tornaram-se os gêneros de preferência das bandas que os abrigaram. Cavatina é uma peça vocal sem repetição “*da capo*”, de menor voo lírico do que a ária. Geralmente é precedida de um recitativo e comporta a repetição (Roquette, 1997, p. 188). Os alemães também tiveram tradição em bandas e influenciaram no surgimento de algumas delas no Brasil (Granja, 1984, p. 16-23 e p. 29).

Os italianos se abrigaram na Sociedade Musical Campesina, e é provável que a animosidade entre essa banda e a Euterpe, de origem portuguesa, seja provavelmente mais em função de dissensões entre nacionalidades do que políticas. Em Friburgo, apesar de a presença de alemães ter sido diminuta, esses imigrantes influenciaram na formação da Sociedade Musical Lumiarense.

No final do século XIX, havia quatro sociedades musicais no perímetro da cidade: Euterpe,<sup>176</sup> Campesina,<sup>177</sup> Estrela Friburguense e Recreio dos Artistas.<sup>178</sup> O distrito de Lumiar

---

<sup>176</sup>. A Euterpe teve sua composição inicial formada pelo barão de Nova Friburgo, Samuel Antonio dos Santos, Joaquim José Moura, Eugênio Pereira Bravo, Francisco Antonio de Araújo Barreto, Marcelino Leglay, João Sardou, Julio Salusse, Guilherme Salusse, Francisco José Bohrer e Francisco Fernandes Ennes Sobrinho.

<sup>177</sup>. A Campesina foi criada em 1870 e tinha como fundadores o major Augusto Marques Braga, José Antônio de Souza Cardoso, Eduardo Salusse, Elviro Martignoni, coronel Galiano Emílio das Neves e Eduardo e Eugênio

possuía duas bandas, a Sociedade Musical Euterpe Lumiarense e o *Club* Musical Quinze de Novembro, em São Pedro.<sup>179</sup> De todas elas, a Campesina era a mais articulada, lembrando que foi essa sociedade que deu início às obras do primeiro teatro da cidade, o Teatro Victor Hugo, que por questões financeiras foi vendido ainda em construção aos Jordão, que o transformaram em Teatro D. Eugênia. Outra característica também interessante dessa banda foi a presença de duas mulheres entre os membros de sua diretoria.

A maior parte dessas bandas extinguiu-se, exceto a Euterpe e a Campesina, que passaram a servir de manobra política na cidade. Quando um determinado político apoiava uma delas, conseqüentemente o seu adversário apoiaria a outra, e assim se sucedeu continuamente, de forma que as duas bandas remanescentes são até hoje inimigas acirradas. Recusam-se a qualquer aproximação ou parceria e jamais se apresentam conjuntamente em qualquer evento. Quando, em 1992, Alexandre Gazé, então secretário de Educação e Cultura do município, tentou aproximar as duas sociedades musicais para executarem juntas um concerto em comemoração ao aniversário da cidade, não obteve sucesso em sua empreitada. É interessante o argumento utilizado por ambas para recusar: o que as manteve vivas durante todos esses anos foi justamente a animosidade existente entre elas.

No final do século XIX, a política não interferia nas sociedades musicais. Por vezes, coincidia de que, mesmo não sendo correligionários, adversários políticos fizessem parte de uma mesma sociedade musical. Theodoro Gomes pertencia à Campesina, cujo presidente era

---

de Castro. Segundo relatos em Friburgo, a Campesina surgiu em razão da necessidade de músicos para tocar nos comícios dos republicanos, já que os músicos da Euterpe não poderiam fazê-lo por estarem comprometidos com os monarquistas. Não há fontes que comprovem essa versão.

<sup>178</sup>. Um exemplo de programa da Sociedade Musical Recreio dos Artistas: “marcha *São Pedro*, walsa *Mini Bilontra*, walsa *Leopoldinense*, quadrilha *Flores Campestres*, *Mazurcka Italiana*, dobrado *Respondão*, *Polka Faceira* e marcha *Recreio dos Artistas*. A maior parte das composições era de Eduardo E. de Castro” (*O Friburguense*, “Recreio dos Artistas”, de 22-5-1892).

<sup>179</sup>. Há o registro de uma banda denominada Banda dos Meninos, que provavelmente deveria ser uma escola de iniciação musical. Existia ainda a Sociedade Musical Flor da Liberdade, que funcionava na Rua Gal. Osório, mas raramente é citada (*O Friburguense*, de 9-8-1890).

o major Augusto Marques Braga, ferrenho adversário.<sup>180</sup> Nem tudo, porém, eram flores entre as bandas da cidade. Havia entre elas certa competição, o que sempre foi considerado como algo natural entre as sociedades musicais. Nas procissões religiosas, geralmente, eram duas as bandas que se revezavam nos dobrados, e essas ocasiões eram transformadas em palco de demonstração de competência e habilidade musical de uma sobre a outra. Numa determinada procissão, por exemplo, enquanto a Sociedade Recreio dos Artistas tocava uma marcha no início do préstito, antes mesmo que ela terminasse sua apresentação, rompia com um dobrado a Sociedade Estrela Friburguense. Os componentes da primeira, indignados, atracaram-se com os músicos da segunda, ficando todos muito feridos até porque alguns instrumentos eram verdadeiras armas, utilizadas uns contra os outros. Segundo *O Friburguense* de 4 de junho de 1893 (“Nota Triste”), eram as inimizades pessoais que interferiam muitas vezes na animosidade entre as bandas, e com isso as apresentações conjuntas acabavam terminando em confusão.

Certa feita, quando as bandas Euterpe e Campesina passavam uma pela outra em frente ao Hotel Salusse, fez a Euterpe um sinal de cortesia pela passagem da Campesina. Essa banda, porém, não parou, como era uso e costume, criando-se um verdadeiro alvoroço na cidade por sua falta de cortesia. O seu presidente, o italiano Elviro Martignoni, teve de vir a público, através de uma declaração a *O Friburguense* de 3 de janeiro de 1892, desculpar-se pelo incidente, argumentando não ter notado o sinal de cortesia feito pela Euterpe. Não era aconselhável ferir suscetibilidades. Em outro episódio, ocorreu um sarilho, com agressões físicas, entre os membros da Euterpe e da Recreio dos Artistas na Praça 15 de Novembro. A primeira declarou que não tocaria mais com a segunda, já que a polícia havia reprimido e

---

<sup>180</sup>. Faziam parte da Campesina no período pesquisado: Elviro Martignoni (presidente), Theodoro Gomes, Alfredo Martignoni, Pedro Eduardo Salusse, barão de São Clemente, Luiz Raspatini, Carlina Botelho de Oliveira, Augusto Marques Braga, Maria Joaquina dos Santos, Agnelli Parlatti, Miguel Eyer, entre muitos outros (*O Friburguense*, “Extracto”, de 2-8-1891). O conde de São Clemente era presidente honorário da Sociedade Musical Euterpe (*O Friburguense*, de 3-4-1892).

retirado da praça somente a Euterpe, deixando a Recreio de Artistas permanecer no logradouro público. Segundo os euterpistas, os músicos da Recreio de Artistas, todos “gentinhas”, estavam embriagados e tinham mau comportamento, relatava a coluna “Solicitadas”, de *O Friburguense* de 25 e 28 de junho de 1891.<sup>181</sup>

A Euterpe, valendo-se do espírito crítico que campeava entre a população por ocasião do carnaval, ironizava sempre a Campesina no seu tradicional desfile de carros. Abriam o préstito alguns rapazes a cavalo e vestidos de verde e amarelo, cores da sociedade, tocando clarim. Um carro com folhagens e flores amarelas conduzia quatro gentis senhoritas vestidas de branco e levando fitões verde e amarelo. O segundo, representando um navio, conduzia a banda Euterpe e um terceiro representava uma fortaleza com diversas caveiras e corvos, numa alusão à Sociedade Musical Campesina. Os impressos que distribuía à população continham diversas figuras mutiladas, mas havia uma explicação para essa alegoria:

Symphonia do Guarany, Aida, O Trauswaliano eram constantemente sovados pelas caveiras vestidas com o fardamento da Campeza, alludindo, conforme o Puff que distribuíram, a má execução dessas peças pela sociedade musical Campeza. (*A Sentinella*, “Noticiário – Carnaval”, de 4-3-1901.)

Quanto ao perfil dos membros dessas sociedades musicais, há o registro de que faziam parte da Campesina e Recreio dos Artistas negociantes e artistas, como o Moquixa, tocador de bombo da Campesina e proprietário da Confeitaria das Moças (*A Sentinella*, “Para onde nos Levão”, de 11-9-1898). Como dissemos, havia forte presença de italianos na Campesina, sendo inclusive seus fundadores. Já a Euterpe era composta por operários da cidade, provavelmente funcionários da Companhia Leopoldina. Em meados do século XX, a Euterpe era considerada a “banda dos pretos”, afirmação que tem certo fundamento, porque ela foi formada no período da escravidão, quando era comum cativos e libertos comporem essas bandas. A Flor da Liberdade,

---

<sup>181</sup>. O nível de tensão pode ser mensurado nesta carta de um leitor enviada ao jornal na coluna “Solicitadas”: “A Sociedade Musical Recreio dos Artistas saiu na tarde de terça-feira de carnaval, circulando apenas na Praça 15 de Novembro, tendo por causa da chuva se recolhido imediatamente ao seu poleiro” (*O Friburguense*, de 23-2-1896).

a que já nos referimos, provavelmente era formada por negros. De qualquer forma, ainda que formadas por pessoas das classes populares, o repertório dessas bandas era absolutamente clássico, executando Verdi, Donizetti e Bellini, sendo o dobrado o gênero musical mais tocado, como o *Moulin Rouge*.<sup>182</sup>

Diferentemente do que ocorre hoje, quando as bandas necessitam de subsídio oficial do município para a manutenção de suas atividades, as do final do século XIX viviam de recursos próprios, segundo a coluna “Solicitadas”, de *O Friburguense* de 27 de julho de 1893. Proviam-se da colaboração de seus membros e associados, das apresentações em bailes, festejos particulares, teatros, circos, passeios campestres, casamentos, aniversários, *soirées* dançantes, doações e leilões promovidos geralmente para a aquisição de necessidades pontuais, como instrumentos ou uniformes, conforme o artigo “Para onde nos Levão”, de *A Sentinella* de 11 de setembro de 1898. A Sociedade Musical Estrela Friburguense chegou a construir um coreto na Praça 15 de Novembro.<sup>183</sup> Inclusive, auxiliavam algumas instituições tocando em leilões promovidos pela Irmandade do S.S. Sacramento, para a compra de alfaias. No Teatro D. Eugênia, houve espetáculo para a aquisição de instrumentos para uma sociedade musical.

Bailes, casamentos, aniversários, piqueniques, teatro, circo, *soirées* dançantes, leilões, procissões, funerais, eventos políticos, homenagens, carnaval ou o *passeio* banal pelas ruas da

---

<sup>182</sup>. Repertório da Campesina: “1) *Hymeneu* (dobrado); 2) *Tutti in Maschera*, de Pedrotti (symphonia); 3) *O Guarany*, de Carlos Gomes (phantasia); 4) *Forza Del Destino*, de Verdi; 5) *L’Ebreu*, de Appoloni (aria); 6) *Faceira*, de A. Castro (polca); 7) *Capitães* (ouverture); 8) *Simon Boccanegra*, de Verdi; 9) *Rei Humberto* (dobrado)” (*A Sentinella*, de 30-3-1901). Outro repertório: “1) *Amore e Frateliaus* (dobrado); 2) *Ernani*, de Verdi (aria); 3) *Lucrecia Borgia*, de Donizetti; 4) *La Sonâmbula*, de Bellini; 5) *Amicizia* (valsa); 6) *Imeneu*, de Apolloni” (*A Sentinella*, de 11-4-1901). Repertório da Euterpe: “1) Carlos Machado (dobrado); 2) ária da *Traviata*, de Verdi; 3) *Duetto de Atila*, de Verdi; 4) *Propheta*; 5) *Ave Maria do Guarany*, de Carlos Gomes; 6) *Phantasia dos Huggnotes*; 7) *Tutti in Maschera*; 8) *Moulin Rouge* (dobrado)” (*A Sentinella*, de 11-4-1901).

<sup>183</sup>. A Euterpe não possuía sede própria, funcionando numa sala provisória na Rua Gal. Osório. Somente a Campesina e a Recreio dos Artistas tinham sede própria (*O Friburguense*, “Solicitadas”, de 18-2-1894). No início do século XX, a sede da Euterpe passou a ser no Teatro D. Eugênia.

cidade. No final de século XIX, não é possível imaginar qualquer forma ou espaço de sociabilidade em Friburgo sem a presença das bandas.<sup>184</sup>

### 3.10. O Cotidiano da Cidade

A chegada do Natal, momento íntimo e familiar, era dia de grande “sarrabulhada”. As casas ficavam todas em polvorosa: da sala de visitas à cozinha, o quintal, a dispensa, a copa, era uma azáfama de endoidecer. As crias da casa, velhas negras remanescentes da extinta escravidão, resmungavam, arrumavam, iam e vinham, taramelavam, lavavam, vasculhavam, areavam e poliam. Na despensa, era um quebrar de ovos, bater de bolos, lambuzar de forminhas, fazer de doces, pudins, biscoitos e broas. Na cozinha, o preparo de perus, leitões, frangos recheados e tortas mal dava tempo de descanso às velhas cozinheiras. As próprias costureiras não tinham mãos a medir: damas, senhoritas e meninas, todas tinham seus vestidos encomendados. Enfim, chegava a véspera do Natal! Era um dia de prazer, de vivas emoções, de júbilo e de alegria! Os jantares desse dia eram notáveis! Vinham as cantigas e depois o sarau respeitoso até as 10 horas com as valsas lentas. Na ceia, castanhas, rabanadas, leitões, frangos, perus, doces, amêndoas e vinho verde. À tradicional Missa do Galo, na qual de tudo se cogitava menos de ouvir a missa, seguiam-se os boas-noites, boas-festas e muitas felicidades. Depois, todos se recolhiam contentes e felizes, e a meninada a sonhar com o Papai Noel a lhe encher de brinquedos as botinas e os sapatos.<sup>185</sup>

Na virada do ano, a cidade, já recebendo os primeiros veranistas, transformava-se em prestimosa cortesã. Nas comemorações dessa época do ano, os friburguenses brindavam,

<sup>184</sup>. Agradeço a Marcos Botelho, da Euterpe, pelo material iconográfico e outras fontes que auxiliaram nesta pesquisa.

<sup>185</sup>. Texto extraído da crônica de Henrique Zamith, que evoca o passado, retomando ao período pesquisado: “(...) e a gente que já viveu uns trinta annos atraz, e tem na cabeça os primeiros fios de prata, e nas faces as primeiras rugas traiçoeiras, sente saudade, uma saudade que aperta o coração evocadora do passado, esse passado que não volta mais, mas que existe sempre em nossa retina e mora conosco dentro de nossa alma (...) na sinceridade de José Antonio de Souza Cardoso, a alma jornalística da terra... aquelle aspecto antigo e patriarchal dos tempos do Dr. Ernesto (...)” (*O Friburguense*, “De Antigamente e de Agora”, de 23-12-1928).

desejando entre si saúde, fraternidade, alegria e felicidade. Os hotéis promoviam *soirées*, com camarotes a 15\$000 e entradas a 2\$000. No final de ano de 1895 para 1896, foi concorrido o baile à fantasia do Teatro D. Eugênia, com premiação da mais bela indumentária. Às 21 horas, “à inglesa”, a dança no salão foi executada por duas bandas, que se revezavam na execução das peças musicais. Quando uma delas finalizava o seu terno, a outra iniciava sua apresentação, com intervalo que não excedia cinco minutos. Após os brindes da virada de ano, um orador tomava a palavra, não podendo perorar por mais de meia hora, sob pena de apupos, e discursava para um público licencioso. Seguia-se o baile, com os convivas dançando quadrilha até o romper da aurora. Às 4 horas da manhã, cavalheiros e damas saíam do teatro seguidos pelas duas bandas e percorriam a cidade, despertando as pessoas, cumprimentando-as, desejando-lhes bons anos e fazendo-lhes figa aos gritos: “Figa, figa, figa, porque não foram ao baile”. Essa tradição de, ao final do baile, os foliões percorrerem as ruas da cidade acompanhados pela banda foi mantida até a década de 1990, nos bailes do Clube do Xadrez, pela Banda da Bola Branca, sob a batuta de Ayres Jardim e Fernando Martins.

Em janeiro, com a cidade repleta de veranistas, promoviam-se passeios campestres e os piqueniques eram o *frisson* da estação, os quais, aliás, já faziam parte das comemorações festivas da elite friburguense, por ocasião das festas de aniversários, batizados e outras datas comemorativas. Os Salusse faziam piquenique na chácara de madame Salusse, na estrada do Córrego D’Antas, onde se localizava uma estupenda cascata com águas fluentes e cristalinas que desembocavam no Córrego do Relógio, um lugar muito pitoresco na cidade. A Cascata do Pinel e o reservatório de água eram os lugares favoritos e tradicionais para os passeios campestres. Nessas ocasiões, recomendava-se às damas a *toilette* simples e confortável, sem lugar para qualquer afetação. Comumente, marcava-se um local de concentração na praça da cidade para a saída do grupo, sob os acordes de uma banda de música, que seguia o alegre cortejo tocando retretas e dobrados.

Em um desses passeios, um grupo de hóspedes do Hotel Central contratou alguns músicos da Euterpe, que os acompanhou para abrilhantar com a sua música esse dia de harmonia com a natureza, espelhando-se na aristocracia e burguesia francesas de apreciar a vida bucólica e os passeios pelo campo. Os veranistas seguiram em vários carros, atravessando a cidade em direção à estação de trem, ao som dos dobrados da banda e dos foguetes, gritando “vivas” à população. Durante o percurso de meia hora de trem, não faltaram entre o grupo folgazão os chistosos ditos e as brincadeiras dos cavalheiros, provocando gargalhadas das moças. Deixando a estação, seguiram em longa caminhada por tortuosa picada na mata. Ao atingirem a cascata, serviram-se de um refrescante *vermouth* como aperitivo para o regabofe. No farnel, champanhe e salada russa. Durante a refeição, os grupos se dividiam: uns ficando sob as árvores, outros na beira do rio e alguns se embrenhando pela mata, folgando cada qual à sua maneira, tal como nas gravuras francesas de *toiale joie*. Após um breve descanso depois da refeição, os músicos da Euterpe iniciavam seu repertório de valsas, polcas e quadrilhas, em que mais champanhe fluía em meio aos copos e à alegria. Segundo o cronista de “Um Pic-Nic no Pinnell”, publicada em *O Friburguense* de 21 de abril de 1895, o champanhe não foi inventado senão para servir de pretexto aos brindes, apesar de muita gente acreditar que o brinde é que foi inventado para servir de pretexto ao estouro das garrafas de Veuve Clicquot.

Já um piquenique promovido por Diogo Campbell, John Mac-Nivem e outros moços da mais “distinta sociedade” foi realizado na Chácara de D. Zinha Braga. O convescote contou com a presença da banda Campesina para animar a festa campestre, sendo a saída às 10h30 da manhã da Praça do Suspiro. O espocar dos foguetes e o soar dos clarins anunciavam a partida dos Landau e carros de bois levando as famílias, cujo ecletismo das conduções dava um aspecto pitoresco ao préstito. Quase todos os rapazes seguiam a cavalo, fazendo a “guarda” dos carros, alguns em negros e elegantes corcéis. Nesse dia, duas representantes do belo sexo também

montaram a cavalo, o que chamou a atenção de curiosos. As gentis senhoritas vestiam branco e usavam chapéu de palha *à la jardinière* enfeitado com flores naturais. Chegando à chácara, finas iguarias e bebidas foram servidas, iniciando a seguir as danças no vasto terreiro, com peças executadas pela banda, na mais perfeita cordialidade e entusiasmo. Terminadas as danças, às 5 horas da tarde, retornavam aos carros, que foram ricamente adornados com os despojos da ornamentação da chácara. Como de costume, antes da dispersão, o préstito deu um passeio ao redor da cidade, segundo o relato de *A Sentinella* de 23 de março de 1902.

Falar da monotonia, em Friburgo, ia se tornando “chapa sedição”. Os clubes da cidade forneciam intensa programação, a exemplo do Cassino Friburgo. Como o propósito era congregar as famílias em alegres convívios, o Cassino proporcionava, quatro vezes ao mês, ora uma *soirée* dançante, ora uma *matinée* artística no salão do Hotel Salusse, além de piqueniques. De acordo com Jeffrey Needell (1987, p. 95), o termo “cassino” remete à noção de diversão aristocrática, o que dá bem o tom da pretensão da elite friburguense. Ainda segundo Needell, o termo “*club*” originava-se diretamente dos clubes que surgiram em Londres no século XVII e chegaram ao apogeu em Paris e Londres no século XIX como locais onde se reuniam os cavalheiros refinados.

Outro piquenique foi organizado pelo Cassino Friburgo num dos locais também pitorescos da cidade: o reservatório de água do município. Participaram desse passeio o conde e a condessa de Nova Friburgo, a baronesa de Duas Barras, Ernesto Brazílio, monsenhor Miranda, entre outras pessoas gradas da sociedade friburguense. Às 8h30 da manhã, 15 “carros” se concentraram na Praça Paissandu para dar início ao passeio campestre. No reservatório de água, enquanto senhoras e cavalheiros pescavam com elegantes e enfeitados caniços na poética colina, a banda Euterpe alegrava o grupo tocando retretas. No almoço, foram servidos delicadas iguarias, vinhos e licores, regalando-se a seguir os convivas com chocolate, chá, leite, café, biscoito e doces. Foram distribuídos perfumados buquês de rosas às moças e senhoras, sendo o

festivo grupo fotografado ao redor do reservatório. Na saída, como era de costume, os carros foram ornamentados com flores e folhagens, dirigindo-se à cidade, acompanhados pela banda Euterpe, que, “furiosa”, alegrava com seus dobrados o irrequieto préstito. Depois de circular pelas ruas do Centro, parou em frente ao Hotel Salusse. Quem imagina que a programação terminara ali se engana. No salão do hotel, seguiram-se, entre festivos sócios do Cassino Friburgo, animadas danças, que se estenderam até as 4 horas da tarde, registrava *A Sentinella* de 2 de março de 1902.

No que tange aos espaços de sociabilidade, as praças eram um local de convergência dos cidadãos. É da tradição do urbanismo latino a organização da vida urbana em torno de uma grande praça (Marshall, 2007, p. 13). Só o perímetro urbano de Friburgo possuía cinco praças, sendo que a mais freqüentada, à época, diferentemente de hoje, era a Praça do Suspiro. A Fonte do Suspiro, além de ser o manancial que mais abundantemente abastecia a cidade, era o local de passeio favorito das famílias friburguenses e dos veranistas, atestava *A Sentinella* de 27 de abril de 1899. Extensas fileiras de coqueiros ornamentavam a rua, que ia até a ponte ligando a Fonte do Suspiro à Rua Sete de Setembro, onde ficava o jornal *O Friburguense*. Muitos estendiam o trajeto pela Rua Avenida, também um passeio da predileção do público, segundo *A Sentinella*, em sua edição de 4 de outubro de 1898 (“Prática Abusiva”). Nas tardes de domingo, as bandas tocavam nessa tradicional praça, considerada ainda um local de romantismo. Era o preferido das moças e dos rapazes enamorados, em virtude de sua célebre fonte, por onde corriam as milagrosas águas do amor, do ciúme e da saudade. Os friburguenses acreditavam que as águas dessa fonte tinham o poder de subjugar amantes rebeldes, infiltrando-lhes no sangue fervuras de amor, conforme a coluna “Pif-Paf”, de *O Friburguense* de 12 de março de 1896. A Fonte do Suspiro era ainda muito freqüentada por doentes. No imaginário da população, além do romantismo que ela evocava, era também notório que as águas de suas fontes restauravam a saúde, consolavam os tristes, alentavam os vivos, davam robustez aos fracos, restaurando-lhes

o vigor. Faziam lenir as dores dos que sofriam e dizia-se que até mesmo “ressuscitava[m] os quase-mortos”, garantia essa mesma coluna na edição de 29 de novembro de 1894 do mesmo jornal.

Referências e crônicas povoavam *O Friburguense* sobre esse aprazível recanto. Numa quinta-feira, quando as horas do labor diurno cediam o passo às de descanso, um *voyeur*, discreto no andar, de paletó-saco, pincenê e guarda-chuva à mão, observando um casal de namorados, nos legou uma deliciosa crônica que traduz um pouco do cotidiano dessa praça:

(...) Ali, sentados em um dos bancos, elle, o Romeu de jaqueta de brim e sem escada de seda enlaçou aquella Julieta (...) e eil-os n’um doce colloquio, n’um devaneio amoroso que a brisa suave da tarde acalentava.

Discreto caçador que por lá passava, quedou-se, protegido pelo largo tronco de uma árvore, a contemplar o arrulho dos dois pombinhos, que começavam a cantar os seus idyllios antes que as sombras da noite cahissem sobre aquelle sitio tão propício a taes situações.

O quadro vivo era digno de ser visto, emquanto que a fonte cantava sonoramente ao lançar os seus jactos de crystal sobre a bacia de granito, elles, embalados pela cadencia de uma melodia que os seus instinctos entoavam, fallavam as cousas ternas, de cousas sensíveis e osculavam-se impudicamente.

Depois ergueram-se, olharam-se naturalmente e tomaram anciosos o caminho do bosque.

O caçador, única testemunha desta scena erótica, farto de presidil-a qual cupido desvendado, seguiu sua trilha; o bosque, que não falla, que guarda tantos segredos, recolheu as últimas horas dessa canção de amor.

E o Suspiro, o poético Suspiro, o passeio predilecto dos touristes, o logradouro publico onde de preferênciã as familias fazem os seus passeios, nem ao menos respeitado durante o dia. (*O Friburguense*, “Quadro Vivo”, de 28-6-1896.)

Em relação às demais praças da cidade, não ocorria o mesmo. As Praças Paissandu, Primeiro de Março e Visconde de Itaboraí eram logradouros públicos abandonados pela Intendência, estando sempre sujas e servindo de pasto aos animais.<sup>186</sup> Já a Praça 15 de Novembro, atualmente a principal do município, apesar de não ser cuidada a contento, era também um dos espaços de maior sociabilidade da cidade. Era onde se faziam as

<sup>186</sup>. Havia reclamações de que na Praça 15 de Novembro os seus tanques, que deveriam estar repletos de peixes, eram depósitos de água suja, com bancos quebrados, sem que houvesse qualquer resquício do projeto inicial de Glaziou. Já a Praça Paissandu era um verdadeiro pasto de bois. Moradores dos arredores desse logradouro tinham que, pela manhã, enxotá-los de suas portas, posto que lhe privavam inclusive a passagem. Essas duas praças atualmente são as principais da cidade.

representações do teatro de rua, realizavam-se as corridas de bicicletas e se armavam os circos.

“Ao circo!, ao circo!”, dizia o reclame do jornal. Para reforçar a audiência, um palhaço saía pelas ruas e arrabaldes da cidade anunciando os dias de espetáculo. O circo era uma festa em Nova Friburgo, sendo um dos divertimentos mais apreciados por todas as classes sociais. Pela frequência com que os circos passavam pela cidade é de se supor que os espetáculos ficassem lotados, sendo muito concorridos. Os circos sucediam uns aos outros. Em março de 1893, quando a companhia eqüestre Grande Circo Peruano estava prestes a deixar a cidade, já estava armado o Circo Carangolense e a caminho ainda o Circo Internacional. Para os mais abastados, disponibilizavam-se camarotes e cadeiras, enquanto a geral ficava para as classes populares. Um camarote custava 15 a 20 vezes mais do que a geral e cinco a sete vezes mais do que a cadeira.<sup>187</sup>

Havia espetáculos nas matinês e noturnos, constando no programa atrações como banda de música, vôos, mímica, pantomimas, tocador de violão, salto mortal, trapézio aéreo, corda bamba, escadas, jogos malabares, dueto musical, “bola”, aéreo, ginástica acrobática, barrista, malabaristas, equilibristas, a menina de borracha, o homem-canhão no seu salto arriscado, o domador de cobras, cachorros e macacos amestrados, o saltador de trabalhos eqüestres, o amestrador, a “bufa”, as chalaças dos *clowns*, a comicidade dos anõezinhos, o monólogo e a farsa, no registro de *O Friburguense* sobre o Circo Pery & Coelho, em sua edição de 19 de abril de 1896. Espirituosos palhaços cantavam modinhas e lundus, acrescentava *A Sentinella* de 28 de janeiro de 1900. Se algumas músicas dividiam a população brasileira em classes, em raças, em culturas diferentes, outras as uniam, através de uma síntese sonora de antagonismos e contradições. A modinha foi um agente musical de unificação brasileira, cantada no Segundo Reinado por uns, ao som do piano, no interior das casas nobres e burguesas; por

---

<sup>187</sup>. Segundo *A Sentinella* de 12 de fevereiro de 1899, os camarotes custavam 20\$000, as cadeiras 3\$000 e a entrada 1\$000.

outros, ao som do vilão, ao sereno, e à porta de simples habitações. A modinha prolongou-se entre a gente média até os primeiros decênios da República (Freyre, 2000, p. 316). Os circos com animais, como o Circo Zoológico Brasileiro e a Companhia Zoológica Francesa, eram os que geravam maior expectativa na população. Além de números de acrobacia, mímica, banda de música, funambulismo e pantomima, apresentavam novidades, como uma urso que andava de bicicleta, afora a exibição de um leão e de uma onça.<sup>188</sup> Os circos eram tão prestigiados que alguns artistas circenses chegavam a receber homenagens, como foi o caso de Polybio, do Circo Pery, que recebeu uma medalha de Honra ao Mérito de Friburgo, com a inscrição: “Offerecida ao artista Polybio por seus admiradores.”

A importância de Nova Friburgo no circuito dos grandes espetáculos da época pode ser abalizada pela presença do Circo Brasileiro, que além de artistas nacionais e estrangeiros contava, à época, com um dos maiores artistas, o palhaço negro, célebre compositor e cantor de modinhas brasileiras Eduardo das Neves (1874-1919). A *troupe* veio diretamente de Petrópolis, onde se apresentara no Teatro Floresta. Sua importância foi tamanha para a cidade que a Câmara, obviamente movida por interesses pessoais dos proprietários do teatro, temendo que tirasse o público do Teatro D. Eugênia, não autorizou que o Circo Brasileiro fosse instalado na Praça 15 de Novembro, local onde se armavam os circos, mas somente na Praça do Suspiro.<sup>189</sup>

Eduardo das Neves era compositor e cantor exclusivo da Casa Edison. Era considerado o mais popular e influente de todos os primeiros cantores profissionais, compondo modinhas, lundus, recitativos, monólogos, canções, tremeliques e choros. No prefácio do disco intitulado *Trovador da Malandragem*, que escreveu em 1902, queixara-se de que muitos

---

<sup>188</sup>. Armados na Praça 15 de Novembro, passaram por Friburgo os circos Peruano, Italiano Temperani, Gloria do Brazil, Pery, Atlântico, Norte-Americano, Fernandez, de Cavalinhos, Brasileiro, da Companhia Chilena Eqüestre, Uberabense e o Ítalo-Japonês, entre outros.

<sup>189</sup>. “(...) Dizem outros, mas isto não acreditamos, que só deu a municipalidade licença para o circo funcionar no Suspiro, porque na Praça 15 de Novembro tirará a concorrência do Theatro D. Eugenia” (*A Sentinella*, de 28-1-1900 e de 4, 11 e 18-2-1900, nos artigos “Theatros e...” e “Circo Brasileiro”, respectivamente).

duvidavam ser ele o autor das modinhas que cantava, devido à sua condição de negro e de origem humilde. Segundo José Ramos Tinhorão, uma das razões do sucesso de Eduardo das Neves era a de ter lançado a novidade de compor modinhas e lundus sobre acontecimentos da atualidade, a exemplo de *O Aumento das Passagens*, *O Cinco de Novembro* e *A Conquista do Ar*, esta dedicada a Santos Dumont. Ainda segundo Tinhorão, a importância de Eduardo das Neves estava no fato de que, dirigindo-se a camadas heterogêneas, como o povo humilde freqüentador de circo e o público médio dos teatros, ele ainda estendia sua ação a vários estados brasileiros, viajando com circos e companhias teatrais e espalhando seus discos por todo o país. O filho de Eduardo das Neves, o “negro Cândido das Neves”, o Índio, continuou a obra do pai. Juntamente com outros compositores, chegaria à fase de expansão do rádio, a partir da década de 1930, dando continuidade ao gênero das modinhas, que contavam com cantores de veleidades operísticas, como Vicente Celestino, Francisco Alves, Orlando Silva e Sílvio Caldas (Tinhorão, s/d, p. 29-39). Eduardo das Neves, que se apresentava, freqüentemente, em Friburgo, cantou algumas modinhas e lundus, sendo provavelmente o autor de um teatro de revista sobre o cotidiano de Friburgo, já que fazia o seu estilo. É provável que tenha sido o autor de uma peça do tipo “teatro-revista” intitulada *Costumes de Friburgo*, ganhando inclusive uma cançoneta, *Friburgo na Ponta*, segundo *A Sentinella* (“Theatros e ...”) de 17 de dezembro de 1899 e de 8 de dezembro de 1901. O “teatro-revista” era uma peça com quadros de música, dança, anedotas, alegorias e esquetes no qual se criticavam os fatos mais em evidência da época.

Outro evento freqüentado pelos friburguenses eram as atrações do Circo de Touros ou Circo Tauromachico, que atraíam grande multidão. Levavam-se as próprias cadeiras e eram tão disputadas que, às 7 horas da manhã, os lugares já estavam reservados, isso para um evento que se iniciaria somente às 16h30. Na programação, a destreza e a coragem dos toureiros, banda de música contratada na cidade, os palhaços Gallindo e Periquito, que faziam momices

parodiando os toureiros com reses franzinas. Terminava-se o espetáculo com uma patomima “touro-burlesca” intitulada *Mulatinha Bahiana*.

Corridas de cavalos no Prado, em Conselheiro Paulino, e no “Entre Rios”, em Lumiar, também era um lazer habitual na cidade aos domingos. Havia o Friburgo Jockey Club, que promovia tais eventos no Prado de corridas, no qual tomavam parte os melhores parceiros do Rio de Janeiro, sob o comando dos *turfmen*. Com direito a *starter* no turfe friburguense, realizavam-se apostas denominadas *poules*. Esse clube, provavelmente, inspirou-se no modelo francês ou inglês, sendo mais uma demonstração da europeização da sociedade friburguense, que via no turfe o triunfo de sua ascensão ao modelo aristocrata. Já o Club Atlético, mais popular, promovia aos domingos tiros ao alvo e brigas de galo, sendo que as apostas chegavam a mais de 10 mil réis, tendo como galo campeão o temível Floriano, segundo *O Friburguense* de 19 de maio de 1895.

Uma das práticas sociais ingênuas no cotidiano da sociabilidade masculina era o jogo legal, socialmente tolerado e do qual participavam não somente os cidadãos, como também os turistas. Esses “ajuntamentos familiares” em pleno dia de pessoas “de educação e posição social e que tinham uma reputação a zelar” se contrapunham aos jogos ilegais, como o jogo dos bichos e a roleta, que ocorriam, durante a noite, na alcova de alguns estabelecimentos, conforme a coluna “Solicitadas”, de *O Friburguense* de 5 de março de 1893. Algumas casas de negócio se prestavam, à noite, à jogatina, transformando-se em casas de tabuleiro, como o botequim de Manoel Pereira, na Rua 3 de Janeiro, o botequim do espanhol, no Beco do José Ramalho, o Malva e o Galdo. Os botequins, lugar de sociabilidade das classes populares, eram descritos como locais de jogatina e vagabundagem, provocando algazarras e desordens que incomodavam a vizinhança. De acordo com Sidney Chalhoub (2005, p. 256), essa forma de introdução moralizadora é típica de notícias do gênero na imprensa da época. Revelaria uma tentativa de estigmatização da principal forma de lazer dos pobres urbanos do sexo

masculino: a conversa informal que esses homens têm no botequim ou ao redor de uma mesa ou encostados em um balcão, sorvendo goles de café, cachaça, cerveja ou vinho barato. Era ali que se afogavam as mágoas da luta pela vida e entorpeciam-se os corpos doloridos pelas horas seguidas do labor cotidiano.

Se havia exagero e estigmatização por parte da imprensa em colocar os botequins como espaços viciosos, não é possível responder, mas o que se sabe é que o jogo era um problema crônico, em Friburgo, naquela época. Desenvolvendo-se infrene pela cidade, levava à desordem, à perturbação nas relações privadas e na economia doméstica, cavando a ruína social, constatava *A Sentinella* de 17 de abril de 1898. Explorado por imigrantes, principalmente por espanhóis, percebe-se que esses imigrantes abriam pequenos negócios, do tipo “casa de tavolagem” ou “peluncas”, para usar o termo da época, que utilizavam como fachada para o jogo. Eram, normalmente, vítimas do jogo os empregados do comércio, os artistas e “filhos de famílias”, que acabavam depois praticando pequenos furtos para sustentar o vício nos jogos de azar. O jogo estava entranhado na sociedade friburguense, desde o “potentado” até o jornaleiro, e geralmente participavam dessas jogatinas “senhores ímbrios” e até menores de 15 anos.<sup>190</sup> Nas casas de tavolagem, o vício e a crapulagem sacrificavam fortunas, a honra, a saúde e até a vida dos jogadores incautos. As autoridades policiais não coíbiam essa prática, pois eram freqüentadores da jogatina, acoroçoando o jogo. A conivência da autoridade policial era tamanha que se limitava a mandar fechar as portas desses estabelecimentos onde havia a jogatina, mas não proibia que o jogo continuasse a portas fechadas. No relato de *A Sentinella* de 16 de janeiro e 6 de março de 1898, embuçados para

---

<sup>190</sup>. “(...) todos, esquecendo-se de seus compromissos, esquecem-se também de seus filhinhos e da esposa, que choram o pão e o frio; todos elles, cegos, illudidos pelas promessas desses sequazes, desses vampyros, que sabem illudir, deixam-se arrastar pela ociosidade, acabando por abandonar a esposa e os filhinhos (...)”. As autoridades policiais eram acusadas de compactuar com os exploradores do jogo, “porque seus colegas de banca não lhes obedeceria, como não obedecem” (*O Friburguense*, “O Jogo!”, de 29-5-1892).

não serem reconhecidos, muitos arriscavam alguns réis nas roletas com os denominados “vampiros roleteiros” no “jogo da vermelhinha” e no “jogo dos bichos”.<sup>191</sup>

(...) a moralidade de certos indivíduos que não trepidam em cavar a desordem no seio da sociedade brasileira, acumulam-se em Friburgo, como aves de rapinas refugiadas de sua pátria (...). (*O Friburguense*, “O Jogo”, de 22-5-1892.)

(...) Mas como podemos nós contar com o auxílio dessas auctoridades se ellas são as primeiras a apresentarem-se na jogatina e convidar os incautos para lhes estorquir os cobrinhos (...). (*O Friburguense*, “O Jogo”, de 22-5-1892.)

(...) No lugar de busca S.S. [refere-se ao delegado de polícia] não podendo resistir ao vício do jogo quis encaixar-se nessas cafuas de 3º ordem e os jogadores e freqüentadores d’ellas vendo S. S. fugiram supondo que S.S. ia cumprir a lei (...) no entanto S.S. ia com os seus collegas da banca e roleta passar uma noute feliz, tomando algum calix do bom paraty e voltar para casa com algumas notas nas algibeiras que não fazem mal a ninguém (...). (*O Friburguense*, “Jogo”, de 10-8-1893.)

Por vezes tenho dito que o jogo é o cancro da sociedade brasileira. Que esses vampiros lovelaces só procuram cravar o luto nas famílias (...) o Sr. Delegado de Polícia João Francisco da Matta, que tem casa de tavolagem e é associado aos jogadores (...). (*O Friburguense*, “Solicitadas”, de 17-8-1893.)

Eram ainda locais de sociabilidade masculina da elite os bilhares, as charutarias e os cafés. Às mulheres eram reservadas as confeitarias, havendo algumas na cidade. Enquanto os mais velhos se divertiam no voltarete e outros jogos de cartas, como o pôquer, o gamão, o solo, o uíste e a bisca, os mais jovens jogavam bilhar, existentes em vários pontos da cidade, bem como nos salões dos Hotéis Engert e Central. Segundo *O Friburguense* de 16 de agosto de 1891, as casas de bilhares como o Club Internacional e o Club de Divertimentos promoviam freqüentemente, aos domingos, torneios de bilhar para jogadores de “primeira água”. As premiações consistiam, a exemplo de uma das competições, em abotoadura para punhos e alfinete para gravata, ambos em ouro. Era um divertimento considerado inocente e “higiênico”. Já nas Charutarias Guarany, Democrática e Veneza, apreciavam-se os bons charutos e cigarros e onde se davam ainda “dois dedos de política”, descrevia a coluna “Vida Friburguense” na edição de 3 de abril de 1892 de *O Friburguense*. A novidade eram as *cigarettes* de chá verde, última moda na alta sociedade de Londres:

<sup>191</sup>. “(...) uma súcia de jogadores, de saquazes ladrões, que evadiram esta desgraçada cidade com a jogatina e para iludirem os homens ímbrios e meninos filhos de família (...) posso afirmar que o Sr. Delegado é concordato com esses miseráveis ‘lovelaces’ (...)” (*O Friburguense*, “O Jogo!”, de 29-5-1892.)

(...) o chá, a esplendida bebida apreciadíssima em todos os paizes civilisados, servido em boudoirs aristocráticos, em preciosas chávenas da velha porcelana de Sèvres, ou em Limoges cor de leite, temperado com Rhum e sorvido em goles saborosos, transforma-se em concorrente ao tabaco de havana (...). Não há mais que inventar, dizem os que se orgulham das formidáveis descobertas deste século (...). (*O Friburguense*, “Cigarettes de Chá”, de 1896.)

Na *flânerie* pela Praça 15 de Novembro, obrigatória era uma parada no café de propriedade de Salgado de Sá pelo *high-life* friburguense, bem como no Café Central, considerado um estabelecimento no nível dos cafés da Rua do Ouvidor. Lá se comiam deliciosas empadinhas de camarão e palmito, além de peixe frito especial. No Café Colombo, de Giovanni Giffoni e Oscar Cardoso, encontravam-se os melhores vinhos importados italianos, conhecido na cidade como a “boa pinga”. As fábricas de cerveja Beauclair e Gonçalves & Bastos eram também espaços de sociabilidade muito freqüentados pelos friburguenses. A Beauclair possuía um espaçoso salão próprio para bailes e celebrações, sendo franqueado gratuitamente aos clientes. Era considerado “um soberbo ponto de palestra”, segundo *O Friburguense* de 14 de setembro de 1893. A Confeitaria Balga era o ponto predileto dos mexericos políticos e do “disse-me-disse” de todo dia. Era local onde os velhos, no “banco da murmuração”, recordavam o seu tempo, enquanto os rapazes, na porta da confeitaria, aguardavam o fim da missa e da ladainha para dizer “palavrinhas adocicadas” às meninas que passavam:

As meninas assustadiças e nervosas espiavam os namorados através das vidraças ou atirando-lhes uma flor que, de leve, roçaram aos lábios; os namorados chibantes, de longe, de pé, na esquina, horas a fio, olhos em alvo, e as mucamas hipócritas e sonsas a servirem de pau de cabeleira às sinhazinhas tinham mais encantos, mais atrativos e mais emoções. (*O Friburguense*, “De Antigamente e de Agora”, de 23-12-1928.)

Já as classes populares se divertiam nos botequins, tabernas e nos frege-moscas, conforme a coluna “Pif-Paf”, de *O Friburguense* de 1895. De caniço à mão, alfaiates e aprendizes, negociantes e operários iam aos domingos ao Rio Bengalas pescar pião e piabanha. Apesar de a população despejar toda a sorte de imundícies nesse rio, os rapazolas banhavam-se nele, muitas vezes completamente nus, em plena luz do dia. Magotes de

meninos pobres que percorriam as ruas da cidade caçavam tico-ticos, faziam arapucas, tomavam banho de rio e à tarde dormiam nas praças como se estivessem em suas casas (que casas?); eram verdadeiros “Gavroches”, donos da rua, sem compreensão entre o que era público e o que era privado.<sup>192</sup> Enquanto isso, na porta da igreja, nas quitandas e nos funerais, comadres “mexericavam” tudo, “papagueiando com disse-me-disse”, na certeza cruel de que “quem conta um conto aumenta um ponto”.

Os setores médios da população também tinham seus bailes na cidade. Promovidos pelo jornalista José Saldanha, havia os bailes familiares no salão da Rua Gal. Osório, próximo à Praça do Suspiro, com banda de música para animar o evento. É curioso o registro de um desses bailes durante a semana, numa segunda-feira. No último dia do ano de 1896, o Teatro D. Eugênia abriu excepcionalmente as suas portas para um “baile popular”. Caixeiros, empregados do comércio, alfaiates, carroceiros, professores, empregados da Companhia Leopoldina, jornaleiros, enfim, toda a morigerada classe operária da cidade adquiriu convites para a festa:

Rapasiada

Corre pelos quatro pontos cardeais desta cidade e nos círculos bem informados, que na noite de 31 do corrente terá lugar no teatro D. Eugenia esplendoroso baile popular, tendo a rapasiada ocasião de estender as gamoias á vontade, tomar um fartão de quadrilhas, valsas, polkas e mazurkas.

É aproveitar, pois que disto não há sempre. Ao baile de 31, rapaziada! (*O Friburguense*, anúncio “Rapasiada”.)

Essas transgressões dos espaços de sociabilidade incomodavam uma parte da elite. Quando a Companhia Cabeleira & Vesúvio alugou o Teatro D. Eugênia para um baile popular, um leitor, através da seção de cartas “Solicitadas”, indignou-se com o baile do zé-povinho:

Baile popular! (...) isso é irrisório! (...) custa a crer, mas é realmente ridículo! (...) n’esta cidade não existem ignorantes, as famílias honestas só frequentam bailes familiares e não populares (...). O pau grande. (*O Friburguense*, “Solicitadas”, de 1896.)

---

<sup>192</sup>. “Alguns menores já taludos, costumam banhar-se completamente nus no rio, em pleno dia, em lugares que afrontam a moral pública (...)” (*O Friburguense*, de 11-2-1893).

O trem também fazia parte do cotidiano de Friburgo e era um lugar de sociabilidade. A estação era um *meeting*, onde assistir às chegadas e partidas dos trens era um programa de famílias inteiras, ponto de grande *rendez-vous*, principalmente nos dias de trem de passeio. Em romaria, iam às estações, sequiosos por verem os elegantes veranistas da capital federal ou os doentes tuberculosos e beribéricos, que buscavam convalescer-se no município. Como na Fonte do Suspiro, a estação era também um ponto de encontro entre rapazes e moças. Quem não parava para ver as corridas e malabarismos dos moleques atrás do trem? Em virtude da alta velocidade com que passava pelo Centro da cidade, uma postura aprovada pela Câmara Municipal, em sessão de 21 de janeiro de 1890, determinou que as locomotivas não ultrapassassem a velocidade de 10 km, segundo *O Friburguense* de 12 de julho de 1891. A molecada, valendo-se da baixa velocidade do veículo, corria ao seu lado disputando carreira, em que os mais ousados subiam e ficavam pendurados fazendo momices, com risco de morte, reclamava *O Friburguense*, na coluna “Pif-Paf”, de 28 de dezembro de 1893. Não faltavam galhofas e piadas envolvendo o trem, sempre presente no imaginário da cidade:

No Café Engert:  
 Sempre desgraças na estrada de ferro!  
 O que sucedeu?  
 No trem das 9 horas chegou hoje a minha sogra.  
 (*O Friburguense*, de 1891.)

### **3.11. Os Papéis Femininos: “uma Mulher que Quer Ser Homem! Estamos Adiantados!”**

A república que se instaurara no Brasil era representada simbolicamente pela figura de uma mulher, mas o poder era dos homens. Política e negócios eram apanágios masculinos. Juntando os cacos, foi possível inventariar alguns papéis das mulheres friburguenses naquela época. Não obstante faltarem algumas peças nessa difícil tarefa de falar das mulheres oitocentistas, conseguimos identificar algumas representações femininas de então. No campo da representação, eram vistas como frágeis e gentis na classe dominante e negligentes e

bêbadas nas populares. As primeiras, mães zelosas e carinhosas com os filhos e presentes nas festas de encerramentos escolares. As segundas, mães relapsas que abandonavam seus filhos, que ficavam soltos pelas ruas da cidade, pendurando-se nos trens, fazendo alguns trocados na estação, morrendo afogados, longe da escola e da igreja.

Os papéis femininos e o tipo de representação sobre elas foram montados com peças extraídas das crônicas e notícias do cotidiano da cidade, escritas evidentemente por homens.<sup>193</sup> De acordo com Michelle Perrot (2006, p. 286), a carência de fontes diretas ligadas a essa mediação perpétua – já que, nos registros, a mulher é sempre observada e descrita pelo homem – constitui um tremendo meio de ocultamento. E questiona: mulheres enclausuradas, como chegar até vocês? Segundo a autora, o primeiro problema é o da invisibilidade: as mulheres são menos vistas nos espaços públicos, o único que, por muito tempo, mereceu interesse e relato. Porque são pouco vistas, pouco se fala delas, e surge então o silêncio das fontes. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Quanto aos cronistas, em sua grande maioria, masculinos, a atenção que dispensam às mulheres é ditada por estereótipos. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas (Perrot, 2007, p. 16-7).

Acreditamos que as crônicas, os artigos e as notas sociais conseguiram dar conta da pesquisa em identificar em Friburgo os papéis dessas mulheres “enclausuradas”, através de suas práticas no cotidiano. Para as classes populares, os registros policiais são recomendáveis como fontes, mas não foi possível realizar esse levantamento em razão de essa documentação não estar ainda organizada e catalogada em Nova Friburgo.

Qual era o perfil das mulheres da elite em Nova Friburgo? No que tange ao saber feminino, um anúncio do Colégio Friburguense nos dá a noção de que a formação delas abrangia diversas áreas do saber, como português, francês, inglês, aritmética, geografia,

---

<sup>193</sup>. Para se ter uma noção sobre o tipo de representação que se fazia da mulher no final o século XIX, ler o capítulo “O que Acham da Mulher” em Soihet, 1989.

corografia do Brasil, história, primeiras letras, doutrina cristã, trabalhos de agulha, educação moral e intelectual. Aprendiam ainda as artes do entretenimento, como o desenho e o piano, “ópio das mulheres”, que lhes permitiria encantar encontros familiares e recepções em sociedade. Segundo Michelle Perrot (2007, p. 93-4), era preciso educar as meninas, mas não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que fosse necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social. Ou para formá-las visando a seus futuros papéis de mulher, os de dona de casa, esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez e renúncia, que tecem a coroa das virtudes femininas. Ao longo do século XIX, reitera-se a afirmação de que a instrução é contrária tanto ao papel das mulheres quanto à sua natureza: feminilidade e saber se excluem. A leitura abre as portas perigosas do imaginário.

O cronista de *O Friburguense* demonstrou preocupação com as leituras femininas, ao referir-se, provavelmente, às mocinhas, sobre o tipo de livro que lhes prejudicava a moral:

(...) procurei distrahir-me, não lendo romances livres, de origem francesa na maior parte, a cuja leitura entrega-se afoita e descuidadamente a mocidade inexperiente, que não sabe medir a extensão do mal que resulta taes leituras. (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 25-9-1892.)

*O Friburguense* chegou a ter algumas colaboradoras, mas o tom do discurso em suas crônicas era a virtude e, fundamentalmente, a religiosidade. No final de 1904 surgiria *O Lyrio*, periódico de literatura e crítica dirigido pelo “bello sexo friburguense” e em que “diversas directoras” assinavam a direção do jornal. Apesar da ousadia do projeto, encontravam-se ainda as mulheres sob a tutela paternalista do “inteligente moço” José Nunes Pimentel, gerente do periódico. De formato 20cm x 15cm, *O Lyrio* tinha duas folhas, formando quatro páginas, com frente e verso. Havia contos, poesias, piadinhas inocentes, seção de fofocas do tipo “O surdo ouviu...!”, mas muito pouco sobre o cotidiano da cidade. Na realidade, pouco se pode comentar sobre esse periódico, já que o Centro de Documentação Pró-Memória só possui um exemplar, que data de 15 de janeiro de 1905. Também em 1904 foi lançado *O Álbum*, um jornal dedicado

“ao bello sexo”, semanário literário composto basicamente de contos e poesias, de propriedade de A. Balthazar:<sup>194</sup>

(...) foi distinguido mais um colleguinha, que vem a ser publicado para a defesa do bello sexo friburguense (...). É dirigido por diversas senhoritas de nossa Friburgo, que, com sua linguagem amena e fascinante, nos offerecerão os seus candidos pensamentos (...). D'O Álbum, desta cidade. (*O Lyrio*, de 15-1-1905.)

Uma mulher passou despercebida. Júlia Michaela Salusse (1831-1920), filha de madame Salusse, dedicou sua vida à gerência do Hotel Salusse. Quando madame Salusse faleceu, deixou para ela a terça parte de seus bens. Os irmãos abriram um processo para anular essa cláusula do testamento e o advogado de Júlia foi nada menos que seu amigo e cliente Rui Barbosa, que ganhou a causa.<sup>195</sup> De acordo com o pagamento do imposto da décima urbana em 1894, Júlia Michaela já amealhara uma fortuna pessoal muito próxima à de sua mãe. Comparada aos seus irmãos, que exerciam outras atividades, possuía um patrimônio bem superior. Talvez essa mulher com tino para os negócios passasse despercebida, por ser a sua administração dentro de um recinto quase doméstico, já que o Hotel Salusse era representado como um hotel familiar. O certo é que Júlia Michaela não estava desempenhando um papel tão doméstico assim, já que a gerência de um hotel movimentado como o Salusse exigia competência administrativa e liderança. Júlia Michaela Salusse faleceu solteira em 1920, aos 89 anos de idade. Outra novidade foi a presença de mulheres na diretoria da Sociedade Musical Campesina, também um avanço para a época.

Às mulheres da elite friburguense, ressaltando, é claro, o papel de boas mães e dedicadas esposas, era reservada uma posição nas relações sociais: a promoção de festas e a filantropia. Com relação a esse último papel, organizaram a Sociedade de Caridade, uma

---

<sup>194</sup>. O articulista de *O Friburguense*, gaiato, chegou a comparar o jornal às mulheres: “(...) a mulher, periódico estudo do homem, tem o corpo que é o jornal (...) tem os olhos que são o noticiário; a bocca que é o comunicado; os labios que são a correspondência; os encantos e attractivos que são os annuncios (...)” (*O Friburguense*, “A Mulher Comparada a um Jornal”, de 7-9-1893).

<sup>195</sup>. Ver o caderno existente no Centro de Documentação Pró-Memória de Nova Friburgo intitulado “Cinco Séculos de Aliança”, de autoria de Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo de Castro Leal.

instituição que prestava socorro direto às famílias pobres e necessitadas, fornecendo alimentação, medicamentos, serviços médicos e enterros. A sociedade era composta por senhoras da elite, que espontaneamente se dispunham ao auxílio da “humanidade sofredora”. Em 1896, essas senhoras chegaram a arrendar de madame Salusse a Chácara do Moinho, onde estabeleceram um hospital para atender inicialmente ao número de seis “pobres”. Havia ainda no local um quarto destinado a doentes que pudessem pagar:

Algumas jovens pertencentes às mais distintas famílias do logar, acompanhadas de respeitáveis cavalheiros, compenetradas da sublime incumbência de que se encarregavam, esmolavam pelo povo em benefício das obras necessárias para a conclusão da capella (...). Pof-Puf. (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 26-4-1891.)

Concertos-*soirée* beneficentes eram realizados no Hotel Salusse em favor da Sociedade de Caridade. Participavam do concerto além de músicos profissionais contratados as amadoras Alice, Adalgissa e Maria Elisa Salusse, executando ao piano e violino clássicos de Verdi, Chopin, Gottschalk, Schubert, Mozart, Mendelsohn e músicas do brasileiro Carlos Gomes. Depois do concerto, seguia-se a *soirée*, que terminava às 3 horas da manhã, noticiava a coluna “Palcos e Salões”, de *O Friburguense* de 17 de janeiro de 1895. Outra forma de captação de recursos para essa entidade eram os espetáculos de teatro e circo, em que as companhias sempre destinavam um dia de bilheteria a essa instituição. Em ocasiões como o Natal, Alice e Elisa Salusse, Zezé Éboli, Italina Raspatini, entre outras “*mademoiselles*” “das mais distintas famílias da cidade”, organizavam quermesses no salão de um hotel, pedindo súplicas à população friburguense o óbolo da filantropia. Exerciam “humildemente”, segundo o periódico, o ofício de caixeiras, vendendo balas, vinho, licor, cerveja, doces, café, flores, sorvete e cigarros. Promoviam ainda tômbolas, além de esmolos, que uma delas recolhia na porta do salão. Tômbola, do italiano *tombola*, mais uma influência dos italianos na cidade, era uma espécie de loto em que era preciso completar um cartão para ganhar. Era um tipo de loteria para fins beneficentes, com prêmios não em dinheiro, mas em objetos. Nessas

quermesses, eram reservadas grandes surpresas – como um aparelho de fotografia *à la minute* emprestado por um distinto cavalheiro da sociedade e um fonógrafo com repertório variado – e às 21 horas promovia-se grande baile. Doces, sanduíches e outras iguarias estavam em *pendant* com um bem sortido bufê, conforme *O Friburguense* (“Grande Festival”) de 2 de dezembro de 1894. Em uma das quermesses, chegaram a arrecadar a quantia significativa de 1:542\$600 (um conto, quinhentos e quarenta e dois mil e seiscentos réis), que recolhiam para a caixa social, que se destinava à cura de enfermos, a mitigar a fome dos pobres e a amparar órfãos e viúvas. As mulheres da elite friburguense, além de das associações de caridade, participavam também de associações religiosas. Algumas exerciam a profissão de educadoras em escolas públicas, como Emília Rochemant ou Sara Braune, proprietária de estabelecimento de ensino privado.

Além da filantropia, outro papel estava reservado às mulheres: a vida social. Houve um avanço para as mulheres no final do século XIX em relação ao seu papel no período colonial: o fim do confinamento doméstico, com as mulheres saindo das janelas e conquistando as ruas. No Brasil-Colônia, o confinamento doméstico feminino era distintivo do seu nível social e, sendo assim, a mulher evitava o espaço público, já que a rua era um local reservado aos homens, vagabundos, capoeiras, negros, prostitutas, mendigos, entre outros. Com a urbanização e a penetração do capitalismo industrial europeu no Brasil, dinamizou-se a vida social e, conseqüentemente, a vida privada. No Império, a Corte requeria a “mulher de salão”, a “mulher da rua”, que deveria saber receber as visitas do marido, estar presente à mesa e às conversações. A mulher europeizou seu corpo, seus vestidos e seus modos, revestindo-se com artigos franceses e ingleses. Tinham que se expor ao mundo dos teatros e recepções oficiais, sendo que a nova etiqueta, o novo código de relacionamento social, impunha essas formas de sociabilidade. As velhas formas de sociabilidade coletiva foram sendo substituídas por outras. Em vez dos encontros coletivos, traços de união entre ricos e pobres, a sociabilidade

moderna preconizava as reuniões privadas, exclusivas, discriminadoras de gostos segundo as classes, como os bailes, teatros, jantares e recepções (Costa, 2004, p. 112-20 e 133-4).

Logo, o sucesso da família passou a depender também das mulheres, quer para manter seu elevado nível e prestígio social, quer para promover o *status* do grupo familiar. Os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para as pessoas de seu círculo social, significando um capital simbólico importante. As normas de comportamento tornam-se mais tolerantes, desde que se mantenham as aparências e o prestígio das boas famílias não fique abalado (D’Incao, 2006, p. 229 e 238).

Cada sexo tinha sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase determinados. Às mulheres da elite friburguense era reservado o papel de promotoras de *soirées* dançantes, passeios campestres, enfim, formas de sociabilidade que ampliavam seu campo de atuação, antes restrito, no seu cotidiano, às festas familiares. Quando foi fundado o Cassino Friburgo, o clube foi acolhido com entusiasmo por todos, mas o interessante foi o articulista ter destacado: “principalmente pelo elemento feminino”. Afinal, a coqueteria não era o papel que lhes fora reservado?

Em fevereiro de 1893, senhoras da elite criaram a sua própria associação: o Club das Flores. Integrava esse seleto clube Mariquinha, Chiquinha, Elizinha, Joantina, Ritinha, Francisquinha, entre outras. Temendo-se incorrer no anacronismo ao avaliar a referência a essa associação, indaga-se: todos esses nomes mencionados no periódico no diminutivo foi um modo de o articulista ridicularizar a organização ou uma forma carinhosa de referir-se a eles? Eleita a presidente, D. Chiquinha, em sua posse discorreu que a mulher colaborava com o engrandecimento da pátria, desempenhando o papel que lhe foi destinado por Deus, ou seja, a maternidade. É interessante que a única via para a mulher colaborar com o país era pelo viés da maternidade e da educação dos filhos. Seu discurso reforça a representação da mulher no

papel de mãe e educadora, que nessa qualidade já estaria colaborando com o engrandecimento da pátria:

(...) devo tributar-vos a minha gratidão por ter-vos graciosamente accedido, ao convite que fiz para esta reunião já que por si é uma eloqüente demonstração de que o bello sexo que com tanta injustiça é appellidado – sexo fraco – acha-se unido e forte e sente-se capaz de collaborar para o engrandecimento da pátria, desempenhando o elevado papel que lhe foi destinado pelo Ser Supremo. (*O Friburguense*, “Club das Flores”, de 19-2-1893.)

Apesar de no século XIX a divisão de tarefas ter atingido seu ponto alto, definindo estritamente o lugar de cada um, a organização familiar das classes pobres assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós. Isso se devia não somente às dificuldades econômicas, mas igualmente às normas e aos valores diversos, próprios da cultura popular. No regime capitalista que se instaurava, o custo da reprodução do trabalho era calculado considerando-se como certa a contribuição invisível, não-remunerada, do trabalho doméstico das mulheres. Produziam para o mercado, exercendo tarefas como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes, além de outros biscates (Soihet, 2006, p. 362 e 365).

O seu lugar não era no interior das residências, até porque não se podia chamar de lar os casebres do Beco da Cadeia, do Beco do Arco ou o cortiço da família Ennes. Segundo Perrot, a rua pertence a elas, que ressoa com seus passos e vozes. Para elas, a rua não é apenas um corredor de circulação, mas também um meio de vida. De forma alguma, ficava encerrada no interior do lar, já que ele praticamente não existe no que se refere a ela. Enquanto o imóvel burguês comporta toda uma estruturação das relações sociais, para as classes populares a habitação mal chega a ser um interior, um ponto de reunião onde se dorme e se come. O que vale para a mulher do povo não vale para a burguesa. Ainda segundo Michelle Perrot, em termos de classes, os usos sociais da cidade se diferenciavam muito claramente. As mulheres burguesas tinham um modo de circulação muito regido, uma relação interior e exterior extremamente regulada (Perrot, 2006, p. 215 e 220-1).

Conforme Raquel Soihet (2006, p. 365-7), as mulheres dos segmentos médios e elevados estavam sujeitas às prescrições dos juristas acerca da improbidade de uma mulher honesta sair só. Coadunava-se tal norma com a proposta burguesa que destinava às mulheres o domínio da ordem privada e aos homens o da pública. Embora as mais ricas fossem estimuladas a freqüentar as ruas em determinadas ocasiões, como o teatro e as casas de chá, deveriam estar sempre acompanhadas. Já para as mulheres pobres, em grande proporção responsáveis pela manutenção da família, a liberdade de locomoção e de permanência nas ruas e praças era vital para elas, que cotidianamente improvisavam papéis informais e forjavam laços de sociabilidade.

Em Friburgo, na sociabilidade mundana, as mulheres da elite estavam circunscritas a diminutos espaços públicos, onde elas poderiam transitar, como *soirées*, o teatro, o circo, os passeios campestres, as associações filantrópicas e religiosas. Nas ruas principais do Centro da cidade, não há registro de espaços femininos de sociabilidade. Já as mulheres da classe popular eram descritas freqüentando botequins e bebendo na companhia masculina. Nesse aspecto, eram extremamente depreciadas, sendo vistas como desocupadas, “vagabundas”, e praticando obscenidades. Ainda com relação às classes populares, as mais exponenciais eram as lavadeiras, que ficavam às margens do Rio Bengalas nos arrabaldes da cidade.<sup>196</sup> Era uma cena comum do cotidiano vê-las percorrendo as ruas da cidade curvadas sob o peso das trouxas de roupa. De acordo com Michelle Perrot (2006, p. 202-3), mulheres lavando roupas era o ponto alto da sociabilidade feminina. Local de feminismo prático. Lavar roupas era muito mais que uma atividade funcional: era um centro de encontro onde elas trocavam as novidades, receitas de remédios, e praticavam assistência mútua. Era onde se fazia a coleta para a mulher em dificuldades, seduzida ou abandonada. Os higienistas em Friburgo não se descuidaram das lavadeiras em suas medidas profiláticas:

---

<sup>196</sup>. “(...) é do rio que se serve muitos outros habitantes ribeirinhos para lavagem de roupas, animais, etc.” (*A Sentinella*, “Prática Abusiva”, de 4-10-1898).

Como em Friburgo quase toda roupa do corpo é lavada no rio, e como a água do rio há de ser a primeira a ser contaminada, caso apareça o cholera entre nós, aconselho que mandeis lavar a vossa roupa em casa (...). (*O Friburguense*, “Saude Publica”, de 1-12-1894.) No cholera asiático o perigo da infecção proveniente do contato do doente, quando se está exercendo as funções de médico ou de enfermeiro, é assaz diminuto. Por outro lado, as lavadeiras, que não se aproximão do doente, mas que meneão as roupas polluidas pelas dejecções d’elle, facilmente contraem a doença. (*O Friburguense*, “Camara Municipal”, de 18-10-1892.)

Em Friburgo, elas prestavam serviços para o enorme número de rapazes que viviam em quartos alugados, para os praças, os hotéis e os veranistas que alugavam residências na cidade, na estação calmosa. Muitas vezes provedoras da família, eram vistas com freqüência apanhando e entregando roupas, mãos calejadas, de musculatura forte devido ao peso das roupas, e as mais claras com o rosto queimado pelo sol inclemente das montanhas. Não se submetiam nem se encaixavam no arquétipo de mulheres frágeis. Sabiam fazer valer os seus direitos, como foi o caso da parda Maria Joaquina da Conceição, uma típica lavadeira que vivia de passar e engomar. Sua condição de classe, gênero e etnia, isto é, pobre, mulher e negra, provocava a exploração e a violência por parte de terceiros, a exemplo do carcereiro da cadeia. Ao apresentar a conta pelos seus serviços de lavagem de roupa ao carcereiro, tomou este a resolução de pagar-lhe com “uma moeda ainda desconhecida na praça: meia dúzia de bofetões”. Inconformada, queixou-se incontinentemente ao delegado de polícia, que a aconselhou a resignar-se e retornar no dia seguinte, posto que o carcereiro lhe pagaria o devido dinheiro, garantiu-lhe. É interessante a atitude de insubmissão de Maria Joaquina, típico de uma mulher de sua classe naquela época. Como o delegado não resolvesse a questão, conivente naquilo que se denomina “solidariedade masculina”, tomou a iniciativa de dirigir-se a um jornal (*A Sentinella* de 26 de junho de 1898) para resolver o problema de seu pagamento.

De acordo com Raquel Soihet, apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas pobres possuíam características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência. Como era

grande a sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às regras próprias ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza e fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo aos estereótipos do sexo frágil. Ainda de acordo com a autora, muitas das idéias das mulheres dos segmentos dominantes se apresentavam fortemente às mulheres populares. Mantinham a aspiração ao casamento formal, sentindo-se inferiorizadas quando não se casavam; embora muitas vezes reagissem, aceitavam o predomínio masculino e acreditavam ser de sua total responsabilidade as tarefas domésticas, ainda que tivessem de dividir com o homem o ganho cotidiano. Era proporcionalmente pequeno o número de pessoas casadas em relação ao total da população. O fato é que entre os populares o casamento formal não preponderava. Isso se explica não só pelo desinteresse decorrente da ausência de propriedades, como também pelos entraves burocráticos. O alto custo das despesas matrimoniais era um dos fatores que levavam as camadas mais pobres da população a viver em regime de concubinato. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade (Soihet, 2006, p. 367-8). Muitas, em Friburgo, não eram casadas. Apenas no núcleo urbano, de acordo com o censo de 1890, 21% das crianças eram ilegítimas e expostas.

As atividades das mulheres das classes populares desdobravam-se em sua própria maneira de pensar e de viver, procedendo de forma menos inibida que as de outra classe social, com um linguajar mais solto, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões. As condições concretas de existência das mulheres populares, com base no exercício do trabalho e partilhando com seus companheiros da luta pela sobrevivência, contribuíram para um forte sentimento de auto-respeito. Isso lhes possibilitou reivindicar uma relação mais simétrica, contrariando os estereótipos da época acerca da relação homem e mulher, que

previam a subordinação feminina, podendo-se afirmar como característica das mulheres pobres a insubmissão ao homem. Para Raquel Soihet (2006, p. 367-79), a autonomia das mulheres pobres no Brasil da virada do século é um dado indiscutível. A lavadeira Maria Joaquina simbolizava bem essas mulheres.

As lavadeiras em Nova Friburgo, inseridas na paisagem e no cotidiano da cidade, ganharam um lundu publicado pelo periódico. Trata-se de uma ironia sobre a vida dessas mulheres, que, maltratadas pelos trabalhos árduos, perdiam sua beleza em face do rigor das atividades que exerciam.

O lundu era um gênero musical muito apresentado nos circos, teatros de rua e outros espetáculos. É originário de uma dança derivada das rodas de batuque dos negros africanos, sendo contemporâneo da modinha. Uma de suas características era a preocupação humorística com o tema tratado. O lundu-canção, dissociado do lundu-dança, graças ao exotismo da sua origem popular, passou a interessar aos compositores cultos e aos músicos de teatro, que viam no casamento de um texto engraçado com a malícia da dança uma boa atração para o público de brancos amantes das emoções eróticas. Nos salões da elite, o lundu sofria o mesmo processo de distorção experimentado pela modinha, acabando, no plano musical, por transformar-se, no Segundo Império, em canções ainda risonhas, mas de estrutura erudita, para cravo ou piano. O lundu-canção caminhou para a fase final de sua estruturação como gênero de música humorística, ligando-se já então ao teatro de revista, sendo cantado em circos de todo o Brasil (Tinhorão, s/d, p. 55-6):

Lundu

À minha lavadeira, (uma ilhãa cincoentona, rechonchuda como o bacalhau na porta da venda, feia como seiscentas drogas com presumpção de ser bonita, fanhosa, caolha e muito espevitada. Irra!)

Vou-me embora, ó la se vou,  
Viajar de Séca a Méca  
Se não for é porque fico,  
Embora me leve a breca.  
Embora eu vá,  
Ou fique cá,  
Sou teu Sinhá,

Sou teu Sinhá.  
 Eu fiz promessa já sabes,  
 De te amar sempre jurei,  
 Se quiseres... não duvido...  
 Os teus cobres chuparei.

Embora eu vá,  
 Ou fique cá,  
 Sou teu Sinhá,  
 Sou teu Sinhá.  
 Morrendo, ando por ti,  
 Ando bambo, meio torto,  
 Já gaguejo, pisco os olhos,  
 Estou sinhá, quase morto.

Embora eu vá,  
 Ou fique cá,  
 Sou teu Sinhá,  
 Sou teu Sinhá.  
 O dia inteiro não como,  
 Só almoço, janto e ceio;  
 De me dar indigestão,  
 Ando com muito receio.

Embora eu vá,  
 Ou fique cá,  
 Sou teu Sinhá,  
 Sou teu Sinhá.  
 Mas se estaes compromettida,  
 Não quero a tua desgraça;  
 Peço somente que a roupa,  
 Me laves toda de graça.

Ando rasteiro,  
 Não há dinheiro  
 Lava sinhá,  
 Engomma sinhá.\*

\* Não chegou a receber este lundu pois que já tinha sido raptada na noute anterior por um carniceiro hespanhol, deixando-me com a roupa suja.

Philippe Ariès (1981, p. 16) afirma que a cada época corresponderia uma idade privilegiada e uma periodização da vida humana: a juventude é a idade favorecida no século XVII, a infância no século XIX e a adolescência no século XX. Com a infância em voga, Souza Cardoso, em seus artigos, cobrava muito das mulheres das classes populares a sua negligência em relação à educação dos filhos, que evadiam das escolas, penduravam-se nos trens, correndo risco de morte, e provocavam sarilho nas ruas da cidade. Afinal, cabia às genitoras a

responsabilidade integral sobre os filhos, pois a educação era assunto de mulher. Fizera diversos editoriais dirigidos a essas mães, mero exercício de retórica por parte do articulista, já que, além de serem provavelmente analfabetas, não possuíam recursos e hábito de ler jornais. Na labuta em seu cotidiano, de fato descuidavam dos seus filhos, pois, sempre que as autoridades policiais abordavam os bandos de crianças que provocavam confusões nas ruas, a maioria possuía família. A presença dessas crianças soltas como um bando de andorinhas leva-nos a presumir que suas mães certamente se encontravam no trabalho, auxiliando na renda familiar, ou possivelmente na qualidade de teúdas e manteúdas. Encontravam-se na contramão da divisão hierárquica do trabalho nas relações familiares, que assinala ao marido o papel de provedor e à esposa a de guardiã doméstica e moral. Segundo Soihet, essas mulheres, apesar de seus poucos ganhos, tinham papel relevante na economia familiar, sendo que muitas delas viviam sozinhas, garantindo sua subsistência e a de seus filhos. Como indagou a autora: “E os filhos... onde deixar?” Era uma questão que gerava sérios problemas para a mulher, quando se pensa no trabalho extradoméstico, para aquelas com filhos. A sociedade não oferecia qualquer tipo de infra-estrutura e, além disso, liberava o homem desse tipo de obrigação, tornando a mulher a única responsável pela socialização dos filhos. O homem era colocado totalmente à margem desse processo. Na união ilegítima, que correspondia à maioria da classe pobre, o homem era levado a não se sentir responsabilizado, deixando à mulher o ônus moral e financeiro da prole (Soihet, 1989, p. 166, 196 e 198).

Há ainda o registro de prostituição na cidade. Eram chamadas em Friburgo de “mulheres de vida alegre” ou “formosas divas”. No Beco do Arco era onde as prostitutas se instalavam, segundo denunciava “Falta de Acção Policial”, de *A Sentinella* de 22 de janeiro de 1899. Afirmava o periódico que lá se vivia na imundície, verdadeiro foco de miasmas,

havendo constantemente ajuntamento de “pessoas desocupadas e de costumes livres”.<sup>197</sup> Essa rua era ponto de passagem de uma linha privada de bondes para ter acesso às residências do conde de Nova Friburgo e do conselheiro Rodolfo Dantas. Outro registro de “alcouces” era a Rua Visconde do Bom Retiro, revelavam as edições de 8 de maio e 25 de dezembro de 1898 de *A Sentinella*. De acordo com Peter Gay (2000, p. 305), ao longo do século XIX a prostituição era uma presença compíscua e perturbadora, empregando mulheres que complementavam seus escassos rendimentos com incursões eventuais ao *trottoir* ou que faziam da “vida fácil” seu ganha-pão. Rachel Soihet também enumera a prostituição eventual de mulheres pobres no Brasil como uma forma de angariar recursos para o sustento da família. Segundo a autora, as mulheres pobres, vivendo precariamente, mais como autônomas do que como assalariadas, improvisavam continuamente suas formas de subsistência: lavando ou engomando roupas, cozinhando, fazendo e vendendo doces e salgados, bordando, prostituindo-se, empregando-se como domésticas, sempre dando um jeito de obter alguns trocados (Soihet, 2006, p. 379).

Algo de novo já vinha mudando na sociedade friburguense. Com o prenúncio do novo século, coisas bizarras passaram a acontecer no comportamento feminino, transgredindo normas, o que, provavelmente, indignou alguns homens. A indumentária, demarcação social e sexual, foi instrumento escolhido por algumas mulheres desejosas de subverter a ordem estabelecida, vestindo calças compridas. Trinta anos mais tarde, um cronista retrataria uma mudança interessante entre o comportamento das mulheres do final do século XIX e as do século seguinte:

(...) Nos salões dos clubs estrugem barulhentos e demoníacos os jazzbands, numa babel de sons que ninguém entende; elles e ellas, typos perfeitos de biscuit almofadinhas e melindrosas, figurinhas de celluloides, passam no reveillon elegante, no desengonçado do charleston, perfumadas, pintadas, ridículas, fofas, tolas e ridículas, ébrias de sensações desconhecidas, loucas por um desejo que não sabem definir.

---

<sup>197</sup>. A Rua da Cadeia e a Rua do Arco eram focos de emanações pestíferas pelo acúmulo de imundícies (*A Sentinella*, de 13-2-1898).

As senhoras seguem quasi o mesmo caminho: masculinizam-se, e, nos bars, se misturam com os homens, bebem e fumam, trançando as pernas, rindo a risada aparvalhada do deboche, da licença e de impudicia...

Tem-se então a idea que toda essa gente perdeu o juízo; que o mundo é um vasto manicômio, onde cada doudo procura ostentar mais alto a sua loucura, a sua parvoíce mais acentuada, mais esbodegada. (*O Friburguense*, “De Antigamente e de Agora”, de 23-12-1928.)

As mulheres oitocentistas de Nova Friburgo ainda estavam longe desse comportamento. Mas algumas já estavam dando os passos iniciais. O articulista de *A Sentinella* indignou-se quando algumas mulheres passaram a vestir peças da indumentária exclusivamente masculina: as calças compridas. O fato foi tão escabroso que ele tomou como caso de polícia. Algo de novo já vinha mudando o comportamento daquelas mulheres:

Sim Senhor, Friburgo, já está bem adiantado, já está ultra fin de siècle, pois que as mulheres já se vestem de homem, e a policia, céga talvez, a isso não se oppõe (...) aqui em Friburgo dá-se o inverso, é uma mulher que quer ser homem! Estamos adiantados! (*A Sentinella*, de 15-5-1898.)

## Conclusão

Nova Friburgo poderia ter sido, já no final do século XIX, um município com avançado desenvolvimento na infra-estrutura da cidade. Iluminação à luz elétrica, saneamento, distribuição de água, linha de bondes, todas essas melhorias foram objeto de licitação pelo partido político que assumira o Executivo municipal, composto por gestores técnicos comprometidos principalmente com a questão da higiene na cidade. Com o novo regime de governo proporcionado pela implantação da República e a ruptura política no âmbito municipal, como questionara o articulista, estaria vivendo Nova Friburgo uma “nova fase?”

No início do governo dos médicos higienistas, a proposta era ser civilizado; dessa forma, toda e qualquer forma de expressão nas relações sociais que não estivesse de acordo com esse modelo era proibida pelas posturas e combatida pela imprensa. Com isso, a pobreza tornou-se um problema para a classe dominante, não sendo mais tolerados os cortiços, fazendo com que a imprensa passasse a hostilizar os denominados “vagabundos”, bem como as crianças que, praticamente, viviam no Centro da cidade. O novo Código de Posturas buscou normatizar as práticas sociais e regulamentar os usos do espaço público, já que se objetivava um modelo de civilidade e progresso.<sup>198</sup> Por trás de todas as práticas, a representação de cidade salubre.

Analisemos inicialmente a situação do município no período em questão. A transição que provocou a ruptura política, passando o governo municipal às mãos de administradores técnicos – os médicos higienistas –, necessitava de algum tempo para assentar as reformas que se faziam prementes. Friburgo encontrava-se com graves problemas de distribuição de água para a população, iluminação precária, valas sujas, falta de local apropriado para o depósito de lixo e

---

<sup>198</sup>. “(...) um verdadeiro rebanho de cabras que pastam na av. Santos Dumont (...). É verdadeiramente degradante e altamente deprimente para os nossos créditos de civilizados, ver-se à tarde esta avenida infestada por esse bando de cabras (...)” (*A Sentinella*, “Ainda as Cabras”, de 2-2-1902).

um código de posturas anacrônico, promulgado ainda em 1848. A existência de cortiços e casebres imbricados com hotéis e residências requintadas no coração da cidade denotava o descaso das administrações anteriores com a organização espacial do município. Só recentemente o matadouro havia sido removido do Centro para os arrabaldes de Duas Pedras. Mais um fator que também contribuía para a dificuldade de se governar nos primeiros anos da República eram os problemas sociais que Friburgo passou a vivenciar. Convergiu para o município uma horda de vira-mundos originários do Rio de Janeiro e de outros estados, atraídos provavelmente por uma riqueza originada pelo turismo. Além das dificuldades próprias de um governo recém-instaurado que precisava “arrumar a casa”, havia ainda a forte oposição política dos Neves. Getúlio das Neves, chefe do Partido Autonomista, era um adversário influente no Executivo estadual, criando muitos problemas e embaraços para os novos gestores. O arrivismo entre os republicanos moderados e autonomistas provavelmente dificultou a marcha de crescimento do município.

A conjuntura nacional também era turbulenta. A instabilidade política do país, e mormente do Estado do Rio, que pela proximidade física com o Executivo federal sofria maiores conseqüências, também deve ter contribuído para gerar uma certa instabilidade nas administrações públicas municipais. O advento da ordem republicana foi marcado por uma série contínua de crises políticas – 1889, 1891, 1893, 1897 e 1904 –, assinalando um amplo processo de desestabilização e reajustamento social (Sevcenko, 2003, p. 25). Os nove anos de República, repletos de lutas políticas, conspirações, levantes militares e de guerra civil, geraram um quadro de instabilidade nacional.

Nova Friburgo redescobriu-se: de “Suíça Brasileira” passou a enxergar-se como um grande sanatório a céu aberto, gerando a representação de cidade salubre. Isso decorreu do efeito catalisador provocado sobre Friburgo em razão das epidemias que grassavam no Rio de

Janeiro, gerando a confluência de muitos veranistas ao município de forma compulsória a cada ano.

Vivendo um novo período na ordem política e econômica, surgiu uma parafernália de editais, projetos e normas de postura objetivando a melhoria da infra-estrutura da cidade. Contudo, todos os projetos fracassaram.<sup>199</sup> Até o final da gestão de Ernesto Brazílio, segundo o periódico *A Paz*, a cidade vivia uma “decadência assombrosa”. Em 1908, último ano de seu mandato, nauseantes e infectas valas ainda retalhavam o coração da cidade, inundando-a de lama, miasmas e podridões; cães em matilhas enormes atacavam transeuntes; bois e cabras perambulavam pelas ruas da tão propalada “urbs” e porcos eram criados à solta nas praças da cidade. Além disso, pontes e estradas encontravam-se intransitáveis, a iluminação continuava precária, o lixo transportado em verdadeiras traquitanas e o seu depósito feito em lugares habitáveis. Quanto à instrução pública, servia para “iscas eleitorais”, entregues a professores ineptos e de “ignorância crassa”, estando as escolas despidas do material básico de ensino, denunciava *A Paz*, em seu editorial de 3 de fevereiro de 1907. Mas relativizemos essa situação. Em primeiro lugar, porque o jornal *A Paz*, que serviu de fonte a este levantamento, era de um adversário ferrenho de Brazílio.<sup>200</sup> Em segundo, porque, com a erradicação das epidemias no Rio de Janeiro a partir do governo de Rodrigues Alves e as melhorias introduzidas no Centro da cidade, o turismo em Friburgo caiu significativamente, e com isso a sua arrecadação ficou afetada, já que esse segmento se transformara em um viés econômico do município. Essa decadência acarretou inclusive o despovoamento da cidade e foi sentido alguns anos depois, conforme uma crônica saudosista da bela época de Friburgo:

---

<sup>199</sup>. “(...) Eu sei que a Câmara tem andado atarefada com mil projectos que nunca realisa-os (...)” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 22-8-1895).

<sup>200</sup>. *A Paz* pertencia a Galdino do Valle Filho, médico, filho do antigo correligionário dos Neves, Galdino do Valle. Diferentemente do pai, fez oposição aos Neves, mais especificamente a Galiano Emílio das Neves Junior, e seria a nova força política no município a partir do primeiro decênio do século XX.

(...) Houve um tempo em que Friburgo, graças a salubridade de seu solo e a benignidade de seu clima, gosava de justificado renome (...) e procurado sanatório onde os enfraquecidos se retemperavam, vigorando-se para as lides da vida.

Valeu-lhe esta circunstancia as sympathias que ainda desfructa, como também, um certo grau de exhuberancia e engrandecimento que ahi a attestar os ricos e sumptuosos palacetes onde o luxo se aninhou sob o docel de libras sterlinas, hoje verdadeiros túmulos, emmudecidos das grandesas passadas (...). (*A Paz*, “Pela Hygiene”, de 24-5-1908.)

No final do século XIX, quando viveu sua bela época, Nova Friburgo teve todas as condições para ter avançado em seu desenvolvimento e possuir uma infra-estrutura semelhante ou próxima de sua *ex adversus*, Petrópolis. Mas quais foram essas condições favoráveis? Inicialmente, com a mudança do regime de governo, os municípios passaram a possuir, nos primeiros anos da República, mais autonomia, ficando independentes do governo central. Somando-se a essa circunstância, houve um significativo aumento da renda municipal.<sup>201</sup> Durante o Império, segundo *O Friburguense*, havia uma centralização ferrenha que tudo entorpeceria, embaraçando qualquer melhoramento, sopitando e matando as idéias e esforços dos que tentavam promover melhorias em suas cidades. Os municípios estavam

---

<sup>201</sup>. “Maldita centralização!

Passaram-se, porém, quatro annos que raiou a nova era, o regimen da liberdade, do progresso; a autonomia dos municípios foi proclamada; é um facto incontestável que ella vigora.

O poder local, é como hoje estamos vendo, um poder soberano cercado de todos os privilegios e garantias, é inteiramente independente do poder central, procede como entender conveniente aos interesses e necessidades do município que administra; hoje o poder local auxiliado pelo grande augmento da renda tudo póde fazer sem depender da approvação, do consentimento do governo central; póde mesmo dizer-se, que o governo central é méro espectador em nada intromettendo-se.

Por que então não realisa certos serviços que outror’a as municipalidades tranzatas não poderiam realizar por falta da necessária liberdade e exigüidade de meios?” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 23-9-1893).

“(...) Não teria se desenvolvido por falta de renda? Não é possível; a renda municipal tem augmentado prodigiosamente e ahi estão os balanços publicados que provam o que digo (...)” (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 1895).

“(...) Friburgo vivera no período imperial prejudicado pela centralização administrativa da corte das antigas administrações, que nada absolutamente podiam fazer, presas pelos férreos grilhões da centralização” (*O Friburguense*, “Água”, de 12-3-1893).

“(...) Salta, porém, aos olhos de qualquer intelligencia, por mais acanhada que seja, que augmentado os próes augmentarão relativamente os percalços, isto é, assim como passaram aquellas rendas para o município, este ficará com maiores e mais pesados encargos” (*O Friburguense*, “Autonomia Municipal”, de 6-11-1892).

“(...) Nos tempos que vivia-se às escuras, que tudo occultava-se, da camaradagem e do filhotismo; nos tempos que a administração local não estava folgada e que não tinha recursos bastantes para fazer face as suas despesas ordinárias (...)” (*O Friburguense*, “Edificante”, de 22-5-1892).

sujeitos à vontade única, exclusiva e absoluta do governo central. “Maldita centralização!”, dizia o articulista. Com a República, a autonomia dos municípios foi proclamada e a Câmara Municipal passou a ser soberana. Houve igualmente um grande aumento da renda, podendo eles gerir a sua receita sem a necessidade de aprovação do governo central. Ficaram os municípios, além dos impostos que já recolhiam, com o imposto sobre indústrias e profissões, a décima urbana e a taxa sobre consumo de aguardente. Houve controvérsia na imprensa se essa autonomia beneficiava os municípios ou era um presente de grego, pois assim como ela aumentara as rendas eles ficariam com maiores encargos. O Partido Republicano Moderado, recém-eleito em Friburgo, recebeu bem a promulgação dessa lei, com estrugir de foguetes, e fez tremular na frente do paço municipal a bandeira nacional. Logo, o momento era propício para investimentos na cidade.

A autonomia municipal foi um assunto amplamente debatido na Constituição de 1890. Como o federalismo estava em voga, tendo como princípio básico a descentralização política e administrativa, era perfeitamente lógico estender a descentralização à esfera municipal. Os municípios beneficiaram-se da breve brisa de autonomia municipal no início da República, mas logo depois o que prevaleceu foi o amesquinamento das instituições municipais. As Constituições estaduais, pródigas, no início da República, de disposições liberais, outorgando aos municípios ampla autonomia, não tardaram a reduzi-la com reformas, revertendo a situação (Leal, 1975, p. 50). Portanto, a autonomia municipal pode ser considerada uma condição favorável e depreende-se que Friburgo beneficiou-se, nesses primeiros anos, já que os periódicos cobravam melhorias na cidade por conta desse aumento de receita. Outra vantagem também era o trânsito que Ernesto Brazílio possuía junto ao governo estadual, além de ter sido membro da Assembléia Legislativa.

Uma segunda vantagem foi a prosperidade fomentada em virtude do grande afluxo de veranistas que fugiam das epidemias da capital federal. O longo período de seis meses de

permanência desses veranistas em Friburgo propiciou um recrudescimento da economia, conforme dissemos no Capítulo II. Houve ainda a superação, pelos setores de comércio e de serviços, em volume de riqueza, da tradicional atividade econômica, a agricultura.

Diante dessas duas condições favoráveis, indaga-se: por que os novos vereadores, alguns deles inclusive hoteleiros, não se empenharam em melhorar a infra-estrutura da cidade? Se tiveram tal intenção, por que esses projetos nunca chegavam a um termo satisfatório? Por que a Câmara, com projetos feitos por técnicos abalizados para a implantação do serviço de água, esgoto e luz, não conseguia dar cobro a esses empreendimentos? Quais eram as causas que emperravam o progresso da cidade? Essa problemática foi também alvo de questionamento do articulista:

“Qual é a causa que concorre para a demora que tem havido no progresso desta cidade?”

Friburgo podia ser hoje a primeira cidade do estado do Rio de Janeiro em tudo, como é e sempre foi a primeira no clima saudável e na água de milagres prodigiosos (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 29-12-1895.)

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1999, p. 13 e 251), antes que a imprensa atingisse a sua forma industrial, cujo modelo principiou no século XX, a imprensa artesanal vivia da opinião dos leitores e buscava servi-la. Diferentemente de outrora, o jornal industrial dispensa essa opinião, servindo tão-somente aos anunciantes, e a publicidade passa a condicionar o seu desenvolvimento. Atualmente, a imprensa encontra-se com reduzido número de grandes jornais e oligopolizada, ao contrário de no século XIX, quando se multiplicavam os jornais de vida efêmera. Sai de cena a figura mítica do jornalista. Logo, o questionamento citado do articulista possivelmente retratava uma aspiração da época, já que a imprensa, como bem disse Werneck Sodré, representava a opinião dos leitores e buscava servi-los.

A primeira hipótese é que Friburgo se transformara, ao final do século XIX, numa “torre de Babel”. Além de muitos imigrantes portugueses e italianos, hegemônicos na política e na

economia da cidade, conviviam grupos minoritários de estrangeiros, como espanhóis, franceses e turcos. Além deles, havia os descendentes dos colonizadores suíços e alemães, que auxiliavam na construção dessa babel bíblica.

Podemos verificar essa afirmação em alguns artigos em que a metáfora “torre de Babel” foi empregada como uma representação da realidade social da cidade naquela época:

O povo friburguense, melhor que nós, sabe a que mãos viciadas foram confiados pela mais vergonhosa fraude e pelos mais indignos meios os destinos deste município (...) resta-nos, porém, um consolo: ver em pouco tempo desmoronar esta Babel administrativa, que tanto nos infelicitava (...). (*A Paz*, “Tristíssimo”, de 3-2-1907.)  
 (...) Babel em que, sem se confundirem as línguas, confundiam-se, entretanto, as raças, as hierarquias, o passado e o presente (...). (*O Friburguense*, “O Baile de Hontem”, de 16-2-1896.)

Italianos e portugueses disputavam acirradamente com os nativos um espaço na política local. Exerceram, na Intendência, tanto mandatos políticos como vereadores, quanto funções administrativas. A obtenção de concessões do serviço público, além de normas que favorecessem seus negócios, foi alvo de tensões, em razão do volume de dinheiro que estava em jogo, diante do aumento da receita do município. Com a ingerência de tantos interesses conflitantes, o governo dos republicanos moderados passou a ser visto como um governo de favorecimentos, filhotismo, compadrice, protegendo amigos e correligionários e lançando à margem os interesses municipais, resvalando para o lado da proteção pessoal e da camaradagem. Aquilo que os romanos denominaram “clientelismo”. As aspirações pessoais prevaleciam sobre o bem público e alguns membros da Intendência foram acusados de estarem comprometidos “por interesses da indústria”, denunciava *O Friburguense*, no artigo “Assemblea Municipal”, de 9 de abril de 1893. Executavam-se obras sem licitação e correligionários eram beneficiados com cargos e concessões de serviços públicos na Câmara Municipal. Pesava ainda a acusação de superfaturamento sobre as obras públicas. Esse compromisso político pode ter emperrado o sistema de melhorias de infra-estrutura, já que impediu que concorrentes, talvez mais bem capacitados, pudessem obter as concessões.

Giovanni Giffoni, que além de outras concessões possuía a de iluminação da cidade, era acusado de não prestar devidamente o respectivo serviço, enquanto a Intendência era denunciada por relaxar na cobrança da execução do contrato.

Brazilio era apoiado pelos hegemônicos negociantes italianos e portugueses, mas contava com o apoio em Lumiar do suíço Carlos Marchon e do espanhol Raphael Sanches, além de ter como forte aliado o alemão Van Erven, um dos homens mais prósperos do município. Nessa “babel administrativa”, onde “línguas se confundiam”, além, é claro, de interesses e idiosincrasias, deve ter sido difícil administrar o município. Para lidar com essas tensões, os timoneiros Theodoro Gomes e Ernesto Brazilio. O primeiro tinha o perfil de uma administração mais técnica e menos política.<sup>202</sup> Já Brazilio era um político nato e com a personalidade ambígua. De um lado, era visto como um homem honesto e probo, que trazia estampada na sua plácida fisionomia a expressão seráfica e o olhar de ovelha pascal. No semblante, um sorriso leal e franco das almas boas afeitas ao estoicismo e à abnegação, com a frescura suave dos neófitos e uma impressão angelical de uma penitente que se aliviou no confessionário, despojando-se da pesada carga de pecados que lhe comprimia a consciência.<sup>203</sup> Por outro lado, o seu governo era considerado eivado de fraude, corrupção e clientelismo, que colocava o interesse particular de um grupo de “auri sacra fames de sanguessugas” acima do bem público. Praticava o “filhotismo pernicioso e perverso” e a politicagem vil e bandalha. O partido que presidia era considerado violento e implacável com

---

<sup>202</sup>. Quando em 1895 o Instituto Hidroterápico, do qual era juntamente com Brazilio o principal acionista, faliu, retirou-se no dia 4 de abril desse ano para a capital federal, de onde partiu com a família para a Europa. Na véspera de sua partida, visitou a redação de *O Friburguense* para fazer as despedidas e oferecer os seus préstimos, como era costume à época. Ficou um período em Londres e retornou ao Brasil no mês de dezembro de 1895, fixando domicílio no Rio de Janeiro, saindo da vida política de Nova Friburgo (*O Friburguense*, de 7-4 e 20-10-1895).

<sup>203</sup>. “(...) Quem tal o visse como nós o vimos, sentiria qualquer voz secreta segredar-lhe ao íntimo, que ninguém mais puro jamais houvera no asqueroso pau infecto, immundo em que se chafurdam os políticos; flor imarcescível não crestada ainda; pomba da aliança a esvoaçar no bico o ramo das oliveiras. Miguel Ângelo não teria esboçado com maior candura o Cordeiro Immaculado! (...)” (*A Paz*, “No Quartel de Abrantes”, de 22-3-1908).

os adversários políticos, praticando inclusive assassinatos e fraude eleitoral. Segundo o periódico, perseguiu os adversários políticos, fazendo surgir o regime do ódio e do terror. Mormente por ocasião das eleições, inventou fraudes, os mortos foram chamados às urnas e com eles nomes de pessoas que nunca existiram, assim como as que residiam em outros municípios ou estados, e fabricou atas que lhe dessem votação superior.<sup>204</sup> Vinte anos mais tarde, um cronista chamou a gestão de Brazílio de patriarcal e que teria marcado uma era na história política de Friburgo.<sup>205</sup>

Logo, os higienistas se perderam na “babel administrativa”. O projeto de elevar Friburgo à categoria próxima à de uma cidade como Petrópolis se dissipou, em razão de seus compromissos políticos no emaranhado de nacionalidades e interesses, que, falando línguas e com culturas diversas, repetiram a metáfora bíblica, não conseguindo alcançar o céu:

Quero o progresso desta terra (...) o leitor terá observado que insistentemente tenho apontado os serviços de embelezamento, commodidade publica, proveito geral dos habitantes e higienicos, que me parecem de urgente necessidade e realização.

Infelizmente nada temos visto de bom.

A municipalidade tem andado doente de... marasmo, não bastando-lhe o amparo de três médicos que estão-lhe á cabeceira (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 10-8-1893.)

A outra hipótese foi a de que o tipo de representação que se fazia de Friburgo, a de cidade salubre, contribuiu para uma acomodação do Executivo municipal, gessando suas ações, já que eram as condições climáticas que os veranistas buscavam, além, é claro, da fuga das epidemias que grassavam no Rio de Janeiro. Não obstante a questão da melhoria dos serviços públicos ter sido essencial para que Friburgo superasse cidades com a qual rivalizava, esse aspecto deixou de apresentar importância. O engenheiro Luiz Farinha Filho chegou a ser contratado por Brazílio para promover o embelezamento das ruas e praças da

<sup>204</sup>. *A Paz*, “A Nossa Repulsa”, de 24-2-1907. Nesse momento, Friburgo já possuía três frentes políticas: a de Ernesto Brazílio; os Neves, já agora sob a liderança de Galiano Emílio das Neves Junior; e a terceira e nova frente de oposição, composta por Galdino do Valle e Galdino do Valle Filho, Alberto Braune e o capitão Marchon.

<sup>205</sup>. “(...) E Friburgo se apresenta então, em aquelle aspecto antigo e patriarchal dos tempos do Dr. Ernesto (...)” (*O Friburguense*, “De Antigamente e de Agora”, de 23-12-1928).

cidade, mas nada de muito ousado. Quem imaginou que ele seria o nosso Haussmann, frustrou-se.

Indaga-se: a iluminação precária, as ruas mal pavimentadas, a desordem espacial, isso interferiria na vinda desses turistas para Friburgo? Certamente que não, perceberam provavelmente os vereadores governistas em um dado momento. Concebendo isso, os então gestores públicos verificaram que os veranistas buscavam tão-somente fugir das doenças de seu torrão natal para o clima salubre de Friburgo, daí porque os novos administradores municipais não se descuidaram da higiene da cidade. As críticas quanto a alguns possíveis focos de miasmas podem ter sido um artefato da oposição, que desejava minar os republicanos moderados por negligenciarem o maior patrimônio da cidade: a sua salubridade. O que concorria para a sujeira das ruas eram os hábitos da população pouco educada, com os escolares ainda fazendo suas necessidades em pleno dia nas ruas da cidade e jogando animais mortos no rio, não se fazendo distinção entre o público e o privado. Era difícil para o poder público coibir tais práticas, bem assim dar conta de todas essas situações.

É provável que Brasília, por tantos anos no governo, tenha tido essa percepção e se acomodado quanto às melhorias que se objetivava fazer inicialmente no município. De acordo com os editoriais, nos últimos anos de seu mandato a cidade decaía em relação aos tempos áureos, que foram os primeiros anos de seu governo. Logo, se decaía é porque houve acomodação, possivelmente resultante dessa percepção de que bastava ser uma cidade salubre para continuar atraindo os turistas da capital federal. É interessante que nos periódicos se falava em “presença obrigatória” dos veranistas na estação calmosa. Portanto, se a vinda dos veranistas era certa e era o clima e a salubridade que buscavam, para que belos prédios e ruas pavimentadas?

Brazilio, que ficou no poder durante 16 anos, tinha na qualidade de médico o entendimento de que o clima dificultava a proliferação de miasmas e focos de doenças.<sup>206</sup> Entendia-se que a natureza contribuía para que o município ficasse afastado das condições que originavam as epidemias. Seu clima frio e seco, ao contrário do da capital federal, úmido e quente, impedia a proliferação de doenças. As altas montanhas formavam, no imaginário local, uma representação simbólica de barreira e proteção contra as doenças que grassavam ao seu redor. Bastava somente acautelar-se com algumas medidas preventivas.

Se, por um lado, os cidadãos friburguenses queriam desvencilhar-se dos hábitos rurais, os veranistas não se incomodavam com esse aspecto, valorizando, outrossim, o bucolismo, o cenário idílico e a vida espartana, razão pela qual os passeios campestres eram muito apreciados. Rui Barbosa, *habitué* de Friburgo na estação calmosa, era apreciador das belezas naturais e da simplicidade da cidade e nada mais, segundo *A Sentinella* de 11 de fevereiro de 1900:

(...) Isso, porém, de saúde pública, é uma impertinência que não vale a pena dar-se-lhe importância, **porque a terra é sadia.**

**E talvez seja por isso que nenhuma providencia deu-se** em referencia a uma valla que exgota materiaes fecaes da officina da estrada de ferro, nesta cidade (...). (*O Friburguense*, “Pif-Paf”, de 18-3-1894; grifos meus.)

(...) Friburgo não é uma grande cidade commercial ou industrial; não pode portanto contar com o effectivo concurso dos capitalistas para os empreendimentos que interessão à sua grandeza (...). Como refugio de verão e ponto de recreio, luta desvantajosamente com Petrópolis, situada a muito menor distância da capital federal e servida por vários trens diários, que habilitão os interessados a se aproveitarem, por este meio, de todas as horas úteis no grande centro commercial, podendo regressar diariamente ao conforto e ao descanso da família.

Que resta pois a Friburgo?

Unicamente a **simplicidade da sua vida de campo** e a fama proverbial da **excellencia do seu clima sem rival**. (...). (*A Sentinella*, “Um Cumulo”, de 8-5-1898; grifos meus.)

---

<sup>206</sup>. Os republicanos moderados assumiram o governo em 1892. Em 1907, Ernesto Brazilio foi novamente reeleito chefe do Executivo municipal, mas não cumpriu todo o seu mandato, que iria até 1909, deixando o governo em 1908. Assumiu o seu lugar o vereador Modesto Alves Pereira de Melo.

Logo, é possível afirmar-se que a representação de cidade salubre foi a causa da acomodação por parte dos gestores públicos para com o progresso do município. Sua riqueza encontrava-se em seu clima, um legado que a natureza lhe proporcionara:

(...) pondo em acção todas as nossas energias para a prosperidade desta encantadora cidade de Nova Friburgo e seu vasto e importante **município rico pelo seu saudável e benéfico clima**, como não há igual no estado do Rio de Janeiro (...). (*O Friburguense*, “Nós”, de 24-7-1892.)

Transcorridos mais de oito anos desde que, em 1892, uma nova ordem política instaurara-se, o município continuava com os mesmos problemas de infra-estrutura. Friburgo atravessaria o século sem realizar as melhorias que o momentourgia. Afinal, uma cidade que recebia uma chusma de veranista durante todos os anos deveria ter melhorado a sua estrutura urbana para atender ao seu exigente público.

Mas Nova Friburgo não precisava da intervenção humana, já que a Divina havia lhe propiciado o melhor clima entre as cidades serranas do estado. A cidade das camélias brancas e dos cravos vermelhos, a mimosa bonina, necessitava tão-somente preservar e perpetuar a salubridade de seu clima, sendo a Jerusalém daqueles que peregrinavam em busca da convalescença e da saúde:

Tem *A Sentinella*, é fato, criticado a nossa municipalidade, mas poderá ela decentemente bater palmas (...) deixando-se o povo sem instrução, sem pontes, sem estradas, sem água, sem luz, sem limpeza e ameaçado a todo momento de erupção de epidemias que podem desacreditar por uma vez **a maior riqueza desta terra, a salubridade do seu clima**. (*A Sentinella*, “Política de Lama – Política de Fezes”, de 22-9-1898; grifos meus.)

## Bibliografia

### **Bibliografia Geral**

- ABREU, Martha (1999). *O Império do Divino. Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.) (2006). “Vida Privada e Ordem Privada no Império”. In: Alencastro, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: A Corte e a Modernidade Nacional*. Volume 2. São Paulo, Companhia das Letras.
- ARIÈS, Philippe (1981). *História Social da Criança e da Família*. 2ª edição. Rio de Janeiro, LTC.
- BAKHTIN, Mikhail (1999). *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais*. 4ª edição. São Paulo-Brasília, Edunb e Hucitec.
- BARROS, José D’assunção (2007). *Cidade e História*. Petrópolis, Vozes.
- BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do Mal*.
- BENCHIMOL, Jaime Larry (1999). *Dos Micróbios aos Mosquitos. Febre Amarela e a Revolução Pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz-UFRJ.
- BENJAMIN, Walter (1985). “A Paris do Segundo Império em Baudelaire”. In: KOTHE, Flávio R. *Sociologia*. São Paulo, Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- BERSTEIN, Serge e MILZA, Pierre (coords.) (1997). *História do Século XIX*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- BLOCH, Marc (1997). *Introdução à História*. 1ª edição. Lisboa, Publicações Europa-América.
- BRAUDEL, Fernand (1978). *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva.
- BURKE, Peter (org.) (1991). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo, Unesp.
- BURKE, Peter e ROY, Porter (1992). *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia Histórica*. Lisboa, Difel.

- (2004). *O que É História Cultural?* Rio de Janeiro, Zahar.
- BURMEISTER, Hermann (1980). *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo, USP, Coleção Reconquista do Brasil, volume 23.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) (1997). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo; e BRIGNOLI, Héctor Pérez (2002). 6ª edição. *Os Métodos da História*. São Paulo, Graal.
- CARONE, Edgard (1972a). *A República Velha*. Volume I: *Instituições e Classes Sociais*. 2ª edição. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- (1972b). *A República Velha*. Volume II: *Evolução Política*. 2ª edição. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- CARVALHO, José Murilo de (2004). *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não Foi*. São Paulo, Companhia das Letras.
- (2007). *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CASCUDO, Luis da Câmara (2004). *História da Alimentação no Brasil*. 3ª edição. São Paulo, Global.
- CHALHOUB, Sidney (1990). *A Guerra contra os Cortiços: Cidade do Rio de Janeiro, 1850-1906*. 13ª edição. Campinas, Unicamp.
- (1996). *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. Campinas, Unicamp.
- (2005). *Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense.
- CHARTIER, Roger (2002). *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. 2ª edição. Lisboa, Difel.

- (2003). *Leituras e Leitores do Antigo Regime*. São Paulo, Unesp.
- CORBIN, Alain (2003). “Bastidores”. In: DUBY, Georges e ARIÈS, Philippe (orgs.) *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Volume 4. São Paulo, Companhia das Letras.
- COSTA, Emília Viotti da (1985). *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 3ª edição. São Paulo, Brasiliense.
- COSTA, Jurandir Freire (2004). *Ordem Médica e Norma Familiar*. 5ª edição. São Paulo, Graal.
- D’INCAO, Maria Ângela (2006). “Mulher e Família Burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- DE CERTAU, Michel (2005). *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Vozes, volume I, 11ª edição, e volume II, 6ª edição.
- DOSSE, François (2000). *A História*. Bauru-São Paulo, Edusc.
- (2004). *História e Ciências Sociais*. São Paulo, Edusc.
- DUBY, Georges e ARIÈS, Philippe (orgs.) (2003). *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Volume 4. São Paulo, Companhia das Letras.
- ENGEL, Magali Gouveia (2003). “A loucura, o Hospício e a Psiquiatria em Lima Barreto”. In: CHALHOUB, Sidney *et alii*. *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Campinas, Unicamp.
- FAUSTO, Boris (1977). *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo-Rio de Janeiro, Difel.
- (2006). *História Concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e CASTRO LEAL, Carlos Eduardo de (s/d). *Cinco Séculos de Aliança*. Caderno existente no Centro de Documentação Pró-Memória de Nova Friburgo.

- FREYRE, Gilberto (2000). *Ordem e Progresso: Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime de Trabalho Livre*. 5ª edição. Rio de Janeiro-São Paulo, Record.
- GAY, Peter (2000). *A Experiência Burguesa. Da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo, Companhia das Letras, volume 2.
- (2002). *O Século de Schnitzler. A Formação da Cultura da Classe Média: 1815-1914*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GAZÉ, Alexandre (1992). *Retrato Falado*. Nova Friburgo, Primyl Editora.
- GUIMARÃES, Gleny Duro (org.) (2002). *Aspectos da Teoria do Cotidiano: Agnes Heller em Perspectiva*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- HARTOG, François (2003). *Os Antigos, o Passado e o Presente*. Brasília, UnB.
- HELLER, Agnes (2004). *O Cotidiano e a História*. 7ª edição. São Paulo, Paz e Terra.
- HOBBSAWM, Eric J. (2005). *A Era dos Impérios*. 10ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- (2006). *A Invenção das Tradições*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KEITH, Tester (1994). “Intoduction”. In: KEITH, Tester (org.). *The Flâneur*. Londres, Routledge.
- LE GOFF, Jacques; LADURIE, Le Roy; DUBY, Georges *et alii* (1977). *A Nova História*. Lisboa, Edições 70.
- LEAL, Victor Nunes (1975). *Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil*. 2ª edição. São Paulo, Alfa-Ômega.
- LEPETIT, Bernard (2001). *Por uma Nova História Urbana*. Organização e apresentação de Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo, Edusp.
- LINHARES, Maria Yedda (org.) (2000). *História Geral do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro, Campus.
- LLOYD, Christopher (1995). *As Estruturas da História*. Rio de Janeiro, Zahar.

- MACHADO, Roberto (1978). *Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- MARINS, Paulo César Garcez (2006). “Habitação e Vizinhança: Limites da Privacidade no Surgimento das Metrôpoles Brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Volume 3. São Paulo, Companhia das Letras.
- MARSHALL, Berman, (2007). *Tudo que É Sólido Desmancha no Ar: a Aventura da Modernidade*. São Paulo, Companhia do Bolso.
- MARTIN-FUGIER, Anne (2003). “Os Ritos da Vida Privada Burguesa”. In: DUBY, Georges e ARIÈS, Philippe (orgs.). *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Volume 4. São Paulo, Companhia das Letras.
- MARX, Karl (1975). *Formação Econômica Pré-Capitalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MATTOSO, José (1997). *A Escrita da História. Teoria e Métodos*. Lisboa, Editorial Estampa.
- MAZLISH, Bruce (1994). “The Flâneur: From Spectator to Representation”. In: KEITH, Tester (org.). *The Flâneur*. Londres, Routledge.
- MENEZES, Marco Antonio de (2004). “Um Flâneur Perdido na Metrópole do Século XIX: História e Literatura em Baudelaire”. Curitiba, tese de doutorado do Curso de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
- NEDELL, Jeffrey D. (1987). *Belle Époque Tropical*. 1ª edição. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, Jane Souto de (2003). “Brasil Mostra a tua Cara: Imagens da População Brasileira nos Censos Demográficos de 1872 a 2000”. *Textos para Discussão*, n. 6. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) (2003). *Discurso Fundador. A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. 3ª edição. Campinas, Pontes Editores.

- PERROT, Michelle (2003a). “A Vida em Família”. In: DUBY, Georges e ARIÈS, Philipp. *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Volume 4. São Paulo, Companhia das Letras.
- (2003b). “Figuras e Papéis”. In: DUBY, Georges e ARIÈS, Philippe (orgs.) (2003). *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Volume 4. São Paulo, Companhia das Letras.
- (2003c). “Dramas e Conflitos Familiares”. In: DUBY, Georges e ARIÈS, Philippe (orgs.) (2003). *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Volume 4. São Paulo, Companhia das Letras.
- (2003d). “À Margem: Solteiros e Solitários”. In: DUBY, Georges e ARIÈS, Philippe (orgs.) (2003). *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Volume 4. São Paulo, Companhia das Letras.
- (2006). *Os Excluídos da História. Operários, Mulheres e Pioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- (2007). *Minha História das Mulheres*. São Paulo, Contexto.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (1999). *O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano*. Porto Alegre, UFRGS.
- PRIORE, Mary Del (2002). *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo, Brasiliense.
- (org.) (2006). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- (org.) (2007). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- RIBEIRO JR., João (1984). *O que É Positivismo*. 3ª edição. São Paulo, Brasiliense.
- RIO, João do (2007). *A Alma Encantadora das Ruas*. São Paulo, Martin Claret.

- ROQUETTE, José Inácio (1997). *Código do Bom-Tom ou Regras de Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*. Organização de Lilia Moritz Schwarcz. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHAPOCHNIK, Nelson (2006). “Cartões Postais, Álbuns de Família e Ícones da Intimidade”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Volume 3. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (2007). *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- (org.) (2004). *História da Vida Privada no Brasil. Contrastes da Intimidade Contemporânea*. Volume 4. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz e COSTA, Ângela Marques de (orgs.) (2002). *1890-1914: No Tempo das Certezas*. São Paulo, Companhia das Letras, coleção Virando Séculos.
- SEVCENKO, Nicolau (2003). *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo, Companhia das Letras.
- (2006a). “A Capital Irradiante: Técnica e Ritos do Rio”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Volume 3. São Paulo, Companhia das Letras.
- (2006b). “Introdução: o Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Volume 3. São Paulo, Companhia das Letras.
- SINIMBU, João Luis Vieira Cansação de (1852). *Notícias das Colônias Agrícolas Suissas e Alemã Fundadas na Freguezia de São João Baptista de Nova Friburgo*. Niterói, Tipografia do Amaral e Irmãos.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1999). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo, Mauad.

- SOIHET, Rachel (1989). *Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- (2006). “Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano”. In: PRIORE, Mary Del (org.) (2006). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- TESTER, Keith (1994). *The Flâneur*. Londres, Routledge.
- TINHORÃO, José Ramos (s/d). *Pequena História da Música Popular Brasileira*. Petrópolis, Vozes.
- TSCHUDI, J. J. Von (1980). *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Edusp, Coleção Reconquista do Brasil, volume 14.
- WHITE, Edmund (2001). *O Flâneur: um Passeio pelos Paradoxos de Paris*. São Paulo, Companhia das Letras.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez (2006). “Da Escravidão à Liberdade: Dimensões de uma Privacidade Possível”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Volume 3. São Paulo, Companhia das Letras.

### ***Bibliografia Consultada sobre Nova Friburgo***

- ARAÚJO, João R. de e MAYER, J. M. M. (orgs.) (2003). *Teia Serrana. Formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- BITTENCOURT-SAMPAIO, Sérgio Ioset Salusse (1997). *O Hotel Salusse em Nova Friburgo*. Rio de Janeiro, ZMF Editora.
- CÚRIO, Pedro (1974). *Como Surgiu Nova Friburgo: Esboço Histórico e Episódico, 1818-1840*. Rio de Janeiro.
- FISCHER, Carlos R. (1986). *Uma História em Quatro Tempos*. Nova Friburgo.

GUIMARÃES, Arthur (1916). *Um Inquérito em Nova Friburgo*. Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Commercio e Cia.

NICOULIN, Martin (1996). *A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.

SOARES, Décio Monteiro (1960). *Terra Friburguense*. Nova Friburgo.

VALLE FILHO, Galdino do (1928). *Lendas e Legendas de Nova Friburgo*. Nova Friburgo.

### ***Teses Consultadas***

ARAÚJO, João Raimundo de (1992). “Nova Friburgo: O Processo de Urbanização da Suíça Brasileira – 1890-1930”. Niterói, UFF, dissertação de mestrado.

——— (2003). “Nova Friburgo: a Construção do Mito da Suíça Brasileira (1910-1960)”. Niterói, UFF, tese de doutorado.

CORRÊA, Heloísa B. S. (1985). “Nova Friburgo: o Nascimento da Indústria (1890-1930)”. Niterói, UFF, dissertação de mestrado.

GRANJA, Maria de Fátima Duarte (1984). “A Banda: Som e Magia”. Rio de Janeiro, UFRJ, dissertação de mestrado.

MAYER, Jorge Miguel (2003). “Raízes e Crises do Mundo Caipira: o Caso de Nova Friburgo”. Niterói, UFF, tese de doutorado.

### ***Fontes Primárias***

*O Friburguense* (periódico)

*A Sentinella* (periódico)

*A Paz* (periódico)

*A Lanterna* (periódico)

*Almanaque Laemmert*

Atas da Câmara

Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento

Códigos de Postura

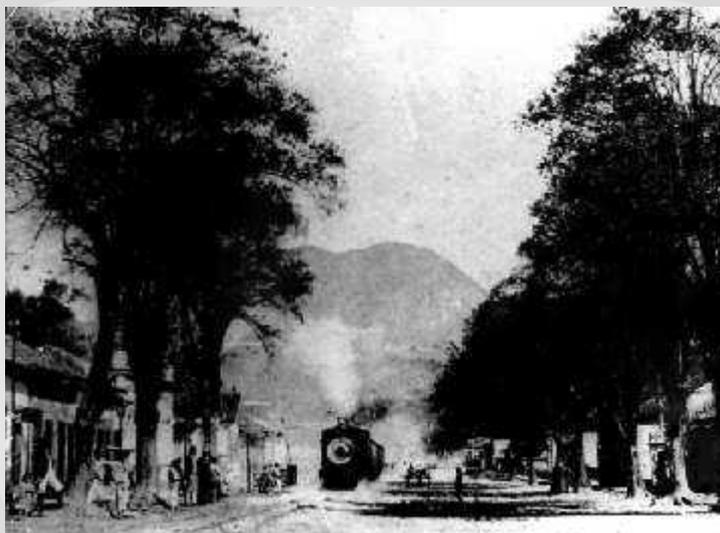
Fotografias

*Livro de Receita e Despesa da Câmara*

Sumários de Crime

# ANEXO

**Imagens do Cotidiano  
de Nova Friburgo no Final  
do Século XIX**



A Rua Gal. Argolo (em 1900), atual Alberto Braune, cortada pela linha da ferrovia, era o logradouro que melhor expressava a sociabilidade masculina.



A Praça 15 de Novembro no final do século XIX, hoje Getúlio Vargas, abrigava, juntamente com a Rua Gal Argolo, as melhores casas comerciais, as residências mais luxuosas, os cafés, as confeitarias, as charutarias, os bilhares e a rede hoteleira.



A Rua Avenida, depois Avenida Friburgo e atual Av. Galdino Valle Filho margeava o Rio Bengalas e era paralela à Gal. Argolo.



A Praça Paissandu, hoje Marçílio Dias, era alvo de inúmeras reclamações em virtude de alguns friburguenses a utilizarem como local de pasto de animais, bem como de caçadas.



Imóveis de alto valor misturavam-se com casebres e cortiços bem no Centro da cidade, numa assimetria social que atravessava a ocupação do espaço urbano.

A Rua do Arco no século XIX era local de prostituição. Anteriormente denominada Beco do Arco, tinha essa denominação porque os transeuntes passavam sob um pequeno túnel abaixo de um sobrado localizado numa estreita rua.





É o decano da imprensa de Nova Friburgo.

Fundado em 1876 (20 de Julho) pelo Sr. José Antonio de Souza Cardoso, já falecido, começou a sua carreira sendo impresso nas oficinas typográficas do Correio Portuense, no Rio de Janeiro, a rua de S. José 70.

Ninguém acreditaria que essa folha, tratada por muitos que foram a causa de quebra de outros jornais, avançasse mais e mais de seus primeiros, a publicação das páginas, a frequência de publicações em geral em Nova Friburgo, e portanto a folha que apareceria não seria assim a sua destruição.

Essa folha, experiente e inextinguível ao patri-fício, conseguiu a seu fundador vencer todas essas dificuldades auxiliando-o lealmente o seu filho Sr. Augusto Cardoso, que no mesmo dia da distribuição do 16.º número fez uma doze mil e oitocentas e oitenta e cinco cópias, e sendo se conserva até hoje.



Sr. JOSÉ ANTONIO DE SOUZA CARDOSO  
Fundador de O Friburguense

Sr. José Antonio de Souza Cardoso, como a direção e propriedade de O Friburguense o atual gerente, filho daquele, que tem seguido a mesma orientação, todo fazendo para que essa folha continue a por o processo de renovação com a renovação do povo.

Tamém são redactores políticos do mesmo jornal os Srs. Drs. João Alberto, Dino da Silva, Aurelio Rimes e João Salles.

Se porém mais bellizos e interessantes tem tido durante os seus dias e desde ellas o de Orlando Fonseca, antigo poeta, e também membra, que organizou em 1893 as espectaculares Páginas Literarias.

Entre os que mais têm colaborado em O Friburguense convém mencionar os Srs. Drs. João Alberto, João Salles, Aurelio Rimes, Manoel Wanderley, Orlando Teixeira, Monsenhor Alves da Miranda, Hildebrando de



Sr. AUGUSTO CARDOSO  
Diretor de O Friburguense

No dia 15 de Fevereiro de 1893 appareo O Friburguense impresso em officina propria, que consistia de um pequeno pressotypo e uma pequena colligação de tipos de prensa e chaves.

Assim se manteve por tres annos. Já se teve publicidades e correspondencias e collaborações de muitos e fins de anno. Logo em seguida se tornou a gerencia de O Friburguense e a publicação de artigos e litterarios, e a publicação de artigos e litterarios.

A publicação do jornal foi muito importante para o povo e a litteraria.

Foi então, enviada a machina de O Friburguense, vinda expressamente de Paris, e a grande variedade de tipos, que a esta hoje possue e que lhe permitiu duplicar o numero de folhas e de 8 columnas de cada columna e a publicação de artigos e litterarios, hoje ja muito augmentado.

Publicado em 1893

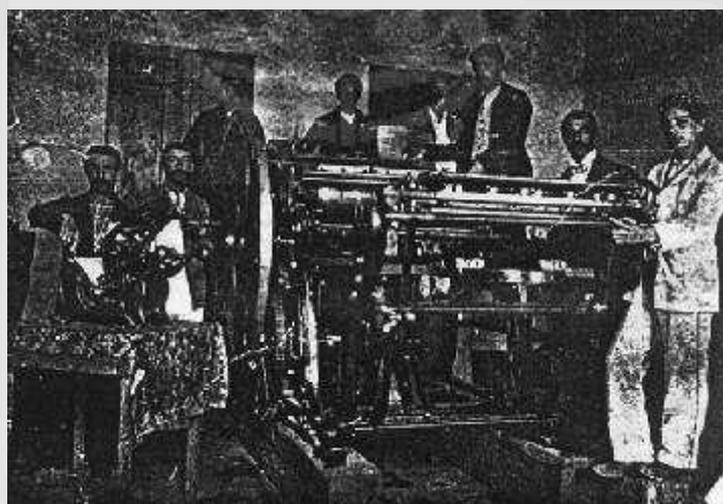
O jornal A Lanterna homenageou o 16º aniversário de O Friburguense e seu fundador, José Antonio de Souza Cardoso, à esquerda na página do jornal, e Augusto Cardoso, à direita, que assumiu a gerência do jornal após a morte de seu pai, Souza Cardoso.



O ambíguo Dr. Ernesto Brazílio, o médico dos pobres, que por diversos anos esteve à frente do Executivo municipal.



Da página de *A Lanterna* (acima), destacamos a foto do intelectual Menezes Wanderley (à direita) e a dos funcionários na oficina de *O Friburguense*, em 1904, que também imprimia outras publicações periódicas de Nova Friburgo.





O Hotel Salusse, onde atualmente se localiza o Edifício Spinelli, era o tipo de hotel padrão da virada do século: “austero e venerável”, e onde se organizava também animadas *soirées*.



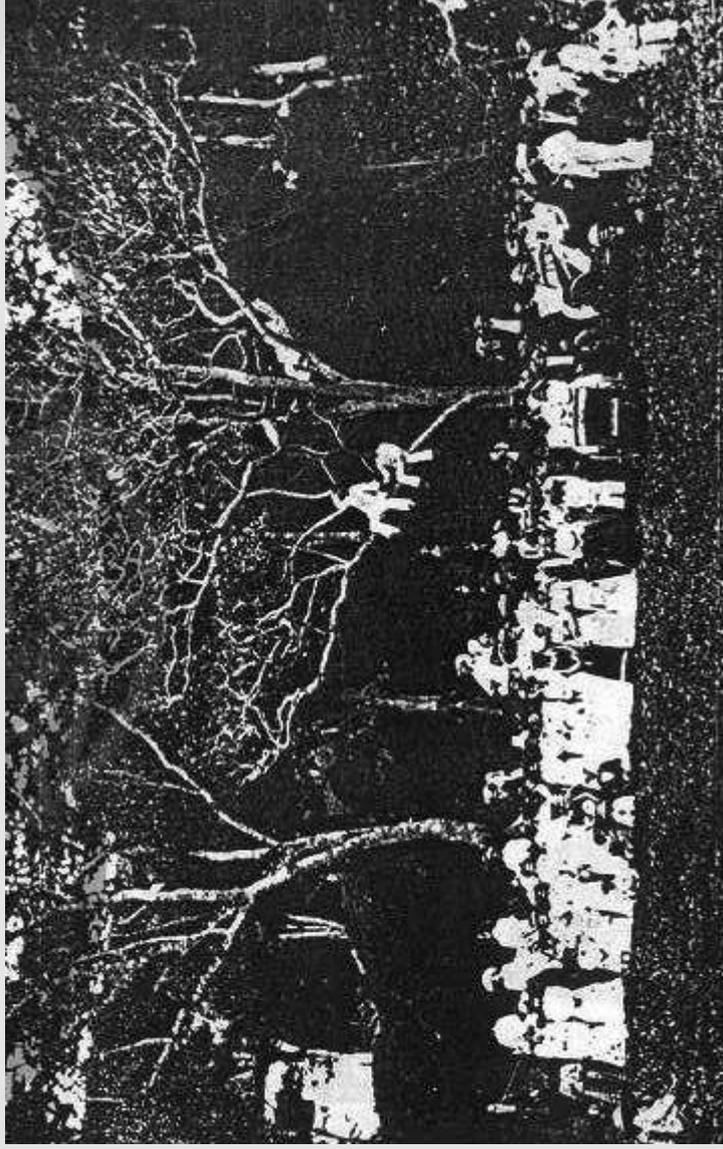
A família Salusse reunida. Madame Salusse, sentada à direita, era descrita como uma mulher de tempera inflexível, autoritária e extremamente dedicada ao trabalho de administrar o hotel que levava o nome da família.



A família do coronel Galiano das Neves, sentado à esquerda, posando em frente à sua residência.



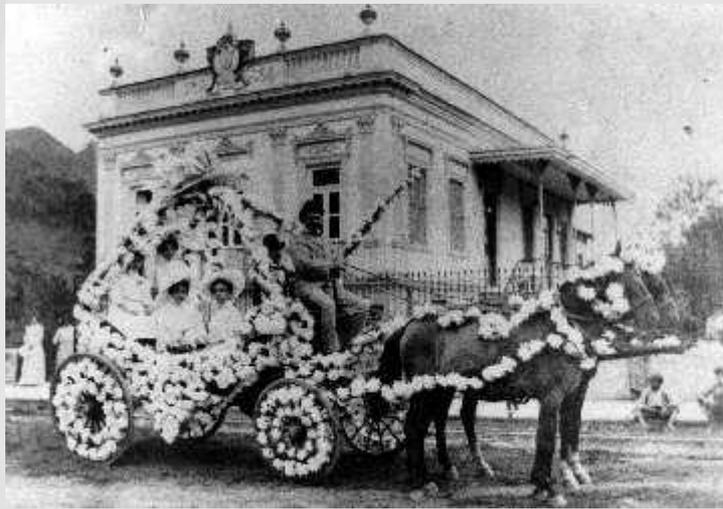
Uma típica família da elite friburguense era a de Jean Vidal.



Os piqueniques, como o da foto, constituíam outra forma de sociabilidade da elite friburguense, por meio da glamorização dos costumes da vida no campo.



A batalha das flores, acima, e o desfile de carros, abaixo, realizados no Carnaval, eram dois dos eventos programados para afastar o tédio da pequena cidade que era Nova Friburgo.



Os antigos habitantes de Nova Friburgo acreditavam que quem bebesse das águas da Fonte do Suspiro ficava condenado a sofrer no coração os desastrosos efeitos do amor, do ciúme e da saudade.

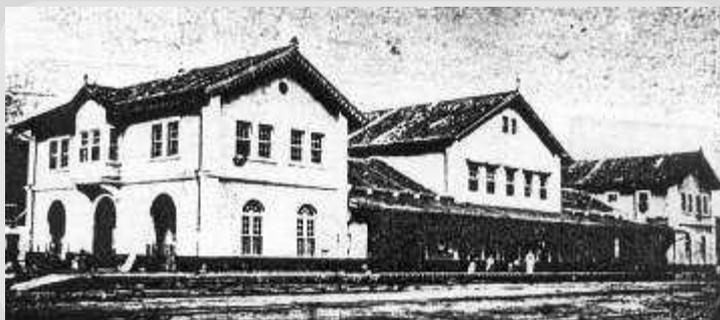


Além do romantismo que evocava, a Fonte do Suspiro tinha uma importância concreta: por estar localizada na região central da cidade, foi a fonte que mais teve o curso de suas águas desviado para residências particulares.





A Cascata Pinel era outra das inúmeras que havia em Nova Friburgo e que servia como espaço de sociabilidade da elite friburguense.



No final do século XIX, a estação era um *meeting* no qual assistir às chegadas e partidas dos trens era um programa de famílias inteiras, ponto de grande *rendez-vous*, principalmente nos dias de trem de passeio.



O Teatro D. Eugênia ficava na Rua Gal. Câmara – atual Augusto Spinelli –, onde hoje no local está o Ed. Gustavo Lira. Foi palco de famosas óperas italianas, bem como de peças do teatro português. Esses espetáculos faziam parte do calendário cultural da cidade.



A Sociedade Musical Euterpe foi fundada pelo barão de Nova Friburgo e, juntamente com a Sociedade Musical Campesina e outras, animava os bailes e os carnavais que ocorriam na cidade. Ambas disputavam, à vezes com animosidade, a preferência dos foliões.





É impossível imaginar Friburgo sem as bandas, as famosas sociedades musicais, como eram chamadas.



No primeiro plano da foto do Hotel Engert, crianças de rua, “dândis das misérias”, “entezinhos”, como eram chamados, desafiavam a elite friburguense oitocentista com “modos de quem manda”.